



TECNOLOGIAS  
E ARQUITETURA

---

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Coprodução de interfaces tecnopolíticas: *hacking* cívico para o desenvolvimento local em Lisboa

Ana Carolina Carvalho Farias

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, na especialidade em Arquitetura Digital

Orientadores:

Dra. Alexandra Paio, Professora Auxiliar, Iscte-IUL

Dr. Roberto Falanga, Investigador de pós-doutoramento, ICS-UL

Dezembro, 2021





TECNOLOGIAS  
E ARQUITETURA

---

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Coprodução de interfaces tecnopolíticas: *hacking* cívico para o desenvolvimento local em Lisboa

Ana Carolina Carvalho Farias

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, na especialidade em Arquitetura Digital

Júri:

Dra. Sandra Marques Pereira, Investigadora Integrada,  
DINÂMIA'CET, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (presidente)  
Dr. David Moreno Sperling, Professor Associado, Instituto de  
Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo  
Dr. José Carlos Baptista Mota, Professor Auxiliar, Departamento de  
Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro  
Dra. Joana Pestana Gonçalves Lages, Investigadora Integrada,  
DINÂMIA'CET, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa  
Dra. Alexandra Paio, Professora Auxiliar, Escola de Tecnologias e  
Arquitetura, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (orientadora)

Este trabalho foi financiado pela Bolsa de Mérito da ISTA - Escola de Tecnologias e Arquitetura do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e parcialmente financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. no âmbito dos projetos UIDB/04466/2020 e UIDP/04466/2020.

*À Júlia, Alice e Catarina.*



## Agradecimento

Agradeço à minha família que, por mais que tenha custado, apoiou-me em mais um longo voo, que me levou para longe, em tempos tão difíceis. Sem a força e o carinho de vocês, a saudade teria tornado tudo insustentável. Obrigada por sempre me incentivarem a voar.

Ao André, meu companheiro de danças e leituras, quem me deu todo o suporte de que precisei para dedicar-me à intensiva tarefa de escrever uma tese. Agradeço por todas as dicas, revisões, refeições e abraços quentes.

Agradeço às minhas colegas de doutoramento, por todas as aventuras em que nos lançamos juntas nesses últimos anos. Aprendi muito com vocês e desejo o maior sucesso do mundo às *Powerful Girl Doctors* :)

A todos os entrevistados e inquiridos, todos com quem cruzei-me nas andanças por Lisboa enquanto procurava conhecer mais e melhor a Energia BIP/ZIP. Parabéns às organizações que reivindicaram e os decisores políticos que viabilizaram essa estratégia política, tão inspiradora e boa para a cidade.

Por fim, agradeço aos meus orientadores, Alexandra e Roberto, por todas as discussões que tanto contribuíram para o meu crescimento enquanto investigadora. E à Escola de Arquitetura e Tecnologias do Iscte-IUL, pela bolsa de mérito concedida, fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.



## Resumo

A abordagem genealógica das tecnopolíticas da participação na arquitetura e urbanismo destaca a influência da cultura *hacker* na coprodução da cidade. Na Participação em Rede, emerge a utilização de interfaces digitais por indivíduos conectados e comunidades de prática em ações de *hacking* cívico. Porém, a desigualdade digital, desconexão entre projetos e territórios, falta de literacia com dados e tecnologias, e de métodos para avaliação de resultados, desafiam essas práticas e reforçam a necessidade de metodologias para a autoaprendizagem, inclusão, sustentabilidade e soberania tecnológica. No desenvolvimento local, dependente de redes de parcerias, agenciamento de recursos e sistemas de valores partilhados, questiona-se de que forma a coprodução de interfaces tecnopolíticas pode apoiar a coprodução da cidade *hackeável*. A Estratégia de desenvolvimento local da Câmara Municipal de Lisboa, Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), cujos atores reconhecem a necessidade de ampliar a colaboração entre organizações e de monitorização dos territórios, é utilizada no estudo como contexto para elaboração de uma metodologia para a coprodução de interfaces tecnopolíticas. Os métodos utilizados incluem: a identificação de etapas, atores e meios no *hacking* e *hackathon* cívicos; análise taxonômica do caráter tecnopolítico, identificação de composições, sistemas de indicadores e casos paradigmáticos de tipologias de interfaces utilizadas em desenvolvimento local; e observação participante, inquéritos e entrevistas para contextualização da Estratégia BIP/ZIP. Como resultado, foi desenhada e experimentada a metodologia-infraestrutura *hackaBIP*, avaliada segundo a Teoria do Programa, consolidada na versão *hackaBIP.v3.1*, adaptável a outros contextos. Discute-se a necessidade de flexibilização dos processos, de estimular comunidades de prática e combinar as diversas tipologias de interfaces para democratizar o uso e acesso à informação para a coprodução da cidade *hackeável*.

Palavras-chave: interface, tecnopolítica, coprodução, desenvolvimento local, *hacking* cívico, *hackathon* cívica.



## Abstract

The genealogical approach to the technopolitics of participation in architecture and urbanism highlights the influence of hacker culture in the co-production of the city. In Network Participation, the use of digital interfaces by connected individuals and communities of practice in civic hacking actions emerges. However, digital inequality, disconnection between projects and territories, lack of literacy with data and technologies, and of methods for evaluating results, challenge these practices and reinforce the need for methodologies for self-learning, inclusion, sustainability, and technological sovereignty. In local development, dependent on networks of partnerships, resource management and systems of shared values, it is questioned how the co-production of technopolitical interfaces can support the co-production of the hackable city. The Lisbon City Council's Local Development Strategy, Neighbourhoods and Priority Intervention Zones (BIP/ZIP), whose actors recognize the need to expand collaboration between organizations and monitoring of territories, is used in the study as a context for designing a methodology for the co-production of technopolitical interfaces. The methods used include: identification of steps, actors and resources in civic hacking and hackathon; taxonomic analysis of the technopolitical character, identification of compositions, indicator systems and paradigmatic cases of interface typologies used in local development; and participant observation, surveys and interviews to contextualize the BIP/ZIP Strategy. As a result, the hackaBIP infrastructure-methodology was designed and tested, evaluated according to the Program Theory, consolidated in the hackaBIP.v3.1 version, adaptable to other contexts. The need to make processes more flexible, to encourage communities of practice and to combine the different types of interfaces to democratize the use and access to information for the co-production of the hackable city is discussed.

Keywords: interface, technopolitics, co-production, local development, civic hacking, civic hackathon.



# Índice geral

Agradecimento .....	iii
Resumo .....	v
Abstract .....	vii
Índice geral .....	ix
Índice de Figuras .....	xiii
Índice de Tabelas .....	xv
Lista de Abreviaturas .....	xvii
Glossário .....	xix
Introdução .....	1
Metodologia .....	7
Estrutura da tese.....	11
Parte I – Enquadramento teórico e contextualização .....	13
Capítulo 1 .....	13
1. Tecnopolíticas da Participação .....	13
1.1. Genealogia das Tecnopolíticas da Participação .....	19
1.1.1. Participação para Cidadania.....	20
1.1.2. Participação para Autonomia.....	24
1.1.3. Participação Comunitária .....	27
1.1.4. Participação Institucional .....	30
1.1.5. Participação em Rede .....	33
1.1.6. Conclusões.....	38
1.2. A coprodução da cidade <i>hackeável</i> .....	41
1.2.1. Cultura hacker.....	43
1.2.2. Meios – Interfaces Tecnopolíticas.....	46
1.2.3. Atores – Indivíduos Conectados e Comunidades de Prática.....	48
Capítulo 2.....	55
2. BIP/ZIP – uma estratégia para os territórios prioritários de Lisboa .....	55
2.1. Desenvolvimento Local para a Coesão Socioterritorial .....	55
2.2. Caixa de ferramentas da Estratégia BIP/ZIP .....	61
2.3. A primeira década da Estratégia BIP/ZIP .....	66
Parte II – Hacking Cívico e Interfaces Tecnopolíticas para o Desenvolvimento Local e Regeneração Urbana.....	73
Capítulo 3.....	73
3. <i>Hacking</i> cívico para coproduzir a cidade <i>hackeável</i> .....	73
3.1. Hackathon Cívica – conflitos e potências .....	79

3.2.	Metodologia-infraestrutura de coprodução .....	88
Capítulo 4.....		91
4.	Interfaces tecnopolíticas para o desenvolvimento local.....	91
4.1.	Tipologias de interfaces tecnopolíticas utilizadas em DL .....	96
4.1.1.	Observatórios .....	98
4.1.2.	Plataformas de dados abertos e dashboards .....	102
4.1.3.	Laboratórios Cívicos .....	104
4.1.4.	Civic tech.....	106
4.1.5.	Composição e caráter tecnopolítico das interfaces analisadas .....	109
4.2.	Indicadores para o DL e RU.....	114
Capítulo 5.....		119
5.	Interfaces tecnopolíticas e coprodução nos territórios prioritários de Lisboa.....	119
5.1.	Indicadores dos territórios prioritários de Lisboa .....	119
5.2.	Identificação dos atores, processos e meios de interação no BIP/ZIP .....	127
5.3.	Interfaces tecnopolíticas criadas por projetos BIP/ZIP .....	130
5.4.	Interfaces tecnopolíticas disponibilizadas pela CML.....	139
5.5.	Relatos do campo de investigação .....	145
5.6.	Inquéritos sobre meios de monitorização do DL em Lisboa .....	150
5.7.	Entrevistas sobre o contexto da Estratégia BIP/ZIP .....	156
Parte III – hackaBIP para o desenvolvimento local de Lisboa.....		163
Capítulo 6.....		163
6.	Coprodução de interface tecnopolítica a partir do <i>hacking</i> cívico.....	163
6.1.	<i>hackaBIP.v01</i> .....	165
6.2.	<i>hackaBIP.v02</i> .....	167
6.3.	<i>hackaBIP.v03</i> .....	171
6.3.1.	Protótipo .....	174
6.3.2.	Avaliações .....	182
6.4.	<i>hackaBIP.v03.1</i> – reflexões e ajuste do protótipo.....	188
6.4.1.	Atores <i>hackaBIP</i> .....	194
6.4.2.	Meios <i>hackaBIP</i> .....	196
7.	Consolidação da metodologia-infraestrutura <i>hackaBIP</i> .....	199
Capítulo 7.....		203
7.	Conclusões e trabalho futuro.....	203
Referências .....		211
Anexos .....		227
A.	Carta BIP/ZIP com legenda .....	229
B.	Repertório de Indicadores úteis para o DL .....	231

C.	Repertório de MEIOS para o <i>hacking</i> cívico em DL .....	233
D.	Repertório de Atores para o <i>hacking</i> cívico em DL .....	235
E.	Entrevista a Catarina Cruz .....	237
F.	Entrevista a Brian Moran .....	259
G.	Entrevista a António Lafuente.....	261
H.	Entrevista a Pablo Aragón.....	269
I.	Entrevista a Paula Marques.....	279
J.	Entrevista a Miguel Brito.....	293
K.	Entrevista a Helena Roseta .....	309
L.	Entrevista a Rui Franco.....	323
M.	Entrevista a Roberto Falanga .....	339
N.	Entrevista a Rogério Roque Amaro.....	349
O.	Entrevista a Giovani Allegretti e Michelangelo Schepe .....	365
P.	Entrevista a João Tremoceiro.....	381
Q.	Entrevista a João Carlos Ferreira.....	389
R.	Entrevista a Nuno Wemans.....	393
S.	Entrevista a Joana Pestana Lages .....	399
T.	Entrevista a Ana Jara .....	409
U.	<i>hackaBIP</i> – Quadros para trabalho colaborativo na plataforma Miro .....	419



## Índice de Figuras

Figura 1:1 - Adaptação e tradução do mapa conceitual da tecnopolítica. Fonte: Medina (2015), p. 64. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2Ko9KDq">https://bit.ly/2Ko9KDq</a> (consultado em 21 dez.2021).....	17
Figura 1:2 - Esquema conceitual da tecnopolítica. Fonte: A partir de Kurban et al. (2016).....	17
Figura 1:3 - Visualização da linha do tempo da Genealogia das Tecnopolíticas da Participação, com destaque para The Whole World Catalogue, de Stewart Brand. Disponível em: <a href="https://sobreurbana.com/linhadotempo/">https://sobreurbana.com/linhadotempo/</a> (consultado em 20 dez. 2021).....	20
Figura 1:4 – Red and Blue chair, de Gerrit Thomas Rietveld. Fonte: Vitra Design Museum.....	22
Figura 1:5 – Organograma básico da Flatwriter, de Yona Friedman. Fonte: Friedman (1975), p. 54.....	26
Figura 1:6 – Escada da participação, segundo Sherry Arnstein. Fonte: Arnstein (1961), p.217.....	28
Figura 1:7 – Ocupação tática do Campo de Cebada em Madrid, entre 2011 e 2016, com programação coconstruída na internet. Crédito: María Carmo. Fonte: <a href="https://goo.gl/cc5xGF">https://goo.gl/cc5xGF</a> (acesso 31 dez. 2021)....	35
Figura 1:8 - Leituras transversais à genealogia das tecnopolíticas da participação.....	40
Figura 1:9 – As quatro gerações de hackers, síntese da Linha do Tempo da Cultura Hacker, elaborada a partir da revisão da literatura, disponibilizada em: <a href="http://sobreurbana.com/timelinehackerculture/">http://sobreurbana.com/timelinehackerculture/</a> .....	43
Figura 1:10 – TX-0, o supercomputador utilizado pelo MIT Artificial Intelligence Lab e a primeira geração de hackers. Fonte: Computer History, <a href="https://bit.ly/35UPKAG">https://bit.ly/35UPKAG</a> (acesso em 31 dez. 2021).....	44
Figura 1:11 - Relação entre cidadãos, governo e cidade na perspectiva da cocriação.....	50
Figura 1:12–Escada da relação entre governo e ativismo cívico. Adaptado de Mäenpää & Faehnle (2018).....	51
Figura 2:1 – Mapa 2: Idade Média dos Edifícios de Lisboa, um dos 33 mapas produzidos no Atlas do PLH. Fonte: Website do PHDL, <a href="http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000,019">http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000,019</a> (acesso 21 dez. 2021).62	62
Figura 2:2 – Resumo da composição de índices que resultou no Mapa da Fratura Socio Territorial de Lisboa: Delimitações municipais, Índice Socioeconómico, Índice Urbano. Fonte: CML (2010), p. 8, 14, 21, 24.....	62
Figura 2:3 – Carta BIP/ZIP. Ver legenda dos territórios no Anexo A. Fonte: Sítio eletrônico do PHDL, <a href="https://www.lisboa.pt/cidade/habitacao/estrategia">https://www.lisboa.pt/cidade/habitacao/estrategia</a> , consultado em 14 dez. 2021.....	63
Figura 2:4 – Quantidade de candidaturas, projetos e investimento municipal por ciclo de financiamento do PPL. Fonte: PPL (2011) (consultado em: 21 dez. 2021).....	67
Figura 2:5 – À esquerda, a pista de skate implantada no acesso ao bairro Horizonte. À direita, captura de tela da plataforma Fórum Urbano. Fonte: <a href="https://forumurbano.pt/">https://forumurbano.pt/</a> (consultado em 17 dez. 2021).....	69
Figura 3:1–Infraestrutura para projetos de <i>civic tech</i> . Fonte: Wilson & Chakraborty (2019), p. 32.....	76
Figura 3:2 – O processo da cidade <i>hackeável</i> . Fonte: Ampatzidou et al. (2015), p. 37.....	77
Figura 3:3 – Estrutura de trabalho do projeto O4C. Fonte: Kun (2018), p. 8.....	84
Figura 3:4 - Etapas identificadas nos vários processos de colaboração hacker.....	89
Figura 4:1 - Visão geral da Taxonomia de Observatórios. Fonte: Farias (2018b), disponível em: <a href="https://bit.ly/3G4OFYB">https://bit.ly/3G4OFYB</a> (consultado em 21 dez. 2021).....	99
Figura 4:2 – Composição de interfaces tecnopolíticas para o DL e RU, segundo casos analisados....	109

Figura 4:3- Visualização geral da Taxonomia das Interfaces Tecnopolíticas em DL e RU. Legenda: D = <i>Decidim</i> ; DD = <i>Dublin Dashboard</i> ; M = <i>Matadero Medialab</i> ; O = OLCPL. Disponível em: <a href="https://bit.ly/3jCc1LR">https://bit.ly/3jCc1LR</a> (consultado em 22 dez. 2021).....	112
Figura 5:1 - Indicador ‘Baixas Qualificações’, utilizado na monitorização do DDL sobre os territórios BIP/ZIP (nº e tipologia, identificada por cores. Fonte: CML (2017a).....	120
Figura 5:2 - Quantidade de projetos aprovados, por território, entre 2011 e 2020. Fonte: CML, <a href="https://bit.ly/3lysa4S">https://bit.ly/3lysa4S</a> (consultado em: 13 nov. 2021).....	123
Figura 5:3 – Projetos PPL aprovados entre 2011 e 2020, por temática. Fonte: Fórum Urbano, <a href="https://forumurbano.pt/">https://forumurbano.pt/</a> (consultado em 17 dez. 2021).....	125
Figura 5:4 - Os vários atores da Estratégia BIP/ZIP, segundo seus papéis e interações.....	127
Figura 5:5 – Metodologia do estudo de identificação e análise de tecnopolíticas produzidas nos projetos BIP/ZIP. Fonte: Farias & Paio (2020), p.102.....	130
Figura 5:6 - Rede de atores (entidades e destinatários) dos projetos estudados. Os nós de entidades destacados com sombra identificam as entidades promotoras. Fonte: Farias & Paio (2020), p.104. Visualização interativa em: <a href="https://kumu.io/sobreurbana/tecnopoliticas-bipzip#redes-tecnopoliticas/projetos-atores">https://kumu.io/sobreurbana/tecnopoliticas-bipzip#redes-tecnopoliticas/projetos-atores</a> (consultado em 30 dez. 2021).....	132
Figura 5:7 - Territórios BIP/ZIP ilustrados quanto à incidência dos projetos tecnopolíticos da amostra de estudo. Fonte: Farias & Paio (2020), p. 105.....	134
Figura 5:8 - Relação entre projetos, temáticas e propósitos. Fonte: Farias & Paio, 2020.....	134
Figura 5:9 – Competências digitais dos portugueses. Fonte: InCode – Observatório das Competências Digitais. Disponível em: <a href="https://observatorio.incode2030.gov.pt/">https://observatorio.incode2030.gov.pt/</a> (acesso em 23 dez. 2021).....	139
Figura 5:10 – Workshop do ciclo 2019 do PPL.....	147
Figura 6:1 – <i>hackaBIP.v00</i> : Proposta de metodologia-infraestrutura baseada em <i>hacking</i> cívico para a coprodução de interfaces tecnopolíticas em DL.....	165
Figura 6:2 - Detalhamento da metodologia-infraestrutura <i>hackaBIP.v02</i> .....	170
Figura 6:3 – Parceiros do <i>hackaBIP.v03</i> .....	172
Figura 6:4 – Agenda de eventos do <i>hackaBIP</i> . Fonte: <a href="https://bit.ly/3oy1y5x">https://bit.ly/3oy1y5x</a> (acesso 21 dez. 2021)...	175
Figura 6:5 – Projetos submetidos ao <i>hackaBIP</i> . Captura de tela do desafio na plataforma <i>Taikai</i> . Fonte: <a href="https://taikai.network/br/cml/challenges/hackabip">https://taikai.network/br/cml/challenges/hackabip</a> (consultado em 20 dez. 2021).....	179
Figura 6:6 - Breve caracterização dos inscritos no <i>hackaBIP</i> .....	180
Figura 6:7 - Números gerais do <i>hackaBIP.v03</i> .....	182
Figura 6:8 – Respostas destacadas dos inquéritos de avaliação dos membros das equipas <i>hackaBIP</i> .....	184
Figura 6:9 - Visualização geral da Taxonomia das Interfaces Tecnopolíticas coproduzidas no <i>hackaBIP.v03</i> . Disponível em: <a href="https://bit.ly/3ccbQTp">https://bit.ly/3ccbQTp</a> (consultado em: 20 dez. 2021).....	198
Figura 6:10 - <i>hackaBIP.v3.1</i> , metodologia-infraestrutura consolidada de <i>hacking</i> cívico para o DL....	200

## Índice de Tabelas

Tabela 1:1 - Inovações identificadas na genealogia das tecnopolíticas da participação .....	38
Tabela 2:1 – Definição dos vários conceitos sobre a intervenção territorial intraurbana.....	58
Tabela 2:2 - Relação dos GABIP e seus territórios de atuação. Fonte: A partir dos dados disponíveis no sítio eletrônico da CML, <a href="https://bit.ly/2IY792q">https://bit.ly/2IY792q</a> (consulta em: 27 dez. 2021).....	65
Tabela 3:1 - Benchmarking de hackathon cívicas .....	81
Tabela 4:1 - Identificação de parceiros e ferramentas de colaboração nos programas analisados .....	94
Tabela 4:2 – Categorias e subcategorias definidas para a análise taxonômica de interfaces tecnopolíticas .....	97
Tabela 4:3 - Caracterização das plataformas estudadas segundo sua composição. ....	110
Tabela 5:1 – Comparação entre indicadores utilizados na construção da Carta BIP/ZIP e indicadores monitorizados pelo DDL.....	121
Tabela 5:2 - Etapas de interação e atores envolvidos no PPL .....	128
Tabela 5:3 – Amostra do estudo que identificou e analisou o uso de interfaces tecnopolíticas nos projetos BIP/ZIP. Fonte: Farias & Paio (2020), pág. 103 .....	131
Tabela 5:4 – Identificação e caracterização dos inquéritos realizados.....	150
Tabela 5:5 – Lista das entrevistas realizadas, por ordem de realização .....	158
Tabela 6:1 – Temas de mentorias especializadas oferecidas durante a <i>hackathon</i> hackaBIP.....	176
Tabela 6:2 – Programa da <i>hackathon</i> hackaBIP.....	177
Tabela 6:3 – Atividades realizadas na Plataforma <i>Miro</i> .....	178
Tabela 6:4 – Caracterização dos membros do júri técnico do <i>hackaBIP</i> .....	181
Tabela 6:5 – Projetos e equipes que participaram do <i>hackaBIP</i> .....	182
Tabela 6:6 – Inquéritos online de avaliação do protótipo <i>hackaBIP</i> .....	183
Tabela 6:7 - Respostas destacadas do inquérito respondido pelos membros das equipes.....	183
Tabela 6:8 – Comentários do júri técnico sobre os projetos avaliados. ....	185
Tabela 6:9 – Composição da metodologia-infraestrutura <i>hackaBIP.v03</i> .....	188
Tabela 6:10 - <i>hackaBIP.v03</i> avaliado segundo a Teoria do Programa .....	190
Tabela 6:11 – Dados gerados pelos projetos <i>hackaBIP</i> .....	199



## Lista de Abreviaturas

ACRRU -	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AUGI -	Área Urbana de Génese Ilegal
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIP/ZIP -	Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária
CE -	Comissão Europeia
CEMAT -	Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa
CGIUL -	Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa
CIP -	Confederação Empresarial de Portugal
CML -	Câmara Municipal de Lisboa
COI -	Centro Operacional Integrado de Lisboa
DDL -	Departamento de Desenvolvimento Local (CML)
DL -	Desenvolvimento Local
DMEI -	Direção Municipal de Economia e Inovação (CML)
FEDER -	Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional
Gebalis -	Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa
HCI -	Human Computer Interaction
IBC -	Iniciativa Bairros Críticos
ICS-UL -	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
INE -	Instituto Nacional de Estatística
IoT -	Internet das coisas
ISS -	Instituto de Segurança Social
JF -	Junta de Freguesia
LXi -	Lisboa Interativa
MIT -	Massachusetts Institute for Technology
OLCPL -	Observatório de Luta Contra a Pobreza de Lisboa
ONG -	Organização não governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
OP -	Orçamento Participativo
PER -	Programa Especial de Realojamento
PGIL -	Plataforma de Gestão Inteligente de Lisboa
PHDL -	Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa
PIMP -	Plano de Intervenção a Médio Prazo
PLH -	Programa Local de Habitação

POR Lisboa -Programa Operacional Regional de Lisboa  
PPL - Programa BIP/ZIP Lisboa de Parcerias Locais  
RU - Regeneração Urbana  
SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local  
SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
TP - Teoria do Programa  
UE - União Europeia  
UIA - Urban Innovative Actions  
UIT - Unidade de Intervenção Territorial (do município de Lisboa)  
UT - Urbanismo Tático

## Glossário

*#hashtags* - Palavras ou sequências de palavras unidas, antecedidas do sinal cardinal (#), usada geralmente para identificar e agrupar publicações nas redes sociais.

*Accountability* – Conjunto de medidas para prestação de contas e responsabilização dos gestores.

*App Contests* - Concurso de aplicativos, tipo de hackathon.

*Back-end* - Parte de um sistema informático ou aplicação que não é acessível diretamente pelo utilizador, tipicamente utilizado para gerenciar os conteúdos.

*Background* – Experiências de fundo, anteriores.

*Benchmarking* - Análise das melhores práticas de gestão numa determinada área de atuação com o fim de melhorar o próprio desempenho. Muito utilizada para comparação de casos, em diversas áreas.

*Big data* - Área do conhecimento que estuda como tratar, analisar e obter informações a partir de conjuntos de dados grandes demais para serem analisados por sistemas tradicionais.

*Blockchain* - Tecnologia de registo distribuído que visa a descentralização como medida de segurança. As bases de registos e dados distribuídos e compartilhados têm a função de criar um índice global para todas as transações que ocorrem em um determinado mercado, funcionando como um extrato completo, de forma pública, partilhada e universal, que cria consenso e confiança na comunicação direta entre duas partes sem o intermédio de terceiros.

*Bootcamp* - *Workshop* intensivo e imersivo que visa desenvolver atividades (geralmente de programação) num curto espaço de tempo.

*Brainstorming* - Na tradução direta, tempestade cerebral, a técnica de brainstorming propõe que um grupo de pessoas se reúna e dê asas aos seus pensamentos e ideias, a fim de gerar propostas inovadoras para um determinado tópico.

*Canvas* - Ferramenta que permite visualizar e testar de forma intuitiva todos os aspectos fundamentais de uma ideia de negócio ou empreendimento. Muito utilizado em *design thinking*.

*Checkpoint* - Ponto de controle, ponto de situação.

Civic Hacking Competition - Competição de hacking cívico, tipo de hackathon.

*Civic Tech* - Tecnologia cívica.

*Contrats de Ville* - Na tradução direta, Contratos de Cidade, programa da política francesa para as cidades.

*Crowdfunding* – Campanha de financiamento coletivo.

*Dashboard* - Plataforma para visualização de dados em tempo real.

*Design for Social Commoning* - Na tradução direta, design para o comum social, conceito elaborado por Ezio Manzini (2015a).

Do it together - Fazer juntos.

*Fablab* - Laboratório de Fabricação Digital, é uma oficina com recurso a ferramentas como fresadoras, impressoras 3D, máquinas de corte a laser, etc, que permite a construção rápida de objetos, estimulando a inovação através da prototipagem em ambiente colaborativo.

*First Life* - Na tradução direta, Primeira Vida, app desenvolvida na Universidade de Turim.

*Front-end* - É a interface de um sistema informático visível ao utilizador e através do qual ele interage.

*Future of Work* - Na tradução direta, Futuro do Trabalho, programa da *Made of Lisboa*.

*Gamification* - Aplicação de elementos típicos da prática do jogo em outras áreas de atuação.

*Hackathon* - Maratona hacker.

*Hacker* - Indivíduo que usa meios não tradicionais para apropriar-se da tecnologia.

*Hacking* - Atividade do *hacker*..

*Hacklab* - Laboratório *hacker*.

*Hackweek* - Semana hacker, tipo de *hackathon*.

*Hub* - Local que centraliza atividades sobre um determinado tema.

*Human Smart City* - Na tradução direta, cidade inteligente humana, ou seja, abordagem humanizada do conceito de cidade inteligente.

*Input* - Recursos de entrada.

*Interactive Cities* - Na tradução livre, Cidades Interativas, programa Urbact.

*Living Lab* - Laboratório vivo, um conceito de pesquisa que pode ser definido como um ecossistema de inovação aberta, interativo e centrado no utilizador, frequentemente operando num contexto territorial (cidade, bairro, campus), integrando pesquisas simultâneas e processos de inovação dentro de uma parceria público-privada-comum.

*Low Tech* - Tecnologia que pode simplesmente ser praticada ou fabricada com um mínimo de investimento de capital por um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos.

*Maker* - A cultura *maker* baseia-se na ideia de que as pessoas devem ser capazes de fabricar, construir, reparar e alterar objetos dos mais variados tipos e funções com as próprias mãos, baseando-se num ambiente de colaboração e transmissão de informações entre grupos e pessoas.

*Maker Space* - Espaço *maker*, oficina de fabricação de objetos.

*Mapathon* - Tipo de *hackathon* voltada para a edição de mapas.

*Matchathon* - Etapa realizada no pós-*hackathon*, voltada para o estabelecimento de parcerias.

*Medialab* - Laboratório multimédia.

*Middle-out* - Na tradução direta, meio-fora, termo adotado para contrapor as direções *top-down* e *bottom-up*, nas interações.

*Mockup* - Maquete, geralmente utilizada no desenvolvimento de softwares e aplicações.

*Open Data* – Dados abertos, geralmente dispostos em plataforma de acesso público.

*OpenDataLab* - Laboratório de dados abertos.

*Open Source* - Fonte aberta.

- Output* - Recurso de saída de uma determinada operação.
- Pitch* - Apresentação rápida e objetiva de apresentação de uma ideia, para captar a atenção do interlocutor. Deriva de ‘*elevator pitch*’, discurso de elevador.
- Pitching* - Atividade de realização do *pitch*.
- Placemaking* - Numa tradução literal, ‘construção de lugar’, entendendo este como uma instância mais viva que um simples ‘espaço’.
- Plug-in* - Módulo de extensão ou programa informático que adiciona funcionalidades a outro programa maior.
- Politique de la Ville* - Política de Cidade.
- Prosumer* – Termo usado em 1980 pelo futurista Alvin Toffler para se referir ao indivíduo que é simultaneamente produtor + consumidor.
- Research field stations* – Estações de pesquisa de campo.
- Showcase* - Mostra de casos ou objetos.
- Smart City* – Cidade Inteligente.
- Survey before planning* – Tradução direta, pesquisar antes de planejar.
- Template* - Modelo reutilizável e adaptável às necessidades do utilizador.
- Toolkit* - Caixa de ferramentas.
- Urban Innovative Actions* - Ações Urbanas Inovadoras.
- User Experience* - Área de conhecimento que aborda a relação homem-máquina e se centra na experiência do utilizador com determinada tecnologia.
- Webinar* - Seminário realizado *online* na internet.
- Wicked Problems* - Problema de difícil solução devido a seus requisitos incompreensíveis.
- Win-win* - Situação em que as duas partes de um acordo saem beneficiadas.



## Introdução

As cidades são construções coletivas nas quais há habitantes que contribuem mais diretamente que outros. Na arquitetura e urbanismo, uma forma frequentemente usada para abordar a desigualdade de forças nessa construção coletiva é através das questões da participação.

Participar significa tomar parte de um processo, seja de forma autônoma ou atendendo a um convite e, quando isso acontece, pode ocorrer, em diferentes medidas, alguma distribuição de poder sobre o mesmo processo (Arnstein, 1969; Friedman, 1987; Jones et al., 2005; Lind, 2007). Ao longo da história, a abertura dos processos da arquitetura e urbanismo para a inclusão de outros saberes, resultou num suporte teórico, prático, legal, que começa por democratizar técnicas e informação para apoiar a prática cidadã autônoma, colaborativa, deliberativa e em rede. A distribuição de poder gerada nesses processos, porém, não acontece de forma igualitária entre os participantes e os instrumentos utilizados. Para que ocorra, são necessários mecanismos determinantes de democratização.

O desenvolvimento das tecnologias digitais e a disseminação da internet, em especial, em sua versão *Web 2.0*, renovou, no início, a esperança de que poderiam democratizar a produção cultural de conhecimento (Johnson, 2001; O'Reilly, 2007; Lévy, 2015; Castells, 2017) e ampliar a participação. A cultura digital, como mencionam Mario Carpo (2011) e Félix Stalder (2018), caracteriza-se pela ampliação da participação, na medida em que aumenta os produtores de conhecimento e favorece o incremento, a mistura, a partilha, habilidades desenvolvidas com a cultura *hacker* (Levy, 1984; Himanen, 2001; Ampatzidou et al., 2015). Isto porque cada vez mais pessoas adquirem capacidades para produzir significados, referências, ressaltar singularidades, reforçar comunalidades e atuar em redes de atores humanos e não humanos. Esta capacidade de comunicar reivindicações, de produzir e consumir informação, de apoiar ações coletivas e colaborativas e partilhar experiências caracteriza um agenciamento político das tecnologias e faz emergir novos atores – indivíduos conectados, organizados ou não – e novos meios – uma panóplia de interfaces que apoiam todo o tipo de interações participativas.

O agenciamento político das tecnologias digitais, em especial, das tecnologias de informação e comunicação (TIC), reforça o conceito de ‘tecnopolíticas’ (Gutiérrez-Rubí, 2014; Medina, 2015; Treré & Barranquero, 2018). O termo passou a ser mais discutido a partir da Primavera Árabe, irrompida em 2010, e do 15M na Espanha, em 2011, especialmente por investigadores espanhóis que destacavam o cruzamento entre redes e ruas no uso político das TIC, enfatizando o caráter da produção social de tecnologias livres e o uso das redes sociais digitais para a organização da ação coletiva. Tal abordagem, associada à arquitetura e urbanismo, permite compreender as ferramentas, conceitos e métodos da participação, enquanto ‘tecnopolíticas da participação’.

Apesar da maior reivindicação e exercício da participação, cujas virtudes são muitas vezes inquestionáveis, permanecem assimetrias de poder: na inadequação dos métodos utilizados; na deficiente comunicação dos processos; na falta de informação para subsidiar a participação e as tomadas

de decisões; na prevalência das questões colocadas por quem tem maior disponibilidade e capacidade de participar sobre as vozes ausentes daqueles que ainda não foram incluídos nesses processos (Miessen, 2010; Mota, 2013; Larsson, 2020).

A lente das tecnopolíticas possibilita sublinhar o papel das tecnologias digitais, em especial, das TIC, na arquitetura e urbanismo, tanto na resolução dos conhecidos problemas da participação, como na criação de outros, como: a desigualdade digital; a captura do debate público por discursos conservadores; a ênfase no tecnicismo; a monetização de dados pessoais; a atomização da participação, dentre outros (Townsend, 2014; Allegretti et al., 2016, Offenhuber & Ratti, 2014; Kitchin et al., 2015a; Stalder, 2018; Bruno et al., 2018; Mendes, 2020a). Esta tensão torna urgente estudar tecnopolíticas da participação que analisem e experimentem processos de inclusão, autonomia e democratização da informação.

A presente investigação surge de uma reflexão crítica sobre estas inquietações e de um percurso que cruza experiências no Brasil e em Portugal, condensando estudos sobre processos e ferramentas de participação, urbanismo tático, ativismo urbano, na arquitetura e urbanismo contemporâneos. Continua estudos que analisaram a potência de ações *bottom-up* de urbanismo tático, através de uma taxonomia para facilitar leituras e agenciamentos (Farias, 2018a), acrescidos de uma inquietação recente sobre qual a contribuição das tecnologias digitais a esses processos e seu impacto no desenvolvimento local.

Dentre as práticas mapeadas que sustentaram aquele estudo, estava o Curso de Especialização em Territórios Colaborativos<sup>1</sup>, oferecido pela ISTA - Escola de Tecnologias e Arquitetura do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, que apoia a colaboração entre estudantes e comunidades de territórios desfavorecidos em Lisboa, no *codesign* de projetos para os quais são procuradas formas de viabilização. O principal instrumento de financiamento acessado para esses projetos tem sido o Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais (PPL), da Estratégia<sup>2</sup> Bairros e Zonas de Interesse Prioritário (BIP/ZIP), da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

A Estratégia BIPZIP foi desenhada aquando da elaboração do Plano Local de Habitação de Lisboa - PLH (CML, 2012a), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local (DL), e depois inserida no Plano Diretor Municipal de Lisboa - PDM (CML, 2021a), para fomentar a regeneração urbana (RU) de áreas consideradas 'prioritárias'. Iniciado com um minucioso trabalho técnico para identificação dessas áreas prioritárias (CML, 2010a), é complementado por: um financiamento de projetos propostos e executados por entidades da iniciativa local, o PPL (CML, 2021a); gabinetes de apoio técnico e político à ação dessas entidades, os GABIP (PHDL, 2016); e redes colaborativas<sup>3</sup>, com destaque para a Rede de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bit.ly/territorioscolaborativos>. (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>2</sup> A adoção do termo 'estratégia', na investigação, deve-se ao fato de a CML usá-lo no contexto BIP/ZIP.

<sup>3</sup> Alguns documentos referem a Rede DLBC Lx como a quarta ferramenta da Estratégia BIP/ZIP (DMHDL, 2017). No entanto, no sítio eletrônico do Pelouro da Habitação de Desenvolvimento Local da CML (<http://habitacao.cm-lisboa.pt/>, consultado em 20 dez. 2021) e em apresentações feitas por alguns de seus responsáveis, a quarta ferramenta é indicada como 'Redes Colaborativas', exemplificadas pela Rede DLBC Lx mais o Curso Territórios Colaborativos, Redes Internacionais e a Conferência Internacional Sinergias.

Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa, a Rede DLBC Lx; que, juntos, compõem a caixa de ferramentas da Estratégia BIP/ZIP (DMHDL, 2017).

Na capital portuguesa, o tecido associativo, a efervescência artística multiétnica e experiências participativas recentes como o Orçamento Participativo (OP)<sup>4</sup> e a própria Estratégia BIP/ZIP, têm operado importantes transformações urbanas na última década. Recentemente, decisores políticos (Anexos I, J, K) e investigadores (Falanga, 2019a), têm identificado a necessidade de ferramentas mais adequadas para a monitorização da Estratégia BIP/ZIP, especialmente o PPL.

Este estudo iniciou-se em paralelo a uma discussão com o Departamento de Desenvolvimento Local (DDL) da CML, responsável pela efetivação da Estratégia BIP/ZIP que, respaldado pela opinião de alguns representantes da iniciativa local (ver seções 5.6 e 5.7), tencionava desenvolver ‘um tipo de observatório’ que pudesse monitorizar os efeitos da Estratégia BIP/ZIP sobre os territórios prioritários e apoiar a colaboração entre seus vários atores. Acreditava-se que um observatório poderia fornecer visualização e conhecimento crítico sobre as transformações territoriais provocadas, e mediar as interações entre iniciativa local e CML.

O desenvolvimento desse observatório foi, durante grande parte do tempo dedicado a esta investigação, seu objetivo principal. No entanto, já nos estudos iniciais, surgiram questões quanto a seu objetivo, recorte e gestão, tais como: o caráter estático comumente encontrado em diversos observatórios (Farias & Paio, 2019), diferente do caráter dinâmico que se pretendia para a Estratégia BIP/ZIP; a insuficiência de um programa enquanto recorte, na capacidade desse observatório contribuir para o DL (Anexo O); além das dificuldades, colocadas por alguns atores, sobre uma gestão partilhada dessa interface (ver seção 5.6, Anexo L). Essas questões conduziram a outros objetivos de investigação.

Internacionalmente, nas políticas e programas de DL, interfaces como observatórios, plataformas de dados, laboratórios e *civic tech* têm apoiado interações, redes de colaboração, prestação de contas e monitorização. Entende-se aqui, por interface, os processos abertos de *design* ou planejamento, que promovem e articulam atores em interações de dois ou mais lados, o que exige a tradução semântica de informação (Johnson, 2001; Baltazar, 2009; Schliwa, 2018; Zielinski, 2018).

A utilização de sistemas de indicadores e interfaces com ferramentas de *e-governo*, de mapeamento, sensores, mineração de dados, *dashboards* para visualização, de centros especializados para distribuição da informação, entre outros, caracterizam o que se compreende por cidade inteligente (Townsend, 2014; Kitchin et al., 2015a; Labaeye, 2019; Mendes, 2020a). Nela, a ampla aplicação das TIC no tratamento das questões urbanas promete neutralidade técnica, eficiência e *accountability*, contudo, refletem, predominantemente, práticas neoliberais, que favorecem um contexto empresarial tecnicista, proprietário e autoritário.

---

<sup>4</sup> Criado no sul do Brasil, o Orçamento Participativo teve sua primeira edição em Lisboa em 2008. Disponível em: <https://op.lisboaparticipa.pt/>. (consultado em 13 dez. 2021).

Em Portugal, vários programas e projetos de cidade inteligente têm sido promovidos com investimentos públicos, colaboração de várias universidades e a atenção do tecido empresarial. São exemplos a plataforma *Smart Open Lisboa*<sup>5</sup> (SOL), a Formação Avançada em Cidades Inteligentes e Sustentáveis<sup>6</sup>, o projeto *Horizon 2020 Sharing Cities*<sup>7</sup>, e a *Web Summit*. Esta última, trata-se do maior evento da indústria da *internet*, realizado anualmente em Lisboa, desde 2016, com subsídios municipais, para difundir a inovação tecnológica das *big tech* e de uma infinidade de *startups*. No entanto, tais projetos parecem ainda não ter tido impacto significativo para a formação de uma massa crítica sobre a penetração das TIC nas atividades urbanas e nos processos participativos no país<sup>8</sup>, como já acontece, por exemplo, em Espanha, com o *MetaDecidim*<sup>9</sup> (2016), no Brasil, com o *LabHacker*<sup>10</sup> (2013), ou em Taiwan, com o *g0v*<sup>11</sup> (2012).

Nestes movimentos internacionais, é evidente a influência da cultura *hacker*. Sua origem está na apropriação criativa e política das tecnologias digitais, criando possibilidades artísticas, lúdicas, pedagógicas, organizativas e provocatórias, através da mistura, reinterpretação e distribuição democrática de novas ferramentas, novas habilidades e novos horizontes (Levy, 1984; Benners-Lee, 2000; Himanen, 2001; Silveira, 2010; Ampatzidou et al., 2015; Castells, 2017).

Na coprodução da cidade contemporânea, os estudos sobre tecnopolíticas destacam a importância da cultura *hacker*, nos modos de fazer, na autoaprendizagem, na experimentação e no compromisso com a democratização da informação (Medina, 2015; Kurban et al., 2016; Treré & Barranquero, 2018). Nas disciplinas da arquitetura e urbanismo, a cultura *hacker* teve um papel decisivo no florescer dos estudos e práticas participativas, a partir da década de 1950, com a cibernética, a computação e a *internet*, tornando possível o desenvolvimento de *softwares* que habilitaram a participação e colaboração (Friedman, 1975; Cross, 1984; Hughes & Sadler, 2000; Vardouli, 2012; Schliwa, 2018).

Revisitando essas práticas e ideias, alguns autores têm apontado o conceito de cidades *hackeáveis*, em oposição à cidade inteligente (Ampatzidou et al., 2015; de Waal & de Lange, 2019). Defendem que a associação das TIC aos sistemas urbanos, e suas formas de produção inclusiva, democratizante, libertadora, deve acontecer através de sistemas abertos, representativos de toda diversidade social, capaz de oferecer oportunidade de aprendizagem mútua e distribuição de poder nas tomadas de decisão.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://smartopenlisboa.com/> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.novaims.unl.pt/fa-cis> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.sharingcities.eu/> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>8</sup> Há já algumas instituições que promovem a inovação com impacto social, algumas vinculadas à ação social, como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através da Casa do Impacto, outras ligadas à arte e cultura como a Fundação Gulbenkian, e alguns projetos promovidos por escolas, universidades, *fablabs* e organizações da indústria criativa. Há também movimentos como o *Legal Hackers Lisbon*, uma representação local de um movimento global que explora a intersecção entre leis e tecnologias, o *Transparência Hackday Portugal* que promove a exploração de dados abertos e, a partir do Porto, incentiva a realização de eventos pelo país, dentre outras iniciativas que, até 2021, ainda não tinham levado ao debate público questões mais fraturantes sobre o impacto das tecnologias na sociedade.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://meta.decidim.org/> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://labhackercd.leg.br/> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>11</sup> Disponível em: <https://g0v.asia/> (consultado em: 13 dez. 2021).

A cidade de Lisboa dispõe de um Plano de Dados Abertos (CML, 2017b), um Centro Operacional Integrado (COI), e diversas plataformas como: Lisboa Inteligente (2018); Lisboa Aberta (2016); Lisboa Interativa (2006); Lisboa Participa (2008) e outras ferramentas que partilham dados e facilitam a participação. Verifica-se, também, uma produção *bottom-up*, pela iniciativa local, de ferramentas digitais de comunicação, organização de ações, constituições de redes e partilha de informações, inclusive em projetos financiados pelo PPL, como, por exemplo: a *app LxConnect* (2017); a Rede de Construtores (2018); e a plataforma Fórum Urbano (2018). Assim, é evidente, alguma abertura dos atores locais para interagirem em interfaces tecnopolíticas diversas.

Estudos sobre a participação na monitorização de políticas públicas, e sobre a construção de sistemas de indicadores comunitários, apontam para a necessidade de se construir uma visão coletiva e um sistema de valores partilhados que definam pactos de autodisciplina para agenciar recursos físicos e relacionais, perseguir os objetivos de desenvolvimento e monitorização, e auxiliar a ação das organizações sobre os territórios (Atkisson et al., 1997; Estrella & Gaventa, 1998; Innes & Booher, 2000). A utilização de interfaces tecnopolíticas pode facilitar esses processos em DL. Estudos sobre diferentes interfaces tecnopolíticas da participação reforçaram a hipótese de que a combinação de várias tecnologias digitais, engendradas pelas próprias comunidades e organizações, seria ainda mais potente para ampliar e fortalecer canais democráticos, permitir acompanhar, analisar e simular intervenções socioterritoriais, e oferecer uma monitorização partilhada, interativa e em tempo real (Farias & Paio, 2019), compreendida, neste estudo, enquanto serviço urbano.

Nesta perspectiva, o presente estudo questiona como apoiar a coprodução de interfaces tecnopolíticas capazes de contribuir para a coprodução da cidade? Tal questão contribui para os estudos sobre participação em arquitetura e urbanismo, sobre o direito à cidade e reforça uma abordagem da informação e das tecnologias digitais enquanto comuns sociais.

A cidade *hackeável* surge como umas das hipóteses de resposta à questão, aproveitando as potencialidades das ferramentas digitais para a participação e coprodução inclusiva e democrática no DL. O *hacking* cívico é apropriado enquanto metodologia para essa coprodução, e a estratégia BIPZIP, enquanto contexto. O objetivo central é a criação de uma metodologia para apoiar a coprodução de interfaces tecnopolíticas, permitindo processos democratizantes de participação e monitorização do DL.

Como objetivos específicos, o estudo procura conhecer as interfaces utilizadas em políticas de DL, conhecer os novos meios (ferramentas digitais tecnopolíticas) e novos atores (novas formas de comunalidade) da participação digital em processos de *hacking* cívico, compreender o *hacking* cívico como metodologia e a contribuição da arquitetura para esses processos, e identificar os atores, interações e ferramentas atualmente utilizadas no contexto da Estratégia BIP/ZIP. Tal é colmatado por uma série de análises sobre processos, meios, atores e interações em *hacking* cívico, sobre a composição e o caráter tecnopolítico de interfaces utilizadas em DL, e a caracterização do contexto BIP/ZIP. A vasta utilização de termos técnicos em língua estrangeira é apoiada por um glossário disposto no início deste documento, para facilitar a leitura.

A investigação permite reflexões específicas sobre o contexto das atividades, sobre as potencialidades e limites da *hackathon* cívica na coprodução de interfaces, e sobre as questões de fundo levantadas no início do estudo, como a capacidade de as tecnopolíticas da participação possibilitarem inclusão, autonomia, colaboração e democratização da informação. Também são contribuições da investigação a formulação do conceito de ‘tecnopolíticas da participação’, a análise tipológica e taxonômica de interfaces tecnopolíticas utilizadas em DL, a proposição de uma ‘metodologia-infraestrutura’ e um dos primeiros estudos sobre uma dimensão digital da Estratégia BIPZIP.

## Metodologia

A metodologia adotada, detalhada a seguir, combina: revisão teórica por meio de genealogia, análise de casos paradigmáticos, análise tipológica e taxonômica, definição de um objeto de estudo e sua apreciação através de métodos etnográficos como a realização de inquéritos, entrevistas e observação participante. Por fim, testa, a nível de protótipo, a metodologia-infraestrutura oferecida que, avaliada através de diversos métodos, é consolidada em uma versão final ajustada.

As ferramentas digitais são tanto objeto desta pesquisa como, também, constante apoio de trabalho para a sistematização e visualização da informação recolhida. Ao longo da investigação, foram utilizadas aplicações como: a *TimelineJS*<sup>12</sup>, para a construção de linhas do tempo; a *Coogler*<sup>13</sup>, para a construção de mapas mentais; e o *kumu.io*<sup>14</sup>, para relações de redes e construção de taxonomias. Os produtos gerados estão disponíveis, ao longo do texto, em ligações que remetem para visualizações interativas publicadas na internet, muito úteis para a compreensão do conteúdo discutido e para a partilha dos dados recolhidos.

As discussões que motivaram esta investigação, os problemas da participação e as possibilidades aventadas pelas tecnologias digitais enquanto ferramentas de participação para o desenvolvimento local, levaram à formulação da seguinte questão de partida: “Como apoiar a coprodução de interfaces tecnopolíticas capazes de contribuir para a coprodução da cidade *hackeável*?”

Três hipóteses orientaram o estudo: (1) o potencial de o *hacking* cívico, que aproveita as potencialidades das ferramentas digitais para a participação, possibilitar processos democratizantes de participação e monitorização do DL, sendo apropriado enquanto metodologia para essa coprodução; (2) a utilidade das interfaces tecnopolíticas para os objetivos do DL; e (3) a ideia de que, ao perseguir a cidade *hackeável*, atualiza-se a busca pelo direito à cidade, em sua dimensão digital.

Tendo como objetivo principal o fornecimento de uma metodologia de coprodução de interfaces tecnopolíticas para o DL, as hipóteses justificaram, ainda, os seguintes objetivos específicos: (1) compreender o *hacking* cívico enquanto metodologia de coprodução, seus novos meios e atores, o papel do arquiteto urbanista nesses processos, e tecer uma reflexão crítica sobre a sua contribuição para as práticas de participação democráticas; (2) conhecer as interfaces tecnopolíticas do DL, seus atores, meios, formas de participação e indicadores; e (3) compreender os processos, atores e meios do BIP/ZIP, contexto para o objetivo principal.

Para o enquadramento teórico, constrói-se a Genealogia das Tecnopolíticas da Participação, procurando compreender como, ao longo dos anos, o desenvolvimento de ferramentas, métodos,

---

<sup>12</sup>Ferramenta digital para a comunicação interativa e *online* de linhas do tempo, desenvolvida pela da *Knighth Lab* e disponível em: <http://timeline.knightlab.com/> (acesso em 13 dez. 2021).

<sup>13</sup>Ferramenta digital para a criação colaborativa de mapas mentais, disponível em: <https://cogger.it/> (acesso em 13 dez. 2021).

<sup>14</sup>Ferramenta digital de livre acesso para a organização, visualização e análise de dados, de forma interativa, disponível em: <https://kumu.io/> (acesso em 13 dez. 2021).

processos, conceitos, leis, possibilitaram abrir as disciplinas da arquitetura e urbanismo ao conhecimento não técnico e à transdisciplinaridade necessária para uma construção mais democrática das cidades. A narrativa genealógica que fundamenta o conceito ‘tecnopolíticas da participação’ e resulta em uma resumida história da participação nas disciplinas da arquitetura e urbanismo, está ilustrada em uma linha do tempo<sup>15</sup>, em permanente alimentação. A abordagem genealógica foi adotada por possibilitar a visualização das narrativas da construção do conhecimento, revelando atores, eventos e contingências que compõem a dimensão política das interfaces (Foucault, 1979; Flyvbjerg, 2001; Bevir, 2010).

Os elementos cartografados para a genealogia são levantados em: bibliografia de referência, essencialmente europeia e americana, recorrendo a autores e experiências desde o Século XIX, por serem referências para aqueles considerados ‘pioneiros da participação’ em meados do Século XX; sítios eletrônicos de projetos e de autores referenciados na bibliografia utilizada; e compilações que aglutinam experiências e marcos incontornáveis da história da participação na arquitetura e urbanismo, como a Cronologia do Pensamento Urbanístico (2019)<sup>16</sup>, uma parceria entre as Universidades Federais da Bahia e do Rio de Janeiro, e o projeto *Spatial Agency* (2019)<sup>17</sup>, da *University of Sheffield*.

A Genealogia das Tecnopolíticas da Participação revela que os processos participativos contemporâneos são caracterizados pela Participação em Rede. Assim, a revisão teórica centra-se em dois de seus principais aspectos, (1) os novos meios (interfaces) e (2) os novos atores (indivíduos conectados organizados ou não), e em suas implicações metodológicas na coprodução de cidades, assumindo uma aposta centrada na cidade *hackeável*.

Essa ação em rede para a democratização da informação pela autoaprendizagem de comunidades de prática caracteriza o *hacking* cívico. Inicialmente, estuda-se a cultura *hacker* a partir de uma linha do tempo<sup>18</sup> que identifica as quatro gerações de *hackers* que originaram o *hacking* cívico. Em seguida, o estudo procura identificar no *hacking* cívico uma metodologia que facilite a coprodução de interfaces tecnopolíticas, na perspectiva de contribuir para aumentar a literacia de cidadãos e organizações no manuseio de dados e tecnologias digitais, capacidade crucial para o agenciamento de recursos no DL.

Neste sentido é realizada uma série de análises que permitem compreender a contribuição do *hacking* cívico para a coprodução da cidade e o papel da arquitetura nesses processos, como na intensificação da produção e uso de tecnopolíticas, estimulando a emergência de novos meios (ferramentas digitais) e novos atores (formas de comunalidade). Para compreender o *hacking* cívico enquanto metodologia, estuda-se seus processos, infraestruturas e atores (De Lange & De Waal, 2019; Del Signore & Riether, 2018; Jaskiewicz et al., 2019; Wilson & Chakraborty, 2019), e discute-se sobre soberania tecnológica, inclusão da diversidade e a sustentabilidade dos projetos gerados (McCan, 2015; Hou & Lampe, 2017; Mendes, 2020b; Oliveira et al., 2014; Smith & Martín, 2020).

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://sobreurbana.com/linhadotempo/> (acesso em 13 dez. 2021)

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/> (acesso em 13 dez. 2021).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.spatialagency.net/> (acesso em 13 dez. 2021).

<sup>18</sup> Disponível em: <http://sobreurbana.com/timelinehackerculture/> (acesso em 31 dez. 2021).

Uma das principais práticas de *hacking* cívico para coprodução de interfaces tecnopolíticas, a *hackathon* cívica, é explorada mais ao detalhe, com o apoio de autores como Townsend (2014), Tauberer (2014), Johnson & Robinson (2014), Komssi et al. (2015), Lodato & Di Salvo (2016), Le (2017), Schliwa (2018), Kitsios & Kamariotou (2019) e Wolff et al. (2020). O objetivo é identificar os atores que interagem nas *hackathon* cívicas, as etapas do processo, os formatos e ferramentas adotados.

Para contribuir com uma leitura crítica desses processos, aspecto ainda pouco estudado (Olesen & Halskov, 2020), procura-se: identificar construções tipológicas de *hackathon* cívicas, como a elaborada por Drouhard et al. (2016), a partir do propósito, e a elaborada por Perng (2019), segundo os atores, racionalidades e práticas; conhecer um panorama sobre a utilização de *hackathon* cívicas na investigação (Olesen & Halskov, 2020); e conhecer a Teoria do Programa, enquanto metodologia de avaliação desses processos e seus resultados (Olesen & Halskov, 2020; Rogers et al., 2000; Hansen et al., 2019; Falk et al., 2021). Aprendizado dessa leitura crítica, o produto final da investigação apresenta-se enquanto uma ‘metodologia-infraestrutura’ – espaço de *design* que conecta etapas metodológicas a recursos sociotécnicos – apropriável pelos diversos atores e adaptável a variados contextos.

O DL e RU são estudados através de autores nacionais e europeus como Amaro (1992), Henriques, (2006), Pinho (2009), Mendes (2013), Sthör (1990), Capello (2011), além de autores brasileiros como Oliveira (2001), Dowbor (2005), e Dagnino (2019), dentre outros. A análise das interfaces tecnopolíticas no DL é feita, sobretudo, a partir de documentos oficiais de diversas instituições, relatórios produzidos por consultorias externas, leitura de sítios eletrônicos e estudos acadêmicos. Elenca-se programas e políticas de DL e RU a níveis local, nacional e da comunidade europeia, nos quais identifica-se atores, meios, formas de participação e sistemas de indicadores. Dentre os meios identificados, observa-se quatro tipos de interfaces digitais mais usadas, sobre os quais são eleitos casos paradigmáticos para uma compreensão mais aprofundada através de revisão teórica, entrevistas e análise de suas composições e caráter tecnopolítico, com o apoio de uma classificação taxonômica criada para o efeito. Por fim, os sistemas de indicadores utilizados nos programas e políticas de DL estudados são compreendidos sob uma perspectiva crítica apoiada em autores como Kitchin et al. (2015a, 2015b), Pato & Pereira (2013), dentre outros, que apontam aspectos políticos da estatística e da visualização de dados. Em complemento, autores como Atkisson et al. (1997), Estrella & Gaventa (1998), Innes & Booher (2000), Badham (2010), justificam a importância dos processos participativos na monitorização do DL.

Como objeto de estudo é definida a Estratégia BIP/ZIP, da CML. A escolha tem em atenção o fato de o BIP/ZIP ser uma política pública que oferece procedimentos institucionalizados para participação e que fomenta uma colaboração em redes de parcerias. Tais parcerias, em sentido *bottom-up*, têm gerado diversas e interessantes interfaces tecnopolíticas (Farias & Paio, 2020), apesar de não contarem com uma comunidade *hacker* ‘consistente’ em Lisboa. Apesar do BIP/ZIP já ter sido premiado internacionalmente enquanto Boa Prática<sup>19</sup>, e de a CML disponibilizar diversas ferramentas digitais para

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://urbact.eu/integrated-toolbox-deprived-neighbourhoods> (consultado em 13/12/21).

a participação cidadã, este não dispunha, até o início desta investigação, de uma ferramenta de monitorização partilhada entre os variados atores envolvidos.

A realização de entrevistas e inquéritos preliminares (ver seções 5.6 e 5.7) confirmou a pertinência da investigação, reconhecida tanto por técnicos da CML quanto por atores da iniciativa local. Tais métodos etnográficos, aos quais somam-se uma observação participante em diversos processos da Estratégia BIP/ZIP, mostrou-se fundamental para uma melhor compreensão do objeto de estudo, trazendo para investigação informação ainda não registrada noutros estudos científicos.

A investigação parte de uma relação estrita, que inclui os orientadores da tese, com a CML, especificamente com o DDL, responsável pela operação da Estratégia BIP/ZIP, para compreender a evolução da estratégia ao longo dos anos, as necessidades de visualização de resultados e as formas de interação com a iniciativa local. Diversos projetos financiados pelo PPL também foram acompanhados, com o objetivo de aproximação com as entidades da iniciativa local, comunidades e territórios intervencionados, para conhecer melhor o tecido associativo envolvido, a forma como se articulam para ampliar os espaços de participação, organizarem suas atividades, ecoarem suas reivindicações e produzirem as melhorias que desejam para os seus territórios de ação. Da necessidade identificada de melhorar e ampliar os instrumentos de monitorização da Estratégia BIP/ZIP, surge o objetivo de propor um observatório, mais tarde atualizado para o de propor uma metodologia para coprodução de interfaces tecnopolíticas, em processos que integrassem iniciativa local, CML, academia e outras instituições, de modo que esses atores definissem, em conjunto, o quê queriam monitorizar e como.

O enquadramento da Estratégia BIP/ZIP na investigação compreende-a no quadro da política de coesão socioterritorial, enquanto abordagem econômica pelo desenvolvimento local (DL) e abordagem de intervenção territorial pela regeneração urbana (RU). Ambas incentivam a articulação de atores e recursos locais, contribuindo para a produção tecnopolítica. As quatro ferramentas da Estratégia BIP/ZIP - definição de territórios; financiamento público; gabinetes de apoio; e incentivo a redes de colaboração - são estudadas através de documentos oficiais e dados disponibilizados no *website* do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local da CML (PHDL) (2013); na plataforma do PPL (2011); na plataforma de Informação Geográfica da CML, a Lisboa Interativa (LxI) (2006); no website da Rede DLBC Lx (2013), e na plataforma Fórum Urbano (2018).

É importante salientar que, dentre as quatro ferramentas BIP/ZIP, a investigação centra-se no PPL, por fomentar, junto à iniciativa local, a coprodução de produtos e serviços, inclusive interfaces tecnopolíticas, fornecendo, assim, um contexto bastante rico para os problemas colocados na investigação. O PPL, responsável pelo financiamento de diversos projetos da iniciativa local, alguns de impacto relevante nas dinâmicas territoriais de Lisboa, é também a ferramenta mais visível da estratégia BIP/ZIP, retendo maior atenção das discussões públicas, do discurso político e das mídias sociais. No entanto, não se pretende avaliar nem o PPL, nem a estratégia BIP/ZIP, tarefa realizada, no momento, pelo próprio DDL e por consultoria contratada pela CML.

## Estrutura da tese

A investigação apresenta-se estruturada em três partes. A Parte I traz o enquadramento teórico do estudo e sua contextualização pelo objeto de estudo escolhido. O Cap. 1 traz uma construção teórica do conceito *tecnopolíticas da participação*, em uma genealogia organizada em cinco momentos: Participação para Cidadania, Participação para Autonomia, Participação Comunitária, Participação Institucional e Participação em Rede, esta última, caracterizando o momento atual da participação. É, então, explorada a condição digital da Participação em Rede e suas capacidades na coprodução da cidade, a partir dos novos atores e meios que faz emergir. Um posicionamento crítico sobre os mecanismos autoritários das cidades inteligentes e uma defesa pela cidade aberta, *hackeável*, finaliza a revisão teórica, entendendo a prática *hacker* como um possível caminho para a constituição de comuns urbanos. O Cap. 2 traz a contextualização da Estratégia BIP/ZIP, partindo do seu enquadramento enquanto política para o DL e a RU de Lisboa, o desenvolvimento das suas quatro ferramentas principais e o contexto da sua primeira década de operacionalização.

A Parte II do estudo traz uma série de análises que ajudam a responder às questões colocadas na investigação. A começar pela compreensão do hacking cívico enquanto metodologia, conhecendo os novos meios e atores, conteúdo do Cap. 3. A discussão encerra com a identificação da necessidade de uma metodologia-infraestrutura para mediar tais processos. O Cap. 4 traz: a identificação de interfaces tecnopolíticas utilizadas em vários programas de DL e RU nas escalas local, nacional e regional; a identificação de tipologias de interfaces, discutidas a partir de casos paradigmáticos; e a identificação de sistemas indicadores utilizados em DL e RU. Além da identificação de elementos que compõem as interfaces analisadas, o estudo elabora uma taxonomia para análise do caráter tecnopolítico das mesmas. O Cap. 5 encerra as análises com um estudo centrado na Estratégia BIP/ZIP. São apresentados os estudos de monitorização dos territórios prioritários de Lisboa, interfaces disponibilizadas tanto em sentido *top-down* quanto em sentido *bottom-up*, o relato da observação participante em diversos eventos e atividades com atores, projetos e territórios BIP/ZIP, e uma sequência de inquéritos e entrevistas semiestruturadas realizadas para captar a percepção dos atores do ecossistema BIP/ZIP sobre a criação e operacionalização da Estratégia, a pertinência do observatório e das ferramentas digitais, conceitos norteadores e processos diversos.

A Parte III da investigação descreve o *hackaBIP*, metodologia-infraestrutura de coprodução de cidade *hackeável*. O Cap. 6 descreve seu processo de criação, em três versões, *hackaBIP.v01*, *hackaBIP.v02*, e *hackaBIP.v03*, esta última, testada na programação do 10º Aniversário da Estratégia BIP/ZIP. Sua experimentação permitiu elencar diversos melhoramentos, consolidados na versão final *hackaBIP.v3.1*. O Cap. 7 traz as conclusões e aberturas para investigações futuras.



## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

## CAPÍTULO 1

**1. Tecnopolíticas da Participação**

Desde o Séc. XIX, estão a ser discutidos e experimentados, nas disciplinas do design e não só, diversos meios e métodos que favoreçam uma maior autonomia das pessoas e coletividades na construção do ambiente em que vivem. As cidades que tiveram sua ecologia profundamente alteradas pela industrialização e conseqüente afirmação do capitalismo, passaram a ser objeto de diversas teorias, tratados e projeções utópicas, que consideravam a sua humanização e democratização determinantes para a promoção da justiça social e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

A ação e reflexão de ativistas que mobilizavam comunidades em defesa de seus interesses coletivos, e de autores que questionavam o papel da arquitetura, das artes, da política e outros campos do conhecimento para a libertação e emancipação dos povos (Fourier, 1822; Morris, 1882:1901; Kropotkin, 1898:s.d.), influenciou uma tradição em participação na arquitetura e urbanismo que, ao longo do Séc. XX e até os dias de hoje, intenta incluir, em seus processos, as pessoas por eles atingidas.

O termo ‘participação’ pode ser definido como o ato de tomar parte em um processo (Jones et al., 2005; Lind, 2007), tanto a convite ou de forma cooptada por um sistema dominante (Friedman, 1987), quanto através da prática política autônoma. De forma mais abrangente, a participação é perseguida e estudada enquanto forma de distribuição de poder entre os vários atores que moldam a sociedade e o ambiente (Arnstein, 1969), cujo exercício é sempre conflituoso (Miessen, 2010).

Ao longo do tempo, a ‘participação’ tem assumido variados significados para referir a diferentes níveis de interação, onde os participantes assumem novos papéis e responsabilidades. Colaboração, cooperação, cocriação, *codesign*, coprodução, cogovernança são, portanto, designações para diferentes tipos de participação. Como colaboração, compreende-se a interação entre partes no sentido de construir capacidades relacionais através da diversidade (Healey, 1997). Na cooperação, essa colaboração objetiva o benefício mútuo entre as partes envolvidas (Sennett, 2012). Enquanto cocriação refere-se a qualquer processo criativo coletivo, *codesign* é uma instância da cocriação aplicada a um processo de design, ou seja, com o envolvimento de designers e pessoas não peritas em um trabalho coletivo (Sanders & Stappers, 2008). Coprodução refere-se à participação ativa de indivíduos de fora de uma determinada organização, no desenho e entrega de serviços providos por ela, como a participação ativa dos cidadãos no desenho e na entrega de serviços públicos, geralmente através de canais alternativos de participação (Ostrom, 1996; Watson, 2014). Cogovernança denomina a partilha na tomada de decisões em processos de negociação policêntricos e, potencialmente, mais democráticos (Iaione, 2016).

Diversos atores têm experimentado diferentes abordagens e inventado arenas, processos e ferramentas para apoiar a participação dos historicamente excluídos das decisões sobre a construção do ambiente e o modo como este deve representar nossas variadas formas de vida.

Grande influenciador do planejamento urbano e regional, Patrick Geddes (1915:1994) defendia o estudo sobre as cidades, que ele experimentava no primeiro observatório urbano, a *Outlook Tower*, inaugurada em 1892, como um meio para emancipação dos cidadãos frente ao poder político. Giancarlo De Carlo (1980:2010), um dos protagonistas do movimento da arquitetura participativa iniciado nos anos 1950, propunha a abertura das operações arquitetônicas enquanto princípio político necessário para a distribuição de poder entre arquitetos, futuros usuários e todos os agentes dessas operações. O compromisso social com as populações desfavorecidas, torna a prática em *advocacy planning* proposta por Paul Davidoff (1965), nos anos 1960, bastante influente e originária de uma importante tradição em participação comunitária. A partir da década de 1980, com as práticas de planejamento colaborativo (Healey, 1997) e novas formas de governança das cidades, as quais diversificaram os canais de participação cívica em seus governos, acentua-se um processo de difusão de processos participativos promovidos por instituições. No início do Séc. XXI, a disseminação da internet e de dispositivos móveis favorece a uma profusão de práticas colaborativas em rede possibilitando processos decisórios coletivos (Carpo, 2011) que podem permitir um nível estratégico de impactos duradouros nos processos de construção das cidades (De Waal & De Lange, 2019).

O arcabouço constituído pelas reflexões teóricas e pelas práticas –sistemas de signos, ferramentas, métodos, procedimentos etc. - forjadas no seio das disciplinas do design quando procuram abrir-se a outros saberes, das práticas comunitárias de base local e de solidariedade social que reivindicam inclusão nos processos de decisão, assim como das práticas institucionalizadas por políticas públicas que tentam responder a tais exigências; constitui as ‘tecnologias da participação’.

Tendo como referência estudos de Lewis Mumford (1934:2018; 1967:2010; 1964), entendemos por tecnologia o conjunto de técnicas, conhecimentos, competências, linguagens, expressões artísticas, orientações éticas, ferramentas, instrumentos, aparelhos, equipamentos etc., forjados pela sociedade para mediar as transformações que opera em si e no ambiente. Para Mumford (1934:2018), toda técnica é um produto cultural, que depende de uma preparação ideológica e social. O autor define a técnica como uma tradução das verdades teóricas da ciência para formas apropriadas e práticas.

Para Bruno Latour (1994) essa tradução é característica do processo sociotécnico em que, na mediação de artefatos, a sociedade e a matéria passam a trocar propriedade. Ou seja, a partir do momento em que o ser social delega a uma ferramenta alguma operação, ele adquire competências que o transformam noutra coisa, assim como a ferramenta que, sem o manuseio de um agente, não é mais do que um punhado de matéria. Nesse sentido, o autor sugere a compreensão da tecnologia enquanto ‘trabalho congelado’ (Latour, 1994, p. 40).

A abordagem sociotécnica (interação entre pessoas e tecnologia) ressalta as tecnologias de organização, controle e poder, sobre as quais os estudos de Michel Foucault (1979; 1982) trazem

importante contribuição. O autor discute a tecnologia como uma ocorrência que emerge de uma multiplicidade de causas que incluem processos e conflitos sociais, transformações discursivas, reformas institucionais e inovações técnicas, sempre investidas de uma racionalidade estratégica. Constituindo essa racionalidade estão as formas de conhecimento e as formas de organização ou poder (lei, disciplina e segurança).

Sobre as formas que a sociedade desenvolveu para produzir conhecimento sobre si mesma, Foucault (1982) enumera quatro tipos de tecnologias: tecnologias de produção, que dizem da manipulação e transformação das coisas; tecnologias de sistemas de signos, que conformam os símbolos e valores; tecnologias de poder que subjetivam o sujeito a um sistema de dominações; e tecnologias do 'eu' que permitem ao indivíduo, sozinho ou com a ajuda de outros, operar transformações sobre seu próprio corpo, alma e pensamento. Apesar de terem, cada uma, o seu próprio domínio de conhecimento, não operam de forma isolada, mas interconectadas. O autor denomina o encontro entre as tecnologias de poder e do 'eu' de governamentalidade (Foucault, 1979).

Considerando a participação enquanto prática onde se busca a distribuição do poder de decisão - sobre o desenho, a construção ou as políticas que definem o espaço vivido - sua abordagem tecnológica deve ter em conta, não só os aspectos técnicos das ferramentas que a habilitam, mas também os aspectos políticos que a moldam. Censos, estatísticas, regras procedimentais, dentre outros, são instrumentos fundamentais para a governamentalidade da sujeição e domesticação de indivíduos e coletividades que, por sua vez, também são capazes de se auto preparar e forjar meios para influenciar e modificar tais instrumentos e criar outros mais adequados e justos.

A abordagem ética e política da produção e utilização tecnológica, encontra no conceito de tecnopolítica uma lente bastante útil para o estudo das tecnologias da participação. De forma mais abrangente, a tecnopolítica refere-se à relação intrínseca entre desenvolvimento tecnológico e político, partindo do pressuposto de que não existe neutralidade nessa relação (Treré & Barranquero, 2018). Assumindo que o estudo das tecnologias da participação é indissociável dos aspectos políticos que determinam seu desenvolvimento, adotamos neste estudo o termo 'tecnopolíticas da participação'.

As primeiras ocorrências do termo 'tecnopolítica' datam de 1997 (Kurban et al., 2016), e referem-se às possibilidades apontadas pelo agenciamento político das tecnologias de informação e comunicação (TIC) à democracia e aos processos de tomada de decisão (Lebkowsky, 1997; Rodotà, 1997). Emerge dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade<sup>20</sup>, que tratavam das disputas de poder na transferência de tecnologia, inovação científica e conseqüente transformação da esfera política, para referir aos agenciamentos políticos de artefatos tecnológicos (Treré & Barranquero, 2018). Refere-se, portanto, tanto à produção *bottom-up* quanto à produção *top-down* da tecnologia, imbuída de forças tanto progressistas quanto conservadoras.

---

<sup>20</sup> Em Inglês, também é usado o termo *Science and Technologie Studies* (STS).

Práticas *hackers* experimentadas desde a década de 1950 sofreram grande aceleração e expansão quando, na década de 1990, com a *world wide web*, a produção tecnológica passou a ser mais acessível a mais pessoas (Castells, 2017), com implicações importantes nas interações dos processos de *design* e na governança das cidades. A manipulação das TIC impulsiona o estudo das tecnopolíticas (Kellner, 2001), na medida em que traz a promessa de democratização do conhecimento, quando cada cidadão se torna criador, editor, colaborador e ativista (Foth, et al., 2015).

O agenciamento das tecnopolíticas influenciou decisivamente movimentos sociopolíticos da passagem entre os séculos XX e XXI, do Movimento Zapatista, em 1994, ao 15M na Espanha, em 2011, devido ao uso que esses grupos fizeram das TIC, nomeadamente a internet, redes sociais e dispositivos móveis para se organizarem e difundirem reivindicações (Kellner, 2001; Gutiérrez-Rubí, 2014; Medina, 2015). Ao potenciarem capacidades de comunicação e organização da ação coletiva e constituição *bottom-up* de comuns urbanos, também tem contribuído para a construção de contra narrativas e a ressignificação de territórios (Sá, 2015; Gutierrez & Milan, 2018). Com as práticas de inovação cidadã experimentadas durante o confinamento social na pandemia de COVID-19, em 2020 (Freitas et al., 2020; Falanga, 2020), seu estudo ganha importância renovada.

Treré & Barranquero (2018) destacam a contribuição da escola espanhola para o estudo sobre tecnopolíticas que, sobretudo a partir do 15M, centra-se na emergência de novos atores políticos e de uma inteligência coletiva, na mediação da ação coletiva, de multidões conectadas, e na relação entre movimentos sociais e a comunicação política governamental, com uma abordagem de rede, ética *hacker*, cultura livre, auto-organização, descentralização etc. Tal escola conseguiu relevante partilha com pesquisadores latino-americanos, na observação e ação junto a recentes movimentos sociais e seu relacionamento com políticas públicas institucionais, trazendo uma compreensão integral das tecnopolíticas para além de sua instrumentalidade, com atenção à ação política híbrida (online e offline), aos atores não humanos, com foco na inovação e experimentação.

Sob essa abordagem, o mapa conceitual elaborado por Javier Toret Medina (2015) e ilustrado na Figura 1:1, ajuda a situar a tecnopolítica para além do ciberativismo, e enquanto apropriação das ferramentas digitais para a organização da ação coletiva, conectando corpos e cérebros numa rede distribuída pela multidão conectada.

Kurban et al. (2016) trazem outro esquema conceitual (Figura 1:2), que analisa as tecnopolíticas em seis dimensões: (1) o propósito, que refere aos níveis políticos da ação, podendo ser comunicativo, legal, organizacional ou institucional; (2) o contexto, relacionado com o nível de liberdade civil em que se dá a produção tecnopolítica, se no exercício da liberdade, no processo de empoderamento ou na governança; (3) a escala, referente à estrutura da geografia política em que se dá a ação, podendo ser comunal (local), regional, estatal ou internacional; (4) a direção, referente à natureza multiescalar das tecnopolíticas que, assentes na comunidade, aproxima-a às arenas globais afetando processos e protocolos intermediários; (5) os atores, em sua multiplicidade e diferentes níveis de participação, podendo ser institucionais, individuais ou coletivos; e (6) o espaço, multicamadas, caracterizado pela

sincronização de singularidades antes dispersas, que encontram no ciberespaço a capacidade de organização e feedback para redefinir o espaço físico em ‘nós’ de conhecimento.

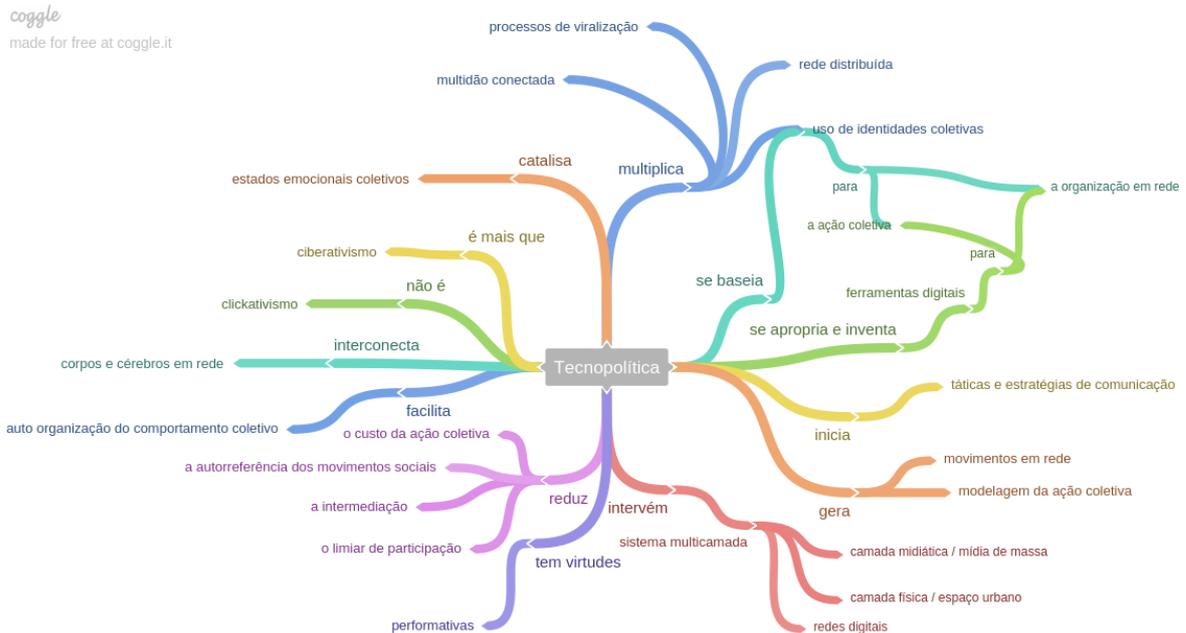


Figura 1:1 - Adaptação e tradução do mapa conceitual da tecnopolítica. Fonte: Medina (2015), p. 64.

Disponível em: <https://bit.ly/2Ko9KDq> (consultado em 21 dez.2021)

**TECNOPOLÍTICA:**

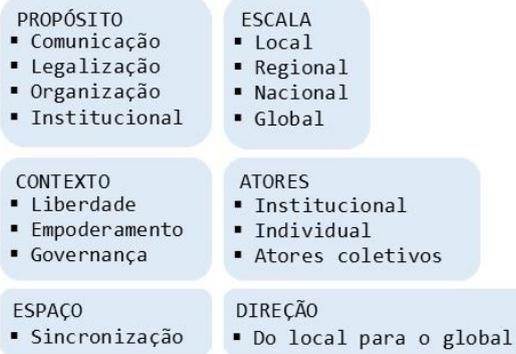


Figura 1:2 - Esquema conceitual da tecnopolítica. Fonte: A partir de Kurban et al. (2016).

Apesar da ênfase comumente dada ao caráter democratizante das tecnopolíticas, seu estudo também revela a tensão entre a liberdade de informação e ação versus questões de privacidade e vigilância. Se, por um lado, a mediação tecnopolítica das disputas políticas caracteriza importantes movimentos de resistência à globalização, feministas, ecologistas, trabalhistas e anticapitalistas, por outro lado, também permite a emergência de forças conservadoras, reacionárias, racistas, terroristas, que intensificam a produção de um ‘tecnocapitalismo’ (Kellner, 2001).

Segundo Kurban et al. (2016), enquanto a produção *bottom-up* de tecnopolíticas pode subverter o uso de ferramentas legais e políticas, cujas consequências ainda carecem de mais estudos, a produção *top-down*, focada na eficiência e eficácia das organizações, reforça sistemas de controle.

Tal é refletido na associação das tecnopolíticas às questões urbanas e à operacionalização dos serviços urbanos. Por um lado, têm-se as cidades inteligentes, cujas práticas hegemônicas remetem a sistemas de controle fechados, favorecendo fluxos decisórios *top-down* e prescritivos (Kitchin et al., 2015a; Mendes, 2020a). Por outro lado, práticas *bottom-up* participativas e ativistas são viabilizadas pela Web 2.0<sup>21</sup> (O'Reilly, 2007), dispositivo fundamental da sociedade em rede (Castells, 2017). Nesta, os fluxos de informação bidirecionais dão visibilidade a reivindicações e possibilitam a organização e o engajamento de coletividades em torno de ações concretas, reforçadas em discursos sobre o comum, cidades *hackeáveis*, partilháveis, abertas, coordenadas ou *human smart cities* (Stalder, 2018; Mendes, 2020b; Ampatzidou et al., 2015; Labaeye, 2019; Sennett, 2020).

A Web 2.0 é, ao mesmo tempo, motor do hacking cívico e fonte de um de seus problemas. Se, por um lado, habilita que mais e mais pessoas criem e compartilhem conteúdo na internet (O'Reilly, 2007), por outro, isso dá-se, geralmente, em plataformas proprietárias, como as redes sociais digitais e aplicações de *big techs* como a *Google*, *Microsoft*, dentre outras, que acabam por armazenar os dados gerados e, muitas vezes, a lucrarem com eles (Morozov & Bria, 2019).

Atualmente, as práticas de 'participação' enfrentam importantes dilemas. Por um lado, a ampla utilização do termo, em boa medida pelo processo de institucionalização que sofreu nas últimas décadas, e pelo entendimento geralmente inquestionável de seu caráter inclusivo e bem-intencionado, acaba por mascarar de partilha de poder em tomadas de decisão, procedimentos que, na verdade, continuam hierarquizados (Miessen, 2010). Tal discurso benevolente sobre a participação enfraquece a possibilidade de reivindicação dos não participantes e diminui a possibilidade de oposição e conflito social, portanto, não pode deixar de ser questionado (Larsson, 2020). Por outro lado, a condição digital da sociedade contemporânea, a partir das novas TIC digitais e outras tecnologias, e das redes de colaboração que possibilita estabelecer, parece favorecer a abertura para a participação podendo ampliar, de forma verdadeira ou ilusória, a autonomia de indivíduos e coletivos (Stalder, 2018).

Esses são dilemas e desafios que ameaçam o caráter democrático dos processos participativos, o que eleva a importância das implicações éticas das escolhas tecnológicas feitas nesses processos, as quais, segundo Mumford (1934: 2018), podem estar a serviço tanto da libertação como da opressão. Nesse sentido, a manutenção das instituições democráticas – as quais incluem os mecanismos de participação nas várias instâncias da vida social – na atualidade, depende de uma abordagem sobre tecnologia, que questione não o que satisfaz à própria tecnologia, à ciência ou ao mercado, mas o que satisfaz aos anseios da sociedade (Mumford, 1964).

---

<sup>21</sup> Termo popularizado por O'Reilly (2007) em 2004, Web 2.0 refere-se à rede como plataforma, muito potenciada pelas redes sociais digitais. Em 2021, já se falava na Web 3.0, caracterizada pela web semântica, composta por bases de dados que podem ser interpretados pelos motores de busca. No entanto, ainda não realizada.

## 1.1. Genealogia das Tecnopolíticas da Participação

Para a articulação de uma teoria sobre as tecnopolíticas da participação buscou-se uma abordagem genealógica, que contextualiza as transformações sofridas ao longo do tempo e cartografa o ‘legado’ dessas transformações, ajudando a uma apreciação mais informada das escolhas postas em jogo, na atualidade (Farias et al., 2021).

Para Foucault (1979) a abordagem genealógica situa as disputas de narrativas que conformam a construção de um conhecimento, revelando as lutas históricas que o constituíram, instrumentalizando, dessa forma, as táticas atuais. Analogamente, Flyvbjerg (2001) destaca a importância da construção de narrativas, identificando os atores e eventos específicos de determinada questão, como forma de criar as bases para uma pesquisa *phronética*<sup>22</sup>, contextual.

Nessa perspectiva, discutimos a seguir as tecnopolíticas da participação construindo uma genealogia que articula seu desenvolvimento histórico a partir da identificação de atores, processos, métodos, ferramentas, reflexões teóricas, marcos legais e acontecimentos relevantes para as formulações que a participação nas disciplinas do design veio sofrendo ao longo do tempo.

A genealogia discutida a seguir está organizada em cinco momentos de inovação tecnopolítica, que reconhecem padrões em práticas e questões similares, sem estancarem em si mesmos: (1) Participação para a Cidadania - a partir das críticas e práticas reativas à cidade industrial até as primeiras tentativas de abertura dos processos de design e planejamento sob a responsabilidade social da arquitetura moderna, caracterizadas pelo levantamento, sistematização e disseminação de informação; (2) Participação para a Autonomia - a partir da década de 1950 e das críticas ao modernismo, no que vários autores demarcam como a ‘arquitetura da participação’, em práticas que buscavam a autonomia dos futuros usuários; (3) Participação Comunitária - a partir da década de 1960, com o *Advocacy Planning* (Davidoff, 1965) e as práticas colaborativas; (4) Participação Institucional - a partir da década de 1980, com práticas governamentais que, em diferentes medidas, possibilitaram a ampliação de canais de deliberação; (5) A partir da década de 2000 e da *Web 2.0* que levou ao amadurecimento de uma Participação em Rede, influenciada pela cultura digital.

Considera-se, enquanto inovações tecnológicas, as mudanças técnicas, a partir de um novo produto ou uma nova combinação de produto que é ‘comercialmente aceito’, ou amplamente adotado em determinado campo, em situação convergente entre tecnologia, economia e contexto social e

---

<sup>22</sup> Segundo a tradição aristoteliana, há três tipos de conhecimento: 1) *episteme*, relacionada ao conhecimento científico, universal e baseado na racionalidade analítica, equivalendo ao que hoje entendemos por epistemologia; 2) *techne*, conhecimento pragmático, variável, contextual, instrumental e orientado à produção, sendo a raiz do que hoje entendemos por técnica e arte; e 3) *phronesis*, comumente traduzido como ‘prudência’ ou ‘senso comum prático’, relacionado à ética e caracterizado pelo pragmatismo, variabilidade, contextualidade e orientação à uma ação baseada na racionalidade prática dos valores. (FLyvbjerg, 2001).

institucional, tornando-se, portanto, espaço privilegiado para o estudo das mudanças técnicas (Perez, 2009). Ou seja, a inovação tecnológica está sempre acompanhada de inovação organizacional, de um sistema que inclui práticas de empreendedorismo, marketing, administração. Portanto busca-se, com essa genealogia, evidenciar as reflexões teóricas, experiências práticas e inovações tecnológicas, tendo em conta atores e suas orientações éticas, marcos legais e acontecimentos históricos que, de certa forma, influenciaram o curso das tecnopolíticas da participação.

A Genealogia das Tecnopolíticas da Participação é ilustrada numa linha do tempo, em que cada entrada ou elemento dispõe de informações como: indicação de data; de início e fim de período; título; texto explicativo (sobre autoria, localização, descrição etc.); imagem com legenda e indicação de fonte; categorização dos elementos, como a seguir: (a) publicação (livros, artigos, revistas, manifestos, cartas etc.); (b) prática (projetos, ateliês, grupos, ações, eventos, espaços etc.); (c) lei (leis, acordos, programas públicos); (d) marco histórico (acontecimentos, documentos históricos etc.). Construída com o apoio da aplicação *TimelineJS*, a está disponível de forma interativa e *online*<sup>23</sup> e ilustrada na Figura 1:3.

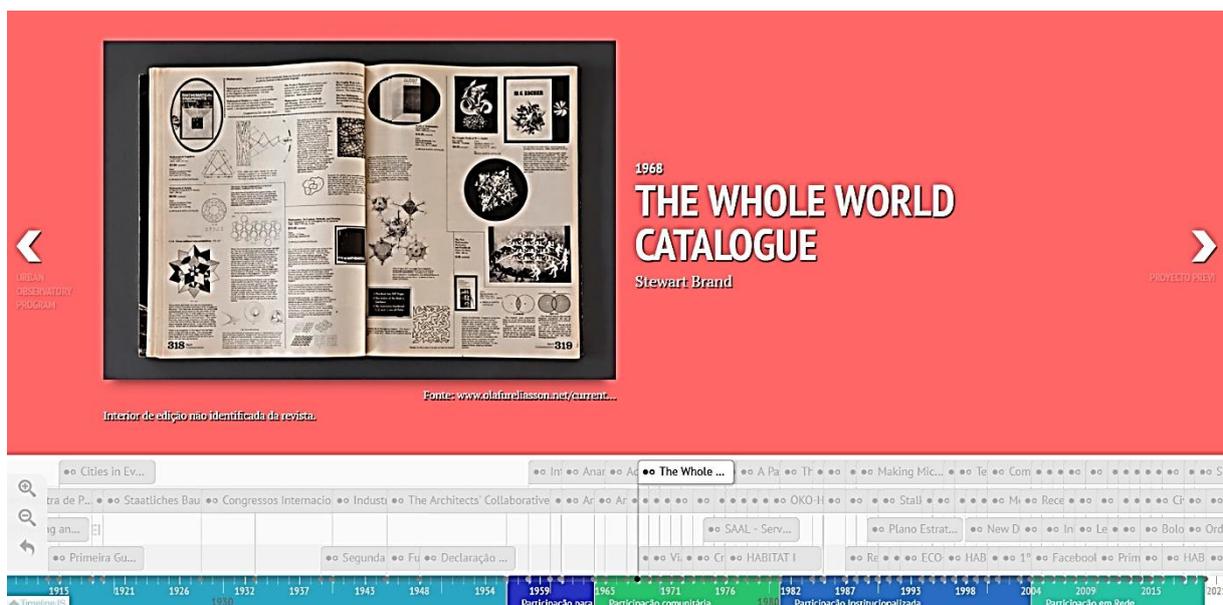


Figura 1:3 - Visualização da linha do tempo da Genealogia das Tecnopolíticas da Participação, com destaque para *The Whole World Catalogue*, de Stewart Brand. Disponível em: <https://sobreurbana.com/linhadotempo/> (consultado em 20 dez. 2021)

### 1.1.1. Participação para Cidadania

[A partir da crítica à cidade industrial - Séc. XIX]

A adoção de métodos participativos nas práticas da arquitetura e do urbanismo tem grande inspiração nas elaborações utópicas do início do século XIX. A experiência dos falanstérios, de Charles Fourier

<sup>23</sup> Disponível em: <http://sobreurbana.com/timeline/>

(1822), a crítica às condições de trabalho e educação de Piotr A. Kropotkin (1898:s.d.), os valores do movimento *Arts & Crafts* liderado por John Ruskin e William Morris (1882:1901), entre outros, alertavam, nas últimas décadas do Séc. XIX, para a necessidade de humanização das cidades, das relações de trabalho e da produção artística, com uma abordagem sistêmica, pragmática e pedagógica sobre o ambiente vivido.

Nessa mesma época, foram fundadas as primeiras casas de acolhimento e trabalho social de combate à pobreza, como a *Toynbee Hall*<sup>24</sup>, fundada em 1884 pelo casal Samuel e Henrietta Barnett, em Londres, e a *Hull House*<sup>25</sup>, fundada por Jane Addams e Ellen Gates Starr, em Chicago. Voluntariado, formação de lideranças e a pioneira aplicação de questionários em pesquisa social, foram algumas das inovações dessas instituições, que influenciaram políticas sobre espaços públicos e outros temas urbanos (Sennet, 2012).

No início do Séc. XX, nascia o planejamento regional sob grande influência de Patrick Geddes (1915:1994), numa aproximação do planejamento urbano com a sociologia. Geddes introduziu o *survey before planning*, um inquérito às necessidades locais para captar o ‘espírito da comunidade’ (Mota, 2013), levantamento que continha um abrangente escopo dos assentamentos humanos e mapeamento de sua evolução histórica (Townsend, 2014). No seminal *Cities in Evolution*, Geddes (1915:1994) defende a realização de Mostras Urbanísticas como forma de influenciar a educação e a opinião pública; propõe a criação da disciplina *Civics*, relacionando cidadania com questões urbanas e municipais; e apresenta sua experiência à frente da *Outlook Tower*, fundada em 1892, em Edimburgo. Definida como um observatório e laboratório urbanos, a *Outlook Tower* permitia a observação da cidade e oferecia uma mostra robusta com textos, mapas, desenhos, fotografias etc., retratando aquela localidade em suas várias escalas.

Com o surgimento das primeiras leis para regulação do espaço urbano, é inaugurado o direito urbanístico, instrumento básico da disputa de poder entre cidadãos e estado no que se refere às cidades<sup>26</sup>. São exemplos o *Housing and Town Planning Act*, no Reino Unido em 1909, e a *Lei Cornudet*, na França, em 1919 (Pinto, 2010). São criadas as primeiras agremiações de arquitetos e urbanistas, como a *Royal Town Planning Institute*, Londres, 1914; a *Société Française des Urbanistes*, Paris, 1911; a *Sociedad Central de Arquitectos*, Buenos Aires, 1910, e o *Instituto dos Arquitetos do Brasil*, 1921 (Cronologia do Pensamento Urbanístico, 2019). Tais instituições desempenham importante papel de articulação disciplinar e profissional, funcionando como arena para a inclusão, participação e colaboração dentro das disciplinas.

---

<sup>24</sup> Sítio eletrônico da *Toynbee Hall*, instituição ainda em funcionamento: <http://www.toynbeehall.org.uk/> (consultado em 13 dez. 2021).

<sup>25</sup> Sítio eletrônico do Jane Addams *Hull House Museum*, estabelecido no prédio de fundação da *Hull House*: <https://www.hullhousemuseum.org/> (consultado em: 13/12/21).

<sup>26</sup> O texto destaca a criação de leis que abrangem o planejamento urbano. Vale ressaltar que, no que se refere à provisão habitacional, vários países já haviam desenvolvido seus marcos legais naquela altura, como foi o caso da Inglaterra em 1890, da Itália em 1903 e do Chile em 1906 (Millán-Millán, 2016).

Em resposta às exigências por produção seriada, nasce a disciplina do design, integrando arte e arquitetura (Moura, 2003). Gerrit Thomas Rietveld, representante do De Stijl, importante movimento holandês daquele momento, protagoniza em 1918 o que mais tarde vieram a ser as práticas *Do It Yourself* (DIY), ao disponibilizar de forma aberta para a replicação o design da *Red and Blue chair* (Figura 1:4), concebido em peças padronizadas para a produção em massa e DIY.



Figura 1:4 – *Red and Blue chair*, de Gerrit Thomas Rietveld. Fonte: Vitra Design Museum.

A afirmação do design dá-se com a fundação da Staatliches Bauhaus, em Weimar, Alemanha, que objetivava quebrar a hierarquia entre artistas e artesãos, tendo como missão a democratização do design. Apesar de sua breve existência, de 1919 a 1933, influencia o ensino e a pesquisa em design até hoje. Ainda que o foco na padronização para a produção industrial seriada tenha vindo a ser, mais tarde, base de muitas críticas feitas à escola e a alguns de seus renomados professores e alunos, a intenção fundadora da instituição era ampliar o acesso a produtos, de equipamentos domésticos à habitação, a uma parcela da sociedade que antes esteve à margem da produção industrial (Moura, 2003).

A utilização do design como instrumento de mudança social estava presente nas intenções do arquiteto suíço Hannes Meyer, que chegou a dirigir a Bauhaus. Entre 1919 e 1921, durante a construção do bairro social estatal Freidorf, em Basel, Meyer protagonizou a aplicação de questionários em apoio ao projeto arquitetônico, em pesquisas de opinião feitas antes e depois do uso (Spatial Agency, 2019).

Experiências como a de Meyer representaram o ideal de responsabilidade social do movimento moderno (Montaner & Muxí, 2014). No entanto, foi a doutrina funcionalista, difundida nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), realizados de 1928 a 1956, que marcou o período de maior produção da arquitetura modernista, durante a reconstrução das cidades atingidas pelas Grandes

Guerras e a consequente necessidade de produção habitacional em massa, em práticas profissionais marcadamente *top-down* e tecnocráticas.

O estúdio *The Architects Collaborative* (TAC), fundado em 1945, em Cambridge/EUA, por um grupo de jovens arquitetos e Walter Gropius, fundador da Bauhaus e um dos líderes dos CIAM, notabilizou-se por difundir o estilo internacional da arquitetura moderna. No entanto, também foi pioneiro na inclusão de mulheres na sua equipe, e pela forma colaborativa de trabalhar entre seus associados, práticas pouco comuns à época.

Contemporaneamente às discussões do CIAM, na periferia de Chicago/EUA, Saul David Alinsky liderava movimentos de base social, à frente do *Back of the Yards Neighborhood Council* e depois na *Industrial Areas Foundation*<sup>27</sup> (IAF), criada em 1940. Sua ação junto a famílias e comunidades antes marginalizadas, ajudando-as a se organizarem de forma comunitária e a reivindicarem participação nas decisões que afetavam suas vidas, inspirou a ação posterior de vários outros líderes comunitários, políticos e profissionais atuantes na luta por ampliação da participação nas questões urbanas (Tobin, 1988).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e, em 1948, promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que vão subsidiar, até aos dias de hoje, importantes discussões e práticas internacionais de caráter inclusivo e de justiça social.

A rigidez da doutrina modernista e sua incapacidade de oferecer as melhores condições de vida urbana prometidas por suas promessas iniciais, fez emergir práticas divergentes, *bottom-up* e contextuais, como a produção tática de centenas de *playgrounds* infantis em espaços intersticiais da cidade de Amsterdam, entre 1947 e 1978, projetados por Aldo van Eyck, com a participação dos moradores na indicação dos sítios de implantação. Van Eyck, junto com outros jovens arquitetos, formou o Team X que em 1956 marcou o fim dos CIAM e o início do debate sobre arquitetura participativa, que marca o momento seguinte desta genealogia (Montaner & Muxí, 2014).

Nesse primeiro momento de fundação de ideias e princípios, são contribuições para as tecnopolíticas da participação: (1) o legado de textos e práticas humanistas e cooperativistas que inspiraram mudanças técnicas e filosóficas na atuação profissional de arquitetos, planejadores, artistas e designers, mas também na ação política de ativistas e movimentos sociais; (2) construção da regulação disciplinar da arquitetura; (3) criação do direito urbanístico, que regulamenta formas de intervenção do Estado e do mercado nas cidades, e servem como instrumento de reivindicação cidadã; (4) a consolidação do design enquanto disciplina, ampliando o acesso a produtos produzidos em massa; e (5) a identificação da informação como elemento essencial para a ampliação da cidadania, seja na adoção de inquéritos em apoio ao planejamento ou ao projeto, como na realização de Mostras Urbanas e em espaços como a *Outlook Tower* que oferecem informação aos cidadãos para que possam reivindicar e praticar seus direitos.

---

<sup>27</sup> Mais informações em: <http://www.industrialareasfoundation.org/> (consultado em: 13 dez. 2021).

### 1.1.2. Participação para Autonomia

[A partir da crítica à cidade moderna e do *Team X* – Fim dos anos 1950]

Vários autores situam o florescer das práticas de participação em arquitetura e urbanismo entre as décadas de 1950 e 1970 (Sanoff, 2000; Friedman, 1987; Awan et al., 2001). Diversas publicações daquela época formaram a crítica contra a rigidez e tecnocracia da arquitetura moderna sentida, principalmente, na produção massiva de habitação nas décadas de 1940 e 1950.

Na arquitetura, discutia-se sobre como incluir os futuros usuários nos processos de design e construção, buscando sua autonomia. No manifesto *Architecture Mobile*, publicado no evento que constituiu o *Team X* e dissolveu o CIAM, Yonna Friedman (1958) defendia os princípios de uma arquitetura flexível ao longo do tempo, cujo design seria determinado pelos próprios moradores, numa cidade com uma superestrutura elevada, que garantiria sua densidade sem suprimir espaços para trabalho e lazer. John Habraken (1961:1972) propôs a sua teoria dos suportes, que agenciava uma arquitetura adaptativa em constante mutação, composta por uma estrutura exterior rígida e um interior aberto para o ‘preenchimento’ conforme a necessidade dos usuários. Giancarlo de Carlo (1969), outro fundador do *Team X*, condensava reflexões sobre processos arquitetônicos cíclicos e baseados em contínuo *feedback*, que possibilitasse uma arquitetura adaptativa ao longo do tempo.

Duas publicações deram importante contribuição para a valorização do conhecimento e da criação não profissional, não técnica, não erudita, crucial para o processo de diluição da autoria que as disciplinas do design já estavam a sofrer. *Architecture without Architects* (Rudofsky, 1964:1987), resultado de uma exposição homônima realizada no *Museum of Modern Arts* de Nova Iorque, contrapunha à história da arquitetura - centrada em culturas selecionadas do mundo ocidental, na arquitetura ‘formal’ e dos privilegiados - o saber acumulado e transmitido através das gerações na construção de suas casas, numa arquitetura ‘sem *pedigree*’. Já em *Adhocism – The Case for Improvisation*, Charles Jenckins e Nathan Silver (1972:2013) proclamavam a ação direta do ato criativo decorrente da combinação de elementos *ad hoc* para satisfação de necessidades imediatas, como um estilo democrático capaz de devolver a saúde mental às pessoas, capturada pelo esvaziamento e indiferenciação típicos da arquitetura moderna.

Exemplos de arquitetura participativa foram mundialmente celebrados e difundidos. Na concepção e execução do conjunto habitacional *Villaggio Matteotti*, inaugurado em 1975, em Terni, Itália, De Carlo envolveu uma equipe que continha antropólogos, sociólogos e futuros moradores, que atuaram juntos desde o processo de diagnóstico até à construção (Cronologia do Pensamento Urbanístico, 2019). Em *La Mémé*, alojamento estudantil construído na *Université Catholique de Louvain*, Bruxelas, entre 1970 e 1976, Lucien Kroll utilizou uma maquete física com um sistema modular inspirado nos suportes de Habraken, como dispositivo para interação entre os técnicos de seu estúdio e os estudantes futuros moradores, num processo de design participativo (Jones, 2005). Outro alojamento estudantil, *Bauhäusle*,

construído na *Universität Stuttgart* entre 1981 e 1983, teve suas estruturas autoconstruídas pelos estudantes, sob a supervisão de Peter Sulzer e Peter Hübner, utilizando o sistema desenvolvido por Walter Segal. O método Segal de construção consiste na utilização de peças padronizadas de madeira, em uma estrutura modular e flexível, de fácil utilização, tendo sido aplicado na autoconstrução de residências em Lewinsham, Londres, na década de 1970 e em muitas outras experiências (Spatial Agency, 2019). Já com uma abordagem ecológica, o projeto da *Okohaus*, liderado por Frei Otto, reuniu famílias através de uma publicação num jornal local de Berlim, em 1980, para a co-construção de habitações abertas à sua auto-determinação (*The Offbeats*, 2017).

Campos como a matemática, física, complexidade, computação e cibernética (Wiener, 1985:1948), permitiram novas abordagens tecnológicas e filosóficas, baseadas na ideia de auto-organização, emergência, retroalimentação e sociedade aberta (Popper, 1991:1945). No começo dos anos 1960, surge o *Design Methods Movement* (DMM), rede internacional de estudantes e investigadores, que incluía John Chris Jones, Christopher Alexander, Horst Rittel, Nigel Cross e outros. Na década de 1970, defendiam a ‘máxima participação possível’, assumindo que o conhecimento, assim como a ignorância, é um valor distribuído no vasto universo da sociedade e que, portanto, o máximo possível de participação leva ao máximo de conhecimento. Nessa perspectiva, o designer passaria a mediador ou educador (Cross, 1984), e teria como questões centrais a abertura dos processos e a sua comunicação. A ‘linguagem de padrões’ elaborada por Christopher Alexander et al. (1977), é exemplificadora dos esforços em ‘traduzir’ os processos de design e fornecer ‘padrões’ inteligíveis e úteis a pessoas leigas.

Surge o campo do design de interface, que explora sistemas de comunicação para articular os diversos *stakeholders* envolvidos em um determinado processo (Schliwa, 2018). Kunz e Rittel (1970) desenvolvem o esquema IBIS – *Issue-based information system* (sistema de informação baseado em questão), que consiste em um ‘mapa de diálogo’ formado por questões, respostas, prós e contras, e que vai influenciar dinâmicas de processos de decisão atualmente utilizadas em *living labs* e outros espaços de colaboração.

A adoção da computação nos processos de design também é discutida em propostas como a *Flatwriter* (Figura 1:5) de Yona Friedman (1975) e a *Design Amplifier* do grupo MIT Architecture Machine, liderado por Nicholas Negroponte, ambas oferecendo fluxos de informação e interação que habilitam não-experts à construção do ambiente físico (Vardouli, 2012). Mais tarde, em 1981, Negroponte inaugura o MIT *Medialab*, considerado precursor dos laboratórios cívicos do Séc. XXI, onde a computação e as novas tecnologias de comunicação são utilizadas de forma multidisciplinar e experimental para desenvolver soluções inovadoras com a sociedade (Ciudadanía 2.0, 2014). O desenvolvimento da computação fez ainda surgir, no final dos anos 1950, o que viria mais tarde a ser reconhecido como a *cultura hacker* (Levy, 1984; Silveira, 2010; Ampatzidou et al., 2015).

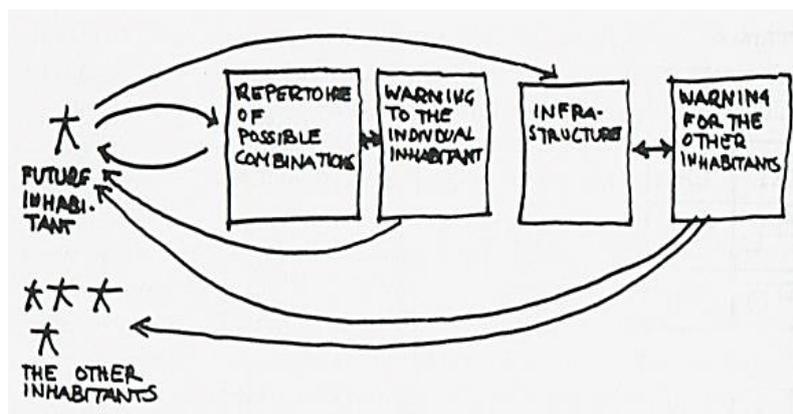


Figura 1:5 – Organograma básico da *Flatwriter*, de Yona Friedman. Fonte: Friedman (1975), p. 54.

Todos esses movimentos pregavam o acesso à informação e à capacidade de alterá-la e distribuí-la livremente, como forma de conseguir autonomia através da produção da tecnologia. No contexto da contracultura, ao lado da cultura hacker também emergiu a cultura *Do It Yourself* (DIY), caracterizada pela improvisação, combinação de partes, reutilização e personalização de objetos, em reação à alienação social provocada pelo consumismo (Ermacora & Bullivant, 2016). A publicação *The Whole Earth Catalogue*<sup>28</sup>, com instruções para construir as mais variadas coisas, editada por Stewart Brand entre 1968 e 1972, é referência fundamental para as culturas *hacker* e *DIY*. Conceitos atrelados a elas como a autoaprendizagem, sistemas abertos, aproveitamento e compartilhamento de recursos, vão influenciar as lógicas de participação nas disciplinas do design, desde já, mas com especial desdobramento nas práticas do Séc. XXI.

No campo do planejamento, ainda nos anos 1960, duas linhas de pensamento ganharam relevância. Uma, a recusa ao planejamento, refletida no texto *Non-Plan: an Experiment in Freedom*, publicado em 1969 pela revista britânica *New Society*, assinado pelo crítico de arquitetura Reyner Banham, pelo urbanista Peter Hall e pelos arquitetos Paul Barker e Cedric Price. Concluindo que o planejamento urbano era inevitavelmente aristocrático, oligárquico e não democrático, propunham a delimitação de ilhas de não-planejamento como forma de observar, em um determinado espaço, o que as pessoas realmente queriam. Supunham que as pessoas ordinárias queriam não aquilo que os técnicos e políticos achavam que elas queriam, mas sim, o melhor guião para poderem construir segundo seus próprios desejos e necessidades (Hughes & Sadler, 2000).

Pelo contrário, a outra linha de pensamento do planejamento defendia a atuação profissional em proximidade às práticas e reivindicações comunitárias, inaugurando uma forte tradição discutida na seção a seguir.

Assim, pode-se dizer que o momento aqui definido por Participação para Autonomia, tirou proveito de áreas como a cibernética, computação e complexidade para experimentar e difundir ferramentas e

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.wholeearth.com/index.php> (consultado em 30 dez. 2021).

metodologias reativas à rigidez da doutrina modernista e possibilitar a autonomia dos indivíduos e sua participação nas operações do design. Destacadamente com as seguintes inovações: (1) definição de processos abertos e cíclicos para incorporação do *feedback* dos futuros usuários a sistemas adaptáveis e flexíveis; (2) adoção de *interfaces* que possibilitam essa interação autônoma dos futuros usuários nas várias fases dos processos de design; (3) o reconhecimento e adoção de padrões de *design*, refletindo uma leitura mais aproximada sobre o comportamento humano e social condicionado ao ambiente construído e, dessa forma, informando melhor as escolhas a serem feitas no processo de design; e (4) as culturas *hacker* e *DIY*, que estimulam a experimentação e a partilha de informação.

### 1.1.3. Participação Comunitária

[A partir do *Advocacy Planning* - Década de 1960]

As lutas sociais que marcaram os anos 1960 – movimento *gay*<sup>29</sup>, feminista e pelos direitos cívicos, luta antirracismo e a emergência do discurso pós-colonial - influenciaram as disciplinas da arquitetura e urbanismo, que passaram a buscar um planejamento de longo termo a partir da articulação comunitária (Sanoff, 2000), sobrepondo ao desafio de aumentar a autonomia dos indivíduos, o desafio de aumentar a autonomia de comunidades. A espetacularização do urbano (Debord, 1967:1997), a relação entre urbanismo e capitalismo (Lefebvre, 1968:2016), a pressão dos planos de revitalização urbana sobre os bairros tradicionais (Jacobs, 1961:2009), a busca por autonomia e a articulação dos movimentos sociais (Castells, 1972:1983), são alguns dos tópicos que marcaram o alargado debate da época.

Refletindo sobre os limites do *design* em atuar sobre os problemas da sociedade, Rittel e Webber (1973) cunharam o termo ‘*wicked problems*’ (problemas perversos) para referir às questões postas em planejamento que, por sua natureza, são impossíveis de descrever ou delimitar.

A prática de Paul Davidoff e seu texto seminal *Advocacy and Pluralism in Planning*, publicado em 1965, teve grande impacto sobre toda uma geração de arquitetos e planejadores. Nele, o autor reconhecia a pluralidade de interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade; o desequilíbrio de poder existente entre eles, na reivindicação de direitos; e a falsa neutralidade dos intervenientes. Assim, propunha que os planejadores atuassem como advogados dos grupos sociais desfavorecidos, oferecendo soluções específicas em seu favor, considerando aspectos físicos, econômicos e sociais, para a inclusão desses grupos (Davidoff, 1965).

A atuação de Davidoff influenciou o surgimento de instituições como os *Community Design Centers*<sup>30</sup>, nos Estados Unidos da América (EUA), que forneciam apoio técnico a comunidades desassistidas, promovendo a participação e a mobilização social na articulação com os planos e

<sup>29</sup> Como explica Stalder (2018), o que nos anos 1960 e 1970 foi o ‘movimento *gay*’, acompanhando a atomização da cultura digital e seu caráter de rede assumiu sua heterogeneidade nos anos 1990, passando a intitular-se ‘movimento LGBT’, acrescentando, daí em diante, novas siglas para representatividades mais específicas.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.communitydesigncentersf.com/about.html> (consultado em 13 dez. 2021).

estratégias de governo (Awan et al., 2001). Da observação de vários processos participativos e da sua experiência no Departamento de Habitação, Educação e Bem-Estar, no governo americano, Sherry Arnstein (1961) elaborou seu influente estudo sobre os níveis de participação (Figura 1:6) enquanto níveis de distribuição de poder, que atingem, para a autora, três patamares: a não-participação, a participação superficial ou simbólica, e o poder cidadão.

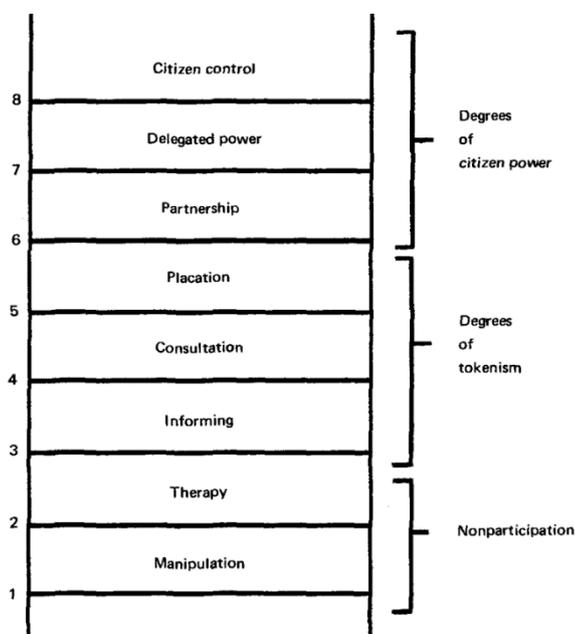


Figura 1:6 – Escada da participação, segundo Sherry Arnstein. Fonte: Arnstein (1961), p.217.

Já os escritos de John Turner (1972), acerca de sua experiência na produção de melhorias habitacionais nas *barriadas* peruanas, visibilizaram e apoiaram as lutas por moradia travadas em parte do Sul Global. Os anos 1960 e 1970 foram marcados pelas lutas por moradia popular e práticas cooperativistas na América Latina, que tinham como princípio a autogestão, autoconstrução, mutirões, microfinanciamento, em empreendimentos ora autônomos, ora abrigados por programas governamentais, nos quais arquitetos e planejadores tiveram papel relevante. Dessas experiências surgiram organizações como: o *Centro Experimental de la Vivienda Económica*<sup>31</sup>, fundado em 1967 pelo arquiteto Horacio Berretta, na Facultad de Arquitectura da Universidad Católica de Córdoba, Argentina; a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*<sup>32</sup>, fundada em 1970 (Spatial Agency, 2019); e o Movimento pela Reforma Urbana, no Brasil, na década de 1970, constituído por uma coalizão entre lideranças e técnicos assessores de movimentos sociais pela habitação, organizações não governamentais e setores progressistas da Igreja Católica, movimento que mais tarde teve grande influência na inserção de valores sobre o direito à cidade na atual Constituição Federal do país (Caldas, 2015).

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.ceve.org.ar/index.php> (consultado em 13 dez. 2021).

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.fucvam.org.uy/acerca-de/> (consultado em 13 dez. 2021).

Na Europa, a experiência do arquiteto Ralph Erskine no projeto do *Byker Wall*, habitação social construída em Newcastle entre 1969 e 1975, teve grande impacto nas práticas comunitárias. Para convidar os moradores a partilharem suas visões sobre o empreendimento e a participarem em seu desenho, Erskine implantou seu estúdio no bairro alvo da operação, o que inspirou a criação de instituições como os *Community Technical Aid Centers*, fundadas no Reino Unido (Awan et al., 2001).

Outra experiência europeia inovadora, embora de curta duração (1974 a 1976), foi o Serviço de Apoio Ambulatorial Local (SAAL), criado pelo governo português, tendo o Arquiteto Nuno Portas como Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo. Idealizado no contexto da revolução socialista que derrubou o governo ditatorial do país, o programa disponibilizava comissões técnicas em apoio a famílias auto-organizadas para a construção ou reforma de suas casas e bairros (Bandeirinha, 2014).

Criados em contextos diversos, mas ainda sob a abordagem comunitária, também são importantes: a *Habitat International Coalition*<sup>33</sup>, uma rede internacional pelo direito à habitação e justiça social fundada em 1976 em paralelo com a primeira conferência da UN-Habitat; o *Project for Public Spaces*<sup>34</sup>, fundado em 1975 nos EUA a partir das ideias do arquiteto William H. Whyte e com a missão de difundir o conceito de *placemaking*; a também americana *Planners Network*, uma associação de estudantes, profissionais e acadêmicos engajados em um 'planejamento progressivo', fundada em 1975; e a *Architecture Sans Frontières*<sup>35</sup>, fundada na França em 1979 pelo arquiteto Pierre Allard, e internacionalizada para diversos países a partir de 2007.

Da atuação dessas e outras organizações não governamentais, em interação com arquitetos, planejadores, designers, governos e comunidades, foram desenvolvidas e disseminadas diversas metodologias. Destacam-se: a *Community Action Planning* (CAP), da autoria de Goethert Reinhard e Nabeel Hamdi (1992), desenvolvida a partir de sua experiência nas periferias de cidades do Sul Global, em especial, e que consiste em workshops comunitários que vão da identificação de problemas, priorização, definição de estratégias, planejamento para implementação, até a monitorização; a *Planning for Real*<sup>36</sup>, desenvolvida em 1977 por Tony Gibson, da Neighbourhood Change Unit, departamento da Nottingham University, Glasgow, Escócia, e replicada especialmente em cidades europeias, com o apoio de *toolkits*<sup>37</sup> compostos por cartas que orientam a ação, peças para composição de maquete física e instruções básicas; assim como os diversos métodos e ferramentas divulgados em forma de *toolkits* em publicações como as de Henri Sanoff (2000) e Wates & Knevitt (1987). A abordagem *serious games* também ganha espaço nesse contexto, especialmente a partir da publicação homônima de Clark C. Abt

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.hic-gs.org/index.php> (consultado em 13 dez. 2021).

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.pps.org/> (consultado em 13 dez. 2021).

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.asfint.org/> (acessado em 30 dez. 2021).

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.planningforreal.org.uk/> (acessado em 30 dez. 2021).

<sup>37</sup> Os *toolkits* ou 'caixas de ferramentas' usados na facilitação de processos participativos são conjuntos de ferramentas de apoio, dispostos segundo uma estrutura definida, para a interação entre pessoas não-técnicas, que lhes possibilita experimentar, imaginar, inferir sobre um problema de design e que, seguidos os roteiros propostos de ação, possibilitam analisar padrões entre os resultados de diferentes utilizações (Sanders & Stappers, 2014).

(1970), que apresentava a utilização da lógica dos jogos em processos de aprendizagem e como forma de engajar participantes em processos interativos.

Em suma, no momento da Participação Comunitária, as tecnopolíticas da participação foram incrementadas pelos seguintes fatores: (1) o comportamento ativista dos profissionais da arquitetura e urbanismo, e outros, atuantes nas questões urbanas e habitacionais, aproximando-os de contextos de maior carência urbana; (2) o surgimento de organizações não governamentais, muitas vezes apoiadas por organismos e financiamentos internacionais; (3) a criação e aperfeiçoamento, a partir do trabalho dessas instituições, de diversas metodologias para o trabalho colaborativo, difundidas em forma de *toolkits*, jogos, manuais etc.

#### 1.1.4. *Participação Institucional*

[A partir do Planejamento Colaborativo - Década de 1980]

Em experiências realizadas a partir da década de 1970, Patsey Healey (1997) observou uma virada comunicativa na teoria do planejamento urbano. Sob forte influência das ideias sobre democracia deliberativa de Jürgen Habermas (1981), emergiu o entendimento de que é na interação social que se forma o conhecimento necessário para conduzir as transformações desejadas no ambiente físico, e que o planejamento pode servir como meio privilegiado para a construção de redes de interação, sistemas de significados e referências culturais. Nessa perspectiva, uma linha do planejamento adquiriu uma abordagem institucionalista, ligando-se aos sistemas de governança, de elaboração e de análises de políticas públicas, no que Healey (1997) chamou de planejamento colaborativo.

Como observa Carole Pateman (2012), se nos anos 1960 a participação, não só nas disciplinas da arquitetura e urbanismo, mas enquanto ampla reivindicação democrática, foi uma conquista da sociedade civil em luta por ampliação de direitos, nos anos 1980 ela já estava pacificamente incorporada no discurso de governos de quase todo o globo.

Nos EUA e no Canadá a participação pública foi institucionalizada ainda na década de 1970 (Creighton, 2005). No Reino Unido, a participação pública no planejamento havia sido institucionalizada em 1968, com o *Town and Country Planning Act*, publicado em decorrência de uma grande crise de confiança, e com o *Skeffington Commitee* que, um ano depois, estabeleceu uma agenda radical para a participação na formulação de políticas (Richardson & Connelly, 2005). No entanto, a agenda neoliberal do *New Public Management* (NPM), iniciada no governo Margaret Thatcher, entre os anos 1970 e 1980, depois disseminada para o mundo, operou mudanças significativas e muito influentes nas formas de governar e, embora tenha resultado num progressivo encolhimento de direitos civis e austeridade econômica, sua abertura ao mercado diversificou formas de participação pública (Gruening, 2001; Quick & Bryson, 2016).

Gernod Gruening (2001) elenca várias características do NPM, dentre as quais: a descentralização, que desloca a responsabilidade de prestação de serviços do governo para voluntários, organizações não

governamentais e comunidades; medição da performance do governo e *accountability*; separação entre política e administração; organização do público em nichos de clientela; maior uso das tecnologias de informação; e maior uso da participação cívica. Na perspectiva de Robert Behn (1998), mecanismos de prestação de contas (*accountability* e transparência) impõem alguma participação pública para a escolha de objetivos e formas de monitoramento e avaliação. É nesse contexto que se situa a emergência do termo coprodução, nos países europeus, na década de 1990, associado ao envolvimento das comunidades na entrega de serviços públicos (Quick & Bryson, 2016; Mitlin & Bartlett, 2018).

O maior uso das TIC nos procedimentos de governança refletiu-se no *e-governo*, que é a mediação das relações entre governo e cidadãos (entre clientes e fornecedores) por ferramentas eletrônicas, especialmente a Internet, para fornecer informações, possibilitar redes de comunicação e discussão feitas por identidades digitais (Yildiz, 2007). A adoção, no e-governo, das tecnologias *Geographical Information Systems* (GIS) e, mais tarde, *Global Positioning System*<sup>38</sup> (GPS), incrementou a participação pública em processos de planejamento urbano (Kingston, 2002).

Nos anos 1990, o desenvolvimento de softwares para a mediação de processos colaborativos e criativos é impulsionado pelo surgimento de escolas de *design thinking*, a exemplo da IDEO<sup>39</sup> e da *School of Design Thinking* do Hasso Platner Institute<sup>40</sup> (Schliwa, 2018). A abordagem *design thinking* emerge da combinação do pensamento computacional e interativo com aspectos cognitivos, cujas raízes são atribuídas à publicação *The Sciences of the Artificial*, de Herbert Simon (1968), à abordagem *user-centred design* (Norman & Draper, 1986), e à metodologia *visual thinking* (Interaction Design Foundation, 2018). A associação do *design thinking* na abordagem de *wicked problems*, passa a ser amplamente utilizada em processos criativos e colaborativos (Schliwa, 2018).

A Europa, a partir dos anos 1990, centra-se na operação de grandes projetos de revitalização ou regeneração urbana, constituindo o que Swyngedouw et al. (2002) chamam de Nova Política Urbana. Tal caracteriza-se por: estabelecer parcerias entre governos, mercado e sociedade civil; projetos emblemáticos na perspectiva do marketing urbano; intensa incorporação imobiliária; progressiva privatização de fundos públicos; e intervenções espacialmente direcionadas e localizadas. Mota (2013) destaca, nesse período, a opção pelo projeto em detrimento do plano, onde predomina a escolha seletiva dos parceiros envolvidos, em arranjos como as emergentes parcerias-público-privadas (PPP), que vão formar um novo quadro institucional no planejamento e na governança.

Neste contexto, a União Europeia (UE) lança junto dos seus países-membros vários programas para a regeneração urbana e desenvolvimento local, experiências discutidas com mais detalhe no Cap. 4. As estratégias de participação, valorização do conhecimento local, transferência de conhecimentos e

---

<sup>38</sup> A tecnologia GPS fornece coordenadas de posicionamento global, foi lançada pelo governo americano em 1995 e liberada para acesso público somente em 2000. Para Tauberer (2004), protagonizou o que mais tarde viria a ser compreendido como o 'governo como plataforma'.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://designthinking.ideo.com/> (consultado em 30 dez. 2021).

<sup>40</sup> Disponível em: <https://hpi.de/school-of-design-thinking.html> (consultado em: 13 dez. 21).

monitorização de políticas e territórios, exigidas nesses programas, reforça o papel de estruturas como os observatórios urbanos, socioeconómicos e de políticas públicas, cada vez mais utilizados, em variadas tipologias e escalas. O *Global Urban Observatory* é um exemplo, lançado em 1997 pela UN-Habitat para a monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e da Nova Agenda Urbana, e para influência sobre os decisores políticos (UN-Habitat, 2015).

Destaca-se, de um modo geral, desses processos de participação institucional, a proliferação de projetos levados por organizações não governamentais (ONG) e patrocinados por organismos multilaterais como a UE, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tais organismos são ainda responsáveis pela disseminação de conceitos e métodos participativos em forma de cartilhas de ‘boas práticas’ e pela assimilação da participação enquanto ‘responsabilidade social’ ou meramente como ferramenta para *accountability*.

Nesse sentido, verificam-se as práticas de planeamento urbano estratégico, amplamente disseminadas a partir da publicação do Plano Estratégico, Económico e Social de Barcelona, em 1990. Nestas, os *stakeholders* – representantes económicos, empresariais e da sociedade civil - são convidados a participar num processo de construção de consensos sobre uma imagem de cidade que se deseja e o caminho necessário para atingi-la.

Segundo Vainer (2002) trata-se da ‘despolitização planejada’. Sob o discurso da descentralização do poder, as práticas de planeamento estratégico centram esforços na escala da cidade, adotando o *marketing* urbano para a promoção de ‘cidades competitivas e pacificadas’, através de um ‘patriotismo cívico’ assente nas interações entre *stakeholders*, veiculadas nos canais mediáticos. O autor ainda denuncia a pressão exercida por agências multilaterais e consultores internacionais para exportação desse modelo a cidades do ‘Sul Global’

Nesse eixo Norte/Sul de transferência tecnológica, a experiência do Orçamento Participativo (OP) é o principal modelo exportado do Sul para o Norte Global. Criado no sul do Brasil e experimentado pela primeira vez em uma capital de estado em Porto Alegre, em 1989, o OP está hoje presente em todos os continentes. Resultado de um intenso processo de reivindicação popular por participação nas tomadas de decisão dos governos municipais<sup>41</sup>, o OP permite que os cidadãos votem a destinação de parte do orçamento público, ampliando, dessa forma, a participação na decisão sobre programas e projetos urbanos de pequeno e médio porte (Allegretti et al., 2012).

A disseminação do OP pelo mundo aconteceu ao mesmo tempo em que também se disseminava o conceito e a prática da governança, através de campanhas promovidas por organismos supranacionais e agências multilaterais. Em uma campanha mundial lançada em 2000, a UN-Habitat (2002) definiu a governança como uma prática de gestão de um território em que, diferentemente das práticas de governo, se reconhece o poder existente dentro e fora das instituições e autoridades formais, reduzindo o papel

---

<sup>41</sup> Embora iniciado na escala do município, em 2018 foi lançado o Orçamento Participativo Portugal, uma experiência pioneira à escala do Estado. Mais informações em: <https://opp.gov.pt/> (consultado em: 13/12/21).

destes e ampliando o papel da sociedade civil na articulação de seus interesses. Leis e acordos para garantir o acesso à informação sobre processos e planos geridos pelas instituições, como a Convenção de Aarhus, assinada pelos estados-membros da UE em 1998, são essenciais nesse processo de abertura.

Nessa disputa de forças, observamos o emprego das seguintes tecnologias na participação institucional: (1) metodologias para planejamento colaborativo e planejamento estratégico; (2) novas formas de governo ou governança; (3) instrumentos legais que garantem as variadas formas e possibilidades de participação; (4) a emergência do *design thinking* na abordagem de *wicked problems*; e (5) a criação de canais para interação entre governos e sociedade civil, ampliando canais de *deliberação*, arranjos institucionais, plataformas de legitimação científica e a progressiva utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação.

### 1.1.5. Participação em Rede

[A partir da Web 2.0 – Década de 2000]

Na década de 1990, a reação às políticas neoliberais e aos crescentes problemas urbanos deram-se na confluência de novas formas de ação coletiva com a popularização das novas TIC. Além da maior interação entre sociedade civil e governos, o contexto em que se deu a afirmação da sociedade em rede (Castells, 2017) também assistiu à expansão do terceiro setor, à emergência dos movimentos alter-mundialistas, ao reposicionamento dos espaços públicos como palcos e objetos de disputa, e à convergência entre práticas estéticas e artísticas com movimentos e ativismos urbanos (Gohn, 2014; Arantes, 2016).

Em um texto sobre a emergência de projetos e métodos colaborativos na arte do início do Séc. XXI, Maria Lind (2007) identificou como características dessas práticas a interdisciplinaridade, o uso da mídia, de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, combinados com um desejo por ativismo e por ‘fazer juntos’.

A ação *Gezi Park Fiction*, decorrida entre 1994 e 1995 em Hamburgo, exemplifica esse novo modo de fazer. Liderada por uma associação de moradores, a ação implantou um parque público em uma área destinada a receber investimentos com finalidades privadas, como forma de negociar com a administração pública local e reverter os planos iniciais para a área. A utilização das TICs para a comunicação de causas e mobilização de participantes nessa ação, assim como para a sistematização e compartilhamento de experiências, como nas práticas do *Recetas Urbanas*<sup>42</sup>, realizadas pelo arquiteto Santiago Cirugeda em Sevilha a partir de 1996, preconizaram o que a seguir veio a ser denominado por urbanismo tático<sup>43</sup> (Lydon, 2012; Farias, 2018a).

<sup>42</sup> Disponível em: <https://piseagrama.org/receitas-urbanas/> (consultado em 13 dez. 2021).

<sup>43</sup> Termo bastante abrangente, ‘urbanismo tático’ passou a ser mais utilizado no início do Séc. XXI referindo a intervenções urbanas temporárias, participativas, geralmente informais e contestatórias, em oposição ou complementação à ação urbana estratégica (Farias, 2018).

Apesar das novas denominações – urbanismo tático, insurgente, de guerrilha, DIY - e de sua recente difusão por meio das novas TIC, tais práticas remontam à autoprodução ou autoconstrução que, especialmente no Sul Global e nas áreas pobres das grandes metrópoles do mundo, sempre estiveram presentes. Trata-se do processo sócio tecnológico em que o indivíduo ou coletividade, não detentores do conhecimento técnico, unem oportunidade com criatividade para satisfazer suas necessidades básicas de moradia ou espaços comunitários que não lhes foram oferecidos adequadamente (Nascimento, 2016). No início do Séc. XXI este ‘modo de fazer’ passa a ser praticado também nas grandes praças dos principais centros urbanos, apoiado por recursos mediáticos e uma narrativa de colaboração em rede.

Com o desenvolvimento da *Web 2.0*, no início do Séc. XXI, termo cunhado pela primeira vez pelo consultor Tim O’Reilly<sup>44</sup> em 2004, a internet estende-se a vários dispositivos para além do computador, numa ‘arquitetura da participação’ que oferece serviços progressivamente melhorados através do uso e incremento de dados pelos usuários (O’Reilly, 2007). As práticas ativistas e participativas ganham, assim, novas ferramentas para trabalhar em rede. Em colaboração torna-se possível acessar e produzir informação, alterar o trabalho produzido por outros e compartilhar modos de fazer. As redes sociais digitais, plataformas de dados e de mapeamento etc., acessíveis por dispositivos móveis, habilitam discussões em fluxos de interação em tempo real, tornando os usuários em *prosumers* (produtores e consumidores de conteúdo) (Toffler, 1980).

Para Castells (2017) as novas TIC são a base material, a plataforma necessária para a sociedade em rede, onde a rede é uma estrutura sempre em expansão, formada por nós interconectados por fluxos (financeiros, comunicacionais, políticos, sociais etc.), em que os nós são as estruturas de poder. Tais estruturas usam redes de internet e comunicação móvel, redes sociais *online* e *offline*, umas pré-existent e outras que se formam durante as ações, redes com outros movimentos, dentro da própria internet, com outras mídias e entre a sociedade como um todo.

O espaço público passa a ser, na cidade contemporânea, um híbrido entre o ciberespaço da internet e o espaço urbano que, conectados, constituem práticas e comunidades. Inspiradas por e articuladas aos movimentos políticos que ficaram conhecidos como o 15M na Espanha, o Occupy Wall Street nos EUA, a Primavera Árabe, e outros – que também renovaram o interesse pelas tecnopolíticas – diversas práticas táticas e DIY de ocupação do espaço público e de ressignificação de estruturas urbanas demonstraram o potencial de conexão entre redes e ruas que as novas TIC digitais proporcionam (Figura 1:7). No entanto, assim como no espaço urbano, o poder nas redes de colaboração também é assimétrico, fazendo-se necessário investigar como ele se manifesta (Larsson, 2020; Silva et al., 2018).

---

<sup>44</sup> Tim O’Reilly é cofundador da O’Reilly Media que, dentre outras coisas, realiza conferências mundialmente influentes sobre inovação tecnológica. Popularizou termos como “*open source*”, “*web 2.0*” e “governo como plataforma”. Junto com seu sócio, Dale Dougherty, também protagonizou o movimento *maker* e a disseminação dos laboratórios de fabricação digital (<https://www.oreilly.com/tim/bio.html>, consultado em: 13 dez. 21).



Figura 1:7 – Ocupação tática do Campo de Cebada em Madrid, entre 2011 e 2016, com programação coconstruída na internet. Crédito: María Carmo. Fonte: <https://goo.gl/cc5xGF> (acesso em 31 dez. 2021).

Valores da cultura *hacker*, forjada meio século antes, como a ética da colaboração, inteligência coletiva, produção em pares e em código aberto, constante aperfeiçoamento, informação como recurso primordial, ganharam nova dimensão com a Web 2.0. Neste contexto, surge o denominado *hacking* cívico (Townsend, 2014; Ampatzidou et al., 2015; Fredericks et al., 2016; de Waal & de Lange, 2019) aplicado às causas urbanas e à ação cívica, numa apropriação ativista das TIC digitais (ver Cap. 3).

O comportamento *hacker* tem estimulado a coprodução de projetos, eventos e plataformas tais como: os laboratórios cívicos, a exemplo do *Matadero MediaLab*<sup>45</sup>, criado em 2000 pelo Ayuntamiento de Madrid sob o nome de *Medialab Prado*, e que promove chamadas públicas para o desenvolvimento colaborativo de projetos; a *Maker Faire*<sup>46</sup>, realizada pela primeira vez em 2006 em San Francisco/USA, pela *MAKE Magazine* e que acabou por iniciar o movimento *maker*, com a promoção dos laboratórios de fabricação digital (*fablabs*) e *maker spaces*; o *Urban Prototyping Festival*<sup>47</sup>, criado em São Francisco em 2014, com chamadas de projetos a serem testados e incubados em espaços públicos; e as *hackathons* cívicas, isto é, maratonas *hackers* para a programação de softwares com finalidade cívica (Townsend, 2014), impulsionando o movimento pela abertura dos dados dos governos.

A difusão da Web 2.0 tem promovido também o desenvolvimento do e-governo, incluindo a abordagem dos dados de governo enquanto *big data* e o ativismo pela liberdade de informação, que ganhou grande impulso com a campanha presidencial dos EUA de 2008 (Tauberer, 2014). Nesse período, também emerge a consciência de que a informação, os dados, são comuns digitais e devem ser disputados na perspectiva do direito à cidade digital (Calleja-López, 2018).

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.medialab-matadero.es/> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>46</sup> Movimento protagonizado por Dale Dougherty, sócio-fundador da O'Reilly Media. Disponível em: <https://makerfaire.com/maker-movement/> (consultado em: 13 dez. 2021)

<sup>47</sup> Disponível em: <https://grayarea.org/initiative/urban-prototyping/> (consultado em: 13 dez. 2021)

A primeira *hackathon* cívica, *Apps for Democracy*<sup>48</sup>, foi realizada em 2008 pelo governo de Washington/DC para impulsionar o lançamento de sua plataforma de dados abertos, *Open Data DC*<sup>49</sup>, tornando-se importante marco no movimento por dados abertos (Davies, 2010; Tauberer, 2014; Johnson & Robinson, 2014).

Tal abertura é motivada, na perspectiva de Tim Davies (2010), pela busca por transparência e *accountability*, maior controle dos cidadãos sobre o setor público, benefícios económicos e a possibilidade de construção de uma rede de dados conectados. Outros autores ressaltam o entendimento de que a informação é um bem comum, que deve ser apropriável e incrementável por todos e que os dados urbanos devem ser compreendidos como parte indissociável do espaço público que permitem formas inovadoras de participação e governança (Ampatzidou et al., 2015; Offenhuber & Ratti; 2014).

O *design thinking*, abordagem preferencial das *hackathons* cívicas e outras práticas de cocriação, ganha peso de ‘movimento’ nesse período (Schliwa, 2018). Com o lema ‘*Everybody designs*’, o designer italiano Ezio Manzini (2015b) marca a popularização da metodologia também em processos de inovação social, muitos deles constituidores de um novo tipo de cidadania. A abordagem norte-americana, herdeira sobretudo das experiências com *hacking* cívico em Chicago, denomina a tecnologia produzida nesses contextos - ferramentas e processos que empregam as TIC para melhorar a qualidade de vida e resolver problemas urbanos – por *civic tech* (McCann, 2015; Wilson & Chakraborty, 2019). Esta advoga pela transparência, pela ampliação da participação e da responsividade dos governos, em processos centrados nas necessidades e prioridades das comunidades. Laureleenn MacCan (2015), influente no *hacking* cívico norte-americano, sugere que a cocriação de *civic tech* deve ter foco nas pessoas, atender ao contexto e às necessidades comunitárias, devem ser testadas e configuráveis a futuros ajustes.

O efeito de ‘rede’, nesse contexto, intensificou dispositivos de e-governo e e-participação que encontraram, na *Web 2.0* e na panóplia de aplicações desenvolvidas, maiores capacidades de deliberação, colaboração, coprodução e interação entre cidadãos e governos (Yildiz, 2007; Nitzsche et al., 2012; Linders, 2012;). São exemplos as plataformas digitais para Orçamento Participativo e aplicações para comunicação, sugestões, denúncias, como as disponibilizadas na plataforma Lisboa Participa<sup>50</sup>; os *dashboards*, como são chamadas as plataformas de dados abertos com informação em tempo real, a exemplo da *Dublin Dashboard*<sup>51</sup>, e diversas *civic tech*<sup>52</sup> criadas pelos cidadãos, a influenciarem o desenho e operacionalização de serviços urbanos.

A ampla utilização dessas ferramentas de dados é reflexo de uma tendência em planejamento e gestão urbana, iniciada ainda nos anos 1990 e com grande influência da UE, para a ação orientada para a decisão, baseada em evidências (*evidence-based*) (Mota, 2013). Tal demanda uma aproximação entre

---

<sup>48</sup> Disponível em em: <https://isl.co/work/apps-for-democracy-contest/> (consultado em: 13 dez. 2021)

<sup>49</sup> Disponível em: <https://opendata.dc.gov/> (consultado em: 13 dez. 2021)

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.lisboaparticipa.pt/> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.dublindashboard.ie/pages/index> (consultado em: 13 dez. 2021).

<sup>52</sup> No Civic Tech Field Guide encontra uma biblioteca de *civic tech*: <https://directory.civitech.guide/> (consultado em 31 dez. 2021).

profissionais, gestores e investigadores e a produção e organização de informação estatística e territorial, e gestão do conhecimento, reforçando o papel de espaços e redes como os observatórios urbanos e de políticas públicas.

A geração e análise contextual de dados é pilar central na ideia de *cidade inteligente*, cada vez mais popular no léxico urbano (Kitchin et al., 2015a). O termo, atualmente dominante em muitas cidades, a exemplo de Lisboa, começou a ser utilizado nos EUA, num contexto empresarial de forte *lobby* corporativo de empresas como IBM e CISCO, entrando em 2009 no léxico oficial da Comissão Europeia (CE), através da política de tecnologia energética (Mendes, 2020a). Referindo-se à aplicação das TIC na abordagem das questões urbanas (Townsend, 2014), atualmente o conceito de cidade inteligente é bastante criticado por sua abordagem predominantemente tecnocrática e autoritária (Mendes, 2020a; Ampatzidou et al., 2015; Labaeye, 2019; Sennett, 2020). Em contraponto, Martijn de Waal & Michiel de Lange (2019) defendem a abordagem da cidade *hackeável*, como reação *bottom-up*, de imaginação social e de ampliação democrática do planejamento urbano e da governança das cidades. Jogo de forças a que retornaremos em 1.2.

Na perspectiva da cidade e do governo abertos (Sennett, 2020; Meijer et al., 2019), da cogovernança (Iaione, 2016), deve-se destacar a criação, na década de 2010, de várias políticas públicas que incentivam práticas de base comunitária, permitindo que os cidadãos não só opinem sobre seus destinos, mas tenham participação propositiva e com responsabilidades compartilhadas com o poder público. É neste contexto em que se enquadra o BIP/ZIP, mais discutido no Cap. 2.

Outras tecnologias digitais, combinadas às TIC, oferecem ainda novas abordagens aos desafios impostos pela cidade contemporânea e novas possibilidades de participação. São exemplos os sensores de baixo custo e coproduzidos em *fablabs* em *open source*, do projeto europeu *Making Sense*<sup>53</sup>. Também os dispositivos para realidade virtual, inteligência artificial, realidade aumentada ou internet das coisas (IoT) que, combinados, permitem o levantamento de dados em tempo real e oferecem visualização, feedback e simulação de forma interativa, permitindo novas abordagens aos problemas de design (Carpo, 2011). No MIT *Senseable City Lab*, fundado em 2004 pelo arquiteto Carlo Ratti, essas tecnologias são combinadas de forma interdisciplinar, oferecendo informação em tempo real e simulação de cenários, úteis para o planejamento de questões complexas (Offenhuber & Ratti, 2014).

Concluindo, o estudo mostra que a participação em rede apresenta as seguintes inovações tecnopolíticas: (1) generalização do espaço digital como arena para participação através das plataformas de deliberação, redes sociais, ferramentas de e-governo e e-participação; (2) progressiva adoção das lógicas da *Web 2.0* e dos dispositivos móveis na constituição de redes de (participa)ação; (3) coprodução a partir de desafios de inovação propostos por laboratórios, *hackathons* e outras metodologias; (4) interação com plataformas de dados abertos e *dashboards*; (5) experimentações com tecnologias de última geração como realidade aumentada, realidade virtual, inteligência artificial, IoT, robótica etc.

---

<sup>53</sup> Disponível em: <http://making-sense.eu/about/> (consultado em: 13 dez. 2021).

### 1.1.6. Conclusões

O estudo genealógico permite observar a trama de acontecimentos que formam o arcabouço do que se compreende por Tecnopolíticas da Participação. A Tabela 1:1 traz um resumo das inovações verificadas em cada um dos momentos identificados ao longo do estudo e destaca, na última linha, do ponto de vista metodológico, o principal legado de cada momento.

Tabela 1:1 - Inovações identificadas na genealogia das tecnopolíticas da participação

<b>TECNOLOGIAS DA PARTICIPAÇÃO</b>				
<b>Participação para Cidadania</b>	<b>Participação para Autonomia</b>	<b>Participação Comunitária</b>	<b>Participação Institucional</b>	<b>Participação em Rede</b>
Séc. XIX: Crítica à cidade industrial	Déc. 1950: Crítica à cidade moderna e Team X	Déc.1960: Advocacy Planning	Déc.1980: Planejamento Colaborativo	Déc. 2000: Web 2.0
- Bases filosóficas fundacionais - Regulação disciplinar da arquitetura - Criação do direito urbanístico - Consolidação do design enquanto disciplina - Informação como elemento essencial (inquéritos em apoio ao design, Mostras Urbanas, observatório urbano etc.)	- Processos abertos e cíclicos com <i>feedback</i> dos futuros usuários - Sistemas adaptáveis e flexíveis - Interfaces para interação autônoma - Padrões de design - Culturas <i>hacker</i> e DIY	- Ativismo de profissionais do design e planejamento - Organizações não governamentais especializadas - Metodologias para trabalho colaborativo ( <i>toolkits, serious games</i> etc.).	- Metodologias para planejamento colaborativo e estratégico - Novas formas de governo ou governança - Instrumentos legais para a participação - <i>Design thinking</i> para abordagem de <i>wicked problems</i> - Canais para interação entre governos e sociedade (novos arranjos institucionais, e-governo, plataformas deliberativas etc.)	- Espaço digital (Web 2.0 e dispositivos móveis) como arena para redes de participação - Desafios de inovação para coprodução (laboratórios e <i>hackathons</i> cívicos etc.) - Plataformas de dados abertos e <i>dashboards</i> - RA, RV, IA, IoT, robótica etc.
<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>INTERFACE</b>	<b>COLABORAÇÃO</b>	<b>DELIBERAÇÃO</b>	<b>REDE</b>

As metodologias da participação têm início com o levantamento e sistematização de informação, a disponibilizar ao *designer* e ao cidadão. Promovem-se práticas e movimentos de base para ampliar a consciência das pessoas ao fornecer-lhes instrumentos capazes de ajudá-las na reivindicação de seus direitos. A partir dos anos 1950, o desenvolvimento da cibernética e o interesse por processos que garantissem autonomia dos usuários faz emergir propostas de interfaces, como a *Flatwriter* de Friedman (1975). Com as práticas da participação comunitária, surgem metodologias focadas na colaboração, no trabalho coletivo, o que reforça a importância do compartilhamento de informação e conhecimento. A partir dos anos 1980, as práticas alcançam o patamar da deliberação, reivindicando a participação não só na construção do edifício ou da cidade, mas na sua governança, nas decisões políticas importantes que definem suas condições de existência. Com a popularização das tecnologias digitais no Séc. XXI, todas essas práticas são potencializadas com a comunicação e organização em rede, proporcionando maiores trocas de experiências e alargando o alcance das ações.

Às inovações percebidas na Genealogia das Tecnopolíticas da Participação, pode-se acrescentar leituras transversais, cruzando-a com algumas das grandes preocupações que marcaram o período estudado. Do ponto de vista político e económico, as primeiras experiências sobre participação deram-se na readequação das cidades à sua condição industrial até o projeto coletivo de construção do estado de bem-estar social. Com as crises energéticas e financeiras da década 1970, inicia-se o ajuste neoliberal imposto gradualmente ao mundo ocidental, onde são criadas as organizações e os procedimentos que institucionalizaram tipos ‘pacificados’ de participação. Na primeira década do Séc. XXI, com a crise de representatividade devido ao agravamento do neoliberalismo e o encolhimento dos sistemas democráticos, as práticas de base social se reinventam em contexto de precariedade do trabalho, de desconfiança das instituições e de maior protagonismo das localidades sobre os Estados.

Do ponto de vista ético, as bases teóricas da participação foram reações às más condições de vida impostas às cidades industriais. As experiências pioneiras, imbuídas de uma certa responsabilidade social, aproximam os projetistas dos futuros usuários para incluir as suas expectativas no processo de design, através de novas formas de trabalho, mais inclusivas e menos hierárquicas. A desilusão com o projeto modernista coincide com os conturbados anos 1950 e 1960, tempo de lutas urbanas e reivindicação por direitos cívicos, quando se sistematiza uma autoproclamada ‘arquitetura da participação’ que assume o papel político de abrir os processos a outros saberes.

A viagem do homem à Lua em 1969 e a visualização da finitude do planeta pela primeira vez, a crise do petróleo na década de 1970 e uma sequência de encontros e estudos que são realizados com foco no ambiente (Declaração de Estocolmo publicada em 1972, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos em 1976, o Relatório de Brundtland publicado em 1987, a Eco-92 e vários outros que vieram a seguir), influenciam o surgimento de práticas comunitárias e preocupações ecológicas. Das questões urbanas e ambientais, observadas de forma globalizada e identificadas numa perspectiva ideológica sobre o urbano (Brenner, 2014), emergem práticas que buscam enfrentar ‘a cidade como ela é’, centradas em diferentes graus no combate à pobreza, no respeito à diversidade, à multiculturalidade, encarando a complexidade desses temas.

Do ponto de vista disciplinar, observa-se inicialmente uma participação de abordagem uni disciplinar, circunscrita às preocupações metodológicas da arquitetura, design e planeamento. Nas décadas de 1950 e 1960, a autoridade e a autoria do designer passam a ser questionadas pelos teóricos da arquitetura da participação, e os processos sofrem uma abertura a diferentes saberes, inclusive de não especialistas, fortalecendo uma cultura de práticas multidisciplinares e multi epistemológicas, ou seja, a unidade do conhecimento, considerando e cruzando das suas várias abordagens possíveis.

Do ponto de vista tecnológico a 2ª Revolução Industrial caracteriza-se pela produção em massa e a 3ª Revolução Industrial proporciona a customização em massa, através da colaboração também em massa possibilitada pelas plataformas de cocriação em *open source* (Schwab, 2016). Consequentemente, a variabilidade e a diferenciação, definidas por códigos algorítmicos, anulam o controle autoral e a propriedade intelectual que identificavam a criação cultural até pouco

tempo antes, incluindo não técnicos na produção criativa (Carpo, 2011). De acordo com Mario Carpo (2011), a contribuição tecnológica fundamental da era digital pode ser resumida à abertura, interatividade, variabilidade e participação. O desenvolvimento dessas capacidades percorreu todo o Séc. XX, mas foi a *Web 2.0* que as potenciou, em especial, a participação e as formas de colaboração social e de tomada de decisão coletiva.

Felix Stalder (2018) afirma que a participação é característica fundamental da cultura digital que forma a sociedade contemporânea, dadas as atuais possibilidades de comunicação e interação em rede. A enorme proliferação de possibilidades culturais, na medida em que mais e mais pessoas começaram a fazer parte das transformações dos processos culturais, acelerados nas últimas décadas, criaram disputas sobre dimensões de existência, em atividades sociais cada vez mais intermediadas por dispositivos tecnológicos. Neste contexto, emergem novos atores e novos meios, os quais discutiremos mais à frente. A Figura 1:8 ilustra as leituras transversais feitas à Genealogia das Tecnopolíticas da Participação.



Figura 1:8 - Leituras transversais à genealogia das tecnopolíticas da participação.

No entanto, também surgem novos desafios para a participação (Townsend, 2014; Offenhuber & Ratti, 2014; Kitchin et al., 2015a; Stalder, 2018; Mendes, 2020a). A desigualdade digital soma-se às outras formas de desigualdade já verificadas nesses processos; a atomização dos atores, dispersos em conexões mais e menos fortes; o *'clickativismo'* desconectado das relações pessoais, necessárias para a criação de empatia e amizade; o domínio das *big techs* sobre a tecnologia e os dados pessoais; a viralização de memes e *fake news* que confundem as necessárias discussões públicas; a inserção de atores não-humanos dotados de inteligência artificial cuja concepção não é imparcial. Estes são alguns dos perigos e consequências da 'participação em rede', que exigem mais estudos e reflexões críticas.

## 1.2. A coprodução da cidade *hackeável*

Analisando as forças políticas proeminentes na era digital, a partir da multiplicidade de atores, instituições e projetos, Stalder (2018) identifica duas vertentes: pós-democracia e comum. Ambas resultam da crise da democracia liberal.

Atribuído a Jacques Rancière, o termo pós-democracia, elaborado na década de 1990, refere-se ao estágio em que a democracia elimina o *demos* e as disputas do povo que a caracterizava, substituindo-as por operações guiadas tecnocraticamente, como pesquisas de opinião, *focus* grupos e outras técnicas (Stalder, 2018). Neste contexto, a interação impulsionada pelas tecnologias digitais envolve participantes humanos e não humanos (Carpo, 2011), em constante negociação e auto reformatação, cujas escolhas são influenciadas por algoritmos automatizados. A quantidade de informação produzida e a nossa progressiva dependência de mecanismos de busca, classificação e filtragem dá, às instituições geradoras de tais algoritmos, enorme poder, redefinindo o mundo como o conhecemos (Stalder, 2018).

A disseminação das tecnologias inteligentes favorece sistemas de controle e relegam questões de interesse comum a estruturas automatizadas (Stalder, 2018), enfraquecendo ou neutralizando o debate público. A economista Teresa C. M. Mendes (2020a) observa que a abordagem da cidade inteligente desloca o tradicional foco dado ao espaço e ao objetivo de justiça urbana do planejamento urbano, para a lógica neoliberal empresarial de competição entre os lugares. Buscando o conceito de cidade inteligente a partir de definições proferidas por alguns de seus diversos interlocutores, a autora identifica valores como: visão holística, participação, crescimento inclusivo e sustentável, maximização de recursos, qualidade de vida e gestão eficiente possibilitada pela geração de dados e uso de tecnologias digitais. No entanto, conclui que tais conceitos são projeções que não consideram os problemas de partida, de ordem econômica, social e política, contextuais a cada território, acabando por aumentar as desigualdades que deveria combater.

Por outro lado, uma pluralidade maior de atores une-se em projetos focados na população e nos aspectos multidiversos e orgânicos do território, adotando soluções tecnológicas com o objetivo de impulsionar a participação e a inclusão social (Mendes, 2020a). Estas são as práticas representativas do projeto político do comum, a que se refere Stalder (2018). *Bottom-up*, participativas e ativistas, oferecem fluxos de informação bidirecionais, dão visibilidade a reivindicações e possibilitam a organização horizontal, o envolvimento e a colaboração em massa em torno de ações concretas, segundo discursos sobre o comum, *human smart cities*, cidades *hackeáveis*, partilháveis, abertas, coordenadas (Mendes, 2020b; Ampatzidou et al., 2015; Labaeye, 2019; Sennett, 2020).

No estudo pioneiro de Elinor Ostrom (1990), o comum refere-se a bens naturais pré-existentis (como as florestas, o petróleo, a água etc.), de uso comum e que, por isso, dependem de formas adequadas de gestão que evitem o que Garrett Hardin (1968) havia postulado como ‘tragédia dos

comuns<sup>54</sup>. Michael Hardt e Antonio Negri (2016) acrescentam a esse corpus os comuns enquanto bens herdados ou produzidos pelo corpo social da humanidade – a ‘multidão’ – como a cidade e o conhecimento, por exemplo, e que, portanto, devem servir à coletividade e não ao lucro privado. A abordagem de Manzini (2015a) sobre os comuns sociais ressalta os valores e ideais partilhados socialmente, como a democracia e os direitos humanos.

Referindo-se ao espaço comum na cidade contemporânea, Stavros Stavrides (2016) compreende-o enquanto um processo que leva a novas formas de vida social, articulado na relação entre pessoas, e que deve estar sempre em expansão para a inclusão de novos participantes. Também na perspectiva do processo, para Pierre Dardot e Christian Laval (2017) o comum é algo constituído (e não herdado ou pré-existente), é um princípio político criado na democracia participativa, através da deliberação, do julgamento e decisão. Antonio Calleja-López (2018) acrescenta ainda o conceito de comuns digitais, compreendendo tanto os dados digitais quanto os algoritmos que permitem a ação coletiva. Numa abordagem contemporânea do direito à cidade postulado por Lefebvre (1968:2016), Foth et al. (2015) reivindicam os novos comuns digitais e o direito dos cidadãos a coproduzirem as interfaces constituidoras de novas urbanidades, através de ferramentas que outrora não estavam disponíveis, perseguindo, assim, o direito à cidade digital.

O acesso aberto aos recursos disponíveis, às formas de governança das comunidades de prática e às formas de produção - dos dados, algoritmos, interfaces e protocolos – são, assim, cruciais para a cidade contemporânea. As exigências dos cidadãos (*commoners*) por dados abertos (Stalder, 2018) e por *softwares* de código livre (Ampatzidou et al., 2015) exemplificam a constituição de comuns, na medida em que alteram instituições e processos tradicionalmente proprietários. E criam outras.

A reconfiguração das velhas instituições e a criação de novas, fora do mercado e do Estado, representam o vigor dos comuns na cidade contemporânea. No entanto, mudanças efetivas devem ser desenvolvidas numa perspectiva de longo prazo (Stalder, 2018). Desta maneira, situando o conceito de comum na cultura hacker e na cidade *hackeável*, Ampatzidou et al. (2015) apontam o desenvolvimento e gestão coletivos de recursos comunitários, baseados no direito de uso, não de propriedade.

Neste contexto, estão as ‘cidades *hackeáveis*’. O termo refere-se a cidades abertas, nas quais cidadãos, designers, hackers podem considerar-se agentes de mudança social. De forma análoga, Sennet (2020) exemplifica a cidade aberta como aquela que permite interação entre o ambiente físico criado e o comportamento social, dispondo de fronteiras ambíguas com níveis de permeabilidade, formas incompletas e narrativas não resolvidas, de modo a absorver os sistemas de valores cocriados em sentido *bottom-up* por seus habitantes. Para De Waal et al. (2017), cidades *hackeáveis* permitem novas e ampliadas formas de participação, na medida em que mais e mais atores conseguem desenhar,

---

<sup>54</sup> ‘Tragédia dos comuns’ é o dilema postulado por Garrett Hardin no qual, ao acessar recursos comuns finitos, como água, áreas de pastagem, petróleo, segundo necessidades individuais, ainda que de forma racional, há uma tendência ao esgotamento do recurso. Para haver uma gestão sustentável dos recursos comuns finitos, é necessário haver uma abordagem pela necessidade coletiva (Hardin, 1968)

programar, gerir, decidir sobre e apropriar-se da cidade física. Nas cidades abertas, o design de grandes projetos urbanos é substituído ou complementado pelo design de processos, ferramentas e interfaces, espaços privilegiados para a interação *middle-out* (Fredericks et al., 2016), que facilitam a constituição de comuns urbanos e exigem novos modelos de governança (Ampatzidou et al., 2015).

### 1.2.1. Cultura hacker

A participação de indivíduos conectados, mais ou menos organizados, encontra, na literatura, referências à afirmação da cultura *hacker*. A cultura *hacker*, aliás, é referência tanto para os estudos atuais sobre tecnopolíticas, especialmente na escola espanhola (Kellner, 2001; Gutiérrez-Rubí, 2014; Medina, 2015; Sá, 2015; Treré & Barranquero, 2018), quanto para os desenvolvimentos da Participação para Autonomia, muito impulsionada pelo desenvolvimento da cibernética e da cultura DIY (Jenkins & Silver, 1972:2013; Vardouli, 2012; Ermacora & Bullivant, 2016; Schliwa, 2018). Compreendê-la é, pois, fundamental para ativar suas potencialidades e corrigir suas fraquezas.

*Hackear* significa reconfigurar, superando limites e controles prévios, fazendo do hacker um indivíduo criativo e curioso que resolve problemas com rapidez, usando meios não convencionais, apropriando-se da tecnologia de uma forma diferente daquela para a qual foi concebida, contribuindo para o seu desenvolvimento (Levy, 1984; Silveira, 2010). No entanto, é comumente associado a crimes cibernéticos ou ao ciberterrorismo.

O desenvolvimento da cibernética, enquanto teoria da comunicação e sistema de *feedback* (Wiener, 1985:1948); o conceito de sociedade aberta, que tem na liberdade de pensamento o princípio para a ação consciente dos indivíduos na sociedade (Popper, 1991:1945); e publicações como a *The Whole Earth Catalogue* (ver seção 1.1.2), são algumas das mais importantes referências na formação da cultura *hacker*. A Figura 1:9 traz uma síntese cronológica composta pelas quatro gerações de *hackers*.

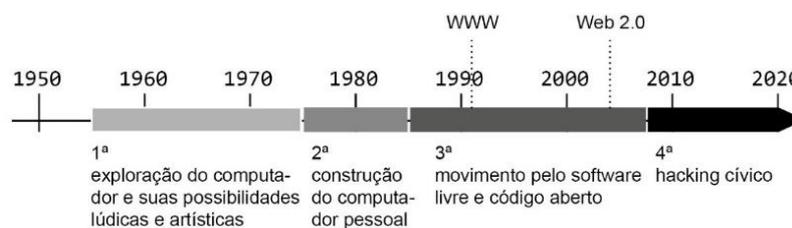


Figura 1:9 – As quatro gerações de hackers, síntese da Linha do Tempo da Cultura *Hacker*, elaborada a partir da revisão da literatura, disponibilizada em: <http://sobreurbana.com/timelinehackerculture/>

A primeira geração de *hackers* formou-se a partir do grupo *Tech Model Railroad Club*, que se reunia nos laboratórios do *Massachusetts Institute for Technology* (MIT), a partir do final da Década de 1950, com alguns dos alunos do primeiro curso de programação de computadores. Quando ainda poucas pessoas sequer tinham visto um computador, recurso ainda restrito a instituições de governo e universidades, os primeiros *hackers* reuniam-se à noite para estudar e incrementar o supercomputador TX-0 (Fig. 1:10), alojado no MIT, explorando suas possibilidades lúdicas e artísticas (Levy, 1984).



Figura 1:10 – TX-0, o supercomputador utilizado pelo MIT Artificial Intelligence Lab e a primeira geração de hackers. Fonte: Computer History, <https://bit.ly/35UPKAG> (acesso em 31 dez. 2021).

Nessas primeiras reuniões postularam os valores de sua própria ética: (1) a liberdade de acesso a todo o tipo de informação; (2) descentralização; (3) liberdade para montar e desmontar sistemas para melhor compreendê-los e melhorá-los; (4) valorização de hackers pelo *hacking* que fazem, não pela formação ou posição social que tenham; (5) crença na capacidade de os computadores criarem coisas bonitas e mudarem a vida para melhor (Levy, 1984).

Na Década de 1970, com a fabricação de microprocessadores de baixo custo, surge em São Francisco a segunda geração de *hackers*, em reuniões de jovens *geeks*<sup>55</sup>, como as do *Homebrew Computer Club*, nas quais trocavam experiências sobre como produzir o próprio computador pessoal. Objetivavam libertar os computadores do domínio das instituições e acabaram por abrir um novo mercado tendo, alguns *hackers*, fundado algumas das mais importantes *big techs*, como a *Apple* e a *Microsoft* (Levy, 1984; Ampatzidou et al., 2015).

Quando o computador pessoal virou realidade, a produção de *softwares* ganhou maior importância e fez surgir a terceira geração de *hackers*, na Década de 1980. Primeiro, com o movimento pelo *software* livre, protagonizado por Richard Stallman<sup>56</sup>, com a criação, em 1985, do projeto GNU<sup>57</sup> (mais tarde associado ao projeto de Linus B. Torvalds, formando o GNU/Linux), da *Free Software Foundation* (FSF)<sup>58</sup>, e a primeira utilização da licença *Copyleft*, a Licença Pública Geral GNU<sup>59</sup>. Mais tarde, com a *Open Source Initiative* (OSI)<sup>60</sup>, protagonizada pelo empresário Tim O' Reilly, a partir de 1998, e a criação das licenças *Creative Commons*<sup>61</sup> por Lawrence Lessig, em 2001 (Levy, 1984; Levi, 2016; Lessig, 2006).

---

<sup>55</sup> *Geek* é um termo utilizado para referir a *nerds* aficionados por tecnologia.

<sup>56</sup> Stallman é considerado o guru do *software* livre e um dos *hackers* mais respeitados de sua geração. Mais informações em seu próprio sítio eletrônico: <https://stallman.org/> (consultado em: 30 dez. 2021).

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.gnu.org/gnu/manifesto.html> (consultado em: 30 dez. 2021).

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.fsf.org/> (consultado em: 30 dez. 2021).

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.gnu.org/licenses/copyleft.html> (consultado em: 30 dez. 2021).

<sup>60</sup> Disponível em: <https://opensource.org/> (consultado em: 30 dez. 2021).

<sup>61</sup> Disponível em: <https://creativecommons.org/> (consultado em: 30 dez. 2021).

Embora ambos os movimentos, *software* livre e *open source*, busquem a liberdade de uso, edição, cópia e distribuição de *softwares* (ou seus códigos), seus princípios têm diferenças importantes. Ran Levi (2016) esclarece que, enquanto o movimento pelo *software* livre norteia-se por princípios mais radicais, entendendo a palavra ‘*free*’ como a liberdade do usuário e sua capacidade de controle, numa perspectiva de luta de classes, o movimento *open source*, tem na palavra ‘*open*’ um princípio garantidor de benefícios práticos como a inovação e o progresso, conceitos que agradam mais aos mercados e investidores, o que lhe garantiu maior adesão.

A abertura dos processos, que possibilita o compartilhamento e reconhecimento entre pares e contribui para o desenvolvimento da sociedade, é identificada por Himanen (2001) como valor essencial da ética hacker, percebida enquanto pagamento pelo trabalho, a que dedicam paixão e liberdade. O autor também aponta a abordagem prática, o cuidado e a criatividade, como valores de uma ética do aprendizado *hacker* ou, como chama, *Nethic* (Himanen, 2001), ética da rede.

Com a *Web 2.0*, nos anos 2000, cada vez mais pessoas são habilitadas a produzir e compartilhar conteúdo na Internet, sendo o movimento por dados abertos que impulsiona a quarta geração de *hackers*, os *hackers* cívicos (Silveira, 2010; Townsend, 2014). Numa primeira fase, focado na disponibilização e uso dos dados abertos de governo, e mais tarde, com o *hacking* cívico associado a ações orientadas à solução de problemas cívicos ou urbanos específicos (Ermoshina, 2018), alternando entre os discursos de ‘salvamento’ ou de ‘reinvenção’ das instituições democráticas (Stepasiuk, 2014).

A ambiguidade de orientações políticas presente na cultura *hacker* é destacada por vários autores. Ampatzidou et al. (2015) observam que, embora trabalhem de forma colaborativa, a ética *hacker*, desde sua fundação, é mais libertária do que comunitária. Sérgio A. da Silveira (2010), em um ensaio sobre ciberativismo destaca que, embora seus valores fundadores sejam baseados nas ideias de liberdade, justiça e igualdade, são correntemente apropriados por ‘anarco-liberais’ atraídos pela ideia de que o modelo de compartilhamento é benéfico para a inovação e a economia. Para Lawrence Lessig (2006), com a queda do comunismo, o ciberespaço tornou-se o alvo da utopia libertária e esta depende de um projeto para definir quais valores devem ser protegidos e encorajados na estrutura de código da internet.

Neste estudo sobre tecnopolíticas da participação, o que é importante destacar na cultura *hacker* é que, enquanto prática emergente que combina a ação política com a produção tecnológica, o *hacking* cívico pode possibilitar a aprendizagem dos atores envolvidos. Além disso, o acesso ampliado e a manipulação de informação e de tecnologias permitem a proliferação de iniciativas *open source* que transformam o espaço urbano, em suas dinâmicas e em sua fisicalidade, agora hibridizada, fazendo emergir novas formas de comuns urbanos, potencialmente coproduzidas e cogovernadas (Del Signore & Riether, 2018; Stavrides, 2019), em práticas que permitem o teste de ideias antes da implantação definitiva de grandes projetos (Williams, 2014).

### 1.2.2. Meios – Interfaces Tecnopolíticas

A progressiva utilização de plataformas digitais para uma infinidade de atividades, tanto de produção como de consumo, pode ser caracterizada como Sociedade da Plataforma (Van Dijck et al., 2018). Esta baseia-se em três processos centrais: a transformação de todos os aspectos da vida em dados quantificáveis; a transformação das mais variadas atividades em produtos comerciáveis; e a seleção de dados e atividades dos usuários.

Empresas como Amazon, Uber, AirBnB, Spotify, Facebook apresentam-se como intermediários neutros, mas têm, na realidade, o poder de organizar importantes setores da sociedade – transporte, moradia, trabalho, entretenimento, política - moldando valores públicos de acordo com interesses privados. Geert Lovink (2019) alerta que, de um cenário de redes descentralizadas passamos para outro, recentemente, com plataformas centralizadas.

A ‘Economia da Plataforma’ (*Platform Economy*) tem alterado profundamente a natureza do trabalho. A nuvem é, ao mesmo tempo, o ecossistema, a infraestrutura e o mercado (Kenney & Zysman, 2016). Por basear-se em plataformas – estruturas que oferecem condições para compartilhamento e colaboração entre pares, ou entre fornecedores e consumidores – foi inicialmente chamada por Economia do Compartilhamento (*Sharing Economy*). Martin Kenney e John Zysman (2016) alertam que as escolhas feitas sobre as ferramentas utilizadas nessas plataformas moldam tanto as estratégias corporativas dessas empresas e o trabalho que movimentam, quanto políticas públicas e relações sociais.

Por outro lado, Martijn de Waal et al. (2017) contrapõem aos efeitos perversos da ‘plataformização’ da sociedade e da economia, a sua possibilidade de ação *hyperlocal*, na medida em que habilita indivíduos e coletividades a se auto-organizarem e se engajarem em torno de questões concretas do seu cotidiano, no seu bairro, na sua rua.

Nesta perspectiva, os autores consideram que a Sociedade da Plataforma também viabiliza práticas *bottom-up* e distribuídas de *hacking* cívico, por oferecerem ferramentas adequadas para o acesso e apropriação da cidade em suas várias dimensões. A ‘Sociedade da Plataforma’ permite a criação de ‘Cidades Plataformas’ (Ampatzidou et al., 2015; De Waal et al., 2017; De Waal & De Lange, 2019).

A adoção das lógicas e ferramentas próprias da Web 2.0 nos sistemas de governança abriu caminhos para o Governo 2.0, ou seja, aquele que possibilita a ação cívica *bottom-up* e coletiva. Na visão otimista de O’Reilly (2010), pode reconstruir a participação cívica nos governos, em suas várias escalas. O uso das redes sociais, plataformas de dados abertos disponibilizados em APIs, computação em nuvem, aplicações para telemóveis e outros dispositivos renovaram a aproximação entre cidadãos e governos. Para o autor, o governo enquanto plataforma deixa de ser o iniciador da ação cívica para apresentar-se como convocador e facilitador. Por outro lado, se a Web 2.0 facilita a cocriação de *civic tech* (McCan, 2015; Hou & Lampe, 2017), por serem familiares aos participantes e de fácil utilização, ela também impede a soberania tecnológica (Mendes, 2020b) dos mesmos, na medida que relega seus dados e reforça dependências às empresas tecnológicas proprietárias ou aos governos.

O desafio em transformar governos em plataformas abertas para a inovação cidadã depende da criação de sistemas abertos (não totalmente especificados de antemão), que funcionem como provedores de interação entre governos e cidadãos. Assim, à efetivação do Governo Plataforma ou governo aberto, antecede a efetivação de uma governança aberta. Comparando com os fundamentos do NPM e do *New Public Governance* (NPG)<sup>62</sup>, Meijer et al. (2019) concluem que a governança aberta se caracteriza por uma abertura radical. O cidadão é colocado no centro, aproveitando a inteligência conectada, o altruísmo digital, através da deliberação em *crowdsourcing*, uso de plataformas como recursos e valorização da colaboração.

No entanto, como afirmam Silva et al. (2018), uma governança colaborativa não garante simetria de poder. Pode, pelo contrário, revelar a desigualdade de recursos, o desequilíbrio das várias forças em articulação, disputas contextuais, e ainda, a pressão exercida pela população à cultura política local.

Assumindo as fragilidades da governança colaborativa, neste estudo adota-se uma abordagem pela Cidade *Hackeável* que depende de um Governo *Hackeável*, ou seja, aposta-se nos sistemas *hackeáveis*, advindos de políticas públicas que favoreçam a produção *bottom-up* de interfaces criadas em lógicas livres e abertas.

Ao processo de *design* ou planejamento de sistemas abertos baseados na interação (Baltazar, 2009) chamamos, neste estudo, de interface. Uma interface é uma fronteira que conecta e divide pessoas e dispositivos, promovendo uma troca de informação (Zielinski, 2018). Ao fazer a mediação entre as duas partes, a interface tem um papel de tradução semântica (Johnson, 2001) e, assim, o seu desenho, coloca um problema tanto estético quanto ético (Zielinski, 2018).

As primeiras interfaces enquanto tecnopolíticas de participação, deram-se a partir da década de 1960, como descrito na ‘Participação para Autonomia’, onde a associação da tecnologia, especialmente a computação e a cibernética, aos processos de *design* assume uma forma de democratização e de inclusão do usuário (Cross, 1984). Os estudos de Yona Friedman e do *Architecture Machine Group*, exploraram a utilização de interfaces com fluxos de *feedback* em processos de *design* para garantir a autonomia do usuário nas tomadas de decisões, inclusive sobre o desenho da própria interface onde se dariam as interações (Vardouli, 2012).

Na contemporaneidade, são as interfaces tecnopolíticas que permitem a conexão entre redes e ruas, organizando a multidão para a ressignificação de espaços públicos e formas de governo. Tais interfaces são muito diversas: plataformas de dados abertos e *dashboards*, plataformas para deliberação, observatórios, laboratórios e uma infinidade de aplicações consideradas *civic tech* reúnem algumas condições para a mediação entre sociedade civil, academia, mercados e governos enquanto tecnopolíticas de participação, e serão objetos de análise no Cap. 4.

---

<sup>62</sup> Os autores esclarecem que, enquanto no NPM o foco do governo é a organização e entrega de serviços, no NPG o foco é na constituição de redes de governança, sendo que na governança aberta, o foco é na facilitação de redes de indivíduos.

Com o desenvolvimento e evolução do computador pessoal, especialmente a partir da criação da interface gráfica de usuário e do *mouse* pela Apple nos anos 1980, surgem os estudos sobre Interface de Usuário (UI), no campo disciplinar *Human-computer Interaction* (HCI), focado na interação entre pessoa e computador, que atualmente cobre o *design* das tecnologias de informação. No entanto, a palavra interface precede a invenção da computação moderna, tendo surgido em 1882 na língua Inglesa (Zielinski, 2018). Atualmente, o desenho de interfaces é das maiores responsabilidades do *design* e proeminente campo de estudo.

Para discutir o problema da abertura, interatividade e variabilidade no *design*, Carpo (2011) recupera o conceito de *objétil*, elaborado pelo filósofo Gilles Deleuze. Tal refere-se ao objeto genérico constituído por códigos algorítmicos que geram uma variedade infinita de novos objetos, todos diferentes, mas com similaridades intrínsecas – na medida que se originam de um mesmo algoritmo. Nessa perspectiva, o autor sugere que o papel do arquiteto contemporâneo não é mais o de projetar objetos autênticos e acabados, mas o de programar *objétils*, códigos algorítmicos que vão permitir a posterior e infinita adaptação, diferenciação, customização, em todas as fases de projeto e construção.

Na mesma perspectiva, a arquiteta Ana Paula Baltazar (2009) defende que o papel do arquiteto não é mais o de solucionar problemas, mas o de propor uma organização aberta dotada de meios para que as pessoas identifiquem e resolvam os problemas de forma autónoma, em contraposição ao protagonismo do conhecimento técnico e profissional e da imposição das normas estáticas, que caracterizam os modos convencionais de produção do espaço. Nesse sentido, Pierre Lévy (2015) contribui para a discussão, identificando a cartografia, caixas de ferramentas e manuais como as ferramentas mais úteis para o atual momento de incertezas e transições.

Porém, a produção e utilização de interfaces para coprodução de soluções de planejamento e governança urbana alteram características, processos e, inclusive, os atores da produção contemporânea das cidades (Townsend, 2014).

### 1.2.3. Atores – Indivíduos Conectados e Comunidades de Prática

Ao longo da Genealogia das Tecnopolíticas da Participação, observa-se uma diversificação de atores envolvidos em seus processos: grupos da sociedade civil auto organizados na reivindicação de melhores condições de vida; profissionais comprometidos com a necessidade de partilhar informação, de integrar em seus processos o conhecimento não especializado ou em abri-los para a autonomia dos usuários; grupos comunitários assessorados por brigadas técnicas; governos dispostos a diferentes níveis de partilha de poder; grupos econômicos interessados nessa partilha; artistas organizados em coletivos de ação pública; *designers* e programadores, responsáveis pelo desenho de interfaces digitais que cada vez mais fazem a mediação entre os vários atores envolvidos nos processos de produção da cidade; indivíduos conectados a uma inteligência distribuída e engajada em uma cidadania ativa; ativistas; empreendedores sociais; atores não humanos, como os algoritmos etc.

A cultura digital, que promete a democratização da produção cultural e a referencialidade de identidades (Stalder, 2018), faz emergir novos atores – indivíduos e coletividades mediados por dispositivos tecnológicos, não organizados ou organizados em novas formas organizacionais – e demarca a importância da constituição das redes de colaboração entre eles, o que determina o alcance e a efetividade de suas práticas.

A identificação de atores e a efetividade de suas interações é tema relevante dentre os autores da participação. José Carlos Mota (2013) destaca que os atores (ou *stakeholders* ou agentes) podem ser caracterizados segundo várias dimensões, as quais enumera: sua condição coletiva; o interesse comum que os move e o projeto coletivo que constroem; a interdependência entre os vários atores e a capacidade de influenciarem uns aos outros; e a necessidade de um palco para ação, geralmente o espaço público, que hoje abrange o espaço virtual. O autor identifica cinco grupos de tipologias de atores do planejamento urbano: (1) promotores do planejamento e da gestão do território – instituições políticas e seus técnico-administrativos; (2) atores detentores de meios diretos – instituições políticas supranacionais, técnico-administrativos intermédios, fornecedores de serviços coletivos, atores socioculturais, produtores de conhecimento, arranjos produtivos, investidores, proprietários imobiliários e o capital financeiro; (3) atores detentores de meios indiretos – fiscalizadores, redes relacionais, atores político-partidários, meios de comunicação; (4) atores destinatários – atores com interesse individual e com interesses difusos; e (5) não atores – os sem direitos ou capacidade de reivindicação e os que permanecem em silêncio (Mota, 2013, p.152).

Mota (2013) aponta, ainda, a baixa utilização do capital social disponível e do conhecimento gerado em tais processos, além da dificuldade de os disponibilizar a quem se interesse. Isto porque a capacidade de gerar ideias e projetos coletivos depende da capacidade de formar redes de colaboração (cidadãos com organizações cívicas e instituições públicas). Nestas, a comunicação é fator determinante para a mobilização e depende da existência de canais adequados. Aqui, as TIC são consideradas como ferramentas potenciais para o aprofundamento da participação e engajamento dos cidadãos, especialmente nos grupos informais e redes sociais fragmentadas, articulando as dimensões física e virtual.

No entanto, tais instrumentos não são neutros, e devem ser questionados: quem os faz, quem é convidado a participar, quem verdadeiramente interage, quem consegue se fazer ouvir e com qual linguagem? (Mota, 2013). Além disso, a utilização das TIC depende do acesso às ferramentas e da capacidade de uso, que é desigual entre os vários atores.

Estudos sobre a coprodução também apontam para questões de desigualdade de força política e habilidade técnica entre os vários atores (Ostrom, 1996). Na publicação editada por Diana Mitlin & Sheridan Bartlett (2018) discute-se, a partir de reflexões de vários autores sobre práticas diversas em coprodução, como elas, apesar de possibilitarem a participação de mais grupos de cidadãos no desenho e entrega de serviços a suas comunidades, ainda assim não conseguem incluir a todos. Tais práticas permitem a emergência de múltiplas identidades (coletividades organizadas em torno de características

sociais, raciais, de gênero ou territoriais); o avanço das agendas de movimentos sociais (na medida em que influenciam efetivamente os serviços públicos); muda a relação de poder entre cidadãos e governo; e potencia a geração de conhecimento coletivo e a criação de novas redes de ação entre as coletividades organizadas, legitimando-as frente aos demais atores.

Por outro lado, exige uma autodisciplina dessas coletividades – que podemos tratar como um aspecto de governamentalidade (Foucault, 1979), ou seja, o modo como se organizam para atuarem na governança - e, para tratar dos complexos problemas urbanos, precisa alocar uma diversidade tal que extrapole as elites de poder e a abordagem tecnocrática dos processos tradicionais (Mitlin & Bartlett, 2018).

Da análise de práticas em desenho urbano, *placemaking* e desenho de interação urbana, Marcus Foth (2017) observa as diferentes relações entre o ‘usuário urbano’ e o governo, que transformam ou são transformadas pela cidade, categorizadas na Figura 1:11. Para o autor, as diferenças entre as categorias não têm a ver com níveis de importância, mas com níveis de *expertise*, tanto dos cidadãos como dos governos, o que deve ser considerado nas práticas de coprodução.

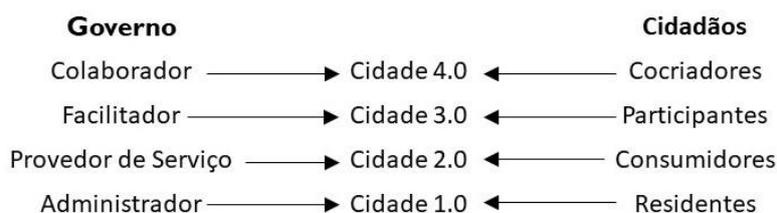


Figura 1:11 - Relação entre cidadãos, governo e cidade na perspectiva da cocriação.

Adaptado de Foth (2017), p.22.

A interação entre coprodutores e governo depende de uma importante mudança no comportamento deste, que passa a dividir poder com os cidadãos, agindo como colaboradores das ações. Assim, é mais útil uma abordagem *middle-out*<sup>63</sup> de interação, aproveitando expertises dos atores que estão no topo dos processos e a expertise dos movimentos de base e da vida cotidiana, substituindo as abordagens *top-down* e *bottom-up* (Fredericks et al., 2016). Também são necessárias novas metodologias de trabalho como, por exemplo, o modelo de inovação ‘Hélice Tripla’ (*Triple Helix*)<sup>64</sup>, elaborado por Loet Leydesdorff e Henry Etkowitz, que destaca o papel da universidade, em colaboração com governo e indústria, na sociedade do conhecimento. Muitas iniciativas de hacking cívico e de produção e gestão de interfaces – além de outros modos de participação – são estimulados e protagonizados pela academia

<sup>63</sup> De forma correlata, o termo ‘*bottom-linked*’ tem sido utilizado por alguns autores para referir às práticas que tentam combinar canais de participação com processos e instituições de decisão, ou seja, conectar atores posicionados em diferentes níveis, propiciando, dessa forma, uma transformação sociopolítica das práticas participativas e a inovação social nos modos de governança (Moulaert et al., 2017).

<sup>64</sup> O modelo *Triple Helix* é já uma derivação do modelo bidirecional vivido na sociedade industrial, onde a colaboração dava-se entre governo e indústria. Mais informações em: <https://stanford.io/3Dj3dlc> (consultado em: 30 dez. 2021).

que, nesse contexto, assumem a tarefa de transformação da sociedade. A esse modelo de colaboração, Foth (2017) acrescenta o papel da sociedade civil, propondo o modelo de Hélice Quádrupla para a inovação.

Tendo em conta a cogovernança de comuns urbanos, em especial florescimento em cidades italianas e espanholas, Christian Iaione (2016) defende que os novos modelos colaborativos revigoram a participação em planejamento, na medida em que as decisões deixam de ser tomadas por um decisor único (seja ele público, privado ou comunitário) e passam a ser tomadas através de processos de negociação mais democráticos e policêntricos. O autor sugere, ainda, o modelo de ‘Hélice Quíntupla’ para a cogovernança de comuns urbanos, onde, para além das organizações da sociedade civil é reconhecida a emergência do ator público não organizado, inovadores sociais, sejam cidadãos individuais ou coletivos, ou empresas dedicadas à inovação em cidadania, regeneração urbana, inovação digital etc. Trata-se de um grande desafio aos atuais sistemas de planejamento e gestão urbana.

A partir de estudos de caso em Helsínquia, avaliando possibilidades do ativismo cívico enquanto recurso para as cidades, Pasi Mäenpää & Maija Faehnle (2018) propõem, de forma similar a Foth (2017), uma escada da relação entre ativismo e governo (Figura 1:12). As autoras referem-se ao ativismo cívico como um quarto setor da sociedade, tendo em consideração o modelo de inovação ‘Hélice Quádrupla’. Consideram que a ascensão desse quarto setor deve-se em boa medida às tecnologias digitais, por permitirem maiores redes de comunicação e articulação entre cidadãos, compartilhamento de informações, auto-organização, identificação de recursos disponíveis no tecido social e urbano, e processos de cocriação.

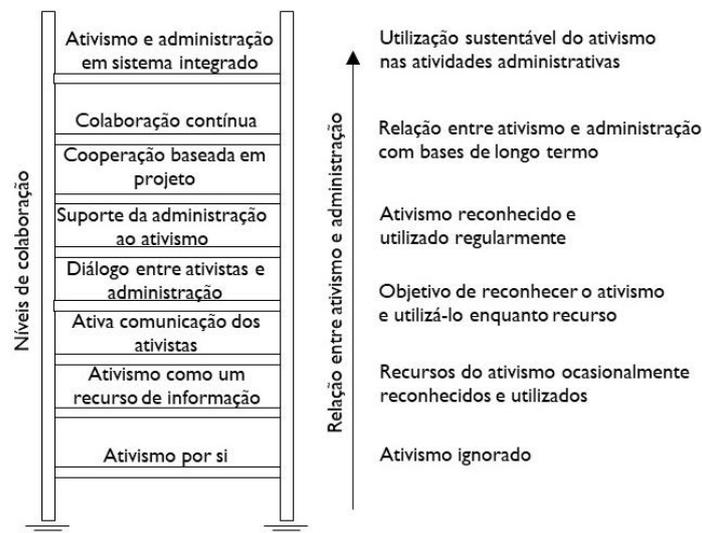


Figura 1:12 – Escada da relação entre governo e ativismo cívico. Adaptado de Mäenpää & Faehnle (2018).

Mäenpää & Faehnle (2018) consideram que nem o modelo de cogovernança, onde o poder de decisão é compartilhado entre governo e cidadãos, nem o modelo de parcerias, típico das práticas de coprodução onde são realizados contratos entre as partes, são suficientes para a inclusão do quarto setor na governança da cidade. Para tanto propõem um modelo híbrido de governança, em que governo local

e cidadãos interagem em redes horizontais de colaboração, em operações multiníveis e contextuais, no que nos parece assemelhar com o Governo *Hackeável*.

A governança híbrida, para as autoras, depende de uma ‘comunicação permissiva’ para combater o que chamam de ‘medo da burocracia’ que identificam como uma das causas desmotivadoras de um ativismo de longo termo. Propõem inclusive treinamentos para os funcionários da administração local, a que devem poder dedicar tempo de trabalho, de modo a conseguirem engajar nas plataformas de comunicação que façam interlocução com os ativistas urbanos. As autoras destacam que tal sistema de colaboração se assenta claramente numa ética pelo desenvolvimento sustentável e na cultura *hacker* (Mäenpää & Faehnle, 2018).

Nas culturas *hacker* e *DIY*, em rejeição à burocracia e à hierarquização das relações, afirmou-se uma visão alternativa baseada na ideia de comunidade, de cooperação horizontal e voluntária. Isso aconteceu ao mesmo tempo em que a hegemonia do pensamento neoliberal, que prega a incapacidade do Estado e apela à liberdade individual, incentivou a ação individual, agudizando a individualização e atomização da sociedade. Como resultado, tem-se um tipo de associação comunitária cuja adesão, embora voluntária, não é necessariamente altruísta, mas movida pelo desejo de acesso a novas capacidades e recursos: as comunidades de prática (Stalder, 2018).

Também estimulados por possíveis ganhos pessoais, os indivíduos que se reúnem em torno das comunidades de práticas acabam por servir a interesses coletivos que não são, necessariamente, públicos (Ampatzidou et al., 2015). Tais conflitos, podem levar a caminhos antidemocráticos, favorecendo grupos privilegiados em detrimento de outros com menor aptidão tecnológica ou relacional, o que exige investigar criticamente por quem e como são formadas essas comunidades, quem define e quem detém os meios de interação por elas criadas.

Ampatzidou et al. (2015), em estudos sobre *hacking* cívico, identificaram iniciativas cidadãs, *startups* e projetos institucionais à frente de tais práticas, onde se destaca o papel de designers e arquitetos na articulação dessas comunidades e plataformas que, em muitos casos, interagem com instituições de governo. Na perspectiva da cidade enquanto plataforma de ação, ela pode ser mais ou menos *hackeável* dependendo das infraestruturas físicas, tecnológicas e relacionais de que dispõe.

Nesse sentido, é importante prosseguir com o questionamento levantado por Ampatzidou et al. (2015) sobre: como tornar a interação entre as comunidades de prática<sup>65</sup> e as instituições de governo mais interativas; como abrir as estruturas legais e administrativas dessas instituições para torná-las mais responsivas às práticas que intentam colaborar na construção da cidade?

---

<sup>65</sup> O termo utilizado por Ampatzidou et al. (2015) é ‘comunidades de conhecimento’ (*knowledge community*), definido como “[...] a group of people with certain expertise, gained either by education or by intense occupation with a given issue, who are willing to come together and share their knowledge both among themselves and externally.” (p.48). No entanto, com significado similar, adotamos o termo ‘comunidades de prática’ sugerido por Stalder (2018) – e primeiramente introduzido pelos investigadores sociais Jean Lave e Étienne Wenger - por entendermos que melhor representa a coletividade característica da cultura digital, onde inclusive o conhecimento é gerado e preservado através da prática.

Na discussão sobre estratégias de design para a criação de círculos virtuosos em que os comuns sociais<sup>66</sup> são beneficiados através das organizações colaborativas<sup>67</sup>, Ezio Manzini (2015a) conclui que tal depende da qualidade dos serviços que são partilhados, e sua capacidade de envolver os indivíduos em relações de confiança, empatia e amizade.

A estratégia proposta pelo autor tem duas fases. Em primeiro lugar, é preciso garantir que a organização tenha os bens relacionais necessários, ou seja, a infraestrutura mais adequada para desempenhar suas atividades. Considerando que o que reúne as organizações colaborativas é o desenvolvimento de soluções a problemas específicos, suas atividades podem ser avaliadas pela efetividade – o esforço empregado por cada ator para atingir os resultados – e os bens relacionais – qualidade da interação e sua capacidade de reforçar valores sobre confiança, empatia e amizade. A segunda fase da estratégia proposta é, portanto, garantir que os bens relacionais gerados possam tornar-se comuns sociais apropriados pela sociedade de forma mais alargada.

Ezio Manzin (2015a) destaca o papel do *design* em reforçar, regenerar e estimular a criação e preservação dos comuns sociais, considerando que estes estão sob ameaça devido às aceleradas transformações sociais e tecnológicas em curso. E propõe o termo *design for social commoning* (design para o comum social) para esse ramo disciplinar, concluindo que a forma de contribuir, através do *design*, para os comuns sociais – que podemos relacionar com os comuns urbanos – é apoiando as organizações comunitárias com infraestruturas e redes de trabalho.

O ciberespaço, na visão otimista de Pierre Lévy (2015), é o meio privilegiado para esse tipo de infraestrutura. O autor enxerga-o como o meio para a performance de uma inteligência distribuída, formada e valorizada em tempo real, e mobilizadora de competências em prol do coletivo. Lévy (2015) defende o ciberespaço enquanto serviço público para a exploração de problemas, discussão, tomada de decisão e avaliação em proximidade com as coletividades atingidas.

No entanto, o problema dessa visão que marcou os primeiros textos sobre a cultura digital, é que ela ignora como a adição do ciberespaço vem acompanhada da adição de um novo tipo de exclusão, a desigualdade digital. É verdade que o agenciamento no ciberespaço permite incluir simultaneidades de interação, incluir a participação desterritorializada e distribuída ao longo do tempo, alcançando indivíduos e coletividades que de outra maneira não poderiam contribuir com assembleias, votações, produções coletivas etc. Mas, verifica-se, também, um contingente ainda muito expressivo de populações sem ou com pouquíssimo acesso às infraestruturas tecnológicas, ou a uma literacia que lhes permita agenciar o ciberespaço em níveis equilibrados de poder.

---

<sup>66</sup> O autor define como comuns sociais (*social commons*) as ideias e valores partilhados socialmente, como os direitos humanos e a democracia, capacidades específicas, a sensação de segurança numa cidade ou o sentido de confiança em uma vizinhança etc. (Manzini, 2015a).

<sup>67</sup> Para o autor, ‘organizações colaborativas’ são “[...] social forms in which involved actors collaborate in achieving a result (as collaborative living; collaborative care; collaborative food networks; collaborative production) [...]” (Manzini, 2015a, p.36). Consideramos o termo também compatível com o conceito de ‘comunidades de prática’.

Townsend (2014) enumera quatro dilemas sobre a divisão digital que ajudam a compreender a amplitude da questão: (1) o problema do acesso e agenciamento, que demanda a ampliação da literacia e infraestrutura para garantir a não criação de exclusões; (2) o uso de *big data* em tempo real, que também demanda literacia para a produção e interpretação de dados; (3) a necessária garantia de privacidade individual, à proteção de dados e da identidade, ao direito ao anonimato e ao esquecimento etc.; (4) a necessidade de debate sobre a progressiva diminuição do papel do Estado no fornecimento de serviços públicos, na medida em que a sociedade passa a ter maiores condições de produzi-los, porém, refletindo a desigualdade de poder entre as várias coletividades na reivindicação e na produção desses serviços.

O período de isolamento físico global vivido a partir de 2020 com a pandemia de COVID-19 evidenciou esses dilemas. Muita criatividade foi posta a serviço dos novos e graves problemas enfrentados pela humanidade nesse período, numa inédita expansão do ciberespaço em: redes de colaboração e ajuda mútua; redes de especialistas para o levantamento de informação, observação de cenários, produção de respostas; inúmeros laboratórios e *hackathons* cívicas, locais, nacionais, globais, também focados na produção de respostas; aulas públicas, debates, entretenimento etc. conectaram indivíduos das mais longínquas partes do planeta. Muitos indivíduos que pela primeira vez participaram em processos coletivos ou em prol de causas comuns tiveram no ciberespaço, naquele momento, sua primeira experiência. Por outro lado, os ritos presenciais dos processos participativos, muito importantes para uma relação de amizade, empatia e confiança entre os atores (Manzini, 2015a), além de serem espaços inclusivos para aqueles que por vários motivos ainda não estão integrados nas redes digitais, deixaram de acontecer ou tiveram de ser completamente reinventados.

Já muito antes do isolamento físico de 2020, autores alertavam para as armadilhas das interações em redes digitais, por reduzirem possibilidades de debate e produzirem uma participação atomizada e individualizada, muitas vezes focada mais em resultados quantitativos do que qualitativos (Allegretti et al., 2016). A participação proporcionada pelas TIC pode resultar em uma participação socialmente estratificada, sobrepondo os anseios e contribuições de determinados grupos sociais sobre outros, diminuindo a capacidade destes de disputar a construção das cidades (Townsend, 2014).

Para potenciar a participação a partir das várias tecnopolíticas atualmente disponíveis, mas também para abranger em seus processos a maior quantidade e variedade de atores em interações de qualidade, os formatos híbridos (*online* e *offline*) experimentados parecem ser mais promissores.

## CAPÍTULO 2

## **2. BIP/ZIP – uma estratégia para os territórios prioritários de Lisboa**

A Estratégia Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) da Câmara Municipal de Lisboa, construída durante a elaboração do Programa Local de Habitação (PLH), é o objeto de estudo desta investigação na proposição de uma metodologia de coprodução de interface tecnopolítica.

A Estratégia BIP/ZIP estrutura-se em quatro ferramentas: (1) a identificação de territórios de intervenção prioritária, na Carta BIP/ZIP; (2) um programa anual de financiamento a projetos propostos e realizados por redes de parceiros da iniciativa local, o Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais (PPL); (3) gabinetes públicos de apoio técnico e político aos processos decorridos nesses territórios (GABIP); e (4) as redes de colaboração incentivadas entre os vários atores do desenvolvimento local, não só para a sustentabilidade dos projetos BIP/ZIP, como para sua articulação com outras dinâmicas urbanas e políticas setoriais e comunitárias (DMHDL, 2017).

Com o objetivo comum da coesão socioterritorial (CML, 2010a, 2012a), a Estratégia BIP/ZIP assume duas abordagens: o desenvolvimento local (DL) no sentido econômico; e a regeneração urbana (RU) no sentido da intervenção territorial. Tanto o DL como a RU apostam na capacidade de articulação de atores e de recursos locais, impondo desafios organizacionais e comunicacionais importantes tanto para as estruturas administrativas municipais quanto para a iniciativa local, ao mesmo tempo que promove novas formas de cooperação multissetorial e de cidadania (Sthör, 1990; Amaro, 1992; Dowbor, 2005; Pinho, 2009; Mourão, 2019).

Para melhor compreender o contexto das interações entre CML e sociedade civil no âmbito do BIP/ZIP, as seções seguintes abordam o DL e a RU enquadrando-os na política europeia pela coesão socioterritorial. São apresentadas em detalhe as ferramentas que compõem a estratégia BIP/ZIP, bem como uma visão panorâmica da primeira década de sua existência na cidade de Lisboa.

### **2.1. Desenvolvimento Local para a Coesão Socioterritorial**

A abordagem do DL, que nas últimas décadas tem ganhado maior relevância nas políticas urbanas devido a tendência atual do protagonismo das cidades sobre outros níveis territoriais, tem origem no desenvolvimento comunitário e na ação coletiva experimentados a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos, e depois nos anos 1970, no Reino Unido (Henriques, 2006, Sthör, 1990).

Para aumentar o nível local de desenvolvimento de um determinado território, tradicionalmente procurava-se aumentar a influência de sua extensão territorial ou atrair recursos externos (Sthör, 1990). A emergência da ação coletiva para o desenvolvimento comunitário, paralelamente ao desenvolvimento

da microeletrônica, que expandiu a capacidade de comunicação nas últimas décadas, possibilitou uma terceira forma de aumentar o nível local de desenvolvimento territorial, através do desenho de estruturas organizacionais e comunicacionais descentralizadas, flexíveis e horizontais, permitindo a mobilização local de recursos e sua atualização tecnológica (Sthör, 1990).

No atual contexto de reestruturação econômica global iniciada ainda em fins do século XX, de crise da representatividade política, da degradação ambiental causada pelo modelo hegemônico de desenvolvimento e da constatação de que as estruturas organizacionais rígidas e centralizantes não têm sido suficientes para solucionar os problemas de desenvolvimento, reconhece-se a importância da ação das comunidades locais no agenciamento de recursos para a melhoria de seus territórios (Sthör, 1990; Amaro, 1992). Considerando o espaço como um recurso em si mesmo, incluídas suas características tangíveis e intangíveis, a abordagem do DL valoriza, sobretudo, a capacidade de tomada de decisão dos atores locais, sua auto-organização e a construção de redes de colaboração (Capello, 2011).

Baseado na diferenciação dos territórios, o DL é uma abordagem microrregional, relacional e micro comportamental, orientada para um desenvolvimento de longo prazo (Capello, 2011). Também se assenta numa visão sistêmica, interdisciplinar e aberta a participação (Amaro, 1992). Os recursos, o poder e a capacidade de influência dos atores envolvidos nos processos de DL determinam não só o que será implementado, mas em que ordem de prioridade. Assim, os planos e leis são menos consequência do trabalho dos técnicos e mais das negociações, discussões e movimentações políticas entre aqueles que tomam as decisões e os que deverão implantá-las (Adams, 1994).

A mudança de paradigma no conceito de desenvolvimento, implica uma importante aproximação entre seus diversos atores a seus problemas e respostas. A visão territorialista do DL depende de redes operacionais formais e informais e de instrumentos de apoio a ação e decisão; também depende de uma estratégia glocal para a mobilização de identidades, culturas e especificidades como fatores de diferenciação (Amaro, 1992). O DL será, portanto, tão polissêmico quanto for a cidadania na qual se insere.

Contudo, existe uma grande diversidade de discursos, objetivos e modos de operação no que se refere aos modelos de desenvolvimento. O sociólogo Francisco de Oliveira (2001) enumera vários pontos a considerar: assente na participação dos atores locais, o DL tende a substituir o exercício da cidadania e ser usado como sinônimo de cooperação e apaziguamento; uma desregulamentação excessiva pode fragilizar ainda mais o exercício da cidadania; a possibilidade de corrigir a tendência de concentração inerente ao capitalismo pode resultar, somente, no deslocamento dessa concentração; o DL não combate a globalização, pelo contrário, reforça as cidades globais e acirra a competição entre elas.

Se a cidadania é a chave para a humanização do desenvolvimento, à escala local, há que inovar e combinar formas, níveis e abrangências diversas para efetivá-la. Neste sentido, o economista Ladislau Dowbor (2005) destaca a importância da sistematização de informações municipais para uma autorregulação de base da sociedade e qualificar a participação da população. O autor defende que o

desenvolvimento de metodologias e ferramentas para sistematização de informação, além de contribuir para que os atores construam uma visão sistémica sobre o território, pode também melhorar a capacidade de gerenciamento municipal e de avaliação das iniciativas, das políticas públicas e do próprio DL do território

Para garantir o impacto das iniciativas, esse sistema base de informação local deve: ter interoperabilidade com os demais bancos de dados existentes; estar articulado com os vários subsistemas de apoio de modo a funcionarem de forma sistémica; apoiar a operação de cooperativas e serviços urbanos e ser apoiado por um sistema financeiro integrado; e servir aos interesses locais de comunicação e mobilização (Dowbor, 2005). Este agenciamento de recursos compõe as tecnologias de organização, informação e financiamento que, quando utilizadas de forma inovadora, descentralizada e participativa resultam no desenvolvimento de tecnologia social que, diferente da tecnologia capitalista convencional, pode resultar na inclusão social (Dowbor, 2005; Dagnino, 2019). Resultado de um processo autogestionário, baseado na cooperação entre atores sociais e cujos produtos atendem à agenda dos excluídos de forma replicável, a tecnologia dita social (Dagnino, 2019) parece mais adequada para a apropriação e empoderamento dos atores em DL.

No paradigma da sociedade do conhecimento em rede (Castells, 2017), os desafios do DL incluem a inovação tecnológica na manipulação de ferramentas como a internet, as tecnologias *wireless* e *mobile*, georreferenciamento, redes sociais digitais e mineração de dados. Desta forma, possibilitando maior interação, colaboração e tratamento de grandes quantidades de dados.

No contexto da União Europeia (UE), as leis e acordos supranacionais, aconselham políticas públicas sugerindo inovação para a governança e participação cívica. A estratégia da UE para a transição digital (*The European Commission*, 2020), considerada instrumento fundamental para combater as alterações climáticas e trilhar a transição ecológica, tem como princípio fundador o desenvolvimento tecnológico ‘ao serviço dos cidadãos’, através de um sistema económico justo e competitivo, para uma sociedade aberta, democrática e sustentável.

Desde a década de 1990, com a criação da Política de Coesão<sup>68</sup>, o DL passou a ser adotado na Europa como forma de prevenir a pobreza e integrar economicamente a população empobrecida (Henriques, 2006), e como objetivo-chave para o desenvolvimento sustentável, sendo a reabilitação urbana um de seus mais importantes instrumentos (Pinho, 2009).

Reabilitação, requalificação, revitalização e regeneração urbana são termos utilizados para referir a diferentes tipos de intervenção territorial intraurbana, modificadora do tecido urbano e de sua urbanidade, cujas diferenças representam a evolução da abordagem utilizada que, ao longo do tempo, passou a incorporar questões ambientais e sociais. Com fronteiras sutis, são frequentemente usados

---

<sup>68</sup> Criada em 1988, depois da adesão da Grécia, Espanha e Portugal à UE, para mobilizar investimentos para as regiões mais pobres e reduzir disparidades internas. Os Fundos Estruturais e de Coesão representam, desde 1994, cerca de 1/3 do orçamento europeu. Informação disponível em: <https://bit.ly/3pTsVHV>, acesso em 14 dez. 2021).

como conceitos guarda-chuva na literatura e em documentos oficiais, sendo escolhidos conforme o léxico local ou a tendência global (Mendes, 2013; Moura et al., 2006; Pinho, 2009; Mourão, 2019). Nesse sentido, apresenta-se na Tabela 2:2 uma revisão de vários documentos e autores, procurando a definição de cada um desses termos, incluindo termos mais dissonantes como o restauro urbano e a renovação urbana, cujas aproximações servem para elucidar diferenças.

Apesar de ‘reabilitação’ ser o termo mais utilizado em Portugal e nos países do sul europeu (Pinho, 2009), neste estudo, adotamos o termo ‘regeneração urbana’ por ser o mais utilizado nos documentos da CML em referência à estratégia BIP/ZIP.

Tabela 2:2 – Definição dos vários conceitos sobre a intervenção territorial intraurbana

<b>Restauro</b>	<b>Renovação</b>	<b>Requalificação</b>	<b>Reabilitação</b>	<b>Revitalização</b>	<b>Regeneração</b>
Reconstrução do traçado original e suas eficiências	Cada vez menos frequente, devido ao alto custo para os residentes, caracteriza a substituição de áreas empobrecidas e degradadas por grandes projetos	Restituição da qualidade física do território, que pode ter sua função primitiva alterada	Melhoria do uso e da habitabilidade, conservando características anteriores; valorização do suporte físico, regeneração e conservação do património e correção de passivos ambientais	Pressupõe a recuperação de áreas degradadas mais a transformação das bases social e, econômica e cultural obsoletas	Redesenvolvimento, envolvendo múltiplos atores e visão sistêmica; recuperação orgânica; reabilitação da dimensão física do território mais a revitalização socioeconômica e cultural; dinamização e capacitação, visando a coesão territorial a partir de um diagnóstico e a identificação de áreas prioritárias para intervenção
A partir dos Séc. XVIII-XIX	Séc. XX, a partir do pós-Guerras	A partir dos anos 1970			
Rufinoni (2009), Mendes (2013)	CEMAT (2011)	DGOTDU (2005)	DGOTDU (2005), CEMAT (2011), Decreto Regulamentar n.º 5/2019	DGOTDU (2005), CEMAT (2011)	Mendes (2013), Vilares (2003), Decreto Regulamentar n.º 5/2019

O termo ‘regeneração urbana’ (do inglês *urban regeneration*) (Roberts & Sykes, 2008), traz das ciências naturais a ideia de recuperação dos organismos vivos, ou seja, compreende a própria cidade como um organismo vivo, um sistema complexo composto por partes que se relacionam. Representa a afetação dos discursos contemporâneos pelo avanço da ciência genética, mas também a ideologia do urbano e a crença na cidade compacta e no melhor uso do solo urbano, realizável através da arquitetura e do desenho urbano (Vilares, 2003).

De modo a permitir responder a especificidades concretas de cada contexto, o mapeamento e a caracterização de áreas prioritárias constituem as metodologias adotadas em processos de RU (Vilares,

2003; Porter, 2009; Mendes, 2013). Além da intervenção na dimensão física do território, a RU atua nas dimensões social, económica e cultural, com a dinamização de programas, formação e capacitação de atores (Roberts & Sykes, 2008).

As primeiras experiências de RU ocorrem nos EUA, nas décadas de 1950 e 1960, no âmbito da desativação de áreas portuárias, com projetos de médio porte associados a grandes eventos para a atração de turistas e investidores, pondo em prática parcerias entre governos centrais, locais e investidores. Nos anos 1980 e 1990, o modelo foi exportado para o Reino Unido e expandiu a sua aplicação com as políticas de intervenções em áreas urbanas centrais (Vilares, 2003; Mendes, 2013; Roberts & Sykes, 2008). Neste contexto, a Urban Task Force (UTF), liderada pelo arquiteto Richard Rogers, analisou a situação de declínio urbano e elaborou uma visão de futuro para as cidades inglesas (Vilares, 2003). O manifesto das ‘cidades compactas’ (UTF, 2000), defendia a integração dos objetivos das políticas nacional e regionais, o aumento do papel estratégico dos governos locais, a abordagem direcionada a áreas urbanas prioritárias e o estabelecimento de parcerias para a realização das intervenções.

No final dos anos 1990, Richard Florida (2002) e Charles Landry (2000) fundamentaram os processos de RU através do conceito de ‘cidades criativas’, ao enfatizarem as indústrias criativas, a inovação tecnológica, a cultura e o turismo nas políticas. Os autores defendiam a diversidade e o multiculturalismo como condições básicas para a cidade criativa e reforçadores de uma coesão comunitária (Wilks-Heeg & Peter North, 20202). A abordagem centrada na inovação e na indústria tecnológica, emergiu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com o crescimento das empresas e serviços em torno da internet. No entanto, após a crise financeira mundial de 2008, a inovação passou a ser a grande aposta de governos locais em todo o mundo, como forma de diferenciar seus territórios na competitividade global (Zukin, 2020), sendo a ‘cidade inteligente’ um objetivo.

A associação entre as iniciativas culturais e o empreendedorismo urbano, na condução de processos de *turistificação* e de gentrificação a partir da RU, tem sido observada em diversas cidades, onde se inclui Lisboa (Mendes 2013; Tulumello, 2016; Gennari, 2018; Moya, 2019; Estevens et al., 2019). O geógrafo Luís Mendes (2014) observa que entre as décadas de 1970 e 1990 os programas de reabilitação urbana em Portugal eram marcados por preocupações sociais, mas que no Séc. XXI, as experiências passaram a ter referências mais neoliberais.

A RU caracteriza o redesenvolvimento de determinados territórios, a reestruturação económica e espacial pelo reinvestimento, ou um novo ciclo de investimento em áreas selecionadas. No entanto, vários estudos discutem como nem sempre esses processos convergem com os objetivos de coesão (Porter, 2009; Mendes, 2013; Mourão, 2019).

A nível da UE, os objetivos da Política de Coesão são revisados periodicamente, orientando ciclos definidos de programação de financiamento. No ciclo de programação 2014-2020, a abordagem baseada em local ganhou grande ênfase, depois da publicação do Relatório Barca, que defendia a coesão do ambiente como uma das premissas para o progresso económico e social, sendo necessário fornecer bens

e serviços integrados e adaptados aos contextos locais de forma a desencadear mudanças institucionais (Barca, 2009; Słupińska, 2013).

O acordo Europa 2020, que fundamenta esse período de programação, publicado em 2010, em contexto de reação à crise económica mundial deflagrada em 2008, centrou atenção sobre o domínio social da problemática da coesão, mas com pouca clareza sobre as estratégias para as melhorias territoriais. Já seu reatamento sobre o território português, o acordo Portugal 2020, previu ações integradas em áreas geográficas definidas e acordos de cooperação que incluiu a abordagem DLBC. Antes experimentada em áreas rurais na Iniciativa Comunitária *Leader*, a abordagem DLBC passa, com o Regulamento nº 1303 (2013) da EU, a ser aplicada a áreas urbanas e, em Portugal, assume como objetivos a inclusão social através do empreendedorismo social, o combate à pobreza e ao abandono escolar, e a inovação social. Através dos GAL – Grupos de Ação Local, as redes DLBC estimulam parcerias entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico (Portugal 2020, 2014). No documento nacional Cidades Sustentáveis 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015), a abordagem DLBC é estratégica para a formação de uma visão comum e partilhada entre os diferentes agentes do território e para a inovação social *bottom-up*.

O Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (POR Lisboa 2020), que definiu a aplicação dos Fundos Estruturais à escala da Região de Lisboa para aquele período, assume os indicadores socioeconómicos e ambientais identificados a nível europeu, enfatiza a importância da participação ativa e da governação multinível, prevê a criação de plataformas tecnológicas para a articulação e governação de atores e entidades, e compreende a estratégia DLBC como fundamental para envolver o Terceiro Setor no combate à pobreza e exclusão (POR Lisboa 2020, 2014).

A nível europeu, no novo período de programação da Política de Coesão (2021-2027), mantém-se metas de combate à pobreza e inovação na governança, e centra esforços nos objetivos traçados no Acordo Climático de Paris e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, fazendo emergir o conceito da economia circular (CE, 2019). Além da transição ecológica, também a transição digital emerge na Estratégia Portugal 2030 (2020). Seu reatamento para a região de Lisboa, prevê nove grandes projetos estruturantes, dos quais destacamos ‘*Smart Region*’, que prevê o desenvolvimento de uma plataforma de dados abertos e de analítica urbana para a região, em apoio ao planeamento e gestão das cidades e territórios, a empreendedores e cidadãos, na perspectiva da formação de uma ‘inteligência coletiva ativa e passiva’ (CCDRLVT, 2018, p.76).

Para os desafios da transição ecológica a que a UE se prepara, o DL e a RU continuam sendo estratégicos. Mais ainda, depois que a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, evidenciou as desigualdades sociais. A Política de Coesão da UE e suas orientações para experimentação, inovação, mobilização de agentes locais e de conhecimentos, a abordagem DLBC e a identificação de territórios e populações vulneráveis como protagonistas das dinâmicas sociais, têm claro reatamento nas intenções fundadoras da Estratégia BIP/ZIP, e continuam fundamentando suas atualizações, como se verá a seguir.

## 2.2. Caixa de ferramentas da Estratégia BIP/ZIP

A estratégia BIP/ZIP criada pela CML durante a elaboração do PLH, começou a ser desenhada em 2009, num tempo de recessão económica em Portugal, quando os recursos da CML eram escassos e Lisboa enfrentava um elevado nível de desemprego e precariedade habitacional. Consequência de décadas sem uma política habitacional consistente, agravada pelo *crash* financeiro de 2008 e as políticas de austeridade que se seguiram (Seixas et al., 2015).

A estratégia BIP/ZIP é herdeira das práticas de base comunitária que floresceram nos anos 1960 e das práticas institucionalizadas que buscaram apoiar a iniciativa local, como: o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), levado adiante pelo governo português na década de 1970; o Orçamento Participativo iniciado no sul do Brasil, nos anos 1980, e disseminado pela Europa a partir de Portugal no anos 2000; e a Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (IBC), também do governo português, nos anos 2000. Estas foram referências inspiradoras tanto para a cultura associativa em Lisboa, quanto para o reconhecimento, pelo governo local, da importância de fomentar a organização coletiva e promover o aprendizado social nas questões urbanas (Roseta, 2013; CML, 2010a).

Para subsidiar a definição de políticas públicas para a habitação, a metodologia do PLH incluiu, em sua fase inicial, uma caracterização da desigualdade urbana do município (Roseta, 2013), feita a partir de um mapeamento multicritério, chamado Atlas do PLH<sup>69</sup> (CML, 2010a). O estudo produziu uma série de mapas (Figura 2.1) sobre o município de Lisboa com dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE), do Censo de 2001, na escala do quarteirão, com indicadores sobre a habitação e a população residente.

A sistematização de informação deu visibilidade às carências habitacionais do município e fundamentou a criação de uma estratégia específica para os territórios onde essas carências estavam presentes. A IBC – que entre 2005 e 2013 destinou investimentos para bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto – foi fonte de inspiração para, pelo menos, dois aspectos: a abordagem territorial e experimental para bairros vulneráveis, e a reflexão para a definição do conceito ‘bairro de intervenção prioritária’ (BIP), em oposição à estigmatização que o termo ‘bairro crítico’ podia condicionar (CML, 2010a; Roseta, 2013).

---

<sup>69</sup> O estudo e todos os mapas produzidos estão disponíveis no sítio eletrónico do PHDL: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=4020001> (consultado em: 30 dez. 2021).

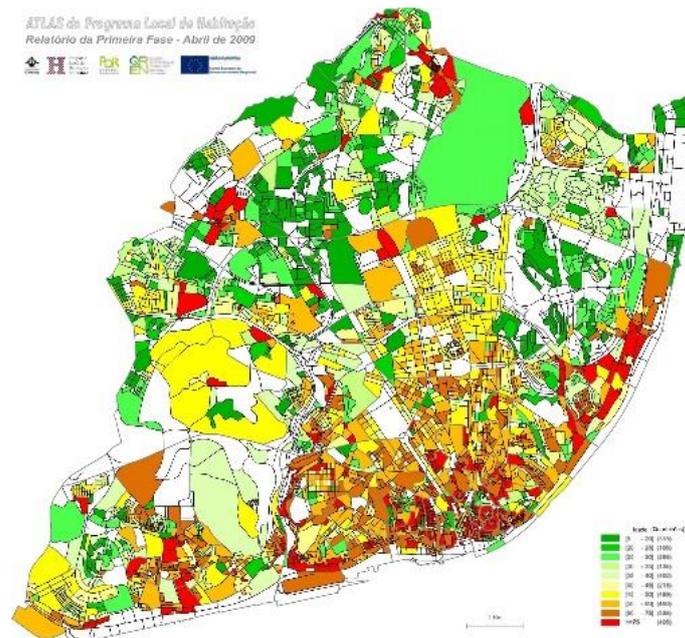


Figura 2:1 – Mapa 2: Idade Média dos Edifícios de Lisboa, um dos 33 mapas produzidos no Atlas do PLH.

Fonte: *Website* do PHDL, <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=402000,019> (consultado em 21 dez. 2021).

A identificação dos BIP teve como base o Atlas do PLH, ao qual se sobrepôs, ainda, três camadas de informação: a combinação de indicadores socioeconómicos, que formaram um Índice Social; a combinação de índices urbanísticos que formaram o Índice Urbano; e a delimitação de territórios considerados suscetíveis para enquadramento como ‘prioritários’, tais como bairros municipais, áreas urbanas de gênese ilegal, ex-SAAL etc. O Índice Ambiental, não foi possível construir, devido aos indicadores pretendidos, à época, não terem dados suficientes (CML, 2010a). A sobreposição destas camadas resultou no mapa da fratura socioterritorial de Lisboa (Figura 2.2).

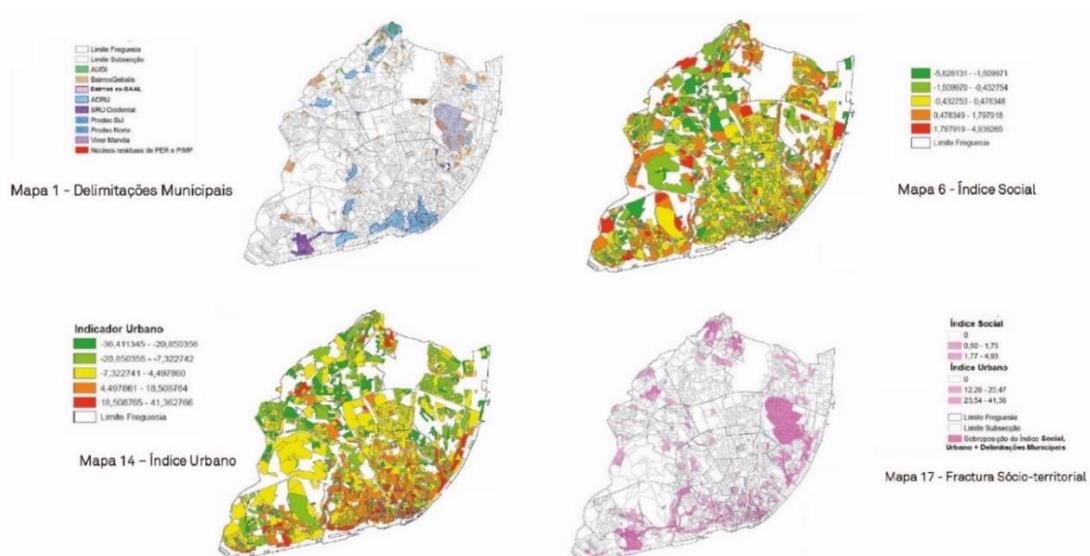


Figura 2:2 – Resumo da composição de índices que resultou no Mapa da Fratura Socio Territorial de Lisboa: Delimitações municipais, Índice Socioeconómico, Índice Urbano. Fonte: CML (2010), p. 8, 14, 21, 24.

Na mancha da fratura socioterritorial, foram identificados inicialmente 50 bairros que, submetidos a três workshops participativos com o envolvimento de serviços municipais, Assembleia Municipal, juntas de freguesia e associações de moradores, foram ampliados para 61, passando a incluir, além de bairros, também zonas de intervenção prioritária (ZIP)<sup>70</sup> (CML, 2010). Com a aprovação da CML, a definição dos bairros e zonas de intervenção prioritária foi submetida a uma consulta pública ampliada que resultou na Carta BIP/ZIP, com os 67 territórios definidos. A Figura 2:3, que ilustra a Carta BIP/ZIP, demonstra como muitos desses territórios são contíguos, ou em ‘ilhas’. Os territórios prioritários incluem quatro diferentes tipologias: municipal, histórico, AUGI, outro/misto.

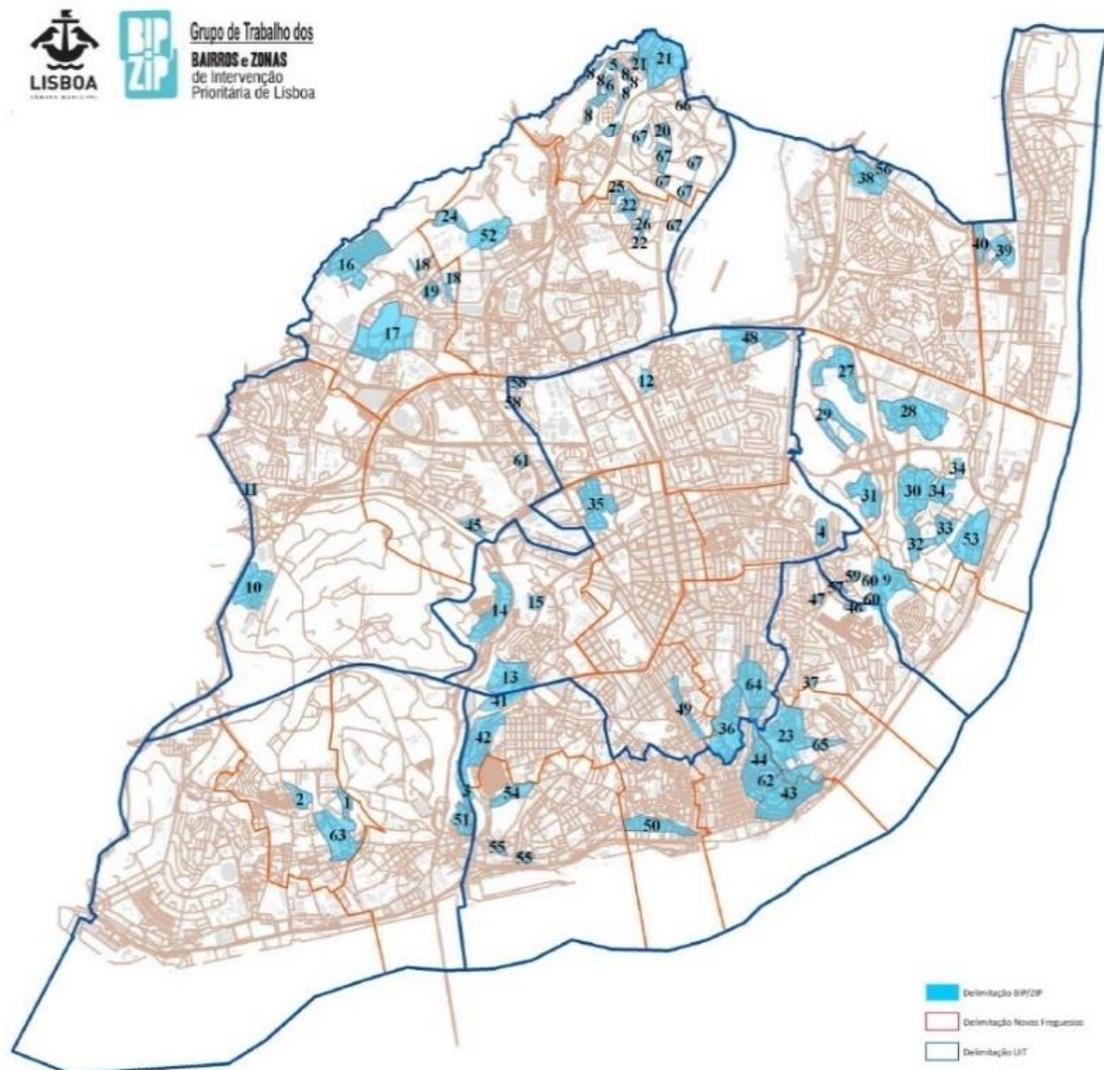


Figura 2:3 – Carta BIP/ZIP<sup>71</sup>. Ver legenda dos territórios no Anexo A. Fonte: Sítio eletrônico do PHDL, <https://www.lisboa.pt/cidade/habitacao/estrategia>, consultado em 14 dez. 2021.

<sup>70</sup> A terminologia ‘zonas’ foi incluída para designar territórios como ruas, que extrapolam a definição de bairros (CML, 2010).

<sup>71</sup> A Carta BIP/ZIP apresentada na Figura 2:3 corresponde a sua versão atualizada de 2014, após a reestruturação das freguesias de Lisboa, reduzidas de 53 para 24. Os territórios prioritários não sofreram alterações. Informação disponível em <https://bit.ly/31c6y1D>, consultada em 14 dez. 2021.

Durante o processo de discussão pública que resultou na Carta BIP/ZIP, foi reivindicado um programa para financiamento de projetos da iniciativa local que pudessem reverter a situação de precariedade encontrada nos territórios prioritários (CML, 2010a). Assim, desde 2011, existe um ciclo anual de financiamento, regulado pelo Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais (PPL), com regras para a apresentação e execução de projetos de base comunitária nos territórios BIP/ZIP.

O estabelecimento de parcerias entre as organizações da iniciativa local para a realização dos projetos procura, dessa forma, contribuir para o DL do município, através do fortalecimento da capacidade da iniciativa local, do desenvolvimento pessoal e da efetiva melhoria dos territórios e comunidades (CML, 2019). Os projetos têm que ser realizados com a parceria entre pelo menos duas entidades, uma delas localizada no território de ação. Uma entidade tem que ser promotora do projeto, com constituição jurídica, e terá a responsabilidade pela execução orçamental. O programa está aberto a grupos informais e vários tipos de organizações vocacionadas para a intervenção territorial.

Os projetos devem partir de um diagnóstico, eleger um grupo de destinatários e enquadrar-se nas seguintes temáticas, elegendo uma como preferencial: (a) melhorar a vida no bairro; (b) promover competências e empreendedorismo; (c) reabilitar e requalificar os espaços<sup>72</sup>; (d) promover a inclusão e a prevenção; e (e) promover a dinamização comunitária e a cidadania. Os critérios usados na avaliação do júri são: participação das populações; pertinência e complementaridade; coesão social e territorial; sustentabilidade e inovação (CML, 2019).

São elegíveis projetos que proponham intervenções pontuais, prestação de serviços às comunidades ou a realização de pequenos investimentos e ações integradas. Os projetos têm que ser executados dentro de um ano e, conforme o montante de recursos recebidos, dentro do valor máximo de cinquenta mil euros, é exigido um tempo de sustentabilidade do projeto, com ações previstas para até dois anos após o período de financiamento do PPL (CML, 2019).

As candidaturas são feitas em meio eletrônico<sup>73</sup>, no portal do PPL (2013), que também disponibiliza documentação de referência, fichas de caracterização dos territórios e fichas de todas as candidaturas de todos os ciclos de financiamento. A CML realiza sessões regionais de divulgação e capacitação para a elaboração das candidaturas.

Nos primeiros anos da estratégia BIP/ZIP, e no contexto de outros grandes projetos a decorrer em alguns dos territórios, surgiu a necessidade de constituição de Gabinetes de Apoio aos BIP/ZIP (GABIP), compostos por representantes dos serviços municipais e da iniciativa local, para mediar conflitos e apoiar a realização dos projetos. O primeiro deles foi constituído em 2010, no bairro Padre Cruz, a propósito da requalificação em curso no bairro, que já era acompanhada por um Grupo Comunitário representativo das organizações da iniciativa local, e pelo Grupo de Trabalho de Apoio ao

---

<sup>72</sup> Na edição de 2020 a temática 'reabilitar e requalificar os espaços' foi renomeada como 'espaço comunitário'.

<sup>73</sup> Exceto as candidaturas do primeiro ciclo de financiamento, em 2011, que foram feitas em meio físico e, posteriormente, digitalizadas pela equipe do DMHDL.

Projeto Urbanístico e Realojamento do Bairro Padre Cruz (GAPUR), composto por técnicos da CML, considerado insuficiente para o efeito (CML, 2010b).

Em 2016, com a constituição dos GABIP em diversos territórios BIP/ZIP, foi definida uma estrutura e modelo de funcionamento de cogovernança dos GABIP, posicionando-os numa fase ‘GABIP 2.0’, através da Proposta 361/2016 (PHDL, 2016). Até final de 2021, foram criados sete GABIP (Tabela 2:2), em dezoito territórios BIP/ZIP. Os GABIP são compostos por uma coordenação, equipa de apoio, comissão executiva, representantes de organizações locais, comissão de assembleia de freguesia e vereadores, todos com voto direto. A missão é promover o DL utilizando a capacitação e dinamização da iniciativa local, considerando princípios de cooperação, transparência e participação ativa, e devem elaborar um Plano de Desenvolvimento Local para o(s) território(s) alvo das suas ações (PHDL, 2016).

Tabela 2:2 - Relação dos GABIP e seus territórios de atuação. Fonte: A partir dos dados disponíveis no sítio eletrónico da CML, <https://bit.ly/2IY792q> (consulta em: 27 dez. 2021).

Designação do GABIP	Ano de criação	Identificação dos territórios BIP/ZIP atendidos
Padre Cruz	2010	13
Boavista	2011	10
Mouraria	2011	44
AUGI	2011	5, 6, 7, 18, 20, 21, 24
Torres Alto da Beira	2012	37
Ex-SAAL e Autoconstrução	2013	4, 34, 47, 58, 60
Almirante Reis	2016	36, 64

Em 2015, para reforçar a cogovernança territorial do município e facilitar o acesso a financiamento de fundos europeus, foi criada por iniciativa da CML, a Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) de Lisboa. Esta é composta por várias entidades da iniciativa local, com foco nos territórios BIP/ZIP e tem como um dos objetivos o desenho e implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). A Rede DLBC Lx, em 2021, conta com quase duzentas entidades associadas, as quais contribuem para a EDL de Lisboa, focada nas questões do emprego, da qualificação escolar e da pobreza geracional (Rede DLBC Lx, 2013). Em 2020, lançou o edital ‘Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social’ para financiamento de projetos propostos pelas associadas a executar nos territórios BIP/ZIP, entre 2021 e 2023, no valor total de cerca de cinco milhões de euros. A Rede DLBC Lx tem, ainda, colaborado com a CML em projetos do programa Urbact (2013<sup>74</sup>, 2018<sup>75</sup>) para a Cooperação Territorial Europeia, experiências que retomaremos em 2.

A CML tem, ainda, promovido, ao longo dos anos, várias outras redes colaborativas no âmbito do BIP/ZIP, com o objetivo de estimular o estabelecimento de parcerias e a partilha de experiências: (1) o Projeto Europeu SINERGI - Integração Social (2015), que envolveu quatro cidades europeias (Skopje, Turim, Lisboa e Zagreb), universidades, organizações cívicas e grupos sociais em discussões sobre

<sup>74</sup> Disponível em: <https://urbact.eu/user5> (consultado em 15 dez. 2021).

<sup>75</sup> Disponível em: <https://urbact.eu/communitylab> (consultado em 15 dez. 2021).

estratégias de crescimento urbano com maior integração social, tendo, em Lisboa, centrado na estratégia BIP-ZIP (PHDL, 2013); (2) o ‘Curso de Especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo’ (2015 - 2021), oferecido em parceria entre o Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, os Arquitetos Sem Fronteiras/Portugal e a CML, com o objetivo de contribuir para a cooperação entre agentes do desenvolvimento local e comunitário na elaboração e implantação de novas respostas e práticas; e (3) a participação em redes internacionais de troca de experiências entre governos locais, tendo sido premiada em 2013 com a VII Distinção de Boa Prática em Participação Cidadã do Observatório Internacional da Democracia Participativa, e em 2017 com o Selo de Boa Prática do programa de Cooperação Territorial Europeia Urbact III (2017).

Em suma, a caixa de ferramentas da estratégia BIP/ZIP visa: a identificação dos territórios prioritários de Lisboa (Carta BIP/ZIP); o fomento a projetos da iniciativa local para esses territórios (PPL); fornecer apoio técnico e político para a mediação de conflitos (GABIP); e incentivar o estabelecimento de redes colaborativas a nível local e internacional (DMHDL, 2017). Assim, a estratégia de DL da CML extrapola a dimensão habitacional para influenciar outras políticas setoriais.

A partir do PLH, a estratégia BIP/ZIP ganhou escala e transversalidade com outras políticas setoriais quando foi incorporada ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Lisboa, enquanto processo participativo e integrado de RU para a promoção da coesão social e territorial. O PDM, publicado em 2012, reforça a regeneração urbana, em contraposição às políticas anteriores de construções novas e de expansão da área construída (CML, 2012b). De modo a orientar a prioridade das ações, o PDM incorporou a Carta BIP/ZIP como instrumento privilegiado para as políticas de DL, através da realização de intervenções integradas, nas dimensões social, urbanística e económica, e em escala local. Para tal, delegou ao PLH o estabelecimento de medidas pela coesão socioterritorial que, por sua vez, enquadrou a estratégia BIP/ZIP no objetivo ‘Melhorar a qualidade de vida urbana e a coesão territorial’, um dos oito objetivos do documento. O PDM ainda prevê a delimitação de ‘unidades de execução’ para os territórios BIP/ZIP e cria o Fundo Municipal de Urbanização (CML, 2012a; 2012b).

Assim, a CML fomenta o DL, financiando diversas pequenas ações de RU, com intervenções no edificado, em espaços públicos, equipamentos comunitários, atividades formativas, culturais, que fortalecem o tecido associativo e o estabelecimento de redes de parcerias. Contudo, ainda não é disponibilizado um instrumento para monitorização partilhada das transformações que tais ações têm provocado nos territórios. Este poderia contribuir para avaliar e acompanhar os seus desenvolvimentos, fortalecer capacidades de colaboração e, conseqüentemente, de coprodução de comuns urbanos.

### **2.3. A primeira década da Estratégia BIP/ZIP**

Em 2021, Lisboa conta com uma população residente de 544.851 habitantes (dados de 2021, segundo PORDATA, 2009), organiza-se em 24 freguesias e dispõe de um orçamento anual de 899.970.946 € (previsão para 2021, segundo a CML, 2021b). Na última década, a cidade assistiu a um intenso processo

de RU reativo ao período de austeridade decorrente da crise económica de 2008 (Seixas et al., 2015), que inclui a Estratégia BIP/ZIP e seus efeitos.

O PPL, como ferramenta da estratégia BIP/ZIP, e seus projetos, têm produzido importantes transformações em espaços públicos e comunitários, especialmente na prestação de serviços de apoio social e na animação cultural. Até o ciclo de 2021, o PPL recebeu, ao todo, 1.201 candidaturas e aprovou 423 projetos, aos quais destinou um total de €17.366.129,00 públicos. A Figura 2:24 mostra a quantidade de projetos apresentados e aprovados, e o volume de recursos financeiros municipais dedicados por ciclo.

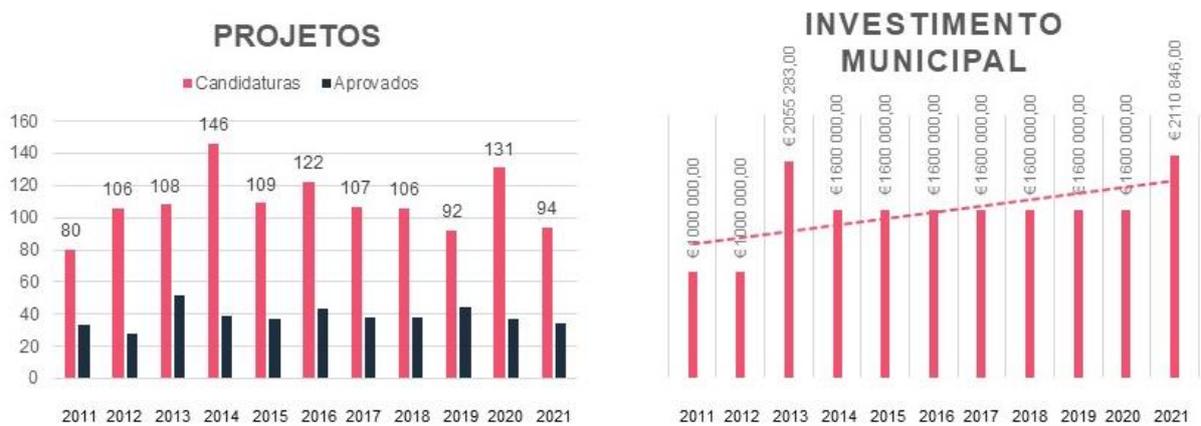


Figura 2:2 – Quantidade de candidaturas, projetos e investimento municipal por ciclo de financiamento do PPL. Fonte: PPL (2011) (consultado em: 21 dez. 2021).

Ao longo de sua primeira década, o programa sofreu algumas alterações. As mais significativas foram: a vinculação de alguns territórios, devido à reforma administrativa por qual passou o município, que em 2013 sofreu uma redução na quantidade de freguesias; a alteração do período de realização dos projetos que era de nove meses e a partir de 2014 passou a ser de 12 meses; a estipulação, em 2014, de indicadores de monitorização dos projetos e a exigência para que as candidaturas apresentassem estratégias para sustentabilidade das ações em até dois anos após o período financiado pelo programa; o impedimento, a partir de 2015, de as Juntas de Freguesia serem promotoras de projetos onde recebessem mais de 50% do financiamento fornecido pelo PPL; e a alteração, em 2018, da quantidade e nomenclaturas de tipologias de entidades elegíveis para os projetos (PPL, 2021). A partir de 2020, em reação à pandemia de COVID-19, o Ciclo de Regras do PPL definiu a predileção por projetos que apresentassem respostas mais imediatas às necessidades agravadas pela crise sanitária e acrescentou como destinatários ‘grupos vulneráveis’ (CML, 2020). Em 2021, acrescentou a dimensão de ‘Boas Práticas’<sup>76</sup>, para financiar projetos de até 24 meses com orçamento de até cem mil euros.

<sup>76</sup> O PPL continuou a financiar projetos no molde anterior (12 meses, 50 mil euros), chamados agora de Ignição.

Pelas transformações que têm provocado nos territórios e pela repercussão sempre muito positiva que tem tido na comunicação social, os projetos financiados pelo PPL têm despertado a atenção da academia, de outros governos locais e organismos internacionais. Vários estudos (Machado, 2017; Nóbrega, 2017; Machado, 2018; Sebastião, 2018; Falanga, 2019b) destacam a contribuição dos projetos do PPL para: o incentivo de uma cidadania mais pró-ativa e da ação coletiva pela melhoria das condições de vida, à escala do bairro; a auto-organização das comunidades em arranjos de governança descentralizados e constituídos por redes de parcerias formais e informais; a capacitação técnica da iniciativa local para a intervenção territorial; o reforço de redes de solidariedade e ajuda mútua; e a construção de narrativas sociais e promoção de uma imagem positiva dos territórios prioritários.

A própria CML tem contribuído para essa promoção positiva do PPL, com ações como: a exposição de projetos ‘Dentro de Ti ó Cidade – Energia BIP/ZIP’, realizada no Museu do Design e da Moda, em Lisboa, em 2013; a circulação do catálogo da exposição (CML, 2013); a criação da página Energia BIP/ZIP em rede social digital<sup>77</sup> para a contínua divulgação das agendas dos projetos e seus resultados; e a comemoração de seus 10 anos, em 2021, com um caráter muito mais festivo do que reflexivo.

Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, o governo central lançou o programa Bairros Saudáveis<sup>78</sup>, claramente inspirado no PPL e a cargo de uma de suas idealizadoras, a arquiteta Helena Roseta. Com um financiamento de 10 milhões de euros para o fomento de projetos da iniciativa local em bairros desfavorecidos de todo o país, durante cerca de um mês para envio das inscrições, foram recebidas 774 candidaturas cobrindo 596 freguesias em todo o país.

A nível internacional, o programa Urbact III que, em 2017, atribuiu o selo de Boa Prática à Estratégia BIP/ZIP (Urbact, 2017), em 2018 selecionou a CML para liderar o programa Com.Unity.Lab<sup>79</sup>, para a transferência de conhecimento e experiência BIP/ZIP a outras cidades europeias, com o compromisso da CML de fortalecer as redes colaborativas BIP/ZIP.

De pequenas e recém-criadas organizações a instituições de reconhecida atuação e abrangência nacional e internacional (e.g.: Santa Casa da Misericórdia, Fundação Aga Khan, Clube Intercultural Europeu etc.), centenas de entidades e grupos informais compõem a diversidade de atores da iniciativa local envolvidos nos projetos do PPL. Observa-se, também, dentre as parcerias formalizadas nos projetos candidatos ao PPL, um relevante envolvimento de instituições de ensino e investigação, de associações culturais e de ateliês de arquitetura, design e artistas performativos (PPL, 2011).

A considerar o estabelecimento de parcerias como indicador do sucesso do PPL, a CML tem contratado a uma equipe de consultoria externa, a construção de um índice da participação. Até o momento sem resultados divulgados, o estudo coordenado pelo Roberto Falanga (2019a, 2019b) procura cruzar dados quantitativos e qualitativos que sejam capazes de refletir a construção de capital social nos

---

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Energia.bipzip> (consultado em 17 dez. 2021)

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>79</sup> Disponível em: <https://urbact.eu/comunitylab> (consultado em 16 dez. 2021).

territórios fomentados pelo PPL. Um outro estudo, em realização pela equipe do próprio DDL, está a construir a atualização da Carta BIP/ZIP.

A análise dos dados disponíveis no site do PPL (2011), permitiu compreender que o financiamento anual proporcionou às grandes instituições diversificar sua atuação e o estabelecimento de novas parcerias para ampliar a presença nos territórios. No caso das pequenas, esse financiamento tem sido fundamental para incentivar a criação de novas entidades, ampliando e ajudando a profissionalização do tecido associativo local.

Tão variados como os atores da Estratégia BIP/ZIP, são os seus projetos, admitidos sob os mais diversos objetivos, segundo as temáticas já discriminadas na seção anterior. Alguns tornaram-se emblemáticos pela repercussão que tiveram na mídia e pelo impacto físico que causaram nos territórios, como a pista de skate no bairro Horizonte<sup>80</sup> e a Casa Manifesto da Associação Renovar a Mouraria<sup>81</sup> (2010-2012), no Centro Histórico. Outros projetos menos visíveis na paisagem, contribuíram com efeitos sentidos nos contextos económico e sociocultural local. São exemplos, inúmeros projetos de animação cultural, assistência social, a regularização fundiária de habitações no bairro da PRODAC, e o mapeamento de todos os projetos do PPL em uma plataforma digital através do projeto Fórum Urbano. A Figura 2:35 ilustra dois projetos PPL, um com impacto no espaço físico e outro, no espaço digital.



Figura 2:3 – À esquerda, a pista de skate implantada no acesso ao bairro Horizonte. À direita, captura de tela da plataforma Fórum Urbano. Fonte: <https://forumurbano.pt/> (consultado em 17 dez. 2021).

O uso de interfaces tecnopolíticas tem vindo a crescer e ganhar relevância dentre as opções metodológicas da iniciativa local. Um exemplo, foi o projeto *Interactive Cities*<sup>82</sup>, também financiado pelo programa Urbact III, e coordenado pela Rede DLBC Lx (2013), que teve como objetivo a criação de uma plataforma tecnológica de cogovernança entre suas associadas. O resultado foi a plataforma

<sup>80</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/64061239> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>81</sup> Disponível em: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7.html/](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7.html/) (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>82</sup> *Interactive Cities* foi uma rede Urbact de *Action Planning* que explorou como as mídias digitais podem melhorar a gestão das cidades. Mais informações em: <https://urbact.eu/interactive-cities>

Decidimos Lisboa<sup>83</sup>, criada a partir da plataforma *open source* Decidim<sup>84</sup>, utilizada em várias cidades do mundo para apoiar a participação cívica.

Nos últimos anos, a CML tem disponibilizado algumas interfaces tecnopolíticas para disponibilização de dados e apoio à participação, a exemplo da Lisboa Aberta (2016) e Lisboa Participa (2008)<sup>85</sup>, mais discutidas em 5.4. No entanto, especificamente sobre o PPL, o acesso aos dados referentes aos projetos e a cada um dos territórios prioritários, ainda não está facilitado. Todas as fichas de candidatura estão disponíveis de forma aberta no portal do programa, mas com difícil navegação e sem ferramentas para a agregação de dados, o que dificulta sua utilização.

Assim, se por um lado, a iniciativa local tem criado ferramentas de apoio a seus projetos e redes colaborativas, ainda carece, na Estratégia BIP/ZIP, ferramentas para apoiar a colaboração entre iniciativa local e CML, no sentido da cogovernança - termo muito presente nas enunciações da administração local – e para apoiar a monitorização partilhada dos efeitos do PPL sobre os territórios.

No âmbito desta investigação, a Estratégia BIP/ZIP, como objeto de estudo é, assim, pertinente como política que fomenta a coprodução da cidade, na medida em que financia projetos de intervenção socioterritorial, realizados pela própria iniciativa local. Na ‘Genealogia das Tecnopolíticas da Participação’, localiza-se sob o paradigma da ‘Participação em Rede’, uma vez que aposta no estabelecimento de redes de parcerias para o desenvolvimento de projetos de DL e RU, que têm gerado diversas plataformas, físicas e digitais, desenvolvidas para facilitar interações, sistematizar informações e potencializar a comunicação entre os vários atores.

Herdeira das práticas comunitárias da década de 1960, a estratégia BIP/ZIP, é também uma prática ‘institucional de participação’, que surge da necessidade de sistematizar informação sobre o território, feita através de um trabalho científico rigoroso, com georreferenciamento e a combinação de indicadores, para a identificação das áreas carenciadas da cidade.

O foco em bairros prioritários propõe ação na cidade real, numa estratégia de DL e RU que compreende questões urbanísticas, mas também ambientais e socioeconómicas, adotando uma visão sistémica sobre a cidade e as pessoas que a fazem. No atual momento de crise de representatividade, busca suprir fragilidades do sistema de governança, complementando-o com novos arranjos institucionais e organizativos que tentam aproximar os cidadãos da estrutura administrativa da cidade, permitindo-lhes algum protagonismo na articulação de forças, elaboração e execução de projetos que podem trazer pequenos ganhos em termos de melhoria das condições de vida nos bairros.

No campo teórico, o planeamento colaborativo e baseado em pequenas mudanças, mas graduais, sustentam a aposta nos projetos de base local que o programa fomenta. Por sua vez, esses projetos e os

---

<sup>83</sup> Plataforma própria da Rede DLBC Lx, para co-governança de suas atividades, junto a seus associados. Lançada em 29 de maio de 2018, atualmente está descontinuada. Mais informações em: <https://bit.ly/3IbFJIA>

<sup>84</sup> Mais informações em: <https://decidim.org/>

<sup>85</sup> Mais informações em: <https://www.lisboaparticipa.pt/>

seus promotores experimentam, dentro e fora do programa, a cultura propositiva, da auto-organização e do *do it together*, característica das táticas urbanas emergentes na cidade contemporânea.

O PPL encontra, também, similaridades em outras experiências pelo mundo que apostam na experimentação de ideias, através do convite para colaboração para o desenvolvimento de soluções para as cidades e seus problemas, como o Regulamento de Bologna sobre Colaboração Pública para os Comuns Urbanos (REF). Ao integrar o programa para a transferência de conhecimento Urbact III, passa a integrar um novo ciclo de programas e políticas públicas baseadas em novos níveis de parceria como a público-comum, aspirando a cogovernança.

Neste contexto, e numa associação às várias inovações observadas na ‘Genealogia das Tecnopolíticas da Participação’, é possível destacar que a produção e utilização de interfaces, característica da ‘Participação para Autonomia’, merece ser reforçada na Estratégia BIP/ZIP. Apesar deste instrumento institucional de participação incentivar o estabelecimento de redes de parcerias, a colaboração entre diversos atores, a partir de um intenso trabalho de levantamento e sistematização de informação feito dentro dos gabinetes da CML, poderia ser potencializado pela produção e uso de interfaces. Bem como, pelo envolvimento maior e melhor de novos atores da participação, como por exemplo, cidadãos não organizados, hackers cívicos, indivíduos ainda não integrados nos espaços institucionais da participação.

As interfaces poderiam agenciar os vários atores não só com as organizações da iniciativa local, mas também, com os serviços da CML, no sentido da cogovernança, funcionando como mediadoras de coprodução, sistematização e monitorização de informação sobre os processos de DL e RU operados nos territórios BIP/ZIP. Desta forma, essa produção e uso de interfaces poderia, ainda, contribuir para a abertura da coprodução plural da infraestrutura tanto técnica quanto simbólica de uma ‘Lisboa Hackeável’.

Na procura de uma resposta a este desafio, os próximos capítulos sistematizam uma série de análises necessárias à criação de uma metodologia para a coprodução de interfaces tecnopolíticas dedicadas ao DL, testada no contexto da Estratégia BIP/ZIP.



## PARTE II – *HACKING* CÍVICO E INTERFACES TECNOPOLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGENERAÇÃO URBANA

O estudo do *Hacking* Cívico e das interfaces tecnopolíticas para o DL exige leituras em camadas. A primeira remete para a análise do *hacking* cívico enquanto metodologia, extraindo da literatura revisada: a identificação das etapas do processo de *hacking* cívico, relacionando-os com os processos de aprendizagem *hacker*, das práticas de *hackathon* cívica e do *design thinking*, bem como, orientações para garantir a inclusão com diversidade de atores, a soberania tecnológica e a sustentabilidade da ação. A análise é complementada por um *benchmarking* de *hackathon* cívicas mapeadas e analisadas a partir de sítios eletrônicos e *toolkits*, comparando suas escalas, formatos e frequência de realização, mais a participação em uma *hackathon* cívica *online* para extrair aprendizados da experiência.

A segunda camada de análises foca-se nas interfaces tecnopolíticas adotadas em programas de DL e RU operados pela Comissão Europeia e outros programas de escala nacional e local, incluindo programas portugueses. O objetivo é identificar redes de atores e ferramentas utilizadas para facilitar o caráter participativo dos programas e apoiar os atores com informação pertinente. No mapeamento identificam-se quatro tipologias de interfaces tecnopolíticas: observatórios, plataformas de dados abertos, laboratórios cívicos e *civic tech*. A análise de cada uma, assenta na identificação de casos paradigmáticos, uma breve revisão bibliográfica, entrevista a representantes dos casos selecionados, identificação da composição das interfaces (atores, dispositivos de interação, dispositivos para organização da informação). Uma análise taxonômica final permite uma reflexão crítica sobre o caráter tecnopolítico das interfaces e suas potencialidades para coprodução.

A última camada de análise centra-se no objeto de estudo, a Estratégia BIP/ZIP, trazendo a monitorização atualmente divulgada pelo DDL, a identificação das etapas de interações no PPL, atores e meios atualmente disponíveis, considerando interfaces tecnopolíticas produzidas por projetos financiados pelo PPL e outras disponibilizadas pela CML. Tal estudo foi complementado com métodos etnográficos como inquéritos, entrevistas e observação participante, para captar a percepção dos vários atores sobre os conceitos adotados, a criação e governança da Estratégia BIP/ZIP e outros fatores gravitacionais considerados importantes.

### CAPÍTULO 3

## **3. *Hacking* cívico para coproduzir a cidade *hackeável***

A interatividade ubíqua da cultura digital é uma oportunidade de reorganização no combate às dificuldades antes encontradas nos processos de coprodução da cidade e de serviços públicos,

nomeadamente, na comunicação entre governos e cidadãos, como discutido por diversos autores (Ostrom, 1996; Linders, 2012; Mitlin & Bartlett, 2018).

O poder do *bottom-up*, outrora exaltado nos primeiros estudos sobre cultura digital (Levy, 1984; Lèvy, 2015) atualiza-se, cada vez mais, na promessa de interações *middle-out*, que renovam espaços de participação e cogovernança, facilitadas pelo *design* de processos e de interfaces para a interação entre governos, organizações da sociedade civil, cidadãos não organizados, empresas, academia etc. (De Waal et al., 2017; Fredericks et al., 2016; Ampatzidou et al., 2015). Sistemas abertos e construídos através de fluxos de *feedback* possibilitam a cocriação dos sistemas de valores que vão forjar a cidade *hackeável* (Sennet, 2020). As ferramentas de e-governo, cada vez mais presentes nos processos públicos, favorece-se das atuais possibilidades de triangulação de dados e de diferentes interpretações, dada a diversidade de tipos de dados produzidos e sistematizados, diversidade de atores, de métodos e de pesquisas (Yildiz, 2007). Na cultura digital, dados e informação são o petróleo da 4ª revolução industrial.

A apropriação das tecnologias digitais na reinvenção de práticas constituidoras de comuns urbanos e de novas formas de governança da cidade, tem sido promovida e estudada nas práticas de *hacking* cívico (De Lange & De Waal, 2019; Del Signore & Riether, 2018; Jaskiewicz et al., 2019), caracterizando a Participação em Rede, discutida em 1.1.5.

São consideradas práticas de *hacking* cívico, ações de urbanismo tático, *bottom-up*, as experiências desenvolvidas nos laboratórios cívicos, *living labs*, *maker spaces* e *hackathon* cívicas, que experimentam a utilização de *civic tech* para levantar dados sobre a cidade, interferir em processos, gerar interfaces entre os diversos atores, até a facilitação da colaboração entre governos e cidadãos na utilização de plataformas de dados e de participação.

No entanto, permanecem vários problemas no uso das novas tecnologias nos processos de participação. Um estudo sobre ferramentas digitais de participação, identificadas em cidades brasileiras, tais como mapas colaborativos, observatórios, petições online e outros, identificou e classificou tais problemas em três tipos: (1) problemas de ferramenta – relativos ao funcionamento e às influências externas no uso das TIC nos processos, como a desigualdade digital, o determinismo tecnológico, a falsa neutralidade política das instituições e das ferramentas adotadas, a necessidade de engajamento dos cidadãos nos processos participativos e a falta de legitimidade das redes de participação; (2) problemas do processo participativo - relativos à metodologia de trabalho, dependente de alguma tradição associativa, de vontade política e de um desenho institucional que implique os técnicos no objetivo de participação, do contexto local, da percepção de todos sobre os processos participativos, da aderência e eficiência dessas ferramentas digitais no âmbito institucional, além das problemáticas de implementação e os meandros da cooptação; e (3) problemas dos cidadãos - relativos às suas dificuldades socioeconômicas, à problemática da autoconfiança dos cidadãos envolvidos e o atual descrédito das instituições (Meneses & Cardoso, 2020). O mesmo estudo ponderou que, longe de as TICs serem a solução para os problemas da participação, elas são, antes, uma alternativa a se explorar frente aos

processos tradicionais para a construção e a monitorização em tempo real de cidades mais dinâmicas e democráticas.

No campo da arquitetura e do urbanismo, a abertura das práticas de projeto e construção da cidade tem efeitos multidimensionais. Para além dos efeitos nas aberturas produtiva e econômica, como a perda de autoria, a flexibilização das relações de trabalho, e a revolução da robótica e fabricação digital, Lima & Rocha (2020) salientam também os efeitos na abertura disciplinar, com a democratização da produção de conhecimento de projeto, e na abertura cognitiva, quando mais e mais pessoas adquirem capacidade de aprender e ensinar, ou quando mais saberes passam a ser incorporados aos processos.

Essa perspectiva de maior diversidade, inclusão, pluralidade, evidencia os novos atores que se apresentam ‘para’ ou que são envolvidos ‘nos’ processos de coprodução da cidade. Diversos estudos destacam a emergência do ator indivíduo e de coletivos organizados ou não organizados, do não *expert* (Townsend, 2014), forjados sob um novo tipo de cidadania urbana (Schliwa, 2018) que faz ascender o ativismo cívico (Mäenpää & Faehnle, 2018), integrado a processos de inovação social e novos modelos de coprodução e cogovernança (Iaione, 2016).

Na Participação em Rede, esses novos atores são também *prosumers*, isto é, produtores, em algum nível, daquilo que consomem (Toffler, 1980; Ritzer et al., 2012; Stalder, 2018). E colaboram entre si através de comunidades de prática, isto é, coletivos que, juntos e através da prática, adquirem, desenvolvem e preservam conhecimentos, habilidades, recursos sociais e materiais sobre determinada área (Stalder, 2018). Suas raízes são identificadas, por diversos autores (Levy, 1984; Himanen, 2001; Silveira, 2010; Townsend, 2014; Ampatzidou et al., 2015) na cultura *hacker*, discutida em 1.1.

Tanya Stepasiuk (2014), no seu estudo para compreender a motivação e a auto identificação de participantes de *hacking* cívico na construção de comunidade, identificou três tipos: (1) *hackers*, motivados por adquirir habilidades, acessar a dados e resolver problemas; (2) ativistas, interessados em questões específicas; e (3) voluntários, atraídos pela curiosidade e possibilidade de resolver problemas. No entanto, a autora identificou nos *hackers*, uma desconexão com territórios ou populações específicas e uma certa desconfiança em colaborar com governos.

Para Audrey Le (2017) as comunidades de prática são criadas nos encontros de *hacking*, das interações entre organizadores, *hackers*, ativistas, mentores, júri, empresas, jornalistas, mais a infraestrutura de trabalho (código, API, softwares). A autora ressalta o caráter ocasional desses eventos e comunidades: dentre os participantes, têm-se essencialmente trabalhadores *freelancers* e estudantes à procura de estágio, à espera de oportunidades; dentre os organizadores, têm-se um trabalho efêmero, insuficiente para garantir disponibilidade permanente.

A interação *middle-out*, no entanto, depende de novas infraestruturas que a possibilitem. A noção de ‘infraestrutura’, desenvolvida na literatura sobre design participativo, tem sido bastante útil para o desenvolvimento de sistemas e recursos sociotécnicos que distinguem a produção de *civic tech* da de outras formas de produção tecnológica, ampliando sua diversidade epistemológica. O conceito aqui adotado para ‘infraestrutura’ é o sugerido por Wilson & Chakraborty (2019) como um processo aberto

e de longo-termo para relação contínua entre atores variados, com tempo e recursos flexíveis, os quais vão configurar os resultados, inicialmente imprevisíveis. A Figura 3:1 traz uma infraestrutura para produção de *civic tech*, sugerida pelos autores, composta por atores-chave e pelas relações entre eles.

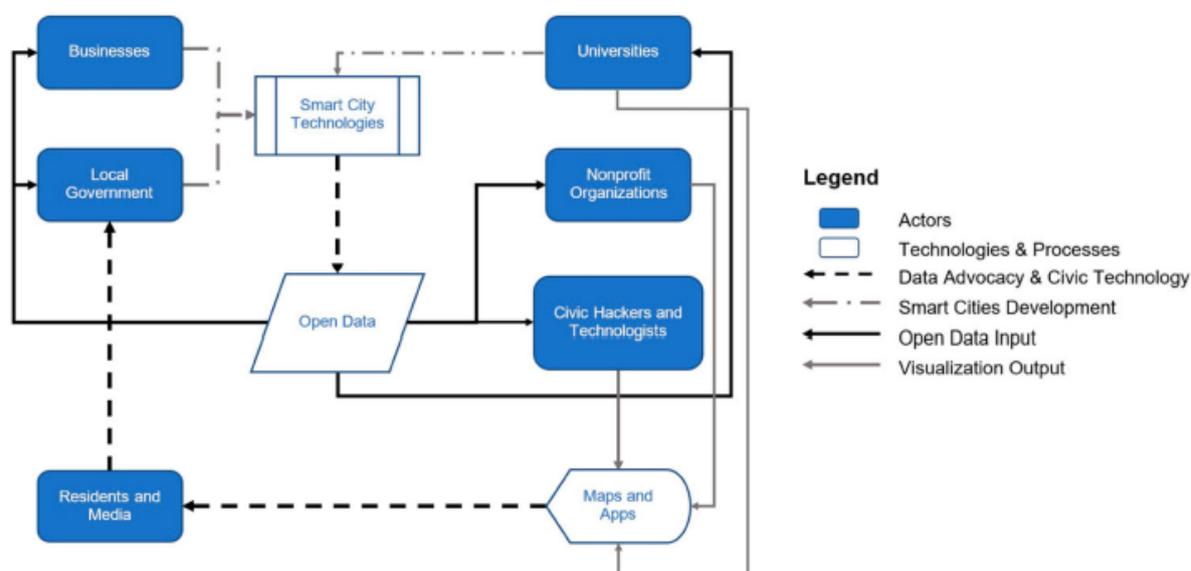


Figura 3:1 – Infraestrutura para projetos de *civic tech*. Fonte: Wilson & Chakraborty (2019), p. 32.

Na perspectiva do presente estudo, identificar as infraestruturas do *hacking* e *hackathon* cívicos é de grande importância para, posteriormente, oferecer um diagrama adequado ao *hacking* no contexto do DL. A identificação e discussão sobre tais infraestruturas é o conteúdo das páginas seguintes.

Da cultura *hacker* e suas ‘formas de fazer’, valores como a abordagem prática do aprender fazendo, a abertura dos processos a diversos atores, a lógica democrática e emancipatória do compartilhamento de informação e de experiências, ações hibridizadas entre o espaço físico e digital, têm influenciado as lógicas de participação na coprodução. Himanem (2001) observa que a autoaprendizagem *hacker*, orientada para a solução de problemas através da constante experimentação, dá-se em três etapas: (1) identificação do problema; (2) trabalho para uma solução a partir de recursos variados; (3) e testes extensivos da solução desenvolvida. O detalhamento dessas etapas é compreendido, neste estudo, enquanto metodologia.

Quando expandida para o contexto urbano, a atividade *hacker*, naturalmente, ganha alguma complexidade. Ao analisar iniciativas de *hacking* cívico em Amsterdam, na perspectiva da cidade *hackeável*, Ampatzidou et al. (2015) identificaram um processo de sete fases: (1) definição do problema; (2) visualização do problema; (3) engajamento de participantes; (4) representação do público; (5) ideação; (6) ação; e (7) institucionalização. Os autores também identificam a utilização de determinadas ferramentas digitais muito úteis para as diferentes fases do processo, tais como: (1) as redes sociais digitais; (2) plataformas de dados, sensores, *big data*, *API*; (3) ferramentas de *gamificação*, processos de *design*, coordenação de equipes e ações; e (4) plataformas para partilha de recursos (Figura 3:2).



Figura 3:2 – O processo da cidade *hackeável*. Fonte: Ampatzidou et al. (2015), p. 37.

Três fatores são especialmente sensíveis para o processo do *hacking* cívico: a inclusão de participantes, com diversidade, a soberania tecnológica e a sustentabilidade dos projetos gerados. Em relação à inclusão, diversos autores ponderam como a participação em processos de *hacking* cívico, originalmente, é uma participação ‘interessada’: *hackers* juntam-se quando há curiosidade por determinado tema ou a expectativa de adquirir novos conhecimentos e expandir redes de colaboração (Himanem, 2001; Silveira, 2010; Ampatzidou et al., 2015; Hou & Lampe, 2017). A vontade de tomar parte ou, como escreve Maria Lind (2007), de ‘fazer juntos’, complementa-se com o ganho pessoal ou coletivo ao adquirir novos recursos e habilidades que poderão ser utilizados futuramente em benefício próprio, no desenvolvimento de uma carreira profissional, por exemplo, ou em benefício da comunidade, como em projetos de inovação social. Portanto, é fundamental que processos de *hacking* cívico consigam ‘oferecer’ ganhos pessoais ou coletivos para aqueles que quer reunir.

McCan (2015) identifica na produção de *civic tech*, na experiência americana, cinco formas, complementares entre si, de envolver os cidadãos nos processos: (1) privilegiar o uso da infraestrutura social existente, expandindo a capacidade dessas estruturas, construindo pontes com atores que tenham interesses comuns e oferecendo um contexto apelativo para a participação; (2) privilegiar a utilização de infraestruturas e habilidades técnicas existentes, adequando-as às necessidades identificadas e partilhando a expertise de *hackers* e programadores com os demais participantes; (3) disponibilizar ambientes com fluxos de interação bidirecionais para facilitar a aprendizagem, com treinamento sobre mídias e ferramentas digitais, que possibilite a co-construção de novas infraestruturas; (4) conduzir as práticas a partir de espaços partilhados, privilegiando espaços físicos comuns existentes; e (5) distribuir poder entre todos os atores, tratando voluntários como membros da equipe, organizadores como participantes, treinando estudantes e partilhando as metodologias, abordagens, experiências, tornando possível sua utilização noutros contextos, por outras comunidades (McCann, 2015).

De forma similar e considerando o desafio da inclusão digital e da sustentabilidade dos projetos, Hou & Lampe (2017), sugerem privilegiar: (1) o incremento de plataformas existentes e familiares aos públicos-alvo, ao invés de produzir novas aplicações; (2) a compatibilidade sobre a complexidade; (3) a apropriação de ferramentas já disponíveis, que não demandam novas expertises para manutenção; (4) o uso de ‘baixa tecnologia’ e processos *off-line*, que mais facilmente engajam a diversidade de usuários; e (5) a combinação entre a necessidade de *expertise* técnica das comunidades e governos com a necessidade de experiência e trabalho dos *hackers* cívicos e empresas de tecnologia, estimulando a parceria e o aprendizado entre eles.

No âmbito das *sharing cities*, Mendes (2020b) analisa iniciativas, em todo o mundo, para compreender como os variados meios procuram garantir alguma ‘soberania tecnológica’ aos cidadãos.

Em seus estudos, realizados em vários recortes institucionais, geográficos e relacionados a diferentes aspectos urbanos, identifica três formas de atuar pela soberania tecnológica das comunidades: (1) produzir conhecimento ‘com’ a população; (2) adequar ou produzir tecnologias mais inclusivas; e (3) regulamentar as tecnologias proprietárias.

O projeto *My Neighborhood* é exemplificativo desse tipo de iniciativas. Financiado pela União Europeia a partir de 2013, com o objetivo de coproduzir interfaces híbridas, na perspectiva da *humanidade inteligente*, estimulou a criação de plataformas digitais em suporte a iniciativas locais e projetos de inovação social em quatro cidades europeias: Lisboa, Milão, Aalborg e Birmingham (Rizzo et al., 2015). Em Lisboa, deu origem aos projetos pilotos ‘Ó Vizinho’ e ‘*Made in Mouraria*’, estimulados a partir do GABIP Mouraria, um dos territórios prioritários da Estratégia BIP/ZIP (Oliveira et al., 2014). Compreendendo a sustentabilidade enquanto ecossistema colaborativo, o estudo sugeriu que o *design* deve apoiar a construção de comunidades, encorajar o uso, expansão e adaptação do sistema criado, gerenciar conflitos e apoiar os processos de institucionalização.

Outro exemplo são as ‘plataformas para democracia direta’, já muito referidas na literatura recente, Decidim Barcelona e Decide Madrid. Estudando-as sob a abordagem das tecnopolíticas, Smith & Martín (2020), elucidam outros aspectos para a inclusão, sustentabilidade e soberania tecnológica das práticas *hackers*. São elas: (1) o necessário suporte político do qual depende a constituição de interações *middle-out*; (2) o ativismo tecnopolítico como campo muito frutífero para acúmulo de experiências tecnológicas junto a comunidades de usuários, mas também de desenvolvedores e hackers; (3) a importância de inserir as plataformas desenvolvidas nos sistemas da administração pública, legitimando-as e garantindo consequências administrativas para as decisões tomadas; (4) a capacidade, através das novas tecnologias, de *gamificar* experiências cidadãs, o que pode favorecer a mobilização da participação de pessoas que de outra forma não participariam; por fim, (5) a oportunidade que esses novos meios oferecem enquanto espaços para a aprendizagem coletiva contínua.

Para Ana Paula Baltazar (2009), uma interface para a coprodução do espaço deve dispor de ferramentas simplificadas, manuseáveis por todos, em um ambiente informado, que possibilite às pessoas tomarem suas decisões de forma mais consciente. A autora identifica quatro características importantes no desenho de interfaces, baseadas na interação e na exploração: (1) a facilidade em tentar coisas e voltar atrás; (2) a flexibilidade explícita da interface, estimulando o uso; (3) a facilidade de uso para iniciantes e leigos, sem se tornar desestimulante para *experts*; e (4) o prazer e diversão no uso, fazendo com que as pessoas se entretendam como num jogo, ao invés de se concentrarem em aprender a utilizar as ferramentas. Algumas das características, no desenho de uma interface, podem ser decididas individual ou coletivamente, mas algumas decisões dependem de um conhecimento específico – adequações formais, legais, questões técnicas etc. – para os quais a contribuição do saber especializado é essencial (Baltazar, 2009).

Os estudos consultados nesta seção demonstram que a ampliação da participação nos processos de hacking cívico combina a autoaprendizagem na produção tecnológica *bottom-up* e a capacidade de

tomada de decisão (o que e como produzir). Assim, tais processos têm sido investigados em sua capacidade de resultar na construção de comunidades que partilham referências e alguma soberania tecnológica, favorecendo a constituição de comuns urbanos.

### 3.1. *Hackathon* Cívica – conflitos e potências

Dentre as diversas práticas de *hacking* cívico, as *hackathon* cívicas têm acentuado a produção de ferramentas digitais, tornando-se importantes instrumentos para a produção de ‘*softwares* situados’ em territórios e em questões urbanas (Townsend, 2014; Johnson & Robinson, 2014; Lodato & Di Salvo, 2016; Le, 2017).

*Hackathon* ou maratona *hacker* é um evento imersivo de curta duração para a programação de aplicativos que solucionem problemas percebidos por uma coletividade. As *hackathons* cívicas - ou *open data hackathons* (Kitsios, Kamariotou, 2019), *app contests* (Tauberer, 2014), ou *civic hack competitions* (Eyler-Werve, Carlson, 2012) - surgiram da aproximação das *hackathon* com o movimento por dados abertos da década de 2000 e a digitalização dos procedimentos de governo (e-governo), discutidos em 1.1.5. Geralmente realizadas a nível local ou municipal e a utilizarem plataformas de dados abertos, possibilitam a criação de pontes entre governo, cidadãos e economia, produzindo soluções para problemas urbanos através de aplicativos cívicos.

Para Thomas James Lodato e Carl Di Salvo (2016), as *hackathon* cívicas ou ‘*hackathon* orientadas a questões’, como são denominadas pelos autores, permitem o que chamam de participação material, ou seja, a participação na articulação da questão e no desenho das interfaces que vão articular a questão – outro nível de participação para além da consulta, informação ou colaboração operativa. Para isso, defendem, suas demandas devem partir dos cidadãos, das necessidades da sociedade, e não dos programadores. Com grande impacto na cultura digital e da inovação (Olesen & Halskov, 2020), são excelentes oportunidades para mobilizar ou potencializar comunidades de prática ou de conhecimento (Ampatzidou et al., 2015; Le, 2017; Stalder, 2018) na prototipagem colaborativa das questões que vão orientar políticas ou serviços públicos. Para isso, a questão a ser lançada como desafio deve ser tratável e orientada para objetivos que despertem interesses de trabalho e ação dos públicos-alvo (Lodato & Di Salvo, 2016). Kitsios & Kamariotou (2019) ressaltam, ainda, que a clara definição do problema, mais a participação de mentores com experiência no mercado, a experiência e conhecimento do júri, a participação de acadêmicos, provedores de dados e empresas, são os fatores mais importantes para garantir uma relação *win-win* entre os vários participantes

No entanto, diversos autores observam que os aplicativos produzidos nas *hackathon* não são suficientes para solucionar os problemas que perseguem. Tais práticas têm servido para estreitar relações entre *hackers* e atores da intervenção local, orientando os primeiros quanto aos problemas cívicos reais e desenvolvendo, nos segundos, *expertises* em TIC, cada vez mais cruciais para o enfrentamento da complexidade dos problemas urbanos atuais (Townsend, 2014; Tauberer, 2014). Wolff et al. (2020)

destacam a importância de criação de um ‘espaço de design’ que possibilite que a inovação aconteça ‘com’ e ‘para’ as pessoas. Johnson & Robinson (2014) pontuam que o desafio deve ser bem desenhado e posicionado com o acesso aos dados necessários para que seja tratado, e pontuam a necessidade de os *softwares* produzidos serem sempre avaliados.

As *hackathon* cívicas podem ser iniciadas por ONG, universidades, empresas, governos ou comunidades, e geralmente são atendidas por programadores, *designers* e públicos interessados nos desafios e soluções específicas em questão (Townsend, 2014; Komssi et al., 2015; Lodato & Di Salvo, 2016). Geralmente acontece aos finais de semana, ocupando o tempo de lazer dos participantes. Em uma análise de ator-rede sobre *hackathon*, Le (2017) ressalta que o engajamento dos participantes é funcional, ou seja, uma participação voluntária e lúdica que mascara as condições precárias de trabalhadores *freelancers* e estudantes à procura de estágio, no que a autora chama de *play labor* (trabalho jogo). E indica que nas *hackathon* cívicas, o engajamento do *play labor* acontece de forma mais igualitária, na medida em que estão mais comprometidos com as comunidades promotoras.

Schliwa (2018) destaca o papel do *design thinking* na realização desses eventos, através de uma infinidade de *toolkits* e dinâmicas conduzidas por especialistas, que acabam por usá-lo como tecnologia de governo, ou dispositivo, no sentido *foucaultiano* da governamentalidade, com implicações políticas no desenho de um tipo de ‘cidadania urbana’. Nesse desenho, o *design thinking* serve, na perspectiva da autora, como dispositivo para dar conta da heterogeneidade, racionalidade e função, que caracterizam tal cidadania urbana. Sua lógica computacional serve para apoiar os novos cidadãos enquanto agentes criativos e proativos na construção da cidade.

Orientada para a solução criativa de problemas, a abordagem do *design thinking* dá-se em cinco fases: (1) empatia, (2) definição do problema, (3) ideação, (4) prototipagem e (5) teste (Schliwa, 2018). No entanto, de um estudo sobre a utilização do *design thinking* em *hackathon*, a autora concluiu pela necessidade de abrir os processos para a diversidade de atores e visões que formam a sociedade, repensando o ‘*design* para o social’, discutido por Manzini (2015a). O caminho por ela apontado é articular estratégias políticas e sociais para ir além da curta e intensiva experiência desses eventos, que acaba por ser redutora para o que poderia ser a cidadania urbana.

Assim, as *hackathon* cívicas são condensadas em três etapas: (1) apresentação de desafios; (2) trabalho colaborativo para a apresentação de soluções; e (3) eleição de projetos vencedores (Komssi et al., 2015; Kitsios & Kamariotou, 2019). Os testes e ajustes decorrentes do uso dependem de arranjos pós-*hackathon*, articulados em muitas delas, inclusive com programas de treinamento, incubação do serviço gerado ou articulação entre criadores e possíveis investidores. Jaskiewicz et al. (2019) sugerem que o tempo de preparação pré-*hackathon* dure em torno de 2 a 3 meses, para a realização da *hackathon* em 2 a 3 dias, com um período de pós-*hackathon* em torno de 4 a 5 meses.

Para aferir informações mais precisas sobre os processos, foi construído um *benchmarking* de *hackathon* cívicas realizadas entre 2008 e 2020, a partir da leitura de literatura e sítios eletrônicos, com uma amostra de 23 exemplos (Tabela 3.1). Uma análise comparativa permitiu observar a diversidade

desses eventos, segundo diversos parâmetros: (1) quanto à escala, podendo ser locais, nacionais ou globais; (2) quanto ao formato, podendo ser presenciais ou *online*; e (3) à frequência, acontecendo em evento único ou em várias edições.

Tabela 3:1 - Benchmarking de hackathon cívicas

NOME	LOCAL	DATA	PROMOTOR	ESCALA	FORMATO	FREQUÊNCIA
<i>Apps for Democracy Innovative Contest</i>	Washington DC / EUA	2008	<i>District of Columbia</i>	Local, adaptada a nacionais e globais	Presencial	Única, tendo inspirado vários outros concursos
<i>Open Data Day</i>	Global	2010	<i>Open Knowledge Foundation</i>	Global, estimula locais	Presencial ou online	Anual
1ª Maratona Hacker da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo / BR	2012	Prefeitura de São Paulo, <i>Open Knowledge Foundation &amp; W3C Brasil</i>	Local	Presencial	Única
<i>g0v.tw hackath0n</i>	Taiwan	2012	<i>g0v</i>	Nacional, inspirou outros países	Presencial	Periódica
<i>National Day of Civic Hacking</i>	Global	2012	Inicialmente <i>Code for America</i> , depois <i>Code for All</i>	Nacional, tornou-se global	Presencial, online	Anual
<i>Canadian Open Data Experience {CODE}</i>	Canadá	2014	Governo do Canadá	Nacional	Presencial	Permanente
<i>HackGriculture</i>	Madrid / ES	2014	<i>Universidad de Alcalá, bynse, Medialab-Prado, FAO &amp; Comisión Europea.</i>	Nacional, parte de projeto global	Presencial	Única
<i>Open Data FWD</i>	Amsterdam / HOL	2014	Governo de Amsterdam + Waag	Local	Presencial	Única
<i>OpenMad</i>	Madrid / ES	2015	<i>MediaLab Prado &amp; Ayuntamiento de Madrid</i>	Local	Presencial	Única
<i>Open Hack - Coding for Humanity</i>	Suécia / EST	2015	<i>Open Hack - Coding for Humanity</i>	Local e nacional	Presencial e online	Frequente
<i>Hack for Good Gulbenkian</i>	Lisboa, Porto / PT	2016	Fundação Calouste Gulbenkian	Local	Presencial	Anual
<i>City Hack</i>	Tomar / PT	2017	Inst. Politécnico de Tomar, Câmara Mun. de Tomar & Fundação Calouste Gulbenkian	Local	Presencial	Única
<i>European Big Data Hackathon</i>	Bruxelas / BE	2017	<i>European Commission (Eurostat)</i>	Europeu	Presencial	Bianual
<i>O4C – Open Data Hackathon</i>	Barcelona / ES	2018	Projeto <i>Open4Citizens, Horizon 2020</i>	Local	Presencial	Única, com edições noutras cidades
<i>HackForGood</i>	Espanha	2018	Rede de Universidades	Várias locais, em simultâneo na Espanha	Presencial	Contínua
<i>Ideatón x the SDGs</i>	Madrid / ES	2019	<i>MediaLab Prado &amp; Cibervoluntarios</i>	Local	Presencial	Única

<i>Legal Hackathon</i>	Lisboa / PT	2019	Fundação Vasco Vieira de Almeida, VdA Academia e VdA, <i>Startup</i> Lisboa	Local	Presencial	Única
1º Hackathon - Inovações para Saúde Pública	Goiânia / BR	2019	Centro de Empreendedorismo e Incubação/ UFG	Local	Presencial	Única
Mutirão Tech – Hackathon	Goiânia / BR	2019	Sebrae Goiás e Prefeitura de Goiânia	Local	Presencial	Única
<i>Hackathon Inova ZL 2019</i>	São Paulo / BR	2019	Fundação Tide Setubal	Local	Presencial	Única
<i>Data Economy Challenge</i>	Singapura	2020	<i>Ocean Protocol</i>	Global	Online	Única
<i>Hack the Crisis</i>	Estônia	2020	Garage47	De nacional para global	Online	Único
<i>EU vs Virus</i>	Global	2020	Comissão Europeia	Pan-europeia	Online	Único

Nas práticas analisadas observa-se o predomínio de eventos em escala local, formato presencial e realização única. No entanto, o caráter protótipo dessas práticas e a partilha de suas experiências, aponta para a tendência de ampliação de seu alcance. Diversas plataformas de apoio facilitam a realização em formatos *online*, habilitando simultaneidade e participação em escala global. Por exemplo, *Code for All*<sup>86</sup> e *g0v*<sup>87</sup>, são organizações criadas para engajar comunidades locais de *hackers* cívicos. Já as plataformas *DevPost*<sup>88</sup>, *Major League Hacking*<sup>89</sup>, *Hackathon.com*<sup>90</sup>, *hackies.online*<sup>91</sup> e *Taikai*<sup>92</sup> foram criadas para apoiar a realização de *hackathon*, funcionando como *sítio web* para divulgação, engajamento dos participantes, partilha de experiências e ferramentas, inclusive, para a realização de *hackathon online*. Já plataformas como o *GitHub*<sup>93</sup>, muito utilizada por *hackers* e programadores, servem para a partilha de códigos.

Com o isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 a partir de 2020, eclodiram experiências de *hackathon* e outros processos de *hacking cívico* no formato *online*. Assim, a tendência tem sido a de diluir o trabalho antes realizado intensivamente ao longo de um fim de semana, em mais dias ou semanas de trabalho, adequadas às disponibilidades dos participantes.

Ao invés de indicar um formato ideal para a realização de *hackathon* cívicas, o estudo aqui feito aponta para a flexibilidade desses formatos, que tendem expandir experiências locais para escalas mais abrangentes, mas que devem ser adequados aos contextos em que se inserem, às exigências das questões trabalhadas e dos atores envolvidos.

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.codeforall.io/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>87</sup> Disponível em: <https://g0v.asia/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>88</sup> Disponível em: <https://devpost.com/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>89</sup> Disponível em: <https://mlh.io/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.hackathon.com/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>91</sup> Disponível em: <https://hackies.online/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>92</sup> Disponível em: <https://taikai.network/> (consultado em 16 dez. 2021).

<sup>93</sup> Disponível em: <https://github.com/> (consultado em 16 dez. 2021).

As *hackathon* cívicas, muitas vezes, disponibilizam seus processos e *toolkits* como forma de partilhar a experiência e os aprendizados. O projeto *Open4Citizens*<sup>94</sup>, financiado pelo programa *Horizon 2020* da UE, explorou o uso de dados abertos enquanto bem comum através da organização de *hackathon* em *OpenDataLabs* estabelecidos em cinco cidades piloto: Barcelona, Copenhague, Milão, Roterdã e Karlstad. A abordagem do projeto objetivou reunir uma comunidade em torno do uso de dados abertos enquanto recursos, realizar *hackathon* para habilitar esse uso e disponibilizar uma infraestrutura na qual a comunidade pudesse fazer tal uso (Mulder et al., 2019). Um dos resultados do projeto, foi a disponibilização do *toolkit* utilizado (Kun, 2018).

Partindo de uma proposta inicial que fora testada nas *hackathon* realizadas nos *OpenDataLabs*, o *toolkit* disponibilizado caracteriza-se pelo foco e discussão sobre dados abertos, pela simplicidade e flexibilidade, as quais permitem que outras pessoas o possam utilizar, e pela clareza na demonstração do valor de utilização das ferramentas para a compreensão dos dados abertos enquanto recurso.

Inspirado no processo de *design thinking* desenvolvido pela IDEO - inspiração, ideação e implementação – trilha os seguintes passos (Figura 3.3): (1) introdução conceitual sobre dados abertos; (2) exemplos de referência para inspiração; (3) a definição do problema ou necessidade; (4) chuva de ideias e priorização de opções de trabalho; (5) uma clara definição dos dados a explorar, através de uma validação e escolha de plataformas adequadas; (6) a construção do cenário ideal para o projeto; (7) um plano para execução de um protótipo; e (8) a construção do *pitching* da proposta a ser avaliada, na lógica da *hackathon*. Para cada passo, foram disponibilizados *templates* e diagramas para gerar discussões em grupo, registrar o processo e abranger aspectos conceituais e especializados ao longo de todo o processo (Kun, 2018; Jaskiewicz et al., 2019).

---

<sup>94</sup> Mais informações em: <http://open4citizens.eu/> (consultado em 30 dez. 2021).

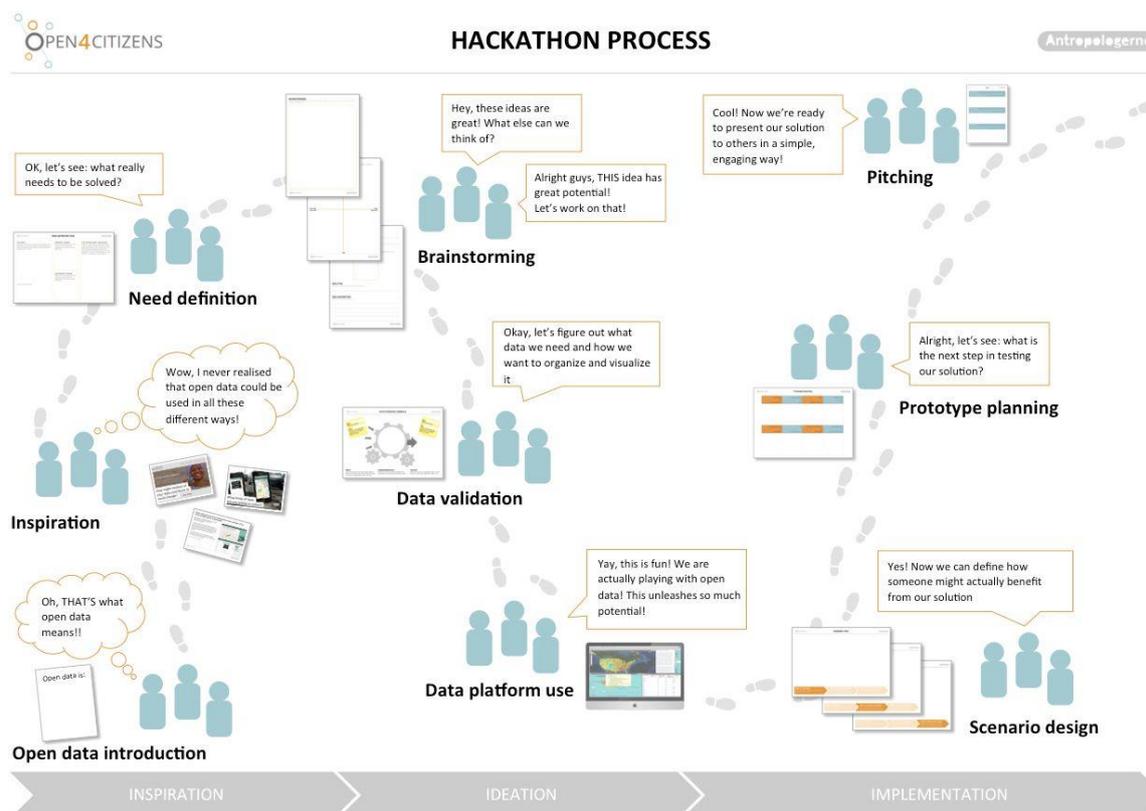


Figura 3:3 – Estrutura de trabalho do projeto O4C. Fonte: Kun (2018), p. 8.

Mulder et al. (2019), apresentam várias reflexões a partir da experiência do projeto Open4Citizens, destacando que, embora o período da *hackathon* seja o momento máximo da aprendizagem e encontro entre os diferentes atores, a etapa de preparação da *hackathon* merece atenção especial. É nesta que é construída a infraestrutura e o contexto – político, administrativo, comercial e tecnológico - em que se darão as interações entre atores. Aqui, o papel do *design thinking* e do criador/coordenador é novamente ressaltado, pela disponibilização de fluxos de trabalho, *templates*, diagramas, exemplos e representações, estruturas digitais e analógicas que vão conduzir o processo.

Jaskiewicz et al. (2019) destacam como aspectos-chave na facilitação da *hackathon*, o aprendizado individual, a aquisição comunitária de capacidades e a aprendizagem coletiva através da geração de protótipos. Na perspectiva de instrumentalização da *hackathon* cívica enquanto ambiente de aprendizagem, a construção de uma infraestrutura para garantir essas condições é parte fundamental, a qual poderá ou não, garantir mudanças sistêmicas na forma de participação. Nesse sentido, Mulder et al. (2019) destacam a importância de uma etapa final a condensar a aprendizagem e difundi-la pela comunidade de prática, o ecossistema formado em torno da *hackathon* cívica, para negociações de visões futuras de implementação e adaptação das soluções criadas, bem como da própria infraestrutura de trabalho.

A participação na *hackathon* cívica #EUvsVirus<sup>95</sup> pan-europeia, entre 24 e 26 de abril de 2020, em formato *online*, promovida pela Comissão Europeia em parceria com centenas de instituições, permitiu experimentar o formato e as ferramentas utilizadas. Em relação ao formato, a *hackathon* desenvolveu-se em três dias, contudo, fez uma forte aposta no pós-*hackathon*, etapa chamada ‘*Matchathon*’. Ao longo de todo o mês, incentivou e apoiou o encontro entre as equipas dos melhores projetos com mentores, possíveis parceiros e financiadores. No final, apresentou 170 projetos e salientou as 2.235 novas parcerias estabelecidas entre a comunidade internacional

As plataformas *DevPost* e a *app Slack*<sup>96</sup>, foram as ferramentas utilizadas durante a *hackathon* para a formação de equipas multidisciplinares e conversas entre equipas e mentores. No início da *hackathon* foi disponibilizado um documento a todos os participantes, indicando os meios de participação, de interação nas plataformas, e a definição de *#hashtags* para orientar as discussões no *Slack* e nas redes sociais. Foram disponibilizados mentores especialistas em vários temas, para auxiliarem as equipas, e promotores do projeto, com o papel de acompanhar o desenvolvimento das equipas. A única estrutura de trabalho a seguir ao longo da *hackathon*, foi uma agenda de *checkpoints* entre as equipas e os mentores de projeto, cuja conversa baseava-se nos 3P’s – planos, progressos e problemas – referentes aos projetos desenvolvidos pelas equipas. Foram, ainda, recomendadas várias ferramentas digitais para auxiliar o trabalho colaborativo, a conversação, o desenho de protótipos, e um roteiro para a elaboração do *pitch*.

Os projetos foram avaliados por um júri composto por cinco especialistas, cujos critérios de avaliação foram: (1) potencial de impacto (com maior peso sobre os demais), (2) complexidade técnica e novidade, (3) nível do protótipo e (4) plano de negócio. Não houve premiação em recursos monetários, mas em distinção como *Grand Winner* da *hackathon* e a participação na *Matchathon*, com o intuito de viabilização do protótipo.

Além de compreender o funcionamento das *hackathon* cívicas, é preciso encontrar metodologias de avaliação e leituras críticas, para as quais os estudos tipológicos são úteis. Na classificação de Drouhard et al. (2016), são utilizados métodos etnográficos para descrever *hackathon* produzidas por governos, organizações civis e sociais, indústria tecnológica e academia. As autoras identificaram três tipos de *hackathon*: comunais, contributivas e catalíticas.

As *hackathon* comunais, pretendem desenvolver infraestrutura, recursos e fortalecer a cultura de uma determinada comunidade. A participação depende de pertencer ou não ao grupo, e a principal motivação é o desenvolvimento profissional individual ou da comunidade. Dão como exemplo, as ‘*hackweeks*’, cujo ambiente é o de ensino e aprendizagem, com o desejo de continuar e expandir a comunidade e suas capacidades metodológicas (Drouhard et al., 2016).

---

<sup>95</sup> Mais informações em: <https://www.euvsvirus.org/>

<sup>96</sup> Disponível em: <https://slack.com/intl/en-pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

As *hackathon* contributivas, focam-se na realização de pequenas tarefas de um projeto maior e pré-existente, compensando algum déficit através do trabalho intensivo de curta duração. A participação costuma ser autônoma e sua motivação é a oportunidade de impacto. Dão como exemplo as ‘*mapathons*’, onde o desafio é o mapeamento colaborativo de determinado assunto, cujo sucesso geralmente está atrelado à possibilidade de apoiar comunidades vulneráveis ou trabalhar questões de representatividade (Drouhard et al., 2016).

As *hackathon* catalíticas, são utilizadas para demonstrar o uso de dados, tecnologia ou abordagem, através da criação de novos projetos ou ideias. A forma de participar é trazendo alguma habilidade ou conhecimento que possa contribuir à inovação sugerida. É fornecido um desafio bem articulado, com limites definidos, recursos técnicos e retribuições em forma de prêmios, publicidade mediática, mentorias profissionais e possibilidades futuras de *networking*. Por estes motivos, têm um caráter competitivo e empreendedor, que almeja a continuidade dos projetos criados. São dados como exemplos, *open data hackathon* lideradas por governos, e desafios lançados pela academia para o desenvolvimento de aplicações inovadoras (Drouhard et al., 2016).

Drouhard et al. (2016), concluem o estudo apontando que as *hackathon* têm sido organizadas sob a perspectiva de concentrar uma força de trabalho sobre determinados assuntos, o que no dia a dia das organizações não é possível fazer, além de serem percebidas como oportunidades para aumentar laços sociais e comunitários. Le (2017) sugere que as *hackathon* cívicas, mais focadas no impacto do que na criatividade, são do tipo contributivas.

Noutra análise tipológica de *hackathon*, Sung-Yueh Perng (2019) considera que a diversidade atualmente encontrada nessas práticas representa confrontos (no sentido agonístico de Chantal Mouffee) entre atores e instituições, numa emergente reinterpretação de seu formato hegemônico, situado no urbanismo neoliberal, voltado para a competição e o empreendedorismo. Ao analisar centenas de *hackathon* realizadas em 2017, o autor propõe uma tipologia a partir da configuração de atores na organização e participação das *hackathon*, suas racionalidades e práticas. A tipologia proposta define seis tipos: (1) máquinas de empreendedorismo, realizadas por corporações e indústrias tecnológicas, para a seleção de ideias e equipes para a criação de *startups*; (2) máquinas econômicas do estado, similares ao primeiro tipo, no entanto, com discurso mais focado no crescimento econômico regional ou nacional de uma determinada região a partir da inovação em pequena escala; (3) instrumentos de inovação aberta, *hackathon* voltadas para criar ideias e protótipos com a colaboração de especialistas de fora da organização; (4) ‘mergulho de especialistas’, menos frequentes, são realizadas para a solução de problemas técnicos muito específicos; (5) apropriações para inovação e pesquisa, geralmente realizadas pela academia, incentivam a capacidade de inovação e pesquisa de suas comunidades; e (6) apropriações cívicas, realizadas para atender a questões sociais e políticas.

Reconhecendo as limitações das *hackathon*, Perng (2019) conclui que as práticas ‘centradas nos cidadãos’, como são as do tipo ‘apropriações cívicas’, representam a procura por novas formas de participação. As adaptações ao formato inicialmente tecnicista e economicista desses eventos, traduzem

um esforço por aumentar a pluralidade na participação, por influenciar a inovação a partir das necessidades sociais, por sobrepor a competitividade pela colaboração, de modo que os resultados estejam mais alinhados com os objetivos dos ativismos sociais e políticos (Perng, 2019).

Nos últimos dez anos, as *hackathon* têm sido objeto de investigadores, tanto como tema de investigação quanto como meio para atingir objetivos. Olesen & Halskov (2020) diferenciam as duas abordagens, respectivamente, como investigação ‘com’ *hackathon* e investigação ‘sobre’ *hackathon*, concluindo que há muito menos estudos sob a última abordagem, mais crítica. Analisando uma amostra de centenas de estudos, os autores identificaram três motivações para o uso de *hackathon* como abordagem de investigação: (1) estruturar aprendizagens; (2) estruturar processos; e (3) incentivar a participação. Dentre as investigações com *hackathon* para incentivar formas de participação, identificaram práticas que buscavam engajar comunidades, promover a cultura *maker* e, também, aumentar a diversidade nesses contextos, recrutando intencionalmente mulheres e minorias. Os desafios identificados pelos autores, nessa terceira abordagem, dizem respeito a: tendência por desenvolver soluções de forma estritamente técnica; a necessária inclusão e diversidade; a exclusão natural de elementos considerados excessivamente políticos; e as perdas decorrentes de experiências negativas, as quais afastam as minorias de futuras participações.

Olesen & Halskov (2020) concluem que a relação entre os formatos das *hackathon* com seus resultados tangíveis e intangíveis ainda não é satisfatoriamente estudada, sugerindo como metodologia adequada para avaliar as *hackathon* a ‘Teoria do Programa’ (TP). Trata-se de uma abordagem das ciências sociais para relacionar os mecanismos de um processo e seus efeitos, atualmente muito utilizada nos estudos de métodos de design participativo e de HCI.

Rogers et al. (2000) esclarecem que a TP consiste em um modelo para avaliação de programas, tendo em conta os *inputs* oferecidos e os resultados emergentes. Para tal, analisa a relação causal entre *inputs* – processos – *outputs* – resultados. Hansen et al. (2019) utilizam a TP para avaliar processos de design participativo. Os autores destacam que a contribuição da TP é permitir observar os efeitos segundo as estruturas organizacionais, jogando luz para o desenvolvimento de novas habilidades e geração de conhecimento pelos usuários, ao longo dos processos (Olesen & Halskov, 2020).

Falk et al. (2021) utilizam a TP para analisar níveis de participação em dezenas de *hackathon* realizadas entre 2010 e 2020, decompondo-as nas seguintes categorias de análise: (a) entrada (*input*) – recursos tangíveis e intangíveis disponibilizados; processo, segundo (b) mecanismos – o princípio fundamental para geração dos efeitos – tendo em conta as (c) atividades – modo no qual o mecanismo funciona; e efeitos, segundo a (d) saída (*output*) – o produto imediato, tangível ou intangível – segundo (e) resultados – consequências de curto e médio prazo – e segundo o (f) impacto – consequências de longo prazo.

Os autores descrevem ainda três motivações para a ‘adaptação’ dos formatos de *hackathon*: (1) o desejo por maior participação, em práticas que inventam diferentes formas de abranger uma grande audiência, de recrutar minorias e desenhar processos acessíveis a elas, e misturar técnicos com não

técnicos; (2) o desejo por resultados sustentáveis, em práticas que incentivam a documentação de processos e produtos para posterior partilha, a construção de repositórios de conhecimento e discussões sobre os protótipos com vários *stakeholders* pós-*hackathon*; e (3) o uso de *hackathon* enquanto meio de aprendizagem, através do desenho cuidadoso de programas alternativos a métodos tradicionais. Por fim, os autores sugerem que desenhar metodologias mais democráticas para esses processos é um caminho adequado para questionar e rearranjar a distribuição de poder.

### 3.2. Metodologia-infraestrutura de coprodução

Nas análises acima, diversos autores identificam no *hacking* e *hackathon* cívicos uma forma de adequação das práticas originais em outras mais democráticas, centradas no cidadão (Le 2017; Perng, 2019; Olesen & Halskov, 2020). Audrey Le (2017) observa que os ‘novos cidadãos urbanos’ tiveram de ser capazes de direcionar suas energias criativas para fazer com que a tecnologia funcionasse para o que pretendiam, segundo a cultura *hacker*, ‘aprendendo a aprender’, para resolver seus problemas. Nessa perspectiva, a *hackathon* cívica enquadra-se nas tipologias de *hackathon* contributiva (Drouhard et al., 2016; Le, 2017) e por apropriação cívica (Perng, 2019).

Dado que a participação nas *hackathon* é uma participação interessada, funcional, surgem as questões: Poderão garantir distribuição de poder entre os participantes e formar, engajar, fortalecer, apoiar comunidades de práticas inclusivas, autônomas, soberanas? Como uma infraestrutura de trabalho mais inclusiva pode ser utilizada como tecnologia de autogoverno? Seriam os resultados das *hackathon* cívicas – os *softwares* situados – a prova de funcionamento de tal sistema de aprendizagem?

A revisão dos estudos sobre *hacking* cívico permitiu fazer o cruzamento das várias etapas seguidas nos processos de trabalho *hacker* (Himanem, 2001), nas práticas de *hacking* cívico (Ampatzidou et al., 2015), nas *hackathon* cívicas (Komssi et al., 2015; Kitsios & Kamariotou, 2019), e no *design thinking* (Schliwa, 2018) enquanto metodologia amplamente adotada nesses processos. A Figura 3:4 traz um primeiro esforço em identificar e comparar processos, na perspectiva de traçar uma metodologia para a coprodução de interfaces tecnopolíticas em DL.

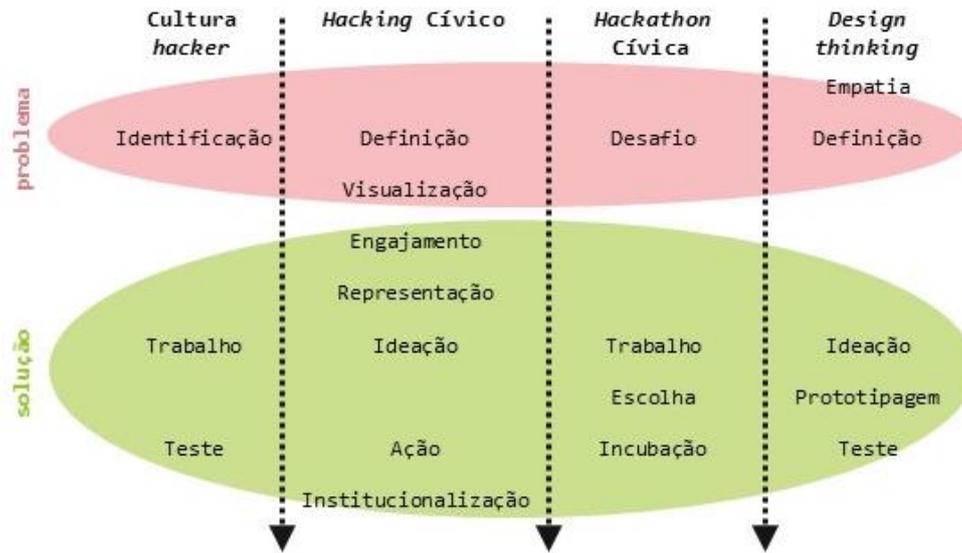


Figura 3:4 - Etapas identificadas nos vários processos de colaboração hacker.

Também foi possível apreender algumas orientações para a condução de *hackathons*: (1) consistir em um sistema aberto, com *feedback*, ajustável ao longo do tempo, inclusivo à participação dos diferentes atores e com garantia de sua soberania tecnológica; (2) nem *top-down*, nem *bottom-up*, privilegiar a interação *middle-out*, mais adequada para influenciar sistemas a médio e longo prazo; (3) adoção de ferramentas já utilizadas, compatibilizadas em plataforma *open source* de baixa tecnologia e combinadas a processos *off-line*; (4) realização de testes constantes como condição à ‘institucionalização’; (5) orientação às etapas de interação entre atores e comunidades de prática, combinando os diferentes interesses entre eles; (6) produção cidadã de dados, expansão da literacia para sua interpretação e contínua partilha de informação; e (7) importância de avaliar o processo e verificar se os resultados atingiram os objetivos inicialmente lançados.

Entretanto, muitas perguntas permanecem sobre as *hackathon* cívicas. Wolff et al. (2020) reforçam a falta do caráter ‘cívico’ dessas práticas, ainda muito restritas a uma pretensão ‘inteligente’, o que também consideramos um importante desafio para a democratização das cidades. Kitsios & Kamariotou (2019) apontam a falta de dados locais úteis, e de competência para interpretá-los. Perng (2019) observa a importância de se verificar como os resultados dessas práticas serviram, ou não, aos interesses cívicos iniciais. Olesen & Halskov (2020) ressaltam a quase ausência, na literatura, de pesquisas ‘sobre’ *hackathon*, numa perspectiva mais crítica sobre seus processos e resultados. Falk et al. (2021) pontuam a escassez de validações metodológicas que possam indicar se os caminhos percorridos foram úteis ou não. Acrescenta-se, ainda, a questão sobre como tais práticas podem contribuir com novas formas de governança – cogovernança, governança sustentável – na perspectiva da governamentalidade (Silva et al., 2018; Larsson, 2020). Compreendendo essas práticas enquanto recintos para os dispositivos (ferramentas de *design thinking*) que vão moldar o novo ‘cidadão urbano’, a configuração desse recinto e dispositivos são cruciais para responder às exigências cívicas pelo tipo de governança que se deseja.

Wilson & Chakraborty (2019) consideram que tal ‘infraestrutura’ é o cerne das práticas de *civic tech*. Ferramentas, processos e, principalmente, redes, podem permitir a identificação de questões e dispor das novas tecnologias para forjar as respostas mais adequadas e alimentadas por imaginários tão heterogêneos quanto as comunidades nelas engajadas. Le Dantec & Di Salvo (2013) explicam que a abordagem de um processo de *design* enquanto ‘infraestrutura’ permite compreendê-lo para além de algo que resulta em um produto, mas que também inicia a formação de um público, crucial para o sucesso das práticas de *hacking* cívico.

Uma ‘infraestrutura de *design*’ é um sistema com recursos sociotécnicos (atores, meios, relações) para um ‘*design* futuro’, isto é, que habilita a participação de indivíduos ausentes no início do processo e a que descubram novas questões, permitindo a apropriação e adaptação de um escopo inicial dado, facilitando, assim, a formação e sustentabilidade de comunidades de participantes (Le Dantec & Di Salvo, 2013). Diferentemente de um framework, onde as questões são dadas *a priori*, formadas por ideias estabilizadas, uma ‘infraestrutura’ permite a geração de questões a partir da agência dos atores envolvidos. Significa um foco na inovação social, nos aspectos políticos do *design* participativo, na aquisição de capacidades e na emergência de uma nova relação sociotécnica (Björgvinsson et al., 2010; Le Dantec & Di Salvo, 2013), que são objetivos do processo de *hacking* que aqui se pretende.

Para apoiar o ecossistema colaborativo da cidade *hackeável*, o *design* pode ser apropriado enquanto infraestrutura de *hacking* cívico (Le Dantec & Di Salvo, 2013; Wilson & Chakraborty, 2019), oferecendo o agenciamento de atores e meios que vão construir comunidades de prática, encorajar o uso das interfaces tecnopolíticas criadas, permitir a expansão e adaptação do sistema criado, gerenciar conflitos e apoiar possíveis processos de institucionalização (Oliveira et al., 2014; Rizzo et al., 2015).

Essa abordagem do *design* enquanto ‘infraestrutura’ (Le Dantec & Di Salvo, 2013) possibilita compreendê-lo enquanto interface (Baltazar, 2009) tecnopolítica, meio para o agenciamento de ferramentas e dados, e formação de comunidades de prática. Nesse contexto, o arquiteto tem a contribuir com o desenho das etapas e fluxos do processo, a identificação de atores e papéis, e a recomendação de recursos e meios de interação, adaptáveis ao contexto. Essa combinação de etapas e recursos denominamos, neste estudo, de ‘metodologia-infraestrutura’.

Com o objetivo de apoiar um processo contínuo de *hacking* cívico para a coprodução de interfaces tecnopolíticas, uma ‘metodologia-infraestrutura’ pode habilitar a identificação de atores ignitores, questões de partida, indivíduos e comunidades de prática com interesses em comum. Repertórios de recursos e *feedbacks* de utilização, como sugerido na ‘arquitetura da interface’ de Friedman (1975), podem formar o conteúdo da infraestrutura com redes de atores, dados, métodos e ferramentas, adaptáveis ao contexto (Mulder et al., 2019) da iniciativa, para habilitar a autoaprendizagem (Himanem, 2001), a discussão democrática das questões (Wilson & Chakraborty, 2019), e a representatividade dos diversos públicos (Le Dantec & Di Salvo, 2013). Dessa forma, a ‘metodologia-infraestrutura’, quando apropriada pelos atores, poderá apoiá-los na sustentação e retroalimentação de um processo contínuo e sustentável de coprodução de cidade.

## CAPÍTULO 4

## 4. Interfaces tecnopolíticas para o desenvolvimento local

Neste capítulo, é realizada a análise de algumas experiências nacionais e internacionais em programas de Desenvolvimento Local (DL), com o objetivo de identificar os atores e, principalmente, as interfaces tecnopolíticas utilizadas em suas operações.

Com a criação da Política de Coesão no início da década de 1990, foi iniciada a aplicação dos Fundos Estruturais e de Coesão da UE em iniciativas piloto com abordagens inovadoras para reverter situações de desemprego e de áreas urbanas em desvantagem (ECOTEC, 1998).

Uma primeira iniciativa, o *Urban Pilot Projects*, realizado em duas fases, estimulou o estabelecimento de parcerias para diversificação de fontes de financiamento e incentivou a troca de experiências e disseminação de boas práticas, especialmente através das redes *Eurocities*, *Quartiers en Crise* e *European Urban Observatory* (ECOTEC, 1998). O seu sucesso fundamentou a criação da Iniciativa Comunitária *Urban*, também em duas fases, com foco nas infraestruturas urbanas obsoletas, com o objetivo de melhorar a qualidade do ambiente e o combate à exclusão social, incentivando o intercâmbio de boas práticas em revitalização e desenvolvimento urbano sustentável (CE, 2000). Para a colaboração entre os vários atores e a monitorização dos projetos, foram criados, na segunda fase da iniciativa, um programa de Auditoria Urbana, a Rede Europeia de Intercâmbio de Experiências Urbact, além do grande incentivo em torno do uso de estatísticas e indicadores urbanos (CE, 2003).

O Urbact tem influenciado a troca de experiências entre cidades europeias, fortalecendo aprendizagens e inspirando ações. Os projetos financiados enquadram-se em cinco macro tópicos: (1) Desenvolvimento Urbano Físico, (2) Economia, (3) Ambiente, (4) Governança, e (5) Inclusão. Estes englobam mais 35 subtópicos, dentre eles, ‘Bairros Prioritários’. Neste, até o momento, foram selecionadas 15 redes, três com participação direta da Estratégia BIP/ZIP.

A rede USER, liderada por Grenoble, França, teve como estratégia envolver os ‘usuários’ no planejamento e gestão de espaços públicos, entre 2013 e 2015. Lisboa foi uma das cidades participantes, envolvendo 5 territórios prioritários da Estratégia BIP/ZIP, quando foi formado o GABIP Ex-SAAL e Autoconstrução, para facilitar o diálogo entre os vários atores, e realizada a primeira edição do curso Territórios Colaborativos. A rede *Interactive Cities*, liderada por Genoa, Itália, teve Lisboa representada pela Rede DLBC Lx, que pôde financiar a implementação de sua plataforma Decidimos Lisboa, entre 2016 e 2018 (Barreiro, 2014; Urbact, 2002). Já a rede Com.Unity.Lab, apresentada em 2.3, é liderada pela CML com o objetivo de disseminar a Boa Prática da Estratégia BIP/ZIP, entre 2018 e 2021. Essas três experiências são suficientes para concluirmos que o programa Urbact tem contribuído para incrementar e divulgar a Estratégia BIP/ZIP.

O enquadramento do DL na Política de Coesão situou-se, inicialmente, em territórios rurais, com os programas LEADER I e LEADER II, voltados a zonas rurais com população entre 5.000 e 100.000 habitantes; e LEADER +, aplicado a todas as zonas rurais europeias. Entre 1991 e 2006, os territórios concorriam através de candidaturas a investimentos que apostavam na formação de Grupos de Ação Local (GAL), centrados no saber-fazer e no intercâmbio de experiências em redes de agentes e territórios (CE, 2006). A partir de 2007, a abordagem DLBC, considerada uma evolução da iniciativa LEADER, passou a integrar as programações nacionais dos Estados-Membros da EU. Com ela, procurou-se uma concertação estratégica e operacional entre parceiros, organizadas em GAL, para a materialização de EDL. Em Portugal, foram criados 91 GAL no horizonte de financiamento Portugal 2020 que, como visto em 2.1, desde 2013 pôde incluir também áreas urbanas (AD&C, s.d.; Regulamento nº 1303/2013), o que favoreceu a criação da Rede DLBC Lx.

A Iniciativa *Urban Innovative Actions* (UIA), criada pela UE com o objetivo de apoiar ações inovadoras em projetos-piloto de desenvolvimento urbano sustentável, tem somado aprendizagens sobre DL. Com financiamento aportado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em chamadas para apresentação de propostas realizadas anualmente entre 2015 e 2020, têm apoiado projetos em diversos tópicos, dentre eles, ‘pobreza urbana’. Um exemplo é o projeto *Co-city – The collaborative management of urban commons to counteract poverty and socio-spatial polarisation*, selecionado em 2015 e liderado pela cidade de Turin (Iaione, 2016; UIA, 2014).

O projeto *Co-city* apostou no regulamento de pactos de colaboração entre governo local, associações e residentes, para a regeneração de estruturas e espaços urbanos subutilizados; e na utilização de plataformas digitais, a exemplo das redes sociais locais *First Life*, desenvolvida pela Universidade de Turin, e a *Rete delle Case del Quartiere*, que facilitam a interação entre residentes e parceiros. No entanto, um relatório produzido por Christian Iaione (2020) ao final do projeto, informa que sua dimensão digital foi a que menos desenvolveu, devido à desconfiança e desconforto dos atores locais em utilizar tais ferramentas, apesar de existir uma panóplia delas de muito fácil utilização. O autor aponta para a necessidade de desmistificar as tecnologias digitais, ampliando o acesso a elas, e de acompanhar a digitalização dos processos de gestão. Em 2021, uma chamada de propostas combinada entre UIA e Urbact selecionou o projeto *CO4CITIES - Collaborative Tools for Cities in Urban Regeneration*, enquanto rede de transferência da experiência *Co-City* de Turin, cujos efeitos ainda estão por observar (Urbact, 2002).

Vale citar, ainda, duas experiências estrangeiras de escala nacional, particularmente interessantes pelas estratégias de envolvimento das comunidades atingidas. Uma delas é o *New Deal for Communities* (NDC), programa ‘experimental’ operacionalizado pelo governo inglês entre 1998 e 2010, e considerado exemplo de planejamento colaborativo (Maginn, 2007). Compôs a estratégia nacional pela regeneração de bairros e coesão socioterritorial, com o desenvolvimento de planos locais de regeneração para cada localidade, e com o envolvimento das comunidades, feito com o apoio de um forte investimento financeiro na capacitação dos moradores (GFA Consulting, 2010; Lawless & Pearson, 2012). A

avaliação do programa feita por consultoria externa, a GFA Consulting (2010), além permitir ao governo inglês verificar os resultados alcançados, facilita o acesso à informação e sua contemplação posterior em investigações como esta.

A segunda experiência é francesa, a *Politique de la Ville*, criada ainda em 1977, e que tem integrado, ao longo dos anos, uma série de programas, planos e operações para coesão e solidariedade urbana de bairros desfavorecidos. São exemplos a intervenção integrada e multissetorial em bairros de habitação social, ações experimentais de pequenas intervenções locais, os *Contrats de Ville* que estabelecem parcerias com a sociedade civil no desenvolvimento de projetos em territórios considerados prioritários e a disponibilização de instrumentos de monitorização através de interfaces como observatório, laboratório e plataforma de dados abertos (*République Française*, 2014).

O investimento na capacitação dos moradores, feito pelo governo inglês, e os instrumentos de monitorização disponibilizados pelo governo francês parecem ser práticas bastante úteis para qualificar a participação de atores internos e externos aos territórios prioritários.

Em Portugal, o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – POLIS, e POLIS XXI, levados de 2000 a 2013 e considerados os primeiros programas de requalificação urbana e valorização ambiental de iniciativa da Administração Central, incentivava parcerias entre o poder público, empresas, organizações não governamentais, associações culturais, instituições de ensino, moradores etc. Para envolver as comunidades atingidas, disponibilizava postos de informação permanente, ações de sensibilização, sessões de esclarecimento e comissões locais de acompanhamento (Mendes, 2001; Pestana et al., 2009; Queirós, 2013).

Já a IBC, citada em 2.2 como inspiração para a Estratégia BIP/ZIP, foi aplicada em caráter experimental entre 2005 e 2013, em três territórios piloto: Cova da Moura/Amadora, Lagarteira/Porto e Vale da Amoreira/Moita. Objetivava estimular e testar soluções inovadoras a nível institucional, procedimental e tecnológico, em áreas urbanas consideradas críticas, e levar as experiências exitosas para a política de cidades nacional. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015).

Nos últimos anos, a tendência pela intervenção urbana através de projetos setoriais tem impulsionado diversas experiências em escala local. A aprendizagem acumulada com os instrumentos passados, o amadurecimento das ferramentas de e-governo, a institucionalização e ampliação da participação, e a disseminação das TICs têm favorecido a emergência de práticas que experimentam novas formas de coprodução e cogovernança. Além da Estratégia BIP/ZIP em Lisboa, são exemplos o Ordenamento da Cooperação Público-Social, criado em Madrid em 2018 (*Ayuntamiento de Madrid*, 2018), e o Regulamento de Bologna<sup>97</sup> sobre Colaboração Pública para os Comuns Urbanos, de 2014 (*Comune di Bologna*, 2014).

---

<sup>97</sup> Além de Bolonha, várias outras cidades italianas têm aplicado políticas e instrumentos públicos para cogovernança de seus comuns urbanos, como Turim, Milão e Nápoles. Mais informações em <http://www.comune.torino.it/benicomuni/>, <https://www.comune.milano.it/web/patti-di-collaborazione> e <https://commonsnapoli.org/> (acesso em 31 dez. 2021).

A Tabela 4:1 traz um levantamento, a partir da bibliografia e sítios eletrônicos consultados para construir esta secção, das tecnopolíticas adotadas para facilitar a participação nos programas citados. Alguns fornecem mais informações do que outros, através de relatórios e bibliografia produzida por terceiros, possibilitando ir mais ao detalhe e identificar mais ferramentas.

Tabela 4:1 - Identificação de parceiros e ferramentas de colaboração nos programas analisados

PROGRAMA	PARCERIAS INCENTIVADAS	FERRAMENTAS COLABORAÇÃO/ MONITORIZAÇÃO	FONTES	
<b>PROGRAMAS EUROPEUS</b>	Urban Pilot Projects 1ª, 2ª Fase 1990-1996 1997-1999	Vários níveis governamentais e outros atores institucionais, com destaque para a comunidade empresarial	Redes <i>Eurocities</i> , <i>Quarters En Crise E European Urban Observatory</i> , para a troca de experiências e disseminação das boas práticas.  CE (2000). ECOTEC (1998).	
	Iniciativa Comunitária Urban I - II 1994-1999 2000-2006	Parcerias entre vários níveis governamentais, atores institucionais e comunidades locais.	Auditoria Urbana; Rede Europeia de Intercâmbio de Experiências Urbact; uso de estatísticas e indicadores urbanos  CE (2000). CE (2003).	
	LEADER I LEADER II LEADER + 1991-93 94-99  2000-2006	GAL, constituídos por: instituições e administrações locais; associações ambientais; cidadãos, residentes e organizações locais; organizações e uniões profissionais; redes externas e investigação;	Metodologia de trabalho (abordagem LEADER); redes institucionais (criadas pela EU e por cada um dos estados-membros); redes locais e regionais, como a <i>European Leader Association for Rural Development</i> (ELARD); projetos de cooperação entre projetos LEADER, nas dimensões interterritorial e transnacional.	CE (2000). CE (2006). Moreno (2007).
	DLBC 2007-	fornecedores de serviços culturais e comunitários.	Estratégias de DL	AD&C (s.d.).
	UIA 2015-2020	Parcerias público-privadas-comunitárias	Processos participativos e de governança partilhada, abordagem territorial com foco em 'áreas-alvo' para ações de RU, empoderamento de grupos vulneráveis	Iaione (2016) UIA (2014)
<b>PROGRAMAS NACIONAIS</b>	<i>New Deal For Communities</i> (NDC) 1998-2010	Conselhos (Governo central, administração local, agências de governo, agências independentes e residentes das áreas de intervenção). Moradores como líderes dos projetos. Parcerias com quadro de funcionários próprios e consultores.	Investimento para engajamento e capacitação de moradores; entrevistas domiciliares bienais como instrumento de avaliação do programa; eleições para a composição dos conselhos/parcerias; elaboração de planos locais de regeneração urbana para cada localidade.  GFA Consulting (2010). Lawless & Pearson (2012).	
	<i>Politique De La Ville</i> 1977-	' <i>Contrats de Ville</i> ' - entre governo central e governo local, incluindo organizações pela habitação social e outras organizações da sociedade civil, minorias étnicas e população em geral, organizadas em conselhos de cidadãos estabelecidos nos bairros prioritários.	Programa Nacional de Renovação Urbana; Agência Nacional pela Renovação Urbana; Conselhos de Cidadãos; <i>Observatoire Nationale de la Politique de la Ville</i> (ONPV); <i>iville</i> , sítio web com base documental; <i>SIGville</i> , sistema de informação geográfica; <i>Lab PolVille</i> , <i>Lab Innovation et Territoires</i> e o <i>Lab Périurbain</i> ; Rede Nacional de Centros de Recursos Políticos da Cidade.  ONPV (2016). République Française (2014).	

<b>PROGRAMAS LOCAIS</b>	Programa Polis	2000-2007	Sociedades Anónimas - Estado, Município, e empresas de gestão de projeto.	Plano Estratégico da Intervenção; posto de informação permanente; ações de sensibilização; sessões de esclarecimento; comissões locais de acompanhamento.	Pestana et al. (2009). Mendes (2001).
	Programa Polis XXI	2007-2013	Associações para a Regeneração Urbana (ARU) - autarquias, empresas, ONG, associações culturais, de moradores ou empresariais, instituições de ensino, concessionários de serviços públicos, moradores etc.	Programa de Ação Conjunta, que deve orientar o trabalho da ARU.	Queirós (2013).
	IBC	2005-2013	Unidade de Ação Estratégica Local - Grupo de Trabalho Interministerial, Grupo de Parcerias Locais (representantes técnicos dos Ministérios, Câmaras e Juntas de Freguesia, outras entidades ou projetos locais e líderes locais); Grupo de Apoio Técnico; Grupo de Consultores; Parceiros Financeiros.	Plano de Ação coconstruído, reuniões, <i>workshops</i> , <i>focus groups</i> , metodologias de planeamento colaborativo, entrevistas, inquéritos, espaços permanentes de atendimento, grupos de mobilização, seminários de apoio técnico, plataforma <i>web</i> do território (Damaia).	Sousa (2008). Sousa (2012).
	BIP/ZIP	2011-	Juntas de Freguesia, associações locais, organizações não governamentais, grupos informais etc.	Carta BIP/ZIP; GABIP; Redes DLBC Lisboa e outras redes de colaboração fomentadas pela CML; publicação online das candidaturas de todos os projetos.	CML (2012a). CML (2021).
	<i>Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons</i>	2014-	Cidadãos ativos	Consultas públicas; questionários; plataforma ' <i>Partecipa</i> ' (mapa dos Pactos de Colaboração; <i>Laboratori di Quartiere</i> para participação no <i>Plano Innovazione Urbana di Bologna</i> ; perfis públicos das pessoas, associações, empresas e grupos envolvidos; perfis dos projetos; legislação sobre o <i>Patti di Collaborazione</i> ; a versão beta de um portal de dados abertos sobre a cidade; <i>Bilancio Partecipativo</i> sobre o OP); <i>Fondazione per l'Innovazione Urbana e Laboratorio Spazi</i> .	<i>Comune di Bologna</i> (2014). <i>Partecipa</i> (s.d.).
	<i>Ordenanza de Cooperación Público-Social de Madrid</i>	2018-	Órgãos públicos locais, entidades e coletivos de cidadãos sem fins lucrativos, pessoas físicas ou judiciais, inclusive com fins lucrativos.		<i>Ayuntamiento de Madrid</i> (2018).

O estudo revelou a adoção de várias ferramentas analógicas e tradicionais nos processos participativos, tais como a realização de inquéritos, entrevistas, consultas públicas, postos de atendimento, dentre outros. Também se observa uma franca aposta na constituição de redes para colaboração, trocas de experiências e disseminação de boas práticas.

Contudo, nos programas mais recentes, é visível a utilização de ferramentas digitais, como plataforma de dados, com documentos e georreferenciação, e uma 'evolução' do seu conceito de redes, com a constituição de observatórios e laboratórios, enquanto plataformas que reúnem atores diversos na

observação, monitorização, e no desenvolvimento de projetos. Nesses laboratórios de experimentação de ideias costumam surgir muitas outras ferramentas, forjadas pelas comunidades, pelas organizações envolvidas, resultando em tecnologias de caráter cívico (*civic tech*).

A análise destaca quatro tipologias de tecnopolíticas, discutidas na próxima seção: observatório, plataforma de dados abertos, laboratórios cívicos<sup>98</sup> e *civic tech*. Outro ponto em discussão, na seção 4.2, é a construção de indicadores, que definem os territórios prioritários e, dessa forma, orienta os programas analisados e suas interfaces tecnopolíticas.

#### 4.1. Tipologias de interfaces tecnopolíticas utilizadas em DL

Nesta seção tem-se a análise de interfaces tecnopolíticas exemplificativas das quatro categorias de ferramentas destacadas na seção anterior: observatório, plataforma de dados abertos, laboratório cívico e *civic tech*. A metodologia adotada para a análise decorre em cinco fases: (1) breve revisão conceitual e histórica sobre as tipologias de tecnopolíticas destacadas; (2) leitura de casos paradigmáticos a partir de seus sítios eletrônicos e bibliografia de referência; (3) entrevistas com representantes dos mesmos; (4) organização da informação coletada em um quadro comparativo sobre a composição das interfaces estudadas; e (5) uma construção taxonômica, visualizada em grafo com apoio da ferramenta kumu.io, que caracteriza as interfaces quanto ao seu caráter tecnopolítico e suas potencialidades enquanto ferramentas de coprodução.

Os casos paradigmáticos escolhidos decorrem de um arquivo construído ao longo da investigação. Os quatro exemplos trazidos para esta seção satisfazem cinco critérios: (1) têm a administração pública como um dos atores; (2) utilizam de tecnologia digital em suas ferramentas; (3) estão dedicadas às questões urbanas, podendo exercer alguma influência sobre os processos de planejamento ou governança urbana a nível local; (4) a existência de reflexões críticas em estudos acadêmicos sobre elas; e (5) estarem atualmente ativas. Desta forma, foram analisados: *Matadero Medialab*, enquanto laboratório cívico; *Dublin Dashboard*, enquanto plataforma de dados abertos; *Decidim* Barcelona, enquanto *civic tech*; e o Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

As entrevistas realizadas, semiestruturadas, questionaram sobre o contexto de criação das interfaces, seus objetivos, formas de participação, de cooperação e autonomia dos atores locais, as implicâncias no território, a produção de conhecimento, o papel das ferramentas digitais, questões sobre sua sustentabilidade e os maiores desafios na sua implantação. As entrevistas sobre observatório e laboratório foram feitas presencialmente, sobre *civic tech* foi por videoconferência, e sobre a plataforma de dados foi via *e-mail*.

---

<sup>98</sup> São encontrados vários tipos de ‘laboratórios’ voltados para o desenvolvimento de projetos colaborativos e a inovação, tais como os *living labs*, *medialabs*, *fablabs*, dentre outros. Neste estudo, exploramos o recorte do ‘laboratório cívico’ (Ciudadanía 2.0, 2014; Quijano, 2018), que nos parece adequado para o contexto da inovação cívica no desenvolvimento local.

O quadro comparativo constitui-se dos elementos identificados na composição das interfaces estudadas, compreendendo seus: (1) atores, abrangendo os administradores da interface, o público-alvo e as redes de colaboração, utilizando a tipologia de atores identificados no estudo de Farah (2011) sobre observatórios, discutido a seguir; (2) dispositivos para interação, consistindo nos objetivos, partindo daqueles identificados por Silva et al. (2013) em seu estudo sobre observatórios, também discutido a seguir, mais as ferramentas e serviços oferecidos; e (3) dispositivos para organização da informação, compreendendo a coleta de dados, processamento, armazenamento e os canais de distribuição.

Para a análise taxonômica, o caráter tecnopolítico das interfaces foi analisado a partir de: (1) uma adaptação do esquema conceitual de Kurban et al. (2016), apresentado na Figura 1:2, página 17, adotando critérios quanto ao contexto, propósito, escala e atores; (2) abordagem espacial da interface, utilizando uma tipologia oferecida por Houghton et al. (2014) sobre a contribuição das tecnologias digitais de informação e comunicação ‘baseadas em local’ para o planejamento urbano, podendo ser: análise espacial, experiência no espaço, e engajamento sobre o espaço; (3) a tipologia oferecida por Hasler et al. (2017) quanto ao nível de produção de dados, baseada na escada da participação de Arnstein (1969), consistindo nas categorias: informação *top-down*, informação *bottom-up*, consulta, contribuição, colaboração; (4) o tipo de conectividade que proporcionam nos processos participativos, segundo Meneses & Cardoso (2020), podendo ser: dispositivos de informação, dispositivos de mobilização e ativismo e dispositivos didáticos e de pesquisa; e (5) a classificação das interfaces enquanto ferramentas de coprodução, utilizando a categorização proposta por Linders (2012), consistindo em três categorias: origem cidadã, quando o processo de coprodução parte dos cidadãos para o governo; governo como plataforma, quando a coprodução parte do governo para os cidadãos; e governo faça você mesmo, quando o processo de coprodução acontece entre cidadãos, atuando de forma autônoma. A Tabela 4:2 traz a matriz taxonômica construída e utilizada para caracterizar os casos paradigmáticos, a seguir.

Tabela 4:2 – Categorias e subcategorias definidas para a análise taxonômica de interfaces tecnopolíticas

<b>CATEGORIA</b>	<b>SUBCATEGORIA</b>
<b>CONTEXTO</b>	Liberdade   empoderamento   governança
<b>PROPÓSITO</b>	Comunicação   legalização   organização   institucional
<b>ESCALA</b>	Local   regional   nacional   global   Transescalar
<b>ATORES</b>	Institucional   individual   atores coletivos
<b>ABORDAGEM ESPACIAL</b>	Análise espacial   experiência no espaço   engajamento sobre o espaço
<b>PRODUÇÃO DE DADOS</b>	Informação top-down   informação bottom-up   consulta   contribuição   colaboração
<b>CONECTIVIDADE</b>	dispositivos de informação   dispositivos de mobilização e ativismo   dispositivos didáticos e de pesquisa
<b>COPRODUÇÃO</b>	origem cidadã   governo como plataforma   governo faça você mesmo

A análise permitiu aprofundar o conhecimento sobre as interfaces tecnopolíticas identificadas nos programas de DL e RU, com o objetivo de compreender suas possíveis contribuições para o contexto da investigação, na perspectiva de tirar apontamentos para a coprodução de interfaces para o DL em Lisboa.

#### 4.1.1. Observatórios

Observatórios são plataformas para a observação de um determinado fenômeno ou território. Sua origem está associada aos observatórios astronômicos no Séc. XVIII, mas também ao desenvolvimento do pensamento lógico, ao método científico de análise e ao uso de novas tecnologias e instrumentos (Beuttenmuller, 2007).

A Outlook Tower inaugurada por Geddes (1915:1994) em Edimburgo no final do Séc. XIX é considerada o primeiro observatório urbano, que o autor também classificava como ‘laboratório’. Mais tarde, na primeira metade do Séc. XX, experiências como as *research field stations* americanas que levantavam e analisavam dados sobre biologia e agronomia (Beuttenmuller, 2007), começaram a exigir novas metodologias e estruturas para a observação, contribuindo para o desenvolvimento dos observatórios.

A partir dos anos 1980, a pressão da sociedade civil, o crescimento do Terceiro Setor, das TICs, e o apelo à utilização de informação estatística e territorial, fizeram proliferar, a partir da Europa, os observatórios com interesses socioeconômicos e territoriais, explorando especialmente a temática urbana (Silva et al., 2013). A UN-Habitat, com a criação do Observatório Urbano Global em 1997, também contribuiu para a disseminação de observatórios urbanos pelo mundo, incentivando a criação de observatórios locais e regionais para monitorizar o fenômeno da urbanização e influenciar políticas públicas que minimizassem seus efeitos (UN-Habitat, 2015).

Silva et al. (2013) destacam como objetivos de um observatório: (1) mapear e sistematizar informações sobre o objeto observado, formando um acervo de conhecimento crítico e especializado; (2) elaborar e disponibilizar sistemas de indicadores, a partir de métodos quantitativos e qualitativos, subsidiando análises e prognósticos; (3) monitorizar o fenômeno ou território observado; (4) servir como canal para diálogo e mobilização social, contribuindo assim para o fortalecimento das redes de colaboração; e (5) servir como convergência e referência de conhecimento, aglutinando outros trabalhos sobre o tema e servindo como meio de divulgação.

Atualmente, os observatórios estão associados a uma grande diversidade de temas e escalas territoriais - social, urbano, políticas públicas, mídias sociais, cultura etc.; das zonas intraurbanas às regiões internacionais. Neste estudo, o enfoque é dado aos observatórios centrados em dinâmicas sócio territoriais, compreendendo observatórios urbanos e de políticas públicas com influência a nível local. Tais observatórios podem oferecer importante apoio para a ação dos coletivos urbanos e organizações da sociedade civil, apoiar a ‘auditoria cidadã’ das políticas públicas e apoiar a tomada de decisão na governança da cidade, pela capacidade de levantar, visibilizar e analisar dados por diferentes atores; dados que, em muitos casos, não eram antes acessíveis a um público mais alargado (Silva et al., 2013). São exemplos: o Observatório das Metrópoles<sup>99</sup> que, a partir de sua experiência inicial no Rio de Janeiro,

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/> (consultado em: 17 dez. 2021).

constituiu núcleos de investigação e influência política local em outras quinze capitais brasileiras; o *Observatoire Nationale de la Politique de la Ville*<sup>100</sup>, focado nos territórios prioritários franceses; o Observatório Internacional da Democracia Participativa<sup>101</sup>, sediado em Barcelona e com escritórios focados em áreas geográficas específicas noutros continentes; e o Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa<sup>102</sup> (OLCPL).

Farah (2011) analisa as implicações potenciais dos observatórios através de um estudo tipológico que os classifica a partir de sua formação, que pode ser: (1) Parceria Cidade-Universidade, onde os observatórios que promovem um sentido unidirecional de produção do conhecimento, dificultando a formação profissional de seus parceiros; (2) Ator Público que, apesar de desfrutar de uma certa sustentabilidade institucional, não conseguem estabelecer uma boa rede de cooperação com outros atores; (3) Rede Global, onde os observatórios enfrentam dificuldades em termos de escala, colocando em conflito questões globais com questões de interesse local; e (4) Iniciativa Local onde, embora os observatórios desfrutem de maior sustentabilidade social, conseguindo capitalizar aprendizagem para os atores locais, sofrem da ausência de um grande organismo ou instituição que o chancele.

A partir da classificação de Farah (2011), foi elaborada uma Taxonomia de Observatórios (Figura 4:1) tendo em conta 28 casos de estudo, organizados segundo 12 categorias de análise: administradores, local de sede, data de criação, palavras-chave, objetivos, público-alvo, ferramentas, serviços, indicadores, coleta de dados, publicização e comunicação (Farias, 2018b).

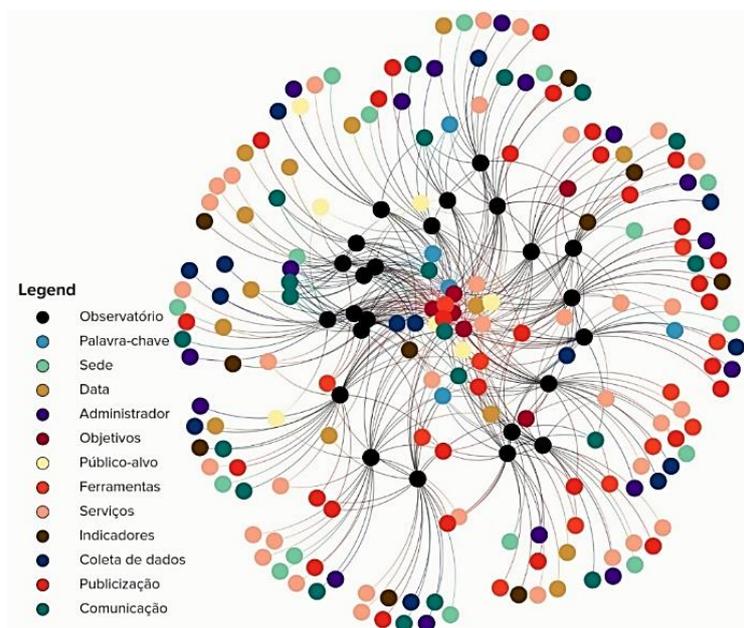


Figura 4:1 - Visão geral da Taxonomia de Observatórios. Fonte: Farias (2018b), disponível em: <https://bit.ly/3G4OFYB> (consultado em 21 dez. 2021).

<sup>100</sup> Disponível em: <http://www.onpv.fr/> (consultado em: 31 dez. 2021).

<sup>101</sup> Disponível em: <https://oidp.net/pt/> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>102</sup> Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/> (consultado em: 17 dez. 2021).

Entre os vários resultados aferidos, verificou-se que o público-alvo da maioria deles eram as autoridades públicas e os pesquisadores, o que poderia indicar uma boa capacidade de produção de conhecimento e de monitorização do fenômeno ou território observado, mas revelava um distanciamento dos atores locais. Também foi verificada na amostra analisada uma baixa utilização de tecnologias digitais, com plataformas de difícil interação e a aposta em ferramentas mais intuitivas e menos técnicas para a visualização de dados.

As dificuldades encontradas na literatura são refletidas na amostra, por exemplo, em relação aos desafios apontados para a sustentabilidade ou continuidade dos serviços oferecidos, de acesso a financiamento contínuo, a dificuldade de interação com o público-alvo, a exigência de uma boa capacidade de resposta, e as diferentes agendas dos vários interlocutores. Por outro lado, e, talvez, por causa de algumas dessas dificuldades, observa-se uma forte tendência para a formação de redes de colaboração entre observatórios. Como reforça o estudo de Lafuente & Sellés (1988) sobre o Observatório de Cádiz (1753 a 1831), Espanha, a legitimidade científica dos observatórios astronômicos pioneiros dependia não só do reconhecimento acadêmico de suas descobertas, mas também, da utilidade do conhecimento produzido e da capacidade de comunicá-lo amplamente para a sociedade. Um ensinamento que continua válido para os observatórios atuais.

Em um estudo mais recente, Neira de M. Bezerra (2018) investigou o potencial dos observatórios de políticas públicas atuarem pela democratização do conhecimento. A autora destaca que, enquanto os observatórios criados por governos representam a ampliação do acesso à informação oficial, os observatórios criados pela academia e organizações da sociedade civil representam a ampliação das fontes produtoras de informação. E sugere mais uma tipologia de observatórios, construída a partir dos atores, objetivos, estratégias e argumentos utilizados para legitimação: (1) Observatório Transparência, que atua na abertura das informações e análises oficiais; (2) Observatório Perito, que difunde o conhecimento especializado; (3) Observatório Visibilidade, que amplia a visibilidade de temas e situações de vulnerabilidade; e (4) Observatório Intervenção, cuja atuação dá-se na ação com outros atores. A autora conclui que, independentemente da classificação tipológica dos observatórios ou dos atores que os geraram, eles podem atuar pela democratização do conhecimento, a partir do momento que empreendem práticas para: promover a transparência pública; disseminar o conhecimento perito; problematizar ideias geradoras; abrir as discussões à diversidade de visões e vozes; promover a ecologia de saberes; e difundir conhecimentos contra hegemônicos.

Como caso paradigmático sobre observatório, identificamos o Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa (OLCPL) (2006). Criado pela representação portuguesa da Rede Europeia contra a Pobreza (EAPN/PT), o OLCPL tem financiamento contínuo assegurado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e objetiva produzir conhecimento sobre a situação social da cidade, capaz de influenciar decisões e ações políticas para a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Explorando diversas metodologias e fontes de dados, o OLCPL pretende não só observar o

fenômeno da pobreza em Lisboa, mas também estar atento às tendências que se avizinham (Estivill, 2007). Assim, a partir de dados oficiais de diversas fontes, recortes geográficos e escalas, elabora ‘retratos’ da cidade e análises comparativas, disponibiliza seu banco de dados de forma aberta, publica relatórios, estudos sistemáticos, infografias, vídeos e ensaios fotográficos, e promove debates e encontros presenciais entre diversos atores. Em consonância com acordos supranacionais como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais<sup>103</sup> e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>104</sup>, iniciou recentemente a articulação de diversos setores da governança local e nacional numa campanha para a construção de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza (OLCPL, 2006).

Como entrevistada sobre o OLCP, Catarina Cruz (Anexo E), socióloga que integrava a equipe do observatório, relatou a dificuldade de alguns países assumirem o problema da pobreza como uma realidade em seus territórios, ou mesmo como um problema comunitário. Tal situação dificultou a implantação de um observatório a nível europeu sobre a Luta contra a Pobreza, objetivo inicial da EAPN. Partindo então de um observatório local em Lisboa, preferiram não se ligar diretamente nem à academia, nem ao governo, em busca de maior autonomia e proximidade com o terreno. Nos seus estudos, misturam abordagens quantitativas com qualitativas, além da ‘observação participante’, e exploram ferramentas digitais simples para a organização e visualização da informação. Sobre a coleta de dados, revela a dificuldade em conseguir dados micro dimensionais, devido à escassez de recursos com que trabalham as organizações sociais que os produzem, mas também devido a uma ‘barreira cultural’ quanto à partilha de dados. Tal situação exige persistência e articulação com muitas organizações, com as quais são, por vezes, estabelecidos protocolos para a recolha de dados trimestrais e de forma contínua, de modo a permitir a visualização da evolução dos indicadores. Considera que o maior desafio do OLCPL é comunicar adequadamente e de forma sedutora com seus diferentes públicos. Em 2018 a EAPN Portugal iniciou a criação de um Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza em Portugal<sup>105</sup>.

O estudo taxonómico e a análise do caso paradigmático permitiram realçar potencialidades dos observatórios e reconhecer algumas de suas fragilidade, tais como: (1) a tendência a funcionarem como meros repositórios de informação (2) a preponderância do papel do poder público sobre os outros atores, em muitos casos (Bezerra, 2018); (3) a dificuldade de utilizar uma linguagem acessível ao público-alvo e ter boa capacidade de resposta; (4) uma subutilização, de um modo geral, das novas ferramentas digitais, redes sociais, apps, fazendo com que muitos pareçam estar ainda numa fase pré-Web 2.0 (Bezerra, 2018); e, na perspectiva de Cruz, a (5) dificuldade em conseguir dados em micro escala ou outros dados ainda não levantados ou disponibilizados pelas organizações, e (6) a falta de vontade política, por vezes, para assumir os problemas sociais que devem ser encarados.

---

<sup>103</sup> Acordo europeu que estabelece 20 princípios fundamentais sobre os ‘novos direitos’ dos cidadãos. Disponível em: <https://bit.ly/3aXw8z8> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>104</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3vyF47B> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>105</sup> Disponível em: <https://on.eapn.pt/> (consultado em 17 dez. 2021).

Para utilização dos observatórios na escala do DL, sugere-se apostar em atividades que promovam encontros presenciais entre diversos atores, buscando maior proximidade com as realidades observadas e tentando perceber melhor as necessidades do público-alvo. Para tanto, é necessário apresentar-se em linguagem acessível e adequada a cada tipo de público-alvo, e oferecer capacidade de resposta às interações provocadas. A diversificação de atores nas redes de administração e colaboração, bem como a diversificação de fontes de financiamento são importantes dicas para sua autonomia e pluralidade de visões. A capacitação para o manuseio de ferramentas digitais para a organização e visualização de informação, de forma clara e amplamente acessível, parece essencial para atender as exigências por profissionalização na ação cidadã.

#### 4.1.2. *Plataformas de dados abertos e dashboards*

No contexto da governança urbana, iniciou-se a partir da década de 1990, uma grande quantidade de projetos para a criação de indicadores urbanos, a partir de dados oficiais e administrativos. A centralização desses dados em um único sistema operacional, as plataformas de dados, quebrando as barreiras internas dos sistemas tradicionais da administração pública, permitiram obter uma visão holística e integrada da cidade, seus serviços e infraestruturas, com grande potencial para apoiar a formulação de políticas públicas e o planejamento de longo termo (Kitchin et al., 2015a).

Como já discutido em 1.1.5, a popularização do termo ‘cidade inteligente’ ajudou a impulsionar esse tipo de inovação, com a geração e análise contextual de dados. Especialmente no contexto do planejamento estratégico, amplamente adotado no mudo, que torna as cidades competidoras entre si em busca de oportunidades para um reposicionamento no mercado global (Kitchin et al., 2015a).

No limite do que se tem hoje experimentado com a abertura e compartilhamento de dados estão os *dashboards* (em português, ‘painéis de controle’), que disponibilizam dados sobre a cidade, usos, infraestruturas e serviços públicos em tempo real através de um conjunto de análises visuais dinâmicas, interativas e interligadas, utilizando de gráficos, infográficos, mapas tradicionais, modelos 3D e imagens modeladas por computação gráfica avançada (Kitchin et al., 2015a). São exemplos: (1) o mundialmente conhecido Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>106</sup>, inaugurado em 2010 como uma das várias ações executadas pela prefeitura municipal para os Jogos Olímpicos de 2016; o (2) *City Dashboard* de Hong Kong<sup>107</sup>; o (3) *Mayor’s Dashboard*<sup>108</sup> de Los Angeles; o (4) *Dublin Dashboard*<sup>109</sup>; e dezenas de *dashboards* criados para a monitorização da pandemia de COVID-19, a exemplo do (5) *World Health Organization Coronavirus (COVID-19) Dashboard*<sup>110</sup>. Nessas plataformas, os usuários podem acessar dados que apoiem processos cívicos, a gestão de negócios ou acompanhar diversos

---

<sup>106</sup> Disponível em: <http://cor.rio/> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>107</sup> Disponível em: <https://data.gov.hk/> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>108</sup> Disponível em: <http://dashboard.lamayor.org/> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>109</sup> Disponível em: <http://www.dublindashboard.ie/pages/index> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>110</sup> Disponível em: <https://covid19.who.int/> (consultado em: 17 dez. 2021).

fenômenos, gerar informação através da interpretação e representação dos dados, produzir interfaces para interação com os dados, manipular e compartilhar dados de forma isolada ou em conjunto, produzir novos dados e contribuir para a manutenção de serviços públicos (Davies, 2010).

Plataformas como estas têm vindo a ganhar espaço enquanto instrumento na governança das cidades. Dispõe de ferramentas que, em certa medida, reduz a necessidade de habilidades técnicas para manuseio, permitindo, mais facilmente, o monitoramento de serviços urbanos e políticas públicas, a leitura e articulação desses dados, e até a proposição de novas intervenções por eles embasadas (Kitchin et al., 2015a).

Porém, enquanto infraestrutura tecnológica, de natureza essencialmente privada e orientada por critérios de mercado, os *dashboards* exprimem uma visão particular que revela, mais do que a performance da cidade, as estruturas de sua governança e de produção de dados. Como afirmam Kitchin et al. (2015a), seu *design* não pode ser considerado neutro, porque exprime os valores sociais e políticos dos projetos que estão por detrás da sua execução. Fazem-no pela escolha dos indicadores, formas de visualização, análise e possibilidades de aplicação, sendo tradutores, não espelhos.

Como caso paradigmático para análise, foi escolhido o *Dublin Dashboard* (2014), produto do *Programmable City Project*<sup>111</sup>, executado na *Maynooth University*, entre 2013 e 2018, que objetivou investigar criticamente os *softwares* e dados típicos das cidades inteligentes, resultando nessa plataforma para a cidade. A plataforma partiu da expansão das possibilidades do já existente *All-Island Research Observatory*<sup>112</sup>, combinando suas funcionalidades a outros indicadores, análises comparativas e dados em tempo real, tendo como princípios norteadores: amplo acesso a todos os elementos da plataforma; dados abertos e carregáveis; aplicações de fácil utilização; e *site* interativo aberto à exploração dos dados (Kitchin et al., 2015a). A versão atual da plataforma oferece a visualização de dados em tempo real, mapas temáticos, questões afetas ao planejamento da cidade, acesso a diversas *apps* e aos silos de armazenamento dos dados disponibilizados.

Para acrescentar informação sobre o *Dublin Dashboard* (2014), foi entrevistado Brian Moran (Anexo F), membro integrante do projeto *Building City Dashboard* (complementar ao *Programmable City Project*), que coordena os *dashboards* de Dublin e Cork, na Irlanda. Moran destacou que os projetos de pesquisa que estão na origem da *dashboard* em questão investigam os modos como a produção de dados e códigos traduzem nossa forma de entender as cidades, de vivê-las e, assim, de produzir cidades inteligentes. Atuam sobre três pontos chave: produção de dados de qualidade; visualização desses dados e formas de interação; análise e modelagem de dados. Consideram três tipos de usuários, aos quais calibram as ferramentas disponibilizadas: usuário iniciante, usuário final primário e usuário avançado. *Dublin Dashboard* pode ser utilizado por cidadãos, como forma de acesso a informação sobre sua cidade e engajamento em suas questões, por gestores da cidade, na operação e monitorização de serviços

---

<sup>111</sup> Disponível em: <http://progcity.maynoothuniversity.ie/about/> (consultado em: 17 dez. 2021).

<sup>112</sup> Mais informações em: <http://www.airo.ie>

públicos, e por decisores políticos. Dentre as ferramentas digitais utilizadas estão os mapas interativos, ferramentas para visualização de dados urbanos, análise e modelagem espacial e arquitetônica, realidade virtual. Quanto aos desafios, Moran ressaltou a dificuldade em conseguir ‘bons dados’, ou seja, dados abertos, completos, válidos, precisos, com boa cobertura e suficiente meta dados.

Além do problema relacionado aos dados, como colocado por Moran, os *dashboards* impõem dificuldades aos usuários menos iniciados no manuseio desses dados e das tecnologias digitais, carecendo de ultrapassar a infoexclusão e a tendência ao tecnicismo. Por representarem a visão de cidade de seus idealizadores, seria mais democrático se houvesse maior participação no desenho das plataformas, na definição dos dados que se quer mostrar e de como mostrá-los.

Uma forma de ampliar o alcance e a contribuição dos *dashboards* nos processos de coprodução da cidade, pode ser apelar para a diversificação dos atores presentes na sua concepção, de modo que a plataforma exprima mais visões sobre a cidade, dialogando, dessa forma, com uma maior diversidade de utilizadores. A oferta de treinamento para os técnicos municipais que vão operá-las, e para as comunidades que elas pretendem atender, pode ser um importante contributo para minimizar a infoexclusão.

#### 4.1.3. *Laboratórios Cívicos*

Nos trabalhos que se seguiram à XXIV Cimeira Iberoamericana das Chefas e Chefes de Estado e Governo, realizada no México em 2014, foi elaborado, de forma colaborativa, um documento que definiu os laboratórios cívicos ou cidadãos (Ciudadania 2.0, 2014). Estes são espaços para encontro entre pessoas de conhecimento, habilidades e graus de especialização diversos, para experimentação e desenvolvimento de projetos abertos de inovação social, utilizando as redes digitais, buscando transformação social e desenvolvimento cultural, social e econômico.

Herdeiros das bibliotecas públicas, museus, centros cívicos, culturais, sociais e outros equipamentos para a partilha de conhecimento, os laboratórios cívicos começaram a surgir nos últimos anos a partir de países anglo-saxões, espalhando-se rapidamente pelo mundo sob vários rótulos e formatos: *hubs*, *maker spaces*, *hacklabs*, *medialabs*, *living labs* etc. (Ciudadanía 2.0, 2014).

Tais organizações caracterizam-se por ambientes de colaboração, engajamento e produção de produtos e serviços para os territórios em que estão inseridos. Num exercício de classificação taxonômica, Quijano (2018) propõe caracterizar os laboratórios cívicos a partir das seguintes categorias: atores, marco legal, território, objetivos, financiamento, infraestrutura, temporalidade e participação cidadã. Seus estudos sugerem que os laboratórios cívicos deveriam inspirar a transformação de instituições tradicionais de produção do conhecimento, expandindo-as para além de suas fronteiras. Nessa perspectiva, são exemplos de laboratórios cívicos: (1) o *MIT Media Lab*<sup>113</sup>, Cambridge/EUA,

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.media.mit.edu/> (consultado em 17 dez. 2021).

considerado o primeiro (Ciudadanía 2.0, 2014); o (2) LABxS<sup>114</sup> Laboratório Cidadão da Baixada Santista, em Santos, Brasil; o (3) *CitiLab*<sup>115</sup>, em Cornellà de Llobregat, Espanha; e (4) o *Matadero Medialab*, em Madrid que, em parceria com a União de Cidades e Capitais Ibero-americanas (UCCI), tem promovido uma rede de laboratórios cívicos nos dois continentes.

Para aprofundar o assunto, foi escolhido enquanto caso paradigmático o celebrado laboratório cívico antes chamado *Medialab Prado*, rebatizado recentemente como *Matadero Medialab* (2000). Foi criado pelo *Ayuntamiento* de Madrid, em resposta a um grupo de ativistas culturais e profissionais que questionavam o tipo de políticas públicas culturais, espetaculares e conseqüentemente gentrificadoras, que estavam sendo aplicadas àquela época à cidade (Valladares, 2016). Suas primeiras atividades consistiram em oficinas abertas aos cidadãos, que integravam produção artística com investigação científica. Atualmente, suas atividades são coordenadas por laboratórios diversos – *PrototipaLab*, *ParticipaLab*, *InciLab*, *DataLab*, *CiCiLab*, *AvLab* (*Matadero MediaLab*, 2000). As interações funcionam a partir de convocatórias abertas de projeto – para a proposição de projetos ou para a colaboração com algum deles – e pela mediação feita por *experts* na realização desses projetos. As atividades acontecem em espaço físico bem equipado e instalado em localização acessível na malha da cidade – inaugurado na região do Prado, em 2021 mudou suas instalações para o *Matadero Madrid*, importante espaço cultural daquela cidade.

Para falar sobre o laboratório cívico em questão, foi entrevistado Antonio Lafuente (Anexo G), pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha, tendo fundado o *Laboratorio del Procomún*, um dos mais importantes *labs* do *Medialab Prado*, dissolvido em 2017. Lafuente destacou a grande pressão por entregas finais da qual sofrem os espaços de experimentação. Ressaltou que um grande desafio do atual regime neoliberal é separar, na inovação, o momento da aprendizagem do momento do impacto, dando à aprendizagem o tempo que lhe é necessário para que se aprenda com os erros e fracassos. O entrevistado sugeriu ser preciso criar uma ‘pedagogia’, encontrar novas metáforas que nos permitam defender a cultura livre e experimental, e arriscou uma comparação da inovação com uma bacia hidrográfica: “Não haverá nunca rios navegáveis se não houver os rios pequenos que lhes dão corpo”. Sobre a importância das ferramentas digitais, Lafuente apontou algumas possibilidades por elas abertas: (1) formação e articulação de comunidades; (2) mescla de produções; e (3) o questionamento da propriedade intelectual. Ressaltou que, no *Matadero Medialab*, são produzidos dois tipos de conhecimento: formas originais de organização – modos de colaborar à distância, esporadicamente, intermitentemente etc. – e novos objetos úteis que “passam a compor uma forma de estar no mundo”. Muitos grupos continuam a atuar após os trabalhos realizados no *Matadero Medialab*, em projetos mais mutualistas e abertos, numa cultura diferente do que se experimentava antes com o voluntariado ou a benevolência. Sobre as

---

<sup>114</sup> Disponível em: <https://labsantista.procomum.org/> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.citilab.eu/> (consultado em 17 dez. 2021).

convocatórias de projetos, explicou que servem como forma de captar heterogeneidade e de reunir pessoas não pelo que as une ou separa, mas pelo que são capazes de fazer juntas.

Com grande potencial para o trabalho colaborativo e em proximidade com as comunidades, os laboratórios cívicos têm, como importante obstáculo, a tendência economicista dos programas de financiamento, que valorizam, sobretudo, resultados econômicos dos projetos – geração de produtos ou serviços de valor, a empregabilidade dos participantes que adquiriram novas competências, a autonomia financeira das comunidades que se envolveram. No entanto, como ressaltado por Lafuente, os processos de experimentação são muitas vezes lentos e não necessariamente resultam sempre em produtos acabados; seus resultados imateriais, como as redes de solidariedade, as comunidades de prática, as criações organizacionais, as relações afetivas entre as pessoas e os lugares, dentre outros, também são importantes e precisam ser valorizados.

Nessa perspectiva, pode ser interessante, na utilização de laboratórios cívicos no DL e RU, que sejam encarados como espaços abertos e livres cujo maior valor é o potencial de encontro que proporcionam entre os diversos atores, de leitura e ação sobre os territórios, com fins pedagógicos, na construção de uma cultura de colaboração.

#### 4.1.4. *Civic tech*

Com a atuação de organizações como a *Code for America*, na eclosão do *hacking* cívico, a criação de milhares de *startups*, a adesão de algumas *big techs* como Microsoft<sup>116</sup>, Google, e de instituições como a Omidyar Network e o Banco Mundial, o termo *civic tech* tem sido amplamente difundido desde 2012 e alvo de diversos estudos (McCann, 2015; Boehner & DiSalvo, 2016; Peixoto & Sifry, 2017; Gordon & Lopez, 2019; Wilson & Chakraborty, 2019). No Cap. 1, abordamos diversos aspectos dessas interfaces que, em plataformas como *The Civic Tech Field Guide*<sup>117</sup>, dentre outras, são disponibilizadas em bibliotecas digitais de acesso aberto.

Comumente referidas enquanto alternativa às práticas hegemônicas das cidades inteligentes, as *civic tech* têm sido investigadas pela possibilidade de democratizar o acesso e a produção de informação, de oferecer um melhor ambiente para comunicação entre cidadãos e governos, e pelo potencial de manter comunidades de prática engajadas ao longo do tempo. Para atingir tais objetivos, o estudo de Wilson & Chakraborty (2019) sugere a necessidade de as organizações desenvolverem alguma familiaridade com os formatos de dados, convenções comuns para visualização desses dados e habilidades para interpretar criticamente a construção de narrativas e atingir seus objetivos.

---

<sup>116</sup> Em uma publicação de 2016, com alguma repercussão entre os estudiosos do assunto, Matt Stempeck, Diretor de *Civic Technology* da Microsoft, apresentou uma taxonomia sobre *civic tech*, consistindo na definição de conceitos, uma categorização a partir das funções, a identificação dos processos sociais que provocam e questões analíticas de fundo. Disponível em: <https://bit.ly/2ZkorAq> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>117</sup> Disponível em: <https://civictech.guide/> (consultado em 17 dez. 2021).

Um estudo etnográfico com quinze organizações norte-americanas, sobre a compreensão que seus atores têm do uso de *civic tech*, apontou que a adoção das novas tecnologias tem sido feita não para estabelecer novos processos, mas em complemento aos processos existentes. Os autores do estudo, Gordon & Lopez (2019), sugerem que as funcionalidades das novas ferramentas têm de ser compreendidas de forma combinada com sua representação, ou seja, com seu reatamento na missão, nos valores, na identidade das organizações que as adotam. Os autores reforçam que as *civic tech* têm sido avaliadas individualmente, em alguns estudos, mas precisam ser avaliadas pelo impacto que têm intra e extraorganizações, segundo o interesse que geram e a sustentabilidade que atingem ao longo do tempo nos contextos social e político. Sugerem uma abordagem às *civic tech* enquanto ‘empreendedorismo institucional’.

Um outro estudo que entrevistou treze *stakeholders* do ecossistema de *civic tech* em Atlanta, EUA, identificou no léxico por eles utilizado um grande destaque para a tensão ‘problema vs oportunidade’, como ignora dos processos (Boehner & DiSalvo, 2016). Também os problemas da fragmentação da informação, a falta de literacia para dados e tecnologia, e as metáforas do empreendedorismo e da inovação, aparecem no estudo como temas emergentes no campo das *civic tech*. Como forma de impulsionar um ‘novo civismo’, os autores indicam como papel do *design* a alimentação da curiosidade, o fornecimento de alguma fluência para manuseio de dados, a criação de espaços para especulação e deliberação.

O estudo de Peixoto & Sifry (2017), encomendado pelo Banco Mundial, centrou-se em 23 ferramentas de *civic tech* utilizadas no Sul Global e verificou que ainda há poucas evidências dos efetivos benefícios dessas tecnologias, sendo necessário avaliar a resposta dada pelos governos, ou seja, a efetividade dessas ferramentas na influência sobre os processos formais, institucionais. Os autores referem que as avaliações atualmente encontradas sobre o desempenho das *civic tech* tendem a ser quantitativas, ou seja, centradas na quantidade de pessoas que delas participaram, faltando avaliações de carácter qualitativo, que respondam se a participação foi adequada às necessidades dos participantes e se foi melhorada em relação aos meios tradicionais. Se, por um lado, permanece o problema da desigualdade na participação que as *civic tech* proporcionam, por outro, elas complexificam a necessária responsividade dos governos. Nessa perspectiva, Peixoto & Sifry (2017) propõem avaliar as *civic tech* sob cinco lentes: (1) quanto ao objetivo, (2) ao controle (por quem, para que?), (3) à participação (quem, e se alinhado com as necessidades de quem participa), (4) à tecnologia (apropriação e implementação), e (5) aos efeitos (se os impactos podem ser atribuídos à tecnologia).

A interface tecnopolítica analisada nesta seção, enquanto *civic tech*, é *Decidim* (2016), criada para deliberação e exercício de democracia direta, através de uma plataforma digital de participação política, cocriada em código livre, disponível na plataforma de programação colaborativa *GitHub* e gerida pela

comunidade *MetaDecidim*<sup>118</sup>. *Decidim* (2016) é um projeto derivado de outra plataforma para participação cívica, *open source*, a *Consul*<sup>119</sup>, ambas disseminadas a várias cidades do mundo.

Criada no contexto espanhol do pós 15M, *Decidim* é também referida na literatura enquanto tecnopolítica, na perspectiva *bottom-up* (Barandiaran et al., 2017). Smith & Martín (2020) destacam que o que distingue plataformas tecnopolíticas como a *Decidim* de outros serviços de e-governo, proprietários, é o compromisso com o bem comum e com a democracia direta, a crença no poder da inteligência coletiva e a interação consciente com outras práticas democráticas.

*Decidim* (2016) comporta a criação e discussão de propostas, convocatória e publicação de atas de encontros presenciais, debates com atores públicos, aberturas de protocolos para visualização de dados e várias outras funcionalidades. Os usuários da plataforma (participantes visitantes, registrados ou verificados) interagem através de espaços de participação (iniciativas, processos, órgãos, consulta) dotados de componentes com funcionalidades específicas (encontros, propostas, enquetes, votações, comentários, acompanhamentos). Sua versão mais conhecida, *Decidim Barcelona*<sup>120</sup>, criada em 2016, funciona como uma parceria público-comum, onde sua sustentabilidade é assegurada pelo *Ayuntamiento* de Barcelona, mas seu design é produto de uma ampla colaboração que extrapola o território da cidade, articulada pela comunidade *MetaDecidim* (Barandiaran et al., 2017). Em 2019, a comunidade *MetaDecidim* fundou a *Associació Decidim* (Decidim, 2016).

O entrevistado sobre a interface tecnopolítica *Decidim* foi Pablo Aragón (Anexo H), coordenador do *Laboratori d'Innovación Democrática*, um espaço comum de investigação que contribui a codesenhar *Decidim*. Aragón destacou o caráter tecnopolítico da plataforma que, afirma, não é só um código informático, mas também um processo de 'liberdade democrática', cujos princípios vão além das questões técnicas, incluindo questões políticas, filosóficas e ontológicas da participação. Ressalta que a plataforma está desenhada para diferentes usos e escalas, tenta ser suficientemente versátil para dar complexidade aos processos e à organização, hibridizando a participação virtual com encontros e interações situadas no território.

Para Aragón (Anexo H), as ferramentas digitais – destacadamente a internet que possibilita a discussão massiva entre diferentes escalas, *apps* para formação de assembleias e encontros, para edição colaborativa etc. - devem ser sempre pensadas para melhorar ou complementar uma capacidade, nunca para suplantá-la. Reconhece como desafio a dificuldade de documentar toda informação que é gerada e a exigência por clareza na comunicação. Por outro lado, sugere que a informação armazenada na plataforma pode ser lida como uma memória coletiva da cidade e seus espaços de debates podem ser estudados não só como espaços de discussão, mas também expor diferentes sensibilidades sobre uma determinada temática. Ressalta ainda, que a plataforma permite acompanhar o andamento dos processos e verificar quais projetos foram ou não executados, fornecendo uma prestação de contas que é essencial

---

<sup>118</sup> Disponível em: <https://meta.decidim.org/> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>119</sup> Disponível em: <https://consulproject.org/en/> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>120</sup> Disponível em: <https://www.decidim.barcelona/> (consultado em 17 dez. 2021).

para o engajamento dos participantes. Em Barcelona, *Decidim* funciona através de um convênio com o Ayuntamiento, mas por se tratar de um projeto de licença livre, seus cocriadores utilizam-no de várias maneiras para a sua autonomia, abrindo espaço para a atuação de diversos profissionais, como *designers*, consultores e pesquisadores. “Para mim a sustentabilidade de uma ferramenta digital passa pela governança de uma comunidade que o entenda”, conclui (Anexo H, p. 273).

Aragón, em sua tese de doutoramento sobre ferramentas de participação *online* em *civic tech*, destaca o papel do antigo *Medialab Prado* (hoje *Matadero Medialab*) e do *Laboratori d'Innovación Democrática* no apoio à comunidade *MetaDecidim*, tanto na implementação da *Decidim* Barcelona, como da *Decide* Madrid (Aragón, 2019). O autor reforça como os laboratórios cívicos têm sido importantes ambientes para a experimentação e para a discussão de desafios, análise de outras experiências e avaliação de desempenho.

Muitas ferramentas classificadas como *civic tech* são produzidas em laboratórios e *hackathon* cívicos. Geradas em processos imersivos e concentrados de trabalho, aproveitam da energia de comunidades de prática para a sua criação e lançamento, mas correm o risco de tornarem-se pouco utilizadas a curto ou médio prazo, devido à cessação do financiamento para manutenção, mudança de foco da comunidade de prática, ou mesmo, por não conseguirem fornecer valor o suficiente para manter seus usuários engajados. Daí que a necessidade de avaliação dessas ferramentas, como reforçado por Gordon & Lopez (2019) e Peixoto & Sifry (2017), é essencial para sua sustentabilidade e dos processos que as geram. O estudo apresentado em 3 dá algumas pistas para essa avaliação.

#### 4.1.5. *Composição e caráter tecnopolítico das interfaces analisadas*

Após ter discutido e analisado individualmente cada caso paradigmático representativo dos quatro tipos de interfaces tecnopolíticas aplicáveis ao DL e RU, torna-se necessário fazer uma análise comparativa das interfaces assente em dois blocos: (1) a identificação dos elementos das interfaces; e (2) análise taxonômica das interfaces.

A leitura e seleção de diversas interfaces tecnopolíticas para o DL e RU, permitiu identificar vários elementos que as compõem, ilustrados na Figura 4:2. Organizados entre atores, dispositivos para interação e dispositivos para organização da informação, a composição básica dos casos paradigmáticos está disposta na Tabela 4:3.

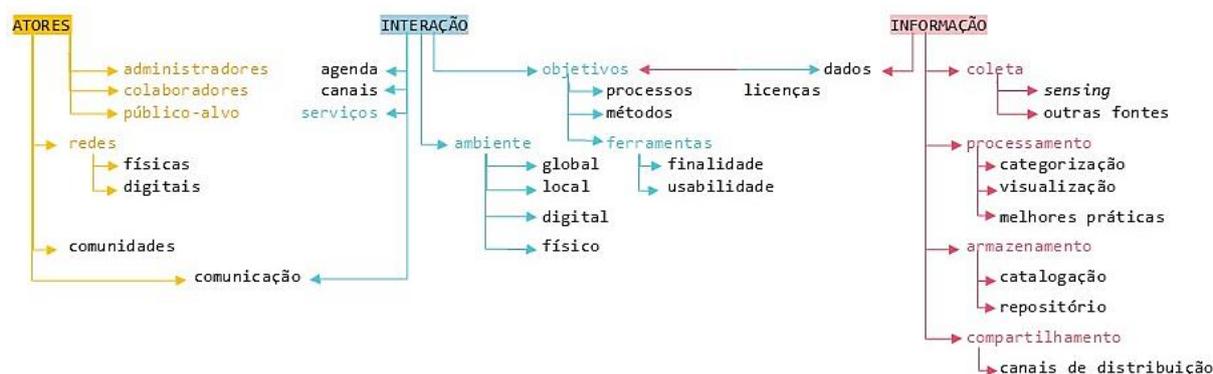


Figura 4:2 – Composição de interfaces tecnopolíticas para o DL e RU, segundo casos analisados

Tabela 4:3 - Caracterização das plataformas estudadas segundo sua composição.

Composição	<i>Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa</i>	<i>Plataforma de dados abertos - Dublin Dashboard</i>	<i>Laboratório Cívico - Matadero Medialab</i>	<i>Civic Tech - Decidim Barcelona</i>	
Atores	Administradores	Rede Internacional	Iniciativa Local	Ator Público	Iniciativa local
	Colaboradores	Administração pública Iniciativas locais	Administração pública	Iniciativas locais Pesquisadores	Pesquisadores Profissionais Cidadãos Administração pública
	Público-alvo	Cidadãos Iniciativas Locais Administração Pública Pesquisadores	Cidadãos Iniciativas Locais Administração Pública Pesquisadores Profissionais Empresas	Cidadãos Iniciativas locais Administração pública Pesquisadores Profissionais	Cidadãos Administração pública
	Redes	EAPN/PT Rede DLBC Lx	<i>Building City Dashboard</i>	Programa de Inovação Cidadã da Secretaria Geral Iberoamericana	<i>Decidim MetaDecidim GitHub</i>
Interação	Objetivos	Indicadores Monitoramento Convergência / articulação	Indicadores Monitoramento	Convergência / articulação Participação / diálogo Capacitação	Participação / diálogo Convergência / articulação
	Serviços	Produção / divulgação de indicadores Visualização de dados Análise comparativa Conferências / encontros	Produção / divulgação de indicadores Visualização de dados Análise comparativa	Projetos	Realização de inquéritos Conferências/ encontros Grupos de trabalho Processos participativos
	Ferramentas	Mapas Gráficos / infográficos Censo / indicadores estatísticos	Mapas Gráficos / infográficos Censo / indicadores estatísticos	Convocatória Mediação	Encontros Propostas Enquetes Votações Comentários Acompanhamentos

Informação	Ambiente	Encontros Vídeos / fotografias Sede física própria Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico	Sede física própria Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico Espaços públicos
	Coleta	Dados oficiais Levantamento próprio	Dados oficiais	Dados oficiais Levantamento próprio <i>Sensing</i>	Dados oficiais
	Processamento	Indicadores Visualização Produtos / serviços	Indicadores Visualização	Produtos / serviços Ativismo Estudos / projetos	Ativismo
	Armazenamento	Banco de dados aberto	Banco de dados aberto Banco de dados de terceiros	Banco de dados restrito	Banco de dados aberto
	Distribuição	Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico	Direta ao público- alvo Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico

A Tabela4:3 mostra a diversidade de atores envolvidos na administração e no uso dos serviços oferecidos pelas interfaces analisadas, também a inserção de todas elas em redes mais amplas de colaboração. Com a exceção de *Dublin Dashboard*, cujo âmbito é mais técnico, as interfaces objetivam convergir discussões, articulando mais diretamente seus diferentes públicos-alvo para ações no terreno – em encontros, conferências, projetos, grupos de trabalho etc. Enquanto o observatório e a plataforma de dados concentram-se na produção e visualização de indicadores, o laboratório cívico e a *civic tech* facilitam a colaboração e o ativismo. Essa diversidade de produtos e serviços sugere a necessidade de as interações propostas pelas interfaces estudadas serem baseadas nas especificidades de seus vários atores: habilidade técnica, interesse político, disponibilidade para envolvimento etc.

As quatro tipologias de interfaces analisadas oferecem vantagens e desvantagens em relação aos campos que as compõem – informação, interação, atores. Por exemplo, em relação à informação, um observatório possibilita a produção de conhecimento crítico, através de seus grupos de estudo e eventuais cursos oferecidos, mas não costuma disponibilizar os dados dos projetos e das pesquisas em curso. Já as plataformas de dados oferecem grande quantidade de dados, de diversos temas e em tempo real, mas, na perspectiva de apoiarem um processo participativo, exige que o usuário consiga procurar e cruzar os dados relativos à questão colocada. As *civic tech*, feitas para propósitos mais específicos, são mais adequadas para oferecer dados direcionadas a um processo determinado. E os laboratórios cívicos são ambientes para a construção colaborativa de informações e para oferecer dados evolutivos sobre cada processo.

Quanto à interação, os observatórios são sítios para a convergência entre atores e projetos, com potencial de se tornarem em referência de excelência sobre o tema que trabalham, de alavancarem processos inovadores e a experimentação de novas ferramentas, assim como os laboratórios. No entanto,

dentre os observatórios pesquisados para a realização deste estudo, a maioria ainda não explorava as novas tecnologias para interação, nem para visualização de dados, tendo plataformas de navegação pouco estimulante. Já as plataformas de dados, que dispõem de ferramentas mais apelativas para a visualização de informação, têm tendência para uma ênfase tecnicista e para tornar-se obsoleto num médio prazo, devida à rápida evolução das tecnologias. Problema que também tende a afetar as *civic tech*, embora estas, por tenderem ao compartilhamento do código, estejam mais aptas a adaptações e implementação de melhorias. A dificuldade dos laboratórios é a de se articular entre projetos e parcerias, muitas vezes, de curta duração, e voltados a uma perspectiva economicista, imposta pela narrativa do empreendedorismo.

Quanto aos atores, os observatórios são interfaces com potencial de imprimirem boa influência sobre atores externos, diversificados, e assim, fortalecer redes. Da mesma forma os laboratórios, pela proximidade que atuam em relação às iniciativas locais e pela busca, que geralmente promovem, de viabilizar os projetos política e financeiramente. Também as *civic tech* têm grande potencial de possibilitar a colaboração entre atores. Já as plataformas de dados cumprem o papel de aproximar o governo local e as instituições que são fontes de dados aos munícipes. Por outro lado, verifica-se, em todas as interfaces, graus diferentes de desigualdade digital. A participação nas discussões dos observatórios costuma ser exclusiva para quem faz parte das redes que os compõem, enquanto os laboratórios dependem de um contexto público-privado favorável ao tempo da experimentação.

Para a análise taxonômica das interfaces estudadas, utilizou-se as categorias e subcategorias apontadas na Tabela 4:2 – Categorias e subcategorias definidas para a análise taxonômica de interfaces tecnopolíticas, página 97. Construída na plataforma kumu.io, o resultado está ilustrado na Figura 4:3 e a ligação disponibilizada na legenda permite uma visualização interativa da taxonomia. É importante ressaltar que o resultado da construção taxonômica reflete as particularidades da amostra, isto é, com outras interfaces analisadas, as conclusões poderiam ser diferentes.

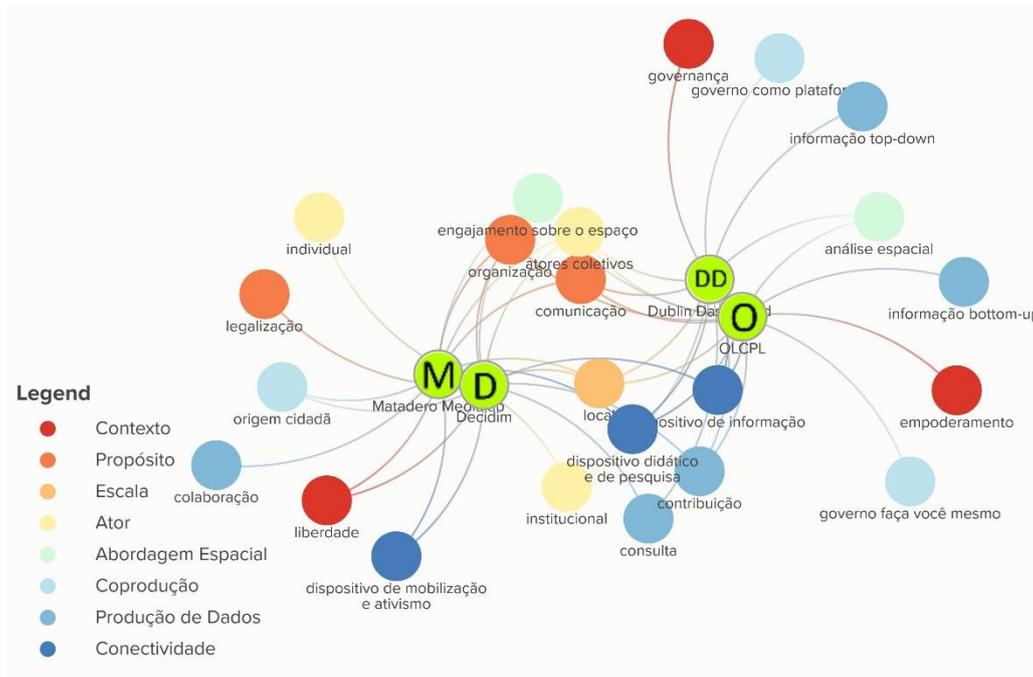


Figura 4:3- Visualização geral da Taxonomia das Interfaces Tecnopolíticas em DL e RU. Legenda: D = *Decidim*; DD = *Dublin Dashboard*; M = *Matadero Medialab*; O = *OLCPL*. Disponível em: <https://bit.ly/3jCc1LR> (consultado em 22 dez. 2021).

No recorte do estudo, todas as interfaces são de escala [local]. *Matadero Medialab* e *Decidim* surgem de um contexto de [liberdade], onde os cidadãos reivindicam e cocriam as condições de existência da interface; o *OLCPL* surge de um contexto de [empoderamento], onde instituições representativas da sociedade disputam o papel de monitorizar o objeto de estudo do observatório; e a *Dublin Dashboard* nasce num contexto de [governança], onde a academia percebe a oportunidade de aliar a investigação com a estratégia do governo local de implantar a plataforma de dados.

Quanto ao propósito, somente *Decidim* contém o objetivo de [legalização], visto que as interações proporcionadas na interface foram integradas aos ritos oficiais de consulta à população. Para as outras interfaces, os objetivos são a [comunicação] e [organização], sendo que nenhuma tem o objetivo da [instituição]. Quanto aos atores, *Decidim* é a única que tem sua origem na ação também de atores [individuais], além dos [atores coletivos], que estão na origem de todas as interfaces estudadas. *Dublin Dashboard* e *Matadero Medialab* também contam com o ator [institucional].

Sobre a abordagem espacial, não se pode dizer que as atividades padrão das interfaces estudadas proporcionam [experiências no espaço], embora seus produtos o possam fazer de forma indireta como, por exemplo, quando projetos desenvolvidos no *Matadero Medialab* incentivam novos usos para espaços públicos. Quanto à forma de coprodução da interface, *Decidim* e *Matadero Medialab* tiveram uma [origem cidadã], enquanto *Dublin Dashboard* baseia-se no [governo como plataforma] e *OLCPL*, sendo completamente autônomo e desconectado do governo local, é uma produção de [governo faça você mesmo]. A forma de produção de dados proporcionada pelas interfaces foi a categoria mais diversa

na amostra, revelando como as diferentes interfaces acolhem as diferentes formas de produção de informação. Por fim, quanto à conectividade, *Matadero Medialab* e *Decidim* destacam-se como as mais apropriadas enquanto [dispositivos de mobilização e ativismo].

A análise taxonômica facilita a leitura no âmbito da análise individual, de cada interface, permitindo decompor várias de suas camadas, como, também na comparação entre as diferentes tipologias. Nesta, pode-se referir que a *civic tech* está mais alinhada ao laboratório cívico, compartilhando com exclusividade subcategorias quanto ao contexto, forma de coprodução e conectividade; enquanto o observatório e a plataforma partilham a particularidade de ter mais subcategorias exclusivas, individualmente, demarcando suas especificidades.

Considerando os problemas identificados na Estratégia BIP/ZIP, no Cap. 2, sugere-se buscar nas plataformas de dados abertas ferramentas adequadas para levantamento, combinação, visualização e análise de dados, além de monitoramento em tempo real das ações realizadas nos territórios. Tanto para as ferramentas de manuseio da informação e produção de conhecimento, quanto para o desenho (código) de interfaces, sugere-se buscar a contribuição das *civic tech* cocriadas e cogeridas, buscando maior equilíbrio entre os domínios de poder atuantes (*back-end* and *front-end*). As práticas realizadas nos laboratórios cívicos (elaboração de projetos com mediação e engajamento de redes de colaboração), podem ser úteis para uma maior sinergia entre iniciativas locais, tendo os GABIP como meios e agentes facilitadores. Das práticas de maior êxito dos observatórios, sugere-se buscar ferramentas que ampliem técnicas e dinâmicas para coleta de dados; disponibilizar bancos de dados de forma aberta; dispor de diversas formas de comunicação e documentação, orientada para os diferentes públicos-alvo; oferecer-se enquanto ambiente para discussão *on line* e *in situ*.

## 4.2. Indicadores para o DL e RU

Ao realizar a análise sobre os programas de DL e RU e suas interfaces, verificou-se a diversidade de sistemas de indicadores utilizados. Primeiro, observou-se a centralidade, nos programas analisados, da identificação de territórios prioritários para aplicação das políticas. Depois constatou-se como a produção, sistematização, monitorização e partilha de informação é atividade fundamental das interfaces tecnopolíticas de participação em DL e RU.

Desde o início do Séc. XX os indicadores são utilizados para medir a performance econômica de nações. Depois da Segunda Guerra Mundial, foram disseminados indicadores para medir também sua performance nos temas da saúde e de fenômenos sociais. No final do Séc. XX, indicadores sobre sustentabilidade, qualidade de vida, bem-estar, serviços urbanos e sobre a competitividade entre os territórios, passaram a ter cada vez maior centralidade no governo das cidades. Nos últimos anos, a utilização de *big data* tem incentivado a produção de *dashboards* com dados fornecidos em tempo real sobre indicadores que apoiam decisões políticas e assessoram a ação cívica (Kitchin et al., 2015b).

Como destacado por Isabel Pato & Margarida Pereira (2013), recorrendo aos estudos de Michel Foucault, a construção do conhecimento estatístico é uma técnica de governo que define o objeto a ser governado e, portanto, não é neutra. Ao definir territórios para a atuação das políticas públicas, instaura-se, muitas vezes, um regime de segurança e controle sobre esses territórios, que mais serve para a demonstração do *aparatus* do governo, que visibiliza alguns fatos e oculta outros. As autoras ressaltam que, apesar de as políticas de combate a segregação, que estão na base do DL e da RU, centrarem-se em territórios específicos, tendem a centrar esforços em indicadores socioeconômicos, subestimando os processos e condições territoriais que provocam tal fenômeno. Ainda, dada a dificuldade de produzir conhecimento local sobre os territórios, o conhecimento estatístico acaba por exercer seu poder à distância, afastando ainda mais a possibilidade de as comunidades atuarem na monitorização de seus territórios.

Kitchin et al. (2015b) observam como a associação de sistemas de indicadores, práticas de *benchmarking* urbano que condicionam à competitividade entre as cidades, e a produção de *dashboards* refletem a forma como elas são governadas. Os autores sugerem que todo esse *aparatus* deve ser compreendido enquanto uma complexa reunião de dados inerentemente situada a contextos políticos, sociais, culturais e, mais do que refletir a própria cidade, deveria oferecer-se enquanto uma infraestrutura sociotécnica que permita aos cidadãos estabelecer novos enquadramentos e ativamente produzir a realidade desejada.

A Estratégia BIP/ZIP, como visto no Cap. 2, foi criada a partir de um minucioso estudo para construção de indicadores e índices que selecionaram os territórios prioritários da cidade de Lisboa, processo complementado pela participação popular que eliminou e acrescentou territórios à pré-seleção técnica. Ao fim de dez anos de intervenções, é percebida tanto pela CML quanto pelas entidades da iniciativa local a necessidade de atualizar a Carta BIP/ZIP à atual realidade da cidade, que sofreu importantes transformações nos últimos anos, e manter os territórios, projetos e redes de colaboração sob constante monitorização.

Além da dificuldade institucional em criar equipe especializada e garantir orçamento para uma monitorização mais acurada, e da dificuldade política de fazê-la em colaboração com os cidadãos e as organizações, há outras questões técnicas que complexificam tal empreendimento, como: (1) a dispersão da oferta atual de dados (INE, PORDATA, Lisboa Aberta, Fundação Manuel dos Santos etc.); por esse motivo, (2) a dificuldade de encontrar uniformidade temporal nos dados disponíveis; (3) também a indisponibilidade de dados por unidade geográfica adequada, ou seja, a nível do quarteirão; (4) e a falta de dados que expressem os objetivos do DL e as dinâmicas empreendidas pelo PPL.

Ao comparar a produção do conhecimento estatístico em Portugal e França, Pato & Pereira (2013) concluem que a centralização da produção estatística em Portugal reforça a setorização da intervenção pública, enquanto em França, onde articula-se melhor os domínios socioeconômicos e urbanísticos, tem-se uma produção estatística mais adequada a uma intervenção territorial mais integrada.

Apesar de haver já alguma tradição na construção de indicadores e índices, e de, atualmente, dispormos de uma grande variedade de ferramentas para levantamento e monitorização de dados, essa dificuldade de monitorização não está restrita à Estratégia BIP/ZIP ou às políticas de DL. Nascimento et al. (2019) apontam que há uma insuficiência e ineficiência das categorias de análise próprias do planejamento urbano na proposição das políticas públicas. Os autores propõem uma metodologia a partir de catorze linhas de análise do território, que enfrentam o jogo de linguagem contido nas matrizes hegemônicas do planejamento urbano, provocando rupturas sobre verdades pré-concebidas, construindo, assim, novas narrativas sobre o território. As linhas de análise propostas incluem temas como a pressão socioeconômica nos territórios, suas vulnerabilidades, fissuras e linhas de separação, também as ações neles empreendidas e suas capacidades urbana e natural, dentre outros.

Com o objetivo de facilitar a implementação da Agenda 21, a UN-Habitat implementou, em 1997, o Observatório Urbano Global e, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - atualmente Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), associados à Agenda 2030 - traduzidos em indicadores temáticos (UN-Habitat, 2015). Com a vinculação desses objetivos a orientações dos principais instrumentos de financiamento, seus 17 temas de indicadores estão a ser amplamente utilizados atualmente, não só por governos, mas também por instituições, empresas e organizações sociais.

A participação do público-alvo das políticas, nos processos de monitorização e avaliação das mesmas, tem sido bastante investigada nas últimas décadas (Atkisson et al.; 1997; Estrella & Gaventa, 1998; Innes & Booher, 2000; Badham, 2010; Hooper, 2011; Nascimento et al.; 2019). Innes & Booher (2000), defendem que para que um sistema de indicadores seja útil, ele deve ser desenvolvido com aqueles que vão utilizá-lo. Dessa forma, têm-se um sistema de valores partilhado, fundamental para a autogestão das comunidades, para que estejam conscientes do desenvolvimento que estão a perseguir.

No entanto, Estrella & Gaventa (1998) destacam que os processos convencionais de monitorização e avaliação de políticas públicas, tradicionalmente *top-down*, têm por características o foco na medição, são orientadas às necessidades das agências financiadoras e responsáveis pela aplicação da política, têm pouco objetividade e proximidade com a população, e são realizadas num enquadramento de julgamento, ao invés de um enquadramento para o empoderamento das comunidades. Pelo contrário, a abordagem participativa nos processos de monitorização e avaliação são baseados em quatro valores: (1) a participação tanto na condução do processo quanto nas visões que são agregadas a ele; (2) o processo enquanto ciclo de aprendizagem; (3) a negociação entre os vários participantes; e (4) a experimentação e flexibilidade que permitem a adaptação dos modelos aos participantes e ao contexto dos processos. As autoras destacam a metodologia da *Concern Worldwide*<sup>121</sup> para a condução de um processo participativo de avaliação e monitorização, composta pelas seguintes fases: (1) definição da

---

<sup>121</sup> Organização humanitária internacional contra a pobreza e a opressão. Disponível em: <https://www.concern.net/> (consultado em: 20 set. 2020).

estrutura de trabalho; (2) objetivos e indicadores; (3) coleta e análise de dados; (4) documentação e partilha das informações.

Já o estudo de Atkisson et al. (1997) sugere um processo em dez etapas para a construção de um sistema de indicadores comunitários. Advertindo que o processo é longo, também o compreendem enquanto um protótipo adaptável aos diferentes contextos. Os passos definidos pelos autores são: (1) formar um grupo inicial de participantes, entre 5 e 25 pessoas, dentre as quais, algumas com habilidade com números e estatísticas; (2) clarificar os objetivos entre todos, considerando propósitos educativos do processo, as políticas de fundo e a avaliação de performance que se pretende; (3) identificar visões e valores comuns da comunidade; (4) conhecer os dados, indicadores e modelos existentes; (5) fazer um primeiro esboço de indicadores pretendidos, agrupados por categorias e brevemente justificados; (6) fazer a seleção e priorização dos indicadores de forma participativa; (7) revisar essa primeira lista de indicadores a partir de uma perspectiva técnica, de modo que eles sejam mensuráveis e justificáveis tecnicamente; (8) levantar todos os dados necessários para medir os indicadores definidos; (9) promover e divulgar relatórios com o processo, de forma clara, acessível e apelativa; (10) manter o sistema criado o mais atualizado possível.

Um exemplo da construção participativa e comunitária de um sistema de indicadores, foi o projeto *Community Pulse* (em português, ‘Pulso Comunitário’), iniciado em 2001 na cidade de Port Phillip, na região metropolitana de Melbourne, Austrália, com a consultoria de Alan Atkisson, acima citado. Depois de conceberem o Plano Comunitário para a cidade, em 1997, os moradores, organizações e empresas locais foram envolvidos em um processo participativo para a definição, em sentido *bottom-up*, de indicadores sobre a sustentabilidade do lugar, em seus quatro pilares – ambiental, social, econômico e cultural. O processo deu origem a 13 indicadores e 40 medidas, não complexas e com reflexos no cotidiano, fáceis de a própria comunidade acompanhar, tais como a sensação de segurança em casa e nas ruas, se os moradores conhecem seus vizinhos, se fazem reciclagem e mantém as ruas limpas, se os imigrantes se sentem bem-vindos etc. (Badham, 2010).

Com o mote ‘Medir o que Importa’, os indicadores do *Community Pulse* refletem a visão coletiva da população para a sua cidade. Campanhas criativas para divulgação dos indicadores, como a medida ‘Sorrisos por Hora’, mantiveram o interesse e o engajamento dos moradores. Com financiamento do governo local, o sistema de indicadores informou serviços e políticas públicas.

A revisão de literatura aqui discutida permite reforçar que ao definir um sistema de valores partilhado (Innes & Booher, 2000), definir objetivos e formas de aferi-los, para ‘medir o que importa’ (Badham, 2010), uma comunidade habilita-se a definir uma performance desejada e as formas de agir para realizá-la, num processo de autodisciplina que compõe a governamentalidade da política de DL.

A construção dessa ‘realidade’ – um sistema de valores partilhado pela comunidade, com objetivos a perseguir e formas de aferi-los – é uma oportunidade para orientar a construção de tecnopolíticas mais facilmente apropriáveis e úteis para essa comunidade.



## CAPÍTULO 5

## 5. Interfaces tecnopolíticas e coprodução nos territórios prioritários de Lisboa

Este capítulo tem como foco a análise de dados referentes à estratégia BIP/ZIP, sobre as interfaces tecnopolíticas e coprodução nos territórios prioritários de Lisboa. Em 5 é abordada a monitorização atualmente feita CML sobre a Estratégia BIP/ZIP. Em 4 são identificados os atores e seus principais meios de interação. Em 5.3 identifica-se e analisa-se a produção de interfaces tecnopolíticas nos projetos PPL através da observação das redes de parcerias incentivadas pelo PPL, de especial interesse nesta investigação. Em 5.4 apresentam-se as principais interfaces tecnopolíticas de dados e de participação disponibilizadas pela CML. A partir das várias interações desta investigação com o objeto de estudo, em 5.6 são apresentados inquéritos e, em 5.7, as entrevistas feitas com alguns dos principais atores da Estratégia BIP/ZIP.

### 5.1. Indicadores dos territórios prioritários de Lisboa

Quando criada, entre 2009 e 2011, a Estratégia BIP/ZIP visava a melhoria das condições habitacionais na cidade de Lisboa e teve como fundamento uma leitura minuciosa do território que identificou bairros e zonas de intervenção prioritária. Vinte anos depois, o PPL e a Carta BIP/ZIP, construída com dados essencialmente retirados ao INE, do censo de 2001, careciam de atualizações<sup>122</sup>.

Entretanto, para a execução anual do PPL, o DDL elabora e disponibiliza para consulta pública uma monitorização de alguns dos indicadores que compõem a Carta BIP/ZIP (CML, 2017a). A monitorização do DDL fornece um retrato de cada um dos 67 territórios prioritários, com comparações frente a valores médios dos territórios prioritários e valores médios da cidade de Lisboa. Também oferece gráficos de análise de indicadores, comparando os territórios segundo sua tipologia. Em 2021, a monitorização fornecida havia sido elaborada em 2017, com dados do censo de 2011 do INE, e dados de 2015 do Instituto da Segurança Social.

Os indicadores monitorizados na comparação dos territórios por tipologia, são todos socioeconômicos: baixas qualificações; emprego não qualificado; desemprego; RSI / CSI; pensionistas e reformados (CML, 2017a). Para quase todos os indicadores analisados, os valores dos territórios prioritários são desfavoráveis em relação à média da cidade de Lisboa, ou seja, os territórios BIP/ZIP têm uma população com menor qualificação, piores condições de emprego e maior dependência de

---

<sup>122</sup> Até a conclusão desta investigação, em dezembro de 2021, ainda não havia sido publicada nenhuma atualização da Carta BIP/ZIP, pela CML. O novo PPL, com a inclusão de candidaturas sobre 'Boas Práticas' lançada em 2021, ainda não permitia alguma análise, visto que os projetos estavam ainda a iniciar-se (PPL, 2011).

subsídios públicos. A Figura 5:1 exemplifica a situação, com um gráfico sobre o indicador ‘Baixas Qualificações’, dentre a população acima de 15 anos, que ilustra como a grande maioria dos territórios prioritários têm valores elevados em relação à média de Lisboa. A exceção é o indicador ‘Pensionistas e Reformados’, que nos territórios prioritários tem valores inferiores à cidade de Lisboa, revelando a elevada presença de população jovem nesses territórios. Comparando os territórios por sua tipologia, os BIP/ZIP do tipo Histórico e AUGI apresentam os valores menos ruins, referentes à média dos BIP/ZIP e à média de Lisboa..

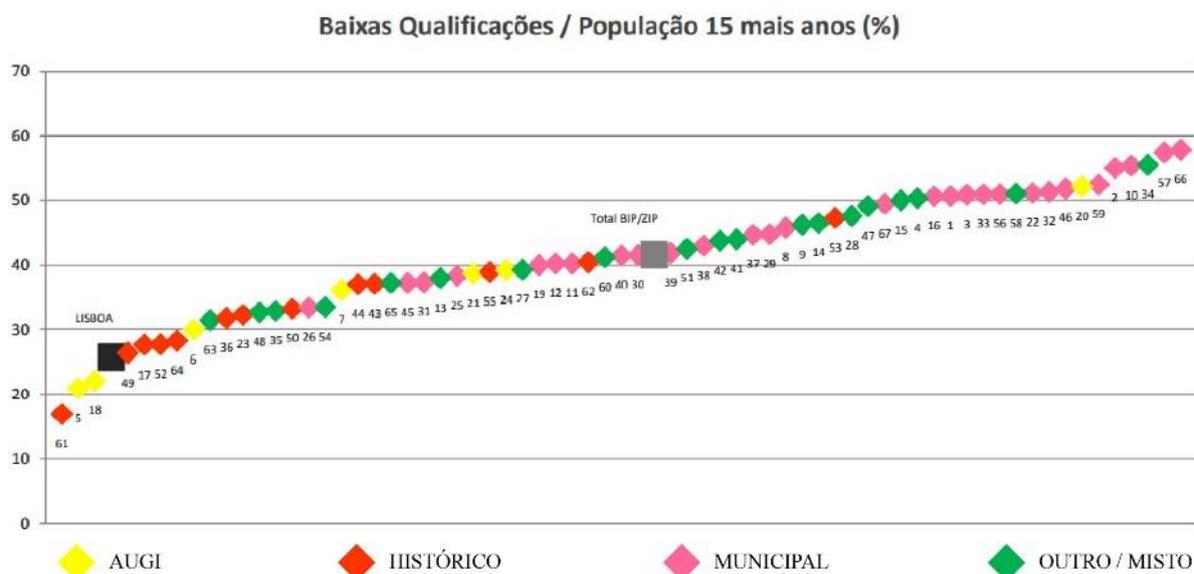


Figura 5:1 - Indicador ‘Baixas Qualificações’, utilizado na monitorização feita pelo DDL sobre os territórios BIP/ZIP, identificados pelos nº, e segundo sua tipologia, identificada por cores. Fonte: CML (2017a).

Nas Fichas de Caracterização dos 67 territórios (CML, 2017a), são fornecidos dados sobre indicadores socioeconômicos, urbanísticos e ambientais, mais informações sobre população (gênero, estrutura etária e distribuição no território). Dentre os indicadores socioeconômicos fornecidos, somente a Distribuição da População Residente por Subsecção Estatística é apresentada em mapa, os demais são apresentados em diferentes tipos de gráficos. A Tabela5:1 traz uma comparação entre os indicadores utilizados para a composição dos índices urbanístico e socioeconômico que compõem a Carta BIP/ZIP e os utilizados na monitorização atualmente feita pelo DDL.

Tabela 5:1 – Comparação entre indicadores utilizados na construção da Carta BIP/ZIP e indicadores monitorizados pelo DDL.

<i>Indicadores</i>		<i>Carta BIP/ZIP</i>	<i>Monitorização DDL</i>
Socioeconômico.	Distribuição da população residente		X
	Dados gerais da população por gênero e estrutura etária		X
	Dados gerais da população ativa		X
	Dados gerais da população empregada		X
	Concentração da população não empregada	X	X
	Concentração da população residente menos qualificada	X	X
	Dados gerais de níveis de escolaridade		X
	Concentração de residentes imigrantes	X	
	Índice de envelhecimento	X	
	Prestações sociais (RSI, CSI, SD)	X	X
	Dados gerais sobre pensionistas e reformados		X
	Sentimento de segurança	X	
	Emprego/ balanço social de empresa	X	
	Rendimento dos residentes por escalão de IRS	X	
	Valores patrimonial das fracções	X	
Am	Cobertura da rede de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	X	X
	Tipologia da recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos		X
	Distribuição das classes de distância de acesso a parques e jardins		X
	Classes do ruído global		X
Urbanísticos	Estado de conservação do edificado	X	
	Nº de alojamentos vagos	X	
	Idade dos edifícios	X	
	Cobertura da rede de transportes públicos	X	X
	Cobertura da rede pública de creches	X	
	Cobertura da rede pública de jardins de infância	X	X
	Escolas da rede pública		X
	Unidades de saúde familiar		X
	Equipamentos Desportivos Municipais		X
	Equipamentos Culturais Municipais		X
	Comércio de Proximidade		X
Parques e Jardins		X	

Dois fatores se destacam na comparação: (1) a inserção de novos indicadores na monitorização feita pelo DDL, inclusive robustecendo os indicadores ambientais que, por faltas de dados, não permitiram a construção do índice ambiental na época de elaboração da Carta BIP/ZIP, como visto em 2.2; (2) porém, vários indicadores considerados na Carta BIP/ZIP, não estão a ser apresentados na monitorização do DDL, inclusive sobre questões sensíveis e frequentemente abordadas nos projetos financiados pelo PPL, como a concentração de imigrantes, o envelhecimento, a segurança, e outras questões fundamentais numa política de habitação, como o estado de conservação dos edifícios e o nº de alojamentos vagos. Alguns desses dados podem ser consultados no portal do INE, mas seria mais útil poder verificá-los de forma contextualizada com os demais indicadores.

Outro fato relevante na monitorização disponibilizada pelo DDL são as ferramentas utilizadas para sua elaboração e partilha. Percebe-se uma baixíssima utilização das diversas plataformas de dados abertos da CML (à exceção do INE, ISS e LXi). Recursos como a plataforma do Centro de Gestão e

Inteligência Urbana de Lisboa (CGIUL), de utilização interna à CML, que cruza diversos dados em tempo real, e o Lx DATALAB, laboratório de dados que hospeda projetos desenvolvidos em colaboração entre CML, universidades e empresas, não são utilizados (conforme discutido em 5.7), o que acaba por reduzir muito o potencial da monitorização, em especial, o potencial de fazê-la de forma estruturada com outros departamentos da CML e partilhada com outros atores interessados.

Uma utilização mais consciente dos diversos tipos de interfaces tecnopolíticas poderia tornar a monitorização da Estratégia BIP/ZIP em uma atividade permanente de observação dos fenômenos por ela impulsionados, contribuindo para a construção de sinergias entre os vários projetos, atores e territórios, para a troca de conhecimentos e aprendizado, também como forma de prestação de contas (*accountability*) aos munícipes. A aplicação de ferramentas mais interativas poderia apelar para uma maior utilização, pela iniciativa local e cidadãos, ampliando canais de colaboração entre estes e CML e informando melhor os projetos apresentados para financiamento.

Outra ausência observada na monitorização disponibilizada pelo DDL foi a de dados referentes aos projetos em si. Passados dez anos de execução da Estratégia BIP/ZIP, era de se esperar que os investimentos feitos através do PPL – mais o apoio fornecido pelos GABIP e a Rede DLBC Lx – tivessem operado alterações e melhorias nos territórios, em seu aspecto físico, na construção de redes de colaboração e solidariedade, na composição socioeconômica da população etc. Naturalmente, muitos outros investimentos públicos e privados têm operado alterações nesses e em todo o território de Lisboa, especialmente nos anos de recuperação econômica, a seguir a crise de 2008, como discutido em 2, e não poderiam ficar de fora de uma monitorização mais completa.

Ainda assim, a monitorização de dados referentes aos projetos BIP/ZIP, além de fornecer elementos para a avaliação da política pública poderia ajudar a iniciativa local na elaboração de seus projetos, tendo em conta a visualização das redes estabelecidas de parcerias, suas vocações, a quantidade de investimento já realizada nos vários territórios, os temas e públicos-alvo mais e menos trabalhados e sua relação com a tipologia territorial etc. Também o diagnóstico socio territorial apresentado em cada projeto submetido ao financiamento PPL poderia, através de sua monitorização, ser construído de forma coletiva, estruturada e partilhada entre as várias organizações, cidadãos e CML, sendo mais uma oportunidade para a identificação de sinergias entre os vários trabalhos.

Um mapa com a ilustração do volume de projetos já realizados, somadas todas as edições do PPL, compõe a documentação disponibilizada pela monitorização anualmente feita pelo DDL. O mapa fornecido no ciclo de financiamento de 2021, referente aos projetos aprovados entre 2011 e 2020, mostra uma concentração de projetos, ao longo dos anos, nas Unidades de Intervenção Territorial (UIT<sup>123</sup>) Centro Histórico, Ocidente e Norte (Figura 5:2). Tal pode ser parcialmente explicado pelos investimentos realizados em territórios das UIT Centro Histórico e Ocidente, sobrepondo os territórios

---

<sup>123</sup> Instrumento de planeamento territorial adotado no município de Lisboa, compreende 5 UIT: Centro Histórico, Centro, Ocidente, Oriente e Norte.

prioritários, em recuperação à crise financeira global de 2008 (Falanga, 2019b). Outra explicação para a concentração de projetos nessas áreas pode ser a maior capacidade de estabelecimento de parcerias e elaboração de projetos das entidades atuantes nessas áreas, principalmente na UIT Norte, que concentra quase a totalidade dos territórios do tipo AUGI, cuja designação formal exige maior capacidade de articulação às organizações de base local.

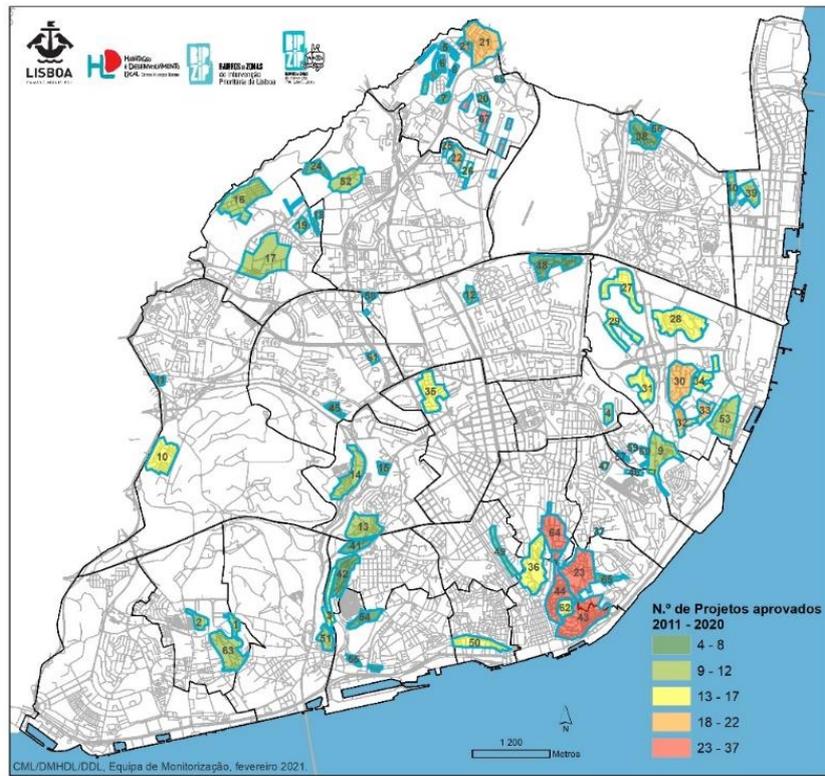


Figura 5:2 - Quantidade de projetos aprovados, por território, entre 2011 e 2020. Fonte: CML, <https://bit.ly/3lysa4S> (consultado em: 13 nov. 2021).

Na perspectiva do DL, é fundamental monitorizar essas articulações. Uma consultoria externa contratada pela CML tem estado a desenvolver um estudo quanti-qualitativo, ainda não concluído, para a construir um Índice da Participação, como forma de medir o sucesso do PPL (Falanga, 2019a, 2019b). O sucesso é compreendido pela capacidade das redes de parcerias mobilizarem recursos na construção ou reforço de capital social local, com o apoio de uma efetiva transferência de capital econômico do município para os territórios prioritários.

Os dados quantitativos que estão a ser recolhidos, referem-se a três camadas: (1) nº de redes de parcerias estabelecidas, por território; (2) nº de atividades realizadas em cada território; e (3) volume de recursos públicos distribuídos pela média da população. Os dados qualitativos são recolhidos em entrevistas e inquéritos realizados às entidades da iniciativa local. Sobre os dados parciais fornecidos, Falanga (2019b) menciona que a maioria das entidades inquiridas foram criadas nos últimos sete anos, o que coincidia, na altura, com o tempo de existência do programa. As respostas também destacam uma satisfação geral das entidades em relação ao PPL, pelas oportunidades de *networking* e conexões que

proporciona, pela abertura a novas iniciativas e pelo envolvimento dos cidadãos e destinatários. No entanto, indicam, como melhoria ao programa, a necessidade de fornecer mais recursos financeiros e tempo para execução dos projetos (Falanga 2019a, 2019b). Mais detalhes sobre o estudo são fornecidos na entrevista realizada ao investigador responsável, disponibilizada no Anexo M.

As fichas de candidatura dos projetos, disponibilizadas no *website* do PPL (2011), também fornecem vários elementos para monitorização. São compostas por: um resumo descritivo do projeto; seus objetivos geral e específicos; uma temática preferencial, dentre as indicadas pelo programa; uma calendarização das atividades indicando os recursos necessários, número de destinatários e resultados esperados; orçamento total com indicação de valores financiados por outras fontes de recurso, quando há; e alguns indicadores fornecidos numa sessão intitulada ‘Monitorização’<sup>124</sup>, que abrange o número de parceiros mobilizados, as funções dos elementos da equipa de projeto, o número de novos empregos, os produtos gerados, o número de destinatários e a inclusão de grupos específicos - idosos, imigrantes, jovens, mulheres, deficientes ou desempregados - enquanto fator de equidade do projeto. Toda essa informação é de grande interesse para a monitorização do PPL e dos territórios, e deveria ser agenciada de forma mais clara para a iniciativa local e todos os atores interessados. Trata-se de dados que são solicitados nas candidaturas, mas que não são devolvidos às entidades pela monitorização feita pelo DDL. No entanto, é uma informação que deve ser observada com cuidado, visto que uma candidatura é uma intenção de projeto, não refletindo as dificuldades e oportunidades encontradas em sua realização.

A plataforma BIG BIP Data<sup>125</sup>, desenvolvida em paralelo a esta investigação e divulgada no lançamento da Estratégia BIP/ZIP Digital 20.21<sup>126</sup>, explora alguns desses dados e sua visualização. A plataforma reúne informação recolhida das fichas de candidatura, e estrutura-se no cruzamento de dados sobre os territórios, os projetos e os consórcios (redes de parcerias que os viabilizam). Elaborada com a mesma fonte, foi disponibilizada em 2018 pela iniciativa local, a Associação *Locals Approach*, no âmbito de um projeto financiado pelo PPL, uma plataforma digital que cruza elementos dos projetos e sua localização territorial. A plataforma, chamada Fórum Urbano (2018), acrescenta, aos dados retirados das fichas de candidatura dos projetos, um exercício de categorização das atividades propostas e das metodologias utilizadas (chamadas por ‘Modos de Fazer’), fornecendo resultados a partir dos projetos. Dois meses depois de lançada, seus organizadores<sup>127</sup> não haviam recebido nenhum pedido de inserção ou ajuste de informação pelas entidades, o que pode refletir a sua baixa utilização pelo público-alvo.

Um dado bastante relevante e de difícil identificação e tratamento, é o investimento realizado e as características dos projetos que compreenderam intervenções em espaços públicos. Além de importantes recintos da vida social, os espaços públicos podem ser compreendidos enquanto espaço de exercício

---

<sup>124</sup> Campo acrescentado à ficha de inscrição de projetos no ciclo de financiamento de 2014.

<sup>125</sup> Até a finalização do estudo, a plataforma encontrava-se ainda em fase de teste, sem acesso a público externo.

<sup>126</sup> Evento realizado em formato online, em 01 jun. 2021, junto com o lançamento do hackaBIP (Cap. 6). Disponível em: <https://bipzip.lisboa.pt/10-anos-bipzip/programa/.000001/index.htm> (consultado em 17 dez. 2021).

<sup>127</sup> Informação obtida durante a participação da Associação *Locals Approach* em evento promovido pela CML sobre o OP, na Loja Lisboa, em abril de 2019.

cívico; é nos espaços públicos e comunitários que as comunidades se reúnem em torno de suas questões. Na perspectiva que orientou a metodologia de construção da Carta BIP/ZIP, a qual considera que o habitat é composto também por seus aspectos socioeconômicos, para além dos aspectos urbanísticos e ambientais, é importante verificar se as micro intervenções financiadas pelo PPL têm contribuído para a melhoria dos espaços públicos, aumentando sua segurança e usabilidade.

Uma forma de rastrear, atualmente, esse dado, é identificar, nas fichas de candidatura disponibilizadas na plataforma do PPL (2011), uma a uma, quais projetos indicam a realização de intervenções no espaço público e orçamento para tal. A plataforma Fórum Urbano (2018), que sistematiza melhor os dados fornecidos nas candidaturas, não traz dados relativos a financiamento, mas permite verificar a quantidade de projetos por temática. A Figura 5:3 traz a quantidade de projetos aprovados entre 2011 e 2020, por temática.

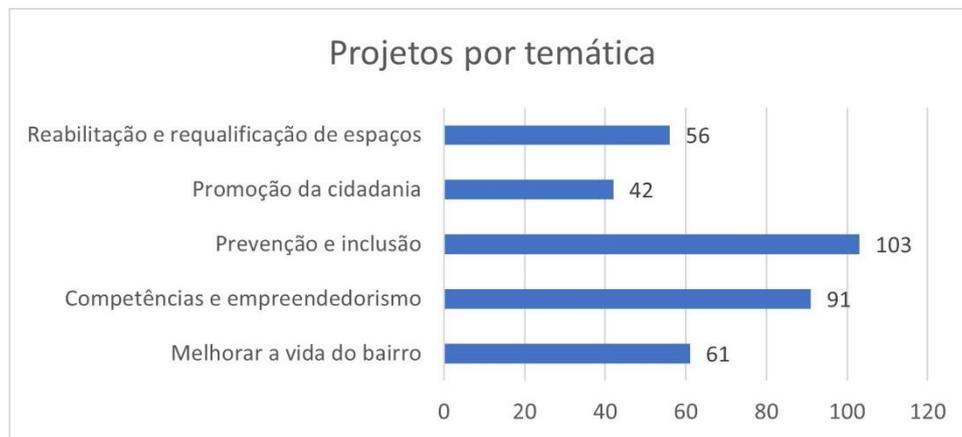


Figura 5:3 – Projetos PPL aprovados entre 2011 e 2020, por temática. Fonte: Fórum Urbano, <https://forumurbano.pt/> (consultado em 17 dez. 2021).

Embora seja possível visualizar os projetos aprovados na temática ‘Reabilitação e requalificação de espaços’, só é possível averiguar se a reabilitação utilizou de obras físicas e se essas obras se deram em espaço público ou comunitário – que pode ser um espaço fechado, de direito privado – a partir da leitura das fichas. Na plataforma Fórum Urbano (2018) ainda é possível verificar quantos projetos foram aprovados por ano, nessa modalidade, o que revela que em 2018 e em 2020 não houve nenhum.

Um estudo recente contribuiu metodologicamente para a identificação e monitorização das intervenções físicas nos territórios BIP/ZIP por projetos financiados pelo PPL. Com foco na Freguesia de Marvila (é a freguesia com maior nº de territórios BIP/ZIP, nove) e na Freguesia do Beato, Farias & Pomesano (2021) identificaram, na leitura das fichas de candidaturas ao PPL, aquelas que propuseram algum tipo de intervenção física no espaço público, chegando a uma amostra inicial de dezoito práticas, entre 2011 e 2020, verificada com uma incursão ao terreno, para visualização e confirmação dos dados encontrados nos documentos. A combinação metodológica adotada mostrou-se fundamental, visto que alguns projetos identificados sequer haviam previsto orçamento para as intervenções realizadas, e

outros, devido ao pequeno financiamento recebido, conseguiram realizar intervenções físicas de pequena durabilidade ou que acabaram por ser efêmeras devido ao fato de que os trabalhos de conservação e manutenção não têm orçamento garantido nos projetos, dependendo de outras parcerias. Devido à necessidade de estabelecimento de mais parcerias para aumentar o impacto dos projetos, estes acabam por misturar-se, muitas vezes, com outros, financiados pelo OP, pela iniciativa privada ou outros investimentos públicos.

O mesmo estudo, que procurava propor uma metodologia para identificar a participação do poder público local nas práticas de urbanismo tático (UT), e sua influência no processo de gentrificação em curso, demonstrou que a localização das práticas de UT coincide com as áreas de maior concentração de atividades artístico culturais e investimentos públicos e privados. Pelo contrário, sua incidência é baixa ou nula nas áreas mais carenciadas e que recebem menos investimentos. O estudo, cuja amostra de UT inclui outras práticas para além daquelas financiadas pelo PPL, traz outras conclusões interessantes e que merecem ser monitorizadas, na especificidade dos territórios prioritários: (1) a maior parte das práticas de UT é viabilizada por financiamento público; (2) os agentes mobilizadores mais frequentes na amostra são as associações e Juntas de Freguesia; (3) a maior parte das práticas mapeadas são contingenciais em relação ao urbanismo neoliberal, ou seja, oferecem experimentações em âmbito regulatório e novos arranjos institucionais, mas seus impactos são incertos e suscetíveis a condicionantes externos (Farias & Pomesano, 2021).

A monitorização desses e de outros aspectos sobre as intervenções físicas promovidas pelos projetos PPL nos espaços públicos dos territórios prioritários poderia contribuir para: a verificação da incidência dessas intervenções nos locais mais ou menos necessitados delas; a observação de sua relação com os processos de gentrificação que têm alterado dinâmicas socio territoriais em Lisboa; a capacidade da iniciativa local de constituição de comuns urbanos; e o papel do poder público, extrapolado o financiamento, na conservação e manutenção dos espaços intervencionados pela iniciativa local. Ainda, seria possível relacionar os espaços públicos intervencionados pela iniciativa local com a constituição de espaços cívicos e comunitários, em apoio à vida social local. Tal relação poderia servir para analisar a capacidade, em termos de infraestrutura, de mobilização da comunidade.

Outro ponto que os estudos sobre o BIP/ZIP permitem observar é que atualmente, são precisos novos indicadores para uma leitura atualizada e ampliada sobre os territórios, as redes de colaboração e os projetos. Uma metodologia combinada a ferramentas adequadas a uma monitorização participativa, poderia permitir a coprodução de novos indicadores e de novos meios para acompanhá-los.

Por fim, as análises permitem relacionar, no Anexo B, um Repertório de Indicadores que podem ser úteis enquanto referência para a coprodução de interfaces no DL, compreendendo: os indicadores utilizados na construção da Carta BIP/ZIP, na monitorização feita pelo DDL e apresentada nos workshops anuais do PPL, os utilizados na Estratégia de Desenvolvimento Local da Rede DLBC Lx, e os utilizados para construção do Índice da Participação na Estratégia BIP/ZIP, temas mais discutidos no

capítulo seguinte; os indicadores utilizados na identificação dos territórios prioritários na *Politique de la Ville*, em França; indicadores comunitários do *Community Pulse*; e os ODS.

## 5.2. Identificação dos atores, processos e meios de interação no BIP/ZIP

A compreensão das interações na Estratégia BIP/ZIP exige, dentre outras coisas, a identificação de seus atores. Tais podem ser, ainda, categorizados a partir dos seus papéis e das tipologias de classificação já definidas no próprio PPL.

Assim, tem-se que os atores BIP/ZIP, segundo os seus papéis, podem ser identificados como segue (Figura 5:4): (1) atores políticos, responsáveis pelo desenho da política pública, pela discussão do orçamento destinado a ela, pela articulação com outros programas camarários e investimentos públicos e privados, também atuantes em discussões no âmbito dos GABIP; (2) técnicos camarários, em especial, os alocados na DMHDL, responsáveis pela operacionalização da política pública e interlocução entre atores políticos e público em geral, mas incluindo também os técnicos responsáveis pela construção e atualização da Carta BIP/ZIP, e aqueles de outras direções municipais que relacionam-se aqui no âmbito de outros projetos públicos ou privados, com interferência nos territórios prioritários; (3) consultores externos, contratados pela CML para acompanhar a aplicação da política pública e avaliá-la; (4) júri, composto por representantes da academia, da iniciativa local, dos serviços camarários, formado para avaliar as propostas recebidas no PPL; (5) iniciativa local, entendida como grupos de cidadãos, reunidos formal ou informalmente sob 18 tipos de instituição, que propõem e realizam os projetos financiados pelo PPL; (6) as comunidades, que contém os destinatários dos projetos, podendo ser grupos ou indivíduos mais ou menos identificados segundo uma tipologia também definida pelo PPL; (7) academia, uma das tipologias de entidades atuantes nos projetos, mas que também envolve-se na Estratégia BIP/ZIP compondo o júri de avaliação dos projetos, em pontuais serviços de consultoria e na produção de material científico com leituras e análises dos processos; e (8) parceiros internacionais, de certa forma envolvidos nos projetos de transferência da política pública, no âmbito do programa europeu Urbact identificados por organizações representantes de determinadas cidades europeias.

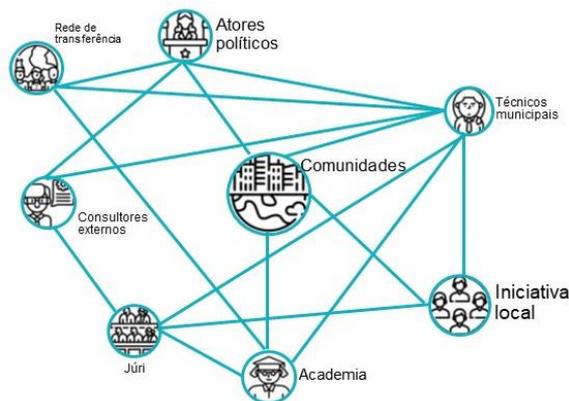


Figura 5:4 - Os vários atores da Estratégia BIP/ZIP, segundo seus papéis e interações.

Para a submissão de projetos na plataforma do PPL, as organizações de iniciativa local têm de inscrever-se na Base de Dados de Atribuição de Apoios e na Base de Dados de Fornecedores da CML, e auto declarar-se segundo uma das 18 tipologias definidas, sendo elas: Associação Cultural, Grupo Informal, IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Desenvolvimento Local, Outra<sup>128</sup>, Associação Desportiva, Associação de Moradores, Junta de Freguesia, ONG - Organização Não Governamental, Cooperativa sem fins lucrativos, Agrupamento de Escolas, Associação de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Jovens / Estudantes, Fundação, Associação Religiosa, Instituição de Ensino Superior, Santa Casa da Misericórdia, Associação Recreativa. Segundo a responsabilidade que assumem nos projetos, as entidades podem ser promotoras ou parceiras.

Os destinatários preferenciais dos projetos podem ser os seguintes, segundo pré-definido pelo PPL: crianças, jovens, idosos, famílias, comunidade, adultos ou outros (CML, 2020). Os arranjos entre entidades da iniciativa local e as comunidades nas quais intervém, são compreendidos, neste estudo, enquanto comunidades de prática. Aliás, as atuações em rede entre os vários atores - por exemplo, a associação de entidades da iniciativa local enquanto Rede DLBC Lx, a colaboração dessas com grupos ativistas locais ou organizações internacionais, a atuação fluida dos Grupos Informais e, mesmo, dos Grupos Comunitários de Lisboa – são oportunidades para o fortalecimento de comunidades de prática.

Tendo como recorte o ciclo do PPL, a Tabela 5:2 traz suas várias etapas e a interação que proporciona a seus diferentes atores.

Tabela 5:2 - Etapas de interação e atores envolvidos no PPL

<i>ETAPAS</i>	<i>INTERAÇÕES</i>
Desenho / atualização do PPL	DMHDL + atores políticos + consultores externos → cidade
Workshop de capacitação	DMHDL → iniciativa local
Elaboração de projeto / candidatura	Iniciativa local + comunidades → DMHDL
Avaliação das candidaturas	(Júri) serviços municipais + academia + movimentos sociais → iniciativa local
Execução do projeto	Iniciativa local + destinatários + comunidades → cidade
Prestação de contas	Iniciativa local → DMHDL
Resolução de conflitos	(GABIP) Serviços municipais + atores políticos + iniciativa local + comunidades → cidade
Transferência internacional de conhecimento	DMHDL + atores políticos + parceiros internacionais + consultores → outras cidades
Monitorização	DMHDL → iniciativa local

Mapeados os atores e suas interações, foram identificados os principais meios físicos e digitais utilizados nessas interações. São eles: (1) o *website* do PPL, que disponibiliza as fichas de candidaturas de todos os projetos de todas as edições, o processo de candidatura e outros documentos úteis. Trata-se

<sup>128</sup> A definição das várias tipologias de entidades foi sendo ajustada ao longo dos anos e, no ciclo de 2021, a tipologia ‘Outra’ foi retirada.

de um repositório de dados e documentos, cuja navegação está limitada a *downloads* de documentos, sem possibilidade de produção de conteúdo pelos usuários; (2) os encontros de ‘capacitação’, sempre realizados no lançamento do PPL pela CML e direcionados às entidades da iniciativa local, com a apresentação de alguns dados de monitorização dos projetos. Acontecem já depois de o PPL estar decidido pelos serviços da CML, que admitem a possibilidade, sem compromisso, de fazer algum ajuste para o ciclo seguinte, de acordo com sugestões apontadas pela iniciativa local; (3) as reuniões dos GABIP, onde são apresentadas e discutidas propostas de projeto e de ações para enfrentamento de problemas cotidianos nos bairros. São essencialmente espaços de escuta e discussão entre os vários parceiros e serviços da CML, onde eventualmente são discutidas futuras parcerias em projetos ou mesmo a relação entre estes e outros projetos de maior envergadura levados pela CML; (4) os encontros realizados entre as entidades filiadas à Rede DLBC Lx, onde se discute o tipo de apoio que a Rede lhes pode prestar. Os eventos e projetos são divulgados em sítio eletrónico próprio; (5) criado nos primeiros anos do PPL, uma página em rede social denominada ‘Energia BIP/ZIP’ e gerida pela CML serve para divulgação sobre projetos e arranjos colaborativos; (6) o *website* do programa Urbact, onde estão documentadas as redes internacionais de apoio e de transferência tecnológica da Estratégia BIP/ZIP a outras cidades europeias, assim como os *workshops* correlatos; (7) plataformas de dados abertos e de participação disponibilizados pela CML, eventualmente acessados para construção dos projetos, discutidos em 5.4; e (8) *civic techs* produzidas nos projetos da iniciativa local, discutidas em 5.3.

Tais interfaces proporcionam interações diversas entre os diferentes atores e, em especial, entre a iniciativa local e as comunidades onde atuam, favorecendo a formação de comunidades de prática e estimulando a participação de indivíduos conectados que extrapolam os destinatários dos projetos. No entanto, cada interface criada dispõe de uma plataforma individualizada e circunscrita ao projeto (redes de parceiros, públicos-alvo, território, tempo de ocorrência).

Embora a elaboração do PPL tenha partido da reivindicação das comunidades, em processo participativo, atualmente não há nenhum processo de *feedback* formalizado que garanta a atualização do programa a partir de contribuições e críticas *bottom-up*. Embora o estudo realizado entre 2017 e 2018 para avaliação do PPL tenha tido uma componente participativa, de consulta a entidades promotoras e participantes ao longo das edições do PPL, esses resultados, até a finalização desta investigação, não haviam sido publicados. A monitorização feita pelo DDL é partilhada pontualmente no *workshop* de lançamento anual do programa e é feita sem a clara participação das entidades e comunidades envolvidas. As plataformas atualmente disponíveis que mais propiciam a colaboração entre as várias entidades e, eventualmente, com a CML, são as interfaces tecnopolíticas produzidas pelas próprias entidades. Porém, têm alcance limitado e, ainda, não foram reunidas numa plataforma de partilha que permita a divulgação das ações e um possível aprendizado a partir delas.

Adicionalmente, e a recuperar o estudo sobre *hacking* cívico e interfaces tecnopolíticas no DL, os Anexos C e D trazem um Repertório de Meios e um Repertório de Atores, contextualizados na Estratégia

BIP/ZIP, para alimentar a metodologia-infraestrutura de coprodução de interfaces tecnopolíticas em DL, produto final desta investigação.

### 5.3. Interfaces tecnopolíticas criadas por projetos BIP/ZIP

Ao longo dos anos, vários projetos BIP/ZIP desenvolveram interfaces tecnopolíticas para comunicar e organizar suas ações, que podem ser consideradas *civic tech*. Tais interfaces possuem grande potencial nos processos de coprodução de informação e conhecimento, de comuns urbanos, comuns digitais, acentuando sua relevância neste estudo.

Nesse sentido, elas foram identificadas e analisadas em estudo (Farias & Paio, 2020) que teve como objetivo: (1) revelar a utilização de tecnopolíticas no âmbito do BIP/ZIP; (2) identificar experiências de articulação em rede auto-organizadas pelas comunidades de prática, isto é, as redes de parcerias e destinatários formadas em torno dos projetos; (3) medir a incidência das tecnopolíticas nos territórios; e (4) aferir as características das ferramentas produzidas, no sentido de tirar orientações para a coprodução de interfaces para o DL em Lisboa (Figura 5:5).

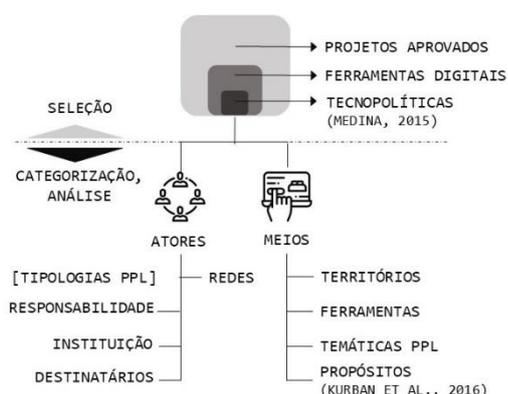


Figura 5:5 – Metodologia do estudo de identificação e análise de tecnopolíticas produzidas nos projetos BIP/ZIP.

Fonte: Farias & Paio (2020), p.102.

Como fonte de recolha de dados foram utilizadas as fichas de candidaturas disponibilizadas na plataforma do PPL (2021), de onde se extraiu dados dos 354 projetos aprovados entre 2011 e 2019. Para identificar a produção de interfaces tecnopolíticas foram necessários dois filtros: (1) pesquisa nos textos das candidaturas pelas palavras-chave “plataforma”, “digital” e “online”, resultando em uma amostra de projetos que planejaram o uso de ferramentas digitais; e (2) leitura dos objetivos dos projetos pré-selecionados em busca das propostas que atendessem ao mapa conceitual das tecnopolíticas, proposto por Medina (2015) e discutido no Cap. 1, que relaciona as tecnopolíticas à criação de redes orientadas para ações coletivas concretas no espaço urbano, articuladas com os propósitos de suas coletividades.

Alguns projetos ofereceram maior dificuldade para a obtenção de informação, uns porque os dispositivos digitais criados já não estavam mais em utilização, outros porque ainda não haviam sido

finalizados. Do primeiro filtro extraiu-se uma amostra de 70 projetos, reduzida para 18, com o segundo filtro, formando a amostra de estudo, relacionada na Tabela 5:3, com as seguintes informações: ano da edição de financiamento; nome; as entidades promotoras dos projetos; e os endereços eletrônicos das plataformas, algumas já descontinuadas.

Tabela 5:3 – Amostra do estudo que identificou e analisou o uso de interfaces tecnopolíticas nos projetos BIP/ZIP. Fonte: Farias & Paio (2020), pág. 103

<i>Ano</i>	<i>Nome do Projeto</i>	<i>Entidades Promotoras</i>	<i>Endereço Eletrônico</i>
2011	Agulhanumpalheiro - Portal de Casas	Artéria	<a href="http://www.agulhanumpalheiro.pt/">http://www.agulhanumpalheiro.pt/</a>
2013	Rede de Carpintarias de Lisboa	Artéria	<a href="http://redecarpintarias.org/">http://redecarpintarias.org/</a>
2014	DNA Lisboa II	Rés Do Chão   Praga Associação Cultural	<a href="http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/">http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/</a>
2014	Operação Skyline	Artéria	<a href="http://lisbonskyline.pt/">http://lisbonskyline.pt/</a>
2015	Rede Rés do Chão	Rés Do Chão	<a href="http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/">http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/</a>
2015	Projecto D´Ajuda	Clube Intercultural Europeu   <i>Localsapproach</i>   Associação Apoio Segurança Psico-Social	<a href="https://www.yrpri.org/group/684">https://www.yrpri.org/group/684</a>
2016	<i>LxConnect</i>	Centro Social Da Musgueira	<a href="https://www.lxconnect.org/">https://www.lxconnect.org/</a>
2016	Rede de Artes e Ofícios de Lisboa	Artéria	<a href="https://www.redearteseoficios.pt/">https://www.redearteseoficios.pt/</a>
2016	Muita Fruta	Acpm Associação Cozinha Popular	<a href="https://www.muitafruta.org/">https://www.muitafruta.org/</a>
2016	C3-Centro Comunitário da Curraleira	Clube Intercultural Europeu	<a href="https://novobancocrowdfunding.pt/c3">https://novobancocrowdfunding.pt/c3</a>
2017	Memórias do Casal Ventoso	Projecto Alkantara	<a href="https://projectoalkantara.squarespace.com/nucleointerpretativodocasalventoso">https://projectoalkantara.squarespace.com/nucleointerpretativodocasalventoso</a>
2017	Rede dos Construtores de Lisboa	Artéria	<a href="https://www.rededosconstrutores.pt/">https://www.rededosconstrutores.pt/</a>
2017	Fórum Urbano	<i>Localsapproach</i>	<a href="https://forumurbano.pt/">https://forumurbano.pt/</a>
2018	Levantar o cerco às Colinas	Cooperativa BTUIN Crl	<a href="https://www.facebook.com/pg/levantarocercoascolinas/posts/">https://www.facebook.com/pg/levantarocercoascolinas/posts/</a>
2018	Um Género de Escola	Associação Mulheres na Arquitetura	<a href="https://umgenerodeescola.pt/">https://umgenerodeescola.pt/</a>
2019	Casal Ventoso - Fazemos Acontecer	Projecto Alkantara	<a href="https://bit.ly/2ZCCyxQ">https://bit.ly/2ZCCyxQ</a>
2019	Germinar um banco de sementes	Margens Simples	<a href="https://www.facebook.com/germinarBancoSementes/">https://www.facebook.com/germinarBancoSementes/</a>
2019	Redes Sociais Saudáveis- Games 4 All	Associação de Inter-Ajuda de Jovens «Eco-Estilistas»	<a href="https://bit.ly/3frbwQg">https://bit.ly/3frbwQg</a>

Os projetos BIP/ZIP têm ciclos definidos de ação, no entanto, algumas tecnopolíticas tiveram desdobramentos em mais de um projeto ou ciclo de financiamento, articulados pelos mesmos promotores, como é o caso de: DNA Lisboa II e Rede Rés-do-Chão, proposto pelas entidades Rés do Chão e Praga Associação Cultural para a elaboração faseada de um mapeamento de imóveis devolutos e redes de serviços; as várias redes profissionais articuladas pelo estúdio de arquitetura Artéria, a partir de levantamentos, mapeamentos, e sistematização de bancos de dados; e os projetos realizados no bairro

Casal Ventoso pela entidade Projecto Alkantara, com o objetivo de fortalecer o sentido de comunidade do bairro e sua imagem positiva.

A análise dessa amostra de estudo consistiu na classificação de atores, redes e meios, tendo em conta dois aspetos: (1) as tipologias definidas no PPL; e (2) as categorias relativas aos propósitos assinaladas por Kurban et al. (2016).

A classificação dos atores segue aquela definida pelo PPL: (1) as entidades segundo o nível de responsabilidade legal e financeira que assumem sobre os projetos, podendo ser promotoras ou parceiras; (2) os 18 tipos de entidades, segundo sua institucionalidade; e (3) os sete tipos de destinatários preferenciais dos projetos. Para a análise das redes formadas em torno dos projetos, utilizou-se a plataforma *kumu.io*, para a visualização das redes de colaboração de cada projeto e as intersecções entre elas, destacando as entidades promotoras das parceiras, identificando os tipos de instituições de cada uma, e os destinatários preferenciais.

A visualização das redes de atores permitiu identificar 71 entidades, entre promotoras e parceiras. A Figura 5:6 ilustra as redes de colaboração formadas, relacionando os projetos, os destinatários e as entidades, categorizadas por sua tipologia de instituição e destacadas quando promotoras. Observa-se a tendência por formação de redes maiores do que o mínimo exigido pelo PPL (1 promotora + 1 parceira), formadas por parceiros de tipologias variadas, muitas vezes em intersecção com outras redes através das promotoras, demonstrando o papel mobilizador dessas entidades.

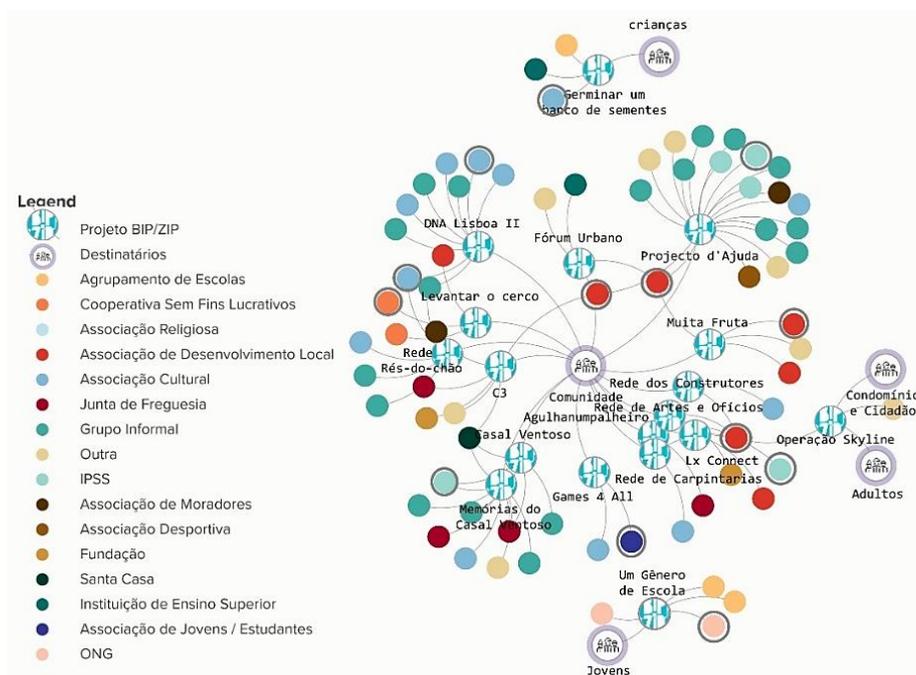


Figura 5:6 - Rede de atores (entidades e destinatários) dos projetos estudados. Os nós de entidades destacados com sombra identificam as entidades promotoras. Fonte: Farias & Paio (2020), p.104. Visualização interativa em: <https://kumu.io/sobreurbana/tecnopoliticas-bipzip#redes-tecnopoliticas/projetos-atores> (consultado em 30 dez. 2021).

A tipologia de instituição mais frequente é a dos [Grupos Informais], representados por 18 entidades. Apesar de as regras do PPL só permitirem a atuação dos Grupos Informais como parceiros dos projetos, uma vez que as entidades promotoras têm de assumir responsabilidades jurídicas e financeiras, tais grupos são muito frequentes nas redes formadas, o que aponta para a um estímulo, nessas práticas, à formação de novas coletividades ou à sua efemeridade, criadas para a circunstância de ações específicas.

Dentre as promotoras, as tipologias mais frequentes são: [Associação de Desenvolvimento Local], [Associação Cultural] e [IPSS]. Em todo o universo BIP/ZIP, as [Associações de Desenvolvimento Local] representam um considerável número de ateliês de jovens arquitetos, a exemplo da Artéria e da *Associação Locals Approach*, responsáveis por 7 dos 18 projetos estudados, com práticas voltadas para a leitura dos territórios e identificação de oportunidades de ação e articulação de redes.

Os tipos de instituições menos frequentes na amostra são as [Associações de Jovens / Estudantes] e [Desportiva], com uma entidade cada uma, além de três tipologias ausentes. Importa referir que as entidades se autodeclararam na definição tipológica de suas instituições e que a base de dados demonstra alguns equívocos nessas informações. Por outro lado, essa classificação, inicialmente com 12 tipologias, foi aumentada a partir de 2018, o que justifica a baixa quantidade de entidades em tipologias como [ONG], que passou a ser uma opção apenas recentemente.

O [Projecto D'Ajuda], promovido pela *Locals Approach*, é o que tem a maior rede de entidades (quase metade são Grupos Informais) e, junto com os projetos [C3] e os dois realizados no Casal Ventoso, formam o maior *cluster* de colaboração. Somente 4 dos 18 projetos estudados constituíram redes de colaboração sem nenhuma intersecção com as demais.

[Comunidade] é a destinatária preferencial de 15 dos 18 projetos estudados. As exceções são [Germinar um Banco de Sementes], voltado para [crianças], [Um Género de Escola], voltado para jovens, e [Operação Skyline], voltado para [adultos] e [condomínios] e 'cidadãos', inserido como [outros]. As outras categorias não são foco dos projetos tecnopolíticos estudados.

Para análise dos meios, procurou-se identificar: (1) os territórios de ação; (2) as tecnologias aplicadas, destacando os tipos de ferramentas e *softwares* utilizados; (3) os propósitos políticos, segundo as categorias do esquema conceitual de Kurban et al. (2016) - comunicação, legalização, organização e institucionalização – também discutido no Cap. 1; e (4) as cinco temáticas dos projetos.

Os projetos tecnopolíticos selecionados abrangem todos os territórios BIP/ZIP, com maior incidência nos territórios mais centrais. Como mostra a Figura 5:7, tal pode ser explicado pela presença de muitas entidades na região central da cidade, pelo foco dado pelas mídias sociais e outras políticas de desenvolvimento urbano a essa mesma região e, igualmente, pela presença de destinatários mais familiarizados com as ferramentas digitais.

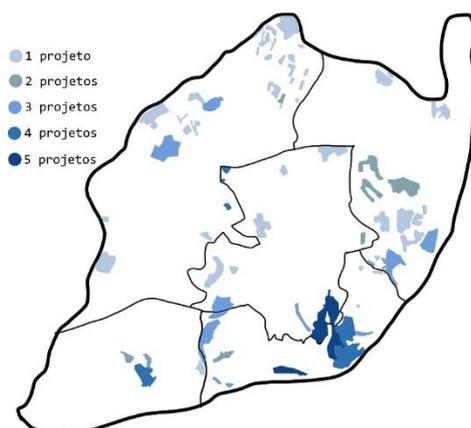


Figura 5:7 - Territórios BIP/ZIP ilustrados quanto à incidência dos projetos tecnopolíticos da amostra de estudo.

Fonte: Farias & Paio (2020), p. 105.

A Figura 5:8 revela a relação entre projetos, temáticas e propósitos. Em relação à temática há um maior equilíbrio, sendo [Promover Competências e Empreendedorismo] e [Promover a Dinamização Comunitária e a Cidadania] as temáticas mais utilizadas, orientando cinco projetos cada uma. Além das categorias estabelecidas pelo programa, este, também, permite aferir [Outras] temáticas, na amostra em estudo, como: [Desenvolvimento Local e Património Cultural] como temática no [Projecto d’Ajuda] e [Competências para Cidadania Ativa] como temática do [Fórum Urbano], ambos da entidade *Locals Approach*.

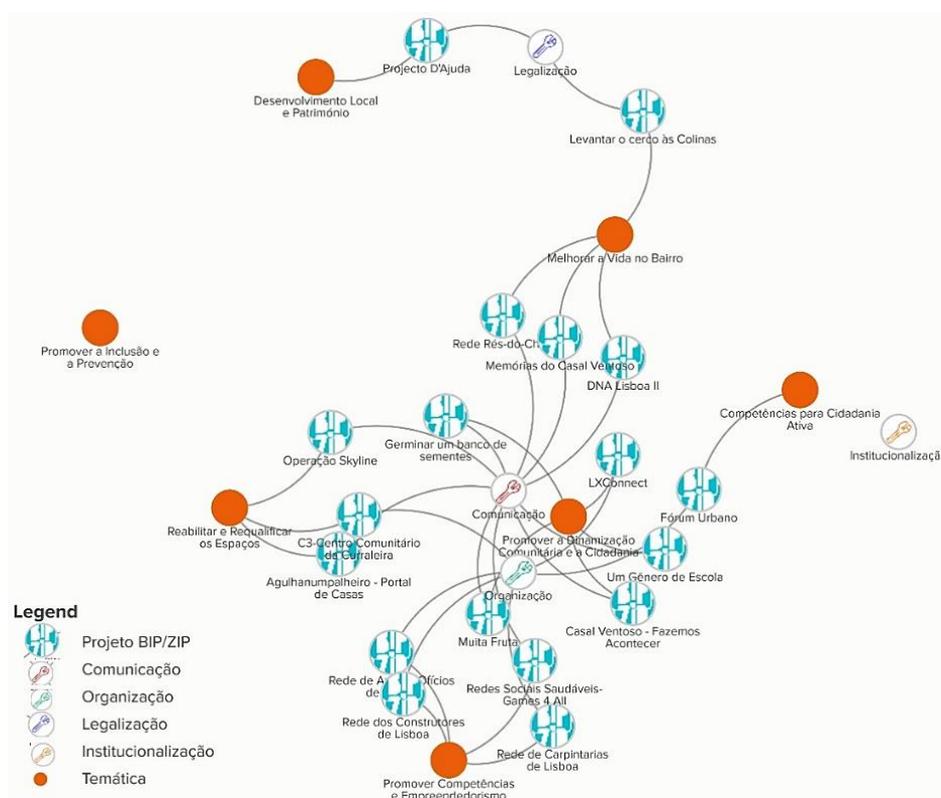


Figura 5:8 - Relação entre projetos, temáticas e propósitos. Fonte: Farias & Paio, 2020.

O propósito mais frequente na amostra é o da [comunicação] (10 de 18), seguido pela [organização] e [legalização]. Nenhum projeto adota tecnopolítica com propósito [institucional], o que demandaria uma articulação maior com o poder público local, ainda não percebida nesses projetos. Já a [comunicação] pode ser compreendida como um nível inicial no processo de articulação entre atores e causas, o que pode explicar sua predominância na amostra.

Relativamente às ferramentas digitais utilizadas, foram identificadas interfaces, no geral desenvolvidas a partir de *softwares open source*, para alojamento de mapeamentos colaborativos, bancos de dados, canais para deliberação e votação de ideias, plataformas para trocas de serviços, produtos e tempo, canais para campanhas de comunicação e financiamento coletivo, distribuição de material informativo e manuais, produção e distribuição de material audiovisual e articulação de redes.

A associação Rés-do-Chão construiu a sua Plataforma homônima através de dois projetos, [Rede Rés do Chão] e [DNA Lisboa II]. A plataforma parte do mapeamento de imóveis vazios no nível térreo dos edifícios identificando os respectivos proprietários para articular a ocupação desses imóveis. Na etapa seguinte, articulou uma rede de serviços entre comerciantes, artistas, moradores etc. para divulgar as atividades do bairro. A plataforma organizava o campo de ação da entidade, cujo objetivo é contribuir para a vitalidade das ruas a partir da reocupação temporária dos imóveis. Inicialmente instalados e atuantes no Centro Histórico, agora estão instalados na zona Ocidental da cidade.

O projeto [Muita Fruta] propõe um mapeamento colaborativo das árvores frutíferas nos logradouros urbanos da cidade. Utiliza a base do *OpenStreetMap* e a plataforma *Lealeft* para a programação do mapa. Lançado em 2017, ainda tem poucas inserções.

Nas três Redes que propôs - de [Carpintarias], de [Artes e Ofícios] e de [Construtores de Lisboa] - o ateliê de arquitetura Artéria buscou visibilizar saberes tradicionais necessários para que a requalificação em curso na cidade respeitasse seu patrimônio material e imaterial. Os três projetos compreendem o mapeamento de oficinas e atores e a construção de redes através da produção de conteúdo sobre os temas e elementos mapeados, disponibilizados em plataformas próprias. Como parte da estratégia para ampliar e fortalecer as redes, também são promovidas rodas de conversa e ações de formação.

Outro projeto realizado pelo ateliê Artéria, a [Operação *Skyline*] buscou reativar as coberturas dos edifícios da cidade, apresentando para tal uma solução arquitetônica, jurídica e ambiental. O projeto, inserido na representação portuguesa da *Biennale di Venezia 2014*, oferecia um sítio eletrônico para inserções voluntárias de ‘condomínios’ e ‘investidores’, disponibilizando seus imóveis ou demonstrando interesse em investir. A plataforma oferecia um arranjo para a viabilização das coberturas, antecipava questões frequentes e disponibilizava manuais para os ‘condomínios’ e para os ‘investidores’.

Os projetos [Memórias do Casal Ventoso] e [Casal Ventoso – Fazemos Acontecer] atuam na comunidade oriunda do realojamento do bairro Casal Ventoso, buscando a transformação positiva da

imagem da comunidade, e a aquisição de novos modelos de cidadania. O primeiro criou o Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, plataforma digital que disponibiliza vídeos e fotos com o levantamento das memórias e histórias de vida dos moradores. O segundo criou uma página em rede social digital onde divulgam agenda, curiosidades e notícias sobre o bairro.

Os outros três projetos do ciclo de 2019, similarmente, tem propósitos comunicativos. A Associação Mulheres na Arquitetura propôs, com o projeto [Um Género de Escola], uma vivência a partir do pátio escolar para promover a igualdade de gênero entre os jovens, tendo como resultado uma intervenção coletiva no espaço físico da escola e um manual elaborado com base na experiência. A divulgação do manual e outros recursos no sítio eletrônico do projeto contribui para partilhar aprendizados com outras escolas.

O projeto [Germinar um Banco de Sementes] propôs a formação de um banco de sementes, disponibilizado através de catálogo *online* e acessível a qualquer cidadão, com o objetivo de promover o consumo responsável e formas de circularidade da economia. O projeto [Redes Sociais Saudáveis – Games 4 All] promoveu a conscientização sobre o uso adequado e saudável das redes sociais através, dentre outras coisas, da partilha de vídeos sobre o assunto.

Outros quatro projetos tiveram como principal propósito político a organização. [LxConnect] é uma aplicação para *smartphones* (disponível para IOS e Android, também acessível por *desktops*) criada pelo Centro Social da Musgueira, que consiste numa rede comunitária para oferta e pedidos de bens e serviços, cuja navegação dá-se por mapa ou catálogo.

O projeto [C3-Centro Comunitário da Curraleira] utilizou a plataforma Novo Banco Crowdfunding para financiamento das novas instalações do centro comunitário.

O projeto [Fórum Urbano] desenvolveu uma plataforma de partilha de dados sobre os projetos BIP/ZIP. Tem navegação por mapa e por catálogo com as fichas de cada projeto, com filtros por localização, entidade, ano, tema, destinatários e ‘modos de fazer’. Utiliza dados de todos os projetos realizados, em todos os territórios, desde a primeira edição, tendo como fonte a plataforma do PPL (2011). O desenvolvimento da plataforma Fórum Urbano (2018) envolveu, igualmente, a realização de eventos e fóruns de partilha em vários territórios e discutiu a necessidade de criação de ferramentas que auxiliassem a colaboração entre os projetos. Na ocasião da pandemia de COVID-19, em 2020, a plataforma ganhou novo mapeamento, com as iniciativas de respostas das entidades BIP/ZIP à situação pandémica, admitindo inserções por usuários.

Os últimos dois projetos da amostra desenvolveram tecnopolíticas com o propósito de digitalizar processos legais, especificamente canais de participação. O [Projecto D’Ajuda], continuação de um outro projeto BIP/ZIP realizado em 2013, o 2 de Maio Todos os Dias, lançou o Observatório D’Ajuda, consistindo na elaboração de um diagnóstico participado da região, para a articulação de micro intervenções que viessem ao encontro das observações e ideias levantadas. O observatório recolheu ideias através da plataforma *Your Priorities* (uma aplicação para *eDemocracy* da *Citizens Foundation*),

mapeadas pelo *Google Maps*. Tendo suas atividades financiadas pelo PPL finalizadas em 2016, datam daí as últimas inserções.

O projeto [Levantar o Cerco às Colinas] propôs ativar a participação digital em territórios históricos sob processo de gentrificação, a partir da utilização da plataforma *open source Decidim* e da plataforma Lisboa Histórica para Todos, criada por outro projeto BIP/ZIP.

As análises revelam que o acesso ao financiamento do PPL e a maturidade das comunidades de práticas que vão se formando ao longo do tempo, permitem o prolongamento de algumas ações e campanhas por mais projetos, seja quando são executados por fases, seja quando as ferramentas produzidas são apropriadas por outras entidades e comunidades, para novos fins.

É importante realçar que o estudo se baseou na leitura das candidaturas dos projetos e na visualização e interação com as interfaces disponibilizadas. A informação contida nas fichas de candidaturas reflete somente as intenções dos projetos. Para averiguar resultados mais específicos no território, são necessários meios mais adequados de trabalho de campo, não realizados aqui. Ainda assim, o estudo permitiu aferir que os dispositivos tecnopolíticos, nos projetos BIP/ZIP, são ferramentas de apoio à ação das entidades nos territórios e procuram dar respostas a necessidades práticas como o acesso a um espaço físico de trabalho ou o mapeamento dos atores, bem como identificação de recursos das redes laborais em que estão envolvidos.

Nos projetos analisados, a dimensão digital revela-se importante no reforço e expansão de uma articulação que já é feita nos territórios pelas comunidades de prática. O uso de tecnopolíticas no BIP/ZIP permite organizar campos de ação, campanhas de comunicação, levantamento de informações e canais de colaboração, dando maior visibilidade às suas necessidades e novos meios para resolver problemas e reforçar potencialidades.

A produção *bottom-up* de ferramentas tecnopolíticas é campo fértil para inovação social, na medida em que possibilita a aprendizagem de novas competências da cultura digital, tanto pelos cidadãos quanto pelas entidades, instrumentalizando-os para novas frentes de trabalho e de ação política. No entanto, a aprendizagem e a inovação possibilitada por essas práticas dão-se de forma claramente desigual entre os territórios prioritários, conforme demonstrado na Figura 5:7 (p.134), reforçando a importância da hibridização entre as dimensões física e digital desses processos, para a expansão da participação cidadã, de forma inclusiva.

Da análise das interfaces mapeadas, é evidente a dificuldade de manutenção, não só das mais antigas, algumas das quais já descontinuadas, como de outras mais recentes. Isto pode-se explicar pelo fato de que os financiamentos obedecem a um cronograma de realização de um ano, e todo o investimento necessário depois desse período tem de ser sustentado pelo projeto ou pela rede que o mantém. Por outro lado, criadas para difundirem campanhas ou para apoiarem ações definidas, findam quando alcançam seus objetivos.

Acresce, a dificuldade de utilização de algumas das ferramentas. Várias das interfaces estudadas não demonstram grande performance, nem todas estão associadas a páginas em redes sociais e as que

estão não demonstraram campanhas com grande viralidade, o que pode advir da inadequação da ferramenta aos destinatários ou ação.

Os bancos de dados formados nos projetos analisados, bem como os mapeamentos criados são alimentados por levantamentos in loco ou da colaboração entre os participantes nas comunidades de práticas. Poucas interfaces estudadas exploram a utilização dos dados abertos disponibilizados pelo município de Lisboa ou por outras organizações, o que também pode refletir uma falta de competência técnica para tal. Por um lado, isso demonstra a necessidade de as comunidades de prática obterem novos dados além daqueles que compõem os bancos oficiais; por outro, demonstra o potencial a explorar na combinação dessas duas formas de levantamento e produção de informações. Estudos futuros poderão indicar, ainda, a adequação à utilização pela iniciativa local, das plataformas de dados abertos disponibilizadas pela CML, por exemplo, em relação aos tipos de dados fornecidos e às formas de disponibilização.

A produção de informação pelas tecnopolíticas analisadas, bem como a experimentação que fazem de arranjos colaborativos e canais de deliberação, são fatores que poderiam contribuir para a monitorização do DL. No entanto, a garantia de funcionamento das ferramentas e sua manutenção ao longo do tempo deve ser alinhada com as capacidades das comunidades que a vão utilizar, com a duração das atividades ou das campanhas de comunicação dos projetos, suas etapas e objetivos.

Enquanto comunidades de práticas (Stalder, 2011), a partilha de experiências e capacidades de inovação e mobilização são de grande importância para o desenvolvimento das entidades, que encontram nas tecnopolíticas meios potentes para tal. Deve-se ter em atenção que o PPL foi lançado numa altura de grande crise económica em Portugal, sendo percebido por muitas entidades, destacadamente ateliês de arquitetura e associações culturais, como oportunidade de financiamento para suas atividades. Estudos futuros poderão demonstrar se as alterações que a cidade sofreu nos últimos anos – primeiro a crise, depois os grandes investimentos para a reabilitação de espaços públicos e para a indústria do turismo, ainda que em doses desiguais para as diferentes zonas da cidade (Seixas et al., 2015), depois a pandemia em 2020 - também, interferiram nas redes de colaboração forjadas nos territórios BIP/ZIP.

As temáticas mais frequentes na amostra de estudo referem-se à formação de competências e ao exercício da cidadania. Uma monitorização participada poderia ajudar a construir uma análise que cruze os investimentos públicos destinados aos territórios BIP/ZIP e as temáticas adotadas pelos projetos, evidenciando se eles estão a contribuir para a solução dos problemas, somente desfrutando dos investimentos injetados ou se estão totalmente alheios às dinâmicas territoriais de macro escala.

A análise das redes de colaboração é útil para um processo de coprodução de interfaces tecnopolíticas, no sentido de identificar os atores com maior proximidade aos territórios e às comunidades de prática, com maior capacidade de difundir informações para o resto da rede e estimular o seu engajamento. No entanto, o estudo limita-se à interpretação dos projetos conforme apresentados em candidatura ao PPL. Novos estudos, através de métodos etnográficos, poderiam averiguar melhor,

nos territórios, a influência dessas comunidades de prática, não só nos projetos BIP/ZIP, como também em outras práticas importantes para o desenvolvimento local.

Os resultados deste estudo permitiram discutir o panorama das tecnopolíticas utilizadas nos projetos BIP/ZIP, as quais desvelam camadas de informações sobre os territórios e comunidades, fortalecem redes de colaboração, afirmam identidades e desenvolvem competências sociotécnicas. A compreensão dessas práticas auxilia no desenho da metodologia-infraestrutura para coprodução de interfaces tecnopolíticas úteis para a monitorização do DL em Lisboa. O que permitiria alcançar as necessidades das comunidades de prática, oferecendo-lhes ferramentas adequadas às suas competências e contextos prioritários. Tais interfaces poderiam funcionar como plataformas híbridas (física e digital) em apoio aos processos BIP/ZIP, monitorização de seus efeitos e base para a colaboração dos vários atores.

#### 5.4. Interfaces tecnopolíticas disponibilizadas pela CML

Na última década, a CML tem apostado num *marketing* de cidade inteligente, e se preparado, nesse sentido, em termos de infraestrutura, recursos tecnológicos e econômicos. Muitos projetos com essa etiqueta têm sido liderados pelo governo local, empresas, universidades, e outras instituições. Plataformas de dados abertos e programas de colaboração entre governo, academia, *startups* e *big techs*, têm sido implementados em sentido *top-down*, geralmente sob uma abordagem economicista.

O Observatório das Competências Digitais – *InCode* (2017), criado pelo governo português em 2019, fornece um retrato sobre a utilização, pela sociedade portuguesa, das tecnologias digitais. Tal revela, por exemplo, que os portugueses estão ligeiramente abaixo da média dos países europeus na utilização de serviços públicos *online*; mas, quanto às competências individuais mais do que básicas para a utilização de *softwares*, os portugueses estão bem alinhados à média europeia (Figura 5:9).

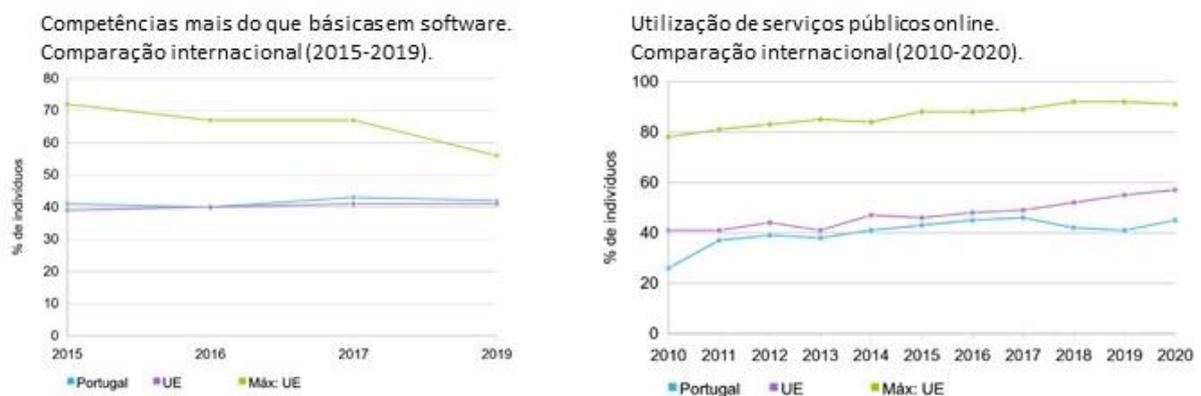


Figura 5:9 – Competências digitais dos portugueses. Fonte: InCode – Observatório das Competências Digitais. Disponível em: <https://observatorio.incode2030.gov.pt/> (acesso em 23 dez. 2021).

O Plano de Dados Abertos para a Cidade de Lisboa (CML, 2017b), pactuado em 2017, determinou a criação da Plataforma de Gestão Inteligente de Lisboa – PGIL, descrita no documento como uma

‘plataforma de cidade inteligente’ e ‘plataforma integradora’. Junto com o Centro Operacional Integrado de Lisboa (COI), que centraliza os dados municipais, de acesso restrito a alguns serviços municipais, deverá<sup>129</sup> oferecer dados abertos com o objetivo de garantir transparência, melhores serviços, desenvolvimento econômico e envolver os cidadãos. O empreendimento é justificado no documento pelo potencial da criação de valor sobre os dados, associados aos ‘temas da cidade inteligente e IoT’ (CML, 2017b, p.01).

Recentemente, a CML criou o Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa (CGIUL), responsável pelo COI e pela PGIL, pela gestão dos dados municipais, para disponibilizá-los aos cidadãos, oferecer valor às instituições e empresas e orientar decisões de governo. João Tremoceiro, seu atual coordenador, fornece mais detalhes sobre sua composição e propósitos, na entrevista contida no Anexo P.

Atualmente, a principal interface entre a CGIUL e os munícipes é o sítio eletrônico Lisboa Inteligente (2018), onde estão disponíveis a plataforma Lisboa Aberta (2016), a LxDATALAB (2018), e são divulgadas várias iniciativas da CML empreendidas em parceria com a academia e o ecossistema da inovação local. Nele, em novembro de 2021, eram apresentadas 36 iniciativas, organizadas segundo seis domínios: governação, mobilidade, modo de vida, ambiente e energia, economia e cidadão. São exemplos de iniciativas apresentadas: a *app* Lisboa.24, que fornece informações em tempo real sobre ocorrências no trânsito, obras públicas, eventos, intervenções no arboredo etc.; o portal da participação Lisboa Participa (2008), que reúne as várias plataformas de participação, em especial, o canal digital do Orçamento Participativo; a *app* Na Minha Rua Lx, que permite aos cidadãos denunciar ocorrências no espaço público que necessitem da intervenção do município como, por exemplo, sobre o lixo, trânsito, ruído etc.; a implementação de uma rede LoRa<sup>130</sup> na cidade de Lisboa, para fomentar o desenvolvimento de tecnologia IoT; etc. As várias *apps* e plataformas divulgadas no Lisboa Inteligente (2018) dispõem de canais próprios, dispersos e geridos por diferentes departamentos da administração municipal.

A iniciativa LxDATALAB (2018) promove, em parceria com universidades, em protocolos de colaboração, o desenvolvimento de investigação sobre analítica de dados, com análises críticas e desenho de aplicações. A interação dá-se através do lançamento de desafios a alunos e investigadores que, com o uso de analítica, vão atender a questões como a identificação da época de construção do edificado, identificação dos resíduos depositados fora dos contentores adequados, avaliação da irregularidade dos pavimentos<sup>131</sup> etc. São, de um modo geral, desafios orientados para melhorar o fornecimento de serviços públicos.

Também o programa SOL – *Smart Open Lisboa* (2018), destacado na Lisboa Inteligente (2018), promove a inovação e criação de valor sobre os dados abertos do município. Em desafios lançados a

---

<sup>129</sup> Até o fechamento desta investigação, a PGIL ainda não havia sido lançada.

<sup>130</sup> Tecnologia de redes de comunicações LPWAN (*Low-Power Wide-Area Network*), baseadas no protocolo aberto e seguro LoRaWan, para a ampla aplicação de sensores na ‘internet das coisas’ (IoT).

<sup>131</sup> Os exemplos dados estavam divulgados no sítio eletrônico do LxDataLab (2018) em novembro de 2021.

nível internacional a *startups* já com certo nível de desenvolvimento, facilita o desenvolvimento de serviços e o fechamento de negócios, oferecendo-lhes acesso a dados ainda não disponíveis aos munícipes. Em novembro de 2021, os desafios atendiam a quatro temas-chave: mobilidade, habitação, capital verde e futuro. Apesar de o pretexto manifesto seja o de ‘melhorar a vida dos cidadãos’, o público-alvo restringe-se à comunidade *tech* e da inovação, e a abordagem é estritamente economicista: trata-se de produtos e serviços a serem lançados no mercado.

A principal plataforma de dados abertos da CML, acessível aos munícipes, é a Lisboa Aberta (2016), onde são oferecidos, atualmente, dados de 18 temáticas: administração pública e justiça, ambiente, cultura e patrimônio, desporto, economia e inovação, educação, energia e comunicações, gestão urbana, habitação e desenvolvimento social, informação de base e cartografia, mobilidade, planejamento urbano, população, saúde, segurança e socorro, transparência, turismo e lazer, e outros equipamentos e serviços. Os dados fornecidos provêm de 19 organizações. Nela também são apresentadas *apps* produzidas na plataforma SOL, por *startups* e parcerias com universidades, além de algumas análises em gráficos sobre: qualidade ambiental, ocupações, vias públicas, turismo, educação, população e intervenções no território.

Já a gestão dos dados georreferenciados do município é de responsabilidade da Divisão de Gestão de Informação Georreferenciada, do Departamento de Sistemas de Informação, que disponibiliza os dados em duas plataformas: a Geodados (2016) e a Lisboa Interativa (2006). A plataforma Geodados utiliza a base cartográfica da *ArcGIS*, e oferece silos de informação georreferenciada em quinze temáticas: saúde, segurança e socorro, turismo e lazer, mobilidade, informação base e cartografia, planejamento urbano, outros equipamentos e serviços, educação, economia e inovação, gestão urbana, energia e comunicações, desporto, ambiente, cultura e patrimônio, e administração pública e justiça. A plataforma LxI - Lisboa Interativa (2006) utiliza como base a plataforma SIG municipal e oferece visualização em mapa, possibilidade de fazer medições e desenhos, impressão, *download* de dados georreferenciados, busca por endereços e navegação sobre quinze temáticas: ambiente, cartografia, edificado, equipamentos, espaço público, gestão urbanística, habitação e desenvolvimento local, limites administrativos, mobilidade, patrimônio, planejamento urbano, Plano Diretor Municipal em vigor, reabilitação urbana, segurança e socorro, serviços e atividades econômicas.

Com a perspectiva de gerar valor sobre os dados, o CGIUL direciona os serviços da Lisboa Inteligente (2018) mais para a comunidade *tech* e da inovação, na perspectiva de facilitação de negócios. Já o Departamento de Sistemas de Informação promove suas duas plataformas, Geodados (2018) e LxI (2006), mais para o meio acadêmico e para arquitetos, urbanistas, paisagistas etc., na perspectiva de que a os dados georreferenciados sejam utilizados em apoio à investigação e ao desenvolvimento de projetos. Apesar de, no discurso, ambos adotarem a abertura dos dados aos cidadãos e ao apoio à ação cidadã, ainda não se verifica uma grande aproximação desses ecossistemas ao tecido associativo e a projetos de desenvolvimento local.

Para a participação cívica, a principal plataforma é a Lisboa Participa (2008), gerida pela Divisão de Participação do Departamento de Relação com o Município e Participação da Secretaria-Geral da CML. A plataforma opera os principais processos de participação cidadã, como: as consultas públicas dos projetos de investimento do município, organizadas na área Lisboa em Debate ou em destaque na página inicial; a versão *desktop* da *app* Na Minha Rua Lisboa; o Orçamento Participativo de Lisboa, na área Lisboa Eu Participo; e o Orçamento Participativo Escolar, voltado à participação de jovens e crianças, através das escolas. Ainda oferece ferramentas para simulações sobre o orçamento municipal, na aba Orçamento em Trocados, e acesso a informações sobre reuniões da Câmara, a atividade da Assembleia Municipal, dos Conselhos Municipais, projetos especiais como a estratégia Lisboa Cidade de Bairros, o Lisboa Ideia<sup>132</sup>, e acesso ao Lisboa Aberta e ao portal do PPL (2013).

A reunião dos vários mecanismos de participação na plataforma Lisboa Participa (2008) foi resultado do projeto de investigação EMPATIA - *Enabling Multichannel Participation Through ICT Adaptations*<sup>133</sup>, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. EMPATIA teve como objetivo discutir, avaliar, desenhar e implementar sistemas participativos, em quatro cidades piloto – Lisboa, Ričany, Wuppertal e Milão, esta última, integrada ao projeto já em curso. A partir de experiências com processos de OP, a proposta dos investigadores do EMPATIA foi a de construir plataformas multicanais para processos híbridos, que suportassem o sistema de voto do OP, mais a visualização e processamento de dados, e a interação entre usuários para a formação de opinião, o estabelecimento de redes sociais e a colaboração no desenvolvimento de projetos (Kamal et al., 2016; Allegretti et al., 2016).

Em Lisboa, apesar de conseguir a integração de ferramentas dos vários processos participativos em uma mesma plataforma, o projeto EMPATIA não foi suficiente para integrá-los a um sistema único de identificação do usuário, ou para estabelecer conexões entre os vários processos. A entrevista feita aos investigadores Giovanni Allegretti e Michelangelo Secchi (Anexo O), revela algumas das dificuldades encontradas na implementação, como a compartimentação dos processos em vários departamentos que não se articulam entre si, e a tendência por uma avaliação meramente quantitativa dos processos participativos, centrada na quantidade de acessos e não na qualidade da participação.

Um exemplo dessa compartimentação é o fato de a Estratégia BIP/ZIP, um importante instrumento de participação da CML, estar sob o Departamento de Desenvolvimento Local, sem muita articulação com o Departamento de Relação com o Município e Participação (responsável pelo Lisboa Participa), e ainda sem interações com o CGIUL, como revelado por João Tremoceiro (Anexo P), seu coordenador. É possível encontrar dados referentes ao PPL noutras plataformas como, por exemplo, a delimitação dos territórios prioritários, a localização de projetos e a abrangência dos GABIP, na LxI. Mas a plataforma

---

<sup>132</sup> Na época de conclusão desta investigação, em novembro de 2021, o programa estava sob remodelação.

<sup>133</sup> A versão atual da plataforma Lisboa Participa é diferente da que fora entregue pelo projeto, visto que a CML não lhe deu prosseguimento. No sítio eletrônico do EMPATIA é disponibilizado o código da plataforma em *open source*. Disponível em: <https://empatia-project.eu/> (acesso em 18 dez. 2021).

específica do PPL (2013) é uma página característica da pré-*Web 2.0*, pouco apelativa e restrita à operacionalização das candidaturas. É através dela que as entidades da iniciativa local acessam ao sistema de registro de entidades, os documentos orientadores das candidaturas (Ciclo e Regras, calendário, fichas de caracterização dos territórios, guião de apoio às candidaturas, FAQ) e um banco de dados com todas as fichas de candidatura de todos os projetos submetidos, de todas as edições do PPL. A interface não apoia a interação das entidades na construção dos consórcios para os projetos, não permite discussões entre os vários atores envolvidos, não permite aos munícipes opinarem sobre os projetos, não facilita a visualização e sistematização de informação, não habilita sua monitorização, nem a formulação de análises críticas sobre o programa.

Como já enunciado, em paralelo a esta investigação, houve o desenvolvimento de uma plataforma de *big data* para partilha de um banco de dados sobre o PPL, alimentado pelos dados fornecidos pelas entidades na elaboração de suas candidaturas. A plataforma BIG BIP Data<sup>134</sup> foi lançada em junho de 2021, na abertura do *hackaBIP* e, até o fechamento desta investigação, encontrava-se ainda em fase de testes, sem acesso aos munícipes.

No entanto, muito se aprendeu com o seu desenvolvimento. Primeiro, foi necessário o alinhamento da plataforma com as outras ações em desenvolvimento e previstas pela CML como, por exemplo, a consultoria responsável pela avaliação do PPL, a monitorização feita pela equipe do DDL, as plataformas existentes e disponibilizadas pela CML mais aquelas produzidas nos projetos BIP/ZIP. Depois de reuniões com os vários atores envolvidos, definiu-se que a plataforma de *big data* ia concentrar-se na disponibilização de dados sobre as candidaturas ao PPL, resultando em uma apresentação mais apelativa, legível e interativa dos dados antes disponibilizados somente através das fichas de candidaturas individuais, em formato PDF. Ou seja, as informações contidas na BIG BIP Data correspondem às intenções de candidatura, não refletem a realidade de execução dos projetos.

Outra questão muito discutida ao longo do trabalho de desenvolvimento da plataforma, foi a forma de apresentação dos dados. Embora a leitura territorial seja interessante para observar as tendências territoriais dos projetos e das redes, alguns dados não são de fácil demonstração em mapa, outros oferecem leituras mais completas dispostos em gráficos ou em múltiplas camadas, o que complexifica a visualização. A plataforma resultante apresenta uma visualização inicial sobre o mapa da cidade de Lisboa, com camadas que permitem habilitar a visualização das unidades administrativas (UIT, Juntas de Freguesia e os próprios territórios BIP/ZIP), mais uma área abaixo do mapa que fornece diversos gráficos com informação organizada temporalmente, e o *download* dos dados solicitados em planilhas.

Ainda sobre a apresentação dos dados, o desenvolvimento da plataforma levou a uma consolidação, no banco de dados do DDL, das várias modificações que foram sendo feitas, ao longo dos anos, em itens do PPL. Por exemplo, a duração do projeto que nas três primeiras edições era de 9 meses e depois passou

---

<sup>134</sup> Disponível em: <https://bipzip.lisboa.pt/10-anos-bipzip/programa/000001/index.htm> (consultado em 17 dez. 2021).

para 12 meses, a alteração na tipologia de entidades aptas a se candidatarem, a reforma administrativa das freguesias realizada em 2013, e a transcrição para o atual modelo de ficha das candidaturas feitas no primeiro ano do PPL, 2011, em meio analógico.

Apesar de quase todos os campos das fichas de inscrição oferecem informação relevante sobre os projetos e úteis, especialmente, para as entidades que atuam nos consórcios BIP/ZIP, o DDL optou por utilizar, nesta primeira versão da plataforma, somente os dados simples, que não exigiam a mineração de palavras-chave como seria necessário para, por exemplo, fazer buscas sobre os objetivos do projeto ou diagnóstico do território. Em comparação, o projeto Fórum Urbano (2018), financiado pelo PPL e que desenvolveu uma plataforma de dados sobre o programa (discutido na seção anterior), disponibiliza informações sobre as atividades realizadas através de palavras-chave identificadas na leitura de todas as fichas de candidatura. Tal dado ainda não está contemplado no banco de dados da BIG BIP Data.

A disponibilização dos dados nesta plataforma obedeceu a uma tríade utilizada pelo DDL para comunicar sobre o programa, que reúne os elementos fundamentais do PPL: territórios, entidades e projetos. Sobre os territórios, a plataforma oferece buscas a partir do nome, tipologia, UIT e freguesia. Sobre as entidades, é possível selecionar dados a partir do nome, tipologia, consórcio e se promotora ou parceira. E sobre os projetos, tem-se dados enquanto projeto aprovado ou candidatura não aprovada, a temática e os destinatários preferenciais.

O acompanhamento desse trabalho permitiu observar aspectos éticos e políticos ressaltados por Kitchin et al. (2015a), que levam a que a plataforma forneça alguns dados e não outros. No caso da BIG BIP Data, a opção do DDL foi mostrar somente alguns dados já disponíveis nas fichas de candidatura apresentadas no sítio eletrônico do PPL (2011). Ainda assim, dados sobre produtos gerados, caracterização de público-alvo, cronograma físico-financeiro dos projetos, ficaram de fora da plataforma. Mesmo dados sobre financiamento, foram disponibilizados somente em termos gerais, na caracterização do projeto, dividindo valores entre o que foi financiado pela CML e o que foi contrapartida dos projetos, sem mais detalhes. Os relatórios de prestação de contas que as entidades entregam ao DDL ao final de cada projeto também ficaram de fora da plataforma, apesar de trazerem números mais fiéis em relação ao que fora executado. Por fim, a plataforma é restrita a dados sobre o PPL, com mais vocação para propaganda do programa do que para sua monitorização, ou monitorização dos efeitos do programa sobre os territórios, ou mesmo monitorização do DL em Lisboa.

Com essas leituras percebe-se que o governo local tem aderido ao discurso da cidade inteligente, direcionando recursos para o tecido inovador – universidades, agências de fomento, empresas tecnológicas, das *startups* às *big techs* – mas ainda com pouco esforço para alcançar o tecido associativo, e para facilitar a ação cívica. Existe alguma infraestrutura, mas ainda muito direcionada a utilizadores específicos, selecionados, sob a perspectiva de gerar valor econômico com os dados.

A cidade carece de mais esforço para abrir-se enquanto uma Lisboa *Hackeável* a todos, uma cidade que estimule a inovação tecnológica e a indústria da inovação, mas que também, abra suas infraestruturas para facilitar formas ampliadas de democracia, a auto-organização dos cidadãos e

organizações. Necessita de uma comunicação de fato permissiva (Mäenpää & Faehnle, 2018)) para oferecer um Governo Plataforma (O'Reilly, 2010). Trabalho, aliás, que se vê a ser construído em sentido *bottom-up*, fomentado por instrumentos como o PPL e outros financiamentos, e pela participação da academia, ainda que tímida.

## 5.5. Relatos do campo de investigação

Conforme já abordado na Introdução, a presente investigação foi desenvolvida em paralelo a um relacionamento construído com a CML e com entidades da iniciativa local, com o objetivo de conhecer os atores, as interações, meios e subjetividades que permeiam a efetivação da Estratégia BIP/ZIP. Essa observação participante (Schensul & Lecompte, 2013) sobre diversos processos da Estratégia BIP/ZIP, contribuiu para captar diferentes perspectivas e adicionar informação que ainda não havia sido disponibilizada na literatura de referência, além de temas gravitacionais.

Os encontros com a equipe do DDL da CML, nos quais a investigação representava o Iscte-IUL e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), iniciaram-se ainda antes da escrita do projeto de tese. Naquela altura, o objetivo de ‘desenhar um observatório da cidade sobre as dinâmicas de DL’, e a hipótese de contribuir para uma necessidade premente da CML, obviamente, motivou o início de uma trajetória cujo horizonte foi sendo determinado pelas reflexões proporcionadas pela literatura revisada, pelos debates provocados em uma série de encontros científicos, pelas evidências encontradas em campo e junto aos diversos atores, bem como, pelo amadurecimento da própria CML em relação ao que inicialmente se pretendia.

Passado um ano da primeira reunião com a equipe do DDL, a proposta de um observatório ou de uma plataforma colaborativa sobre o DL em Lisboa ganhava força com a inscrição da cidade na rede Com.Unity.Lab<sup>135</sup>, programa Urbact III, para a transferência da Boa Prática BIP/ZIP a outras cidades europeias, assumindo o compromisso de melhorar a quarta ferramenta da estratégia, relativa às redes de colaboração. Naquela altura, chegou a ser iniciada a construção, a várias mãos, de um Termo de Entendimento que acertava um acordo de colaboração entre CML, Iscte-IUL, ICS-UL, a empresa consultora *In Loco*, a associação *Locals Approach* e a Rede DLBC Lx. O Iscte-IUL e o ICS-UL integravam o grupo a propósito desta investigação; a *In Loco*, por ser a consultora externa da Estratégia BIP/ZIP desde o seu nascimento; a *Locals Approach*, devido ao projeto BIP/ZIP Fórum Urbano (2018) que tinham acabado de aprovar, o qual pretendia sistematizar dados sobre o PPL; e a Rede DLBC Lx porque, além de aglutinar dezenas de entidades atuantes no DL, também tinha o compromisso com o programa Urbact III, através da rede *Interactive Cities*, de lançar uma plataforma de cogovernança para suas associadas.

---

<sup>135</sup> Apesar da sinergia com a rede *Com.Unity.Lab*, aconteceram poucos encontros que pudessem efetivar colaborações.

Apesar de tantas forças favoráveis, o acordo não prosperou, a não ser pela contratação, meses mais tarde, do desenvolvimento de uma plataforma de *big data* sobre o PPL, BIG BIP Data, feita pelo DDL a um professor do Iscte-IUL. Já desconectado do objetivo de se ter um ‘observatório’ sobre o BIP/ZIP ou o DL em Lisboa, e com foco no desenho de uma plataforma de dados sobre o PPL, seguiram-se novos encontros de trabalho.

O desenho da plataforma de cogovernança da Rede DLBC Lx, Decidimos Lisboa, também foi observado nesta investigação, na discussão apresentada sobre os *focus groups* (ver mais em 5.6). Na altura, pôde-se participar do evento de lançamento da plataforma e fazer uma apresentação, seguida por discussão com as associadas presentes, sobre a pertinência de um observatório sobre o DL em Lisboa. Dentre as questões por elas colocadas e debatidas, destacam-se: Como nasceria e por quem seria composto o observatório? Qual a necessidade de interação entre as várias ‘observações’, considerando os diversos observatórios de temáticas afins existentes? Qual a participação dos técnicos da CML na gestão do observatório? Em que medida esse instrumento pode facilitar a atualização do PPL e a medição da participação dos cidadãos na Estratégia BIP/ZIP?

Apesar de a criação desse observatório não ter encontrado, durante a realização desta investigação, os acordos de parceria necessários para a sua efetivação, a apreciação de entidades da iniciativa local, quando questionadas, foi sempre positiva para tal. Porém, embora a Rede DLBC Lx tenha estado empenhada na criação de uma plataforma de cogovernança, ainda que restrita à utilização por suas associadas, seu entendimento era de que a Rede já era o próprio observatório do DL em Lisboa, conforme revelado por seu presidente da época (Anexo L).

A pertinência desse observatório merecia uma discussão mais alargada com as entidades da iniciativa local. A realização dos inquéritos discutidos na subseção anterior teve esse objetivo, mas obteve um número pouco significativo de respostas. Uma forma de alcançar um maior número de entidades, poderia ter sido através dos *workshops* realizados pelo DDL no lançamento anual do PPL, mas tal contato não foi possível.

No *workshop* de lançamento do ciclo 2019 do PPL, realizado a 25 de maio de 2019, no Campus Acadêmico do Lumiar, foi possível interagir com algumas entidades da iniciativa local, e perceber a dinâmica conduzida pelo DDL (Figura 5:10). Depois de feita a leitura do documento orientador do financiamento, foram distribuídas as fichas de caracterização dos territórios prioritários<sup>136</sup>, e realizada uma atividade que simulava o desenho de um projeto a inscrever no PPL. Naquela edição, foi incentivada a construção de projetos voltados para a sustentabilidade, visto que a cidade de Lisboa havia sido distinguida enquanto Capital Verde Europeia em 2020<sup>137</sup> e, portanto, estava a preparar uma série de iniciativas para o ano seguinte.

---

<sup>136</sup> Nessa edição de 2019, pela primeira vez, as fichas de caracterização dos territórios prioritários passaram a ficar disponíveis para consulta no sítio eletrónico do PPL.

<sup>137</sup> Disponível em: <https://www.lisboa.pt/capital-verde-2020> (consultado em 18 dez. 2021).



Figura 5:10 – *Workshop* do ciclo 2019 do PPL.

O momento do workshop tem sido utilizado pela CML e iniciativa local, essencialmente como um momento para esclarecimento de dúvidas sobre o programa e sobre eventuais particularidades ou novidades do ciclo em questão. Se o ciclo de 2019 teve foco na sustentabilidade, o de 2020, lançado através de videoconferência no dia 05 de junho de 2020, teve atenção à situação pandêmica, destacando a importância do espaço público enquanto ‘espaço comunitário’ e à promoção das ferramentas digitais. Já o ciclo de 2021, também lançado via videoconferência a 14 de maio de 2021, centrou na aguardada nova versão do PPL, agora desmembrado entre duas dimensões, ‘Ignição’ e ‘Boas Práticas’. A versão *online* adotada nos dois últimos *workshops* acompanhados acabou por ser mais informativa, visto que o formato restringia a interação entre as entidades.

Em 2020 também foi lançado, pela primeira vez, o instrumento de financiamento da Rede DLBC Lx, chamado ‘Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social’, que financiou 35 projetos para os territórios prioritários, somando mais de 2,8M euros em investimento (Rede DLBC Lx, 2013). Houve uma programação de sessões públicas por videoconferência para apresentação, esclarecimentos e capacitação para a inscrição de projetos. Aqui o formato *online*, mas também o caráter mais complexo e burocrático do edital<sup>138</sup> foram barreiras difíceis de ultrapassar.

Ainda assim, a Rede DLBC Lx experimentou um processo participativo para a eleição das candidaturas submetidas, no qual foram distribuídos panfletos pelos territórios prioritários, com informação sobre os projetos específicos de cada um deles, um número de SMS e um código de residente para a votação popular, garantindo o voto único por residente. No entanto, o número de votos recebidos ficou muito aquém das expectativas da Rede DLBC Lx, demonstrando a dificuldade de envolver a população no assunto, informá-la sobre o processo e a importância de participar. Outro aspecto

<sup>138</sup> O edital de financiamento da Rede DLBC Lx é garantido por recursos financeiros dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, estando alinhado ao Eixo Prioritário 6 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação do POR Lisboa2020 e vinculado à Estratégia de Desenvolvimento Local de Lisboa. (Rede DLBC Lx, 2013).

interessante dos *workshops* promovidos pela Rede DLBC Lx foi a interação que incentivaram às suas associadas com a plataforma LxI, da CML, para verificação dos limites dos territórios prioritários, para a concepção dos projetos. Curiosamente, não se verificou nos *workshops* do DDL esse incentivo para utilização de outras ferramentas da CML.

Outra interação que se buscou ao longo da investigação, foi com os GABIP, tendo sido possível participar de uma reunião, na Escola Artística António Arroio, com a Comissão Executiva do GABIP USER (que reúne os territórios prioritários Ex-SAAL e Autoconstrução). Estiveram presentes representantes da DMHDL, da própria Escola Artística António Arroio, das Juntas de Freguesia da Penha de França e Beato, das associações VMBA e Moradores do Novo Horizonte, da Cooperativa Btuin, do Clube Intercultural Europeu, da Aga Khan, da SCML e do Iscte-IUL, representado por esta investigação. A participação na reunião objetivou conhecer a forma de trabalho de um GABIP e as dinâmicas proporcionadas. Verificou-se que essas reuniões são essencialmente um espaço para discussão de problemas, para informes e atualizações sobre os projetos, e muito favorável para a partilha de intenções de novos projetos e parcerias.

Também com as entidades da iniciativa local, houve interação com contatos iniciados mesmo antes do início da investigação. Em 2017, já sob interesse de perceber melhor o funcionamento da Estratégia BIP/ZIP, foi possível participar, no Bairro do Lavrado, de uma reunião do projeto Lig@-te ao Bairro, financiado no ciclo de 2015 pelo PPL, tendo o Iscte-IUL como parceiro. O projeto havia sido elaborado no âmbito do curso Territórios Colaborativos, que integra os instrumentos de redes colaborativas da Estratégia BIP/ZIP. A reunião teve como objetivo discutir a execução de mobiliário urbano a ser instalado no bairro, e estiveram presentes representantes do Iscte-IUL, da Fundação Aga Khan, SCML, Associação Portuguesa de Arte Urbana, JF da Penha de França, além de alguns ex-alunos do curso que conceberam o projeto. Na ocasião, foi importante perceber como o projeto estava a ser discutido tendo como referência outros projetos comunitários, alguns financiados pelo OP. Também foi interessante perceber as dificuldades de comunicação com a população e os artifícios planejados para ultrapassá-la, como a distribuição de panfletos informando o *status* do projeto.

Mais tarde, também enquanto representante do Iscte-IUL, foi possível participar em reuniões do projeto Somos Todos Bensaúde, no Bairro Alfredo Bensaúde, quando se estava a preparar uma série de atividades comunitárias. No âmbito do projeto Casalinho Comum, foi possível participar na mediação de um *workshop* na Escola Básica Homero Serpa, para o *codesign*, com alunos e professores, de uma biblioteca itinerante. Foi ainda possível participar de atividades de vários outros projetos, dos quais destacam-se a Rede de Construtores de Lisboa (2018), do Atelier Artéria, e o Fórum Urbano (2018), da Associação *Locals Approach*. Em 2020, com a Cooperativa Btuin trabalhou-se na elaboração de uma estratégia de participação para o projeto Construir Acessos sem Restrições (edição de 2019 do PPL), colaboração que acabou por não se estabelecer.

Mais tarde, a propósito da ação *hackaBIP*, procurou-se estabelecer contato com uma série de entidades, para divulgar a ação, codesenhar a metodologia e angariar participações. Após distribuir o

inquérito discutido na subsecção 5.6.3, foi feito contato com a Associação Rés-do-Chão, Associação Santa Teresa de Jesus, *Locals Approach*, Centro Social da Musgueira e Cooperativa Btuin, à procura de parceria para a realização de *workshops* comunitários, que acabaram por não se realizar. A intenção era estabelecer parcerias em todas as UIT, tendo escolhido essas entidades pela experiência que tiveram na utilização de interfaces tecnopolíticas e pela influência que exercem em seus territórios de ação. Duas delas remeteram o contato para os Grupos Comunitários (GC) dos quais fazem parte. O Centro Social da Musgueira levou a discussão para o GC da Alta de Lisboa, quando os participantes demonstraram interesse e disponibilidade para participarem futuramente do *workshop* Pulso Local. A Associação Rés-do-Chão levou a discussão para o GC 4 Crescente, com a intenção de fazê-la em evento com a participação da Vereadora Paula Marques. No entanto, o início do isolamento físico devido a pandemia de COVID-19, levou ao adiamento desse evento e restringiu o contato para uma lista de *e-mails*.

Depois de dois encontros realizados por videoconferência com o GC 4 Crescente, foi possível participar de uma reunião ampliada com todos os GC. Esta reunião, que contou com a participação da Vereadora Paula Marques e foi mediada pelo Prof. Rogério Roque Amaro, teve o objetivo de discutir sobre uma proposta de governança local partilhada e participativa para a cidade de Lisboa, com o envolvimento dos GC. Todos os representantes dos GC presentes falaram sobre a percepção que tinham sobre cogovernança, sobre as necessidades que tinham na altura, decorrentes da situação pandêmica, sobre a importância de envolver os moradores nos GC e a dificuldade de consegui-lo. A discussão não foi conclusiva, foram agendados novos encontros, que não puderam ser acompanhados. No entanto, ficaram importantes reflexões, levantadas pelos debatedores, tais como a necessidade de ferramentas e processos inclusivos e a dificuldade de pensar em uma plataforma para cogovernança que não tenda a padronizar a ação de seus integrantes.

Também as plataformas de dados e de participação da CML foram alvo de observação. Participar das apresentações anuais da CML sobre suas plataformas Geodados (2016), LxI (2006), Lisboa Aberta (2016), foi importante para perceber como as plataformas funcionam e o que a CML espera enquanto utilização delas. Aqui observou-se, por parte da CML, um empenho em reunir investigadores e arquitetos nesses *workshops*, o que não se verificou em relação à participação da iniciativa local. Também o processo do OP foi importante observar, ao participar de *workshops* informativos sobre o preenchimento do formulário para candidatura de ideias, para perceber o esforço de comunicação da CML para incentivar a participação dos cidadãos. Ficou visível, nessas interações, uma certa desconexão entre os departamentos responsáveis pela gestão dessas plataformas e outros departamentos responsáveis por questões que poderiam ser auxiliadas por uma utilização mais ampla e informada dessas ferramentas.

Além de todas as reuniões, apresentações, *workshops* relatados acima, foi essencial conhecer todos os territórios prioritários de Lisboa e identificar suas particularidades, o legado dos projetos realizados ao longo dos últimos dez anos e a energia da iniciativa local mobilizada para essa transformação.

Concluindo, a interação com os vários atores, meios e processos do campo de investigação foi fundamental para perceber, por exemplo: os diferentes papéis já assumidos por cada ator; suas agendas políticas; a forte atuação de técnicos de algumas instituições com envolvimento em grande número de projetos, como a SCML e a Fundação Aga Khan; e a dificuldade de envolver a população nas várias discussões, tendo sido exploradas algumas ferramentas para tal. Ainda assim, verificou-se pouca utilização das várias interfaces tecnopolíticas disponibilizadas pela CML e uma grande demanda para a construção de um repositório de práticas para inspiração e partilha de experiências.

## 5.6. Inquéritos sobre meios de monitorização do DL em Lisboa

Além da observação participante, a investigação utilizou de inquéritos e entrevistas semiestruturadas para captar e refletir sobre as perspectivas de vários atores da Estratégia BIP/ZIP.

Os inquéritos, realizados com o auxílio da aplicação *Google Form*, procuraram levantar a perspectiva de representantes de entidades da iniciativa local e de técnicos da CML sobre o conceito de desenvolvimento local e a pertinência de haver, nesse contexto, instrumentos de produção de informação, partilha da tomada de decisão, e facilitação da colaboração. A

Tabela5:4 identifica os inquéritos realizados com os temas abordados, público-alvo, nº de respostas recebidas e ano de realização. As identidades dos inquiridos, bem como os nomes das entidades que representam e dos projetos por elas desenvolvidos, estão ocultados neste texto, de forma a garantir o dever de confidencialidade.

Tabela 5:4 – Identificação e caracterização dos inquéritos realizados.

<b>TEMA</b>	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>Nº RESPOSTAS</b>	<b>ANO REALIZAÇÃO</b>
<i>Desenvolvimento Local</i>	Iniciativa local e técnicos da CML	9	2018
<i>Pertinência de uma plataforma para governança colaborativa</i>	Iniciativa local e técnicos da CML	12	2018
<i>Pertinência de um observatório BIP/ZIP</i>	Iniciativa local	12	2020

O inquérito sobre o conceito de DL foi respondido por: cinco representantes de entidades da iniciativa local (um agrupamento escolar, uma universidade, uma associação de bairro, uma junta de freguesia e a Rede DLBC Lx), distribuídas por toda a cidade; e quatro técnicos da CML, membros do DDL e responsáveis pela operacionalização do PPL. Compuseram o inquérito questões sobre: (1) o que entendem por 'Desenvolvimento Local'; (2) se a Estratégia BIP/ZIP promove o DL; (3) se a entidade representada promove o DL; (4) se o conjunto de instrumentos disponibilizados pela CML é suficiente para a promoção do DL; e (5) a importância da regulamentação de instrumentos para promoção do DL.

A discussão sobre a pertinência de uma plataforma de governança colaborativa foi feita em paralelo a um *focus groups* que estava a ser desenvolvido pela Rede DLBC Lx, de consulta a seus associados sobre o tipo de ferramenta que iam desenvolver no âmbito do projeto Urbact *Interactive Cities*<sup>139</sup>.

Primeiro, decorreram os *focus groups*, entre janeiro e março de 2018, com três públicos-alvo: experts; representantes de entidades locais; e cidadãos dos territórios prioritários. Foi possível participar em dois *focus groups*: no primeiro, como participante *expert*, contribuindo com reflexões acerca do que poderia ser uma plataforma de cogovernança; no segundo, como ouvinte, já que se tratava da discussão entre representantes de entidades locais. As perguntas colocadas partiam de um roteiro inicial que ia sendo adaptado à audiência, e buscavam aferir a compreensão sobre o conceito de plataformas colaborativas, quais necessidades elas poderiam suprir e exemplos conhecidos pelos participantes. Depois, foi feito um inquérito a representantes de entidades locais e técnicos da CML, da Divisão de Apoio a Intervenções Locais, do DDL. As perguntas seguiram a mesma linha dos grupos focais. Alguns foram realizados face a face, nos ambientes dos entrevistados, com oportunidade para esclarecer as questões colocadas; outros, através de formulário *online*.

Entre janeiro e fevereiro de 2020, em paralelo aos preparativos para a ação *hackaBIP.v01*, discutida a seguir, foi realizado um inquérito com o objetivo de apreender qual a familiaridade das entidades com indicadores e plataformas digitais, a experiência adquirida com o desenvolvimento de ferramentas digitais, e a pertinência e disponibilidade para a construção colaborativa de um observatório sobre o BIP/ZIP. Foram feitos três blocos de perguntas, sobre os temas: (1) indicadores e plataformas digitais; (2) ferramentas digitais próprias; e (3) construção participativa de um observatório sobre o BIP/ZIP.

Foi definida uma amostra de entidades para receber o inquérito, encaminhado via *e-mail* pela CML. A amostra continha 48 entidades (equivalente a 7,78% do total de 618 entidades dentre promotoras e parceiras de projetos financiados pelo PPL de 2011 a 2019). Foi construída a partir dos seguintes critérios: (1) ter representantes dos 18 tipos de instituição a que as entidades se autodeclaram ao se inscrever no PPL, em quantidade por tipologia definida numa ponderação de peso da tipologia no total de atuações das entidades, onde cada tipologia indica as entidades com mais projetos (mais experiência e rede) e com menos projetos (atuação única em redes pequenas); (2) incluir as entidades atuantes em projetos que propuseram ferramentas tecnopolíticas; (3) abranger entidades sediadas nas 5 UIT; (4) em cada situação, ter equilíbrio entre entidades promotoras e parceiras. No entanto, das 48 entidades que receberam o inquérito, somente 12 responderam-no, das quais: 2 Juntas de Freguesia, 1 Associação de Desenvolvimento Local, 2 Associações Culturais, 1 Associação de Jovens/Estudantes, 2 IPSS, 1 ONG, 2 Cooperativas Sem fins Lucrativos e 1 Instituição de Ensino Superior.

---

<sup>139</sup> O resultado desse projeto foi a plataforma Decidimos Lisboa, atualmente descontinuada. Disponível em: <http://rededlbcisboa.pt/2018/06/01/forum-interactive-citiesurbact-reportagem-na-ver-pt/> (consultado em 25 dez. 2021).

A análise e cruzamento das respostas recebidas nos inquéritos, permitem-nos compreender o entendimento construído sobre DL, a necessidade e desafio de construir, de forma colaborativa, interfaces que facilitem seus processos.

As respostas apontam para uma ideia de que o DL se refere à melhoria do território e da qualidade de vida, através do envolvimento das pessoas, que devem ser capacitadas para a ação, num processo de aquisição coletiva de capital social. Outro entendimento que fica claro em suas respostas é a ideia de que a escala local dos trabalhos deve estar vinculada com o restante da cidade ou à globalidade dos temas. Para os técnicos da CML, o DL é relacionado à ideia de política pública para territórios ‘desfavorecidos’, através do aproveitamento de recursos, com o objetivo de bem-estar da população.

O conceito de DL proferido pelos inquiridos é compatível com os conceitos e documentos discutidos no Cap. 2, resultado, presume-se, de vários anos e diversos programas e políticas que articulam a colaboração entre esses atores, em Portugal. Nas respostas conseguidas, é clara a ideia de que o DL não deve se restringir à dimensão física do território, mas, pelo contrário, deve apostar na capacitação e articulação das pessoas e entidades locais. A criação de redes colaborativas, o uso dos GABIP, a continuidade de projetos que se reciclam ao longo de vários anos de financiamento – ou seja, o uso das ferramentas disponíveis, ainda que aquém de suas possibilidades – evidenciam a importância do papel político do BIP/ZIP como indutor de articulações multinível nos territórios atingidos.

No entanto, foram referidas opiniões sobre um possível caráter limitador da regulamentação de uma estratégia para o DL, que pode acabar por restringir a capacidade de inovação necessária para se atingir o DL. Foi ainda sugerida a necessidade de melhorar o mecanismo regulatório, criando financiamentos estruturais para aquelas entidades com trabalho permanente no território, diferenciando-as de outras que desenvolvem projetos esporádicos. Por outro lado, foi reconhecido o caráter de transparência e de partilha de responsabilidades que a regulamentação assegura à Estratégia BIP/ZIP.

Foi, ainda, mencionada a dificuldade em perceber a eficácia das estratégias adotadas, exatamente pelo fato de as melhorias, muitas vezes, não atingirem a dimensão física e mais tangível dos territórios. Embora os inquiridos sejam unânimes em reconhecer que o BIP/ZIP promove o DL, também identificam que por si só ele não é suficiente, dependendo do trabalho contínuo das entidades e de um trabalho de monitorização cujos resultados ainda não são sentidos, mas que poderiam, pelo menos, contribuir para atualizar os diagnósticos iniciais.

Os inquiridos consideram que tanto suas entidades quanto a Estratégia BIP/ZIP promovem o DL em Lisboa. Sobre as primeiras, referem a criação de empregos, respostas nas áreas da educação e inclusão social, formação de pessoas e ampliação de competências, auscultação da população e, a partir daí, a construção de diagnósticos territoriais.

Sobre a promoção do DL pela Estratégia BIP/ZIP, as respostas dos técnicos da CML referem o apoio à população, promoção do sentido de pertença e partilha de responsabilidades na governação dos territórios com os residentes. Os representantes das entidades referem a disponibilização de ferramentas, em especial, recursos financeiros para a realização de projetos; pela capacitação de atores locais; o

incentivo à cidadania ativa, auto-organização, participação, formação de parcerias e redes; estímulo a que as entidades conheçam melhor seus territórios de ação; e pela criação de novas associações, microempresas, grupos comunitários e outras redes de ajuda mútua.

No entanto, também são referidas dificuldades na promoção do DL pela iniciativa local e Estratégia BIP/ZIP. O (a) representante da universidade assume como fraqueza a permanência temporária nos territórios, e o (a) representante da Rede DLBC Lx refere o pouco tempo para realização dos projetos e a dificuldade de mensurar os resultados. Outros fatores foram mencionados, como: a necessidade de mais capacitação para gestão de parcerias e projetos; a deficiente comunicação da CML dos instrumentos fornecidos e das boas práticas verificadas; a desatualização do diagnóstico que sustenta a Carta BIP/ZIP; a homogeneidade no tratamento dispensado pela CML a todos os territórios; os riscos de instrumentalização da política dos recursos; a atuação de entidades sem penetração nos territórios; a urgência de problemas como a acessibilidade, mobilidade, acesso a habitação, como reforçadores da exclusão; a necessidade de envolver investidores privados; a pouca comunicação entre iniciativa local e CML. Os técnicos do DDL referem a necessidade de estudos acadêmicos para analisar a eficiência da estratégia.

Embora o reconhecimento do território e o estabelecimento de parcerias sejam passos fundamentais em um processo de DL, percebe-se que a limitação dos recursos financeiros disponibilizados e a rápida duração dos projetos restringem a possibilidade de ganhos maiores e contínuos. Tal é compatível com o estudo feito por Falanga (2019a), muito mais abrangente no universo de entidades inquiridas, que aponta a necessidade delas por mais recursos financeiros e mais tempo de execução dos projetos.

Apesar de bem fundamentada em um amplo rol de acordos e instrumentos reguladores, a Estratégia BIP/ZIP precisa atualizar objetivos e ferramentas com base em uma permanente observação das transformações por ela causadas nos territórios, que inclui a aprendizagem das organizações e construção de capital social. A adoção de mecanismos que permitam elaborar diagnósticos continuados, em tempo (quase) real, e que consigam ampliar as redes de colaboração, transferindo aprendizagens acumuladas para todos os atores envolvidos, poderia ser um importante ponto de virada para uma atualização da Estratégia BIP/ZIP.

A criação de uma plataforma para governança colaborativa, na perspectiva de lideranças locais, técnicos da CML e cidadãos, é pertinente e deverá satisfazer a necessidades de partilha, colaboração, integração, entajuda, sinergia, participação ativa, coesão, inovação e horizontalidade. No entanto, o uso de tecnologia digital, se por um lado traz vantagens no que diz respeito a possibilidades de interação e armazenamento de dados, por outro levanta questões sobre a acessibilidade às ferramentas escolhidas, dada a quantidade de pessoas ainda infoexcluídas, especialmente nos territórios prioritários.

Por isso a exigência por uma plataforma de uso fácil e útil, com objetivos expostos de forma muito clara, abrangendo a complexidade do tema de forma transversal, acrescentando conhecimento e aberta para *feedbacks*. Assim ela permitiria maior transparência e continuidade aos processos, através do comprometimento e responsabilização dos cidadãos e dos políticos, dando ‘rostos’ aos agentes dos

processos unindo município, agentes locais e cidadãos. As respostas reforçam a necessidade de uma estrutura de partilha que potencie o intercâmbio de boas práticas e experiências entre os vários atores e projetos e o acervo de conhecimento acerca dos territórios e as transformações sofridas.

Neste sentido, considera-se importante a combinação de um ambiente digital e um ambiente físico (hibridização) no contexto de criação e uso de tal plataforma, de modo a possibilitar uma interação mais abrangente e que de fato contribua para a intervenção que se pretende realizar nos territórios.

Os inquiridos consideram que tal plataforma daria maior visibilidade aos projetos, replicabilidade, potenciaria conexões, encontros e partilhas entre parceiros e recursos, estimularia boas práticas e inovação, economia de recursos e produção de informação sobre a cidade. Para técnicos da CML, o possível impacto seria a integração da rede de serviços do município com os territórios BIP/ZIP e o apoio à construção de um Plano de Ação para o DL.

Como funcionalidades esperadas, referiram: a centralização de informação em uma base de dados temática, a possibilidade de receber desejos e propostas, ter canais de comunicação com a CML, divulgação de boas práticas, esclarecimento de dúvidas sobre os processos, divulgação de outros tipos de financiamento e programas governamentais úteis, agenciamento de recursos materiais e relacionais, divulgação de agendas etc. Também é desejada a aproximação entre técnicos dos diferentes departamentos da CML e as lideranças locais e cidadãos. Apesar da existência de ferramentas como os GABIP e as redes colaborativas, é referido que sua combinação com outros instrumentos pode potenciar efeitos sobre a totalidade dos territórios e a diversidade de desafios que surgem ao longo de uma governança partilhada.

Os resultados compartilhados pela Rede DLBC Lx sobre os *focus groups* realizados<sup>140</sup>, acrescentam algumas considerações importantes. No *Focus Group 1*, direcionado a experts, concluiu-se que o uso de uma plataforma digital, ou seja, de uma ferramenta tecnológica, deve ser apenas um meio para fomentar a participação social, não um fim em si mesmo. Há várias aplicações e plataformas gratuitas e *open source* que podem ser usadas até que se sinta a necessidade de programar uma plataforma própria. No *Focus Group 2*, direcionado a representantes da iniciativa local, as conclusões reforçam a necessidade de a plataforma ser acessível, útil e funcionar para a partilha de informação e experiência entre entidades locais, e de aproximação entre departamentos da CML e os cidadãos. Outro aspeto ressaltado foi o da plataforma enquanto espaço de fala, uma importante ferramenta de empoderamento dos cidadãos e transformação da sociedade. Nas conclusões do *Focus Group 3*, realizado com cidadãos, foi ressaltado que a plataforma tecnológica tem que ser um instrumento facilitador de dinâmicas que precisam continuar a acontecer nos territórios. Também foi referido o problema relativo à dificuldade de parte da população, especialmente mais idosa, no manuseio das novas tecnologias de informação e comunicação, sendo este um aspeto dificultador para o funcionamento da plataforma. O aspecto lúdico e criativo da interação foi citado como forma de facilitar o uso. Ainda, foi dito que a plataforma deve conseguir

---

<sup>140</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3IbFJIA> (consultado em 10 jan. 2019).

estimular e captar a inteligência coletiva e orientá-la para satisfazer necessidades concretas das comunidades. Outras questões colocadas pela Rede DLBC Lisboa aos *focus groups*, não pertinentes ao estudo, não serão analisadas aqui.

Nos inquéritos realizados em 2020 sobre a pertinência de um observatório BIP/ZIP, a maioria dos inquiridos considerou que o observatório poderia ser útil para os seus projetos e para o DL em Lisboa para: trazer maior divulgação e visibilidade aos projetos; permitir uma visão mais aprofundada e detalhada sobre o BIP/ZIP; a depender da natureza e rigor dos dados (recolha, tratamento e comunicação); melhor distribuir os projetos pelo território, evitando sobreposições; como meio para representação e gestão partilhada, e construção de visões comuns; robustecer a informação produzida sobre os bairros; repensar e atualizar a própria metodologia do PPL. Também foi referida a necessidade de abrir o escopo do observatório, para melhor servir às entidades sobre tudo o que é feito na cidade, para além do PPL. Tal é compatível com a posição do investigador Giovanni Allegretti (Anexo O), na entrevista discutida na seção seguinte, sobre o observatório não se encerrar em um só programa e assim, perder o capital social construído à sua volta.

Sobre as funcionalidades desejadas para o observatório, foram citadas: a disponibilização de informações úteis; elaboração de diagnósticos dos territórios, impacto dos projetos e relatórios sobre realidades particulares; agenda de eventos; partilha de metodologias, ferramentas, modelos de avaliação e boas práticas; mapeamento de redes formais e informais de colaboração; partilha dos dados de avaliação dos projetos selecionados e implementados; avaliação externa do PPL e seus impactos; melhor enquadramento estratégico para a definição das áreas de intervenção prioritária e reavaliação da Carta BIP/ZIP.

No entanto, os vários inquéritos revelam uma certa desconfiança das entidades da iniciativa local, com a possibilidade de uma cogestão de uma plataforma colaborativa ou um observatório com a CML. Alguns inquiridos não demonstraram disponibilidade para partilhar dados levantados por seus projetos, ou para colaborar no levantamento de dados ainda não disponíveis nos repositórios oficiais.

Ao indicar os instrumentos atualmente utilizadas por elas, referem diversos métodos analógicos de auscultação, leitura dos territórios e construção de diagnósticos, tais como: a realização de reuniões e eventos de facilitação com a população, inquéritos, entrevistas, *focus groups*, avaliação dos projetos anteriores e dos indicadores de seus objetivos, avaliação pré e pós-intervenção, e avaliação do grau de satisfação da população. Mas também referem a utilização de redes sociais digitais e *apps* como o *Slack*, *Google Drive*, *Doodle*, análise *SMART / SROI*, algumas *civic tech* partilhadas *online*; interfaces produzidas por projetos financiados pelo PPL. A utilização de redes sociais digitais, no entanto, é ponderada no Grupo Focal 1 da Rede DLBC Lx, como fator que dificulta a formação de acervo de conhecimento produzido. Também foi referida a utilização de algumas plataformas oferecidas pela CML, no entanto, metade dos inquiridos sobre essa questão declararam não as usar.

Por fim, destaca-se a dificuldade de as entidades da iniciativa local gerirem as interfaces que criam. Várias respostas evidenciaram que a durabilidade da ferramenta *online* está atrelada ao tempo de

realização do projeto, que lhe garante orçamento e pessoal para fazer a gestão das redes sociais e *sites*. Somente duas respostas apontaram para a existência de pessoal dedicado a esse trabalho. O acompanhamento da quantidade de usuários e hábitos de utilização é feita com a mesma precariedade: restrita à verificação do número de utilizadores das páginas em redes sociais, quantidades de ‘gostos’ e partilhas, e utilizadores ativos em *broadcast*. Apesar disso, a maioria dos respondentes considera que a utilização de ferramentas digitais é positiva e trouxe benefícios para suas entidades, projetos e comunidades: na divulgação das ações e atração de um público maior; para a visibilidade das boas práticas dos projetos; para melhor estruturar a entidade e documentar os projetos; para auscultações internas e externas à intervenção; obtenção de notoriedade e promoção do projeto e da comunidade, aumentando sua autoestima; e pela utilização dos canais de comunicação por outras instituições como a Junta de Freguesia e a própria CML.

Apesar da baixa adesão aos inquéritos *online*, as repostas recebidas apontaram para questões relevantes, dando pistas sobre quais serviços as interfaces tecnopolíticas coproduzidas poderiam oferecer. Destaca-se a pouca utilização das plataformas de dados abertos da CML, de ferramentas digitais para elaboração e monitorização dos projetos, e a precária gestão das interfaces tecnopolíticas criadas, ainda que sejam reconhecidos benefícios na utilização dessas ferramentas. É de ressaltar que, embora seja identificada a necessidade de atualizar processos e a própria Carta BIP/ZIP – e vejam no observatório uma ferramenta para tal – parece haver uma baixa predisposição para colaboração com a CML para fazê-lo.

## **5.7. Entrevistas sobre o contexto da Estratégia BIP/ZIP**

Além dos inquéritos realizados, uma série de entrevistas feitas a diversos atores-chave, permitiu aprofundar algumas questões e comparar experiências, percepções e pontos de vista. Essa aproximação foi importante para captar as condições de partida, reflexões sobre o desenho institucional e formas de liderança que, segundo Silva et al. (2018), são variáveis que compõem a governança colaborativa, junto com o processo colaborativo em si.

As entrevistas procuraram contribuições de diversos atores que compõem a Estratégia BIP/ZIP: atores políticos, técnicos da CML afetos ao desenvolvimento local e às plataformas de dados, da consultoria externa responsável pela avaliação do PPL, da academia e da iniciativa local.

Com Helena Roseta (Anexo K), Vereadora da Habitação à época de criação da estratégia BIP/ZIP; Paula Marques (Anexo I), Vereadora da Habitação no período de desenvolvimento da tese; Miguel Brito (Anexo J), Diretor Municipal da Habitação e Desenvolvimento Local, no período de desenvolvimento da tese; e Rui Franco (Anexo L), Vice Vereador da Habitação à época da criação da estratégia BIP/ZIP, Coordenador da elaboração da Carta BIP/ZIP e, atualmente, Presidente da Rede DLBC Lx, falou-se sobre a criação e o desenvolvimento da Estratégia BIP/ZIP. As perguntas referiram-se a: (1) o contexto e processo participativo de criação da estratégia BIP/ZIP e suas ferramentas; (2) experiências prévias e

referências conceituais que orientaram as opções tomadas; (3) identificação dos territórios prioritários e os critérios adotados para tal; (4) formas de monitorização do PPL e da Carta BIP/ZIP; (5) oportunidades das plataformas de dados abertos e das ferramentas digitais de participação para os atores BIP/ZIP; e (6) pertinência e desafios de um observatório sobre o BIP/ZIP, cogерido entre a CML e iniciativa local.

Com Roberto Falanga (Anexo M), investigador da equipe de consultoria externa do BIP/ZIP, falou-se sobre o desenvolvimento do Índice de Participação, para avaliação do sucesso do PPL, com questões sobre: (1) os instrumentos de avaliação tidos como referência para o trabalho desenvolvido; (2) a forma como a avaliação pode informar sobre a melhoria da qualidade de vida e coesão social; (3) as camadas definidas para avaliação do sucesso do PPL; (4) formas de medir o sucesso não do PPL, mas dos projetos por ele financiados; (5) dados necessários para avaliação do PPL que ainda não são sistematizados; (6) a importância da avaliação da Carta BIP/ZIP no processo de avaliação do PPL; e (7) a capacidade de resposta da CML aos desafios trazidos pela estratégia BIP/ZIP.

Com Giovanni Allegretti e Michelangelo Secchi (Anexo O), investigadores do projeto EMPATIA, já referido em 5.4, discutiu-se sobre plataformas de participação e a experiência do EMPATIA, com questões que refletiram sobre: (1) a pertinência de um observatório sobre o BIP/ZIP; (2) a experiência do projeto Empatia; (3) a reflexão sobre o uso de plataformas digitais nos processos participativos; e (4) o equilíbrio entre os procedimentos presenciais e digitais nos processos de participação.

Com João Tremoceiro (Anexo P), coordenador do Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa (CGIUL), também apresentado em 5.4; e João Carlos Ferreira (Anexo Q), investigador do ISTAR-Iscte-IUL e coordenador de projetos do centro de investigação em parceria com a plataforma Lx DATALAB, apresentada em 5.4; falou-se sobre as plataformas de dados e as interações que possibilitam, no contexto de Lisboa, entre CML e academia. As questões colocadas abrangeram: (1) os objetivos do CGIUL e a autoria dos dados disponibilizados; (2) os objetivos, interlocutores, possíveis e produtos resultantes do Lx DATALAB; (4) a interação da Lisboa Inteligente com os vários departamentos da CML; e (5) as perspectivas de participação no desenho do Centro de Operações.

Com Rogério Roque Amaro (Anexo N), investigador do Centro de Estudos Internacionais CEI-IUL, e inserido no processo de formação e fortalecimento dos Grupos Comunitários, foi conversado sobre esse tipo informal de organização comunitária que reúne cidadãos de forma individual e entidades, com grande atuação no PPL. As questões colocadas giraram em torno dos temas: (1) definição e motivação dos GC; (2) a Plataforma Intercomunitária (PIC); (3) a organização da informação e da comunicação no trabalho dos GC; (4) a relação dos GC com a estratégia BIP/ZIP e com a Rede DLBC Lx; e (5) as sinergias entre a ação comunitária e a vida académica.

Com Nuno Wemans (Anexo R), técnico do Clube Intercultural Europeu, responsável pelo projeto C3-Centro Comunitário da Curraleira; Joana Pestana Lages (Anexo S), que integrou a equipe responsável pelo projeto Fórum Urbano, da associação *Locals Approach*; e Ana Jara (Anexo T), arquiteta do ateliê Artéria, responsável pelos projetos Rede de Carpintarias, Rede de Artes e Ofícios, Rede de Construtores e Operação Skyline; objetivou-se discutir sobre experiências de criação e gestão

de interfaces tecnopolíticas produzidas em projetos financiados pelo PPL, apresentados na subsecção 5.3, com questões sobre: (1) o conceito, problema, objetivo do projeto; (2) a rede formada para sua realização; (3) a escolha das tecnologias utilizadas; (4) a intersecção que a ferramenta proporciona entre o ambiente digital e o espaço urbano; e (5) como tem sido a utilização da interface tecnopolítica pelo público-alvo.

A Tabela 5:5 traz a identificação das entrevistas semiestruturadas (Schensul & Lecompte, 2013), pela ordem em que aconteceram. Feitas pessoalmente ou por videoconferência, tiveram um roteiro inicial que sofreram alterações no decurso de cada uma delas para adequar a temas sobre os quais os entrevistados demonstravam mais interesse e domínio.

Tabela 5:5 – Lista das entrevistas realizadas, por ordem de realização

<i>NOME</i>	<i>DATA</i>	<i>LOCAL</i>	<i>DURAÇÃO</i>
Joana Pestana Lages	14/06/18	Campo de Ourique, Lisboa	56m24s
Nuno Wemans	21/06/18	Espaço C3, Lisboa	19m55s
Ana Jara	23/06/18	Rua da Madalena, Lisboa	47m28s
Giovanni Allegretti e Michelangelo Secchi	14/12/20	Praça das Flores, Lisboa	1h18m34s
Paula Marques	10/01/20	Câmara Municipal de Lisboa	1h18m3s
Miguel Brito	17/01/20	Câmara Municipal de Lisboa	1h32m32s
Helena Roseta	21/01/20	Assembleia da República	1h05m
Roberto Falanga	24/01/20	ICS-UL	45m24s
Rui Franco	04/02/20	Câmara Municipal de Lisboa	1h29m22s
Rogério Roque Amaro	22/10/20	Videoconferência	1h27min
João Tremoceiro	02/11/20	Videoconferência	43m
João Carlos Ferreira	03/11/20	Videoconferência	21m

As entrevistas posicionam a gênese da Estratégia BIP/ZIP na reivindicação cívica, destacam o suporte político que a viabiliza e seu carácter participativo. Também o trabalho técnico de combinação de indicadores que culminou na Carta BIP/ZIP foi ressaltado por conseguir identificar as diferenças dos territórios em relação à média da cidade e lê-los a uma escala mais fina, do quarteirão, considerada mais adequada para captar a heterogeneidade da cidade.

É objetivo da estratégia fortalecer o tecido associativo e corresponsabilizar todos os atores, sendo a distribuição de recursos financeiros um instrumento fundamental para mobilizar as entidades. Com a criação dos GABIP, essas organizações puderam participar na coordenação da intervenção municipal de maiores investimentos. Com o amadurecimento dessa relação, a Rede DLBC Lx nasceu para tentar equilibrar melhor o poder de decisão entre entidades e CML, através da gestão de fundos europeus e da coconstrução de uma Estratégia de Desenvolvimento Local.

No entanto, percebe-se uma fraca conexão entre os processos institucionalizados da Estratégia BIP/ZIP e os processos de organizações à sua volta, como os GC. Conforme pontuado por Roque Amaro (Anexo N), não existia, na altura da realização da entrevista, uma articulação entre a Rede DLBC Lx e os GC. O professor ressaltou a relação paradoxal entre os GC e a Estratégia BIP/ZIP, que, por um lado, anima os territórios e impulsiona a criação de vários GC, mas, por outro, faz surgir uma série de ‘organizações fósforo’, mobilizadas para a utilização do financiamento, porém sem criar raízes nos

territórios. E sugere que a participação das comunidades no desenho das candidaturas ao PPL deveria ser um claro critério para avaliação do júri.

Diversos trechos das entrevistas, destacados a seguir, elucidam a importância atribuída à participação na Estratégia BIP/ZIP, a necessidade de aferi-la, modos de fazê-lo e possíveis contribuições das tecnologias digitais.

Paula Marques (Anexo I), fazendo um balanço dos resultados dos projetos, destaca a criação de novos equipamentos que se tornaram pontos de encontro para a comunidade, o fortalecimento da capacidade de mobilização e reivindicação das associações, e a criação de novas associações. Por outro lado, reconhece a necessidade de uma análise crítica, visto que o PPL também serviu para a profissionalização de algumas entidades, que se especializaram no desenho de candidaturas, sem a construção de vínculos com as comunidades.

Helena Roseta (Anexo K) manifesta desejo por uma maior partilha do conhecimento produzido pela academia com a CML e com quem está a intervir nos territórios. Analisa que, em paralelo à recolha de informação quantitativa que é feita pela CML, deveria correr uma avaliação qualitativa, ao nível da percepção que os destinatários do BIP/ZIP têm sobre seus efeitos, e cita os estudos de opinião, em pequenas amostras, como um método simples e que poderia trazer importante contribuição.

Por sua vez, Miguel Brito (Anexo J) aponta algumas dificuldades na monitorização da Estratégia BIP/ZIP, como a escassez de recursos humanos e metodológicos, e a urgência de ‘assuntos de interesse’ que impedem a sistematização de um trabalho estruturado e contínuo.

Roberto Falanga (Anexo M) esclarece que há pouca literatura sobre avaliação de processos participativos. Entre as dificuldades em produzir conhecimento científico sobre o tema, aponta: o paradoxo em torno do aproveitamento dos instrumentos de fomento, cujo acesso pode ser lido como sucesso, ou como insucesso, na medida em que os territórios continuam a carecer de projetos e investimentos; a dificuldade metodológica de combinar dados quantitativos e qualitativos; e, no caso da Estratégia BIP/ZIP, o pouco ou nenhum aproveitamento de dados provenientes de outros departamentos da CML. O investigador considera um grande desafio medir o sucesso dos projetos realizados, dada a sua grande variedade. Lembra que é feita uma monitorização através de relatórios de autoavaliação, feitos pelas redes de parcerias locais, na prestação de contas que fazem à CML. E reconhece o esforço da CML em facilitar caminhos burocráticos para a implementação dos projetos financiados pelo PPL, o que por si só, é um ‘pequeno milagre’, dada a rigidez dos processos da administração pública.

Sobre um observatório ser instrumento para monitorização da Estratégia BIP/ZIP, Miguel Brito (Anexo J) esclarece que esta demanda tem sido recebida pela CML por diversos parceiros locais, em diversos momentos, a sugerirem diferentes níveis de participação. Em sua opinião, tal monitorização não pode ser feita de outra forma que não sobre a matriz da estratégia BIP/ZIP que é a da participação comunitária a caminhar para uma cogovernança. Paula Marques (Anexo I) especifica que a ferramenta de monitorização tem de contar, obrigatoriamente, com a participação de quem trabalha nos processos e a de quem é objeto desses processos, não pode estar encerrada nem na academia, nem nas

comunidades. Helena Roseta (Anexo K) sugere que um observatório pode funcionar enquanto uma estrutura tão simples quanto um GABIP, uma mesa de reuniões sistemáticas a envolver todos os atores BIP/ZIP e somar, à base de dados quantitativos que a CML já dispõe, a opinião dos destinatários BIP/ZIP e um painel crítico exterior à CML sobre esses processos. E destaca a importância de produzir relatórios escritos sobre as discussões ocorridas no observatório, como forma de ‘contar a história’.

Giovanni Allegretti (Anexo O) questiona a criação de um observatório encerrado à Estratégia BIP/ZIP, defendendo que um observatório é um corpo integrado de conhecimento que, se reduzido ao recorte de uma ‘política’ pode reduzir seu potencial, desperdiçando o capital social que ainda está à margem. Tal reforçaria a ‘lógica dos feudos’ que caracteriza a administração pública, e ficaria à mercê das flutuações típicas da administração local, ao invés de possibilitar uma aprendizagem em conjunto. Mas pondera que um observatório sobre os processos participativos em Lisboa, poderia ser útil para se fazer uma análise, ainda inexistente, sobre o perfil das pessoas que participam, sobre como está a ser construído o capital social apoiado por esses instrumentos. Identifica que um dos motivos da ausência de uma estratégia municipal para integração dos serviços de e-governo que poderiam qualificar a participação e a capacidade de monitorização é a falta de pressão social que reivindique essa mudança. A narrativa da cidade inteligente, vendida pela CML, é compartilhada quase sem questionamento por boa parte da sociedade em Lisboa, reflete.

O presidente da Rede DLBC Lx, Rui Franco (Anexo L) ressalta que a Rede DLBC Lx tem como uma de suas funções a monitorização da estratégia BIP/ZIP, tem recursos para isso e a responsabilidade, junto ao compromisso assumido a nível europeu, de demonstrar seu impacto, propor melhorias e atualizações. Considera que a Rede já é o observatório BIP/ZIP. Mas pontua a necessidade de uma ‘participação mais ativa da comunidade acadêmica’ e avalia que o DDL não tem maturidade suficiente para uma cogestão de um observatório BIP/ZIP. Este, deveria acontecer no contexto institucional da Rede DLBC Lx, sugere.

Franco (Anexo L) destaca a opção da Rede pela independência das interfaces fornecidas pela CML. Lembra algumas experiências da Rede com ferramenta digitais, como a plataforma Decidimos Lisboa, que impôs dificuldades para a individualização do voto, levando-a a experimentar um sistema de voto por SMS. Outra experiência da Rede, em gestação, é a criação de uma moeda digital comunitária que objetiva tirar proveito do crescimento econômico de Lisboa para equilibrar uma balança comercial entre os bairros.

Miguel Brito (Anexo J) sugere que as novas tecnologias podem ser uma grande contribuição para esse trabalho que deveria ser iniciado com uma plataforma o mais simples possível, evolutiva, desenhada em código aberto, a proporcionar fluxos bidirecionais de interação e possibilitar sua autorregulação. Poderia servir para facilitar o contato entre as organizações, para a partilha de experiências, de recursos e de ferramentas de trabalho, para possibilitar a leitura e acompanhamento tanto pelo simples cidadão como pelo acadêmico, e para sistematizar e partilhar a experiência do próprio processo de modo a possibilitar a troca com outros sítios. Coloca dúvidas se a plataforma de um observatório BIP/ZIP

deveria ser autônoma, ‘da cidade’, que a CML ajudaria a implantar e a evoluir; ou se ela deveria ser como ‘um componente de *plug-in*’ das plataformas existentes da CML, visto que estas parecem não estar assentes sobre os princípios da cogovernança que se pretende para o BIP/ZIP. Reconhece que o desafio da cogovernança é maior para o lado das estruturas administrativas, acostumadas a oferecer respostas fragmentadas, do que do lado dos cidadãos, considerando que as comunidades BIP/ZIP, em especial, já acumulam muita experiência de cooperação entre elas; o desafio seria ‘encontrar um terreno de cooperação comum’.

Sobre as experiências dos GC com processos de participação, Roque Amaro (Anexo N) reflete que as ferramentas de comunicação devem ser inclusivas, considerando a tecnologia disponível para o público-alvo, combinadas com meios ‘tradicionais’ como a distribuição de panfletos, o ‘boca-a-boca’, a auscultação, dinâmicas escolares, *focus groups* etc. Mas também devem criar oportunidades de aprendizado sobre ferramentas digitais. Na época de realização da entrevista, os GC de Lisboa estavam a desenvolver um sítio eletrônico próprio; a organizar-se através da PIC, uma Plataforma Intercomunitária que, durante o período de isolamento físico imposto pela pandemia de COVID-19, realizava encontros por videoconferência; e a discutir, com a CML, sobre um modelo de Governança Partilhada e Participativa, demonstrando um certo amadurecimento de suas experiências.

O caráter híbrido (físico e digital) necessário aos processos participativos contemporâneos também é realçado por Allegretti (Anexo O). O investigador aponta que as tradicionais assembleias presenciais são mais propícias para determinadas discussões e processos do que *chats online*, portanto as tecnologias devem ser combinadas. As comunidades tendem a ser mais efêmeras no ambiente *online*, mas algumas ferramentas digitais podem legitimar qualitativamente o processo. Michelangelo (Anexo O) reforça que essa articulação também contribui para uma certa contaminação positiva entre áreas de conhecimento, cruzando trabalhos de ciências sociais e políticas, com as áreas tecnológicas. O hibridismo das ações é destacado nos projetos realizados por Nuno Wemans, Ana Jara e Joana Lages (Anexos R, S, T), pela combinação de métodos digitais (plataformas, *apps*) com analógicos, como a realização de *workshops*, exposições, festas e atividades nos bairros. Para Wemans (Anexo R), a campanha de *crowdfunding* feita por sua instituição não teria o mesmo sucesso se não fosse a articulação já existentes nas redes físicas.

Allegretti e Michelangelo (Anexo O) ponderam que um bom resultado do projeto EMPATIA foi a influência que exerceram sobre empresas tecnológicas, responsáveis por códigos e dados de processos participativos municipais. No entanto, reconhecem que elas ainda mantêm o controle sobre os dados dos usuários e o *back office*; geram os dados solicitados pela municipalidade, mas não transferem ferramentas e competências para que ela ou a cidadania façam suas análises de forma autônoma.

Por outro lado, o objetivo da plataforma que centraliza os dados da CML, para João Tremoceiro (Anexo P), é criar valor com esses dados, para orientar as tomadas de decisões e oferecer dados abertos aos cidadãos. As universidades também são público-alvo do CGIUL, como esclarece João Ferreira (Anexo Q). Através da Lx DATALAB, são estabelecidas parcerias entre CML e universidades, onde estas têm a oportunidade de trabalhar com dados reais e, aquela, de testar as soluções oferecidas.

Já a interação do Lx DATALAB com os departamentos internos à CML não tem sido, ainda, satisfatória. Para Tremoceiro (Anexo P), os departamentos que mais têm proposto desafios ao laboratório são os responsáveis pela mobilidade, finanças e infraestruturas. Esclarece que, à parte os desafios do laboratório, vários departamentos começam a preparar seus dados para integrarem à plataforma do CGIUL. Informa que a DMHDL, por sua vez, ainda não demonstrou interesse no processo. Considera que um dos maiores desafios do CGIUL é capacitar os serviços municipais para que mudem seus funcionamentos internos, aprendam a tomar decisões baseadas em dados e, dessa forma, a CML aumente sua oferta de serviços digitais. “Implantar tecnologia é fácil, difícil é mudar as organizações”, ressalta (Anexo P, p. 383). Considera não haver necessidade de participação no desenho do CGIUL, por ser este um assunto muito técnico e porque a participação já terá vindo à montante no processo. De todo modo, utilizam na plataforma *softwares open source Fiware*, que podem ser encontrados e utilizados por quem assim o desejar.

O acesso a e a sistematização de informações têm sido tema de diversos projetos financiados pelo PPL, cujos modelos organizacionais contribuem ao amadurecimento das entidades. Joana Lages (Anexo S) esclarece que o projeto Fórum Urbano surgiu da ausência de informação sobre os vários projetos já realizados no âmbito do BIP/ZIP e na ideia de que a sistematização desta informação poderia ajudar na criação, ampliação e fortalecimento de redes de colaboração. Nesse sentido, o projeto fornece um sítio eletrônico com informação disponível a partir de pesquisa por múltiplos critérios.

Os projetos de constituição de redes do ateliê Artéria decorrem da grande crise econômica de 2011, como explica Ana Jara (Anexo T). A arquiteta conta que o ateliê começou suas atividades a desenvolver trabalhos críticos ao modelo de reabilitação urbana em curso em Lisboa enxergando, nas plataformas digitais, a possibilidade de melhor compreender seu território de ação, de estudar, classificar, dissecar determinadas matérias de interesse, articulando as escalas micro e macro da cidade. Já no projeto Operação *Skyline*, apesar da repercussão mediática que teve, Ana Jara (Anexo T) considera-o malsucedido, pela dificuldade que teve de conseguir adesões à rede. Sugere que esse tipo de plataforma, pelo potencial de inovação na gestão do uso do solo, deveria ser promovida e articulada por outro tipo de entidade, em especial, a administração municipal.

Por fim, as entrevistas elucidaram fatores relevantes. A participação, nas várias narrativas discutidas, adquire características de cogovernança, corresponsabilização, cocriação, indicando a diversidade de experiências a decorrer. A importância da ligação entre entidades e territórios e o hibridismo dos métodos de participação são reforçados por vários entrevistados. No entanto, constata-se a necessidade de promover mais discussões sobre a dimensão digital nos processos participativos.

Considerada tão fundamental aos projetos de DL e RU, a participação precisa ser aferida, em avaliações tanto quantitativas quanto qualitativas, onde é destacado o papel da academia, na produção de informação e troca de conhecimento com os saberes locais. Como importante desafio, é ressaltada a desarticulação entre os vários departamentos da administração municipal e sua dificuldade em partilhar decisões.

### PARTE III – *HACKABIP* PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE LISBOA

As análises realizadas na Parte II desta investigação permitem-nos concluir que, na perspectiva da monitorização do DL, as interfaces tecnopolíticas devem possibilitar o estabelecimento de parcerias de longo-termo, sendo, elas próprias, espaços de trabalho e inovação, da coprodução à cogovernança da cidade. São, ainda, oportunidades de ligação entre os vários atores e suas redes, ligações estas que são fragilizadas pelas diferentes agendas e interesses setoriais de cada uma delas.

Dentre as quatro tipologias de interfaces analisadas, o laboratório cívico poderia ser apropriado enquanto metodologia de coprodução. No entanto, o interesse, nesta investigação pelas potencialidades e limites da dimensão digital e pela cultura *hacker* justificam a adoção de uma metodologia de *hacking* cívico para tal, além de que esta é, ainda, mais vocacionada para a geração de *civic tech*, que poderão ser mais facilmente apropriáveis pelas comunidades de prática. Assim, analisou-se a hipótese de a *hackathon* cívica servir de metodologia para coprodução de interfaces tecnopolíticas, de modo a estimular a participação das comunidades de prática (Stalder, 2018; Le, 2017; Ampatzidou et al., 2015), desencadeando um processo contínuo de *hacking* cívico para teste, avaliação e aprimoramento das ferramentas criadas e, conseqüentemente, sua cogovernança. Tal estratégia, que depende de articulações políticas e sociais, visam o estabelecimento de uma colaboração de longo termo (Schliwa, 2018).

O estudo contido no passado Cap. 5, além de ampliar a compreensão sobre atores, interações e meios já utilizados na Estratégia BIP/ZIP, gerou Repertórios de Atores, de Indicadores e de Meios, o que possibilita, nesta Parte III, aplicar uma metodologia-infraestrutura a este contexto concreto.

As próximas páginas trazem, portanto, o processo de desenho de um protótipo da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*, seu teste em situação real, seguido de várias formas de avaliação para, em seguida, consolidar uma proposta final, adaptável a contextos diversos.

## CAPÍTULO 6

### **6. Coprodução de interface tecnopolítica a partir do *hacking* cívico**

No contexto da Estratégia BIP/ZIP, estima-se que a coprodução de interfaces poderá contribuir oferecendo ferramentas articuladas entre si e com as outras que já existem e são utilizadas pelos vários atores, integradas aos processos, perenes e independentes do tempo dos projetos PPL. O processo de coprodução dessas interfaces deve, assim, garantir a abrangência dos atores implicados nos processos de DL, estimular novas parcerias e proteger a ação *bottom-up*, compreendendo a ferramenta tecnológica não como uma resposta, mas como um meio para responder a perguntas.

Assim, foi gerada uma metodologia-infraestrutura de *hacking* cívico, chamada *hackaBIP*, para a coprodução de interfaces tecnopolíticas em DL. *hackaBIP* expressa-se através de um diagrama de processo, combinando etapas de *hacking* cívico, ferramentas e atores. E reforça o *hacking* cívico, trazendo o pensamento computacional de Friedman (1975), que propõe a disponibilização de um repertório de ação aos atores envolvidos, articulado em fluxos bidirecionais de modo a permitir a retroalimentação do processo, isto é, a incrementação constante da interface e seu conteúdo pelos usuários, significando sua cogovernança. A disponibilização desse repertório é fundamental para a autonomia das pessoas e organizações nos processos de coprodução, ampliando o conhecimento que têm sobre o processo e habilitando-os a tomar decisões informadas.

*hackaBIP* compreende cinco etapas essenciais (Figura 6:1) que espelham as inovações tecnopolíticas da participação, discutidas no Cap. 1, e refletem as etapas do *hacking* cívico discutidas no Cap. 3:

- (1) [ignição], consistindo nos trabalhos de articulação e implicação de atores para iniciar o processo, na identificação de uma questão de partida que estimule a interação desses atores, na preparação de conteúdo sobre esse tema e início de uma campanha de comunicação para divulgar a ação;
- (2) preparação e disponibilização de uma [infraestrutura] de trabalho, combinando etapas de ação com Repertórios de Atores, Meios e Indicadores, permitindo interação presencial e *online*, e oferecendo formas de visualização e discussão sobre a questão de partida, produção de dados, informação e conhecimento sobre a questão, a definição de novas questões e desafios, a representação e o engajamento dos atores;
- (3) chamadas para colaboração em formato de [*hackathon* cívica], que reúna atores em torno de desafios para a coprodução de dispositivos tecnológicos – digitais ou analógicos – que respondam às questões colocadas;
- (4) período de [experimentações], onde os dispositivos são divulgados e apresentados a um público mais alargado, e onde é incentivado o estabelecimento de parcerias e protocolos entre os produtores dos dispositivos, usuários e organizações que lhes possam assegurar sustentabilidade – financeira, legal, institucional – cruzando as funcionalidades com suas operações;
- (5) [apropriação] dos dispositivos a partir do uso e pertinência nas operações das organizações ou coletividades, reforçando as comunidades de prática e levando a uma retroalimentação do processo, na medida em que o uso atualiza os atores, as questões, desafios e conhecimento gerado, e impulsiona a coprodução contínua de novos dispositivos em atendimento à ação coletiva.

Nas secções seguintes descreve-se o processo de criação da metodologia para coprodução de interfaces tecnopolíticas, desenhada com base numa *hackathon* cívica, em colaboração com a CML, que foi condicionada pelos constrangimentos da situação pandêmica de 2020 e 2021, dando origem a três diferentes versões do *hackaBIP*. A versão final realizou-se entre maio e julho de 2021, permitindo extrair os resultados para a reflexão da investigação.

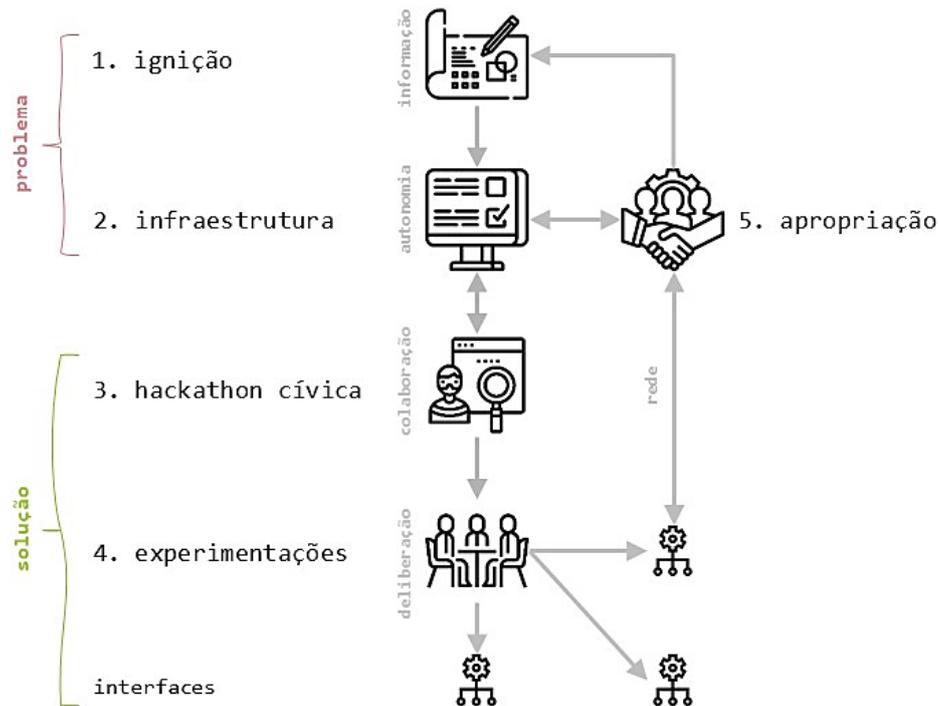


Figura 6:1 – *hackaBIP.v00*: Proposta de metodologia-infraestrutura baseada em *hacking* cívico para a coprodução de interfaces tecnopolíticas em DL

## 6.1. *hackaBIP.v01*

Ao longo da investigação, a proximidade com o DDL da CML ofereceu a oportunidade de realizar, com o seu apoio a mobilização da iniciativa local, na experimentação da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*. A partir da análise da *hacking* cívico e do mapeamento dos atores e fluxos de interação no BIP/ZIP, iniciou-se a preparação de uma primeira atividade, no final de 2019. O objetivo era anteceder o lançamento da edição 2020 do PPL, aproveitando, desta forma, os vários fluxos de interação normais dos processos BIP/ZIP - como o *workshop* de capacitação, a elaboração dos projetos, a avaliação das candidaturas e a resolução de conflitos – além da programação preparada para o seu décimo aniversário.

Neste contexto, iniciaram-se os preparativos de ignição da ação (etapa 1) e a sistematização de informações para a composição inicial da infraestrutura (etapa 2). Uma versão *hackaBIP.v01* foi desenvolvida em três frentes: (1) preparação – inquéritos com entidades da iniciativa local para captar expectativas quanto a necessidades a atender e a pertinência da metodologia-infraestrutura proposta, articulação de parcerias com elas para a realização de *workshops* para a definição dos desafios, elaboração de *toolkits* para interação nos *workshops*, e desenvolvimento de material para comunicação; (2) Pulso Local – preparação de *workshops* de ideação, participativos e presenciais, para definir os desafios sobre a necessidade de monitorização e colaboração no DL de Lisboa, com o engajamento da iniciativa local e comunidades, compondo a infraestrutura inicial; (3) preparação de *hackathon* cívica presencial para a coprodução de interfaces tecnopolíticas.

O arranjo de parcerias previsto era: (1) a academia, representada pelo ISTAR-Iscte e pelo ICS-UL, responsável pela ignição do processo; (2) o DDL da CML, na articulação de parceiros e como fornecedora de infraestrutura, prémios e composição do júri; e (3) a Rede DLBC Lx, facilitadora da articulação com a iniciativa local. A definição do ator academia como ignitor justifica-se por sua posição estratégica para ampla articulação e mediação dos demais atores, pela possibilidade de garantir infraestrutura perene para o funcionamento da plataforma, de estimular sua apropriação em sentido *bottom-up*, e sua capacidade de realizar análises críticas ao processo, contribuição desejada por vários atores BIP/ZIP. O público-alvo da ação foi definido como sendo as comunidades dos territórios de intervenção prioritária, as entidades promotoras de projetos BIP/ZIP, as redes de colaboração em projetos de DL, investigadores, departamentos da CML, *hackers*, programadores, *designers*, comunicação social de base local e empreendedores sociais.

Na fase de preparação foi elaborado e distribuído um inquérito *online* para entidades da iniciativa local atuantes em projetos financiados pelo PPL, com o objetivo de apreender qual a familiaridade destas com indicadores e plataformas digitais, sua experiência com o desenvolvimento de ferramentas digitais e a pertinência e disposição para iniciar um processo de coprodução.

No momento de sua realização, a investigação ainda questionava a pertinência de um ‘Observatório BIP/ZIP’, tendo sido essa a abordagem aos inquiridos. O inquérito, referido na secção 5.6, sublinhou: a baixa utilização das plataformas de dados abertos da CML e de ferramentas digitais para elaboração e monitorização dos projetos; a dificuldade da iniciativa local em gerir as interfaces tecnopolíticas por ela criadas; alguma desconfiança, pela iniciativa local, em colaborar com a CML na construção do ‘Observatório BIP/ZIP’.

Em paralelo com o inquérito, foi desenvolvido o *toolkit* para utilização nos *workshops* denominados ‘Pulso Local’, que buscava a participação não só das entidades, mas também das comunidades, para responder à questão ‘Como medir o nosso desenvolvimento local?’. Seguindo a abordagem da construção comunitária de indicadores (Atkisson et al. 1997; Innes & Booher, 2000) e sob a inspiração da experiência *Community Pulse* (Badham, 2010; Hooper, 2011), apresentada na subsecção 4.2, a atividade teria o objetivo de discutir visões e valores comuns para os territórios prioritários e, então, identificar os indicadores (e ferramentas e atores) necessários para monitorizar os efeitos dos projetos BIP/ZIP nesses territórios.

A etapa do *hackaBIP* previa a realização de *workshops* em todas as UIT de Lisboa, mas direcionados aos territórios prioritários, com apoio de um tabuleiro analógico com o mapa de Lisboa, a identificação dos 67 territórios prioritários, e uma sequência de três questões: (1) O que torna este território prioritário? (2) Qual a nossa visão de futuro para o território? (3) Como medir se estamos no caminho certo? Esta terceira questão, subdivida em três: (a) O que medir? (indicadores); (b) Como? (ferramentas e ações); e (c) Quem?

Para apoiar essas respostas, estava a ser construído um banco de dados acessível via cartas com conteúdo impresso, compondo a infraestrutura inicial do *hackaBIP*, com: (1) conceitos pertinentes ao

entendimento do trabalho, como desenvolvimento local, indicadores, regeneração urbana; (2) um repertório de indicadores, que teve como base o estudo apresentado na seção 4.2; (3) um repertório de meios (ferramentas e ações) identificadas em interfaces tecnopolíticas úteis ao DL e RU, discutidas seção 4.1; e (4) os diferentes atores dos fluxos de interação do PPL, apresentados na seção 5.2. Previamente, ainda, a utilização de mapas e infográficos impressos com informações estatísticas sobre cada UIT de Lisboa. As discussões extraídas dos *workshops* Pulso Local levariam para a infraestrutura *hackaBIP* a percepção dos atores implicados no processo.

Os Anexos B, C e D trazem, respectivamente, os Repertórios de Indicadores, Meios e Atores que alimentam a infraestrutura *hackaBIP.v01*. Como ressaltado por Kitchin et al. (2015b), a construção de sistemas de indicadores deve ser contextual, ou seja, pensada a partir do fenômeno que se deseja monitorizar, dos atores interessados e disponíveis para a monitorização e suas capacidades para tal. Assim, o Repertório de sistemas de Indicadores fornecido nesse trabalho, não pretendeu ser um *toolkit* para a escolha de indicadores a utilizar, mas antes, um estudo de referências sobre indicadores já utilizados na escala do DL e RU, como ponto de partida para a identificação dos indicadores úteis ao contexto de trabalho.

Já o Repertório de Meios reúne aquelas identificadas nos programas estudados no Cap. 4, os serviços e ferramentas identificados nos casos paradigmáticos estudados e apresentados na Tabela 4:3 (p.110), e outras ferramentas conhecidas de processos de coprodução.

Pretendia-se, dessa forma, contribuir para escolhas informadas de indivíduos e organizações que viessem a participar de processos de coprodução em DL. Os atores identificados como potenciais agentes a envolver na metodologia-infraestrutura *hackaBIP* foram levantados no ecossistema BIP/ZIP, tendo em conta, ainda, as discussões acerca dos atores na coprodução da cidade.

Os constrangimentos da pandemia de COVID-19 impediram a realização dessa versão mais alargada de *hacking* cívico, prevista para acontecer entre março e maio/2020, e que combinava uma *hackathon* cívica presencial com a realização de *workshops* abertos nos territórios BIP/ZIP, buscando inclusão e diversidade de participantes, e a condução de uma discussão mais abrangente sobre a cogestão de interfaces tecnopolíticas. No entanto, o contingenciamento imposto foi assumido, meses mais tarde, como oportunidade para uma maior exploração e reflexão sobre as possibilidades e limites da colaboração no ciberespaço.

## **6.2. *hackaBIP.v02***

Os meses de confinamento proporcionaram momentos de reflexão e amadurecimento da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*, em especial, com uma análise mais detalhada sobre os processos de *hacking* cívico.

As reflexões obtidas com os inquéritos, entrevistas e estudos sobre as interfaces tecnopolíticas do DL fundamentaram o direcionamento para a coprodução de ferramentas tecnopolíticas para o DL, sem

o objetivo direto de constituir um observatório, hipótese inicial da investigação – entendendo que o ajuntamento dessas ferramentas acabaria por desempenhar tal papel – e sem o recorte específico dos territórios BIP/ZIP, estendendo a ação para a abstração do ‘desenvolvimento local’, mas aproveitando a ‘energia BIP/ZIP’ para seu experimento.

Pela impossibilidade de realizar a etapa do Pulso Local conforme previamente desenhada, previu-se que a discussão que ela acolheria fosse transferida para o formato *online*, ou seja, desde logo mediada por interfaces tecnopolíticas digitais. Foi preparada uma nova versão, *hackaBIP.v02*, a contar com uma infraestrutura que juntaria aos Repertórios de Atores, Meios e Indicadores, funcionalidades para facilitar a constituição de comunidades de prática através da representação e engajamento dos diversos atores. O detalhamento dessa interface e alguns avanços no desenho da etapa da *hackathon*, reconfiguraram a metodologia-infraestrutura como segue (Figura 6:2):

(1) [Ignição] – Mantida a academia (Iscte-IUL), através desta investigação, como ignitora e responsável por lançar um desafio a ser discutido pelos demais atores, e pela disponibilização e manutenção da infraestrutura de trabalho.

(a) A questão de partida, trazida pela investigação e discutida com DDL, Rede DLBC Lx e entidades alcançadas na etapa de preparação do *hackaBIP.v01*, foi redefinida de forma a ser mais acessível e abrangente, por: ‘Como podemos medir o desenvolvimento do nosso bairro?’. A partir desse desafio inicial, seriam convocados projetos que visassem ao: levantamento de dados, mapeamento e monitorização; colaboração entre cidadãos, organizações e governo local; documentação, arquivo e partilha de experiências; espaços para discussão e deliberação cidadã. Esses objetivos, além de serem úteis à Estratégia BIP/ZIP e terem sido identificados nos vários inquéritos feitos às entidades da iniciativa local, também refletem as inovações identificadas ao longo da Genealogia das Tecnopolíticas da Participação – informação, interface (contribuição final do processo), colaboração, deliberação e rede (que potencia a partilha) – e as funcionalidades identificadas no estudo sobre as interfaces tecnopolíticas utilizadas em DL.

(b) O ator ignitor continua a ser o Iscte-IUL, com a responsabilidade de provocar a formação de uma primeira rede de atores para iniciar o processo, depois engajar as comunidades de prática na chamada para colaboração, encorajar o uso das ferramentas geradas e mediar os interesses dos vários atores envolvidos ao longo do processo, em direção a uma possível institucionalização.

(2) [Infraestrutura] – Tendo em conta o conteúdo definido para a infraestrutura *hackaBIP* (visualização do problema, engajamento dos atores e sua representação), definiu-se que deveria ser oferecida enquanto plataforma digital desenvolvida em *open source*, de modo a garantir a soberania tecnológica de seus utilizadores. Para tal, recomendou-se que fosse independente das plataformas da CML, atualmente proprietárias, mas integrando suas ferramentas, já utilizadas pelos atores BIP/ZIP. O processo definido iria ajustar essa plataforma, às ferramentas e dados inicialmente disponibilizados. Através dela seria feita a divulgação e comunicação sobre o *hackaBIP*, a operacionalização da chamada de projetos com

canal para inscrição, realização de *webinars*, processo de votação e realização da *hackathon*. A composição inicial da infraestrutura seria:

(a) visualização – além dos repertórios de ferramentas, atores e indicadores, a infraestrutura deveria dispor de dados sobre os territórios prioritários, os projetos e atores BIP/ZIP, além de dados sobre outros programas de DL; um compêndio de ‘boas práticas’, incluindo as tecnopolíticas produzidas no BIP/ZIP; lista de plataformas de dados abertos e de participação, já utilizados em Lisboa; e alertas sobre opções possíveis, disponibilizados em simulações de cenários, dados obtidos através de sensores, estudos de observação, entrevistas, enquetes e pesquisas desenvolvidas pela academia e outras instituições. Previse a realização de dinâmicas *online* para apoiar a construção comunitária de um sistema de indicadores, a exemplo do Pulso Local, como forma de construir uma visão coletiva sobre os territórios e a própria Estratégia BIP/ZIP;

(b) ferramentas de comunicação, como redes sociais, campanhas informativas, jogos e plataformas de partilha de recursos, para engajar mais atores BIP/ZIP e expandir a rede inicial, envolvendo a CML, entidades da iniciativa local, empresas de tecnologia, universidades e cidadania em geral, com apelo à incipiente comunidade *hacker* local, maioritariamente composta por estudantes universitários e *startups*, na perspectiva do reforço das comunidades de prática e da desejável combinação de interesses entre todos;

(c) ferramentas de interação que garantissem pluralidade de representação, a partir de campanhas e discussões realizadas fisicamente nos diferentes territórios para o estabelecimento de protocolos de utilização da plataforma e a documentação do processo.

(3) [*Hackathon* cívica] – Realização de *hackathon* cívica atendendo aos desafios lançados, utilizando a infraestrutura disponibilizada para articulação das equipas de trabalho entre si e com público mais alargado. Sugeriu-se realizar a *hackathon* antes do lançamento anual do PPL, quando é mais fácil mobilizar as entidades e a tempo de que o programa servisse como financiamento a algumas das propostas geradas na *hackathon*. Para a dinamização da *hackathon* cívica, sugeriu-se um formato híbrido, com atividades presenciais e outras virtuais, numa programação alargada, de um mês, de modo a facilitar a participação de públicos diversos, em tempo suficiente para o enquadramento dos problemas e a capacidade de produção dos grupos. A programação incluiria a realização de ações formativas sobre temas que se mostrassem pertinentes às questões colocadas e, para o trabalho colaborativo, dispor-se-ia de ferramentas de design colaborativo, de coordenação de grupos de trabalho, de deliberação, fabricação digital etc. Um júri constituído conforme vem sendo feito no PPL, poderia sugerir a combinação de ideias e projetos similares. Uma votação popular (instrumento que ainda não fora utilizado no PPL) poderia priorizar temas pertinentes por território, ampliando a participação e melhor contextualizando o desenvolvimento dos projetos. A infraestrutura também serviria para divulgação dos projetos quando atingissem estágio operacional.

(4) [Experimentações] – Período para: uso, testes e adaptações das ferramentas produzidas; cruzamento destas com os processos decorrentes nos territórios; procedimentos de documentação de experiências

para retroalimentação da infraestrutura inicial com novos dados sobre os territórios, comunidades e a aprendizagem adquirida no manuseio das novas ferramentas (como os ‘alertas de uso’ sugeridos por Friedman, 1975). Sugeriu-se encaixar esta etapa durante o período de elaboração e seleção dos projetos PPL (cerca de quatro meses), quando o acesso a dados e a colaboração entre os parceiros é crucial.

(5) [Sustentabilidade] – Decorrente do uso das interfaces geradas, de forma integrada com a infraestrutura previamente disponibilizada, com as interfaces já oferecidas pela CML e com os processos internos e externos das entidades da iniciativa local. A depender do engajamento das comunidades de prática na gestão de conflitos e em possíveis processos de expansão e adaptação, poderiam surgir oportunidades para institucionalização, fosse junto a entidades da organização civil, à iniciativa privada ou ao poder público. Sugeriu-se discutir tais possibilidades nas reuniões de GABIP, da Rede DLBC Lx e do programa internacional de transferência, conforme a pertinência de utilização, de escala e de atores engajados. Conseqüentemente, a infraestrutura deveria engajar novos atores e reconfigurar o problema inicial em contínuas novas chamadas para colaboração e experimentação. Sugeriu-se estipular como marco a véspera do lançamento do PPL seguinte, como prazo para realização de nova *hackathon* cívica, caso não acontecesse antes por iniciativa dos usuários engajados na infraestrutura *hackaBIP*.

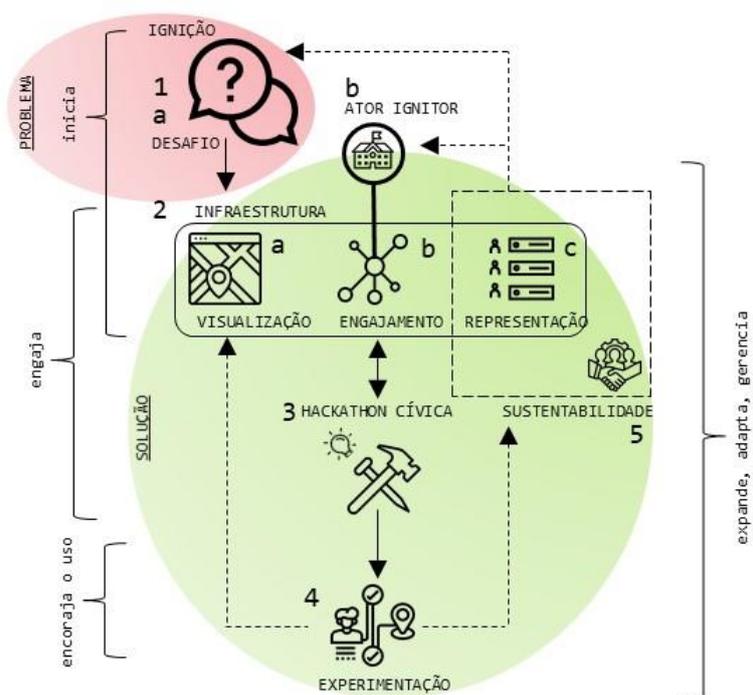


Figura 6:2 - Detalhamento da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*.v02.

Com o *hackaBIP*.v02, esperava-se superar o descolamento entre as ferramentas produzidas e a realidade dos territórios e comunidades. Pretendia-se ultrapassar a abordagem tecnocrática predominante nos processos de *hackathon*, por meio de uma infraestrutura que oferecesse variadas

formas de visualização e solução de problemas através da inclusão, engajamento, capacitação e colaboração entre atores diversos. A sua concretização poderia viabilizar uma monitorização mais transversal do DL na cidade de Lisboa. No entanto, o pedido de financiamento não obteve sucesso.

A versão *hackaBIP.v02* deu desenvolvimento ao conteúdo da infraestrutura, avançando um pouco mais sobre o formato da *hackathon* e perspectivando situações para o pós-*hackathon*. No final de 2020, a iniciativa teve a oportunidade de fazer parte da programação de aniversário de 10 anos da Estratégia BIP/ZIP.

### 6.3. *hackaBIP.v03*

A experimentação da metodologia-infraestrutura *hackaBIP* deu-se no primeiro semestre de 2021, ainda condicionada pela pandemia de COVID-19. Foi desenhada a versão reduzida *hackaBIP.v03*, compreendida como protótipo. O ignitor continuou a ser a academia, através desta investigação hospedada no ISTAR/Iscte-IUL, contando com a promoção da CML junto às entidades da iniciativa local. O relacionamento com a CML foi sempre feito através do DDL, com o apoio de seu Diretor e duas técnicas municipais que, junto com a investigação, compuseram a equipe base de organização do *hackaBIP*. Entretanto, o DDL esteve, ao mesmo tempo, dedicado à organização da programação do aniversário de 10 anos da estratégia BIP/ZIP (que incluía o lançamento do programa BIP/ZIP Digital 20.21), ao encerramento do projeto Urbact Com.Unity.Lab e ao lançamento do novo edital do PPL. Tal situação, dificultou uma maior articulação com a iniciativa local no *hackaBIP*.

A Rede DLBC Lx também foi acionada para divulgar e incentivar a participação de suas entidades associadas. Também procurou-se contactar os Grupos Comunitários, através de alguns de seus representantes, sem sucesso.

Pela dificuldade de articulação com a comunidade *hacker* local – além de muito incipiente, os contatos conseguidos não se mostraram disponíveis - adotou-se a estratégia de articulação com a ‘comunidade *tech*’, através da Direção Municipal de Economia e Inovação (DMEI), da CML, e a comunidade de empreendedores, por ela articulada, a *Made of Lisboa* (MoL)<sup>141</sup>. A troca do termo ‘*hacker*’ pelo ‘*tech*’, por um lado, afastou a conotação geralmente negativa associada à figura do ‘*hacker*’, em um contexto em que ainda não se tem muitas utilizações do conceito de *hacking* cívico; por outro, contaminou a iniciativa com os discursos da inovação e do empreendedorismo, típicos da governamentalidade já adotada pelo governo local.

Através da MoL, foram alcançados mais cinco parceiros: duas escolas de código, a *Le Wagon* Lisboa<sup>142</sup> e a Academia de Código<sup>143</sup>; a agência de inovação da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, a

<sup>141</sup> Disponível em: <https://madeoflisboa.com/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>142</sup> Disponível em: <https://www.lewagon.com/lisbon> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>143</sup> Disponível em: <https://www.academiadecodigo.org/> (consultado em 20 dez. 2021).

Casa do Impacto<sup>144</sup>; a Fundação Galp<sup>145</sup>, braço filantrópico do grupo português Galp, de empresas de energia; e o *Fablab* Lisboa<sup>146</sup>, da CML. Esses parceiros, mais o Observatório do Ambiente, Território e Sociedade do ICS-UL, o Observa<sup>147</sup>, e o Centro de Empreendedorismo e Inovação do Iscte-IUL, o Audax<sup>148</sup>, o Instituto A Cidade Precisa de Você<sup>149</sup>, o Coletivo Centopeia<sup>150</sup> (estes dois do Brasil), e o coletivo A-Grupa<sup>151</sup>, garantiram o fornecimento de prémios e mentorias. A CML, além de participar como promotora do evento, ajudando a divulgar junto à iniciativa local, forneceu o maior prémio. Aproveitar o fecho do projeto Com.Unity.Lab, o *hackaBIP* foi apresentado numa de suas atividades finais, conseguindo assim, uma divulgação internacional da ação. A Figura 6:3 traz o desenho de parcerias que viabilizou o *hackaBIP.v03*.



Figura 6:3 – Parceiros do *hackaBIP.v03*.

Para a realização da *hackathon online* e para a comunicação sobre o *hackaBIP*, foi contratada, pela CML, a plataforma *Taikai*<sup>152</sup>, especializada na gestão de *hackathon online*. Nela, o micro *site* do *hackaBIP*<sup>153</sup> conteve, em Português e Inglês, as informações essenciais, tais como: esclarecimentos sobre o desafio (o que, porque, como, impacto esperado); público-alvo; organizadores; agenda de atividades; atualizações/ notícias; regulamento; prêmios; categorias de projeto; perguntas frequentes; composição do júri e banco de mentores; um banco de recursos com *links* para plataformas de dados abertos e de participação da CML, para ferramentas digitais desenvolvidas por projetos BIP/ZIP, e documentos produzidos ao longo do *hackaBIP*; o processo de inscrições, que alimentava uma página com os ‘Inovadores’ (participantes) e outra com os projetos inscritos; processo de votação; acesso para um canal de comunicação entre os participantes na aplicação *Slack*; *link* para transmissões ao vivo; e canal para envio de mensagens entre participantes inscritos, mentores, júri e organizadores.

<sup>144</sup> Disponível em: <https://casadoimpacto.scml.pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>145</sup> Disponível em: <https://www.fundacaogalp.com/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>146</sup> Disponível em: <http://fablablisboa.pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>147</sup> Disponível em: <https://observa.ics.ulisboa.pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>148</sup> Disponível em: <https://audax.iscte-iul.pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>149</sup> Disponível em: <https://www.acidadeprecisa.org/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>150</sup> Disponível em: <https://coletivocentopeia.com.br/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>151</sup> Disponível em: <https://agrupa.eu/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>152</sup> Disponível em: <https://taikai.network> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>153</sup> Disponível em: <https://taikai.network/cml/challenges/hackabip> (consultado em 20 dez. 2021).

A plataforma *Taikai* foi escolhida, dentre outras opções disponíveis, por ser uma plataforma portuguesa e disponível em língua portuguesa, o que facilitaria a interação com o público-alvo. O micro *site* do *hackaBIP* na plataforma *Taikai* assumiu, nessa versão protótipo, o papel de infraestrutura, oferecendo a partilha de ferramentas digitais, a visualização e interação dos participantes, o engajamento dos participantes na *hackathon*, e a disponibilização de conteúdo sobre o desafio. Porém, revelou algumas condicionantes, como a pouca autonomia para configuração personalizada. Como a dinâmica do Pulso Local não foi adaptada para a versão *online*, também não foram disponibilizados os Repertórios de Indicadores, Atores e Meios, embora tenha sido disponibilizada uma lista de interfaces disponibilizadas pela CML e produzidas pela iniciativa local, consistindo numa primeira sistematização desse conteúdo, no âmbito da Estratégia BIP/ZIP.

Como público-alvo, procurou-se envolver, principalmente, lideranças e entidades da iniciativa local, comunidade *tech* (programadores, *designers*) e academia (estudantes e investigadores das áreas da programação, arquitetura, planejamento urbano, *design*, geografia etc.).

Neste sentido, foram usados os seguintes canais de divulgação e comunicação: o micro *site* do *hackaBIP* na plataforma *Taikai*; a página Energia BIP/ZIP na rede social *Facebook*, gerida pela CML; o *site* da programação de 10 Anos da Estratégia BIP/ZIP; a afixação de cartazes em locais estratégicos distribuídos pelos territórios (6 universidades, o Centro de Informação Urbana de Lisboa, o Centro de Inovação da Mouraria, o *Fablab* Lisboa, a Biblioteca pública de Marvila, 9 entidades da iniciativa local, sede de 4 Juntas de Freguesia, além de um cartaz digital numa livraria solidária); e os canais de comunicação da rede de parceiros conseguida para a ação. Foi constituída uma equipe de comunicação formada por duas pessoas para o desenvolvimento da identidade visual, peças gráficas e publicações em redes sociais. O trabalho desta equipe, cujos membros estavam a residir em países diferentes, foi feito todo *online*, de forma colaborativa na plataforma *Figma*<sup>154</sup>, com uma produção diária de material para as redes sociais e envio a parceiros.

Com essa estratégia de comunicação, foi incentivada a formação de equipes heterogêneas que contivessem ao menos um integrante da comunidade *tech* e um da iniciativa local, cobrindo assim, as habilidades requeridas para o desenvolvimento de ferramentas digitais situadas em questões concretas das comunidades (Townsend, 2014; Lodato & Di Salvo, 2016; Kitsios & Kamariotou, 2019). Recomendou-se que as equipes tivessem de 3 a 5 pessoas, as quais poderiam conhecer-se previamente ou passarem a conhecer-se na plataforma disponibilizada para a ação ou nalgum dos eventos *online*.

Também foi feita uma parceria com o evento formativo *Tech Career GPS*<sup>155</sup>, realizado pela *Le Wagon* Lisboa e a iniciativa *Future of Work* da DMEI/CML (voltada para a aquisição de competências para o futuro do emprego), para receberem pessoas inscritas no *hackaBIP* em suas aulas sobre programação. O objetivo era oferecer um ambiente de troca, com oportunidade para aquisição de

---

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.figma.com/> (consultado em 20 dez. 2021).

<sup>155</sup> Disponível em: <https://techcareergps.webflow.io/> (consultado em 20 dez. 2021).

competências pela iniciativa local e sensibilização da comunidade *tech* pelas necessidades das comunidades.

No *hackaBIP.v03*, procurou-se tornar o desafio ainda mais acessível e associá-lo às plataformas de dados urbanos abertos, reforçando a apropriação da informação enquanto bem comum e recurso indispensável para a participação cívica (Offenhuber & Ratti, 2014; Ampatzidou et al., 2015).

A partir da questão principal “Como está o nosso bairro? Usar as ferramentas digitais e os dados abertos para desenvolver o bairro”, estabeleceu-se como categorias de projeto o que no *hackaBIP.v02* eram os desafios específicos: (a) colaboração entre cidadãos, organizações e governo local; (b) criação de espaços para discussão e deliberação cidadã; (c) levantamento de dados, mapeamento e monitorização; (d) documentação, arquivo e partilha de experiências.

### 6.3.1. Protótipo

O início da realização da *hackaBIP.v03* deu-se com um momento de *codesign* sobre o desafio a lançar através da identificação das questões pertinentes para o processo de coprodução. O que na versão *hackaBIP.v01* aconteceria com o Pulso Local, e na versão *hackaBIP.v02*, com as interações na interface da infraestrutura inicialmente desenhada para o efeito, no *hackaBIP.v03* foi realizado em um *workshop*, no lançamento da ação, com a participação da iniciativa local, CML e os principais parceiros da iniciativa.

O *workshop* estruturou-se como um *brainstorming* sobre cada uma das categorias de projetos previstas a atenderem ao desafio – ‘Como usar as ferramentas digitais e os dados abertos para melhorar a: colaboração, deliberação, informação e partilha’ – e sobre um tópico livre – ‘Em que mais as ferramentas digitais e os dados abertos podem ajudar-nos?’. A ferramenta utilizada para a realização do *workshop online* foi o *Jamboard*<sup>156</sup> da *Google*, onde os participantes puderam adicionar *post-its* dispondo ideias sobre os vários tópicos.

A discussão gerada com o *workshop* e as respostas dos participantes destacaram quatro questões relevantes e que corroboram com a literatura revisada: a oportunidade de aumentar a literacia individual e comunitária com o processo de coprodução que ia se iniciar (Jaskiewicz et al., 2019); a sugestão de se utilizar habilidades já adquiridas e a apropriação de tecnologias *low tech* e prontas para uso (Hou & Lampe, 2017; McCann, 2015); o potencial de hibridismo que as ferramentas digitais proporcionam, quando combinadas com dispositivos e ações realizadas no espaço público (Ampatzidou et al., 2015); e o momento propício para atualizar, combinar, expandir serviços de e-governo (Johnson & Robinson, 2014; Townsend, 2014; Mainka et al., 2015). O material resultante do *workshop*<sup>157</sup> ficou disponibilizado no micro *site hackaBIP*, e sua leitura foi recomendada aos participantes do desafio.

---

<sup>156</sup> Disponível: <https://jamboard.google.com/> (consultado em 31 dez. 2021).

<sup>157</sup> O resultado da dinâmica está disponível em: <https://bit.ly/3kZz2rI> (consultado em 31 dez. 2021).

A versão *hackaBIP.v03* desenvolveu em maiores detalhes a 3ª etapa da metodologia-infraestrutura proposta, uma *hackathon* cívica *online*, que percorreu quatro passos (Figura 6:4): (1) Entre fevereiro e maio de 2021, a articulação com os parceiros, contratação e configuração da plataforma de realização da *hackathon online* e preparação do material de comunicação; (2) Período para inscrições de ideias e participantes, ao longo do mês de junho de 2021, quando também foram realizados eventos *online* com a introdução de temas pertinentes ao desenvolvimento dos projetos, com o objetivo de contribuir para o enquadramento das ideias, elucidar possibilidades de desenvolvimento e proporcionar momentos de interação entre a iniciativa local e a comunidade *tech*; (3) realização da *hackathon* cívica *online*, em quatro dias no início do mês de julho de 2021, quando os grupos foram conduzidos ao longo de atividades diárias, com a ajuda de mentores de projeto e mentores especialistas em assuntos específicos. Os projetos foram submetidos para avaliação final do júri através da elaboração de *pitch* em vídeo. Houve uma votação popular e uma votação por júri técnico que premiou os três projetos mais votados. E (4) o acompanhamento das equipes vencedoras no acesso aos prêmios e em tentativas de desenvolvimentos com a CML, entre julho e novembro de 2021.



Figura 6:4 – Agenda de eventos do *hackaBIP*. Fonte: <https://bit.ly/3oy1y5x> (consultado em 21 dez. 2021).

A programação do *hackaBIP* também cruzou com a 10ª Semana do Empreendedorismo de Lisboa, produzido pela MoL, com a Conversa Digital ‘Desmistificar a Programação’, com a participação de um professor do Iscte-IUL, um professor da Academia de Código e um representante da *Le Wagon* Lisboa. A programação *hackaBIP* ainda contou com: a Conversa Digital ‘Cultura Digital e Desenvolvimento Local’, com a participação de representante da CML, do *Fablab* Lisboa e da associação *Portuguese Women in Tech*<sup>158</sup>; a Conversa Digital ‘Dados abertos para o Desenvolvimento Local’, com a

<sup>158</sup> Disponível em: <https://www.portuguesewomenintech.com/> (consultado em 20 dez. 2021).

participação do presidente da Rede DLBC Lx e um representante do projeto Transparência Hacker Brasil; uma sessão de *Showcase*, apresentando projetos digitais produzidos pela iniciativa local no âmbito do PPL, e as principais plataformas de dados abertos e participação da CML, todos partilhados no micro *site hackaBIP*, com acesso recomendado aos participantes do desafio; sessão de *Speed Dating*, para facilitar o encontro entre participantes e a formação de equipes, o qual teve baixíssima adesão e não contribuiu para o processo como esperado.

Ainda durante esse passo, foram disponibilizadas mentorias técnicas em sessões *online*, com inscrição prévia e aberta a inscritos e não inscritos, oferecidas pelas equipes da Casa do Impacto e da Fundação Galp. Os temas das mentorias técnicas disponibilizadas foram: *Marketing* e comunicação, Impacto e Inovação Social, Gestão de Projeto, Sustentabilidade/ODS/Neutralidade Carbônica e Mobilidade e Comunidades de Energia.

No decorrer da *hackathon* cívica, foram disponibilizados dois tipos de mentoria, uma mentoria de projeto e uma mentoria especializada. Os mentores de projeto acompanharam todo o desenvolvimento dos projetos e as atividades propostas ao longo dos quatro dias de *hackathon*, com a função de garantir que as equipes se envolviam em todo o processo, apoiar o desenvolvimento dos projetos, garantir que houvesse entregas e apoiar a construção do *pitching*. Dos três mentores, dois deles são arquitetos, doutorandos no ISTAR/Iscte, e a outra é urbanista, com atuação em pedagogia urbana e tecnologias digitais aplicadas a *citymaking*.

Os mentores especializados, dispunham de janelas de tempo, entre 1h e 3h/dia, para apoiar as equipes em questões específicas sobre programação, *design*, inteligência urbana e processos participativos. A Tabela 6:1 lista os temas das mentorias oferecidas pelas várias organizações. No primeiro dia da *hackathon*, como atividade paralela, foi disponibilizado um *Workshop de Design Thinking*, pela equipe da Fundação Galp.

Tabela 6:1 – Temas de mentorias especializadas oferecidas durante a *hackathon* hackaBIP.

TEMA DE MENTORIA	ORGANIZAÇÃO PARCEIRA
UX   UI <i>design</i>	Coletivo Centopeia
<i>Data Science</i>   <i>Geoprocessamento</i>	Coletivo Centopeia
<i>Design</i> de Serviço	Coletivo Centopeia
Desenho e Paisagismo	Coletivo Centopeia
<i>Civic Tech</i>	<i>knowman</i> / <i>Portuguese Women in Tech</i>
Arduino/Robótica	<i>Fablab</i> Lisboa
Fabricação Digital	<i>Fablab</i> Lisboa
Inteligência Urbana	CML /CGIUL
Processos Participativos e Ética de Dados	Observa/ICS-UL
<i>Community Development</i> e <i>Placemaking</i>	Instituto a Cidade Precisa de Você   A-GRUPA
Sustentabilidade   ODS   Neutralidade Carbônica	Fundação Galp
Mobilidade e Comunidades de Energia	Fundação Galp
<i>Design Thinking</i>   UX	-
<i>Data Science</i>   Inteligência Artificial	-

O *hackaBIP* decorreu segundo um programa simples com 6h diárias (Tabela 6:2), entre as 14h e as 20h, entre os dias 01 a 04 de julho, totalizando 24h de atividades apoiadas por mentores e conduzidas

por um processo de trabalho organizado na plataforma *Miro*<sup>159</sup>. Os dias iniciavam com um encontro geral, para lançamento das atividades do dia, seguido por um período apoiado pelos mentores de projeto. As equipes tinham tempo livre para trabalhar nos projetos e para acessar as mentorias especialistas. No fim do dia, reuniam-se todos para um ponto de situação e apresentações públicas das equipes, com transmissões *online* no *micro site hackaBIP*.

Tabela 6:2 – Programa da *hackathon* hackaBIP.

Dia 1		Dia 2	
14h	Abertura institucional pelo DDL/CML	14h	Abertura - <i>Flashback</i> e atividades do dia
14h05	Apresentação dos objetivos/ regras/ projetos	14h10	Dados abertos c/ mentores de projeto
14h20	Auto apresentação dos mentores de projeto	15h30	Desenvolvimento em equipa
14h25	Apresentação das mentorias técnicas	18h	Desenho de cenários c/ mentores de projetos
14h30	Auto apresentação das equipas/projetos	19h20	Apresentação dos cenários
14h55	Início dos trabalhos entre equipes e mentores	20h	Encerramento
15h	Necessidade vs oportunidade c/ mentores		
15h	Atividade paralela - <i>Workshop</i> Fundação Galp		
16h	Desenvolvimento em equipa		
19h	Apresentação dos 3P		
20h	Encerramento		
Dia 3		Dia 4	
14h	Abertura - <i>Flashback</i> e atividades do dia	14h	Abertura - <i>Flashback</i> e atividades do dia
14h10	Apresentação das equipas - 3P	14h10	Apresentação das equipas - 3P
15h	<i>Canvas</i> c/ mentores de projetos	15h	Estrutura do <i>pitch</i> c/ mentores de projetos
16h	Desenvolvimento em equipa	16h	Desenvolvimento em equipa
20h	Encerramento	19h	<i>Pitching</i> das equipas, <i>feedback</i> e despedida
		20h	Encerramento
		23h59	Prazo final para submissão dos <i>pitch</i>

O *hackaBIP* teve um espaço de trabalho coletivo e *online* na plataforma *Miro*, partilhado com as equipes inscritas, com o objetivo de conduzir o desenvolvimento dos projetos, tendo atenção aos objetivos de coprodução de ferramentas digitais para o DL, com uso de dados abertos. O espaço de trabalho continha uma tela inicial com: informações gerais sobre o *hackaBIP*, enquadramento institucional, parceiros envolvidos, o diagrama de processo elaborado para o *hackaBIP.v02*, nomes dos mentores de projeto e equipes de comunicação e produção, critérios de avaliação, categorias de projeto, agenda dos mentores especialistas e composição do júri. Bem como um mural de recados, uma dinâmica ‘quebra-gelo’ e a ligação para os quadros de trabalho de cada um dos projetos inscritos.

Na tela inicial as equipes tinham acesso aos *quadros* de cada um dos projetos, que incluía: um quadro de apresentação, identificando os membros da equipe e suas procedências (como comunidade *tech*, iniciativa local, academia ou outro); cartas a preencher ao longo da *hackathon* definindo o problema, a solução, a sustentabilidade e possíveis investidores; e uma sequência de atividades a ser feita ao longo dos quatro dias de *hackathon* (Anexo U).

A sequência de atividades proposta (Tabela 6:3) teve como base, essencialmente, o processo ‘inspiração-ideação-implementação da IDEO, discutida por Kun (2018) e Jaskiewicz et al. (2019), combinado com a dinâmica dos ‘3P’ utilizada na *hackathon* pan-europeia *EUvsVirus*. O desenho

<sup>159</sup> Disponível em: <https://miro.com/> (consultado em 25 dez. 2021).

metodológico procurou dar ênfase: à definição do ‘problema vs solução’, base dos processos de *hacking* cívico e essencial para a futura apropriação das comunidades; ao uso de dados abertos; e ao desenvolvimento dos projetos a nível de protótipo, ao invés de exigir aplicações funcionais.

Tabela 6.3 – Atividades realizadas na Plataforma *Miro*

	<i>ATIVIDADES</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
<b>DIA 1</b>	<i>Brainstorming</i> de ideias	Identificação de soluções a partir da questão-desafio
	Priorização de ideias	‘fácil vs desafiante’ ‘dados abertos vs sem dados abertos’
	Questão vs oportunidade	Título e breve descrição da ideia priorizada
	Descritivo da necessidade	Público-alvo (principal e secundário) e oportunidade
	Fechamento – 3P	Plano, progresso e problemas
<b>DIA 2</b>	Dados abertos	<i>Input</i> (tipo de dado necessário, formato e fonte), transformação dos dados e <i>output</i> (tipo de informação gerada, para quem)
	Desenho do cenário	Problema, cenário ideal, como atingí-lo
<b>DIA 3</b>	Apresentação dos 3P invertidos	Progresso, problemas e planos
	<i>Canvas</i> para o desenvolvimento de um protótipo da solução	Parceiros-chave, atividades-chave, recursos-chave, propostas-chave, cronograma, relação com usuários, canais de comunicação, identificação do usuário-chave para o protótipo, estrutura de custo e sustentabilidade
<b>DIA 4</b>	Apresentação dos 3P invertidos	Progresso, problemas e planos
	Estrutura do <i>pitch</i>	Propósito do projeto e categoria do desafio; o problema, sua importância e a oportunidade que ele traz; a solução, com cenário ideal e utilizadores; o papel dos dados abertos; como se tornará viável e os passos necessários
	<i>Pitching</i> das equipas	<i>Feedback</i> dos mentores de projeto

Certas *hackathon* não submetem os participantes a atividades pré-definidas, deixando-os livres para o desenvolvimento de seus protótipos. No entanto, no *hackaBIP*, a sequência de atividades oferecida, discutida antecipadamente com os mentores de projeto, objetivou possibilitar aprendizagem e proporcionar a interação e colaboração entre as equipas. A opção permitiu uma visão colaborativa do espaço de trabalho partilhado em que todos tinham acesso ao material desenvolvido.

Além disso, as apresentações diárias deram oportunidade de discutir questões comuns, aprimorar o *pitch* e refletir a partir do *feedback* recebido dos participantes. A interação *online* teve como base a plataforma de videoconferência Colibri<sup>160</sup>, da *Zoom Video Communications, Inc.*, em conta fornecida do tipo *Education* pelo Iscte-IUL, sob acordo entre FCT | FCCN - COLIBRI. Nesta plataforma, as equipas e os mentores mantinham contato durante o período de realização da *hackathon*, contando com salas particulares; também se relacionavam no *Miro* e na conta *Slack* criada para a ação. Durante a *hackaBIP*, além do apoio dos mentores, as equipas contaram com o apoio de uma equipe de produção responsável pelo espaço de trabalho virtual com os *quadros* no *Miro* e a gestão das salas em videoconferência, garantindo o bom funcionamento das plataformas e ferramentas digitais utilizadas, o cumprimento da agenda, a recepção das equipas e de todos os mentores.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://videoconf-colibri.zoom.us/> (consultado em: 20 dez. 2021).

O *hackaBIP* recebeu 8 projetos (Figura 6:5), dos quais 5 finalizaram a inscrição, com publicação na plataforma indicando a formação da equipe, uma breve descrição do projeto e a categoria do desafio, até 23h59 do dia 30 de junho.

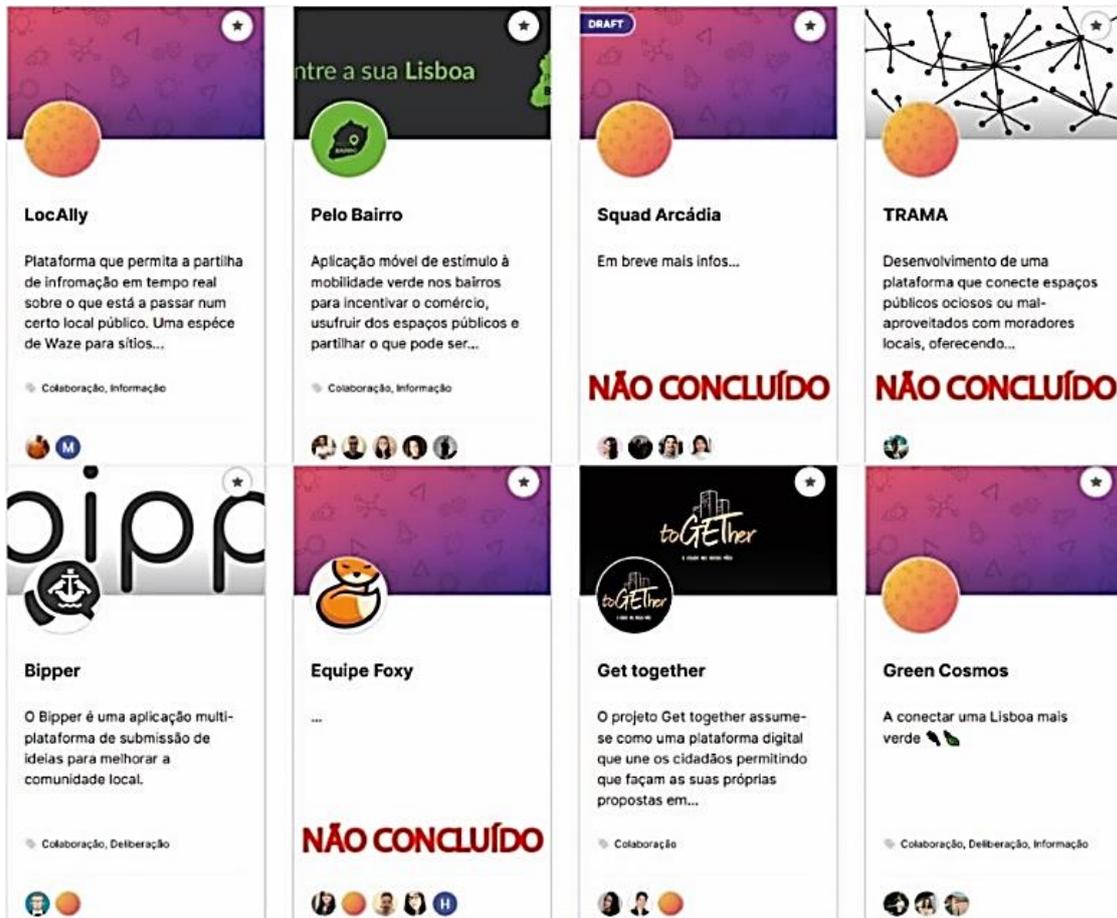


Figura 6:5 – Projetos submetidos ao *hackaBIP*. Captura de tela do desafio na plataforma *Taikai*. Fonte: <https://taikai.network/br/cml/challenges/hackabip> (consultado em 20 dez. 2021).

Os cinco projetos que avançaram para a *hackathon* propunham, em resposta ao desafio: (1) uma rede social local para partilha de informação em tempo real; (2) uma *app* de estímulo à mobilidade verde visando benefícios para o comércio local; (3) uma plataforma para submissão de ideias e avaliação de espaços públicos; (4) uma plataforma para o desenvolvimento colaborativo de propostas para a cidade; e (5) uma plataforma para partilha e deliberação comunitária visando a criação de dados sobre os espaços públicos.

Foram recebidas 61 inscrições de indivíduos (Figura 6:6). Dos 5 projetos com inscrição concluída, 3 tinham equipes formadas independentemente das ferramentas disponibilizadas pela ação para o efeito, com indivíduos que já se conheciam ou trabalhavam juntos (75% dos inscritos declararam já ter participado em outras *hackathon*). As outras duas equipes foram formadas a partir de interação na plataforma *Taikai* e nos eventos pré-*hackathon*. Destaca-se a participação da academia, em especial, nos

eventos *pré-hackathon*, que chamaram atenção de alguns estudantes e investigadores pelos temas explorados, bem como dentre os inscritos.

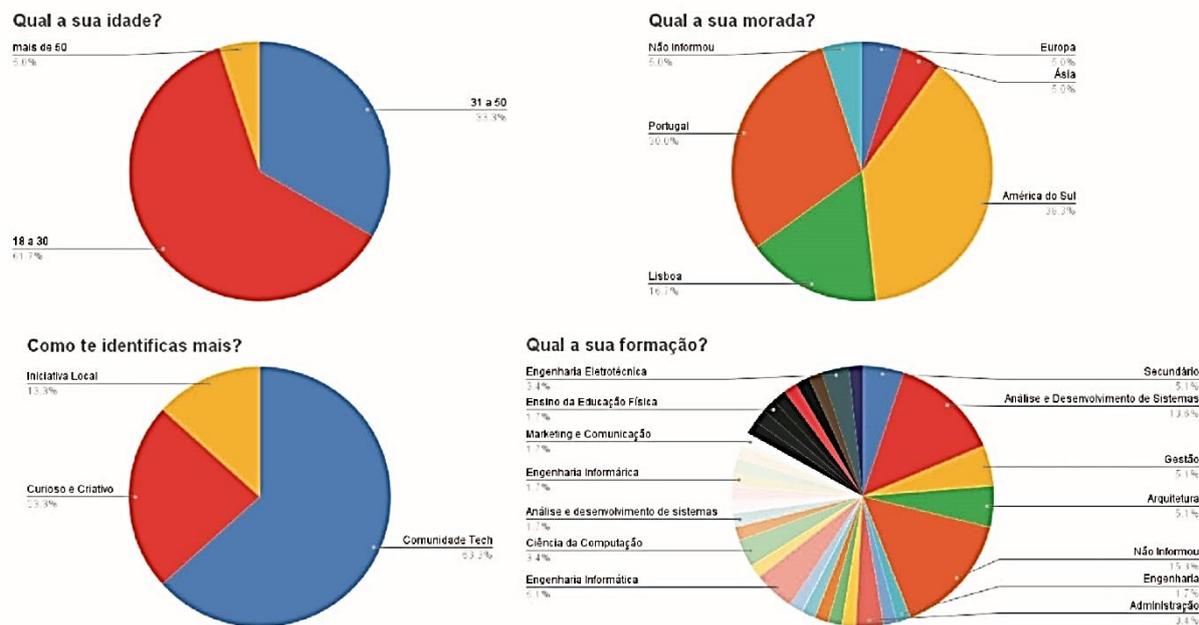


Figura 6:6 - Breve caracterização dos inscritos no hackaBIP.

Chama a atenção de participantes de fora de Lisboa, revelando o afastamento da iniciativa em relação aos territórios prioritários. Também a participação de pessoas da América Latina, justificada tanto pelo fato dessas populações estarem cada vez mais presentes no território de Lisboa, quanto pelo fato de a *Taikai*, plataforma utilizada pela *hackathon*, já disponibilizar de um público cativo oriundo desse continente.

Submetidos os *pitch* na plataforma *Taikai* ao final do 4º dia de *hackathon*, iniciou-se o processo de votação popular, de 05 a 09 de julho de 2021. Qualquer pessoa podia votar, mediante registro na plataforma *Taikai*, o que garantia voto único por pessoa. A votação estabelecida pela *Taikai* caracteriza-se pela atribuição de ‘*kais*’, uma espécie de moeda digital da plataforma, desenvolvida com tecnologia *blockchain*. Ao registrar-se, o votante recebe uma quantidade pré-definida de 100 *kais* para distribuir pelos 5 projetos finalistas. O voto popular teve como objetivos divulgar os projetos, obter uma avaliação do cidadão, para além da avaliação técnica de um júri especializado, e trazer para a equação a capacidade de mobilização das equipes, fator de grande importância para a realização de qualquer projeto comunitário. O prémio para o projeto mais votado pelo júri popular foi a Menção Honrosa Selo *hackaBIP*, uma distinção com uma imagem associada, atribuída ao projeto *Get Together*.

Já o voto do júri técnico teve a responsabilidade maior de atribuir os prémios mais substanciais: aos 3 melhores projetos, programas de aceleração, tempo de utilização de laboratório de fabricação digital e desconto em programa de formação em tecnologias digitais, oferecidos pelo Audax/Iscte-IUL, *Fablab*

Lisboa e *Le Wagon* Lisboa, respectivamente; ao 2º projeto mais votado, prémio em *Ticket* Educação (*vouchers* para compras de produtos em diversas lojas) no valor de 1.500€, oferecido pela Fundação Galp; ao 1º projeto mais votado, prémio em recursos monetários no valor de 3.000€, oferecido pela CML. O júri técnico foi composto por alguns representantes de organizações parceiras da ação, investigadores e técnicos da CML. A Tabela6:4 traz as organizações da qual pertencem os membros do júri, e suas áreas de atuação.

Tabela 6:4 – Caracterização dos membros do júri técnico do *hackaBIP*.

<i>ORGANIZAÇÃO</i>	<i>ÁREA DE ATUAÇÃO</i>
Observa / ICS-IUL	academia   <i>expert</i> em participação
Fundação Galp	fundação   inovação
AUDAX / Iscte-IUL	agência de inovação   academia
<i>Made of Lisboa</i>	agência de inovação   poder público
CML/DSI	poder público   informação
CML/DMHDL/DDL/DPD	poder público   BIP/ZIP
CML/DMHDL/DDL/DAIL	poder público   BIP/ZIP
Eutropian	<i>expert</i> em participação   Urbact

Os critérios definidos para a avaliação dos projetos pelo júri técnico foram: (1) atendimento ao desafio e enquadramento aos campos de atuação; (2) facilidade de adoção da futura ferramenta pelas organizações da iniciativa local e pela população (exigência de literacia); (3) viabilidade de implementação e gestão futura com recursos próprios ou com baixo nível de investimento externo (sustentabilidade); (4) possibilidade de replicação em outros territórios e contextos; (5) potencial de criação de sistema de aprendizagem útil à comunidade.

Com acesso aos projetos desde o *upload* dos *pitch* na plataforma, os jurados só puderam executar seus votos no final do dia 09/07/21, depois de encerrada a votação popular. Na altura, houve uma reunião entre os membros do júri, quando foram trocadas impressões sobre os projetos, expectativas sobre a ação e esclarecidas dúvidas sobre o processo de votação.

A Tabela6:5 traz a identificação dos projetos e equipas que concluíram a *hackathon*, com a avaliação que receberam do júri popular e do júri técnico, e dispostos conforme a classificação final. As equipas estão identificadas pela autodeclaração dos membros enquanto: iniciativa local (IL), comunidade *tech* (CT) ou curioso e criativo (CC). A Figura 6:7 traz uma ilustração com números gerais do *hackaBIP*.

Tabela 6:5 – Projetos e equipes que participaram do *hackaBIP*

PROJETO	<i>Get Together</i>	<i>Pelo Bairro</i>	<i>Locally</i>	<i>Bipper</i>	<i>Lisboa.Green</i>
CATEGORIAS	Colaboração	Colaboração   Informação	Colaboração   Informação	Deliberação   Colaboração	Colaboração   Deliberação   Informação   Partilha
PITCH	<a href="https://youtu.be/A3av4GQDs9Y">https://youtu.be/A3av4GQDs9Y</a>	<a href="https://youtu.be/TDdMQcXq4DQ">https://youtu.be/TDdMQcXq4DQ</a>	<a href="https://youtu.be/Rdle_P30JD">https://youtu.be/Rdle_P30JD</a>	<a href="https://youtu.be/r79Fx58Lu0">https://youtu.be/r79Fx58Lu0</a>	<a href="https://youtu.be/1iu3QgIRos0">https://youtu.be/1iu3QgIRos0</a>
EQUIPE	2 CT + 1 CC	1 CT + 2 CC + 1 IL	1 CT + 1 IL	2 CT	3 CT
VOTO POP.	8789	5675	2878	408	322
VOTO TÉCN.	15631	16026	13181	13381	11767
VOTO TOTAL	24420	21701	16059	13789	12089

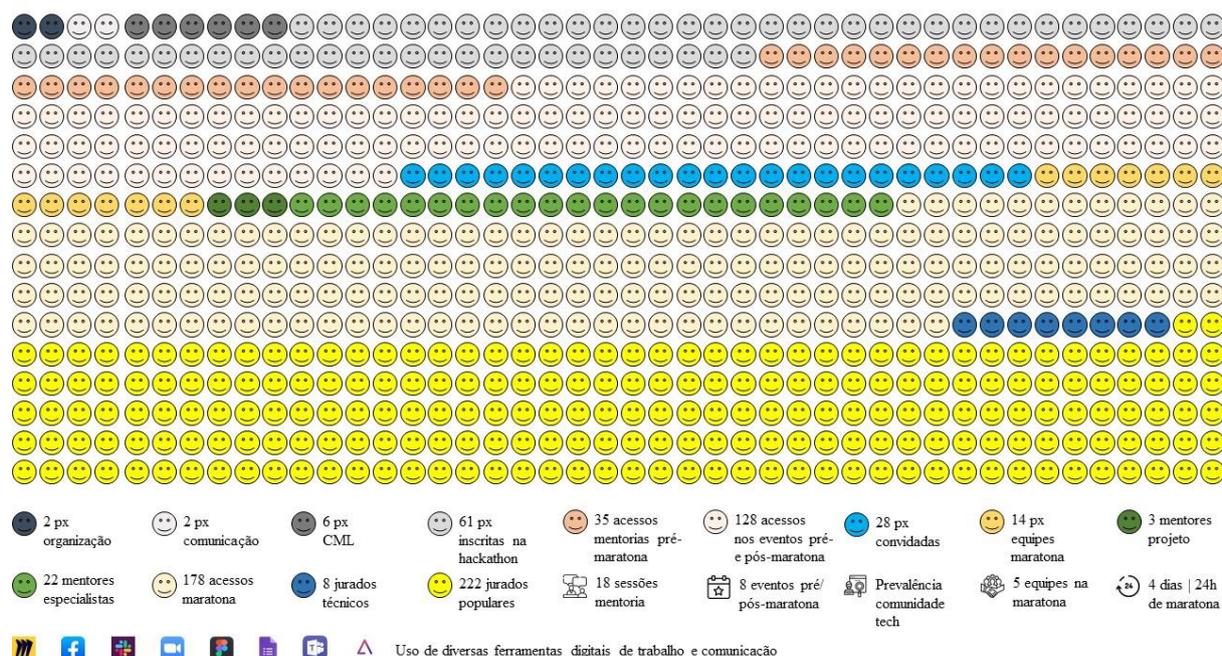


Figura 6:7 - Números gerais do *hackaBIP.v03*.

### 6.3.2. Avaliações

Enquanto se desenrolava o processo de votação popular, foi solicitado aos membros das equipes, aos mentores de projeto e, posteriormente, aos jurados, que preenchessem fichas de avaliação *online* sobre a ação. Os inquéritos (Tabela 6:6), com perguntas diferentes para avaliar as fases pré, durante e pós-*hackathon*, objetivaram recolher o *feedback* dos vários tipos de participantes para aprimorar o protótipo.

Tabela 6:6 – Inquéritos online de avaliação do protótipo *hackaBIP*

<i>Fichas de Avaliação</i>	<i>Nº respostas</i>
Membros das equipas	7
Membros do júri técnico	8
Mentores de projeto	4

A avaliação dos membros das equipas permite observar as expectativas que mobilizam esses atores (novo ator impulsionado pela cultura digital) para a participação, exemplificadas pelas respostas destacadas na Tabela 6:7, referentes à experiência *hackaBIP*, a qual disseram recomendar a outras pessoas.

Tabela 6:7 - Respostas destacadas do inquérito respondido pelos membros das equipas

<i>Perguntas</i>	<i>Respostas</i>
O que mais gostou da experiência <i>hackaBIP</i> ?	multidisciplinaridade das equipas oportunidade de receber mentorias aprender com os concorrentes espírito de colaboração desafio de elaborar um projeto inovador em tão pouco tempo interação com pessoas de vários continentes conhecer as plataformas de dados abertos de Lisboa liberdade para a definição das propostas
O que menos gostou da experiência <i>hackaBIP</i> ?	Espírito competitivo de algumas equipas apresentações diárias tempo dedicado aos <i>quadros</i> do <i>Miro</i> diminuiu o tempo para o <i>mockup</i> voto popular, sem uma apreciação avaliativa dos projetos.
O que mais o estimulou a participar no <i>hackaBIP</i> ?	Prêmios oferecidos, âmbito internacional da premiação contexto, multidisciplinaridade, internacionalidade, trabalho em equipe experiência inclusiva de uma <i>hackathon online</i> oportunidade de contribuir para o desenvolvimento local
Itens com avaliação positiva	Clareza do desafio lançado e a sua contextualização informação fornecida sobre a ação suficiência do tempo para inscrições e para a realização dos projetos atratividade dos prémios ferramentas de colaboração coerência do espaço de trabalho com os objetivos e resultados esperados envolvimento da organização e mentores adequação do júri técnico
Itens com avaliação negativa	Atividades realizadas no <i>Miro</i> pertinência do voto popular

De um modo geral, os inquiridos destacaram a o ambiente colaborativo, a multidisciplinaridade e o espírito de resiliência enquanto oportunidades de aprendizagem no *hackaBIP*. A Figura 6:8 traz respostas sobre a possibilidade de desempenharem outros níveis de participação e a intenção de desenvolvimento posterior dos projetos.



Figura 6:8 – Respostas destacadas dos inquéritos de avaliação feitos aos membros das equipas *hackaBIP*.

Para o período da *hackathon*, fizeram algumas sugestões, dentre as quais: aumentar a quantidade de dias da *hackathon*, por considerarem pouco o tempo para desenvolvimento dos projetos; e realizar a sequência de atividades no *Miro* em período anterior à *hackathon*, deixando os quatro dias somente para desenvolvimento dos protótipos. Sobre o período pós-*hackathon*, indicaram reconhecer valor na construção de uma boa rede de contatos e a possibilidade de oferecer incubação para todos os projetos.

A avaliação do júri também trouxe importantes reflexões a dois níveis: sobre a metodologia adotada e sobre os projetos por eles avaliados. De um modo geral, consideraram que tiveram informação suficiente sobre o desafio e a forma de avaliar os projetos, e que os projetos finalizados são compatíveis com os propósitos da ação *hackaBIP*. No entanto, estiveram divididos sobre a compatibilidade da composição do júri com a ação *hackaBIP* e os projetos apresentados, tendo sido sugerida a presença de um elemento da iniciativa local.

Quanto aos critérios fixados para avaliação dos projetos, todos foram considerados relevantes, sendo que o critério considerado menos importante foi a 'Viabilidade de implementação e gestão futura com recursos próprios ou com baixo nível de investimento externo (sustentabilidade)'. Questionados sobre haver algum(s) outro(s) critério(s), não definido que deveria ter sido considerado na avaliação dos projetos, as respostas referem: critérios de avaliação de mercado e inovação; uma validação de *user experience* (UX), principalmente considerando a falta de literacia do público-alvo de processos participativos em desenvolvimento local; e uma dimensão social, que abordasse a questão da exclusão, ou que obrigasse a uma resposta a uma necessidade local identificada. A Tabela 6:8 traz comentários do júri técnico sobre os projetos avaliados.

Tabela 6:8 – Comentários do júri técnico sobre os projetos avaliados.

<i>Projeto</i>	<i>Comentários do júri técnico</i>
Get Together	Excelente dinâmica para captação de ideias para a cidade, com integração com os dados abertos da CML e utilização de sistema de pontos para fidelização dos utilizadores. Destacável a existência de uma orientação normativa para a participação. Interessante como complemento ao OP, mas com potencial para além dele, podendo servir no contexto de trabalho da iniciativa local, em processos de cocriação. Tal como os outros, não contempla a dimensão de exclusão social.
Pelo Bairro	Promove a sustentabilidade da comunidade local e apresenta com clareza o mecanismo de pontos para os utilizadores. É complementar à aplicação já existente GIRA <sup>161</sup> , da CML, tem soluções que já são abordadas por outras plataformas existentes, mas apresenta a mais valia de integrá-las numa única plataforma, em especial, a associação a outros recursos do território, como o comércio local. Necessita aperfeiçoar as várias interfaces da ferramenta, não fica clara a questão da privacidade dos dados e, tal como nos outros, da exclusão social.
Locally	Interessante para as comunidades e associações locais por abranger qualquer território e temática, e ser intuitivo, correspondendo a um gênero de rede social territorial e local. Pode ser prejudicado pela ausência de moderação e má utilização, visto depender demasiado da interação dos usuários. Falta modelo de negócio para apoiar a continuidade da ferramenta.
Bipper	Apresentação robusta e apelativa, porém, não ataca a questão da exclusão. É pouco claro no uso de alguns conceitos-chave (sustentabilidade, <i>gamification</i> ) e na gestão da plataforma. Semelhante ao "Na Minha Rua" da CML, com o acréscimo de se poder sinalizar os pontos "positivos" dos bairros, o que é inovador. Interação territorial pouco assertiva, dadas as diferentes designações dos logradouros e a falta de clareza sobre os limites territoriais. Seria mais sustentável se disponibilizasse um componente de resposta aos utilizadores.
Lisboa. Green	Apesar de abordar a importante temática da sustentabilidade ambiental (recursos, temas e intervenção), é pouco inovador, pouco abrangente e territorialmente limitadora. Não esclarece o modelo de negócio para a continuidade do projeto.

Já a avaliação dos mentores foi mais densa e respondida pelos três mentores de projeto mais uma pessoa que esteve na produção da *hackathon* e que, portanto, acompanhou todo o processo dos projetos e o relacionamento com as equipas.

De um modo geral, os inquiridos consideraram que o desafio foi comunicado com clareza, que estiveram sempre informados sobre os propósitos da ação e que os prêmios anunciados eram

<sup>161</sup> Serviço de bicicletas partilhadas da CML. Disponível em: <https://www.gira-bicicletasdelisboa.pt/> (consultado em 20 dez. 2021).

estimulantes aos participantes. No entanto, consideraram que a contextualização sobre o BIP/ZIP e que os conceitos sobre *hacking* cívico e *hackathon* cívico poderiam ter sido comunicados com maior clareza.

Sobre a academia como ignitor da ação, consideraram que esta e a sociedade civil são os atores mais independentes para lançarem uma *hackathon* cívica, sendo que a academia tem mais recursos e contatos institucionais, porém, menos conhecimento sobre as comunidades e, talvez, menos alcance do que se fosse iniciado pela sociedade civil; a academia tem distanciamento, neutralidade, liberdade de ação e pensamento e capacidade de propor soluções possíveis de forma racional e sistemática; no entanto, consideraram, positivamente, que a ação não teve ‘o peso’ formal, hierárquico e técnico que costuma haver em eventos acadêmicos.

Sobre como os interessados poderiam ter sido melhor representados no *hackaBIP*, realça-se a baixa heterogeneidade nas equipes, sem a presença de atores locais; talvez, um formato híbrido pudesse corrigir isso, reduzindo a barreira tecnológica e atraindo participantes não técnicos; teria sido proveitoso ter proporcionado mais contato entre a comunidade *tech* e problemas e desafios reais, talvez com uma etapa inicial para levantamento de problemas e, posteriormente, momentos intermediários de *feedback* pelos vários atores relevantes; poderia ter sido uma boa opção incluir a iniciativa local nas posições de decisão, como no desenvolvimento do desafio e na composição do júri.

Sobre os dois encontros realizados entre a equipe de organização do *hackaBIP* e os mentores de projeto, para preparação da *hackathon*, consideraram que foram suficientes, mas que poderia ter havido um maior envolvimento para o desenvolvimento das atividades ao detalhe, como as entregas diárias e as atividades no *Miro*.

Ainda sobre a fase pré-*hackathon*, sugeriram: embora a escolha dos temas abordados nas Conversas Digitais tenha sido oportuna, poderia ter sido útil uma conversa focada nos problemas urbanos sem se abordar a tecnologia; poderia ter havido um momento para perguntas e respostas, na semana que antecedeu a *hackathon*, e agendar encontros com os participantes, para que, no primeiro dia de *hackathon*, já se conhecessem.

Avaliando a fase da *hackathon*, consideraram que as atividades preparadas, os *quadros* no *Miro* e a metodologia permitiram às equipes boas possibilidades de colaboração, ajudaram-nas a desenvolverem os projetos, foram coerentes com os objetivos e permitiram os melhores resultados possíveis; que o tempo destinado às atividades foi suficiente para o bom desenvolvimento dos trabalhos; no entanto, consideraram que o envolvimento dos membros das equipes poderia ter sido maior e que talvez não tenha sido suficiente para influenciar a formação de comunidades de prática.

Sobre a oportunidade, para os mentores de projeto, de influenciar o desenvolvimento dos projetos, partilhar experiências prévias ou aprender com o processo, ponderaram que tentaram estabelecer uma posição de neutralidade, sem influenciar as equipes, mas procurando um equilíbrio entre conceitos e valências de programação. Ainda assim, consideraram que aprenderam com o processo, especialmente, no exercício de dar *feedbacks* às equipes.

De um modo geral, sobre a fase da *hackathon*, ainda comentaram que o formato escolhido conseguiu reduzir a carga competitiva e aumentar a colaborativa, o que, de certa forma, contribuiu para a formação de comunidades de prática e aprendizagem. No entanto, o número reduzido de participantes em áreas não tecnológicas ou a ausência de representantes da iniciativa local reduziu o potencial de transdisciplinaridade e inclusão. Ou seja, a formação de equipes mais heterogêneas tem de ser reforçada. Sugeriram, ainda, que os projetos pudessem ser inscritos somente no primeiro dia da *hackathon*, após uma atividade que trabalhasse o conceito (problema vs solução) ou, idealmente, convidar uma entidade da iniciativa local para, logo no início, falarem sobre seus desafios e projetos para inspirar as equipes.

Sobre a fase pós-*hackathon*, consideraram adequada a composição do júri técnico. Ao contrário dos inquiridos membros das equipes, consideraram pertinente haver a votação popular. Sugeriram, como forma de melhor apoiar o desenvolvimento posterior dos projetos e fortalecer redes de contato: (1) acompanhar, especialmente, os projetos vencedores, para verificar se tiveram desenvolvimentos e por quê; (2) realizar uma sessão pública de apresentação dos projetos com participação dos diversos atores do desenvolvimento local, para recolher *feedbacks* e para entidades que possam ter interesse em utilizar as *apps* desenvolvidas; (3) criar uma *mailing list* para quem quiser receber informações sobre futuras ações; (4) talvez um novo questionário aos membros das equipes, mais sucinto, em alguns meses, ou uma mini entrevista para saber se e como os projetos prosseguiram.

Para o objetivo de conseguir a sustentabilidade da ação, com sua repetição de forma continuada, sugeriram a divulgação da iniciativa nas mídias sociais e continuá-la no âmbito da investigação científica ou torná-la uma ferramenta da CML, associando-o ao BIP/ZIP e repeti-lo anualmente. Também sugeriram tentar variações do formato para aplicá-lo a outras cidades, idealmente, dispondo a metodologia em *open source*, de forma adaptável e financeiramente autossustentável, de modo que possa vir a ser conduzida pela própria iniciativa local.

Para a desejada apropriação da infraestrutura *hackaBIP* (etapa 5 da metodologia-infraestrutura), propuseram as seguintes ideias: (1) criar uma biblioteca *open source* sobre *civic tech*, aberta a contribuições, uma espécie de *Github* cívico, para o acolhimento de comunidades de prática; (2) constituir uma espécie de OP para *apps* de desenvolvimento local, onde grupos de desenvolvedores ficariam disponíveis para uma cocriação de ferramentas sugeridas pela população, como num laboratório cívico; (3) constituir, com parceria da CML, um repositório de atores, habilidades e projetos a que as entidades ativas no PPL pudessem recorrer para encontrar parcerias ou soluções; (4) constituir um fórum de incubação, numa parceria entre CML e privados ou só com privados, que congregasse atores com habilidades ou conhecimentos específicos relevantes, especialmente sobre as comunidades, a que os cidadãos com ideias/problemas concretos pudessem recorrer, sendo guiados em processos rápidos de incubação de projetos.

## 6.4. *hackaBIP.v03.1* – reflexões e ajuste do protótipo

A experimentação do protótipo *hackaBIP.v03* permitiu observar e refletir sobre o papel do *hacking* cívico na coprodução da cidade *hackeáve,l* e o da arquitetura e urbanismo, no desenho desse processo. O objetivo foi gerar *civic tech*, a partir de uma *hackathon* cívica a explorar o uso de dados, que quando integradas, poderiam permitir a observação e apoiar redes colaborativas compostas pela iniciativa local, administração municipal, comunidade *tech* e academia, sobre o DL em Lisboa. Tendo atenção à composição das interfaces tecnopolíticas observadas no DL (Tabela 4:2 p. 110), *hackaBIP.v03* compõe-se conforme apresentado na Tabela 6:9.

Tabela 6:9 – Composição da metodologia-infraestrutura *hackaBIP.v03*

Composição		<i>hackaBIP.v03</i>
Atores	Administradores	ISTAR/Iscte-IUL
	Colaboradores	CML   Rede DLBC Lisboa   Sobreurbana   Comunidade <i>tech</i>
	Público-alvo	Iniciativa Local   Comunidade <i>tech</i>   Academia   Cidadãos
	Redes	<i>Made of Lisboa</i>   Rede DLBC Lisboa   Com.Unity.Lab
Interação	Objetivos	Mapear e sistematizar informações   Indicadores   Monitorizar   Diálogo e mobilização social   Convergência
	Serviços	Visualização de dados   Engajamento de atores e representação de sua diversidade   Chamadas para colaboração (desafios), com apoio técnico   Coprodução de interfaces tecnopolíticas   Divulgação do processo e resultados
	Ferramentas	Encontros virtuais para discussão de temas pertinentes   Micro site com informação sobre o processo, atores, desafio   Regulamento do desafio   <i>Slack, Miro, Jamboard, Zoom, Microsoft Teams</i>
	Ambiente	Sítio eletrônico   Redes sociais
Informa.	Coleta	Dados oficiais   Levantamento próprio
	Processamento	<i>Apps</i> com a utilização de dados abertos
	Armazenamento	Lista de <i>links</i> úteis
	Distribuição	Sítio eletrônico   Redes sociais   <i>Hackathon</i>

Tendo o ator universidade como ignitor, *hackaBIP.v03* contou com diversos colaboradores. No entanto, a inserção na rede da iniciativa local de Lisboa poderia ter tido melhor aproveitamento com um maior alinhamento dos dispositivos de interação com os propósitos, habilidade técnica, interesse político e disponibilidade de engajamento dos atores que se desejava envolver.

Embora os dispositivos de interação tenham correspondido à parte mais robusta do *hackaBIP.v03*, com diversos objetivos, serviços e ferramentas, careceu de ações a decorrer em espaços físicos para facilitar e flexibilizar mais possibilidades de participação. Esses momentos trariam mais oportunidades para desenvolver habilidades com dados, contribuindo para reduzir a desigualdade digital dos atores ainda não familiarizados com as ferramentas digitais. Essa teria sido uma importante contribuição do Pulso Local, proposto na versão *hackaBIP.v01*, que não pôde acontecer como desenhado. Outra importante contribuição teria sido a disponibilização dos repertórios de ferramentas, atores e indicadores. A ausência desse conteúdo deixou os dispositivos de informação da metodologia disponibilizada aquém do que se desenhou.

Quanto às tipologias de *hackathon* discutidas na subseção 3.1, tendo em conta aquela proposta por Perng (2019), embora o *hackaBIP* tenha sido uma iniciativa da academia, considera-se não ter sido do tipo 'apropriações para inovação e pesquisa' por ter se voltado para públicos externos a ela. O objetivo de atender a questões de interesse público e uso comunitário leva-nos a assumir a tipologia de 'apropriações cívicas'. Já, segundo a tipologia proposta por Drouhard et al. (2016), pode-se dizer que, embora o objetivo tenha sido o de realizar uma *hackathon* do tipo comunal, orientada para o desenvolvimento de recursos e cultura de comunidade, e embora tenha tido características do tipo contributiva, pelo objetivo de gerar impacto – tipologia que, na perspectiva de Le (2017), representa as *hackathon* cívicas - a *hackathon* que acabou por acontecer aproxima-se mais da tipologia catalítica, por ter objetivado a demonstração de utilidade das plataformas de dados, pelo apelo à apresentação de ideias e o espírito competitivo dos participantes.

Assume-se que esta é uma investigação 'com' e 'sobre' *hackathon* (Olesen & Halskov, 2020). Tal como identificado por Falk et al. (2021), a metodologia-infraestrutura proposta buscou alterar as experiências hegemônicas de *hackathon* pelo desejo por maior participação, por resultados sustentáveis e por utilizá-la enquanto meio de aprendizagem. Para avaliar se o processo proposto alcançou os objetivos iniciais, buscou-se apoio da Teoria do Programa (Olesen & Halskov, 2020; Rogers et al., 2000; Hansen et al., 2019; Falk et al., 2021), a qual mostrou-se útil para elucidar potencialidades e fraquezas dos *inputs* e processos adotados, facilitando, assim, a identificação de ajustes necessários em seus procedimentos.

O processo de avaliação está registrado na Tabela 6:10 que acrescenta, aos campos da TP (*input* – processos – efeito), uma coluna com as etapas da metodologia proposta (ignição, infraestrutura, *hacking*, experimentação e apropriação), e outra com ajustes sugeridos a futuras experimentações. Ressalta-se que, tendo o *hackaBIP.v03* estacionado na etapa de *hacking*, as duas etapas finais não figuram nesta avaliação, por não terem acontecido.

A avaliação da metodologia feita pelos membros das equipes, jurados e mentores, também ressaltou problemas e potencialidades, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. Aos apontamentos retirados dos inquéritos de avaliação apresentados em 6.3, fazemos algumas conclusões, estruturadas segundo as duas grandes áreas de interesse da participação digital: atores e meios.

Tabela 6:10 - *hackaBIP.v03* avaliado segundo a Teoria do Programa

	<b>INPUT</b>	<b>PROCESSO</b>		<b>EFEITO</b>			<b>AJUSTES</b>
		<i>Mecanismo</i>	<i>Atividade</i>	<i>Output</i>	<i>Resultado</i>	<i>Impacto</i>	
IGNIÇÃO	Pesquisa sobre desenvolvimento local em Lisboa	Levantamento de informações	Estudo sobre BIP/ZIP	Dados, identificação de parceiros	Inserção no ecossistema BIP/ZIP	Produção de conhecimento e reflexões críticas	Processo permanente e transdisciplinar
	Desafio discutido com principais atores	Alinhamento de objetivos	<i>Workshop</i> de ideação no lançamento da <i>hackathon</i>	Indicações de ferramentas desejáveis		Conteúdo orientativo para a produção de interfaces tecnopolíticas no DL em Lisboa	Os projetos inscritos devem ter objetivo de atender às indicações sugeridas na discussão sobre os desafios
	Definição de categorias de desafio	Detalhamento do desafio principal	Desmembramento do desafio em 4 categorias segundo resultados esperados	Projetos alinhados segundo categorias definidas	Desenvolvimento de projetos focados nas potencialidades das ferramentas para o DL		Alinhar as categorias com a discussão coletiva sobre os desafios e com objetivos específicos da iniciativa local
	Equipe e ferramentas para comunicação e divulgação da iniciativa	Garantir a clara comunicação da iniciativa com o público-alvo	Recrutamento de equipe de comunicação Definição de ferramentas de trabalho Produção de identidade visual, imagens e textos de comunicação Afixação de cartazes Posts em rede social	Construção colaborativa e atempada do material de comunicação Divulgação da iniciativa em diferentes canais Recrutamento de participantes e interessados em colaborar com a produção da iniciativa			Realizar eventos presenciais nos territórios como forma de divulgar a ação à iniciativa local e abrir a participação para quem não tem familiaridade com as ferramentas digitais

<b>INPUT</b>	<b>PROCESSO</b>		<b>EFEITO</b>			<b>AJUSTES</b>
	<i>Mecanismo</i>	<i>Atividade</i>	<i>Output</i>	<i>Resultado</i>	<i>Impacto</i>	
Articulação com diferentes setores da CML, iniciativa local e as comunidades tech e acadêmica	Apelo à diversidade de visões e interesses	Reuniões e inquéritos Programação voltada para envolver os vários atores	Adesão da CML, academia e comunidade <i>tech</i> Baixa participação da iniciativa local	Reflexões úteis à academia Experiência inovadora para a CML Colaboração do DDL com outros setores da CML Aproximação da comunidade tech com o desenvolvimento local	Potencial de parceria perene com academia	Reforçar a importância da ação junto à iniciativa local e variados setores da CML de modo a fortalecer a articulação com os vários atores
Exposição da iniciativa em rede internacional	Articulação da experiência a nível internacional	Apresentação da iniciativa no evento de encerramento do Com.Unity.Lab	Publicidade do <i>hackaBIP</i> na rede Urbact Com.Unity.Lab		Exposição internacional das potencialidades locais das ferramentas BIP/ZIP	Combinar a realização da iniciativa de forma atempada com as redes com que se quer partilhar, de modo a obter resultados para ambos
Plataformas de dados abertos e de participação da CML Interfaces tecnopolíticas produzidas no PPL	Incentivo a utilização  Apresentação das interfaces como inspiração sobre as necessidades do desenvolvimento local	<i>Showcase</i> de plataformas Implicação nas normas da <i>hackathon</i> Inclusão no material de divulgação Atividades orientadas para utilização de dados abertos	<i>Apps</i> com utilização de dados abertos e cruzamento com plataformas de participação	Percepção da CML sobre o potencial de cruzar operações  Contato da comunidade tech com as experiências da iniciativa local	Possibilidade de novos cruzamentos entre comunidade tech, iniciativa local na utilização das plataformas oferecidas pela CML e na produção de ferramentas para a iniciativa local	Divulgar com maior clareza as 'vantagens' de utilização dessas plataformas para a iniciativa local, realizar <i>workshops</i> que contribuam à literacia para sistematização e visualização de dados, e condicionar os projetos a utilizarem as atuais plataformas de participação
Debates prévios sobre democratização da programação, cultura <i>hacker</i> , dados abertos	Promoção da cultura <i>hacker</i> , dos dados abertos e da programação para todos	Debates <i>online</i> prévios à realização da <i>hackathon</i>	Participantes informados sobre os temas abordados			Realizar os debates antes do início do período de inscrições e usá-los para o recrutamento de parceiros e participantes
Parceria com evento formativo para oferecer treinamento às equipas	Oportunidade de aprendizagem	Divulgação de formação aos participantes da <i>hackathon</i>				Oferecer atividades formativas na programação da <i>hackathon</i> , de modo a que sirva efetivamente aos inscritos

INFRAESTRUTURA

<b>INPUT</b>	<b>PROCESSO</b>		<b>EFEITO</b>			<b>AJUSTES</b>
	<i>Mecanismo</i>	<i>Atividade</i>	<i>Output</i>	<i>Resultado</i>	<i>Impacto</i>	
Plataforma para realização da <i>hackathon online</i>	Disponibilização de infraestrutura de trabalho com conteúdo útil ao desenvolvimento dos projetos	Micro <i>site</i> do <i>hackaBIP</i> configurado na plataforma <i>Taikai</i>	Atividades apoiadas pelas funcionalidades oferecidas na <i>Taikai</i> Participantes da comunidade tech recrutados pela plataforma	Registro do projeto		Desenvolver interface para a infraestrutura desenhada para o <i>hackaBIP</i> , comportando todos os seus componentes
Participantes recrutados em chamada aberta para colaboração	Abertura à participação de equipes multidisciplinares	Divulgação em meios físico e digital Convites feitos à iniciativa local, comunidade tech e academia Eventos de divulgação e incentivo à participação	Equipes descoladas da iniciativa local, maioritariamente formadas pela comunidade tech	Produtos com bons princípios tecnológicos, mas sem aderência com as operações da iniciativa local	Possibilidade de parcerias entre participantes e os demais atores, em projetos de DL	Definir o recrutamento de participantes vinculados à iniciativa local como condição para o desenvolvimento da ação
HACKING	Mentores de projeto e especialistas	Partilha de experiências e habilidades	Mentores de projeto Mentores especialistas	Aprendizagem das equipes Entregas garantidas Contributos de diversos especialistas aos projetos	Projetos orientados segundo especialistas Divulgação da Estratégia BIP/ZIP a profissionais (mentores) de outros países	Inserir 'mentores comunitários', de modo a que os projetos também sejam orientados nesse sentido
	Programa de atividades diárias	Estrutura de trabalho colaborativo em apoio ao desenvolvimento dos projetos	<i>Templates</i> e sequência de tarefas diárias em ambiente partilhado por todos os participantes	Partilha de ideias entre equipes Registro do processo da <i>hackathon</i> e de desenvolvimentos dos projetos	Metodologia da <i>hackathon</i> <i>hackaBIP</i> Protótipo testado, possível de ser replicado com melhorias Conteúdo útil para outras coletividades organizarem seus processos	Realizar <i>workshop</i> para utilização dos <i>templates</i> em etapa anterior ao período de desenvolvimento dos projetos, garantindo a boa definição do problema vs solução e oferecendo tempo suficiente para os trabalhos

<b>INPUT</b>	<b>PROCESSO</b>		<b>EFEITO</b>			<b>AJUSTES</b>
	<b>Mecanismo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Output</b>	<b>Resultado</b>	<b>Impacto</b>	
Avaliação e recompensas	Incentivo à participação Apoio técnico ao desenvolvimento posterior dos projetos Reconhecimento do projeto com maior articulação popular	Articulação de patrocinadores de prêmios Processo de avaliação dos projetos Definição de critérios de análise Voto de júri técnico Voto de júri popular	3 projetos premiados Projetos avaliados por especialistas (júri técnico) segundo critérios definidos Projetos divulgados para a população em geral (voto popular)	Projetos com apoios em recursos financeiros e técnicos Especialistas (júri técnico) com conhecimento sobre a iniciativa e seu potencial		Diversificar as formas de compensação, tornando a <i>hackathon</i> mais atrativa aos diferentes atores, e incluir os programas de aceleração, <i>bootcamp</i> e outros prêmios correlatos, em etapa integrante do hackaBIP
Questionários para avaliação da iniciativa	Aperfeiçoamento da metodologia-infraestrutura segundo o <i>feedback</i> dos atores engajados	Desenho e distribuição de questionários de avaliação às equipes, mentores e júri	<i>Feedback</i> dos atores engajados na iniciativa	Reflexão sobre os contributos recebidos e revisão da metodologia	Contribuição para o aperfeiçoamento da metodologia que poderá ser replicado em outros territórios, com outros atores	Distribuir os questionários de avaliação aos participantes antes de a <i>hackathon</i> encerrar, e realizar novos questionários para verificar a utilização dos prêmios e possíveis desenvolvimentos dos projetos

#### 6.4.1. *Atores hackaBIP*

A iniciativa *hackaBIP.v03* permitiu compreender melhor o papel dos atores na metodologia-infraestrutura de coprodução de interfaces tecnopolíticas, que podem ser reunidos em 5 categorias: (1) academia, (2) poder público, (3) comunidade *tech*, (4) iniciativa local e (5) cidadãos em geral. Nos inquéritos realizados previamente e em vários outros momentos de diálogo com esses atores, foi manifestada a expectativa de que esse tipo de iniciativa pudesse promover uma aproximação entre a iniciativa local, a academia e a administração municipal, e entre os vários departamentos desta.

A academia como ator ignitor, representada principalmente pela instituição sede desta investigação, teve um importante papel. No entanto, não é fácil aferir o impacto na ação, devido à dificuldade em articular a iniciativa com outros projetos hospedados no centro de investigação, ou com as redes de contatos e parcerias existentes. Nesse sentido, salienta-se o escasso envolvimento dos investigadores, e menor aproveitamento da infraestrutura e conhecimento tecnológico, cuja disponibilização depende de concertações de agenda e enquadramento em fontes de financiamento; bem como o envolvimento dos alunos que poderia robustecer o ambiente de aprendizagem mútua entre as equipes, trazer para a ação suas vivências comunitárias e temas de interesse ou dar alguma continuidade aos projetos tornando-os em estudos de caso de suas próprias investigações. Uma maior participação da pluralidade de atores da academia, teria possibilitado aferir melhor as contribuições da relação com o poder público e sociedade.

Pode-se, porém, aferir alguns motivos para essa limitação, como a sobreposição de agendas, tendo o *hackaBIP* acontecido em final de um ano letivo particularmente atípico, devido a pandemia, e uma maior orientação por metas quantitativas, pelos grandes financiamentos comunitários e uma preferência por articulações com grandes empresas e projetos governamentais de maior dimensão. Neste contexto, a academia parece ainda oferecer pouco espaço para experimentalismos e continuar afastada das organizações de base comunitária. Iniciativas como o *hackaBIP* contribuem para alguma aproximação, informando as organizações e comunidades, melhorando capacidades para a cidadania ativa e permitindo trocas entre saberes técnico e não técnico.

Para fortalecer esta relação frutuosa, sugere-se aos centros de investigação mais vocacionados para investigação de base tecnológica, que façam uma reflexão alargada sobre o seu papel na ação coletiva e social, apostando na organização e disponibilização da informação científica útil a esses processos, no mapeamento de práticas e reflexões críticas para partilhar com a comunidade acadêmica e para fora dela, além da ampliação de espaços de deliberação interna para decidir sobre orientações éticas e comprometimento com causas emergentes da sociedade, como, por exemplo, a aplicação das tecnologias digitais nos processos participativos. Um pequeno roteiro inicial em contribuição à construção da Universidade *Hackeável*, cujo papel é fundamental para estimular a Cidade *Hackeável*.

O poder público local, representado nesta investigação pela CML, teve um papel significativo na promoção e dinamização da iniciativa. Contudo, verificou-se, também, alguma dificuldade em atender a uma ação tão robusta e intensiva como a de uma *hackathon*. Como explicam Mäenpää & Faehnle

(2018), a comunicação permissiva exige uma capacidade de resposta compatível à receptividade às demandas recebidas. Outro obstáculo a considerar, é a fragmentação da administração pública, que exige diferentes instâncias de decisão e revela, por vezes, questões internas quanto a recursos financeiros, relacionais e força política.

No *hackaBIP*, a relação entre o ator ignitor e o governo local, tendo em conta a escada proposta por Mäenpää & Faehnle (2018) (Figura 1:12, pág. 51), configurou-se numa cooperação baseada em projeto, onde a iniciativa da academia foi reconhecida e utilizada pelo poder público, mas não o suficiente para o estabelecimento de uma relação de longo termo em colaboração contínua, sem atingir uma comunicação permissiva à colaboração.

A difícil concertação de agendas necessária ao governo local para abrir-se às demandas que lhes chegam, deve ser apoiada por uma perspectiva de médio a longo prazo. Começa por uma necessária articulação interna para coser melhor os objetivos, recursos tecnológicos e relacionais, de tantos departamentos responsáveis por serviços similares. É preciso que esses recursos sejam compreendidos como instrumentos para qualificar a governança local e a participação dos cidadãos no desenvolvimento local (Dowbor, 2005), para além da oportunidade de gerar valor econômico e negócios.

Com esta experiência, podemos sugerir uma melhor integração entre os departamentos responsáveis pela informação georreferenciada, pela informação urbana, pelos processos participativos e pelas plataformas de inovação que, de forma concertada, atenderiam melhor às necessidades de monitorização de serviços e políticas para o DL, e de relação com os munícipes.

Com o nível de comunicação estabelecida no *hackaBIP.v03*, pode-se considerar que se alcançou uma paisagem de Cidade 3.0, voltando à escada de Foth (2017) (Figura 1:11, pág. 50), quanto à relação entre cidadãos e governo, onde este assume um papel de facilitador da participação daqueles, ainda aquém de uma relação de cocriação e colaboração.

Como discutido na subsecção 1.2, a Cidade *Hackeável* depende de um Governo *Hackeável*, facilitador da ação coletiva através de sistemas abertos para tal. No entanto, a experiência *hackaBIP* faz acrescentar à equação a necessidade de ‘Universidades *Hackeáveis*’, ou seja, ambientes e infraestruturas académicas transdisciplinares e abertas ao diálogo com a ação coletiva e com o Governo *Hackeável*. A experiência demonstra que tal é possível, mas há ainda um longo caminho a percorrer, começando pelo estabelecimento de uma boa e perene comunicação, para formação de redes de colaboração, como recomendado por Mota (2013).

Relativamente à comunidade *tech*, como discutido na literatura (Stalder, 2018; Ampatzidou et al., 2015; Le, 2017), ela associa-se a uma *hackathon* movida, essencialmente, pela possibilidade de ganhos pessoais – prémios, *networking*, colaboração multidisciplinar. Embora toda a comunicação do *hackaBIP* incentivasse o estabelecimento de pontes entre iniciativa local e comunidade *tech*, esta não se mostrou tão disposta e aberta para tal. Com a prevalência deste público sobre os demais, suas perspectivas naturalmente se sobressaíram nas propostas desenvolvidas, expondo o perigo do desequilíbrio de forças nos processos de coprodução, discutido em Mitlin & Bartlett (2018).

A marcada ausência da iniciativa local dentre as equipes *hackaBIP* também revela que, para este tipo de ação, uma participação por convite, não só a comunidade *tech*, mas também os atores da intervenção comunitária e do ativismo local têm de perceber ganhos imediatos, em troca do seu envolvimento e tempo de trabalho. A estratégia de envolver a Rede DLBC Lx para atrair a participação de suas associadas não foi suficiente, talvez por ela compreender que já cumpre o papel de monitorização e fomento à colaboração, além do acúmulo de outras atividades a decorrerem ao mesmo tempo, sobrecarregando suas entidades associadas. Da mesma forma, a ausência dos GC justifica-se por não se sentirem tão ligados ao ecossistema BIP/ZIP, conforme relatado na subseção 5.7. Mesmo considerando positivas as entregas do *hackaBIP*, as entidades já estavam mobilizadas para outros possíveis ganhos, mais compreensíveis para elas. É de referir, também, a competitividade instaurada entre as organizações que as levam a enxergarem as iniciativas de seus pares como concorrentes. Acresce, ainda, o fato de que, muitas vezes, os mesmos atores acabam por exercer diferentes papéis conforme o espaço a que são chamados, por exemplo, quando uma pessoa, ao mesmo tempo, tem de representar tanto os interesses de uma determinada entidade quanto os da rede que ela compõe, servindo a diferentes interesses.

Ainda que a refletir uma baixa representação do universo de entidades envolvidas no PPL, é importante lembrar as respostas recebidas no inquérito *online* feito no *hackaBIP.v01*, onde os inquiridos demonstraram alguma desconfiança em colaborar com o governo local para o desenvolvimento de ferramentas coletivas. Na origem desta, podem estar experiências de repressão e silenciamento que levam a que muitas organizações desejem manter-se destacadas e independentes do poder público.

Há, também, que desmistificar a dimensão digital para as organizações da intervenção socioterritorial e seus públicos-alvo. Essa foi outra fonte de desconfiança relatada nos inquéritos e estudos, devido à desigualdade digital, dentre outros fatores. É preciso estimular as habilidades desses atores no manuseio das ferramentas digitais, não sob a perspectiva de introduzir novos produtos gerados pelas *big techs*, mas na de agenciar capacidades e necessidades existentes na coprodução de suas próprias tecnologias.

Embora não apreendido pelos membros das equipes, a votação popular procurou trazer a avaliação dos projetos pelas comunidades, e o poderia ter feito com maior qualidade se tivesse havido um maior debate e *codesign* das propostas. Como avaliado pelos mentores, talvez o papel da iniciativa local, mais do que no desenho das ferramentas, seja mais importante nos momentos de decisão, como na definição dos desafios, na definição dos problemas *vs* soluções, na avaliação informada dos projetos.

#### 6.4.2. Meios *hackaBIP*

Quanto aos meios utilizados para a ação *hackaBIP.v03*, restam observações sobre as ferramentas e metodologias utilizadas, e os projetos coproduzidos. As ferramentas utilizadas para a realização da ação, todas ‘prontas para uso’, familiares aos utilizadores e de fácil manuseio, permitiram interação e o bom desenvolvimento do trabalho. Não sendo possível a programação de uma plataforma exclusiva para a

ação, a utilização da plataforma *Taikai* proporcionou independência dos sistemas da CML; no entanto, permaneceu uma certa fragilidade referente à soberania tecnológica da ação, visto a opção de utilizar ferramentas ‘prontas para uso’, as quais, muitas vezes, exigem *log in* em sistemas proprietários.

A ‘plataforma *hackaBIP*’, o micro *site* na plataforma *Taikai*, teve o objetivo de disponibilizar a infraestrutura e redes de trabalho, conforme identificado por Manzini (2015a) como essencial para o estabelecimento de organizações colaborativas na perspectiva do *design for social commoning*. No entanto, para ultrapassar a limitação temporal de uma ação de curta duração, deveria ser disponibilizada de forma híbrida (digital e física), permanente, com uso incentivado e apropriado pelos vários atores. Fica, portanto, o desafio da cogovernança de uma interface como essa.

A metodologia-infraestrutura *hackaBIP.v03* pode ser analisada em duas escalas: (1) a geral, incluindo as atividades pré e pós-*hackathon*; e (2) a etapa específica dos dias da *hackathon*, com as atividades trabalhadas na plataforma *Miro*. Sobre a geral, fica patente a importância de um modelo híbrido que, neste caso, poderia ajudar a mobilizar mais e melhor a iniciativa local, organizada e não organizada, para participar em momentos-chave da ação, refletindo melhor sua diversidade social, econômica, cultural etc., como ponderado por Allegretti et al. (2016). Nesse cenário, questões sobre exclusão e desigualdade digital seriam melhor abordadas, embora sejam questões que deveriam estar mais evidenciadas desde o propósito e os objetivos da ação.

Sobre a metodologia adotada na *hackathon*, as atividades realizadas no *Miro*, se, por um lado, ela foi criticada pelos membros das equipes, que sentiram ocupar demasiado o tempo disponível, em detrimento do tempo necessário para desenvolvimento das *apps*, por outro, os mentores avaliaram que teve a fundamental importância de exercitar a questão ‘problema vs solução’ que as equipes, com grande presença de programadores, preferiam evitar. Fica a hipótese de que, no caso de um maior envolvimento da iniciativa local, as atividades propostas seriam úteis para estabelecer o diálogo entre os dois tipos de atores, e poderiam ser acrescidas, recorrendo a Innerarity (2016), com recursos que favorecessem, de forma transdisciplinar, a capacidade de interpretação de dados e sua transformação em conhecimento.

Outra forma de avaliar o experimento da metodologia-infraestrutura proposta, é a partir dos produtos gerados. Tendo em conta a análise taxonômica proposta na Tabela 4:2, pág.97, sobre interfaces tecnopolíticas, a Figura 6:9 traz a caracterização das interfaces coproduzidas na *hackathon*.

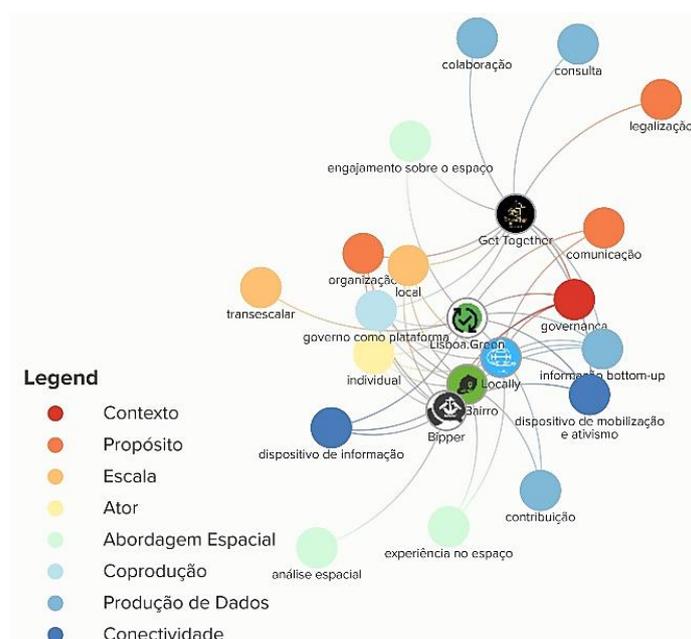


Figura 6:9 - Visualização geral da Taxonomia das Interfaces Tecnopolíticas coproduzidas no *hackaBIP.v03*.

Disponível em: <https://bit.ly/3ccbQTp> (consultado em: 20 dez. 2021).

Ao visualizar as interfaces propostas pelas equipes participantes no *hackaBIP.v03*, segundo suas características tecnopolíticas, vemos que em quatro aspectos elas são idênticas: nascem de um contexto de [governança], em que a CML se coloca disponível para apoiar um processo de coprodução enquanto [governo plataforma], levantando [informação *bottom-up*], e propostos por [indivíduos], ainda que organizados em equipes, já que não representam, diretamente, nenhuma coletividade. Contudo, diferem-se em aspectos-chave, como, por exemplo: a aplicação *Get Together* sendo a única com o propósito e diretrizes para [legalização] das ações colaborativas que promove; *Bipper* sendo a única que permite [análise espacial]; e *Lisboa.Green* ao defender sua aplicação em diferentes contextos, de forma [transescalar].

A análise taxonômica leva a um detalhamento das tecnopolíticas analisadas, sendo útil para: identificar resultados diferentes do esperado, individualmente, ou mesmo na amostra quando visualizada em rede, as características mais relevantes da amostra e formas de combinação das interfaces, de modo a aproveitar funcionalidades umas com as outras. Porém, é uma análise panorâmica, distante da usabilidade das interfaces, e que, portanto, não nos permite avaliar, por exemplo, o aproveitamento efetivo desses produtos pelas comunidades e coletividades identificadas como seu público-alvo.

Na análise dos produtos gerados, são identificados, ainda, possíveis dados para a formação de indicadores que o uso dessas ferramentas poderia gerar em contribuição à monitorização do DL em Lisboa (Tabela 6:11). Tal conteúdo é resultado das atividades decorridas durante a *hackathon*, que incentivaram o pensamento sobre produção, transformação e partilha de dados. Se feitas com a participação da iniciativa local ou mesmo, com mais *feedback* do governo local, poderiam gerar indicadores convergentes com as necessidades de monitorização, sob a perspectiva desses atores.

Tabela 6:11 – Dados gerados pelos projetos *hackaBIP*

<i>PROJETO</i>	<i>DADOS PARA INDICADORES</i>
<i>GET TOGETHER</i>	Quantidade, conteúdo e origem de propostas apresentadas; votação popular por UIT; feedback do poder público
PELO BAIRRO	Mapeamento de estabelecimentos comerciais; rotas cicláveis e a qualidade destas; gasto calórico, economia financeira e emissão de CO <sub>2</sub> poupados
<i>LOCALLY</i>	Acontecimentos registrados, por bairro
<i>BIPPER</i>	Ocorrências e avaliações dos espaços públicos por data, localização e categoria
<i>LISBOA.GREEN</i>	Ocorrências e solicitações

Sabe-se, porém, que por não ter havido novas articulações com as equipes participantes no pós-*hackathon*, elas permanecem, até o encerramento desta investigação, inativas. Nesse sentido, é importante salientar que esta etapa é fundamental para testar e ajustar os protótipos criados, identificar sinergias com as comunidades, CML e iniciativa local, e desenvolver condições para garantir o fornecimento das interfaces e o estabelecimento de protocolos de cogovernança. Assim, sob a perspectiva do ‘*design para o comum social*’ de Manzini (2015a), embora a infraestrutura do *hackaBIP.v03* tenha contribuído para um ambiente de empatia e amizade entre os participantes, os bens relacionais gerados ainda não puderam ser apropriados por um público mais alargado, o que exige ajustar a metodologia-infraestrutura para atingir esse fim.

## 6.5. Consolidação da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*

Os estudos sobre *hacking* cívico apontam para o grande potencial deste contribuir enquanto método para a construção da cidade *hackeável*, onde a participação nos processos de arquitetura e urbanismo pode ser elevada a maiores níveis de distribuição de poder de decisão.

No entanto, a participação tendencialmente atomizada dos indivíduos conectados exige um esforço maior em articular e tornar visível os ganhos pessoais e coletivos dos atores que se pretende envolver. Para a criação e fortalecimento das comunidades de prática é essencial estabelecer uma perspectiva de colaboração de médio a longo prazo, para a qual se crie um ambiente de interação que possibilite autoaprendizagem através do uso e adaptação dos meios articulados aos interesses dessas comunidades. Para contribuir com o DL, é preciso que esses processos consigam agenciar os recursos físicos e relacionais locais e, na perspectiva *middle-out*, estabelecer agendas comuns com governo local e universidades *hackeáveis*. A pertinência do processo e dos meios para os atores envolvidos é o que poderá garantir sua sustentabilidade no tempo e estimular o estabelecimento de protocolos de parceria para a gestão partilhada das interfaces tecnopolíticas que vão mediar o DL.

A realização do *hackaBIP.v03* foi essencial para validar a metodologia-infraestrutura proposta, através de erros e acertos, da observação do desempenho dos papéis dos vários atores envolvidos e da efetividade dos meios colocados à disposição. Tendo em conta todas as análises e discussões acerca dessa experiência, apresenta-se, na Figura 6:10, a versão *hackaBIP.v3.1*, incorporando os ajustes sugeridos e consolidando a metodologia-infraestrutura proposta pela investigação.

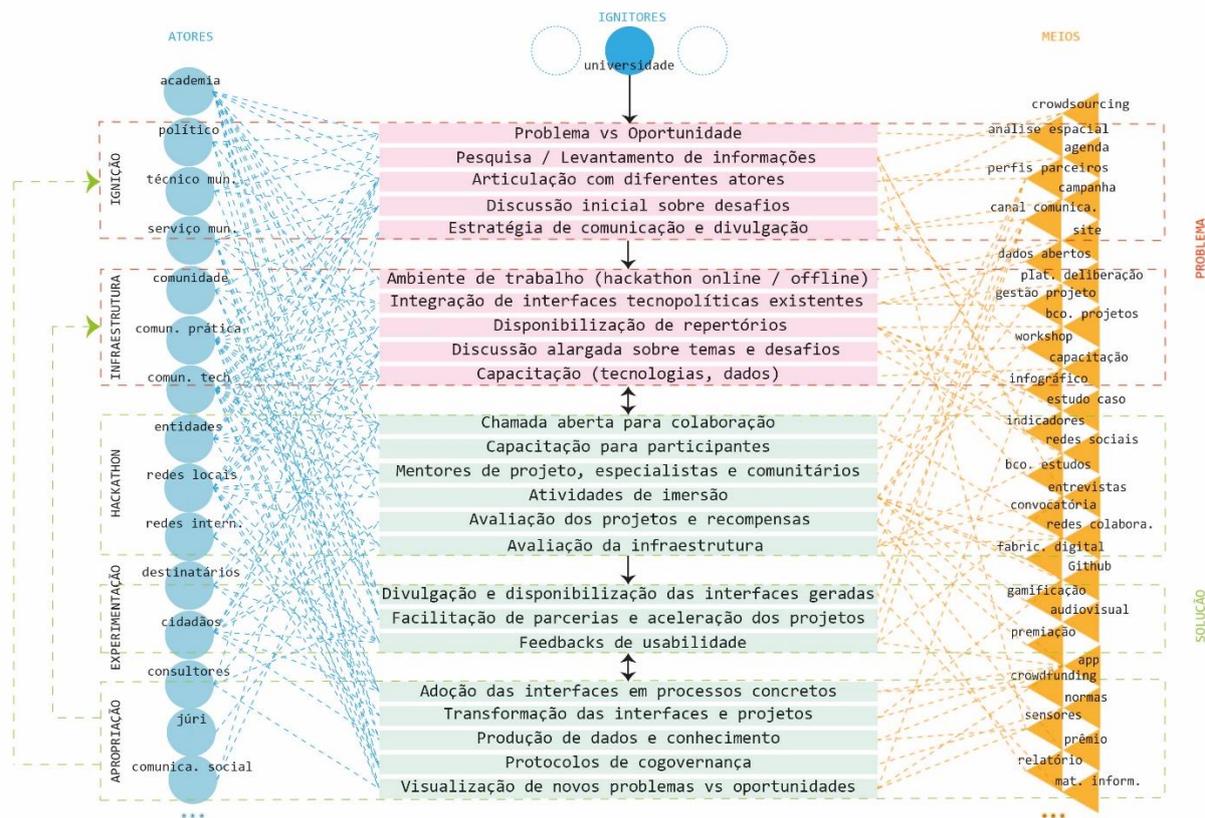


Figura 6:10 - *hackaBIP.v3.1*, metodologia-infraestrutura consolidada de *hacking* cívico para o DL

As etapas partem daquelas definidas inicialmente, ilustradas na Figura 6:1, p. 165; incorpora o detalhamento definido para a infraestrutura (etapa 2), desenvolvido na versão *hackaBIP.v02*; traz os *inputs* experimentados no *hackaBIP.v3*, e analisados na Tabela 6:10, p.190190, acrescidos de proposições para as etapas 4 - Experimentação e 5 - Apropriação.

Os atores e meios discutidos na investigação sobre *hacking* cívico para o DL, disponibilizados nos Anexos C e D, compõem as extremidades esquerda e direita do diagrama, relacionando-se com os *inputs*. O diagrama traz as relações dos atores e meios como proposto na avaliação do experimento *hackaBIP.v3*. No topo, destaca-se o ator ignitor. Com a adaptação do repertório de atores e meios, e a melhor escolha local para ator(es) ignitor(es), a metodologia-infraestrutura fornecida pode orientar outras iniciativas, noutros contextos.

Abaixo são ressaltados alguns aspectos aprendidos com o *hackaBIP.v03*, considerados importantes para garantir o bom desempenho da metodologia-infraestrutura proposta em novos experimentos:

(1) [Ignição] – Idealmente, na perspectiva da cidade *hackeável*, o processo de pesquisa para identificação de recursos internos e externos, e para a visualização de problemas deve ser permanente, transdisciplinar e multinível, de modo a abranger diferentes pontos de vista. Esse é um trabalho que pode ser apoiado pela universidade *hackeável*, em diálogo com o governo e a iniciativa locais. As discussões dos desafios que vão orientar as parcerias estabelecidas para colaboração, são oportunidades para a construção de

visões coletivas para o território e para pactuar sistemas de indicadores pertinentes aos vários atores. Nessas discussões, é essencial que haja espaços e meios inclusivos à diversidade social local (analógicos, presenciais, físicos, híbridos), enquanto importantes recursos para atingir indivíduos e coletividades ainda ausentes dos espaços de participação e aqueles menos familiarizados com as tecnologias digitais, reduzindo, assim, a desigualdade digital. Realizar tal processo a partir de um dos territórios prioritários poderia ser ainda mais profícuo no objetivo de aumentar a literacia dos participantes.

(2) A [infraestrutura] deve refletir a diversidade pretendida pela ignição, traduzindo a articulação entre os vários atores que se pretende envolver. A configuração da infraestrutura e o início das atividades deve ser combinada de forma atempada com as diferentes agendas desses atores. A proximidade com a iniciativa local é essencial para incluir suas perspectivas nos debates sobre os temas e desafios lançados, e contemplar suas necessidades nos *workshops* para leitura, sistematização e visualização de dados, de introdução a tecnologias digitais e outros temas identificados como pertinentes. É importante que essas discussões e *workshops* sejam preparatórios para a chamada para colaboração, de modo que os participantes estejam alinhados e capacitados ao trabalho a desempenhar. Os repertórios de atores, meios e indicadores (Anexos B, C e D), oferecidos junto com esta metodologia-infraestrutura, devem ser cuidadosamente ajustados ao contexto em que se dará a experiência. A configuração desta infraestrutura é uma grande oportunidade para introdução e incentivo ao uso das interfaces tecnopolíticas oferecidas pelo governo local, mas, também, por outras instituições e pela própria iniciativa local, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura digital e familiarizada com dados. É ela que, na etapa da apropriação, oferecerá condições (conteúdo, ferramentas e interações) para a sustentabilidade das interfaces geradas e do processo de coprodução.

(3) [*Hacking* cívico] – Para que a pluralidade de visões esteja refletida nas interfaces, é essencial que as comunidades de prática que as vão produzir sejam heterogêneas, e alcancem as necessidades e desejos da iniciativa local. Sugere-se que as equipes a participar da *hackathon* contenham membros oriundos da iniciativa local, assim como a equipe de mentores que vão orientar os trabalhos. Uma forma de facilitar essa proximidade com os cidadãos e organizações, é realizando a parte da discussão dos problemas vs soluções em ambiente híbrido e anteriormente ao desenvolvimento dos projetos, de modo que estes possam atender a necessidades concretas levantadas nas discussões. É fundamental avaliar o processo da *hackathon* e a infraestrutura utilizada, para ajustá-los ao contexto e aos aprendizados locais.

(4) [Experimentação] – Os atores mobilizados e a infraestrutura configurada são excelentes meios para divulgar as interfaces tecnopolíticas criadas e inseri-las nos processos concretos do DL. O(s) ator(es) ignitor(es) deve(m) facilitar o estabelecimento de parcerias com usuários, financiadores, agências incubadoras e gestores para as interfaces coproduzidas, como forma de procurar garantir

sustentabilidade. O recebimento de *feedbacks* de usabilidade deve ser um procedimento normal do processo, que deve garantir respostas e capacidade de melhoramentos.

(5) Nesse contexto, espera-se que a [Apropriação] se dê na medida em que as interfaces tecnopolíticas passem a ser utilizadas pelas comunidades de prática, iniciativa local, governo local, incorporando-as a seus processos, estabelecendo protocolos de uso e gestão que podem ser duradouros. Nessa apropriação, a produção de novos dados e de conhecimento sobre o DL levará à visualização de novos problemas *vs* oportunidades, retroalimentando a infraestrutura e a ignição de novas chamadas para colaboração.

## CAPÍTULO 7

**7. Conclusões e trabalho futuro**

A investigação procurou compreender a utilização das ferramentas digitais em apoio à participação, e como elas são produzidas e utilizadas para ampliar a diversidade de atores na construção das cidades *hackeáveis*. Tendo em conta a essência política da participação, o engenho de suas ferramentas e processos foram aqui observados sob a abordagem da tecnopolítica.

O estudo genealógico apoiou a construção do conceito de ‘tecnopolíticas da participação’, que identificou, ao longo dos últimos dois séculos, as inovações criadas na abertura dos processos da arquitetura e urbanismo e na participação pública. Primeiramente, no agenciamento da informação como forma de promover a Participação para Cidadania. Depois, com a contribuição da cibernética e o desenvolvimento da computação, com o *design* de interfaces para facilitação da Participação para a Autonomia dos cidadãos. A seguir, diversas práticas colaborativas abriram oportunidades para a Participação a nível Comunitário. Com a reivindicação de diversas coletividades e organizações, a Participação passou a ser Institucional, promovida por diversos governos locais, nacionais, regionais, inserindo as vozes dos cidadãos nos trâmites burocráticos que governam os territórios. Mais recentemente, com a difusão da internet e das TIC, foram criadas condições para ampliação da Participação em Rede de indivíduos organizados ou não, ampliando espaços, atores e meios da participação, ampliando, também, desafios sobre a democratização dessa participação atravessada pela desigualdade no acesso às tecnologias, desigualdade de literacia e de capacidades relacionais.

O conceito da governamentalidade (Foucault, 1979 e 1982; Larsson, 2020) foi adotado na investigação como referência para compreender o sistema de governança e identificar os vários atores da participação, suas interações, motivações, conflitos e assimetrias de poder, essenciais para compreender a constituição dos processos de coprodução.

A intenção de realizar uma pesquisa contextual (Flyvbjerg, 2001) justificou a adoção de um objeto de estudo, a Estratégia BIP/ZIP, da CML. Contudo, tal aproximação antecedeu o início da investigação, a partir de uma discussão com a CML sobre a pertinência e as características de um observatório sobre a Estratégia BIP/ZIP e as ferramentas que dispõe para fomentar projetos participativos e de pequena escala para o DL de Lisboa.

Ao analisar pormenorizadamente as características da Participação em Rede, novos meios e novos atores, enunciou-se a hipótese de que o *hacking* cívico poderia ser uma metodologia de coprodução de interfaces tecnopolíticas para o DL. Através de estudos bibliográficos, pesquisas em sítios eletrônicos de projetos, *benchmarking* e aproximações a práticas de *hackathon*, foram identificados processos e etapas metodológicas, formatos, ferramentas e atores participantes do *hacking* cívico. Esta análise revelou as potencialidades e os desafios dessas práticas, bem como formas de avaliá-las.

Relativamente às ferramentas, processos, redes, atores envolvidos em diversos programas de DL em Lisboa, Portugal e Europa, foram identificadas quatro tipologias de interfaces tecnopolíticas por eles adotadas, e que fazem uso das tecnologias digitais para partilhar informação, expandir redes e possibilidades de colaboração: observatórios, laboratórios cívicos, plataformas de dados abertos e *civic tech*. O estudo utilizou casos paradigmáticos de cada uma dessas tipologias para observar o funcionamento, composição e questões de partida que viabilizaram a disponibilização dessas interfaces. Para melhor caracterizar as interfaces quanto ao aspecto tecnopolítico, foi desenvolvida uma taxonomia (Tabela 4:2, p. 97), que permitiu identificar similaridades e particularidades na amostra.

A análise sobre a Estratégia BIP/ZIP, com foco no PPL e as possibilidades que oferece para monitorização dos territórios, permitiu identificar os meios e atores que interagem em seus processos, as interfaces tecnopolíticas disponibilizadas pela CML e úteis para os projetos da iniciativa local, e as interfaces produzidas por estas entidades em projetos financiados pelo PPL. O estudo teve início com pesquisas em documentos, bibliografia e sítios eletrônicos, foi complementado por métodos etnográficos, com a realização de inquéritos, entrevistas semiestruturadas e a observação participante em várias ações no contexto BIP/ZIP, para trazer a perspectiva de seus atores. Os resultados revelaram-se fundamentais para alterar o objetivo inicial da investigação, antes assente na proposição de um observatório sobre a Estratégia BIP/ZIP. Tornou-se notória a necessidade de propor uma metodologia que auxiliasse na coprodução de interfaces, onde os vários atores do ecossistema urbano lisboeta pudessem concretizar suas diferentes visões e necessidades de monitorização e colaboração para o DL.

Como respostas à questão de partida – ‘Como apoiar a coprodução de interfaces tecnopolíticas capazes de contribuir para a coprodução da cidade *hackeável*’ – e às hipóteses colocadas, conclui-se: (1) o hacking cívico é apropriável enquanto metodologia, tendo o design enquanto infraestrutura; no entanto, é fundamental, e a arquitetura e urbanismo têm grande contribuição a dar, facilitar a emergência da Cidade *Hackeável*, estimulando o Governo e a Universidade *Hackeáveis*; tais práticas têm o importante papel de apoiar comunidades de prática e fomentar uma cultura de cogovernança; (2) como importante contribuição das interfaces tecnopolíticas para o DL, está a capacidade de oferecerem uma monitorização partilhada de territórios, políticas, fenômenos e redes; nesse sentido, a combinação de valências das diversas interfaces é essencial para o agenciamento *middle-out* dos recursos sociotécnicos da Cidade *Hackeável*; estando, a informação, na base das inovações tecnopolíticas, a capacidade e necessidade de produção e leitura faz emergir novos meios e novos atores protagonistas de tal processo evolutivo; (3) esta que é a primeira abordagem digital à Estratégia BIP/ZIP revela uma certa capacidade de autonomia na produção de informação e uma necessidade de compatibilização de interesses, agendas e recompensa de esforços para alavancar os arranjos colaborativos que podem ser institucionalizados através de modelos tais como a parceria público-comum; como proposta final, é desenhada, testada, avaliada e consolidada a metodologia-infraestrutura *hackaBIP*, em sua versão v.3.1 (Figura 6:10, p.200), apropriando-se dos processos de *hacking* e *hackathon* cívicos.

*hackaBIP* consiste em cinco etapas: (1) ignição, (2) infraestrutura, (3) *hackathon* cívica, (4) experimentação, e (5) apropriação. Compreende um processo, Repertórios de Atores, Meios e Indicadores de referência, e apontamentos para o ambiente de trabalho. A utilização do contexto do objeto de estudo, o DL em Lisboa, permitiu reflexões sobre o *hacking* e *hackathon* cívicos que informam sobre questões levantadas ao longo do estudo, discutidas a seguir.

Os limites do *hacking* e das *hackathon* cívicas têm sido indicados em vários estudos (Schliwa, 2018; Kitsios & Kamariotou 2019; Perng, 2019; Falk et al., 2021). Nestes, destacam-se a assimetria de poder, presente em qualquer processo participativo, a desigualdade no acesso a recursos infraestruturais e relacionais, a não representatividade da heterogeneidade social e o desperdício de trabalho e energia verificado em ações que geram diversos produtos e serviços que não atendem às questões mais essenciais para o público-alvo, ou que não chegam a ele, e que, por isso, ficam relegados à inutilização imediatamente após um intensivo período de trabalho colaborativo. O desenho de uma infraestrutura de trabalho inclusiva e empática e a articulação dos parceiros antes, durante e depois do trabalho imersivo são essenciais para alcançar resultados apropriáveis pelas comunidades (Le Dantec & Di Salvo, 2013; Manzini, 2015a; Wilson & Chakraborty, 2019).

Tais recomendações foram consideradas na proposição da metodologia-infraestrutura *hackaBIP*. No entanto, ressalta-se a importância da capacidade de articulação do ator ignitor e dos demais parceiros envolvidos no processo de coprodução, no sentido de demonstrar o valor da iniciativa, esclarecer os investimentos necessários e possíveis ganhos, além de sua disponibilidade para a manutenção dessas redes. O trabalho de ignição é fundamental, mas é só o início de uma trajetória que os demais atores precisam ter condições de caminhar com autonomia, por isso a metodologia-infraestrutura.

O caminho percorrido até ao final desta investigação teve suas limitações. A dificuldade de concretizar, ao final, o relacionamento que foi sendo construído com a iniciativa local ao longo do estudo, foi um importante ponto de inflexão, bem como a dificuldade de envolver a academia de forma mais alargada. A relação com o ator governo local esteve reduzida a um de seus departamentos, o DDL, o que certamente reduziu a potencialidade da iniciativa, considerando a diluição da Estratégia BIP/ZIP por vários outros programas e departamentos da CML e a sobreposição de diversos projetos de DL em Lisboa. A parceria com a CML pode, ainda, ter condicionado o estudo a uma abordagem *top-down* com a iniciativa local. Se a iniciativa partisse de uma reivindicação das organizações atuantes no DL, certamente, teria tido abordagens diferentes. Tal experiência reforça o indicado por Mäenpää & Fahenle (2018), sobre o ‘medo da burocracia’, existente do lado da iniciativa local, e a necessidade de investir tempo e recursos em treinamento aos servidores públicos para atuarem com maior assertividade nos processos participativos.

Apesar do relacionamento mantido com o DDL, é de mencionar a dificuldade de manuseio dos dados do PPL, da forma como atualmente estão disponibilizados (PPL, 2011). Uma plataforma de dados que facilitasse a visualização de dados básicos das candidaturas, com uma componente maior de analítica, permitindo o cruzamento de dados sobre os projetos, territórios, redes de colaboração, bem

como com dados externos ao domínio do DDL, seria de grande contribuição para a realização de mais investigações e reflexões críticas sobre a Estratégia BIP/ZIP, e para a construção do governo *hackeável*.

O contexto da pandemia de COVID-19, vivido durante a investigação, reduziu as possibilidades de uma maior interação com a iniciativa local e as comunidades. A quantidade de inquéritos, entrevistas e interações ambicionados pela investigação levou a resultados por vezes pouco representativos de um contexto complexo, que poderia ter sido mais bem retratado se tivesse tido maior adesão do público-alvo ou beneficiado de outros métodos mais aprofundados de pesquisa. Os resultados são contextuais e, conseqüentemente, contingenciais às condições em que se deu o experimento.

Também o fato de a investigação estar a olhar ainda para a *Web 2.0*, quando já se fala numa *Web 3.0* – embora ainda em um plano conceitual – é uma fragilidade deste e de muitos outros estudos sobre tecnologia, feitos em paralelo a transformações tão rápidas, como tem acontecido nas últimas décadas. Não pode deixar de ser referida, ainda, a inabilidade para o desenvolvimento de códigos, no *background* da investigação, o que pode ter restringido a visualização de possíveis caminhos a adotar.

Apesar de todas as limitações, o estudo permitiu reflexões em diferentes âmbitos. Sobre a forma como as interfaces tecnopolíticas usadas em DL contribuem para a coprodução da cidade *hackeável*, pode-se concluir que as diferentes tipologias de interfaces utilizadas – observatórios, plataformas de dados, laboratórios cívicos e *civic tech* – atendem a várias necessidades relativas à identificação e monitorização de territórios prioritários, ao agenciamento de recursos internos e externos, ao estabelecimento de parcerias para colaboração entre os vários atores implicados, além da possibilidade de monitorização do programa pela sociedade, de forma alargada. A combinação entre essas diferentes valências em uma ou mais interfaces pode favorecer a coesão das redes de parcerias formadas e a capacidade de monitorizarem o que desejarem, no contexto do DL.

Na tensão entre a criação de plataformas centralizadoras, tendência verificada nos projetos de cidades inteligentes, versus a multiplicação de *civic tech* produzidas em sentido *bottom-up*, sugere-se incentivar metodologias que estimulem a coprodução de interfaces com um agenciamento *middle-out*, de modo a garantir influência das organizações e dos cidadãos sobre as interfaces geradas e os processos decisórios que desencadeiam no governo local. O *hacking* cívico pode contribuir para essa metodologia, com processos que incentivem a produção e partilha de informação e interfaces tecnopolíticas para autonomia dessas comunidades de prática e indivíduos conectados, em contínua experimentação de meios, autoaprendizagem, abertura à diversidade e pluralidade social, e geradora de conhecimentos que devem alimentar as questões de partida das estratégias, planos, programas, ações que produzem a cidade.

A contribuição da arquitetura e urbanismo a essa discussão está no desenho da metodologia-infraestrutura, na indicação de um agenciamento de atores e fornecimento de repertórios (Friedman, 1975), de modo a permitir a ação autônoma dos participantes. O desenvolvimento de interfaces, dentre as inovações das tecnopolíticas da participação, tem, com as ferramentas digitais atuais, maior capacidade de agenciamento de redes e expansão de repertórios. A investigação nesse campo disciplinar pode apoiar a experimentação de processos colaborativos e o desenvolvimento de interfaces,

estimulando a coprodução de cidades *hackeáveis*, em diálogo com outras áreas como a *HCI* e o *design* participativo.

Se, por um lado, destaca-se a oportunidade que a cultura digital oferece aos desafios da participação, por outro, percebe-se que ela acrescenta limites. Curiosamente, foi observada uma desconfiança da iniciativa local em colaborar com poder público, o que precisa ser superado.

Assim, a apropriação do *hacking* cívico no *hackaBIP* procurou fornecer uma metodologia-infraestrutura adaptável a diferentes contextos e contribuir para o estabelecimento de protocolos entre as comunidades de prática, organizações e governo, no uso das interfaces tecnopolíticas geradas.

A realização da metodologia-infraestrutura *hackaBIP* no contexto da Estratégia BIP/ZIP, em Lisboa, permitiu observar as motivações, envolvimento, capacidades e limites dos diversos atores alcançados, levou à construção de um repertório de atores e ferramentas alimentado por esse contexto, e possibilitou a esses atores experimentar a coprodução de interfaces tecnopolíticas, em diálogo construído entre a CML, a iniciativa local, comunidades *tech* e acadêmica.

As interfaces tecnopolíticas geradas – *apps* e *mockups* produzidas no *hackaBIP* – permitem um agenciamento de dados que caracterizam a ação cívica, a vida urbana, a qualidade do espaço público, úteis para a construção de indicadores e índices de monitorização do DL, e para a autoaprendizagem das comunidades de prática. Também indicam as interações entre atores – cidadãos, governo local, associações, comerciantes, *hackers* – em processos de uso, adaptação, replicação, apropriação dessas interfaces, que poderão gerar protocolos e garantir a sustentabilidade, tanto das interfaces como das comunidades de prática. A autonomia na produção de informação e conhecimento sobre os territórios, recursos locais, capital social, tecnologia, dentre outros fatores, é um comum urbano de grande importância para a cidade *hackeável*.

Um protocolo de grande potencial que poderia surgir das interações provocadas no *hackaBIP*, é a inclusão de procedimentos sugeridos por algumas das interfaces criadas, nos processos oficiais da CML. A gestão desses procedimentos poderia ser do tipo parceria público-comum, onde uma comunidade de prática e de conhecimento tem poder de decisão, junto com o governo local, sobre a tecnologia, os métodos e recursos utilizados, os dados produzidos e partilhados, os objetivos perseguidos, dentre outros fatores. Experimentos em pequena escala poderiam servir para criar uma cultura de cogovernança e partilha de decisões.

Instituições de ensino e pesquisa, assim como os laboratórios cívicos e espaços comunitários, têm grande contribuição a dar, permitindo a discussão de problemas, a experimentação de soluções, a troca entre saberes técnico e não técnico, e estimulando comunidades de prática.

A experiência *hackaBIP.v3* possibilita concluir que o agenciamento dos atores tem de considerar uma compatibilização de interesses e agendas; elucida a necessidade de sistematização e partilha de informação sobre os territórios, processos, redes, boas práticas; e aponta a necessidade de recompensar os esforços empreendidos com entregas úteis às organizações, de modo a subsidiarem o contínuo processo de apropriação.

Por fim, destaca-se, como principais contribuições deste estudo: (1) a compreensão e conceituação das ‘tecnopolíticas da participação’; (2) o estudo tipológico e taxonômico das interfaces tecnopolíticas utilizadas em DL; (3) a exploração do conceito de metodologia-infraestrutura e (4) o fornecimento de um esquema testado e adaptável; (5) um primeiro estudo sobre a dimensão digital do BIP/ZIP; e (6) a sugestão de uma Universidade *Hackeável*. A abordagem *middle-out* das interfaces tecnopolíticas para a Cidade *Hackeável* vs Cidade Inteligente, a necessidade de estimular as comunidades de prática, de combinar as múltiplas valências das várias interfaces para as necessidades do DL, e de compatibilizar interesses, agendas e recompensa de esforços dos participantes, são alguns dos aspectos mais importantes a destacar nas conclusões.

Como reflexões finais, apontam-se vários tópicos para trabalhos futuros:

[Capacitar para a coprodução no desenvolvimento local] – A ênfase colocada sobre as redes de parcerias, no DL, reforça a necessidade de oferecer redes e infraestrutura para a colaboração (Manzini, 2015a), de expandir habilidades para a produção e interpretação de dados (Innerarity, 2016), e para a produção e utilização das interfaces tecnopolíticas da participação. Não só o acesso às tecnologias e ferramentas precisa ser ampliado, mas, também, a capacidade de articular as tecnologias e a informação com as ações da iniciativa local, das organizações e dos governos. Como fazê-lo?

[As tecnopolíticas híbridas da Participação em Rede] – O hibridismo entre o espaço físico e digital faz a potência das tecnopolíticas. Mesmo em processos com etapas *online* ou imersivas no meio digital, é necessário cruzar olhares e experiências com o meio físico – as pessoas, os espaços públicos, cívicos, comunitários – para converter os esforços em resultados concretos para o dia a dia das pessoas. Também, como estratégia para conseguir maior diversidade (Allegretti et al., 2016), flexibilidade e oportunidade de participação a variados atores, incluindo os excluídos. Como garantir que as interações no ciberespaço reverterão em melhorias nos espaços concretos das cidades?

[Democratizar os processos] – O investimento de tempo necessário à participação é um fator que pode excluir muitos participantes, mesmo aqueles com acesso aos meios necessários. Além de evidenciar os possíveis ganhos pessoais e coletivos, são preciso táticas para cozer sinergias entre as várias agendas em curso e fazer um bom aproveitamento do tempo disponível das pessoas e organizações. Não sendo possível ter todos os participantes disponíveis em interações que duram dias, semanas ou que decorrem nos horários de descanso, há que identificar os momentos-chave – definição de desafios, problemas vs soluções, experimentação e avaliação – nos quais a diversificação de participação é mais importante. Como garantir o envolvimento dos excluídos nesses momentos, de modo a proporcionar alguma distribuição de poder com aqueles que, comumente, estão ausentes?

[As interfaces tecnopolíticas do desenvolvimento local] – O estudo que centrou nas quatro tipologias de interfaces identificadas em programas e políticas de DL – observatório, plataformas de dados abertos, laboratórios e *civic tech* – também revelou o potencial de combinação de valências das várias interfaces. Uma infraestrutura que habilite a coprodução terá, certamente, componentes para

levantamento e visualização de dados, monitorização de territórios e fenômenos, produção e disseminação de conhecimento, oportunidades para criação e experimentação. Partindo dos possíveis contributos de cada uma, quais serão seus limites e novas aberturas?

[Tensão entre soberania tecnológica vs acessibilidade das plataformas prontas para uso] – A utilização de ferramentas prontas para uso, familiares na *Web 2.0* e de fácil utilização, é recomendada por vários autores como forma de facilitar os processos de cocriação de *civic tech* (McCan, 2015; Hou & Lampe, 2017). Com a enorme produção de *sites*, *apps*, plataformas para todas as tarefas do cotidiano, da vida social, do trabalho, estudo, lazer, na sociedade plataforma, é possível mapear uma grande quantidade de ferramentas já familiares ao público que se pretende envolver num processo participativo. No entanto, tal impede de alcançar a soberania tecnológica (Mendes, 2020b) das comunidades de prática, por não conseguirem ultrapassar a dependência destas, frente as empresas tecnológicas proprietárias. Como ultrapassar tal armadilha?

[Incentivar a organização das comunidades de prática] - As comunidades de prática precisam ser estimuladas e apoiadas com os recursos necessários para que se mobilizem e engajem nas questões consideradas por elas relevantes. A iniciativa local e suas redes de parcerias formadas com organizações e indivíduos para viabilizar projetos de intervenção socioterritorial; a academia com seus professores, alunos e investigadores que por vezes tentam construir e partilhar conhecimento junto a situações reais; os técnicos e políticos dos governos interessados em responder às reivindicações populares pela abertura dos processos a que são responsáveis, e que, para isso, precisam aprender novas formas de interagir entre si e com os cidadãos; a comunidade *tech*, que inclui *hackers*, programadores, *designers*, curiosos e a indústria da inovação que têm vindo a atuar pela inovação social ou cívica, contribuindo com suas habilidades para a melhoria das cidades e sociedades; e os cidadãos em geral, organizados ou não, enquanto público-alvo de políticas e programas as quais precisam ser melhor compreendidas, ao ponto de serem criticadas, incrementadas, coconstruídas e monitorizadas de forma aberta e partilhada por todos que queiram tomar parte. Quais os fios que poderão coser todas essas valências e interesses?

[Exercitar a experimentação] – A aprendizagem no percurso do desenvolvimento das tecnopolíticas da participação, assim como a aprendizagem *hacker*, que conta boa parte de sua história, são fundamentadas na tentativa vs erro, na capacidade de ‘desenrascar’ soluções que serão testadas e aprimoradas pelo uso e apropriação (Himanem, 2001). A experiência *hackaBIP.v03* contribui para a Estratégia BIP/ZIP, tendo estimulado uma forma de colaboração entre a CML, a academia, a comunidade *tech* e a iniciativa local, deixando possibilidades para aprimorarem a metodologia-infraestrutura desenvolvida em futuros novos desafios. A abertura da CML e seu reconhecimento das potencialidades das interfaces digitais e da coprodução é um importante passo para a coconstrução do Governo e da Cidade *Hackeáveis*. Quais as próximas questões de partida e oportunidades de ação?

[Expandir a cultura *hacker*] - Numa cidade saturada pelo léxico das cidades inteligentes sob o domínio das *big techs* e de projetos governamentais, sob a lógica do empreendedorismo e da inovação tecnológica, da abordagem sobre dados para criação de valores e não para a partilha e criação de

conhecimento, da aquisição de habilidades para os negócios e não para a ação cívica, o termo ‘*tech*’ – associável ao domínio das tecnologias - encontra maior identificação na população do que o termo ‘*hacker*’ – associável ao imprevisto e, equivocadamente, aos crimes cibernéticos. De que formas novas práticas *hackers* poderão contribuir para expandir a cultura digital local, partilhando seus valores mais ‘tradicionalis’?

[Construir a Universidade *Hackeável*] – A experiência *hackaBIP* demonstra que a sustentabilidade desse tipo de iniciativa pode beneficiar-se do comprometimento da Universidade *Hackeável*, envolvida continuamente em colaborações com atores diversos, incluindo as organizações de base comunitária, oferecendo-lhes recursos pessoais, relacionais e tecnológicos, estimulando, dessa forma, os Governos e as Cidades *Hackeáveis*. Estarão as universidades de hoje atentas a tal desafio?

[meta\_ *hackaBIP*] – A metodologia-infraestrutura disponibilizada, se apropriada pelos vários atores envolvidos, pode se constituir, de certa forma, como um tipo de observatório baseado na colaboração para a produção e monitorização de dados a partir das interfaces coproduzidas e de protocolos de cogovernança gerados para sua sustentabilidade. Sua adaptação a outros contextos poderá trazer interessantes reflexões como, por exemplo, sobre territórios, fenômenos ou tecnologias específicas. Qualquer aplicação do *hackaBIP.v3.1* exigirá, ainda, uma adaptação dos repertórios a disponibilizar na infraestrutura de trabalho, o que sugere uma permanente alimentação desse banco de dados. Sobre os processos de *hackathon* cívica, as reflexões aqui tiradas sugerem a necessidade de criar e testar mais artifícios que garantam continuidade aos projetos coproduzidos. O período pós-*hackathon* tem de ser pensado não como o final da *hackathon*, mas o início da articulação perene e concertada entre os vários atores. Para tanto, os ganhos pessoais e coletivos devem ser destacados ao longo de todo o período em que se poderá dar a apropriação e a institucionalização dos processos engendrados pelas comunidades de práticas e suas interfaces. A ampliação e diversificação de atores para discutir, conceitualizar e operacionalizar a metodologia *hackaBIP*, como numa comunidade de prática *hacker* legitimada tanto pela iniciativa local quanto pela administração municipal, poderia garantir o caráter democrático e emancipador da prática. Estarão esses atores interessados e disponíveis para um processo contínuo de *hacking*?

Finalmente, restará saber, provavelmente em breve, qual será a inovação tecnopolítica que irá transformar a Participação em Rede. Ciente da tensão, apontada na literatura e verificada na prática, entre o projeto neoliberal da cidade inteligente e o projeto pelo comum da cidade *hackeável*, sugere-se perseguir, no agenciamento das ferramentas, do conhecimento, dos marcos legais, das subjetividades, o horizonte de plenitude democrática dos processos participativos, qualificados pela produção e partilha horizontal da informação capaz de ativar a Cidade *Hackeável*.

## Referências

- Abt, C. C. (1970). *Serious Games*. S.l.: Viking. ISBN-13: 978-0670634903
- Adams, D. (1994). *Urban planning and the development process*. London: UCL Press.
- AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (s.d.) [em linha]. *Desenvolvimento de Base Local*. Recuperado de: <https://bit.ly/2V3nmY0>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- Alexander, C.; Ishikawa, S.; Silverstein, M. *Uma linguagem de padrões*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- Allegretti, G.; Sintomer, Y.; Herzberg, C.; Röcke, A. (2012). Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no Mundo – um convite à cooperação global. *Diálogo Global, nº 25. Engagement Global gGmbH, Service für Entwicklungsinitiativen, Bona*.
- Allegretti, G.; Tang, A.; Secchi, M. (2016) Escalas Híbridas de Engajamento Social: Como a integração de tecnologias pode ampliar os processos participativos? In: Balbim, Renato (org.) *Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas*. Brasília: Ipea. p.213-246. ISBN: 978-85-7811-288-2
- Amaro, R. R. (coord.) (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local. Caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/IEFP.
- Ampatzidou, C.; Bouw, M.; Van de Klundert, F.; De Lange, M.; De Waal, M. (2015). *The Hackable City - A research Manifesto and design toolkit*. Amsterdam: Amsterdam Creative Industries Publishing, Rose Leighton. ISBN 978-94-92171-05-4 (ePub).
- Aragon, P. (2019). *Characterizing Online Participation in Civic Technologies*. Doctoral Thesis. Barcelona: Upf.
- Arantes, P. F. (2016). *Práticas artísticas e o novo ativismo urbano*. Palestra proferida no Museu de Arte de São Paulo em 06 ago. 2016. Recuperado de: [https://www.youtube.com/watch?v=6XvJG4c6\\_OQ](https://www.youtube.com/watch?v=6XvJG4c6_OQ). Acesso em: 06 jan. 2017.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *AIP Journal*. p. 216 a 215.
- Atkisson, A.; Besleme, K.; Mullin, M.; Rixford, C. (edit.) (1997). *The Community Indicators Handbook. Measuring progress toward healthy and sustainable communities*. San Francisco: Redefining Progress.
- Awan, N.; Schneider, T.; Till, J.. (2001). *Spatial Agency: others ways of doing architecture*. Routledge, London.
- Ayuntamiento de Madrid (2018). *Ordenanza de Cooperación Público - Social del Ayuntamiento de Madrid*. ANM 2018\35. BO. Ayuntamiento de Madrid, 13 jun. 2018, nº 8173, p. 4-24. Disponível em: <https://sede.madrid.es/csv>
- Badham, M. (2010). The Community Pulse – Measuring What Matters. *Inclusive Cities of Observatory*. [em linha]. Recuperado de: <https://bit.ly/3GtRi6y>
- Baltazar, A. P. (2009). *Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity*. London: Bartlett School of Architecture.
- Bandeirinha, J. A. (2014). *O processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Barandiaran, X.; Calleja-López, A.; Monterde, A.; Aragón, P.; Linares, J.; Romero, C.; Pereira, A. (2017). Decidim: redes políticas y tecnopolíticas para la democracia participativa. *Recerca - Revista de Pensament i Anàlisi*, n. 21, 2017. ISSN: 1130-6149 – pp. 137-150. doi: <http://dx.doi.org/10.6035/Recerca.2017.21.8>.
- Barca, F. (2009). *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy - A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Independent Report. Recuperado de: <https://bit.ly/2GI0sfM> (consultado em 29 dez. 2021).
- Barreiro, F. (2014). 3º Workshop Summary. *USER Project from Urbact*. Recuperado de: <https://bit.ly/2XrjPrT>
- Behn, R. (December, 1998). The new public management paradigm and the search for democratic accountability. *International Public Management Journal*. DOI: 10.1016/S1096-7494(99)80088-9
- Benners-Lee, T. (2000). *Weaving the web. The original design and ultimate destiny of the world wide web by its inventor*. New York: Harper Business. ISBN: 0-06-251587-X

- Beuttenmuller, G. (2007). *Observatórios Locais de Políticas Públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações*. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de Fundação Getúlio Vargas para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo. FGV: São Paulo.
- Bevir, M. (2010). Rethinking governmentality: Towards genealogies of governance. *European Journal of Social Theory*, 13(4), 423–441. DOI: 10.1177/1368431010382758
- Bezerra, N. de M. (2018). *Observatórios de Políticas Públicas: um estudo sobre a mobilização de conhecimentos para a democratização da elaboração e controle das políticas*. Tese de doutoramento em Democracia no Século XXI, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Boehner, K.; DiSalvo, C. (2016). Data, Design and Civics: An Exploratory Study of Civic Tech. *#chi4good, CHI 2016. Civic Tech, Participation and Society*. San Jose, CA, USA. DOI: <http://dx.doi.org/10.1145/2858036.2858326>
- Brenner, N. (Dezembro, 2014). Teses sobre a urbanização. *e-metropolis*, Ano 5, nº 19, p. 6-26. ISSN 2177-2312.
- Bruno, F.; Cardoso, B.; Kanashiro, M.; Guilhon, L.; Melgaço, L. (orgs.) (2018). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. ISBN 978-85-7559-662-3
- Caldas, M. F. (2015). *Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil*. Tese (Doutorado), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Calleja-López, A. (2018). *Technopolitical democratization and data commoning: the case of the Digital Democracy and Data Commons (DDDC) pilot*. Working Paper. Decodeproject.eu.
- Capello, R. (2011). Location, Regional Growth and Local Development Theories, in *Aestimum* 58, Firenze, Firenze University Press, 1-25. DOI: <http://dx.doi.org/10.13128/Aestimum-9559>
- Carmo, M. (2011). *The Alphabet and the Algorithm*. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press. ISBN 978-0-262-51580-1
- Castells, M. (1983). *La cuestión urbana. Mexico*. S.e. (Original Publicado em 1972).
- \_\_\_\_\_ (2017). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.1. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1996).
- CE (Comissão Europeia) (19 mai. 2000). Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 28 de Abril de 2000. (2000/C 141/04). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. p. 8-16.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Parceria com as Cidades - A iniciativa comunitária URBAN*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. ISBN92-894-5110-6.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Abordagem Leader. Um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. ISBN 92-79-02056-0
- \_\_\_\_\_ (jun. 2008). *A Política de Coesão da EU de 1988 a 2008: Investir no futuro da Europa*. Info Regio Panorama, nº 26. Bruxelas. ISSN 1725-8154. Recuperado de: <https://bit.ly/2JYcARp>
- \_\_\_\_\_ (2010). *Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Autor. Recuperado de <https://bit.ly/2wZ6d94>
- \_\_\_\_\_ (19 mai. 2000). *Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 28 de Abril de 2000*. 2000/C 141/04. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. p. 8-16.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Abordagem Leader. Um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. ISBN92-79-02056-0
- \_\_\_\_\_ (2019). *Reflection Paper towards a Sustainable Europe by 2030*. Brussels. ISBN: 978-92-79-98963-6. doi: 10.2775/676251.
- CEMAT (2011). *Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ciudadanía 2.0 (2014). *Laboratorios ciudadanos: espacios para la innovación ciudadana. XXIV Cumbre Iberoamericana de Jefes e Jefes de Estado y de Gobierno*. Veracruz, Mexico.
- CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo) (2018). *Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Competitividade Internacional e Coesão Territorial e Social da RLVT 2030*. Lisboa. ISBN: 978-972-8872-40-3
- CML (Câmara Municipal de Lisboa). (2010a). *Carta dos BIP/ZIP: Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa. Relatório - Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP*. Lisboa. Recuperado de <https://bit.ly/2IGWRUX>

- \_\_\_\_\_. (abril, 2010b). *Despacho n.º 118/P/2010*. Presidência da Câmara, Boletim Municipal da Câmara Municipal de Lisboa. Ano XVII, n.º 844, 22. P. 650-651. Lisboa. Recuperado de: <https://bit.ly/33a2i7j>
- \_\_\_\_\_. (2012a). *O PLH em Acção - Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 3ª Fase: Concretizar*. Lisboa. Recuperado de <https://bit.ly/2rX83SS>
- \_\_\_\_\_. (2012b). *Plano Diretor Municipal de Lisboa*. Lisboa. Recuperado de <https://bit.ly/2IU0Ahd>
- \_\_\_\_\_. (2013). *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, Energia BIP-ZIP*. Lisboa: CML.
- \_\_\_\_\_. (2017a). *Territórios Prioritários - Monitorização*. Fichas de caracterização dos 67 territórios. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Recuperado de: <https://bipzip.cm-lisboa.pt/>
- \_\_\_\_\_. (2017b). *Plano de Dados Abertos para a Cidade de Lisboa*. Recuperado de: <https://bit.ly/3jRXbRo>
- \_\_\_\_\_. (2019). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2019 - Parcerias Locais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Recuperado de: <https://bit.ly/3husmkD>
- \_\_\_\_\_. (2020). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2020 - Parcerias Locais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Recuperado de: <https://bit.ly/3i5Y8D5>
- \_\_\_\_\_. (2021a). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2021 - Parcerias Locais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Recuperado de: <https://bit.ly/3tFopyi>
- \_\_\_\_\_. (2021b). *Orçamento 2021*. [em linha]. Recuperado de: <https://lisboaorcamento.cm-lisboa.pt/>.
- Comune di Bologna (2014). *Regulation on Collaboration between Citizens and the City for the Care and Regeneration of Urban Commons*. Collaborare è Bologna. Translated by LabGov. Disponível em: <http://partecipa.comune.bologna.it/beni-comuni>
- Creighton, J. L. (2005). *The Public Participation Handbook - Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. San Francisco: Jossey-Bass. ISBN 0-7879-7307-6
- Cronologia do Pensamento Urbanístico [em linha] (2019). Recuperado de: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>
- Cross, N. (edit). (1984). *Developments in design methodology*. John Wiley & Sons.
- Dagnino, R. (2019). *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital. ISBN 978-85-53104-36-9
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Davies, T. (2010). *Open Data, Democracy, and Public Sector Reform. A look at open government data use from data.gov.uk*. Adapted from the author's MSc Dissertation submitted to the University of Oxford. Recuperado de: <http://www.opendataimpacts.net/report/>. Acesso em 09 Mar. 2020.
- Davidoff, P. (1965). Advocacy and Pluralism in Planning. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 31, Issue 4, p. 421-432.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Original publicado em 1967)
- De Carlo, G. (2010). Uma arquitetura da participação. In: Rodrigues, J. M. (coord.). *Teoria e crítica de arquitectura: Século XX*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses e Caleidoscópio, pp. 753-758. (Original publicado em 1980)
- Decidim (2016). [em linha]. Recuperado de: <https://decidim.org/>. Acesso em 17 dez. 2021.
- Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de setembro da Presidência do Conselho de Ministros*. Diário da República, 1.ª série, n.º 186, p. 7-121.
- Del Signore, M.; Riether, G. (ed.) (2018). *Urban Machines: Public Space in a Digital Culture*. N.I.: LISt Lab. ISBN: 8898774281.
- De Waal, M; De Lange, M. (2019). Introduction — The Hacker, the City and Their Institutions: From Grassroots Urbanism to Systemic Change. In: De Waal, M; De Lange, M. (ed.). *The Hackable City - Digital Media and Collaborative City-Making in the Network Society*. Singapore: Open, Springer. P. 1-21. ISBN 978-981-13-2694-3 (eBook)
- De Waal, M.; De Lange, M.; Bouw, M. (2017). The Hackable City: Citymaking in a Platform Society. *Architectural Design*, 87. P. 50-57. 10.1002/ad.2131.
- DGOTDU (Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2005). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

- DMHDL (Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local) (2017). *Good Practice Summary – Lisbon Local Development Strategy for Neighborhoods or Areas of Priority Intervention (BIP/ZIP): an integrated toolbox*. Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://urbact.eu/integrated-toolbox-deprived-neighbourhoods>, acessado em 22/08/17.
- Dowbor, L. (Mar./Abr. 2005). Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 39(2), p.187-206.
- Drouhard, M.; Tanweer, A.; Fiore-Gartland, B. (2016). A typology of hackathon events. In *Hacking at Time-Bound Events Workshop at Computer Supported Cooperative Work* (Vol. 2016, pp. 1-4).
- Dublin Dashboard (2014). [online]. Recuperado de: <https://www.dublindashboard.ie/>
- ECOTEC Research and Consulting Limited (1998). *Urban Pilot Projects. Annual Report 1996*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Estivill, J. (2007). *Panorama dos Observatórios de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social – Contributos para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*, Rede Europeia Anti-pobreza. Barcelona, 2007.
- Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico* (2020). República Portuguesa. Recuperado de: <https://bit.ly/3m3kFRS>
- Estrella, M.; Gaventa, J. (1998). Who counts reality? Participatory monitoring and evaluation. A Literature Review. *Institute of Development Studies*, Working Paper 70.
- Ermacor, T.; Bullivant, L. (2016). *Recorded City. Co-creating urban futures*. New York: Routledge.
- Ermoshina, K. (2018). Civic Hacking. Redefining Hackers and Civic Participation. *Tecnoscienza, Italian Journal of Science & Technology Studies*, 9 (1) pp. 79-101 – ISSN 2038-3460.
- Estevens, A.; Cocola-Gant, A.; Calvo, D. M.; Matos, F. (2019). As artes e a cultura nas práticas hegemónicas e alternativas na cidade de Lisboa. O caso do Largo do Intendente. *Forum Sociológico* [Online], 35, 9-17. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/7826>. DOI: 10.4000/sociologico.7826
- Eyler-Werve, K.; Carlson, V. (2012). *Civic Apps Competition Handbook. A Guide to Planning, Organizing and Troubleshooting*. Beijing, Cambridge, Farnham, Köln, Sebastopol, Tokyo: O'Reilly. ISBN: 978-1-449-32264-9
- Falanga, R. (2019a). Measuring citizen participation in urban regeneration: a reflection on the construction of the participation index for the Bip/Zip programme in Lisbon. *Urban Development Issues*, Vol. 62, pp. 47–60.
- \_\_\_\_\_. (2019b). Formulating the success of citizen participation in urban regeneration: Insights and perplexities from Lisbon, *Urban Research & Practice*, DOI: 10.1080/17535069.2019.1607895
- \_\_\_\_\_. (2020). *Citizen participation during the covid-19 pandemic. Insights from local practices in European cities*. Lisbon: Friedrich-Ebert-Stiftung. ISBN 978-972-9264-05-4.
- Falanga, R.; Nunes, M. C. (2021). Tackling urban disparities through participatory culture-led urban regeneration. Insights from Lisbon. *Land Use Policy*, Vol. 108, art. n° 105478.
- Falk, J.; Kannabiran, G.; Brodersen Hansen, N. (2021). What Do Hackathons Do? Understanding Participation in Hackathons Through Program Theory Analysis. *Proceedings of the 2021 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, Article 147, 1–16. DOI: <https://doi.org/10.1145/3411764.3445198>
- Farah, J. (2011). A draft for a typology of urban observatories. *International Conference Sustainable economics within the new culture of development*. Liège, Belgium. halshs-00665751
- Farias, A. C. C. (2018a). *Taxonomia do Urbanismo Tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes*. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade), Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Recuperado de: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8507>
- \_\_\_\_\_. (2018b). Meet the observatories - A taxonomy for characterization and analysis of interfaces. *2nd OIKONET Postgraduate Workshops*. Global Dwelling: Intertwining Community, Sustainability and Technology. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Farias, A. C.; Paio, A. (2019). OBZ em Lisboa: contribuição das plataformas informacionais e interativas para potencializar os observatórios. *Anais do Congresso Observatório das Metrópoles 20 Anos / As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças*. Rio de Janeiro: IPPUR. ISBN: 978-85-86136-12-2.

- \_\_\_\_\_. (2020). Tecnopolíticas em Lisboa: redes híbridas como base para a criação de um observatório BIP/ZIP. *Gestão & Tecnologia de Projetos*. São Carlos, v15, n3, p. 97-111. <https://doi.org/10.11606/gtp.v15i3.166316>
- Farias, A. C. C.; Pomesano, L. (2021). Cartografias do Urbanismo Tático na zona oriental de Lisboa: o papel do poder local na indução de práticas táticas. Apresentação oral no *Webinário Cultura e Lutas Urbanas*. Urbanismo Tático e Intervenções Urbanas. Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos. Indisciplinar, UFMG: Belo Horizonte.
- Farias, A. C. C.; Paio, A.; Falanga, R. (2021). Tecnopolíticas da Participação – uma abordagem genealógica. *Arquitetura Revista*, v.17, n.2. DOI: 10.4013/arq.2021.172.05
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*. Nova Iorque: Basic.
- Flyvbjerg, B. *Making Social Science Matter. Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: University Press, 2001.
- Fórum Urbano*. (2018). [em linha]. Recuperado de: <https://forumurbano.pt/>
- Foth, M.; Brynskov, M.; Ojala, T. (eds.) (2015). *Citizen's Right to the Digital City. Urban Interfaces, Activism, and Placemaking*. Singapore: Springer. ISBN: 978-981-287-917-2.
- Foth, M. (2017). Participation, Co-Creation, and Public Space. *The Journal of Public Space*, 2(4), 21-36, DOI: 10.5204/jps.v2i4.139
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1982). Technologies of the Self. Lectures at University of Vermont Oct. 1982, in: *Technologies of the Self*. University of Massachusetts Press, 1988, p. 16-49. Recuperado de: <https://bit.ly/3ao6wd5>. Acesso em 22/12/19.
- Fourier, C. (1822). *Traité de l'association Domestique Agricole*. Tome 1. Paris: Bossange Père. Recuperado do arquivo digital da Biblioteca Nacional da França: <https://bit.ly/2JfKX4r>
- Fredericks, J.; Caldwell, G.; Tomitsch, M. (2016). Middle-Out Design: Collaborative Community Engagement in Urban HCI. *Proceedings of the Annual Meeting of the Australian Special Interest Group for Computer Human Interaction*, Launceston. 10.1145/3010915.3010997. Recuperado de <https://bit.ly/32XdhyH>. Acesso em 29 out. 2019.
- Freitas, C.; Capiberibe, C.; Montenegro, L. (Maio / Out 2020). Governança Tecnopolítica: Biopoder e Democracia em Tempos de Pandemia. *Revista NAU Social*, v.11, n.20, p. 191-201. doi: 10.9771/ns.v11i20.36637.
- Friedman, J. (1987). *Planning in the public domain*. New Jersey: Princeton University Press.
- Friedman, Y. (1975). *Toward a scientific architecture*. Cambridge, Massachusetts, London: MIT Press.
- g0v. (2012). [em linha]. Disponível em: <https://g0v.asia/> (consultado em: 29 dez. 2021).
- Geddes, P. (1994). *Cidades em Evolução*. Tradução: Maria José Ferreira de Castilho. Campinas, SP: Papirus. (Original publicado em 1915)
- Gennari, C. (nov. 2018). Regeneração urbana, cidade criativa e gentrificação: Estudo do caso de marvila em lisboa. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v2, n6, p. 113-123. ISSN 2526-4702
- GEODADOS (2016). [em linha]. *Plataforma de dados abertos georreferenciados da Câmara Municipal de Lisboa*. Disponível em: <https://geodados-cml.hub.arcgis.com/> (acesso em 39 dez. 2021).
- Goethert, R.; Hamdi, N. (1992). *La microplanificación: un proceso de programación y desarrollo con base en la comunidad*. Washington: Banco Mundial.
- GFA Consulting (2010). *The New Deal for Communities Programme: Achieving a neighbourhood focus for regeneration*. The New Deal for Communities National Evaluation: Final report – Vol. 1. London: Communities and Local Government Publications. ISBN: 978-1-4098-2248-6.
- Gohn, M. da G. (2014). *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Gordon, E.; Lopez, R. A. (2019). The Practice of Civic Tech: Tensions in the Adoption and Use of New Technologies in Community Based Organizations, *Media and Communication*, Volume 7, Issue 3, Pages 57–68. DOI: 10.17645/mac.v7i3.2180 Article
- Gruening, G. (2001). Origin and theoretical basis of New Public Management. *International Public Management Journal*, 4, p. 1–25.
- Gutierrez, M.; Milan, S. (2017). Technopolitics in the Age of Big Data: The Rise of Proactive Data Activism in Latin America. In: F. Caballero, T. Gravante (ed.). *Networks, Movements &*

- Technopolitics in Latin America: Critical Analysis and Current Challenges*. Palgrave Macmillan. p. 95-109. doi: 10.1007/978-3-319-65560-4.
- Gutiérrez-Rubí, A. (2014) *Tecnopolítica - El uso y la concepción de las nuevas herramientas tecnológicas para la co- municación, la organización y la acción política colectivas*. Espanha: publicação do autor.
- Habermas, J. (2007) *The theory of communicative action*. Vol.1: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press. ISBN 978-0-7456-0386-5 (First published in 1981)
- Habraken, N. J. (1972). *Supports: An Alternative to Mass Housing*. London: Architectural Press. (Original publicado em 1961)
- Hansen, N.; Dindler, C.; Halskov, K.; Iversen, O.; Bossen, C.; Basballe, D.; Schouten, B. (2019). How Participatory Design Works: Mechanisms and Effects. *Conference: 31ST Australian Conference on Human-Computer-Interaction (OZCHI'19)*. Fremantle, WA, Australia. 10.1145/3369457.3369460.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science, New Series*, Vol. 162, No. 3859, pp. 1243-1248.
- Hardt, M.; Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Hasler, S.; Chenail, J.; Soutter, M. (2017). Digital Tools as a Means to Foster Inclusive, Data-informed Urban Planning. *Civil Engineering and Architecture*, 5(6): 230-239. DOI: 10.13189/cea.2017.050605
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. Hampshire and New York: Palgrave.
- Henriques, J. M. E. (2006). *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*. Thesis submitted for partial fulfilment of the requirement for the degree of Doctor in Economics Specialised in Development Economics. Economy Department, ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Himanen, P. (2001). *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*. New York: Random House Trade Paperbacks.
- Hooper, A. (2011). *Community Pulse Report 2011*. Version I. City of Port Phillip. Disponível em: <https://bit.ly/2LkXYJh> (acesso em 30 dez. 2021).
- Hou, Y.; Lampe, C. (2017). Sustainable Hacking: Characteristics of the Design and Adoption of Civic Hacking Projects. In *Proceedings of the 8th International Conference on Communities and Technologies (C&T '17)*, 125–134. <http://dx.doi.org/10.1145/3083671.3083706>
- Houghton, K.; Miller, E.; Foth, M. (2014) Integrating ICT into the planning process: impacts, opportunities and challenges, *Australian Planner*, 51:1, 24-33, DOI: 10.1080/07293682.2013.770771
- Hughes, J.; Sadler, S. (edit.). (2000). *Non-Plan. Essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. London, New York: Architectural Press.
- Iaione, C. (2016). The CO-City: Sharing, Collaborating, Cooperating, and Commoning in the City. *The American Journal of Economics and Sociology*, Volume 75, Issue 2, p. 415-455. DOI: 10.1111/ajes.12145
- \_\_\_\_\_. (2020). *The Co-City Project Zoom-in N°2*. Recuperado de: <https://bit.ly/3BXHbEm>
- InCode (2017). [em linha]. Observatório das Competências Digitais. Disponível em: <https://observatorio.incode2030.gov.pt/>
- Innerarity, D. (2016). *Ciudades Culturalmente Inteligentes. Para Qué Sirve La Cultura?* [em linha]. Recuperado de: <https://bit.ly/314y44h>. Acesso em 14 out 2020.
- Innes, J. E.; Booher, D. E. (2000). Indicators for Sustainable Communities: A Strategy Building on Complexity Theory and Distributed Intelligence. *Planning Theory & Practice*, 1:2, 173-186. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14649350020008378>
- Interaction Design Foundation. (2017). *Design Thinking*. [em linha]. Disponível em: <https://www.interaction-design.org/literature/topics/designthinkin> (consultado em: 13/12/21).
- Jacobs, J. (2009). *Morte e vida de grandes cidades*. 2ª ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1961)
- Jaskiewicz1, T.; Mulder, I; Morelli, N.; Pedersen, J. (2019, 20). Hacking the hackathon format to empower citizens in outsmarting “smart” cities. *Interaction Design and Architecture(s) Journal - IxD&A*, n.43, pp. 8 – 29. e-ISSN: 2283-2998

- Jencks, C.; Silver, N. (2013). *Adhocism: the case for improvisation*. Expanded and updated edition. Cambridge, MA: MIT Press. (Original publicado em 1972)
- Jones, P. B.; Petrescu, D.; Till, J. (edit.) (2005). *Architecture & Participation*. London, New York: Taylor & Francis.
- Jones, P. B. (2005). Sixty-eight and after. In: Jones, P. B.; Petrescu, D.; Till, J. (edit.). *Architecture & Participation*. London, New York: Taylor & Francis.
- Johnson, P. A.; Robinson, P. J. (2014). Civic Hackathons: Innovation, Procurement, or Civic Engagement? *Review of Policy Research*, Volume 31, Number 4, p. 349-357. DOI: 10.1111/ropr.12074
- Johnson, S. (2001). *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Kamal, M. M.; Sivarajah, U.; Allegretti, G.; Secchi, M.; Autunes, S. (2016). Enabling Multichannel Participation through ICT Adaptations for Participatory Budgeting. *Twenty-second Americas Conference on Information Systems*, San Diego.
- Kellner, D. (2001). Globalisation, Technopolitics and Revolution. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, 98, 14-34.
- Kenney, M.; Zysman, J. (2016). The Rise of the Platform Economy. *Issues in Science and Technology*, 32, n. 3. Recuperado de: <https://issues.org/the-rise-of-the-platform-economy/>. Acesso em 08 out. 2020.
- Kingston, R. (2002). The role of e-government and public participation in the planning process. *XVI AESOP Congress*, Volos, Greece.
- Kitchin, R.; Maalsen, S.; McArdle, G. (2015a). The Praxis and Politics of Building Urban Dashboards. *The Programmable City*, Working Paper 11. Recuperado de: <https://ssrn.com/abstract=2608988>. Acesso em: 24 out. 2018.
- Kitchin, R.; Lauriault, T. P.; McArdle, G. (2015b). Knowing and governing cities through urban indicators, city benchmarking and real-time dashboards. *Regional Studies, Regional Science*, Vol. 2, No. 1, 6–28, <http://dx.doi.org/10.1080/21681376.2014.983149>
- Kitsios, F.; Kamariotou, M. (2019). Beyond Open Data Hackathons: Exploring Digital Innovation Success, *Information*, 10, 235. doi:10.3390/info10070235.
- Komssi, M.; Järvinen, J.; Raatikainen, M. (2015). What are Hackathons for? *IEEE Software*, September 2015, p. 60-67. DOI: 10.1109/MS.2014.78
- Kropotkin, P. (s.d.). *Campos, Fábricas y Talleres*. Tradución de A. López White. Valencia: F. Sempre y Compañía, Editores. (Original publicado em 1898)
- Kun, P.; Torntoft, L.; Pedersen, J. (2018). *Citizen Data Toolkit. OPEN4CITIZENS - Empowering citizens to make meaningful use of open data*. Horizon 2020 Project, WP2, D2.5. Recuperado de: <https://bit.ly/3oU4xap>
- Kunz, W., Rittel, H. W. J. (1970). *Issues as elements of information systems* (Working Paper 131). Institute for Urban and Regional Development, University of California, Berkeley.
- Kurban, C.; Peña-López, I.; Haberer, M. (2016). What is technopolitics? A conceptual scheme for understanding politics in the digital age. *Proceedings of the 12th International Conference on Internet, Law & Politics*, Budapest. Building a European digital space, p. 499-519.
- LabHacker. (2013) [em inha]. Disponível em: <https://labhackercd.leg.br/> (consultado em: 29 dez. 2021).
- Labaeys, A. (2019) Sharing Cities and Commoning: An Alternative Narrative for Just and Sustainable Cities. *Sustainability*, 11, 4358 doi:10.3390/su11164358
- Lafuente, A.; Sellés, M. (1988). *El Observatorio de Cádiz (1753-1831)*. Madrid: Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Naval. ISBN: 84-505-7563-X.
- Landry, C. (2000). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. Londres: Earthscan.
- Larsson, O. L. (2020). The governmentality of network governance: Collaboration as a new facet of the liberal art of governing. *Constellations*, 27:111–126. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12447>
- Latour, B. (1994). On Technical Mediation – Philosophy, Sociology and Genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64. ISBN-10: 0195088514
- Lawless, P.; Pearson, S. (2012). Outcomes from Community Engagement in Urban Regeneration: Evidence from England's New Deal for Communities Programme, *Planning Theory & Practice*, 13:4, 509-527, DOI: 10.1080/14649357.2012.728003.

- Le, A. (2017). *A New Place to Work and Play: Play Labor and the Production of the New Worker-Subject at Hackathons*. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy under the Executive Committee of the Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University.
- Lebkowsky, J. (1997). *TechnoPolitics*. 21C, 11-01-1997. Melbourne: The Commission. Recuperado de: <https://www.weblogsky.com/2018/07/22/technopolitics/>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- Le Dantec, C. A.; DiSalvo, C. (2013). Infrastructuring and the formation of publics in participatory design. *Social Studies of Science*, 43(2), p. 241–264. DOI: 10.1177/0306312712471581
- Lefebvre, H. (2016). *O direito à cidade*. Itapevi, SP: Nebli. (Original publicado em 1968)
- Lessig, L. (2006). *Code version 2.0*. New York: Basic Books.
- Levi, R. (2016). Richard Stallman and The History of Free Software and Open Source. *Curious Minds. Science, Technology and History*. [em linha]. Transcrição de podcast. Recuperado de: <https://bit.ly/2S1AMxY>. Acesso em 29 abr. 2020.
- Lévy, P. (2015). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Levy, S. (1984). *Hackers - Heroes of the Computer Revolution*. New York: Dell Publishing. ISBN: 0-385-31210-5
- Lima, C. S.; Rocha, B. M. Open design: Compartilhamento e democratização nas práticas de projeto. *Gestão & Tecnologia de Projetos*. São Carlos, v15, n3, p.6-17, 2020. <https://doi.org/10.11606/gtp.v15i3.166815>
- Lind, M. (2007). The Collaborative Turn. In: Billing, J.; Lind, M.; Nilsson, L. (ed.). *Taking the Matter into Common Hands: On Contemporary Art and Collaborative Practices*. London: Black Dog Publishing, p. 15-31.
- Linders, D. (2012). From e-government to we-government: Defining a typology for citizen coproduction in the age of social media, *Government Information Quarterly*, Volume 29, Issue 4. P. 446-454, ISSN 0740-624X, <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.06.003>.
- Lisboa Aberta* (2016). [Em linha] Portal de dados abertos. Lisboa: CML. Disponível em: <http://dados.cm-lisboa.pt/>
- Lisboa Participa* (2008). [Em linha] Portal da participação. Lisboa: CML. Disponível em: <https://www.lisboaparticipa.pt/>
- Lisboa Interativa* (2006). [Em linha] LXI. Lisboa: CML. Disponível em: <http://lxi.cm-lisboa.pt/>
- Lisboa Inteligente* (2018). [em linha]. Lisboa Inteligente. Digitalizar a cidade. Lisboa: CML. Disponível em: <https://lisboainteligente.cm-lisboa.pt/>
- Lodato, T.; DiSalvo, C. (2016). Issue-oriented hackathons as material participation, *new media & Society*, 1–19. DOI: 10.1177/1461444816629467
- Lovink, G. (10 Jan. 2019). Sad by design. *Eurozine*. Disponível em: <https://www.eurozine.com/sad-by-design/>
- LxConnect* (2017). [em linha]. Disponível em: <https://www.lxconnect.org/> (consultado em: 13 dez. 2021).
- LxDATALAB* (2018). [em linha]. Laboratório de Dados Urbanos de Lisboa. Lisboa: CML. Disponível em: <https://lisboainteligente.cm-lisboa.pt/lxdatalab/> (consultado em: 13 dez. 2021).
- Lydon, M. (org.) (2012). *Urbanismo Tático 2 – Ação a curto prazo / Mudança a longo prazo*. Miami/New York: The Street Plans Collaborative. Disponível em: <https://bit.ly/31ZZvzv>. Acesso em: 13/12/21.
- McCann, L. (2015). *Experimental Modes of Civic Engagement in Civic Tech: Meeting people where they are*. Daniel X. O’Neil: Chicago. ISBN: 978-0-9907752-2-5
- Machado, J. C. R. (2017). *O lugar para a participação - Bairro PRODAC*. Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Escola de Tecnologias e Arquitetura, ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.
- Machado, J. N. (2018). *Participação e Redes de Governança: Fatores contextuais no Programa BIP/ZIP de Lisboa*. Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Planeamento e Projeto Urbano. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Mäenpää, P.; Faehnle, M. (2018). Urban civic activism: solutions for the governance of a self-organising urban community. *Kvartti*, Quarterly 2/2018. Recuperado de <https://bit.ly/349PziS>. Acesso em 29 out. 2019.

- Maginn, P. (2007). Towards more effective community participation in urban regeneration: the potential of collaborative planning and applied ethnography. *Qualitative Research*, Vol. 7, Issue 1. Online ISSN: 1741-3109
- Mainka, A.; Hartmann, S.; Meschede, C.; Stock, W. (2015). Open Government: Transforming Data into Value-Added City Services. In: M. Foth et al. (eds.), *Citizen's Right to the Digital City*. Singapore: Springer. DOI 10.1007/978-981-287-919-6-11.
- Manzini, E. (2015a). A design strategy for social communing. Social commons, collaborative organizations, and relational goods: a virtuous circle. In: LABoratory for the GOVERNance of the city as a commons (LabGov). *The City as a Commons Papers: The founding literature and inspirational speeches*. Co-City Project. Part III. Recuperado de: <http://commoning.city/the-cities-open-book/>
- \_\_\_\_\_. (2015b). *Design, When Everybody Designs. An Introduction to Design for Social Innovation*. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts.
- Matadero Medialab (2000). [em linha]. Recuperado de: <https://www.medialab-matadero.es/>
- Medina, J. T. (coord.) (2015). *Tecnopolítica Y 15M: La potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestación y explosión del 15M*. Barcelona: UOC Ediciones.
- Meijer, A. J.; Lips, M.; Chen, K. (2019). Open Governance: A New Paradigm for Understanding Urban Governance in an Information Age. *Frontiers in Sustainable Cities*, Vol. 1, 3. DOI: 10.3389/frsc.2019.00003.
- Mendes, J. (2001). Programa Polis: programa ou falta de programa para a requalificação das cidades. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, Ano IV, 1.01. Coimbra: Impactum Coimbra University Press. p. 83-100. Recuperado de: <https://bit.ly/2Rb2Qnc>
- Mendes, T. C. M. (2020a). Smart Cities: Solução para as Cidades ou Aprofundamento das Desigualdades Sociais? *Texto para Discussão 011*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. Recuperado de: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em 17 ago 2020.
- Mendes, T. C. M. (2020b) Smart Cities: Iniciativas em oposição à cidade neoliberal. *Texto para Discussão 013*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. Recuperado de: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em 17 ago 2020.
- Mendes, L. (2013). Regeneração urbana: evolução e problemática conceptual. In: Malheiros, J. et al (coord). *O Futuro da Habitação Pública no Estado Social Pós-Crise*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. pp.156-193.
- \_\_\_\_\_. (nov. 2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrôpolis.*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 487-511. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3209>
- Meneses, V. D.; Cardoso, D.R. (2020). Conectividade e conexão nos processos participativos: novas tecnologias e velhos problemas. *Gestão & Tecnologia de Projetos*. São Carlos, v15, n3. <https://doi.org/10.11606/gtp.v15i3.166833>
- MetaDecidim (2016). [em linha]. Disponível em: <https://meta.decidim.org/> (consulta em: 29 dez. 2021).
- Miessen, M. (2010). *The Nightmare of Participation. Crossbench Praxis as a Mode of Criticality*. Berlin: Sternberg Press. ISBN: 978-1-93415-56-6.
- Millán-Millán, P. (2016). Aplicación e impacto de la Ley de Habitaciones Obreras de 1906: el caso de Valparaíso (Chile). *EURE* (Santiago), 42(125), 273-292. <https://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000100012>
- Mitlin, D.; Bartlett, S. (2018). Editorial: Co-production – key ideas. *Environment & Urbanization*, Vol 30(2): 355–366. 10.1177/0956247818791931
- Montaner, J. Maria; Muxí, Zaida. (2014). *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustav Gili, 2014.
- Moreno, L. M. C. (2007). *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. E-book. Lisboa. ISBN: 978-989-20-0790-8.
- Morozov, E.; Bria, F. (2019). *A Cidade Inteligente – Tecnologias Urbanas e Democracia*. São Paulo: UBU Editora/Fundação Rosa Luxemburgo.

- Morris, W. (1901). *Hopes and fears for art*. Longmans, Green, and Co. Recuperado de: 10.5479/sil.87372.39088002183945. (Original publicado em 1882)
- Mota, J. C. B. da (2013). *Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação*. Tese (Doutoramento). Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro.
- Moulaert, F.; Mehmood, A.; MacCallum, D.; Leubolt, B. (eds.) (2017) *Social Innovation as a Trigger for Transformations – The Role of Research*. Luxembourg: Publications Office of European Commission. doi:10.2777/68949
- Moura, M. (2003). *O Design de Hipermídia*. Tese de Doutoramento em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Moura, D.; Guerra, I.; Seixas, J.; Freitas, M. J. (dez. 2006). A Revitalização Urbana - Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 12/13, pp. 15-34.
- Mourão, J. F. (jun. 2019). Regeneração urbana integrada, proteção do património cultural e eficiência ambiental como objetivos divergentes nas políticas urbanas em Portugal (2000 – 2020), *Cidades, Comunidades e Territórios* [Online], 38, p. 79-95. DOI: 10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2019.038.art02
- Moya, A. (2019). Sustentabilidade sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria, Lisboa. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 17, p. 179-199. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.008
- Mulder, I.; Jaskiewicz, T.; Morelli, N. (2019). On Digital Citizenship and Data as a New Commons: Can We Design a New Movement? *Cuaderno Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 73, p. 97-109. ISSN 1668-0227.
- Mumford, L. (1964). Authoritarian and Democratic Technics. *Technology and Culture*, Vol. 5, No. 1, pp. 1-8
- \_\_\_\_\_. (2010). *El mito de la máquina. Técnica y evolución humana*. La Rioja, Spain: Pepitas de Calabaza. ISBN: 978-84-937671-2-9.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Técnica e civilização*. Lisboa: Antígona. (Original publicado em 1934).
- Nascimento, D. M.; Iglecias, W. S.; Weimann, P. E. V. (jan./mar. 2019). Ler os territórios para descriptar a cidade. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.7, n.1, p.20-36. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v7102>
- Nitzsche, P.; Pistoia, A; Elsäßer, M. (2012). Development of an Evaluation Tool for Participative E-Government Services: A Case Study of Electronic Participatory Budgeting Projects in Germany. *Administration and Public Management*, 18, P. 6-25.
- Nóbrega, B. F. do N. (2017). *As Descontinuidades do Território (Des)Urbanizado e o Fenómeno da Exclusão Social na Coroa Norte da Cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- Norman, D. A.; Draper, S. W. (Eds.). (1986). *User Centered System Design: New Perspectives on Human-computer Interaction*. 1 edition. Hillsdale: CRC Press.
- O'Reilly, T. (2007). *What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software*. *Communications & Strategies*, n. 65, 1st quarter 2007, p. 17-37. Recuperado de: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4578/>
- \_\_\_\_\_. (2010). Government as a Platform. In: Lathrop, D; Ruma, L. (ed.). *Open Government. Collaboration, Transparency and Participation in Practice*. Chapter 2, p. 11-42. Sebastopol, California: O'Reilly Media. ISBN: 978-0-596-80435-0
- Offenhuber, D.; Ratti, C. (2014). *Decoding the City. Urbanism in the Age of Big Data*. Basel: Birkhäuser.
- OLCPL - *Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa* (2006). [em linha]. Recuperado de: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- Olesen, J. F.; Halskov, K. (2020). 10 Years of Research With and On Hackathons. *DIS '20 Hacking, Crafting and Making*, July, 6–10, Eindhoven, Netherlands. p. 1073-1088. <https://doi.org/10.1145/3357236.3395543>
- Oliveira, F. de. (2001). *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.

- Oliveira, A.; Brito, D.; Campolargo, M. (2014). The My neighbourhood Project: Towards the Human Smart City”, *European Project Space on Information and Communication Systems*. Barcelona: SCITEPRESS – Science and Technology Publications, 31-48. DOI: 10.5220/0006183000310048. ISBN: 978-989-758-034-5
- ONPV - *Observatoire Nationale de la Politique de la Ville* (2016). [em linha]. Recupeado de: <http://www.onpv.fr/>
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: University Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development. *World Development*, Vol. 24, No. 6, pp. 1073-1087. SO305-750X(96)00023
- Participa (s.d.) [em linha]. Recuperado de <https://bit.ly/2UJx4Qx>.
- Pateman, C. (2012). Participatory Democracy Revisited. *APSA Presidential Address*. March 2012, Vol. 10, N. 1. doi:10.1017/S1537592711004877
- Pato, I.; Pereira, M. (jan/jun 2013). Segregação territorial, conhecimento estatístico e governação urbana. Leitura foucaultiana dos casos de França e de Portugal. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 77-97.
- Peixoto, T.; Sifry, M. L. (ed.). (2017). *Civic tech in the Global South: assessing technology for the public good*. Washington DC, New York: The World Bank and Personal Democracy Press. ISBN 978-0-9964142-34 e-book.
- Perez, C. (2009). Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Technology Governance and Economic Dynamics - The Other Canon Foundation*, Working Paper n. 20, Norway and Tallinn University of Technology, Tallin.
- Perng, S. (2019). Hackathons and the Practices and Possibilities of Participation. In: Cardullo, P.; Felicianonio, C. Di; Kitchin, R. *The Right to the Smart City*. Ed.: Emerald Publishing Limited. pp. 135-149. <https://doi.org/10.1108/978-1-78769-139-120191010>
- Pestana, C.; Pinto-Leite, J.; Marques, N. (2009). O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana. *2º Congresso Lusófono de Ciência Regional em conjugação com o 1º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde, o 15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional e o 3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. ISBN 978-989-96353-0-2.
- PHDL (Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa) (2016). *Proposta 361/2016. Estrutura e Modelo de funcionamento de co-governação dos Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária - GABIP 2.0*. Lisboa. Recuperado de <https://bit.ly/2kfh4To>
- \_\_\_\_\_. (2013). [em linha]. Recuperado de: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=0000001>
- Pinho, A. C. da C. (2009). *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Tese elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil para obtenção do grau de Doutora em Planeamento Urbanístico pela Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pinto, V. C. (2010). Do estatuto da cidade ao código de urbanismo. In: *Senado Federal. Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional-2011*. Recuperado de: <https://bit.ly/2IDvg6P>.
- Popper, K. (1991). *Sociedade aberta, universo aberto*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Original publicado em 1945).
- PORDATA (2009). *Retrato do Município: Lisboa*. Recuperado de: <https://www.pordata.pt/Municipios>  
Acesso em: 24 fev. 2020.
- POR Lisboa - *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*. (2014). s.l. Recuperado de: <https://bit.ly/2IES1DQ> (consultado em: 29 dez. 2021).
- Porter, L. (2009). Whose Urban Renaissance? In: PORTER, Libby; SHAW, Kate (ed.). *Whose Urban Renaissance? An international comparison of urban regeneration strategies*. Routledge Studies in Human Geography. Oxon: Routledge.
- Portugal 2020 - *Acordo de Parceria 2014-2020*. (2014). .sl. Disponível e: <https://bit.ly/2a7S37d> (consultado em 29 dez. 2021).
- Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (POR Lisboa 2020)*. (2014). Recuperado de: <https://bit.ly/2IES1DQ>

- PPL (*Programa BIP/ZIP Lisboa de Parcerias Locais*). (2011). [em linha]. Recuperado de: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>
- Queirós, M. (2013). Desarrollo urbano sostenible en la agenda de cohesión territorial europea: Política de Ciudades Polis XXI, Portugal. *Perspectiva Geográfica*, Vol. 18, Nº 2, 2013, pp. 303-324. ISSN: 0123-3769.
- Quick, K. S.; Bryson, J. (2016). Theories of public participation in governance. In: Torbing, J.; Ansell, C. (edit.) *Handbook in Theories of Governance*, Chapter 12. N.L.: Edward Elgar Press.
- Quijano, P. R. (2018). Laboratorios ciudadanos y humanidades digitales. *Digital Humanities Quarterly*, Vol. 12, N. 1.
- Rede DLBC Lx (2013). [em linha]. Recuperado de: <http://rededlbclisboa.pt/>
- Rede de Construtores de Lisboa (2018). [em linha]. Recuperado de: <https://www.rededosconstrutores.pt/>
- Regulamento nº 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 (20 dez. 2013). Jornal Oficial da União Europeia, p. 320-469.
- République Française (2014). *LOI no 2014-173 du 21 février 2014 de programmation pour la ville et la cohésion urbaine*. Journal Officiel de la République Française, 22 février 2014. Recuperado de: <https://bit.ly/2xM0fJA>. Acesso em 03 Abr. 2020.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015 (11 ago. 2015). Diário da República, 1.ª série, N.º 155, p. 5704-5741.
- Richardson, T.; Connelly, S. (2005). Reinventing public participation: planning in the age of consensus. In: Jones, P. B.; Petrescu, D.; Till, J. (edit.). *Architecture & Participation*. London, New York: Taylor & Francis.
- Rittel, H. W. J.; Webber, M. M. (1973). Dilemmas in a General Theory of Planning, *Policy Sciences*, 4:2, p.155-169.
- Rittel, H. W.J. (1984). Second-generation Design Methods. Interview by Donald P. Grant and Jean-Pierre Protzen. In: CROSS, Nigel (edit). *Developments in design methodology*. John Wiley & Sons. 317-327.
- Ritzer, G.; Dean, P.; Jurgenson, N. (2012). The Coming of Age of the Prosumer. *American Behavioral Scientist*, 56(4), 379–398. <https://doi.org/10.1177/0002764211429368>
- Rizzo, F.; Deserti, A.; Cobanli, O. (2015). Design and Social Innovation for the Development of Human Smart Cities. *Nordes 2015: Design Ecologies*, N. 6, Stockholm. ISSN 1604-9705.
- Roberts, P.; Sykes, H. (ed.) (2008). *Urban Regeneration: A Handbook*. N.I.: SAGE Publications Ltd. DOI:<http://dx.doi.org/10.4135/9781446219980>
- Rodotà, S. (1997). *Tecnopolitica. La democrazia e le nuove tecnologie della comunicazione*. Roma: Laterza.
- Rogers, P. J.; Petrosino, A.; Huebner, T. A.; Hacsí, T. A. (2000) Program theory evaluation: Practice, promise, and problems. *New Directions for Evaluation* 2000, 87, pp. 5-13. <https://doi.org/10.1002/ev.1177>
- Roseta, H. (2013). Pequeno Programa, Grande Lição. In: *Dentro de Ti ó Cidade – Energia BIP-ZIP*. p.13. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf>, acesso em Jul. de 2018.
- Rudofsky, B. (1987). *Architecture without architects*. 8th ed. Albuquerque, USA: University of New Mexico. (Original publicado em 1964)
- Rufinoni, M. R. (2009). *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.16.2009.tde-11052010-171008. Recuperado em 2020-12-05, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Sá, A. (2015). *Urbanismo entre pares – cidade e tecnopolítica*. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Sanders, E. B.-N. (2013) Perspectives on Design in Participation. In *Wer Gestaltet die Gestaltung? Praxis, Theorie und Geschichte des Partizipatorischen Designs*, Mareis, C., Held, M. and Joost, G. (Hg.), Verlag. 61-74.
- Sanders, E. B. -N.; Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *CoDesign*, Volume 4, Issue 1, P. 5-18. <https://doi.org/10.1080/15710880701875068>

- \_\_\_\_\_. (2014) Probes, toolkits and prototypes: three approaches to making in codesigning, *CoDesign*, 10:1, 5-14, DOI: 10.1080/15710882.2014.888183
- Sanoff, H. (2000). *Community Participation Methods in Design and Planning*. New York: John Wiley & Sons.
- Schensul, J. J.; Lecompte, M. D. (2013). *Essential Ethnographic Methods*. Maryland: Altamira Press.
- Schwab, K. (2016). *The Fourth Industrial Revolution*. Gênova: World Economic Forum. ISBN-13: 978-1-944835-01-9. Recuperado de: <https://bit.ly/2RAiTLv>. Acesso em 31 jan. 2019.
- Schliwa, G. (2018). *Designing urban citizenship*. Doctorship thesis submitted to the Faculty of Humanities, University of Manchester.
- Sebastião, S. (2017). *Processos Participativos BIP/ZIP. Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local?* Trabalho submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Iscte-IUL.
- Seixas, J.; Tulumello, S.; Corvelo, S.; Drago, A. (2015). Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 371-399. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3404>
- Sennett, R. (2012). *Juntos – Rituales, placers y política de cooperación*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Construir e Habitar. Ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record. ISBN 978-85-01-11971-1
- Silva, A. W. L. Da; Netto, M.; Helou Filho, E. A.; Selig, P. M. (2013). Observatórios de Informação e Conhecimento: Discutindo Bases Conceituais e Perspectivas de Efetividade. *IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. Rio de Janeiro. ISSN 1984-9354.
- Silva, A. F. C. da; Clementino, M. do L. M; Almeida, L. de S. B. (set/dez 2018). Governança colaborativa e regimes urbanos: convergências inesperadas em tempos difíceis. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 841-864. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4310>
- Silveira, S. A. da (junho/agosto 2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n.86, p. 28-39.
- Simon, H. A. (1968). *The Sciences of the Artificial*. Cambridge: The MIT Press.
- Słupińska, M. (2013). Place-based approach in new cohesion policy. *Studia Ekonomiczne*, 149, p. 212-222. ISSN 2083-8611.
- Smith, A.; Martín, P. P. (2020): Going Beyond the Smart City? Implementing Technopolitical Platforms for Urban Democracy in Madrid and Barcelona, *Journal of Urban Technology*, DOI: 10.1080/10630732.2020.1786337
- SOL – Smart Open Lisboa (2018). [em linha]. Disponível em: <https://smartopenlisboa.com/>
- Sousa, S. (2008). Iniciativa Bairros Críticos: Uma experiência em torno de modelos de governança na gestão do território. *Cidades - Comunidades e Territórios*, n. 16, pp. 69-75.
- \_\_\_\_\_. (coord) (2012). *Iniciativa Bairros Críticos. Registos do Processo*. Vol. 1 e 2. s.l. Recuperado de: <https://bit.ly/39OjnzT>.
- Spatial Agency [em linha] (2019). Recuperado de: <http://www.spatialagency.net/>
- Stalder, F. (2018). *The Digital Condition*. Cambridge, Medford: Polity Press. [e-book kindle]
- Stavrídes, S. (2016). *Common Space - The City as Commons*. London: Zed Books. ISBN 978-1-78360-329-9 pdf
- Stepasiuk, T. (2014). Civic Hacking: A Motivation Framework. *New visions for public affairs*, Vol. 6, p. 21-30
- Stöhr, W. B. (1990). On the Theory and Practice on Local development in Europe. IN: Stöhr, Walter B. (ed.). *Global Challenge and Local Response: Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. London, New York: Mansell. Tokyo: The United Nations University. ISBN: 0-7201-2064-0. P.35-54.
- Swyngedouw, E.; Moulaert, F.; Rodriguez, A. (2002). Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy. *Antipode*. Oxford: Blackwell Publishing. P. 547-582.
- Tauberer, J. (2014). *Open Government Data: The Book*. Second Edition, e-book version. Recuperado de: <https://opengovdata.io/>
- The European Commission (2020). *Shaping Europe's Digital Future*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. ISBN 978-92-76-16363-3

- The Offbeats [em linha]. (2017). *Building together the Ökohaus*. Frei Otto and collective improvisation. Recuperado de: <https://bit.ly/2uwSLW8>
- Tobin, E. (1988). From Jane Addams to Saul Alinsky. *Reviews in American History*, 16(3), 454-459. doi:10.2307/2702281
- Toffler, A. (1980). *The Third Wave*. New York: Bantam Doubleday Dell Publishing Group Inc. ISBN 0-553-24698-4
- Townsend, A. M. (2014). *Smart Cities. Big data, civic hackers, and the quest for a new utopia*. New York, London: W. W. Norton & Company.
- Treré, E.; Barranquero, A. (2018). Tracing the roots of technopolitics: towards a North-South dialogue. In: Francisco, S.; Gravante, T. (ed.) *Networks, Movements and Technopolitics in Latin America. Critical Analysis and Current Challenges*. N.l.: Palgrave Macmillan. 43-63. DOI: 10.1007/978-3-319-65560-4
- Tulumello, S. (2016). Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a “dense” space in Lisbon. *Urban Geography*, 37:1, 117-140, DOI: 10.1080/02723638.2015.1056605
- Turner, J. (1972). *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. New York: Macmillan.
- UIA (2014). [em linha]. Recuperado de: <https://uia-initiative.eu/en>
- UN-Habitat - United Nations Human Settlements Programme. (2002) *The Global Campaign on Urban Governance*. 2nd Revised Edition. Nairóbi. ISBN: 92-1-131638-3
- \_\_\_\_\_. (2015). *A Guide to Setting Up an Urban Observatory*. United Nations Human Settlements Programme. s.l. Recuperado de: <https://bit.ly/2V1QC2z>. Acesso em: 09 nov. 2018.
- Urbact (2002). [em linha]. Recuperado de: <https://urbact.eu/>
- \_\_\_\_\_. (2017). *An integrated toolbox for deprived neighbourhoods*. Recuperado de <http://urbact.eu/integrated-toolbox-deprived-neighbourhoods>
- UTF -Urban Task Force (2000). *Urban White Paper, Our Towns and Cities*. Stationery Office: Londres. ISBN 0101491123, 9780101491129
- Vainer, C. B. (2002). Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. P. 75-103.
- Valladares, M. E. C. (2016). *Los Laboratorios Ciudadanos. Um estudio de caso: el MediaLab-Prado y su impacto em el ámbito local*. Máster de investigación em Gentió Cultural. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2016.
- Van Dijck, J.; Poell, T.; De Waal, M. (2018). *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press: New York. DOI: 10.1093/oso/9780190889760.001.0001
- Vardouli, T. (2012). *Design-for-Empowerment-for-Design: Computational Structures for Design Democratization*. Submitted to the Department of Architecture in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science in Architecture Studies.
- Vilares, E. (2003). Back to the city. O discurso e as metodologias da regeneração urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 7, p. 100-109.
- Wates, N.; Kneivitt, C. (1987). *Community Architecture: How People are creating their own Environment*. London: Penguin. ISBN 0-14-010428-3
- Watson, V. (2014) Co-production and collaboration in planning – The difference. *Planning Theory & Practice*, DOI: 10.1080/14649357.2013.866266.
- Wiener, N. (1985). *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Second edition. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts. (Original publicado em 1948)
- Williams, S. (2014). The Responsive City: The City of the Future Re-Imagined from the bottom-up. In: Hass, T.; Olsson, K. (ed.). *Emergent Urbanism. Urban Planning and Design in times of Structural and Systemic Change*. London, New York: Routledge. p. 147-157. ISBN-13: 978-1409457275
- Wilks-Heeg, S.; North, P. (nov. 2004). Cultural Policy and Urban Regeneration: a Special Edition of Local Economy. *Local Economy*, Vol. 19, No. 4, Editorial, 305–311. ISSN 1470–9325 .
- Wilson, B.; Chakraborty, A. (2019). Planning Smart(er) Cities: The Promise of Civic Technology, *Journal of Urban Technology*, 26:4, 29-51, DOI: 10.1080/10630732.2019.1631097
- Wolff, A.; Barker, M.; Hudson, L.; Seffa, A. (2020). Supporting smart citizens: Design templates for co-designing data-intensive Technologies. *Cities*, 101, 102695. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102695>

- Yildiz, M. (2007). E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. *Government Information Quarterly*, 24, p. 646–665. doi:10.1016/j.giq.2007.01.002
- Zielinski, S. (2018). Art and Apparatus (a Flusserian Theme). Plea for the Dramatization of the interface. *Interface Critique Journal*, Vol. I, p. 46-54. DOI: 10.11588/ic.2018.0.44746. (Original publicado em 1977).
- Zukin, S. (2020). Seeing like a city: how tech became urban. *Theory and Society*, 49, 941–964. <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09410-4>

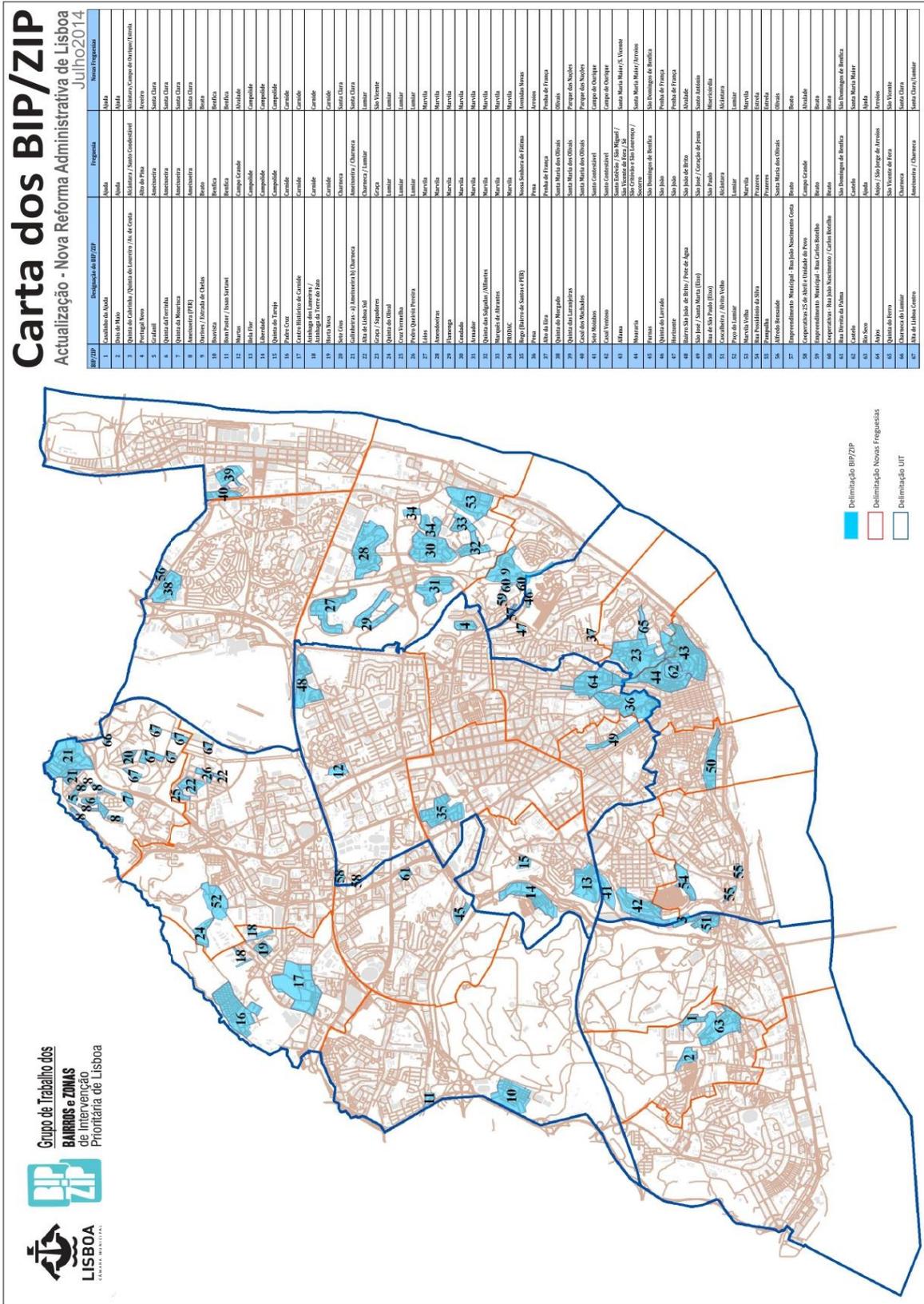


## Anexos

- Anexo A - Carta BIP/ZIP com legendas
- Anexo B - Repertório de Indicadores úteis ao DL
- Anexo C - Repertório de Meios para o *hacking* cívico em DL
- Anexo D - Repertório de Atores para o *hacking* cívico em DL
- Anexo E - Entrevista a Catarina Cruz
- Anexo F - Entrevista a Brian Moran
- Anexo G - Entrevista a António Lafuente
- Anexo H - Entrevista a Pablo Aragón
- Anexo I - Entrevista a Paula Marques
- Anexo J - Entrevista a Miguel Brito
- Anexo K - Entrevista a Helena Roseta
- Anexo L - Entrevista a Rui Franco
- Anexo M - Entrevista a Roberto Falanga
- Anexo N - Entrevista a Rogério Roque Amaro
- Anexo O - Entrevista a Giovanni Allegretti e Michelangelo Secchi
- Anexo P - Entrevista a João Tremoceiro
- Anexo Q - Entrevista a João Carlos Ferreira
- Anexo R - Entrevista a Nuno Wemans
- Anexo S - Entrevista a Joana Pestana Lages
- Anexo T - Entrevista a Ana Jara
- Anexo U - hackaBIP – Quadros para trabalho colaborativo na plataforma Miro



### A. CARTA BIP/ZIP COM LEGENDA





## B. REPERTÓRIO DE INDICADORES ÚTEIS PARA O DL

<b>LEGEN</b>	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	INDICADORES AMBIENTAIS E URBANÍSTICOS
Carta BIP/ZIP	Concentração de Beneficiários do RSI	Cobertura da Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos
EDL Rede	Concentração de Beneficiários do CSI	Concentração de Edifícios com Necessidade de Reparação
<i>Politique de la</i>	Concentração de Beneficiários de Subsídios de Desemprego	Concentração de alojamentos vagos
ODS	Concentração de Beneficiários de Prestações Sociais	Cobertura da Rede de Transportes Públicos
<i>Community</i>	Aumento dos níveis de emprego e dinamização do tecido económico local	Cobertura de Equipamentos de Proximidade – Creches
Índice da Participação (BIP/ZIP)	Elevação do nível de qualificação escolar	Cobertura de Equipamentos de Proximidade – Pré-escolar
INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Redução da pobreza geracional	ODS 4 - Proporção de escolas com acesso a eletricidade, internet, instalações sanitárias...
Quantidade de parcerias	Porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza	ODS 6 - Proporção da população que utiliza serviços de água potável
Nos responsabilizamos por nossa comunidade?	Porcentagem de estudantes do ensino médio que acessam uma graduação.	ODS 7 - Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB
Lutamos para mudar as coisas?	Sensação de segurança	ODS 9 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia
INDICADORES POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS	Número de moradores que desistiram de atendimento odontológico por razões financeiras	ODS 11 - Proporção de população residente em alojamentos com falta de condições de habitação...
Quantidade de projetos implementados	ODS 1 - Proporção da população com rendimento abaixo da linha de pobreza	ODS 11 - Nível médio anual de partículas inaláveis...
Quantidade de financiamento público para cada território	ODS 1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social	ODS 12 - Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado
ODS 4 - Volume de bolsas públicas por setor e por programa	ODS 2 - Prevalência da obesidade	ODS 14 - Cobertura de áreas marinhas protegidas...
ODS 6 - Montante de ajuda pública ao desenvolvimento na área da água e saneamento	ODS 2 - Prevalência da insegurança alimentar	ODS 15 - Proporção do território que é área florestal
ODS 14 - Percentagem do orçamento para investigação atribuída à tecnologia marinha	ODS 3 - Taxa de mortalidade materna	ODS 16 - Proporção de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem
ODS 15 - Despesa pública na conservação e utilização sustentável da biodiversidade	ODS 3 - Consumo nocivo de álcool per capita	Podem prosperar nossos animais e plantas locais?
	ODS 5 - Proporção de mulheres em chefia	Utilizamos os recursos energéticos de forma eficaz e responsável?
	ODS 5 - Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse	Utilizamos o transporte público de forma ativa para nos movermos?
	ODS 7 - Peso das energias renováveis no consumo total final de energia	Reciclamos?
	ODS 8 - Taxa de desemprego	Mantemos limpas as ruas e as praias?
	ODS 8 - Percentagem de acidentes de trabalho	Nos preocupamos com a a baía?
	ODS 9 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos	Podemos ver a velha nessa nova cidade?
	ODS 10 - Taxa de crescimento das despesas das famílias	
	ODS 12 - Consumo interno de materiais	
	ODS 13 - Número de pessoas falecidas devido a desastres	
	ODS 16 - Proporção de reclusos em prisão preventiva	
	ODS 17 - Proporção de indivíduos na Internet	
	Conhecemos nossos vizinhos?	
	Podemos contar uns com os outros?	
	Nos sentimos seguros nas praias e ruas?	
	Esse é um lugar onde todos podemos viver?	
	Existe uma ampla oferta de oportunidade de trabalho e voluntariado?	
	Podemos arcar com o custo de vida?	
	Pessoas de diferentes procedências culturais e sociais se sentem realmente acolhidas aqui?	
	Podemos comprar localmente as coisas de que precisamos?	

**FONTES:**  
 Badham (2010).  
 CML (2010a).  
 Falanga (2019b).  
 ONPV (2016).  
 Rede DLBC Lx ().  
 UN-HABITAT



C. REPERTÓRIO DE MEIOS PARA O *HACKING* CÍVICO EM DL

Compilação de ferramentas, analógicas e digitais, identificadas nos estudos sobre *hacking* cívico, interfaces utilizadas em DL, projetos financiados pelo PPL, participação em arquitetura e urbanismo. Deve ser sempre ajustada ao contexto de aplicação, no sentido de dispor de ferramentas pertinentes aos atores que as vão utilizar e aos projetos que vão desenvolver.

<i>FERRAMENTAS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
Agenda	Marcação e partilha de eventos
Análise de uso do espaço	Observação de comportamentos no espaço
Banco de projetos	Coletânea de perfis de projetos
Campanha de divulgação	Ações de divulgação de conceitos, agenda
Canal de comunicação	Meio por qual se estabelece a comunicação
Convocatória	Chamada pública para participação, ação etc.
<i>Crowdfunding</i>	Financiamento coletivo
<i>Crowdsourcing</i>	Produção coletiva de serviços, ideias ou produtos
Plataforma de dados abertos ou <i>dashboards</i>	Disponibilização de dados sistematizados e atualizados de forma irrestrita para reuso e redistribuição
Entrevista, inquérito	Interrogação a uma pessoa/organização sobre seu comportamento ou opinião
Estudo comparativo	Comparação entre casos de estudo, fenômenos, projetos etc.
Estudo de caso	Análise de uma experiência específica
Sistema de Indicadores	Criação, sistematização e análise de dados, indicadores e índices
Fabricação digital	Utilização de máquinas de linguagem digital para fabricação de objetos (corte a laser, CNC, impressão 3D)
Formação	Atividades formativas em assuntos específicos
<i>Gamificação</i>	Utilização de jogos como forma de aprendizagem e colaboração
Georreferenciamento <i>online</i> de dados	Mapeamento online com referências geográficas
Glossário	Vocabulário de termos técnicos
Gráficos e infográficos	Meios para visualização de informação
Grupo de trabalho	Reunião entre diferentes atores para discussão e execução de tarefas
Linha do tempo	Articulação de narrativas através do encadeamento temporal dos acontecimentos
Manual, Guia	Roteiro de instruções
Mapa temático	Mapa para representação de um tema específico
Mapeamento colaborativo	Atividade de mapear de forma coletiva
Material informativo	Meios para informação analógicos, ou digitais
Passeio exploratório	Percurso para observação do espaço e seus fenômenos
Perfis e mapeamento de parceiros	Identificação e caracterização de pessoas e organizações
Plataforma de Deliberação	Plataforma online para discussão e consequente deliberação e voto
Plataforma para gestão de projetos	Ferramenta para organização do trabalho
Programa de Ação	Documento que orienta as atividades a serem realizadas por cada ator, na execução de um plano por eles pactuado

Recenseamento e análise estatística	Levantamento e caracterização da população
Redes de colaboração	Agrupamentos de atores e articulação entre vários agrupamentos
Registro audiovisual	Fotografia, vídeo etc.
Regras e normas	Documento que define os procedimentos de determinada ação, programa, plataforma
Relatório de projeto	Documentação de processo, inclui ou não avaliação
Repositório de estudos	Banco de estudos de referência
Sensores	Dispositivos para levantamento independente e automático de dados
<i>GITHUB</i>	Plataforma para programação de forma aberta e colaborativa
Sítio web	Página na internet para comunicação, organização e realização de trabalhos
Plataforma WIKI	Plataforma para produção coletiva, organização, modificação e partilha de conteúdo
Premiação	Distribuição de prémios sob critérios pré-estabelecidos
Mobile mapping	App móvel para mapeamento
Maquete	Modelo a três dimensões que facilita a leitura do lugar a uma determinada escala
Evento comunitário	Evento para confraternização, discussão ou trabalho comunitário
Extensão universitária	Atividades académicas que envolvem a participação de pessoas das comunidades
App móveis	Aplicativos instalados em dispositivos móveis, como celular, <i>tablet</i> etc.
FAQ	Lista de perguntas e respostas para esclarecimentos sobre determinado procedimento
Conferência	Encontro académico para partilha de estudos e experiências
Consultoria	Orientação especializada sobre determinado assunto
Estudo Qualitativo	Criação, sistematização e análise de dados qualitativos
<i>Workshop</i>	Dinâmica de trabalho em grupo
Pesquisa de opinião	Enquetes rápidas para aferir a opinião de uma determinada população, sobre determinado assunto
Redes sociais digitais	Aplicativos que facilitam a comunicação e representação de indivíduos e organizações

Fontes: Ampatzidou et al. (2015), GFA Consulting (2010), Mendes (2001), Mota (2013), ONPV (2016), Partecipa (2021), Pestana et al. (2009), Queirós (2013), Sousa (2012).

D. REPERTÓRIO DE ATORES PARA O *HACKING* CÍVICO EM DL

Compilação de atores identificados nos estudos sobre hacking cívico, interfaces utilizadas em DL, no contexto da Estratégia BIP/ZIP, e na participação em arquitetura e urbanismo. Deve ser sempre ajustada ao contexto de aplicação, no sentido de identificar os atores que se pretende mobilizar.

---

*ATORES*

---

Ator político

Técnico municipal

Serviço Municipal

Consultores

Júri

Gabinete público de apoio à ação local

Entidade Local

Rede Local

Rede Internacional

Investigador

Universidade

Comunidade

Comunidade de Prática

Comunidade *hacker*

Destinatários/ Público-alvo

Moradores dos territórios

Cidadãos em geral

Comunicação Social

---



## E. ENTREVISTA A CATARINA CRUZ

Entrevista a Catarina Cruz, socióloga do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, realizada em 06/11/2018, na sede do Observatório, em Lisboa [1h42min05s].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

CC- Catarina Cruz

CC- O Sérgio Aires esteve cá dois anos atrás. Ele foi uma das pessoas que avaliou os projetos, esteve no júri [do PPL-BIP/ZIP], e uma das propostas que ele fez foi exatamente a criação do observatório. E depois trocamos algumas mensagens e ele disse sobre exatamente isso, é curioso, pelo menos, uma das questões que ele referiu na altura e hoje podemos ter esse seguimento. E depois também efetivamente, nesse observatório, temos tido contato com outras pessoas, outras organizações que nos falaram já da possível existência desse observatório [...]. O observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa [OLCPL] é da Rede Europeia Anti-Pobreza [EAPN] de Portugal e, há dois anos e meio atrás, pelo lançamento do novo quadro comunitário e do programa da Rede DLBC que é desenvolvimento local de base comunitária, e um outro município lançou todas as outras organizações da cidade de Lisboa, criaram uma nova instituição que é a Rede DLBC Lisboa, no qual, então, é a nossa instituição, e a EAPN Portugal tem a vice-presidência, e a Maria José Domingos estava lá nessa reunião nessa qualidade de vice-presidente da Rede DLBC Lisboa e enquanto EAPN Portugal.

CF- O que eu pesquisei de observatórios, o que eu encontrei no estado da arte, digamos assim, de observatório, eu achei que...

CC- [...] o recorte geográfico...

CF- Não, eu não tenho um foco geográfico, eu tenho um foco temático. Eu vou fazendo pesquisa sobre observatório a partir de umas palavras-chave que aproximam do que seria um observatório para o BIP/ZIP. E aí, o que eu tenho encontrado são observatórios com algumas dificuldades em relação ao que eu gostaria que fosse o BIP/ZIP, são observatórios que funcionam, boa parte deles, com distanciamento do território, do público-alvo, mais académicos ou governamentais e com pouca interação. E, para esse do BIP/ZIP, eu gostaria que fosse mais interativo, que funcionasse não só como um repositório de informação, que é importante, e monitorização do que tem acontecido nos territórios, mas também como uma ferramenta para as iniciativas locais que estão pensando seus projetos e tal. Então, eu estou num momento em que eu estou a olhar para outras plataformas, plataformas de dados abertos, laboratórios cívicos, tecnopolíticas, estou olhando para outras ferramentas para ver como que elas podem me ajudar a melhorar essa ideia desse observatório. Então, é assim que eu apareço aqui.

CC- Encontrou o observatório de Lisboa nessas pesquisas.

CF- Na verdade, esse observatório de vocês está na minha pesquisa desde o início, porque entrava em algumas palavras-chave: Lisboa, desenvolvimento local. Então, vocês estão na minha pesquisa já desde o início. Pronto, feito esse enquadramento, então começemos pelo vosso enquadramento.

CC- Então, é assim: o Observatório Luta contra a pobreza em Lisboa nasceu em 2006 e surgiu por uma vontade da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, tendo em conta as dificuldades que sentiu na Europa, porque a ideia era existir, na União Europeia, um observatório europeu que estudasse as questões da pobreza e da exclusão social, pois não foi possível por uma série de constrangimentos, muitos também relacionados com a questão de alguns países não assumirem a questão da pobreza como sendo uma realidade nos territórios e também por acharem que é uma questão que cada um dos países que constituem a União Europeia têm que resolver sozinhos, que não era um problema comunitário, comum, digamos assim. Então, entre outros motivos, acabou por não avançar essa possibilidade de estrutura europeia que acompanhasse as questões da pobreza. Depois, a ideia era, então, vamos para um nível mais nacional e também, nessa altura, em 2006, existiram diversos constrangimentos e, então, surgiu a possibilidade, por financiamento específico, na cidade de Lisboa, da Santa Casa de Misericórdia, de ser, então, constituído um observatório para conhecer as situações de pobreza, exclusão social na cidade de Lisboa, por isso o âmbito geográfico deste observatório ser tão específico à cidade, nesse caso, porque o financiamento que teve em 2006 foi da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, cujo território de atribuição era a cidade de Lisboa. Depois, passados um ano ou dois, tivemos um apoio pontual também da Fundação Calouste Gulbenkian e, depois, do Montepio. Pronto, isso só para justificar o âmbito geográfico da nossa intervenção, porque é tão micro.

CF- E há outros observatórios na Rede Europeia? A nível nacional ou local?

CC- A Liga Europeia Anti-Pobreza tem representação em todos os países da União Europeia. E Portugal e a Espanha têm uma especificidade, em Portugal, por exemplo, ela está presente em todos os distritos do continente e, agora, recentemente, foi assinado um protocolo para abrir um núcleo na região da Madeira, na ilha da Madeira. E, há um ano atrás, no nascimento do, não sei se posso chamar assim, do movimento da Liga Europeia Anti-Pobreza que Portugal iniciou de existir uma estratégia de combate à pobreza nacional que fosse interministerial, e que já houve várias audiências na assembleia de República, uma das propostas era realmente existir um observatório nacional. E, então, há um ano atrás, a Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal tomou a iniciativa de dar o passo para a existência desse observatório nacional e há cerca de um ano que ele existe. Ainda está em fase de estruturação, ou seja, está numa fase muito inicial de trabalho. E para responder à sua questão se existem outras estruturas de observatório com este intuito específico, em Portugal, existe o Observatório de Lisboa, existe o Observatório Nacional com esta limitação de tempo, existe o Observatório das Desigualdades, que acaba por, indiretamente...

CF- Está lá no ISCTE, não é?

CC- Exatamente, está no ISCTE. Acaba por também tocar nas questões da pobreza, porque a desigualdade e a pobreza são campos relacionados, Existe, aqui em Portugal também, na altura da crise

econômica e financeira, o Instituto de Coimbra que, também em Lisboa, criou o Observatório das Crises e Alternativas para acompanhar, julgo eu, nesse pico da crise econômica e financeira, para perceber de que maneira que as políticas públicas se desenvolveram e o impacto que elas tiveram, por isso é muito específico, mas continua a existir, É uma questão também de pesquisar. Era da Universidade de Coimbra, mas que tem aqui uma organização em Lisboa, e não sei se o trabalho é feito repartido entre Lisboa e Coimbra. Existem outros observatórios, muito específicos de alguma área, que são o Observatório de Migrações, que está ligado ao ACM, ao Alto Comissariado de Migrações, que foca nas questões de migrações. A nossa particularidade, aqui, do nosso Observatório de Lisboa, é que, realmente, nós não estamos relacionados diretamente com a academia, nós não temos uma estrutura universitária, exatamente por aquela questão a que você se referiu há pouco: nós pretendemos ser observatório não apenas de gabinete, mas também de, em realidade, estar em contato com a população local, porque é assim que nos faz sentido também. Ou seja, não excluindo, como é óbvio, a pesquisa mais teórica, mas tentar complementar as duas, como acaba por ser muito relevante para depois, para a possível apresentação de políticas públicas e também para conhecer muito o território, não basta teorizar e ler alguma documentação, precisamos estar em contato com as pessoas. Por isso é que os nossos instrumentos de campo são uma mistura entre instrumentos quantitativos e qualitativos, e alguns também da observação participante. Mas, voltando atrás, então, em 2006, surgiu com esse financiamento, fica, realmente, a importância do financiamento para conseguir manter uma estrutura destas ao longo do tempo e nós, agora, já estamos em 2018, ou seja, já temos que considerar que já temos um tempo significativo de existência, mas essa é uma barreira, uma dificuldade que, muitas vezes, os observatórios têm.

CF- E vocês vão conseguir um financiamento? Porque esse financiamento tem um tempo, acaba...

CC- Esse financiamento... pois é, uma das coisas que mantém a seriedade deste trabalho é realmente os financiamentos não serem temporários, serem renovados automaticamente. Com a apresentação de plano de ações, com relatório de atividades, mas serem financiamentos contínuos, porque, se não, a estrutura fica muito fragilizada. Temos tido... não gosto de usar sorte nestes contextos, acho que está relacionado também com o trabalho que se faz, com os resultados que apresentamos, mas as circunstâncias têm feito com que tenhamos conseguido manter o orçamento e, aliás, temos conseguido alargar esse orçamento, porque, no ano passado, conseguimos que a Câmara Municipal de Lisboa fosse um de nossos financiadores através de um protocolo que estamos fazendo com eles, por isso, então, alargamos um pouco mais o financiamento e temos duas organizações que são fundamentais na cidade de Lisboa, que exercem um trabalho muito movente nesta área, que é a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que é responsável pela ação social das cidades, e a Câmara Municipal de Lisboa, que não podíamos deixar de... Nós sempre fazíamos um trabalho informal com eles, mas que nunca foi formalizado, nunca tinha sido financiado. A parceria sempre existiu, mas agora é construída noutro formato, e isso é muito importante, então, para manter a existência deste observatório e para conseguirmos desenvolver ferramentas, sejam elas as mais digitais ou as mais tradicionais e haver um

mix de instrumentos para também ir ao encontro de diferentes públicos. Nós temos diferentes públicos. Não sei se posso te explicar mais qual é o nosso foco de trabalho.

CF- É isso.

CC- No nosso site, nós pretendemos que toda informação que nós conseguimos produzir e ter acesso, que seja de acesso livre, por isso, no nosso site, temos a parte quantitativa, temos as atividades do sistema. Ou seja, é uma coisa estrutural, porque nós fazemos a compilação de um conjunto de indicadores, de várias medições, que depois disponibilizamos digitalmente. Para isto, é preciso existir várias parcerias, algumas formais, outras informais, com uma série de produtores de dados, sejam eles dados ou indicadores, mais macro, que são compilados ou recolhidos por estruturas organizativas mais centrais, como, por exemplo, é o caso do Syncson, com as estimativas anuais, mas também o Instituto de Segurança Social, que tem informações muito relevantes sobre as prestações sociais, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a CERT, por exemplo, que nos dá informação sobre despedimentos coletivos. Para além desses dados mais macros, que nós chamamos de mais macro porque existem para um território mais abrangente do que o micro que nós trabalhamos, e depois tentamos acender aos dados mais micro, que estes organismos não conseguem recolher, não é nem o propósito deles, mas que são muito moventes, porque nós conhecemos a realidade aqui da cidade e das diferentes freguesias, porque Lisboa é uma cidade pequena. Está no grupo das capitais de país que tem uma dimensão mais pequena seja de território seja de população, mas é uma cidade muito diversa. Basta nós irmos aqui do centro para a freguesia da Ameixoeira e já temos qualidades muito distintas, ou seja, tem essa especificidade, como é óbvio, acontece em todas as cidades que são muito urbanas.

CF- E esses dados micros, como que vocês recolhem?

CC- Nós entramos em contato com as organizações que trabalham no terreno, diretamente com as pessoas, para nos disponibilizarem essa informação. Nós começamos esse trabalho em 2010, e foi mais intensificado a partir de 2011. Contatamos as organizações que nós identificamos como tendo dados para sensibilizá-los para a partilha de informação, que é uma coisa que, apesar de vivermos na era da informação, ainda é muito difícil de conseguir acessar essa informação micro, sobretudo nesta área de que estamos a falar, porque é um setor que não tem muitas pessoas a trabalhar, ou seja, os recursos, tendo em conta a procura, são limitados, o que faz com que esta parte de recolha de informação seja vista como uma coisa que não é de fato relevante. É mais uma coisa que, por exemplo, vamos imaginar uma assistente social, pessoas que, por exemplo, direciona para diferentes respostas, dentro da organização, não existe um sistema de recolha de informação e que permita que depois a informação seja disponibilizada a terceiros de uma maneira fácil. Então, temos essa barreira ainda cá em Portugal.

CF- Não é só em Portugal, não.

CC- Pois é, estou a falar de Portugal porque é a realidade que eu conheço, mas ainda existe essa barreira. Essa é uma delas, mas existe outra também que é uma barreira que acho que é muito cultural, que é a partilha de qualquer coisa, então de dados. E tivemos algumas situações, sobretudo ali naqueles primeiros anos de crise forte, desta última crise que tivemos, em 2012, 2013, os anos mais fortes, em

que alguns organismos, mesmo públicos, nos dificultaram o acesso à informação, porque, e foi nos dito, que a informação não era nossa, era deles e pronto. Então, isso tudo só para exemplificar que, realmente, ainda existe uma barreira cultural de acesso à informação muito grande nalgumas áreas e, nesta em particular, é relevante, pois emperra muito o conhecimento efetivo da realidade e, conseqüentemente, a ação que vamos ter sobre essa realidade. Mas, tendo em conta esses constrangimentos todos, é preciso muita resiliência e insistência, e constatarmos muitas organizações. Só para dar exemplo de indicadores mais micro, recebemos dados, por exemplo, da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, dos atendimentos sociais que eles fazem, tentamos que a informação seja trimestral e com um período de tempo que nos permita, realmente, acompanhar a evolução do indicador e ver como é que ele se comporta. Nós quando começamos, então, esse trabalho, pedimos sempre a informação desde 2008, que era para ser um pouquinho antes da crise, apesar de que a crise começou em 2008, mas conseguimos então, depois, ter uma linha cronológica que nos permitisse, então, verificar alterações e fazer algumas relações. Então, a maior parte dos dados que nós temos é com esse período temporal. Nem sempre é possível, mas se for possível, nós temos. E fazemos esse mesmo pedido, seja para os dados mais macro, seja para os micro. Então, por exemplo, a Santa Casa é uma das pontes micro, que nos dá informação desde esse período, com periodicidade trimestral, temos, por exemplo, o Banco Alimentar, da cidade de Lisboa, que também nos dá essa informação, da AMI. Já tivemos também a EPAL, Empresa Pública de Água de Lisboa, por exemplo, dos cortes de água e as faltas de pagamento, e temos outros tipos de indicadores, por isso tentamos sempre que a informação cresça, mas temos algumas barreiras em algumas dimensões, sobretudo na dimensão, é difícil conseguir acesso à informação mais micro na área da saúde.

CF- Vocês assinam protocolos com essas instituições?

CC- Depende. É assim: por exemplo, com o Instituto de Segurança social, temos. A partir de um determinado momento, sim, formalizamos esse protocolo. Com algumas outras organizações, não, entre ter os dados e não os ter ou demorar muito tempo a os ter, nós acabamos... porque estar nessa informalidade pode ser mais vantajoso para algumas instituições, mas temos consciência, e, em alguns casos, aconteceu isso, de que o fato de estar uma pessoa naquela função e que tinha abertura para esta questão de distribuição de informação, em particular, que depois foi embora, e perdemos o acesso à informação. Por isso, existe uma limitação também a esta informalidade e tentamos equilibrar as coisas. Nem sempre conseguimos da melhor maneira, por exemplo, com a EPAL mantivemos esta atuação muito próxima e tínhamos acesso à informação trimestral, e depois houve uma reestruturação na organização e as novas pessoas que vieram já não têm essa abertura e, apesar da insistência por nossa parte, acabaram caindo e não conseguimos reestabelecer novamente essa relação. Idealmente, seria importante, realmente, que esta relação fosse formalizada para tentar evitar esta parte de instabilidade, mas acho que depende muito dos indicadores de adaptação do sistema com as organizações. Por exemplo, no caso das organizações que nos facultam informação mais micro, nós mantemos protocolo formal assinado, mas existe uma atuação que nos permite que consigamos ter dados trimestrais nessas associações, porque isso depende muito. Mas, existem barreiras para um lado e para o outro, tem que

tentar encontrar um equilíbrio. É que a finalidade é realmente permitir ter um retrato de Lisboa mais micro, por exemplo, nós sabemos que existe o Ine, a Fundação Manuel dos Santos, que recolhe um conjunto de indicadores, o que nos distingue, nós, o Observatório aqui da cidade de Lisboa, é irmos exatamente a estes indicadores mais micro e analisá-los. É isso que estamos a fazer, por exemplo, com as infografias digitais temáticas... é ir com dados macro com micro para fazer um retrato da cidade, que seja um instrumento para as organizações que trabalham nesta área... e está área é... para mim a área social é tudo, por isso custa-me restringir esta área e dizer esta área, mas qual área? Nós trabalhamos com pessoas, e as pessoas são compostas de tantas dimensões, por isso faz-me sempre uma confusão enorme nós dizermos que estamos a trabalhar na área social... o social é tudo, é economia, é saúde, é educação, é habitação, é acesso a transporte... ou seja, vivemos em sociedade, por isso essa separação, às vezes, também é prejudicial para a nossa atuação e faz com que nós, realmente, não consigamos entrar em outros setores de atividades... que não é muito positivo e que perde, para darmos o passo para outro nível no modo em como intervimos na sociedade. Mas, isto para dizer que estes nossos instrumentos são direcionados seja para organizações que trabalham diretamente com pessoas que as procuram porque têm questões de moradia, de social, e urgentes, extremas, seja para outras que estão em outro nível de resposta mais estruturada, que seja possível como um... porque uma de nossas grandes finalidades, realmente, é criar instrumentos e permitir que as pessoas que passem aqui na cidade, que frequentem a cidade, não só os residentes, mas quem frequenta, e há muitas pessoas que frequentam seja por questões de trabalho, seja de turismo, seja de lazer, seja para virem cá regularmente, que saibam o que é a cidade de Lisboa, para terem informação sobre a cidade de Lisboa e, sobretudo, que desperto o pensamento crítico. Esse é um dos nossos grandes objetivos, questionar, dizer, por exemplo, olhamos para os dados quantitativos e vemos, ao longo deste tempo cronológico, 2008 a 2018, já são 10 anos, e perceber... entre 2011 e 2014, o pico de desemprego foi muito grande e, realmente... há uma crise econômica e financeira e o conjunto de medidas políticas que foram adotadas... e que agora está a reverter, está a diminuir, é verdade, mas até que ponto, por exemplo, essa diminuição de pessoas que estão em situação de desemprego, o que significa que estão empregadas algumas delas, mas que tipo de emprego é este e se este emprego as tira da situação de vulnerabilidade ou se não, então temos que relacionar com outros indicadores, como, por exemplo, os indicadores de vínculos laborais, e percebemos que os vínculos laborais, que os contratos com termo têm subido, tem aumentado a sua percentagem, seu peso tem sido muito forte, ou seja, a variação percentual é muito grande. Então, há várias pessoas a questionar se realmente não basta criar emprego e dizer que, realmente, estamos com a taxa de desemprego mais baixa dos últimos 10 anos, mas que emprego que está a ser criado, que condições, permite as pessoas, por exemplo, já que estamos falando da cidade de Lisboa em concreto, permite as pessoas, as famílias viverem face aos custos que têm? Porque os custos com habitação em Lisboa são muito grandes, só neste indicador... se os empregos, e os salários associados, estão a permitir que as pessoas consigam viver na cidade de Lisboa. Por isso, é uma série de construções que queremos criar e provocar as pessoas, ou seja, ajudá-las a fazer ali um bocadinho... isto num caso muito evidente, que, realmente, é uma

situação muito emergente na cidade de Lisboa. Mas existem outros indicadores, por isso esta é uma das nossas finalidades com diferentes instrumentos que criamos, inclusive infografias, que é um produto que estão já digitais e que chegam a todas as pessoas, através seja de envio de e-mail, mas também queremos criar encontros junto, então para que possamos debater...

CF- Vocês fazem esse tipo de atividade?

CC- Sim, já fizemos. Por exemplo, sobre a habitação, sobre a pobreza infantil. E, agora, com a criação deste instrumento, das infografias, o nosso objetivo para o próximo ano é criar estruturas de debates temáticos, que realmente levem a que as pessoas, junto, consigam explorar melhor o conhecimento e mesmo as próprias dúvidas que têm.

CF- Fixe, eu acho que isso é importantíssimo para o Observatório sair dessa distância.

CC- Sim, exatamente. Sempre, nós quisemos realmente aproximar das pessoas reais. E, por exemplo, nós, no ano passado, tivemos um projeto, posso chamar de projeto, que foi fotográfico, isso também no âmbito de desenhos que nós fizemos, então elaboramos um projeto fotográfico, em que fomos para a rua, eu fui... a Sônia não estava cá nessa altura, entre o ano novo e o final, mas eu com o fotógrafo íamos pela cidade de Lisboa, entramos em contato com algumas pessoas, fotografávamos, tentamos perceber a história daquela pessoa, criar alguma relação com ela, escrever sobre isso, e depois fizemos duas exposições fotográficas, tínhamos um livro também, coma finalidade, realmente, de, através de outros instrumentos, chegarmos a mais pessoas e a pessoas diferentes, que não sejam só as deste círculo pequeno de quem trabalha nestas áreas e nestas instituições e que todos os conhecem, estamos sempre a falar do mesmo tema, então já estamos convencidos. Alguns estão... a perspectiva é diferente da de intervenção. Mas, já estamos todos a falar do mesmo assunto, mas, não, queremos sair para fora. Queremos atingir outras pessoas. E este ano um dos nossos propósitos foi, realmente, lançar o desafio de “será que Lisboa consegue ser a primeira cidade em Portugal a ter uma estratégia de combate à pobreza integrada e local?” Então, iniciamos uma série de debates, foram dez debates dirigidos a três públicos-alvo: os cidadãos em geral, depois os profissionais que trabalham nesta área e os políticos. Depois, fizemos um encontro aberto para todas as pessoas participarem, exatamente com essa finalidade: queremos discutir, queremos espalhar ou debater ideias e, depois, apresentar produtos concretos desse encontro, por exemplo, vamos apresentar, agora, um roteiro, que significa o que as pessoas, o que os encontros disseram, que consideraram qual é que seria o caminho a seguir em áreas muito importantes, como conhecimento, que muitas vezes, o conhecimento é sempre desvalorizado, como achamos que como todos já temos telemóvel, temos redes sociais, todos sabemos muitas coisas, mas, infelizmente, não é bem assim. Mas, o conhecimento, a comunicação, que é dos eixos prioritários, a governança, ou seja, como é que se poderá organizar a cidade para, realmente, conseguir responder melhor às necessidades. Então, destes encontros, realmente, a possibilidade de uma coisa mais concreta que possa servir para alcançar outro patamar e levar isto à assembleia municipal, aos vários grupos municipais e a diferentes outros sítios e organismos, tentar realmente disseminar a mensagem.

CF- Mas, dentro do círculo mais fechado com quem vocês sempre interagem mais, como vocês acham que o vosso trabalho contribui para essas pessoas? Essas pessoas pegam essa informação que vocês produzem e fazem o quê com elas?

CC- Isso é uma questão muito relevante, que nós todos os dias nos perguntamos. Saber se, efetivamente, aquilo que nós produzimos chega às pessoas. Ou se chega àquelas pessoas que nós queremos que chegue. E como é um público-alvo tão abrangente, temos, primeiro, que ter estratégias distintas para cada um deles. Para os profissionais que trabalham nesta área, é, particularmente, o que eles precisam ter para conhecer o seu território de intervenção. Nós queremos acreditar que sim, mas não consigo dizer isso, em termos mais práticos e concretos...

CF- Sim, do retorno disso.

CC- Sim, o retorno disto acaba por ser muito abstrato ou, então, ser refletido em coisas que não são tão óbvias. Por exemplo, o alargamento do financiamento e termos conseguido que a Câmara Municipal de Lisboa se fizesse associar a esta iniciativa acaba por ser um indicador de que, realmente, isto faz sentido para a cidade, pela menos a cidade quer apostar, dá-nos provas de que o trabalho anterior que fizemos, por nossa presença na rede social de Lisboa, em que apresentamos um diferencial estratégico, onde tivemos também a apresentar um índice de qualidade social. Consideramos que isto é um indicador que revela que o nosso trabalho está a ser reconhecido pelo município, e, estando o município a reconhecer este trabalho, acreditamos que é algo que organizações mais pequenas possam também fazer. Temos feedback de algumas juntas de freguesia que, realmente, para fazer o seu diagnóstico social... como nós temos alguns indicadores trimestrais, ou seja, é informação que acaba por ser muito próxima do tempo e isso acaba por ser muito importante para a atuação, então, a algumas juntas de freguesia, damos esta informação, quando nós, nestes encontros de que eu falei, quando falamos na questão do conhecimento, umas das questões que levantamos foi esta, que em algumas freguesias, realmente o trabalho do observatório é relevante e, às vezes, é surpreendente, como não temos um feedback, muitas vezes, direto, e disseram que sim. E, mesmo quando enviamos a infografia, a primeira que fizemos, tivemos respostas a dizer que realmente é um trabalho interessante e que estava mesmo graficamente apelativo e a parabenizar-nos por este esforço. E é assim que nós vemos, que posso dizer que, sim, que somos um instrumento que está em cima da mesa de muitas organizações. Mas, mesmo, quando foi este programa comunitário, o desenvolvimento local de base comunitária, quando foi preciso fazer o diagnóstico e definir uma estratégia de desenvolvimento local, que passa por Lisboa, os instrumentos que nós elaboramos, seja o relatório... não gosto da palavra relatório, pois torna-se muito... quando fizemos o diagnóstico com a recolha de dados, na altura dos censos que saíram em 2011, fizemos realmente uma recolha do conjunto de informação e fizemos um retrato das cidades. E, então, esse instrumento, por exemplo, foi adotado pela Rede DLBC para sistematizar melhor a estratégia de desenvolvimento local que eles tiveram que apresentar à CCDR e ao programa. Por isso, através desses indicadores indiretos e mesmo da nossa presença na rede social de Lisboa faz crer que são instrumentos que são relevantes, e que gostaríamos que fossem mais usados frequentemente e, por isso, esse é um trabalho também que

nós do Observatório temos que fazer, de mostrar às pessoas que ter acesso ao conhecimento, seja de números mais quantitativos, seja qualitativo, é importante. No quantitativo, já me referi àquela série de indicadores que nós temos, e temos diferentes níveis geográficos, temos nacional, regional, do conselho e, depois, temos das freguesias. Acaba por ser importante este nível micro das freguesias.

CF- Isso em relação aos dados que vocês buscam?

CC- Solicitamos e recolhemos, isso. Tentamos sempre que seja ao nível de freguesia, se for possível, mas há muitos indicadores, ou há alguns em que não é viável porque não é recolhido dessa maneira, mas os micro, por exemplo, são. E alguns macro também, as prestações sociais, os inscritos nos centros de emprego. Toda essa informação, o máximo que nós conseguimos, é sempre no nível de freguesias. E depois complementar com a informação qualitativa... temos, por exemplo, o estudo de que falei ali há pouco, de pessoas que se encontram em situação vulnerável na cidade de Lisboa, pretende acompanhar isso longitudinal, nós iniciamos em 2011 e vamos terminar agora em 2020, com estudos de três em três anos, já fizemos tudo o que tínhamos e vai ser o quarto em 2020, vai sair em 2019, novamente, o contato com as mesmas pessoas e acompanha-las durante esta década e perceber como a vida delas está, como é que as políticas influenciaram na situação de vida delas. Sabemos que não é representativo da população, os trabalhos qualitativos são um esquema difícil de ser representativo, mas dá já um retrato e, como fizemos com pessoas, famílias que viviam no centro histórico e com famílias que viviam mais na periferia, mas de Lisboa, e há uma diferença na habitação, por exemplo. No centro histórico, vivem em habitação, sobretudo, privada, algo municipal, mas sobretudo, nas freguesias mais periféricas é muito em bairros municipais, os chamados bairros sociais. Perceber essas diferenças. Precisa qualificar os números e dar um retrato às pessoas não... nós nunca pedimos nem queremos saber quem são as pessoas, como é óbvio, é que, nestes estudos qualitativos, nós podemos dar um rosto, uma cara, mesmo que abstrata, não é uma cara, é um número, mas podemos. Tal como fizemos com o projeto fotográfico, em que as pessoas, por exemplo, que foram fotografadas, algumas delas foram à instituição fotográfica, que se reconheceram e que nós, agradecendo o trabalho delas, dissemos que elas, realmente, deram a cara para um conjunto de outras pessoas que estão naquela situação. E, mesmo que o barómetro das próprias pessoas seja só uma cara, pode ser a nossa cara, hoje ou amanhã, ou seja quando for. Essa mensagem também que nós queremos passar é que as pessoas que vivem em situação de pobreza não vivem porque querem, e todos nós, que pertencemos a esta sociedade, somos responsáveis por isso, mesmo não vivendo em situação de pobreza. Mas todos nós temos um papel a desempenhar na mudança desta sociedade. É sobretudo este o nosso grande foco: envolver, seja por estes instrumentos, seja ao dar mais informação às pessoas, realmente, de que elas têm um papel a desempenhar em qualquer circunstância. É um pouco também, aqui, despertar para questões de cidadania, chamemos assim, porque são questões, para viver em sociedade, que são fundamentais, e ultrapassar essas coisas do individualismo e do egoísmo, que vivendo numa sociedade capitalista, é mais fácil encontrar.

CF- Eu acho que, aqui, a gente passou por umas três questões minhas, sobre como as pessoas conseguem participar do observatório, como que o observatório impulsiona a cooperação, o empoderamento, quais

os resultados práticos. Eu acho que está dito, aqui, nessa última parte da conversa. Que há que se fazer um esforço da parte do observatório de levar às pessoas a importância de aceder a informação. Também imagino que vocês devem fazer isso, tentar observar que tipo de informação que poderá ser mais útil para quem está lá.

CC- Sim, exatamente. Nós, para este ano, em 2019, pelo menos esperamos que seja esse um esforço que seja feito na comunicação. A comunicação é essencial. Se o acesso ao conhecimento é fundamental, comunicar este conhecimento... não pode estar desligado uma coisa da outra. E é uma questão que nós temos: a comunicação, como é que podemos comunicar. É claro que a questão de sermos uma equipa pequena, como é óbvio, restringe, pois, a ação, mas tem que existir um esforço para, realmente, identificar diferentes instrumentos de comunicação, porque, como referi há pouco, nós queremos atingir diferentes públicos. Nós queremos atingir seja os profissionais, queremos atingir em último e em primeiro lugar os políticos, que estão a frente de definir e decidir políticas. Mas temos consciência de que são públicos-alvo diferentes, por isso nós não podemos comunicar da mesma maneira, nós não podemos enviar *flashnews*, como nós chamamos, dizendo aquilo que estamos a fazer, o que fizemos, para o cidadão comum porque não é um instrumento que ele vai abrir sequer. Por isso, temos que encontrar ferramentas diferentes, instrumentos de comunicação distintos para cada tipo de público para conseguir este envolvimento.

CF- Já saindo aqui um pouquinho, falaste de como alcançar os políticos, quais seriam, você acha, as principais políticas públicas ou os Departamentos da Câmara daqui de Lisboa que são mais importantes para vocês acompanharem?

CC- São todos. Nós, nesta atividade que nós fizemos e que vamos continuar a desenvolver em 2019, da Estratégica Local e Integrada de Combate à Pobreza na cidade de Lisboa, nós contatamos todas as direções para virem ao nosso encontro e debatermos este tema. E deparamos com uma coisa que nós já sabíamos que nos íamos deparar, não foi novidade, pensamos ter uma expectativa diferente, mas é uma barreira que, identificando, agora temos que encontrar alternativas para derrubar esta barreira, que é não termos tido abertura de, tirando os direitos de educação e os direitos sociais e à habitação, que são departamentos ou direções muito próximas, quer dizer, que são comumente relacionadas às questões da pobreza...

CF- Sim, são mais confrontadas.

CC- São mais confrontadas, mas, mesmo assim, gostávamos que estivessem envolvidas mais fortemente. Das restantes direções, como da economia... quer dizer, se nós vivemos em uma sociedade capitalista, onde a economia está no centro, onde o trabalho está no centro das sociedades e a economia nos remete para a direção dos direitos sociais, ok, então percebemos que realmente temos que atuar de outra maneira porque não estamos a conseguir passar a nossa mensagem. Só para dizer que, sim, não tivemos abertura, não tivemos acolhimento das outras direções, seja economia, seja cultura, seja ambiente, seja seguridade, não tivemos. Por isso, este segundo ano, e tendo identificado isso como sendo realmente uma fragilidade grande, este segundo ano, que é agora em 2019, a ideia é, então, encontrarmos

outra estratégia para desenvolver, porque significou que nós também não conseguimos envolvê-los ou não fomos inteligentes o suficiente para desenvolver instrumentos que os conseguissem interessar. E, então, agora este segundo ano vai ser a tentativa para envolver estas dimensões que acham que não têm uma relação direta com a pobreza, quando têm, quando, por exemplo, nós não podemos dizer que as seguridades e o transporte não têm uma relação com o combate à pobreza se são fundamentais para as pessoas por exemplo, irem da Ameixoeira, que trabalham, que têm que estar às seis da manhã, mas não têm transporte e óbvio que não têm dinheiro para pegar o transporte. A seguridade em diferentes níveis. Por isso, todos temos que estar envolvidos e, por isso, não podemos priorizar uma direção, todas elas têm que estar envolvidas da mesma maneira.

CF- E não haverá, então, em Lisboa, uma política pública, um programa ou alguma coisa que facilite esse trabalho em conjunto dos vários departamentos? Não haverá, assim, uma ação da Câmara Municipal de Lisboa de combate, de luta mesmo contra a pobreza que coloque essas pessoas todas juntas?

CC- Eu acho que a questão é que todas essas direções, e os programas que elas têm, eles têm incluído, no seu plano de ação, ações que combatem a pobreza, mas que muitas vezes não as identificam como tal. Mas, se pensarmos, que o alargamento, por exemplo, das ciclovias, se for mais para a área periférica de Lisboa, que tem dificuldades de transporte público, mas onde vive uma grande fatia da população, isso é uma ação para combater a pobreza. E até uma das propostas que foi feita nesses encontros foi, realmente, nós pegarmos o plano de governo de cada direção e nós identificarmos ações concretas que estejam a responder a uma questão de exclusão social que podem levar à pobreza, ou mesmo a pobreza que pode levar à exclusão social, porque, direta ou indiretamente, elas estão lá, por exemplo, não acessar a cultura. Nós, às vezes, pensamos que a cultura não tem nada a ver com o combate à pobreza, quer dizer, a cultura é fundamental, cultura é muito relevante. Ela certamente tem, no seu plano de governo, ações que vão responder a esta questão, que, uma vez mais, é direção [...] e nós, Observatório, e os parceiros que estão envolvidos e também a Câmara que está neste projeto conosco, tentar encontrar uma via para conseguir, realmente, despertar isso em todas as direções e conseguir, então, montar uma estratégia integrada. Não é um trabalho fácil, e nós sabemos que não é.

CF- Não é um problema de Lisboa também, é um modelo de governança das cidades.

CC- Um modelo de governança nacional, não só falando de Portugal, mesmo europeu porque há questões que são mundiais e que influenciam o local. Sendo um país da União Europeia, nós temos indicações de Bruxelas que têm implicação direta depois na ação local e que, se não estão interligadas, depois nós não vamos conseguir responder a nível local, tem que haver um... é a importância de existir uma estratégia europeia de combate à pobreza, mas não tendo sido possível ela existir, pode existir pelo menos uma nacional, que também ainda não foi possível. Então, nós estamos indo aos poucos, uma local e com as coisas que o local pode fazer, que são muitas. Por exemplo, na questão da habitação, Lisboa tem um conjunto de políticas públicas locais muito relevantes, por isso é possível, a nível local, definir algumas estratégias que combatam, no território específico de Lisboa, as questões da pobreza e da exclusão social. Tem que existir, pensar uma definição distinta ou repensar o existente. Nós vimos que,

em algumas áreas, já foi repensado. Por exemplo, na área das pessoas em situação sem abrigo, foi criado uma outra definição que antes não existia, que agora pretende-se que seja integrado entre várias organizações que estão expostas a pessoas sem abrigo. Por isso, é possível, a vontade, realmente, é colocar todas as organizações em sintonia. Uma geringonça nesta dimensão. Iniciamos nesta dimensão, de combate à pobreza.

CF- Agora, sobre essas ferramentas digitais, me fale um pouco. As infografias, eu achei ótimas.

CC- Sim, nós somos um bocado arcaicos...

CF- Olha que não são, comparando a outros observatórios, o vosso é bem-apresentado. Porque, assim, também tecnologia digital não é só você ter um site e ter informação lá, mas é como você utiliza várias outras ferramentas.

CC- Sim. Isso também são expectativas que nós criamos, eu, desde que entrei aqui no Observatório, sempre achei que tínhamos, realmente, que comunicar de uma maneira mais visual, porque eu acho que o visual é muito... as pessoas captam muito mais o visual do que ter os relatórios de 100 páginas.

CF- É mais inclusivo, né?

CC- Muito mais, mais universal. Permite as pessoas aceder aquela informação, mais pessoas do que o relatório, que quem tem interesse naquela área vai ler, mas quem não tem interesse não chega. Por isso, nós tentamos e eu dizer que acho que é rudimentar porque eu gostava que fosse muito mais, porque vivemos nesta era da tecnologia, mas nós não temos realmente recursos. Ou então é redirecionar os recursos e diagnosticar que isto é uma área de atenção que nós achamos que é relevante e apostar nela. Estamos a fazer tentativas para que em 2019 seja mais. Então, o que eu posso dizer das ferramentas digitais? Para além do site, que foi bastante alterado, desde 2011 que está muito diferente. Podia estar muito melhor, sim, é verdade, as coisas podem estar sempre muito melhores. Mas, nós temos, então, aqui no nosso site, o retrato de Lisboa, onde temos o tópico de Lisboa em números. Como eu disse, toda a informação que produzimos é informação aberta e nós disponibilizamos sempre no nosso site. Nada é pago e nem nos faz sentido atuar dessa maneira, não é assim que as coisas se resolvem. Então, por exemplo, no nível quantitativo, temos, aqui, uma série de dimensões no retrato de Lisboa que nos permitem aceder os tais indicadores de que eu falei há pouco, que compilamos das diferentes fontes. Nós recebemos das fontes, sistematizamos os dados e criamos uma base de dados, tendo em conta as limitações financeiras que temos, e também técnicas, porque nós somos duas sociólogas aqui, no Observatório, apesar de sermos muito despachadas, não somos o suficiente para conseguir realmente elaborar ou desenvolver produtos tecnológicos muito a frente, como é óbvio. E temos a comparação, temos a Fundação Manuel dos Santos que tem realmente muitas coisas interessantes, mas não podemos comparar aquilo que não é comparável, os recursos são muito distintos. Quem sabe um dia consigamos chegar...

CF- Mas o importante não é...

CC- Não é o marketing.

CF- É, não é ser capaz de usar tecnologia de ponta, é ser capaz de usar uma tecnologia que alcance o seu público, o seu propósito.

CC- Sim, por isso nós criamos, exatamente tendo em conta os profissionais que queremos atingir e que sabemos que alguns deles também têm algumas limitações no acesso à tecnologia, ok, vamos tentar criar coisas mais simples, para que realmente consigam aceder. Por isso, o que nós fizemos, por exemplo, neste caso concreto da informação e de passar a informação, foi construir, aqui, um ficheiro em Excel e torná-lo intuitivo, de maneira que as pessoas chegassem aqui e pudessem abrir o ficheiro e perceber a tecnologia. E, então, conseguimos, num ficheiro único, as pessoas terem acesso a indicadores, por exemplo, neste caso em particular, desde 2008 até 2018. Então, por exemplo, vamos ver aqui 2015: clicar em 2015 e ter um índice com um conjunto de indicadores relativamente a este ano em dados absolutos, depois tem, também, em dados tratados, em termos percentuais, em termos de variação do trimestre, por exemplo. Clicar, aqui, no indicador, e passar então para os números.

CF- Isso é bem interessante.

CC- Os inscritos por género e tem, aqui, esta área digital de dimensão geográfica distinta, Portugal, a área metropolitana, distrito e as freguesias. E conseguimos olharmos, numa única folha, conseguimos ver a evolução, por exemplo, trimestral, e voltamos aqui para o geral. E conseguimos ver, por exemplo, 2018 que é mais atual, é gerar o mesmo indicador... pronto, neste caso, só temos relativamente ao primeiro trimestre, porque agora vamos receber do segundo e já temos informação do terceiro. Mas ir atualizando para que as pessoas possam, depois, aceder. Voltando aqui atrás, por exemplo, na proteção social é igual. Temos aqui a proteção social, proteções ao desemprego. E, aqui, temos também um período mais longo desde 2005 até agora. E de lá, é o mesmo, descarregamos, e as pessoas podem guardar este ficheiro. Pronto, podem guardar ou podem meramente consultar e não guardar, isto depende da utilidade que cada um quer fazer. Exatamente a mesma coisa: clicamos, vamos, aqui, em números oficiais de prestação de desemprego por género, idades e, aqui neste, não temos escolaridade, não tem esta informação. Pronto, aqui é o indicador, temos por trimestre e, neste caso, temos o total do ano. Claro que podia ser muito melhor, podíamos conseguir chegar aqui, selecionar, poderíamos ter gráficos, por exemplo, e uma série de outras coisas.

CF- Mas essa base já é bem interessante e muitos não disponibilizam algo assim, ou seja, vocês já estão a frente com essa base de dados.

CC- Sim. Então, o que nós fizemos? Criamos um documento que fosse uniforme, porque a questão da imagem é importantíssima. Temos documentos distintos, achamos que não fazia sentido, em termos de imagem. Então, criamos um layout para alguns... não dá para todos os indicadores porque, às vezes, tem dimensões que nem todos têm. Mas, normalmente, será mais ou menos nas mesmas cores, só para tornar a imagem mais uniforme. E é assim que trabalhamos, neste caso dos dados quantitativos e que estão, aqui, no nosso site. Só para mostrar os dados mais micro: por exemplo, aqui, clica em apoio de emergência e vou aqui. Estes dados mais micro, e também tendo em conta que, tirando a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, os outros dados são anuais, porque os profissionais que trabalham, por exemplo,

no Banco Alimentar de Lisboa, na AMI, não têm disponibilidade para rever a informação trimestralmente, então, portanto, nós pedimos anual, porque também tem atenção a essa especificidade das organizações. A nossa ideia não é sobrecarregar as pessoas, nós até dizemos “envia-nos a informação como vocês têm e depois nós tratamos, nós queremos é que nos enviem”. Então, por exemplo, aqui, o Banco Alimentar é o envio anual, por isso, agora, em 2019, vamos pedir o ano 2018. Aqui é mais ou menos igual, não está por anos, porque achamos melhor fazer por indicador. Então clicamos no indicador e temos, aqui, a série cronológica que nós temos até 2017, isto é da freguesia, mas depois temos, aqui, do conselho. Temos do conselho de Lisboa e das freguesias todas. Outra barreira que pode ser considerada barreira é o fato de ter havido uma reforma administrativa.

CF- Das freguesias, né?

CC- Das freguesias. Algumas juntaram-se, tem nomes distintos. E fez também com que nós pensássemos o que vamos fazer, já não dá para comparar, então o que vamos fazer? Portanto, em alguns casos, foi manter as freguesias, por exemplo, alguns organismos mais estatais fizeram esse trabalho de organizar as freguesias e os dados anteriores, poderem agrupá-los. Mas, por exemplo, no Banco Alimentar, não foi possível fazer isso, portanto mantivemos as freguesias antigas e, depois, a partir de 2013, as novas freguesias. Basicamente, é isto em termos quantitativos da informação que nós disponibilizamos no nosso site. Temos as publicações, todas aquelas que eu falei há pouco, o Relatório Barómetro, que depois foi publicado em livro. Temos, então três livros. Este foi o primeiro, A Cidade Incerta, o primeiro barómetro, este foi o segundo. O terceiro está aqui, ele está disponível para downloads, todas as pessoas podem aceder a ele, tal como o livro fotográfico também, que foi produto daquele projeto fotográfico que desenvolvemos e também está aqui. Temos em físico, mas, para quem preferir em digital, nós podemos também não conseguir chegar a todas as pessoas, então está aqui disponível para elas, para descarregar. Está aqui um bocadinho porque realmente é pesado, porque tem muitas fotografias no livro. Só para exemplificar. Está aqui, a contextualização, como é que surgiu. Tem um texto que é nosso, do Observatório, tem outro texto que é do fotógrafo. O fotógrafo, também foi importante encontrarmos a pessoa certa. O fotógrafo é colombiano, mas vive a muitos anos no Rio de Janeiro e é muito sensibilizado por estas questões do mundo, em ajudá-lo, e foi importante ser esta pessoa a fazer este trabalho conosco. E, à cada fotografia, associamos um texto que ajuda a refletir e a levantar o pensamento crítico que nós queremos que as pessoas... aqui, eu fiz o texto e o Marcelo fez a fotografia, só para dizer uma coisa: a maior parte do tempo eu o acompanhei nas fotografias, mas, algumas vezes, poucas, mas algumas, não o acompanhei e veio, por exemplo, esta fotografia e, ok, o que eu vou dizer sobre esta fotografia relacionado com a pobreza? Pensava, mas não tem nada a ver, mas isto também foi interessante para mim, para me ajudar realmente ao pensamento crítico e a olhar através de uma imagem e conseguir associar ao tema que estávamos a contruir. E, aqui, neste caso, em concreto, foi olhar para a imagem, quer dizer, uma pessoa olha e vê a ponte 25, que vem a ser um símbolo para Portugal e para Lisboa, como é óbvio, mas que significa a democracia e a desconstrução de muitas coisas, e depois para a diversidade que há, por exemplo, aqui nesta minifloresta.

CF- Isso é o jardim botânico?

CC- Este é na Ajuda, no alto da Ajuda, tiraram a fotografia. E, então, por exemplo, quem foi ver a exposição, essa era a finalidade, as pessoas olharem para a imagem, porque o objetivo aqui não era fotografar a pobreza, que é, antigamente, as pessoas assistiam aquela pobreza extrema, pessoas em situação sem abrigo ou pessoas a pedir dinheiro... nada disso, é fugir desse estereótipo, que não era nosso objetivo. Mas, através das fotografias, muitas vezes, podia não querer dizer nada e ir ao encontro, realmente, de temas, também para dizer às pessoas que pobreza não é somente quem está a pedir na rua, vai muito para isso. Mas temos, então, as nossas publicações todas aqui. O Relatório que, não podemos deixar o Relatório, com dados dos censos e de comparação com os censos anteriores também está aqui para as pessoas conhecerem a cidade, e todas as outras coisas que nós temos, aqui, por exemplo os indicadores, nós temos também num livro, apesar de muitas pessoas já não usarem esse livro, porque muitos indicadores que temos aqui já estão ultrapassados, mas é possível ter um elemento histórico. Histórico por retratarem uma época e, por isso, as pessoas que quiserem ter acesso à informação mais antiga, tem aqui reproduzida. Então, este separador dos documentos são documentos nossos internos. Não são internos, estão a dizer a respeito do Observatório, mas são para fora. Locais, nacionais, internacionais, dados oficiais da pobreza. O retrato de Lisboa tem uma série também de separadores, subseparadores, tem aqui, então, Lisboa em Conversa, em Debates, é uma questão de abrir depois e também explorar mais todos os nossos encontros do Observatório e outros eventos estão aqui. Por exemplo, Lisboa em Ação, houve uma altura em que nós íamos visitar projetos locais com este intuito também de, realmente, estarmos mais perto da realidade. Então, íamos visitar uns quantos projetos locais e depois fazíamos o que nós chamamos de ficha do projeto. Aqui, o projeto Escolhas, por exemplo, este: Bola P'ra Frente. Só para dar a indicação, nós iniciamos a relação, entre aspas, com este projeto, que é um projeto Escolhas, com a Associação Nacional de Futebol de Rua, que é uma instituição que está ali no bairro Padre Cruz, e conhecemos por isto, quisemos conhecer o projeto deles. Então, vamos lá, temos uma conversa, basicamente, e depois elaboramos aquilo que nós denominamos ficha de projeto, que aqui podemos descarregar a ficha de projeto. Temos a identificação, temos os objetivos do projeto, a génese, objetivo geral, a descrição das atividades, ações por medidas e depois os resultados, os parceiros. Ou seja, conhecer o projeto, para quem quiser conhecer mais. É uma ficha simples. Mas, por exemplo, esta relação que criamos com esta organização fez com que mantivéssemos uma relação próxima e, neste projeto fotográfico, foi uma das instituições que nós entramos em contacto para saber se nós podíamos apresentar jovens, porque este é um projeto de futebol de rua, temos jovens envolvidos. E uma das pessoas que faz parte, aqui, do projeto fotográfico acabou por ser uma pessoa que é do bairro e que trabalha neste Projeto Escolhas, mas que depois é um dos categoristas do nosso livro. Ou seja, a relação que nós criamos com outros, em outros produtos, tentamos que se mantenha para depois, não só com uma finalidade concreta de beneficiar algumas coisas, mas, sobretudo, para estarmos em contacto com elas e conhecermos a realidade. E este Futebol de Rua, aqui do projeto da Associação Nacional de Futebol de Rua, foi um dos exemplos em que realmente temos uma relação próxima com eles.

CF- E esses projetos que vocês visitaram, vocês escolheram como? Eram projetos que já tinham alguma relação com o Observatório?

CC- A maior parte, nós não tínhamos uma relação em particular. Alguns nós tínhamos, ou tínhamos conhecimento de que eles existiam. O nosso objetivo é, e nesses projetos que aqui temos, dificilmente acho que esteja aqui algo que tenha uma intervenção assistencialista. Porque, para nós, e mesmo a missão da Rede Europeia Anti-Pobreza vai nesse sentido, ou seja, combater a pobreza não é só ter uma atitude assistencialista para as pessoas, aliás, muito pelo contrário, é conseguirmos ir à estrutura, ir às redes da questão e conseguirmos alterar essas redes e essas questões estruturais. Por isso, há pouco dizia que não consegui escolher uma área na Câmara Municipal de Lisboa que fosse prioritária, porque, se todas elas são... Educação, Saúde, Habitação, todas tem um poder muito forte, e o Emprego... por isso, nós íamos a projetos que tivessem, de alguma maneira, por exemplo, Orquestra Geração, de alguma maneira, através da ação que eles tinham, criar competências e dar competências às pessoas para que elas pudessem, se não sair da situação de pobreza, pelo menos dar ferramentas para que isso pudesse acontecer, é nessa lógica, a escolha dos projetos teve essa base fundamental, e de dinâmicas de desenvolvimento de território, desenvolvimento comunitário, mais nessa lógica do que ir às organizações de base mais assistencialista. Este foi um dos critérios. Este aqui, então, Orquestra Geração é um exemplo, fotográfico, de cultura. Não sei, você já deve conhecer a Orquestra Geração porque ela vem da Venezuela.

CF- Não...

CC- Mas que foi amplamente recolhida, porque, primeiro, iniciou com algumas crianças da Amadora, depois Lisboa já também assimilou este projeto e mesmo municípios de Trás-os-Montes já aderiram a esta ideia, que é, basicamente, através da música, e depois posso dizer um bocadinho mais sobre este projeto, mas, através da música, levar jovens a praticar este instrumento musical e combater o abandono escolar. Ou seja, é muito mais nessa lógica de intervenção social que nós nos identificamos, e este projeto é um projeto muito interessante. Todos os anos há aqui uma apresentação na Gulbenkian sobre a Orquestra Geração juvenil, que tocam instrumentos clássicos, muitos deles, de crianças que vivem em zonas em que é difícil o acesso a este meio, seja porque os pais não têm acesso a eles, por questões financeiras ou por também questões de educação que tiveram igualmente neste meio. Então, é uma maneira, realmente, de despertar os jovens e as crianças para outro mundo. E, aqui neste caso, em concreto, através da música. E é um projeto bastante interessante. E o primeiro foi da Câmara Municipal da Amadora, que é um município que tem muitas pessoas vindas, por exemplo, de países de expressão portuguesa, africanos. Muitas pessoas, por exemplo, depois da guerra colonial, vieram para cá, por isso é interessante este projeto. Por isso, a escolha dos projetos tem, sobretudo, esse princípio, de serem projetos que, realmente, possam provocar... O interessante também é este da vela, por exemplo, o desporto também, é o Mar de Oportunidades. Esta associação que é a associação Aporvela e a Casa Pia de Lisboa, elas desenvolveram um projeto que fez com que crianças da Casa Pia de Lisboa pudessem ter uma experiência no mar. A experiência, tudo ali foi trabalhado, trabalho em equipa, conseguir atingir

um objetivo. Tudo coisas que são fundamentais para o dia a dia, com o objetivo de diminuir o risco de exclusão social. E o interessante neste projeto foi que eles, não sei se foi nesta edição ou se foi em outra, houve a tentativa de eles de existir uma... não foi só uma vontade, foi mesmo posto em prática, de misturar crianças e jovens de diferentes classes sociais. Nós sabemos que a vela é um desporto de elites, além do acesso à vela, e a vela é naqueles barcos grandes, não é nos barquinhos que tínhamos ali no tempo. E, então, haver esse contacto entre pessoas, crianças e jovens, de diferentes contextos sociais, ajudando uns com os outros, ou seja, uns conhecendo a realidade dos outros e existir essa interação, que foi muito interessante. Por isso, é sobretudo esse o nosso objetivo com esses projetos. O objetivo é também continuar a fazer este trabalho, mas, como a equipa é pequena, substituímos... não foi uma substituição, mas tivemos que nos focar noutras coisas, mas como nós também andamos bastante na rua, entre aspas, andamos sempre tendo contacto com outras iniciativas... se alargarmos a equipa, será um dos objetivos.

CF- É como se fossem melhores práticas.

CC- Sim, nós não gostamos de chamar, às vezes, boas práticas parece que as outras não são e a verdade é que nós não conseguimos eleger “está é melhor prática que aquela”. Não, são exemplos de projetos que nós consideramos que são positivos, que foram positivos para a cidade de Lisboa. Alguns já terminaram, outros se mantêm. Esse, por exemplo, do Futebol de Rua, é um Projeto Escolhas que já se mantêm há muitos anos. Mas, nós não gostamos de chamar de boas práticas, porque, como não conseguimos conhecer todas as outras...

CF- Parece que todas as outras não são boas.

CC- Que não são, sim. Por isso, esses são trabalhos interessantes envolvidos nesta área. Então, esta parte mais digital está aqui, depois então as infografias, que foi construído este separador. Está aqui a primeira, estamos a finalizar já a segunda. Todas infograficamente já estão finalizadas, mas nós não queremos que fosse apenas uma infografia visual. Vamos aqui: ver infografia, e temos a imagem gráfica. Isto, para algumas pessoas é suficiente, temos uma pequenina análise do gráfico. Não sei se recebeste esta infografia...

CF- Se eu recebi? Não recebi, mas eu conheço de explorar o site.

CC- Ah, ok. Mas, agora, vamos para a nossa rede de contactos. Temos, aqui, uma breve explicação de cada gráfico. Isto responde a um determinado grupo de pessoas, para ele é suficiente este tipo de informação, mas, indo ao encontro do que eu disse anteriormente, nós sabemos que temos diferentes públicos e, então, achamos que era necessário termos esta infografia comentada, o que significa que é mais explorada, ou seja, para cada um dos indicadores, relacionamos com outros indicadores e fazemos um teste mais longo. E este tem bastante página, este tem 21. Mas, no final, achamos pertinente também ter umas reflexões para levar ao tal espírito crítico e então colocar algumas questões, e esta é a função destas infografias. É exatamente estas perguntas que aqui estão, e que estão aqui disponíveis, ou seja, quem quiser explorar mais, seja quem só quiser ler os gráficos e ter uma noção.

CF- E disseste que estão já a elaborar uma próxima.

CC- Sim, sim. A próxima é do emprego e desemprego.

CF- De 2018 também?

CC- Sim, mas é cronológica também, é desde 2008 até 2018, sim. Estas quatro, estamos a fazer, então, uma de desemprego, uma de educação, uma de habitação, e todas elas terão uma análise cronológica. Pois, para o próximo ano, já tendo feito essa análise cronológica, temos que explorar outras dimensões, por exemplo a saúde, então, porque os indicadores são muito difíceis de se ter, ou então especificar algo, por exemplo, as prestações sociais. Então, algumas estão diluídas aqui, algumas destas dimensões, mas poderá ser interessante fazer uma sobre prestações sociais, por exemplo. Mas, temos que pensar mais seriamente sobre isso, sobre o que podemos fazer. Depois disso, também, já está a ser... ontem, nosso gráfico também nos enviou um e-book destas infografias, destas quatro. Ou seja, vamos também disponibilizar o e-book, onde as pessoas podem ver todas, visitar e ver uma a uma, temos lá, é um livrinho digital, em que temos aquela possibilidade de imprimir também, pode ser impresso ou digital, para responder, então, também a todas as necessidades. E a ideia é fazer um evento público, onde publicamente apresentamos as infografias aqui do retrato de Lisboa. Essa é a ideia. Queríamos que fosse até o final do ano, mas parece que vai ser difícil. Ah, temos um Facebook, mas se você visitou a gente, já tem. Mas também é um instrumento que nós utilizamos para comunicar para mais pessoas. Ainda agora publiquei, aqui, uma coisa, por exemplo, sobre esta apresentação deste livro que pareceu interessante sobre 200 anos de políticas de habitação, o que vai acontecer, e também publicamos aqui no Facebook, seja eventos, externos e internos, seja notícias, porque saem tantas coisas. Acaba por ser... não temos, assim, muitos amigos, temos cerca de 3 mil.

CF- 3 mil é bom.

CC- É uma aposta, para mim, uma aposta no futuro, se eu fosse ter que falar isto, para mim a aposta é na comunicação. Mas, nós já temos coisas muito interessantes e tivemos uma reunião este ano já com uma equipa de uma empresa de comunicação em que eles nos deram esta indicação de que já temos produtos muito interessantes, agora basta comunicá-los de maneira correta e é essa parte que nós não estamos a fazer ainda.

CF- Acho que esse seria então um desses maiores desafios para vocês.

CC- Sim, a comunicação, sim. Comunicar aquilo... porque uma coisa que eu acho que foi muito interessante que nós fizemos foi, no encontro final, dessa estratégia local de combate à pobreza, nós fizemos um seminário final, que nós chamamos, foi em 3 de julho, que lhe chamamos o primeiro patamar para o compromisso. Nós achamos que não podia ser... foi interativo porque não foi um seminário expositivo, apesar que teve aquela parte inicial de introdução do presidente da Câmara de Lisboa, essa parte mais institucional, tubo bem, a apresentação de nossa parte dos resultados dos outros encontros, mas depois foi prático, no sentido de que juntamos as pessoas em mesas e pusemos a discutir sobre cada um dos temas, que, naquele caso, era governança, conhecimento, comunicação e avaliação, um aspecto também muito importante. Está aqui o cartaz. Aqui, depois, também pomos sobre todas as apresentações que foram feitas, estão aqui. Esta foi uma das que nós fizemos, onde faz um resumo dos dez encontros

que nós fizemos. E também a importância, já que estamos a falar de comunicação, a importância de como comunicar, por exemplo, em coisas simples, como são o *powerpoint*, que muitas vezes são... não estou a dizer que é o ideal aquilo que nós temos, mas, às vezes, há coisas, no caso, difíceis de passar a mensagem. Por isso, a importância com a imagem e com a comunicação realmente está aqui no nosso “a ver”. E, o que eu ia dizer? Ah, e nós sentimos a necessidade de que não podia ser, de que estava a ser uma coisa muito aos altos, que tínhamos realmente... é aquela questão do integrado, tínhamos que passar essa mensagem, então, em uma semana, fizemos um vídeo, onde juntamos pessoas das diferentes áreas que nós achamos relevantes e fizemos este vídeo, com a finalidade de passar a mensagem de que o combate à pobreza não é uma questão só de uma dimensão, não pode. Por isso é que estamos como estamos. Esta sociedade sendo composta por várias dimensões, também elas fazem parte, por exemplo, o ambiente, que às vezes pensamos que não tem nada a ver, o ambiente, por exemplo, em questões alimentares, é fundamental, no acesso à alimentação. Então, falamos com algumas pessoas, e que também fez com que nós nos relacionássemos com pessoas que nós não costumamos relacionar, que não estão no dia a dia. Por exemplo, este engenheiro, o conhecemos de outros contextos, então, ok, o buscamos. Este médico, por exemplo, em Portugal, ele já está muito envolvido nestes problemas e nestes projetos sociais, mas foi interessante ele também participar. Por exemplo, áreas que não são... por exemplo, a mobilidades, uma área também que, muitas vezes, não a trazemos para esta discussão e que... nessas coisas mais importantes, a educação, como está por ser, a cultura, a música, a habitação, trazemos aqui também a arquiteta, ela é arquiteta, um do Banco de Portugal, um jurista... este que está, por exemplo, direto, que acessa a instituição... que é tão importante. Pronto, depois no final, ou seja, apresentamos no início e quisemos que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa estivesse e ouvir isto, não sei se ouviu, mas com esta mensagem, no final, de que sendo fundamental para a sociedade aquelas dimensões todas, então é fundamental para a erradicação da pobreza. Pronto, este é outro meio digital ou visual que nós utilizamos e que achamos que tem que ser por estas vias também a universalização do conhecimento desta área tem que, através dos instrumentos utilizados, tem que ser... Também temos que notar que nosso canal do YouTube... Ah, outra coisa também que nós tivemos no projeto, não sei se vai conseguir assim, porque o site ainda não está com a ligação direta. Mas, nós também temos o canal do Youtube. Aqui, temos entrevistas com vários atores da cidade. O objetivo, em este canal do YouTube, é estarem os vídeos... Na altura, o Ricardo Robles era vereador ainda. Aqui estão todos. O Sérgio Aires também era o diretor do Observatório e também já tínhamos entrevistado o anterior, vereador dos direitos sociais, que é o João Afonso. Aqui, a ideia era entrevistar, em primeiro lugar, os financiadores. Aqui, a Paula Guimarães que é da Montepio. Temos o tal vídeo que eu mostrei agora e temos, por exemplo, o vídeo do livro fotográfico que também fizemos e que está um vídeo bem interessante que dá para perceber a relação que criamos com as pessoas. E tudo isso para dizer que também é uma ferramenta digital. Tem, aqui, a entrevista com o Sérgio Aires, se alguma coisa não ficou claro nessa entrevista aqui conosco, ele, nestes vídeos, fala muito sobre o antes e agora o propósito do

Observatório, em algum deles, é só abrir e ver os titulozinhos. Este é o vídeo um, conta porque foi criado o Observatório, está aqui mais bem explicado, se quiser ver estes vídeos mais aprofundados.

CF- Vou assistir, sim.

CC- Aí, a longevidade do Observatório. Qual é que é o outro? A prioridade no combate à pobreza, e a Estratégia Local Integrada Combate à Pobreza Lisboa. Em todos os entrevistados aqui fizemos perguntas, as mesmas perguntas, pois alguns salientaram algumas coisas que outros, então..., mas, sobretudo aqui, a do Sérgio Aires, se quiser explorar um pouquinho mais.

CF- Está bem. É fixe, vou ver, sim.

CC- Ou então mesmo a relação que temos com outros parceiros, então, pode ser interessante ver qual é a opinião deles relativamente ao Observatório. Há sempre um vídeo que fala que esta parceria, por exemplo, entre Câmara e Observatório, porque é importante. Isso pode ser importante para a tua pesquisa. Isso eu posso até depois enviar o link, acho que é mais fácil, porque não tem no nosso site um canal direto.

CF- Mas está público esse canal no YouTube? Eu posso entrar no YouTube e jogar o vosso nome.

CC- Sim, sim, pode ser mais difícil, mas eu posso enviar já, é mais fácil.

CF- Olha, para finalizarmos aqui também, já saindo das minhas perguntas iniciais: vocês são um observatório criado pela Rede Europeia Anti-Pobreza, a representação de Portugal da Rede Europeia Anti-Pobreza, há algum reatamento, alguma troca entre o que vocês fazem aqui em Portugal e Lisboa com o restante da Rede Europeia, com outros observatórios, outras pesquisas que são feitas?

CC- Os outros observatórios, eu não sei. Acho que a Espanha tinha um, que está situado na Catalunha, mas que não pertence à Rede Europeia local espanhola. Nós temos sempre relação com a instituição europeia nestes tempos, aliás, ainda agora, vai haver um encontro europeu de pessoas em situação de pobreza, onde se encontram todas as pessoas em situação de pobreza, porque a Rede Europeia Anti-Pobreza, Portugal e todas as outras, tem um grupo de pessoas que estão em situação de pobreza com as quais desenvolve trabalhos, fazem propostas, vão, em todos os anos, à Comissão Europeia apresentar quais é que são as propostas que eles têm para os problemas que eles vivem. Essa é uma das linhas que a Rede Europeia Anti-Pobreza tem, de envolver os cidadãos, de envolver as pessoas na resolução dos seus problemas, só assim que faz sentido. Em termos do Observatório, pode-se dizer que eles têm uma coisa que acho que, com observatório, tem são as redes que acabam por ser como observatórios informais, que uma estrutura formal de observatório não tem. Aliás, mesmo na Europa, existe, acho, o Observatório Francês, que é um observatório nacional e de governo, o tal Catalão, mas que acho que está distante de ser parceiro... não sei qual mais, eu ia falar mais dois, que agora não sei em que país é que são. Mas, não há, assim, uma cultura muito de observatórios, e então, em todos aqueles anos de crise em Portugal, nós acabamos por ter alguma... não vejo como utilizar a palavra sorte, mas, na altura desses anos, 2013, 2014, uma grande eliminação de observatórios, por achar que não fazia sentido nenhum, porque, realmente, o conhecimento era visto como não sendo prioritário, porque era uma ideologia de... mais liberal, que não identificava como sendo necessário. E nós do Observatório de

Lisboa, também não sendo um observatório público, sendo uma organização não governamental, talvez por isso tenhamos uma...

CF- Uma autonomia.

CC- Essa autonomia é muito importante de ter, e independência, porque então conseguimos sobreviver a esta época mais instável. Mas qualquer outra questão que não tenha ficado... eu sei que, às vezes, nós saímos daqui e pensamos “aí, devia ter falado isto ou aquilo”.

CF- Pois é, é verdade. Eu escrevo para vocês, eu telefono.

CC- Sim, sim, nós estamos disponíveis para qualquer outra questão que possa ter. Uma coisa muito importante que queremos também deixar aqui é que, para nós, vamos imaginar que esse Observatório do BIP/ZIP vai existir, não nos faz sentido que exista sem existir uma articulação, por exemplo, conosco. Acho que faz todo o sentido existir uma articulação, até porque muitas das coisas, dos instrumentos que acabamos por ter acabam por ser interessante aplicar no contexto BIP/ZIP. Até, neste ano, com este protocolo com o município de Lisboa, um dos nossos propósitos é exatamente também esse, realmente perceber o que estes projetos do BIP/ZIP, qual é que foi o impacto, porque já existe há bastante tempo, já existe há uma década.

CF- Desde 2012, sim.

CC- Então, perceber realmente qual é o seu impacto no território, e essa articulação, para nós, é fundamental.

CF- Para nós também. Eu tentei passar essa mensagem lá no evento da Rede da LBC, quando eu fui falar, há uma vontade da equipe do Miguel de implantar um observatório enquanto uma ferramenta até para eles, que é necessária. Essa minha pesquisa, do ISCTE, a gente também tenta provocar que esse observatório aconteça, mas eu, enquanto investigadora, não tenho poder nenhum em relação a isso e assumo um risco enorme aqui na minha pesquisa, porque uma pesquisa tem um tempo, então tenho três anos para fazer o doutorado e esse observatório pode não acontecer ou acontecer antes. Enfim, eu não tenho controle sobre isso, mas tenho todo o interesse porque, também enquanto investigadora, é uma sorte ou alguma outra coisa melhor, é contribuir para uma coisa mesmo ter um resultado concreto da pesquisa e isso, para mim, seria maravilhoso, então estou lançada nesse propósito, mas não tenho controle sobre isso.

CC- Mas, aí, com o Observatório de BIP/ZIP, para vocês, a informação é mais ainda micro, os dados por bairro, por subsecção estatística, com ideia de temas, e que pode ser possível isso acontecer, aliás, acho que o BIP tem acesso a alguma dessa informação, dados por subsecção estatística, porque tira dados de porteira, isso é realmente avançar muito na investigação de conhecimento, que é fundamental, mesmo num bairro, nós temos que os bairros, até eles próprios, são distintos entre si, por isso saber essa informação, esses microdados por subsecção estatística e por quarteirão seria muito positivo acontecer.

CF- Sim, esse é um dos grandes problemas que eu tenho percebido, não só em observatórios, mas em outras plataformas, a dificuldade de concatenar os dados que, às vezes, são oferecidos só em uma escala

e não noutra, ou em várias escalas e ter que juntar isso. Mesmo aqui em Lisboa já me confrontei com problema do tipo: determinado tipo de dado só existe na escala metropolitana.

CC- Por exemplo, o PIB só existe.

CF- Pois é, que é uma coisa essencial.

CC- A taxa do risco de pobreza só existe em nível nacional, por exemplo. Não existe em nível nem sequer da região, o que, só temos dados de 2016, ou seja, não são mais do que 2016, já estamos quase em 2019, é sempre dois anos antes, com atraso de dois anos, dizem que o quê? Temos 18,6% de pessoas em situação de pobreza em Portugal, mas na região, por regiões, não sabemos esta distinção.

CF- E há grandes diferenças de uma região para outra.

CC- Sim, há muitas. Por isso é que nós, enquanto Observatório aqui da cidade de Lisboa, quisemos, então, ir à procura destes microdados. Muitas pessoas ligam-nos e dizem-nos: qual é que é a taxa de pobreza na cidade de Lisboa? E nós não temos essa informação, mas podemos dizer que, realmente, outros indicadores nos dizem que há uma vulnerabilidade muito grande, por exemplo, no grupo etário dos jovens, crianças e jovens, porque temos o RSI, o Rendimento Social de Inserção, que é aquele apoio que as famílias recebem quando o seu rendimento está abaixo de determinado valor, em que chega a 40% das pessoas que recebem o RSI tem menos de 18 anos. Sabemos que esse é um público, realmente, muito vulnerável e sensível. Sabemos também que, por exemplo, a faixa etária dos 50 a 59 anos, que também é uma faixa etária que tem uma percentagem elevada e que tem vindo a crescer de Rendimento Social de Inserção, são pessoas que certamente já não vão conseguir integrar novamente no mercado de trabalho, algumas já trabalham, porque o RSI não é só para desempregados, 10% das pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção são trabalhadores, mas são trabalhadores pobres, estão no trabalho...

CF- Precário.

CC- O trabalho está a exercer sua função de integração social, apenas. Mas, conseguimos, então, com esses microdados, identificar pelo menos grupos que estão em risco. Só para dizer, por exemplo, quase metade das crianças do ensino público do primeiro ciclo aqui de Lisboa recebem o apoio social do estado. Isso significa, então, que as crianças que frequentam a rede pública de ensino, realmente estão em situação de pobreza as famílias, pois nós vemos que tem que realmente ter um rendimento muito baixo para ter acesso ao apoio social do estado. E são estas especificidades que os microdados nos conseguem permitir olhar para o território de maneira distinta de que, por exemplo, só o indicador de taxa de pobreza nacional não nos permite. Então, é essa a vantagem.

## F. ENTREVISTA A BRIAN MORAN

Entrevista realizada a Brian Moran, investigador do projeto *Building City Dashboard*, que coordena o *Dublin Dashboard*, realizada via e-mail, no dia 31/10/2018.

[Legenda]

CF - Ana Carolina Carvalho Farias

BM - Brian Moran

CF - In what context was the platform created?

BM - The Building City Dashboard project came about from the Programmable City Project (which was a research project also in Maynooth University). This was set up to investigate the relationship between networked digital technologies and infrastructures and urban management and governance and city life. In particular, it was concerned with how cities are increasingly being translated into code and data, and how these code and data are being used to transduce how we understand, manage, work and live in the city and to produce ‘smart cities’. One of the outputs was the Dublin Dashboard. It was built to provide citizens, public sector workers and companies with real-time information, time-series indicator data, and interactive maps about the city that aids everyday decision making and fosters evidence-informed analysis.

CF - What are the objectives of the platform?

BM - The Building City Dashboards project focuses on solving 3 fundamental sets of problems (re: data, visualisation, analytics/ modeling) related to the creation of urban dashboards. It is designed to make fundamental advancements in the underlying science of urban dashboards and associated geocomputation and to apply those ideas and solutions in the applied setting to create live dashboards that improve city services, urban governance, and engages citizens in local issues. A breakdown of the 3 main research areas are:

Data problems: establishing and ensuring data quality and veracity; dealing with ecological fallacies’ creating and implementing new data standards; handling and combining varied datasets (structured, semi-structured and unstructured data); processing and archiving real-time data; producing new official statistics based on big data.

Visualisation and interaction problems: producing effective visualisations and visual analytics’ creating optimal visualisations for different devices and platforms; developing augmented reality and alternative data presentations; improving user experience and social interaction with data.

Analytics/ modeling problems: moving beyond visual analytics to perform data analytics, statistical modeling, and generate and evaluate predictions, simulations and optimisations.

All the outputs will use open source data, and the apps and tools will be developed with open source software and the code will be open source.

CF - How do citizens participate in the platform?

BM - That is up to them really, we hope they would use it for getting information about the city, like the traffic, pollution, or house prices but we also hope they will engage in

3 personas developed from interviews with citizens, with increasing levels of experience in using dashboards and other data analytic techniques. They are novice user, primary end-user and advanced user. This way when we are developing new tools, maps or themes they should be able to be used by the 3 personas. They will use the dashboard for very different reasons so we must make it easy for each one to navigate the dashboard. We also hope that the novice users will be able to learn how to use these tools in time.

Hackatons | Local Council Workshops | Outreach workshops

CF - What are the practical results of the work carried out (implications in the territory)?

BM - Smart cities are using open big data to inform and engage citizens of current situation in their city and also enabling city managers to better operate public services by improving their decision making through the sharing of information in real-time. City dashboards are considered a critical infrastructure in communicating this information to the users. In this context, Dublin Dashboard, with the primary focus to be a tool for interacting with urban data, is a collection of real-time and non-real-time data for Dublin City.

CF - How important are digital tools (and what tools are used for what purposes)?

BM - It aims to develop new tools that extend beyond data visualisation tools to provide robust data analysis and decision support frameworks that can be used by experts and citizens alike.

Urban data visualisation | Interactive maps | VR, AR, architectural models | Spatial modelling and analytics.

CF - What are the biggest challenges in deploying the platform?

BM - One of the hardest challenges to overcome is getting good data, that is data that is open, with good meta-data, that is easy for us to use, the data set itself is in a machine readable format and ...  
Completeness, validity, accuracy, coverage and metadata.

## G. ENTREVISTA A ANTÓNIO LAFUENTE

Entrevista a António Lafuente, pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha, fundador do *Laboratorio del Procomún*, do *Medialab Prado* (atualmente *Matadero Medialab*), realizada em 04/10/2018, no VFABLAB, Iscte-IUL, em Lisboa [45min53s].

[Legenda]

CF- Carol Farias

AL- António Lafuente

AL- Ha habido una reestructuración el año pasado obligada por la empresa que gestiona todos los espacios culturales del Ayuntamiento de Madrid, uno de ellos es Medialab, pero hay otros más. Y entonces el laboratorio Procomún dejó de ser un espacio separado o especializado en el procomún porque de alguna manera todos aceptamos que todos los laboratorios son del procomún, que la idea del procomún es la que articula...

CF- Es transversal a todos los otros

AL- Eso. Y eso no ha sido porque yo me haya empeñado o se había empeñado Marcos, es que el tipo de usuarios de Medialab es un tipo de usuarios muy comprometidos con la idea de Procomún y todos los proyectos tienen siempre un enfoque Procomún, como también todos los proyectos tienen un enfoque de género y lentamente todos los proyectos también tienen un enfoque ocupa, o sea, son inclusivos, por eso yo creo.

CF- Fales um pouco, por favor, em que contexto foi criado o Laboratório Procomún. Não sei se foi junto com o Medialab já de início ou se foi depois.

AL- En Madrid, hay una cosa que se llama Tabacalera.

CF- Sim, fui lá. Muito interessante.

AL- Tabacalera nació en algún momento, era un edificio que estaba vacío y no tenía ninguna función y muchas personas de Lavapiés, de ese barrio, pues estaban preguntando qué hacer con Tabacalera. Y, entonces, como parte de ese “¿qué hacer con Tabacalera?”, nos invitaron a algunas personas, a muchas, a participar en unas charlas que se daban en la plaza pública, en medio de la calle, intervenía pues quién pasaba por la calle.

CF- Em frente à Tabacalera?

AL- En la plaza del Casino de la Reina, que está ahí al ladito de la Tabacalera. Es un lugar muy bonito. Entonces, a mí me invitaron a una de esas charlas y entonces yo estaba preocupado por pensar qué utilidad darle a un edificio tan gigante, que no fuera un museo, o sea, un lugar de repositorio de cosas, sino un lugar de experimentación. Entonces, como pensar en el aire, como pensar en el agua, cosas que

no caben en un edificio, como pensar el genoma humano, como pensar el cuerpo relacional, que tampoco está en un sitio. Y ahí sí fue cómo se me ocurrió la idea de pensar es edificio como un espacio de experimentación, un laboratorio, que, en los laboratorios, si, cabe el aire, en los laboratorios, si, cabe lo interrelacional, en los laboratorios caben esas cosas. En los museos no, pero en el laboratorio sí. Ahí fue donde se me ocurrió llamarle Laboratorio Procomún y entonces Marcos, que era director de Medialab, lo escuchó y me llamó y me dijo: ¿porque no lo creamos, el laboratorio, aquí en Medialab? Y yo dijo: si, vamos. Y así fue como nació.

CF- Isso foi em que ano?

AL- Creo que 2007.

CF- Já tem um bom tempo de trabalho.

AL- Si.

CF- O Medialab também é uma coisa do Ayuntamiento?

AL- Sí, es del Ayuntamiento, pero depende, ahí, en caso de Madrid, depende de cultura, de la concejalía de cultura, de la dirección general de cultura. Las concejalías de participación son una novedad en España y eso es interesante, porque les han dado un presupuesto y han podido partir de cerro, sin funcionarios, sin cargas previas, y han podido diseñar desde la nada y han optado por desarrollar cosas en espacios como el Colab, que es nueva creación, o en Medialab, que ha investido mucho en el laboratorio de Participalab, que tiene una actividad gigante y está muy prestigiado internacionalmente. Son los que están desarrollando eso en Madrid y todas las otras herramientas asociadas.

CF- Isso de Madrid partiu do Participalab?

AL- Do Participalab. Y las comunidades propositivas son también una iniciativa de Participalab y los presupuestos participativos en la forma que se están articulando vía internet también son otra iniciativa de Participalab. También son una iniciativa de Participalab estos grupos, Foro de la Innovación que es por sorteo, ahí se está mucho desarrollando la idea de democracia por sorteo y hay muchas evidencias alrededor de la idea de que no es ninguna idea estúpida pensar en formas de participación donde los electos son por sorteo.

CF- A democracia começou mais ou menos assim na Grécia, não?

AL- Sí, exacto, la inspiración viene de ahí, es muy distinto en el momento actual, pero sí.

CF- As mulheres podem participar hoje.

AL- Exacto. La inspiración viene desde ahí y ellos son iniciativas de Participalab que están financiadas por la Concejalía de Participación, justo porque han recibido un presupuesto que no tenían en qué gastar y han decidido poner todo el énfasis en desarrollo de herramientas para la participación.

CF- No Procomún, o objetivo seria mais imaginação do que participação?

AL- Yo comparto de gran parte do que ha dicho Arancha, pero yo creo que, en Medialab, estaban muy preocupados por la presión finalista, también los políticos y la administración, en termos generales, no creen en la experimentación. La administración pública no ha sido diseñada para experimentar, no saben experimentar y, cuando experimentan y fracasan, piensan que ha habido un despilfarro de recursos, una

mala planificación, una irresponsabilidad. Pues experimentar es algo mal visto y tienden, entonces, a lastrar todos los proyectos con una visión finalista, que, a mi juicio, casi siempre es simplificadora, reductora de la realidad y, por tanto, hay una pérdida de capacidad para mover los proyectos heterogéneos, plurales, diversos, para enseñar otras formas de vivir juntos, otras formas de relacionarnos entre nosotros. Y el Procomún sería, para decirlo de una manera muy rápida, sería todo aquello que hacemos entre todos, lo público serio lo que hacemos para todos y lo común, entre todos. Y ese entre todos tiene una complejidad muy grande, porque implica ser capaces de vivir juntos, implica ser capaces de aceptar la heterogeneidad cómo un activo, pero eso prolonga los plazos y, probablemente también, los costos de los procesos. Y además, como es entre todos y nunca estamos todos, empezamos unos cuantos, los procesos tienen que quedar abiertos, y al quedar abiertos, no se pueden cerrar y, al no poder cerrarse se ponen en el verso a los gestores públicos que quieren resultados, pues también la introducción de lo común introduce una tensión muy interesante, muy creativa, a veces problemática, a veces demasiado problemática, pero, a mi juicio, imprescindible y es el rasgo de singular más importante que tiene lo que ocurre en Medialab, porque, en realidad, cuando tú vas a todos otros espacios, todos son iguales, todos tienen el mismo tipo de mobiliario, todos tienen las mismas impresoras 3D, todos tienen la misma estética, incluso la personas que van allí se visten de forma muy parecida y prolifera los arquitectos, los periodistas y los ingenieros, y es una fauna muy similar. Y lo que distingue Medialab de todos esos espacios es esta cosa de poner lo común cómo un concepto vertebrador y, por tanto, aceptar que la complejidad y la experimentación son imprescindibles y eso crea tensiones.

CF- Com certeza. E acho que já entro uma resposta da minha próxima pergunta que é: de que maneira se dá a participação dos cidadãos no laboratório? Acho que já falaste um pouco, mas como o projeto começa e como vocês criam essa comunidade, o que você acha que estimulam a acontecer.

AL- Llamamos ciudadanos a todos los que se inscriben en los proyectos de Medialab. Digamos que usuarios, y hay muchas portas de entrada a la condición de usuarios. Uno es por convocatorias, pero otros son de forma espontánea y se ofrece hospitalidad. Y siempre hay una duda acerca de si se podría hacer más para acercarse a las personas que están alejadas del mundo de Medialab, si Medialab podría tener políticas proactivas para intervenir en los espacios de conflictos, para intervenir en los espacios donde están logrados los problemas. Ese horizonte que plantea esa pregunta que implicaría desplegarse en el exterior de Medialab, en los muchos exteriores de Medialab, de una forma operativa, es algo que siempre está presente y que siempre también está lejos de las propuestas. Está presente porque la mayor parte de los usuarios de Medialab tienen esa preocupación y traen proyectos que ellos creen que interpretan los problemas que tiene el mundo real, en ese sentido, las preocupaciones son muy cercanas, están muy presentes, y está muy lejano porque siempre esos problemas llegan a través de mediadores, nunca llegan directamente los concernidos, siempre llegan artistas, ingenieros, arquitectos, abogados, que conciben un proyecto que interpreta problemas externos para someter a experimentación dentro. En ese sentido, digamos que, eso, a mí me ha parecido que tu nombre es ciudadanía, pues es algo que, de un lado, está muy cerca, muy en el corazón de Medialab y, de otro lado, está muy lejos y nunca estará

dentro de Medialab. Las dos respuestas serian posibles, si estoy optimista y positivo, te diría que esas son las problemáticas que constituyen Medialab, y si estoy pesimista y deprimido, yo te digo que nunca esas problemáticas llegarán a Medialab, porque, finalmente, Medialab es un sitio que está en el centro de la ciudad, que acoge a gente que tiene tiempo libre, ocio, que generalmente vienen de familias acomodadas, que han hecho estudios, que hablan idiomas, que han viajado por el mundo y otro tipo de gente no se ve nunca o se ve muy poco.

CF- Há um nicho específico de pessoas que atendem a esse chamado dos laboratórios, dos fablabs, dessas plataformas.

AL- Sim, Medialab le pone cómo condición a todo ese mundo que ahora va a Medialab, es que tienen de participar y crear y construir la cultura libre, la cultura colaborativa, la cultura abierta. Esos serian elementos configuradores nuevos que son típicos de esta nueva cultura hacker y qué no lo eran de la cultura de voluntariado, de la cultura de la benevolencia, digamos. Cómo también, Medialab, cómo un espacio de producción, no es un espacio de reflexión ni de discusión, sino un espacio de producción. Eso también me parece interesante porque hay ahí pocos debates políticos y hay muchos debates técnicos, y eso también me parece un rasgo muy innovador, muy diferenciado.

CF- E como achas que o laboratório incentiva a cooperação entre os vários atores ou cidadãos, ou usuários, nessas tipologias diferentes. Já disseste alguma coisa sobre a coisa da mediação, há os artistas, os arquitetos, há as comunidades que entram menos dentro do Medialab. Como vocês articulam essa interação entre eles?

AL- Hay una herramienta que es principal y hay algunas accesorias. Dos herramientas principales. Una es la convocatoria, que se divide en dos partes: hay una convocatoria de proyectos y se eligen los mejores y, luego ahí, una vez elegidos los proyectos, una convocatoria de colaboradores, pues quien quiera libremente se apunta al proyecto que le interesé y se selecciona a los colaboradores en función de sus capacidades, porque se busca que haya una cierta paridad de género, una cierta paridad también de capacidades, y más o menos se vertebran equipos que tengan la heterogeneidad necesaria para que de ahí pueda surgir algo. Eso es una forma de asegurar la conformación de colectivos abiertos, no de grupos que ya se conocen y que están encantados de conocerse, sino justo lo contrario. La otra herramienta es la mediación. Los mediadores son también investigadores, tienen la doble condición de ser gentes cuya función es generar algo nuevo, en tanto que investigadores, pero con la condición de que ese algo nuevo que crean involucrase alrededor de una comunidad, entonces operan en este doble rol de investigadores y mediadores, y ese también es un mecanismo de captación de heterogeneidad y de capacidades diversas.

CF- E como achas que essas ferramentas e essas práticas contribuem para o empoderamento das pessoas das comunidades atingidas por esses projetos e essas reflexões?

AL- Parece un milagro, pero cuando se pone gente diversa a trabajar en aquello que pueden hacer juntos, no en aquello que los une, pero en aquello que los separa, sino solo en eso que pueden hacer juntos con las capacidades que tienen con el tiempo de que disponen, con los recursos a su disposición y deciden

todos juntos dejar al lado lo que los separa, lo que los une y se ponen a pensar juntos y a hacer juntos, el efecto que tiene es gigantesco.

CF- Acaba por ser uma consequência natural.

AL- Sí. Yo sostengo que los prototipos que ahí se desarrollan no son hijos del grupo, sino que el grupo es hijo del prototipo. Es el prototipo que genera la comunidad y eso sí que empodera, porque de pronto sientes que somos parte de algo que se concreta en un prototipo y que es el resultado de la convergencia de capacidades, de saberes, de afectos, de cuidados que ni siquiera sabías que tenías.

CF- E, para além dessas redes de colaboração que acabam por surgir das experiências de prototipação no laboratório, quais são outros resultados factíveis, práticos que vocês já conseguiram nos territórios?

AL- ¿Estas preguntando por la continuidad de los prototipos?

CF- Sim, porque eu, particularmente, penso que a experiência do protótipo e a formação de uma comunidade em torno de um fazer juntos já é um resultado que vale a pena apostar nisso.

AL- Sin ninguna duda, yo también creo en eso. Pero hay algunos grupos, algunos colectivos, que deciden continuar y algunos de ellos se configuran cómo empresas, y ahí dentro de Medialab tienes muchos colectivos que son una empresa y al mismo tiempo son un colectivo también. Y tú no sabes distinguir, tú los ves, hablas con ellos y tú no sabes que esta gente que está ahí tiene una empresa y está facturando, pero al mismo tiempo forma parte de proyectos por los que no factura, porque forma parte de una comunidad también. Y de eso hay muchísimo y eso son emprendimientos nuevos que están conectados al mercado, porque la gente tiene que pagar el alquiler de su vivienda, tiene que pagar el colegio de sus hijos y tiene... todas esas cosas están vinculadas a emprendimientos vinculados al mercado, pero también están vinculados a proyectos de naturaleza más mutualista, más cooperativa, donde hay un verdadero intercambio de saberes, de prácticas, de conocimientos, y esta forma híbrida es muy novedosa y claro que genera mucho empleos dentro de Medialab, mucho, pero con esas formulas híbridas de organización, e informales.

CF- E sobre a produção de conhecimento, pensando em um conhecimento que é gerado em uma experiência dessa de prototipação, no conhecimento que é também, talvez, um exercício cidadão também, das pessoas disporem do seu tempo e das suas habilidades para trabalhar em prol de um comum. O que tens a dizer sobre a produção de conhecimento?

AL- Hay dos formas de conocimiento: un conocimiento, digamos, organizacional, un conocimiento que permite que colectivos muy heterogéneos, donde uno de los elementos que nos separan es el tiempo, no todos tenemos la misma cantidad de tiempo ni la misma posibilidad de dedicar tiempo a las cosas que nos interesan. Y son muy creativas las formas que adoptan esos colectivos para capturar la inteligencia, el tiempo y los conocimientos que la gente tiene. Eso me parece muy novedoso. Las formas de organización frágiles, esporádicas, intermitentes, donde es perfectamente posible gente que le dedica la vida entera y gente le dedica ratos libres. Y no hay una competencia, sino una cooperación.

CF- Pois, então é um conhecimento mais em termos de cooperação, de interação, do que de outras coisas.

AL- Si, yo le llamo formas de organización, formas originales, novedosísimas, de organización, y luego hay ahí un conocimiento de producción de objetos que no existían y a los que ahí se les da vida, y luego pasan a tener una vida ya sea en el mercado, ya sea en las redes de intercambio más ciudadanas, más procomún. Y antes esté hablando de ese brazo, de esta mano, pues eso es un objeto que no existía en el mundo y está ahí, y hay mucha gente que lo hay considerado valiosísimo y que está intentando saber se con eso se puede hacer algo. Pero, lo que te digo sobre esto es que hay muchos artistas que han generado cosas que antes no existían y ahora existen, y han sido capaces de ponerlas un valor, de documentarlos, de compartirlos y, de alguna manera, están contribuyendo a producir un mundo que antes no existía y que es un mundo en que, sí, queremos habitar, en que, sí, queremos vivir.

CF- E o papel das ferramentas digitais nesses processos todos?

AL- Es clave desde muchos puntos de vista. Uno es porque lo digital permite esas formas de colaboración informales, esporádicas e intermitentes, que de otra manera son más complicadas, que no permiten que la comunidad esté articulada. Esa es una de las maneras. Otra de las maneras que favorece el remezcla de producciones, unas con otras, y eso creo que también es importante. Otra, porque nos ha ayudado mucho a entender el tema de la propiedad intelectual y cómo darles importancia, la que tiene, a las formas de cooperación no vinculadas estrictamente a la noción de propiedad intelectual. Otro: todo lo que tiene que ver con la formación de comunidades, porque, en realidad, el conocimiento existe en el activo, no existe en los cuerpos y existe en el activo, pero los cuerpos son frágiles, los cuerpos olvidan, los cuerpos desaparecen porque viajan o porque mueren o porque enferman, entonces, hacer que el conocimiento transite de los cuerpos a ese cuerpo común, a ese cuerpo relacional, que ayuda a darle forma, a materializarlo. Esa dimensión también de registro, de lo que sabemos todos, me parece muy importante.

CF- Outra coisa importante também é pensar a sustentabilidade desse espaço e desse laboratório, no vosso caso, como isso está pensado?

AL- Es un asunto complejo e difícil de pensar, pero, pensando en la innovación cómo un ecosistema, no cómo algo que ocurre en un sitio, sino cómo algo que tiene una naturaleza compleja y, por tanto, ecosistémica, es importante, los que se dedican a financiar siempre tienden... a mí me gusta compararlos con una cuenca fluvial, donde quien mira una cuenca fluvial siempre ve el río lleno de buques de gran tonelajes circulando glorioso hasta el océano, pero, para que haya un río navegable, se necesita muchos pequeños ríos que aporten en su caudal. Y muchos de esos ríos son riachuelitos más arriba de la montaña, ni siquiera están en los mapas esos ríos. Entonces, a mí me parece que pensar la innovación cómo una cuenca fluvial, cómo un ecosistema, tienes así recursos de pensar que no va a haber nunca ríos navegables si no hay riachuelos cuidados, capaces de recoger todas las aguas y llevarlas al final. Y, por tanto, visto, si esta metáfora te gusta, pues eso permite entender porque las políticas públicas reclaman el promover menos ríos navegables y promover más riachuelitos que no están en el mapa. Y que los ríos navegables los financien las grandes corporaciones, mientras las políticas públicas estimulen, favorezcan, cuiden de los riachuelitos arribe del monte.

CF- É uma bonita metáfora, vou usá-la. Olha, por fim, me fala um pouco dos desafios que vocês tiveram na implantação do laboratório, o que apareceu como dificuldade que vocês tiveram que superar.

AL- Para mí, lo más difícil es el tema del finalismo, el tema de la presión finalista a la que están sometidos estos espacios de experimentación. La experimentación es algo difícil de entender. La gente de negocios, la gente de la política, la gente ordinaria nunca ha estado en un laboratorio. No sabemos, todo lo que sabemos de laboratorio hemos visto en películas de Hollywood y sabemos muy poco de la experimentación y no nos damos cuenta de lo importante que es errar, de lo importante que es fracasar para producir conocimiento nuevo. Si eso no aceptamos, nos va a costar mucho entender algo de que yo soy militante que es separar en la innovación, el momento del aprendizaje del momento del impacto. El régimen neoliberal en que vivimos nos obliga a cercar esos dos momentos lo más posible al extremo de fundirlos en una sola cosa, lo que, cuando ocurre, lastra definitivamente el proceso de creación, que desde el principio se lo apropian los que saben las respuestas, pues, antes que tú formule la pregunta, ya hay gente que tiene la respuesta. Porque hay un catálogo de respuestas que hay funcionado, de éxito. Y estas respuestas de éxito están bien, no dijo que están muy mal, pero la pregunta que cabe hacer es se hemos entendido bien la pregunta. Si en la producción de la pregunta han participado suficientes actores, si lo colectivo que genero la pregunta, la demanda, es bastante heterogéneo, bastante representativo, bastante inclusivo. Si no estamos dispuestos a experimentar, no vamos a tener tiempo para pensar mejor la pregunta y hacer una pregunta que sea más inclusiva. Entonces vamos a regalar todas las preguntas y todas las soluciones a los que saben. Y entregar todas las preguntas y todas las respuestas as lo que saben genera un mundo, en el que 90% de la población está excluida. Entonces, por eso yo soy enfático y ese es el mayor desafío que tenemos los que creemos en estas cosas de la experimentación y de los laboratorios ciudadanos. En general, la pedagogía es necesaria para que, cuando expliquemos la necesidad de separar el momento del aprendizaje del momento del impacto, nos entiendan y no los culpemos porque son tontos, neoliberales, o fachas, o viejos o lo que sea, sino a veces es que es mejor no hacemos demasiado esfuerzo para explicar, es lo mejor de otra manera, con otras metáforas, con otros relatos. Y, para mí, encontrar esas metáforas, esos relatos es urgente, es lo más importante. Si logramos encontrarlas, seguramente también vamos a construir un futuro para los laboratorios ciudadanos, lo que es tanto cómo para la cultura experimental y para la cultura inclusiva un futuro brillante, yo creo, y muy heterogéneo por otro lado.

CF- É aquilo que eu falava também da nossa experiência, a importância de conseguir dialogar com esse outro lado, do poder político ou do dinheiro, de que nos colocamos tão distantes, mas talvez ganhássemos todos mais se conseguíssemos ter mais diálogo, ter mais troca.

AL- Exacto. En realidad, todas las visiones son muy fragmentarias, todas son fraseos distintos de problemas muy parecidos. Y tenemos que aprender a no poner el énfasis en lo que nos separa o en lo que nos une, que eso importa poco. Lo que importa es lo que seamos capaces de hacer juntos. Y en la medida en que aceptamos que el otro tiene también derecho a su diferencia, aún que no pertenezca a nuestro mundo, y que tenemos que respetarlo... Y eso implica explicarlo de otra manera, explicarlo

mejor, ser más pedagógicos. Yo creo que al mundo que queremos construir le falta mucha pedagogía, ya tenemos muchas herramientas, pero nos falta mucha pedagogía. Nos queremos con el derecho a que nos entiendan, pero ese derecho no está en ninguna constitución. Y ojalá no esté.

CF- Para que possamos inventá-la?

AL- Claro, y lo cual nos obligará a construir mejor. No más, sino mejor.

## H. ENTREVISTA A PABLO ARAGÓN

Entrevista a Pablo Aragón, coordinador do *Laboratori d'Innovación Democrática* e membro da comunidade *Decidim*, realizada via videoconferência, em 25 de outubro de 2018 [41min13s].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

PA- Pablo Aragón

CF- ¿En que contexto se creó la plataforma Decidim Barcelona?

PA- Decidim Barcelona es una plataforma que se lanzó en 2016, con el objetivo de tener un espacio digital para articular un proceso participativo que iba en la ciudad, que es la creación del Plan del Programa de Actuación Municipal y el Programa de Acción de los Distritos. Hay una normativa en Cataluña que implica que cada vez que entra un nuevo equipo de gobierno en las ciudades, en la ciudad catalán, se tiene que redactar la estrategia municipal y para los distritos, la hoja de ruta de mandato que se tiene que elaborar y se tiene que labrar, siendo principios la participación ciudadana, lo se valida y lo asigna la legislatura, lo que servirá para se averiguar la capacidad ejecutiva de ese gobierno. En 2016, el nuevo gobierno que entró, en mayo de 2015 fueron las elecciones y en 2016 ha habido ese proceso. Pues, por primera vez se hizo de manera masiva a través de internet, con un experimento con una plataforma, con una participación bastante moderada. Y esa era la primera vez que hacía con un proceso que era masivo en la internet y también masivo en la ciudad. Cuando hablo masivo, estoy hablando de que es decenas de miles de participantes, tanto en la plataforma web o en los encuentros presenciales, que desbocaran en... hay en los datos que eran 10.860 propuestas, que hacían de propuestas que hablaban de propuestas que venían del Ayuntamiento, en el programa del partido que ganaba las elecciones, que ya habían pasado por un proceso de cocreación durante las elecciones, y oían propuestas, oían la ciudadanía a través de la web, oían recogidas en los encuentros presenciales. Tuvo más de 400 encuentros presenciales sobre diferentes temáticas y había 5 temas de propuestas y también había propuestas de diferentes sitios, diferentes temas, y había también organizaciones cívicas que también hacían propuestas, por siendo tanto, que habían 10860, que la mayoría fueran aceptadas, y se hizo un proceso de agrupación que están haciendo ahora mismo bajo una lógica de que resultado, no sentido de que, estas propuestas, en que resultado el gobierno se articulaba. Además, que proyecto se va a implementar para dar respuesta a ese resultado que buscaban esas propuestas, y un resultado puede tener varias propuestas y una propuesta pode tener más de uno resultado. Todo eso es sido a través de la plataforma Decidim Barcelona. Inicialmente, Decidim Barcelona era una plataforma que se lanzaba en un código de participación, una infraestructura tecnológica, en formato de consulta, que es la que impulsó el Ayuntamiento de Madrid, que sigues trabajando, la plataforma Decide Madrid, que salió en

9 septiembre de 2015, y la de Barcelona, con la misma tecnología, salió en febrero de 2016. Lo es cierto que una vez que se acabó este proceso de participación de Decidim Barcelona, lo que se dio es que la estructura de tecnología que se estaba utilizando no permitía escalar en muchos sentidos y que tenía algunas formas de participación muy concretas, entonces se se quería hacer otros modos de participación, no se podía hacer a través de esa estructura. Y además, por una cuestión que es técnica, es informática, pero es ciertamente filosófica: la manera como estaba organizado el código tenias una proba bastante analítica, entonces aprovechando que el lenguaje que estaba utilizando permitía designar todas funcionalidades como módulos, entonces tiene un módulo que se escoge y lo hay diferentes módulos, el módulo de propuestas, el módulo de iniciativas, el módulo de comentarios, el módulo de visualizaciones, permitía que fuera más fácil generar una comunidad de desarrollo de soporte de cada proyecto. Pues Decidim Barcelona decidió utilizar esa tecnología y empezó y desarrolló desde cero una tecnología que es Decidim, que desde entonces es la tecnología de Decidim Barcelona, pero de muchas más otras organizaciones. Por ejemplo, se firmó un convenio través de la diputación de Barcelona con las ciudades del área metropolitana, que están usando Decidim, Trodheim y Helsinki están usando Decidim y organizaciones de todo el mundo. Som Energia que es una cooperativa de abastecimiento energético para su plataforma está utilizando Decidim, los Scouts están utilizando Decidim para su gobernanza. Más de 50 instancias están usando Decidim, el gobierno de Veracruz en México. Básicamente, Decidim es una plataforma para la democracia participativa de organizaciones. Hay una instancia en concreto que es de Barcelona y es la más conocida, porque, al fin y al cabo, cómo gran parte del desarrollo los articula, el site de Barcelona es más conocido. Pero un punto que es esencial de Decidim es que el grupo motor que está empujando este proyecto tiene una visión muy tecnopolítica, de la participación en ciudad, todo eso. Una idea que impulsa Decidim, no solo esta idea de modularidad para que sea más fácil de colaborar en el desarrollo, sino que, cuando utilizas una tecnología de participación, estás abriendo la participación y eso democráticamente puede ser saludable, pero también estas fijando, cómo usas esa tecnología, cómo una antología de la participación, entonces estas a contar a el mundo que es participación y que no es participación y cómo es participación. Entonces, desde una lógica tecnopolítica y se vio que se se quería ser radical en la cuestión democrática, tenia que existir una comunidad que decidirá cómo tenía que funcionar Decidim. Y es una comunidad Metadecidim, porque es una comunidad que nos reunimos mensualmente en asambleas, en seminarios de investigación para conversar cómo tiene que avanzar la plataforma y utilizamos una instancia de Decidim para nosotros, en lo cual utilizamos propuestas para ver las nuevas utilidades que tiene que aparecer. Es abierto un proceso para verificación de la persona pertenezca o no a la plataforma, o la articulación en diferentes áreas de trabajo, de comunicación, de investigación, de gobernanza, de proceso, de tecnología para ver cómo avanzar en los diferentes sitios y plataforma. Entonces, vejamos que al final abrir la capacidad de decisión es necesario, pero para ser radicalmente democrático tiene que decidir cómo decidir. Y es un poco cómo o que está en vuelta de Decidim. Tienes otras capas, la capa política, en nuestro caso, Decidim Barcelona, la capa técnica, que es la plataforma Decidim, y la capa tecnopolítica, que es la

comunidad y con sustancia de Metadecidim. Y el 28 de noviembre se va a tener una tercera edición de la conferencia de Metadecidim, onde encontramos toda la comunidad y, en ese caso, nos concentraremos mucho en gobernanza, porque estamos trabajando con la gobernanza de la comunidad, y también en la consolidación de la consolidación de la internacionalización, porque hay un grupo en Francia. Entonces, en noviembre nos reunimos para esos dos temas: la gobernanza y también para tener una dirección para ese proyecto.

CF- Yo no sabía que Decide Madrid vino antes de Decidim Barcelona.

PA- Decide Madrid existe desde 9 de septiembre de 2015 y Decidim Barcelona desde febrero 2016, hay un espacio de medio año, un poquito menos.

CF- ¿Y cuales son los objetivos de la plataforma Decidim?

PA- El objetivo de la plataforma Decidim es lo de proveer de un recurso, una plataforma, que es corredor informático, más ese corredor informático es una presentación de la capa online, digital, sino la capa híbrida, de la capa presenciales, sea la posibilidad de hacer en cada proceso, en cada asamblea, dentro de la plataforma, meetings presenciales, donde se puede convocar a los participantes, pero lo se puede hacer propuestas que están vinculadas al meeting, se puede ocurrir una propuesta de que el meeting tendrá venido o un meeting con propuestas a generar, tienes lógica de hibridad. La misión que tiene Decidim es la de proveer de una plataforma para impulsar procesos de democracia participativa. La democracia participativa es cuasi... tienes las lógicas de democracia directa, democracia representativa, buscamos ser ese espacio de aumentar la participación de la democracia, pudiendo quedar entre los dos extremos de lo directo y el representativo y pensado para diferentes usos. Por un lado, para las ciudades o para la institución, que sean por gobiernos nacionales o supranacionales... tiene también para asociaciones, organizaciones porque, al fin y al cabo, las instituciones son simplemente un agente más en el marco democrático, los organismos, las organizaciones, las cooperativas forman parte también de la esencia democrática por cual quieren seguir y tramitar los procesos democráticos. Entonces eso tipo de entidades es fundamental. Por es, es más una idea que tiene Decidim, es que tiene cómo dos capas, al nivel de código y al nivel de funcionalidades, tiene cómo dos niveles: uno son espacios de participación y el otro son componentes. Los espacios de participación son: hay un espacio personal, es una cuenta de una persona; un espacio colectivo se que llama asamblea, que son varias personas; un proceso. La idea de uno proceso es que tiene fases, fase uno, fase dos tres... Empiezan, la fase está acotada en el tiempo. Entonces, una asamblea o un espacio personal aparecen cuando se crea, pero no son pensados en una lógica temporal, y luego hay iniciativas y consultas. Iniciativas entendido cómo algo que surge abajo y consultas cómo algo que surge arriba. Entonces, son esos cinco espacios con sus diferentes lógicas, pero en cada espacio se puede ir sometiendo los componentes que le falta, se puede ir sometiendo un componente de propuestas, uno de artes, uno de sorteos, se hace sorteos de la democracia por sorteo, de encuestas, de blog, de páginas estáticas. Son todas en que la lógica para el hacer es radicalmente democrática y muy tecnopolítica, que significa que tiene una plataforma

suficientemente versátil para que tuvieras todas las piezas suficientes, o pelo menos muchas piezas, para adaptar a la complejidad real de tu institución o tu organización.

CF- Ya ha explicado en su respuesta, pero mi próxima pregunta es: ¿De qué manera se da la participación de los ciudadanos en la plataforma? Creo que ha dijo ahora.

PA- La plataforma tiene la parte visible que es Decidim, pero tiene otra parte que la mayoría de los participantes no pueden ver, que es el panel de administración. Por la plataforma, una persona o un grupo de personas que tienen una cuenta se asocia una cuenta de administración y se puede configurar asambleas, procesos y meter el componente de tal, de debate, de propuestas. Entonces, cómo participante, tú podrás participar en la manera que se haya configurado esa asamblea o ese proceso. Por ejemplo, vamos a hacer un proceso de captura, de recogida de ideas, la persona o las personas que son administradores, en realidad, son las personas que son administradores de ese colectivo de estudio, pues abrimos un proceso donde tiene una fase que es recogida de propuesta y donde se puede recoger propuestas. Pero lo que queremos es, antes de recoger propuestas, sino que la sociedad se pueda botar y comentar para que luego se puedan priorizarlas, se han tenido participación de los populares y que unas ideas tienen más apoyo social, otras menos. Bueno, vamos a acumular propuestas, así que se puede comentar, son visibles. La manera de participar es la manera que se configura cada proceso, cada asamblea o cada espacio, con la configuración que tiene cada componente que se meta. La idea es hacerlo, cómo dijo antes, tan versátil para que se adapte a todas las necesidades de los participantes. Dicho esto, un aspecto que es clave en Decidim es que se base en un código abierto, en código libre, se cumple una licencia libre, pero eso no es garantía suficiente, que el código sea abierto es un mínimo. Se hacer procesos en participación en código cerrado, pienso que no... compartir desde el equipo, los colectivos son mucho más democráticos, porque, pues, si el código está cerrado, las hojas están cerradas, su capacidad democrática desaparece. Entonces, digo que no es suficiente porque, por ejemplo, la plataforma sea abierta y el código se puede ver cómo funciona, es libre, ¿qué pasaría se, por ejemplo, se hubiera comentarios racistas, comentarios sexistas o homófobos? Entonces, por ejemplo, lo tiene Decidim es a partir de una licencia de lo tecnológico, se vas a la página ves un contrato social. Un contrato social que, a cada colectivo, institución que se instala una instancia de Decidim se solicita que se escriba él, que es un contrato social en que vamos a recoger una serie de principios de uso de la plataforma. No es suficiente que el código sea abierto, sino quedas prácticas, sino, por ejemplo, que los materiales que haya, las fotos, los comentarios sean libres, entonces que sigan haciendo las conductas democráticamente saludables. Que no solamente se trata de hablar de democracia y decir no solamente es un código informático, sino una manera de entender la democracia y establecer los principios más allá de la libertad con cuestiones técnicas, sí con una cuestión política y filosófica.

CF- ¿Y hay alguna mediación para garantizar ese código de conducta?

PA- Aquí voy a dar lo que creo que se está haciendo, pero no puedo garantizarlo porque no estoy involucrado en esa parte, en el proyecto de comunidad el equipo es bastante amplio, entonces ahora estamos en un área y estoy sobre todo en investigación, innovación. hay cosas que es igual creo que son

como funcionan, pero no puedo colocar muchos detalles y cosas incluso con detalles. Pero sí que creo que desde el Ayuntamiento de Barcelona está dando un apoyo a colectivos y además hay subvenciones para instalarse, que dime ahí que esa es la generación. No solo eso, que además el Ayuntamiento de Barcelona está haciendo, desde el Laboratorio de Innovación Democrática, muchísimas jornadas de formación para técnicos de participación y para los de administración, eso en las asambleas que tenemos de comunidad Metadecidim. Inicialmente, tratamos de trabajo, de gobernanza, tecnología, investigación, pero, estamos probando un nuevo formato, a cada dos meses, que es más teniendo en cuenta la recogida de nuevas personas en la comunidad o compartida de experiencias de gente que está trabajando en Decidim, a ver cómo funciona Decidim, con nuevos usos en planteado y también con una lógica muy informativa, entonces, se está viendo que las personas que hacen la información es alguien para reforzar el rol de la comunidad como un punto de encuentro y de formación u de compartición de experiencias, para entender cómo utilizarlo y poder innovar, y tener todos una idea muy clara de lo que se está haciendo.

CF- Dicho eso, ¿cómo piensas que la plataforma impulsa la cooperación entre actores locales e impulsa el empoderamiento de esos actores?

PA- Bueno, en la cuestión de la presentación dentro de la plataforma es claro, pues que cuando hablamos que el Plan de Actuación Municipal involucró más de 30 mil participantes, yo creo que es una cifra que habla por sí sola. Pero no es suficiente decir, luego, en la construcción del proyecto Decidim, en lo tecnológico, se han ido surgiendo diferentes empresas, por ejemplo, desde la industria, que van han ido desarrollando diferentes módulos. Incluso hay alguna empresa que ha hecho un módulo que lo conocen por su cuenta y quedaron utilizando ante mano con otras tecnologías. Y luego también pues otras capas, la Universidad seguirá haciendo muchas colaboraciones para entender cuestiones de gobernanza, estos modelos de gobernanza para la comunidad o cuestiones de seguridad de la plataforma, o tecnología de la participación. A nivel de comunidades he contribuido en temas de comunicación, en los seminarios que estuvieron que se van haciendo mensualmente, por supuesto uno que fue de comunicación y ver cómo hacer narrativas para explicar lo funcionamiento de plataforma, porque si modelos de participación ciudadana son diferentes a las lógicas institucionales más que básicas de comunicación. Entonces al final la manera de contribuir al proyecto es muy variada, incluso, desde un punto de vista en el sector informática, una manera contribuir a la informática sin tener conocimientos informáticos, por ejemplo, es ayudando a la traducción de Decidim en otras lenguas, que por el momento están muy actualizados al día siempre en castellano, en catalán y en inglés, pero también estaban prácticamente todos los modelos actualizados para lo francés por la comunidad francesa, porque es muy activa en Decidim, por la comunidad finlandesa, que además empezaron por su cuenta cuando el Ayuntamiento de Helsinki decidió utilizar Decidim, hicieron una valoración de diferentes plataformas y he apostado por Decidim, y se vio que se estaba traduciendo la plataforma también a lo finlandés. Hay muchas maneras de contribuir, la técnica es muy obvia, pero hay muchas otras que no son técnicas, que son de dado y son importantes igualmente.

CF- ¿Y cuales son los resultados prácticos del trabajo que se realiza en la plataforma? Podemos tomar un ejemplo específico, Barcelona. ¿De lo que pasa en la plataforma, cuales son las implicaciones en el territorio?

PA- Esa es una pregunta muy buena. Cuando estamos hablando de participación ciudadana guiada por tecnología, debemos utilizar métricas que son de plataforma, y además bajo la lógica de Silicon Valley, desde cuántos participantes, cuántos clics cuántos procesos, cuántos comentarios. Tiene mucho valor, pero al final de la participación, lo que interesa también es cuál es el efecto que tiene en el territorio directamente. La misma similitud sobre los objetivos de la plataforma puedes hacer con los Tinder, ¿qué importa más: cuántos clics y cuántos más les hayas hecho o que hayas conocido a tu pareja? Entonces, cómo lo piensas, interesa más conocer a una persona que vaya a ser sustancioso en su vida, no tanto en cuanto es macho, cuántos clics habrías. Sí, por ejemplo, vamos a la instancia de Barcelona, si vamos a los procesos que ha habido, si vamos a lo PAM que es el proceso municipal que hubo más problemático primero, verás 10860 propuestas. Hay una pestaña que se hizo especialmente para acompañar este seguimiento, se pueden seguir todas las actuaciones. Entonces, el pago a día de hoy está ejecutado todos los proyectos que han salido de los resultados de esas propuestas al 76,4%. Entonces, aquí se puede explorar si yo siento, voy a abrir una categoría, aquí, el social, aquí hay actuación, hay una que está aquí, plan de cohesión y derechos sociales a Nou Barris. Y aquí había dos proyectos, esta actuación salía de propuestas que están aquí listadas y se podría implementar los proyectos que ya están al 100% acabado. Y va a la constitución de la comisión de seguimiento del plan que está funcionando en formato de grupo de trabajo y la usa la operación conjunta con las entidades y en las áreas implicadas del plan de acción para la cohesión social y el derecho social desde luego, que son muy importantes. Además, una cosa que es que la plataforma Decidim permita habilitar la participación es esencial, pero tienen que abrir también la trazabilidad y la rendición de cuentas. Para que tú puedas, te pongo este ejemplo, pero si lo paso enlace puedes ver cada una de las propuestas si fue aceptada, a qué resultado va y, de ese resultado, qué proyectos indican que el resultado es ejecutado y cuál es el estado de ese proyecto en ese momento. Es decir, cuando se inició, a qué porcentaje está y se establecen cuando se acaba y puedes ver la información para poder trazar que realmente lo que tú has participado ha tenido reflejos.

CF- Esa es una información muy importante para la credibilidad de la plataforma y del proceso participativo para las personas percibir que esa participación hay que dar en algo.

PA- Sí, y en qué resultado, en que progreso está, si no sea hecho, si se está haciendo y cuando o si has acabado, y poder tocarlo, lo que yo he contribuido, lo que nosotros hemos contribuido en que ha resultado, cómo ha intervenido en el territorio.

CF- Sobre la producción de conocimiento dentro de la plataforma, en las interacciones, en los debates, ¿piensas que hay alguna forma de producción del conocimiento en este tipo de plataforma?

PA- Sí. Toda la información, o casi toda la información, que que aparece en Decidim, cómo es pública a través de la web, toda la que se publica a través de la web, lo han recuperado en gran medida a través de un app que hay, por lo cual estas plataformas no simplemente son un reflejo de la participación de la

ciudad, también pueden pensarse como una especie de repositorio de esa memoria de la ciudad, de esos que se han ido dando y que además han disponer de una app, son recuperables, todos podremos recuperarlo. Si no simplemente estamos participando en Facebook y Twitter, y al final todo quedará en los servidores de Facebook y Twitter que se podrán rescatar gente de una manera u otra, pero la titularidad es suya y se hicieron un app por lo cual se puede recuperarlo, luego hay estos debates es lo mismo de los temas que más me interesan para probar de mi tesis de doctorado, es que como los espacios de discusión se pueden pensar para discutir, sino, por ejemplo, para ver diferentes sensibilidades a una temática. Además, hay un tema que con algunas plataformas lo están tan hacer con agrupación de comentarios, ya sea manual o ya sea automática, eso parece interesante, pero todavía no lo he visto implementado con la tecnología libre y, sobre todo, por el hecho de las minorías, que es uno de los temas que me parecen más importantes en este tipo de procesos. Es decir, que la opinión mayoritaria no traslade o borre las huellas de las mayorías, entonces es un trabajo que se está pensando, que creo que debería trabajar y que reforzar esa idea que que estaba contando cómo podrían estas plataformas entenderse cómo un espacio de colaboración, memoria colectiva y distribución de contenido.

CF- Sobre las herramientas digitales, hable sobre cuáles son las herramientas utilizadas, con cuáles finalidades. Mi pregunta básica para todas las entrevistas es cuál es la importancia de las herramientas digitales, más, aquí, es obvio que es fundamental las herramientas digitales, pero, entonces, cuáles son y con cuáles finalidades esas herramientas son utilizadas.

PA- Yo creo que son muchas. Si las plataformas digitales tienen como una limitación es que no tienen las presenciales, es decir, no, creo que la gracia es precisamente complementar las digitales para mejorar lo presencial y para complementar la presencia. Nunca tecnología digital debe suplantar la presencial, porque siempre va a tener un error. En caso las herramientas, son muchas, hay dos que igual son: la primera es la escala, es una asamblea de participantes, y se hace que no sea escalable, la toma de turnos de participación es muy complejo. En internet, no, en internet, no es sencillo articular un proceso de participación masiva, pero es cierto que los aceptamos más que otros. Por ejemplo, que no se deciden céntricos, la Wikipedia, en presencial, es impensable, se hizo la edición colaborativa con millones de personas, la discusión de cómo tiene que ser esa enciclopedia mundial es histórica. Tantas culturas, de diferentes lenguas, que se ha intencionado, pero no ha funcionado, por la escala, pero también por el desarrollo de coincidir tantas personas al mismo tiempo en un punto físico. Es una gran ventaja de las herramientas digitales que podemos colaborar sin tener que coincidir en el espacio y tiempo. Eso es una ventaja clara de las herramientas digitales, porque está funcionando en muchos ámbitos. Un ejemplo es de la educación, porque en lo sistema educacional funciona en escenarios donde tiene que coincidir un grupo de estudiantes, aunque no sean muchos, que no pueden coincidir en el espacio y tiempo mismo, pues a través de las herramientas pueden hacerlo.

CF- ¿Y qué garantiza la sostenibilidad de la plataforma?

PA- Eso es muy buena pregunta.

Hay que pensar que esta plataforma inicialmente, y al día de hoy, está impulsada por el Ayuntamiento, entonces es una ventaja porque es algo que agradecer un compromiso del Ayuntamiento por impulsar un proyecto como ese en Barcelona, y eso los marca como una fortaleza y, a la vez, una debilidad en la sostenibilidad del proyecto, es decir, si se quitara el Ayuntamiento, se debilitará el proyecto de esa manera. Entonces, al ser un proyecto de software libre, creo que hay excelentes ejemplos de software libre que son sostenibles, por ejemplo, Wordpress o Drupal, que es abierto, pero que, y eso es una opinión personal, creo que funcionan también es porque permiten que una comunidad pueda contribuir de la manera le permita utilizar su propia autonomía. Por ejemplo, hay diseñadores que hacen plugs, frames o temas para Wordpress o Drupal, que se dedican a eso, que se dedican a levantar distancias o a hacer formaciones, y a pesar de una tecnología libre, hay modelos de negocio que permiten utilizarse de manera profesional esa tecnología. Entonces, en ese sentido, en la conferencia que se hace anualmente, el año pasado, 2017, hubo una frase que la hizo Virgil, que es el cofundador de esta empresa francesa, que tuvo mucho éxito, será ponente otra vez en la conferencia del 28 de noviembre para hablar de lo que han hecho en Bélgica ahora con Decidim, dijo una frase que, políticamente, la tecnología activista no era la más sexy, pero a mí me parece una de las más potentes, en lo que implicaba, que decía que, gracias a Decidim, estaba haciendo negocio con su consultora. Entonces eso es una validación, una parte del mundo válida ahora a cierta hipótesis de que un modelo que podría plantear una sostenibilidad, como había gente que, gracias a la tecnología, estaba consiguiendo montar una infraestructura para formar una empresa hacia distancias. Y además es una persona que contribuyó mucho a la comunidad, dando mucho feedback, proponen nuevas ideas. Entonces, al final es generar esa comunidad y una comunidad que además sea autónoma y que, gracias a Decidim, que no sea autónoma, que sea parte de Decidim. Entonces, eso es una razón. Ese es un tema muy complejo y eso es una razón porque, más que gobernanza, fue ese el tema seleccionado para 2018 y que además lo que siguen trabajando en las asambleas mensuales, como la de esa tarde, se presentará la gran conferencia de finales de noviembre y trabajando en un común, como Decidim es un común digital, es un común porque está pensado para que no sea privatizable, hacer que sea sostenible pasa por un modelo de gobernanza de una comunidad que lo entienda.

CF- Mi última cuestión es: ¿cuáles son los mayores desafíos en la implantación de la plataforma? Ustedes tuvieron varias experiencias, ¿no?

PA- Es muy buena pregunta. No sé se dijo una buena respuesta porque no estoy involucrado en los temas de extensión, pero lo creo que uno de los problemas que están encontrando al principio, pero que se han ido solucionando, es documental, que se genera mucha documentación, pero aun así el desarrollo del código va mucho más rápido que la capacidad de documentación. Entonces, una de las ideas que se presentará en la conferencia es un nuevo modelo de documentación un poco más ágil para poder facilitar eso. Porque, al fin y al cabo, si tienes una plataforma que es libre pero que uno no sabes cómo instalarla, será libre, pero no es funcional. Entonces, tenemos que seguir trabajando y es lo que está ahora en la problemática es la documentación. Así como no solamente que exista, sino que sea entendible. Y

también la comunicación, en esta lógica que hay ahora de comunicación clara, es decir, no se trata de de tu derecho a saber, sino tu derecho a entender, es saber qué es Decidim, cómo funciona, qué cursos le puedes dar y tal, que sea muy fácil de entender, a pesar de que es bastante complejo, pero es complejo para que pueda ser simple, como podemos... es simple en la hora de instalarlo y desplegarlo [...].

CF- La plataforma ha sido implementada por los ayuntamientos, por lo poder público en las ciudades. ¿Esas personas y políticos están interesadas en la plataforma por una cuestión de gobernanza, por una cuestión de buena imagen que ellos pasan, por los ciudadanos o piensas que es más una fuerza de otro lado, más bottom-up, de los ciudadanos que exigen la implantación de la plataforma? ¿Cómo piensas eso?

PA- Siendo políticamente correcto, creo que no lo puedo responder al nombre de las personas. No sé qué la institución es, cuál es su posicionamiento a respecto de esa plataforma, entonces, no me dieron una capacidad de responder por otras. Sí que puedo decir que creo que la participación ciudadana, sobre todo, las tecnologías de participación ciudadana es una realidad. Es decir, ya es evidente a diferentes escalas, escala local, escala nacional, escala supranacional, escalas que no siguen esa lógica tampoco, las organizaciones de la sociedad civil, donde no se concibe la participación sin utilizar la tecnología. En hecho, de que lo hagan en concreto con Decidim o con otras, bueno, eso ya forma parte de la decisión de cada uno, pero creo que es una tendencia que no vemos, eso ya creó que marca porque, aparte de las decisiones que tomen que son suyas, pero creó que, en general, el uso de las tecnologías de participación ciudadana es un hecho que ya está.



## I. ENTREVISTA A PAULA MARQUES

Entrevista a Paula Marques, Vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local de Lisboa (2013 a 2021), realizada em 10 de janeiro de 2020, na Câmara Municipal de Lisboa. [1h18m13s]

Legendas:

CF – Ana Carolina Carvalho Farias

PM - Paula Marques

CF - Os projetos realizados no PPL têm gerado resultados muito diversificados que revelam, de certa forma, a visão que a cidadania tem sobre os problemas daqueles territórios e sobre as formas de combater esses problemas. Como a CML está a aproveitar esse conhecimento empírico sobre os territórios?

PM – Antes de responder à sua pergunta, sempre que falo sobre o Programa de Parcerias Locais BIP/ZIP [PPL], gosto de fazer um enquadramento do que é o conceito, porque isso, para mim, faz toda a diferença. Quando nós, há dez anos, começamos a pensar como é que poderíamos criar uma outra abordagem, um outro conceito sobre determinados territórios na cidade que claramente tinham défice em três eixos - que nós, CML, considerávamos fundamentais para haver equilíbrio entre os vários territórios da cidade - quando começamos a pensar nisso, cada um de nós na equipa vínhamos de uma experiência diferente, de papéis diferentes de uma iniciativa que tinha sido feita a nível nacional, que era a Iniciativa Bairros Críticos [IBC]. Todos nós tínhamos tido contato com essa iniciativa, uns do lado institucional, outros como cidadãos e ativistas. Uma das coisas que nos perturbou a todos era a linguagem e a terminologia. Quer do ponto de vista matricial do que é chamar um território crítico, território deprimido, território marginal, território perigoso. Todos nós, do ponto de vista da nossa matriz de ação e pensamento, até ideológico, nos fazia confusão porque tínhamos estado com a população de alguns desses territórios e tínhamos visto como é que essa população se sentia. Já era estigmatizante dizer que se vivia no território da Cova da Moura, quanto mais a Cova da Moura ser considerada um território crítico ou um território deprimido. E era a terminologia que era usada. Não quero isso dizer que a IBC, uma iniciativa da administração central, não tenha sido fundamental e importante para pôr no mapa e na agenda esses territórios e perceber como é que se podia atuar com as comunidades locais para, no fundo, perceber como é que se resolvem as situações de maior profundidade estruturais e coisas de menor profundidade. Portanto, nós vínhamos deste caldo. Com esta experiência, fomos olhar para a cidade de Lisboa e fomos percebendo que a cidade de Lisboa é de fato muito, muito heterogénea. Por exemplo, do ponto de vista europeu, nós temos muita dificuldade em ter fundos estruturais para vir para a cidade de Lisboa porque ela é considerada uma cidade sem problemas. Porque, se fizer a análise da cidade, no todo, ela está de fato num nível que outras cidades e outros territórios do país não estão. Mas o problema da cidade é ter bolsas, e bolsas de profunda pobreza. Ou de falta de investimento em

determinadas áreas que são fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida da população. Portanto, nós que vínhamos desse caldo, dissemos: “A primeira coisa que nós temos que perceber é qual é o nosso objetivo. Nosso objetivo é pôr, tal como a IBC, na agenda, fazer visibilidade e ter os instrumentos vários, que nos permitam atuar nesses territórios”. E por isso, a primeira coisa foi mudar o nome. Daí os BIP/ZIP, daí transformar os territórios de intervenção prioritária ou uma zona de intervenção prioritária. Que é diferente para quem lá vive, saber que é um BIP/ZIP, até porque a terminologia é uma coisa que fica no ouvido, se pode tornar uma marca identitária positiva, em detrimento do que eram as outras terminologias. O que é que fizemos? Análise *socioterritorial* e socioeconómica de Lisboa inteira com três vetores: a condição socioeconómica da população, as condições de desenho urbano, e em particular as questões ambientais, das zonas verdes, dos equipamentos, da mobilidade, se esses territórios estavam cozidos, do ponto de vista físico, na malha urbana, ou não. E, portanto, esses foram as três componentes que nós pensamos: questões ambientais, urbanísticas e as condições socioeconómicas das famílias. E com isto, nós tínhamos a fratura *socioterritorial* da cidade. Fazendo análise desses três indicadores, identificamos os tais, que não foram 67 no início, foram menos, foram 63 BIP/ZIP. Isso foi feito com equipa técnica interna, da CML, com acompanhamento académico. Depois disso identificado, não podíamos parar por aí. Então fomos fazer um processo participado, pondo à consideração da cidade, das Juntas de Freguesia [JF] - que, para nós são governos locais democraticamente eleitos, têm também a sua legitimidade no território - as associações de moradores, vamos perguntar se isso faz sentido. E se se auto identificam, e isso é muito importante, que é perceber como é que as pessoas se identificam e se auto identificam nos territórios. Lisboa é uma cidade de bairros. O Porto, já não se diz que é uma cidade de bairros. Mas o bairro não é uma unidade administrativa, é uma autoidentificação. Não é como em Paris que tem os *arrondissements*, nós não temos. Unidade de bairro não é uma unidade administrativa, mas todos nós e o poder local, identificamos como legítimo, como autoidentificação das pessoas que vivem no território, mas também coletiva, do ponto de vista de quem vive na cidade. Por isso ouve falar no bairro ‘a’, no bairro ‘b’, no Bairro das Ex-Colónias, no Bairro dos Atores... não existem essas unidades administrativas, mas as pessoas que vivem naquelas zonas, identificam-se assim. Portanto, o que fomos fazer? Processo participado, dividimos a cidade em vários pedaços, para poder ser produtivo, em auditório para discussão, depois com um material por CTT distribuída a toda a população, para as pessoas se pronunciarem do que é que sentiam falta nos seus territórios e se isso fazia sentido ser considerado de intervenção prioritária. Depois desse processo, elabora-se a Carta BIP/ZIP, primeiro instrumento de política de intervenção nos territórios. Esta Carta BIP/ZIP é uma carta de planeamento urbanístico porque está anexa ao PDM [Plano Diretor Municipal]. Esse foi o primeiro instrumento, e ele é genérico. Demorou alguns anos para que se interiorizasse também no planeamento da CML, mas a ideia da Carta é, com esses territórios identificados, nós, poder local, quando fazemos a nossa planificação, nas várias áreas, nós temos que olhar de forma prioritária, não estigmatizante, mas preocupada, para estes territórios e para as condições transversais desses territórios, portanto, primeiro instrumento. Volto a dizer, por alguma razão nós na altura quisemos nos associar ao PDM, máximo

documento estratégico. Nosso princípio, nosso objetivo era que ele fosse cada vez mais apropriado, o conceito e a Carta, apropriados por todos os nossos colegas vereadores, no seu planeamento. Mudar formas de planear uma cidade e dentro dos serviços, em particular, coisas que sejam feitas com a cidadania, com a participação, não é fácil, demoram anos. Mas nada como ir insistindo. Nós tínhamos a consciência que não era de um dia para o outro, que de repente aquele instrumento do ponto de vista urbanístico, da mobilidade, da cultura, do desporto, da educação... nós não tínhamos a veleidade que fosse de repente agora ser o conceito BIP/ZIP a liderar, nós sabíamos que não. Mas, devagarinho, a verdade é que hoje, passados dez anos, a coisa que mais prazer me dá - e eu estou há seis anos como vereadora, mas eu estava na equipa anterior, de constituição desse processo - a coisa que mais prazer me dá é ter um qualquer colega meu vereador ou colega vereadora, dizer que “o conceito dos bairros BIP/ZIP, para mim, é orientador na minha área de atuação”. Para mim, isso é aposta ganha. Durante muito tempo, internamente, olhavam para os BIP/ZIP e diziam: “Ali os malucos da habitação e do desenvolvimento local”. Também, pelo fato de que nós, que estamos nessa equipa, não vimos de uma estrutura partidária clássica, nós fazemos parte de um movimento de cidadãos muito heterogéneo. Diziam: “Lá estão os malucos da participação e da cidadania a fazer coisas”. Deixa-os estar. E embora isso não seja muito agradável, há que ter paciência, respirar fundo e deixar estar que isso um dia vai surtir efeito. E surte. Hoje, quando a cultura vem ter comigo, porque eu, desde que sou vereadora, estou no desenvolvimento local e tenho não a Carta BIP/ZIP, mas o PPL, vem ter comigo e diz: “Olha, eu estava a pensar isso na área da cultura, relacionado com a questão das comunidades, isso entra no conceito BIP/ZIP”. Eu fico toda contente, porque para mim, é aposta ganha. Isso não é do desenvolvimento local, isso é um instrumento e um conceito do planeamento de Lisboa. Isso foi o primeiro instrumento, a Carta. Depois pensamos assim: “Como é que nós encontramos uma forma de tornar esse conceito, que pode parecer bastante teórico, em um instrumento que vá enraizando nos territórios esse princípio de trabalho local. No fundo isso era um recado interno e externo. Externo, também para as comunidades, já vamos falar da dificuldade de fazer mobilização e da falta de confiança que há das comunidades locais em relação ao poder local, também existe, como é que isso se altera, como é que isso é um processo complexo. Mas também era um recado interno que é, deixa lá pensar um produto e um instrumento, estrategicamente que faça perceber aos serviços públicos, aos outros vereadores, que é importante ter programas destes. Surge o Programa de Parceiras Locais BIP/ZIP. Nosso primeiro objetivo com o programa era que nenhuma candidatura poderia ser individual, tão mais importante que o produto final, era o processo. O fato de haver um conjunto de associações, já sediadas nos territórios, que ou não falavam umas com as outras, ou não trabalhavam umas com as outras, ou na verdade tinham pouca relação com a população. Como é que nós encontramos um mecanismo que incentive a que todos os processos sejam de plataforma de parceiros, vários parceiros e, sempre que possível, com consulta à população e com decisão da população quanto ao que candidatar? Tão importante quanto o produto final que era candidato ou que depois era executado, era o processo. O que é que isto deu? Deu para nós percebermos que, ainda que existisse informalmente associações nestes

territórios todos, praticamente, a sua capacidade de implantação no território, e a sua dinâmica eram muito diferentes umas das outras. Também desta pouca relação que algumas delas tinham com a comunidade local. E por razões umas endógenas, outras exógenas. Nossa primeira abordagem foi: “Ok, isso é dirigido às comunidades locais, as comunidades locais que têm que se auto-organizar”. Então, nas primeiras edições de acompanhamento da nossa equipa, porque era uma coisa nova, nós próprios estávamos a ver como é que ia funcionar o programa, mas a decisão do que é que candidatavam, que tipo de projeto, a construção do projeto era por parte das comunidades. Depois, a segunda, que eu acho que é a grande diferença em relação ao Orçamento Participativo [OP] é que havia um processo de candidatura, havia uma análise do júri e depois eram pontuadas e no limite do orçamento, havia uma quantidade que estava acima da linha d’água. E depois, a execução dos projetos, fossem eles de índole mais material ou imaterial, eram feitos pelas comunidades. Isso é a grande diferença para o OP, em que a execução é do lado da Câmara ou da JF. No OP a cidadania ativa propõe, a Câmara analisa e executa. Aqui a cidadania discute, propõe, a CML analisa, financia e a mesma comunidade que projetou, executa. Evidente, que quando eram ações materiais tinham muito apoio técnico, até da CML, porque não se faz um *skate park* - estou a me lembrar do *skate park* do bairro Horizonte porque foi dos primeiros – sem ter apoio técnico. Mas a ideia é, quem pensa, executa. Isso também dá uma outra coisa, que tem a ver com a corresponsabilidade na gestão de fundos públicos e na execução dos projetos. Este era o nosso grande objetivo com o PPL. O que nos levou a esse instrumento? Evidente que ao longo destes dez anos, e por isso para mim é muito importante análise crítica desses dez anos, isso teve muita flutuação. Isto é, eu não tenho a inocência de que não houve alguma perversidade, no sentido em que de repente, houve organizações que quase se profissionalizaram no fazer candidaturas BIP/ZIP, eu sei que sim, e por isso é que aparecem candidaturas que a mesma temática é transversal a toda a cidade. Por um lado, é natural que a temática do combate à violência doméstica, ou do combate ao absentismo escolar, haja uma transversalidade e possa ser aplicada em qualquer BIP/ZIP porque está presente na análise da situação de cada BIP/ZIP esta questão. Mas também porque há, volto a dizer, organizações que acabaram por se profissionalizar no produzir projetos para poder ser apresentados ao programa BIP/IP. Portanto, o que nós fizemos a meio do PPL, voltamos a ser muito claros que, na análise do júri, quanto mais a decisão fosse de consulta da população e que pudessem comprovar um processo participado na elaboração da proposta, mais pontuação tinham. Isso para evitar a coisa de, por exemplo, eu e tu estamos profissionalizadas no fazer um produto, depois vamos à comunidade e apresentamos. Isso já é um critério, percebemos isso e voltamos. Estes dez anos de projetos BIP/ZIP produziram coisas materiais, de equipamentos que são, lá está, só um suporte para uma série de pontos de encontro da comunidade, isso para mim, é ganho absoluto. Também produziram capacidade de análise crítica, de maior mobilização, de maior reivindicação em algumas comunidades, o que pra mim também é positivo. Aconteceram coisas muito interessantes que foi o surgimento de novas associações. Vou dar um exemplo, no Bairro Horizonte, que é um bairro ex-SAAL, do pós 25 de Abril, que tem um processo de bastante luta com a administração central, com a nossa parceria, de regularização do bairro. Quando eles

começaram a candidatar-se aos BIP/ZIP, a primeira candidatura era uma coisa absolutamente cirúrgica, que era preciso fazer uma intervenção genérica no bairro e toda a gente se mobilizou, nem sequer houve grande dúvida da comunidade sobre o que é que queriam candidatar. E era uma comissão de moradores desde o final nos anos 1970. Segunda candidatura BIP/ZIP: “Nós precisamos de um espaço físico que nos agregue”. Decisão da comunidade: “Nós queremos um *skate park*, porque os miúdos querem andar de *skate* e não têm.” O *skate park* foi construído. A partir deste, a mobilização foi tanta que eles disseram: “Agora nós queremos mais, nós queremos fazer uma associação de moradores”. E aquilo que era uma comissão de moradores passou a ser uma associação de moradores. Tem uma importância muito especial nessa comunidade, é que para interlocutor com a administração central é diferente, do ponto de vista legítimo e legal ser uma associação de moradores constituída ou ser uma comissão informal. Portanto, essa dinâmica deu isto, e isto aconteceu noutros territórios. O que é que também aconteceu, que eu acho que é o positivo – estou a falar do que é positivo, mas também tem o revés e o falhanço – mas que foi muito importante para nós. Houve territórios que tinham pouca maturidade efetiva, pouca dinâmica, e que com o processo de ignição dos BIP/ZIP começaram um processo reivindicativo mais estruturado. O PPL não tem como objetivo responder aos problemas estruturais da cidade, das comunidades. Isso para mim é muito claro, afirmo-o sempre. Mas tem uma particularidade, uma vantagem muito grande, é que também permite a nós, administração pública local, perceber onde é que estão as situações mais difíceis e de fratura que precisam ter uma intervenção estrutural. Depois cabe-nos, responsabilmente, atuar. Este processo dos BIP/ZIP também permitiram que as comunidades também comessem a exigir mais da administração local. Volto à questão do Horizonte. *Skate park* foi feito, equipamento fantástico. Com a comunidade escolar, porque o Bairro do Horizonte fica parede-meia com [a Escola Artística] António Arroio, portanto mobilizou-se a Associação Nacional de Skate, a Federação dos *Skaters* de Portugal, a JF, a escola. No momento a seguir: “Epá, não faz sentido isso ficar aqui isolado, quando há um terreno ao lado que está a ser mal utilizado para despejo de inertes ilegal. Nosso processo reivindicativo tem esse espaço arranjado, temos esse espaço utilizado, então o que é que se vai fazer aqui a seguir?” A JF e CML: “Meus amigos, então esse terreno aqui ao lado?” Candidataram a possibilidade de construir um ringue desportivo, que ainda por cima, tem uma vista bestial porque é no cimo da colina das Olaias. Repara, era uma zona que estava como monte de lixo e de repente é vivido pela comunidade, por aquela, e pela comunidade em volta, nasce daquela comunidade e abrange mais. Mas a JF disse assim: “O que faz sentido, agora que temos aqui um espaço desportivo, é pôr aqui umas máquinas de *fitness*, porque as pessoas mais velhas não jogam a bola, mas também fazem prática desportiva”. E foi a JF que se disponibilizou, já não era o BIP/ZIP, era uma ação da administração local. Estou a dar o exemplo do bairro Horizonte, porque se vê. Há outros processos menos materiais, digamos, como nos bairros da PRODAC. Bairros de autoconstrução também em que o processo de regularização é com a CML, já não é mais com a administração central e já estava a decorrer, mas precisavam de um espaço, porque aquela comunidade é muito ativa. Pessoal que veio das Beiras a construir a cidade. “Precisamos de um anfiteatro ao ar livre”. Partiu do BIP/ZIP a construção

de um anfiteatro ao ar livre e aquilo começou a fazer as pessoas perceberem: “Então, nós podemos reivindicar da JF ou da CML o arranjo dos taludes, o arranjo da iluminação pública”. Portanto, esse processo de contaminação é importante. Para mim, o fator de ignição do PPL traz isso. Onde é que há processos que me preocupam e que eu acho que precisamos de melhorar? Também há territórios em que os projetos BIP/ZIP que são apresentados só têm como objetivo a ignição e que podem ser efêmeros. Eu não tenho a veleidade de que todos os projetos BIP/ZIP que foram surgindo ao longo da história dos projetos BIP/ZIP sejam para ter um passo a seguir. Pode haver projetos cujo objetivo era única e exclusivamente, por exemplo, criar uma associação de moradores. A festa comunitária, a discussão comunitária sobre o bairro tinha como objetivo criar a associação de moradores. Foi criada, esse objetivo foi cumprido com o projeto BIP/ZIP, agora o que é preciso é a associação de moradores seguir o seu trabalho. Aconteceu, por exemplo, no bairro Portugal Novo e no bairro das Olaias. A associação de moradores criou-se porque era importante criar a associação. Já tinha havido um BIP/ZIP que não tinha corrido bem, não se tinha conseguido concretizar o BIP/ZIP, porque aquela comunidade não tinha estrutura suficiente, era dura, difícil, e o BIP/ZIP era criar um parque infantil e não se conseguiu fazer. Por uma razão simples: não havia massa crítica para que aquilo acontecesse. Qualquer intervenção naquele território era vista como uma possibilidade de combater determinadas práticas, nomeadamente de tráfico de drogas. Houve uma ameaça aos trabalhadores que disseram: “Nós não vimos mais cá” e isso não se fez. Isso é um falhanço de um projeto BIP/ZIP. Mas, anos depois surge uma associação de moradores e ela diz: “Então agora, nós vamos candidatar ao BIP/ZIP para podermos consolidar o nosso trabalho e para podermos criar massa crítica na comunidade”. Aqui foi ao contrário, a associação criou-se e candidatou-se ao BIP/ZIP. Mas também já tivemos o contrário, já tivemos situações em que a única coisa que era necessária era colocar as comunidades diferentes no território a falarem umas com as outras. O PPL tem três eixos de candidatura, são 5 mil, 25 mil e 50 mil euros e há coisas que é só uma festa comunitária, e o que aquele território precisa para começar o seu processo, é de uma festa comunitária. Magnífico! O PPL tem essa função, de ignição, de ampliar e de sedimentar intervenções, tem a função de alertar a administração local de que é preciso intervenções estruturais que não cabem em 50 mil euros e feitas pelas comunidades. É positivo, nesse sentido, qual é o risco? É quando a administração não consegue responder àquilo que são as expectativas criadas, muitas vezes, por um processo de ignição. Este é o momento em que nós estamos, de perceber como é que nós encontramos um mecanismo de projetos, porque os BIP/ZIP tem a duração de 12 meses mais a sustentabilidade, mas há muitas comunidades que tentam repetir o financiamento ao longo dos anos, para poder que essa sustentabilidade alimente mais sustentabilidade através de um BIP/ZIP. E há coisas que não se coadunam com doze meses de intervenção e com 50 mil euros, que é o limite desse PPL. E por isso, aquilo que nós estamos a estudar e é o passo que nós precisamos dar agora e que para mim não é fácil, no sentido de pensar como é que se faz em termos contratuais. Há projetos que chegaram a um processo e maturação que precisam de um plano de intervenção a três anos, quatro anos. E isso tem uma estrutura e um peso orçamental na CML que não é um projeto de ignição dos BIP/ZIP. Mas as pessoas daquelas

comunidades que foram, ao longo dos anos, maturando com o processo dos BIP/ZIP têm uma expectativa e, portanto, a dificuldade agora é gerir essa expectativa e corresponder.

CF - O PPL é coordenado pela Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local da CML, mas suas ações interseccionam vários outros departamentos da administração municipal. Como se dá essa articulação multissetorial da governação da cidade, no BIP/ZIP?

PM – Ele é coordenado pela Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento local, pelo Departamento de Desenvolvimento Local, o DDL, e sempre ao longo desses anos nós fomos construindo pontes de contato nos outros departamentos. Numa fase quer de análise de projetos, quer depois na fase de implementação, o que se faz é a Divisão que acompanha os vários projetos - porque a divisão tem o território segmentado e depois há uma equipa que acompanha aos do Oriental, outra equipa que acompanha aos do Sul – aciona os pontos de contato. Quando há entropia, porque há, sobe na hierarquia e às vezes sobe até mim. Isso é como o sistema está montado. Nós temos uma forma de trabalhar muito fluida e também isso tem a ver com a forma como eu me relaciono com os serviços. Quando na fase de análise das candidaturas, quando há candidatura que a equipa está fazendo análise interna que são interessantes, mas que podem não ser viabilizadas porque entroncam demasiado com um setor que não depende da nossa análise, normalmente, acionam-me para que não haja o perigo dela nem seque ir a júri. Faço eu, aciono o Vereador respectivo. Por exemplo, se é licença de uma obra e claramente é preciso que quando chega a análise do outro serviço não haja uma recusa imediata, ‘chapa 5’, como nós dizemos. Então, sou eu que sinalizo: “Atenção, que estamos no processo de avaliação das candidaturas BIP/ZIP e há aqui uma que tem uma potencialidade muito interessante, mas atenção que tem essa condicionante burocrática. Quando lá chegar não é ‘chapa 5’, tenham em consideração que isso é um processo que vem dos BIP/ZIP.” Há esta articulação interna, se me perguntar se há entropia, há. Isso não é uma máquina, o sistema está montado, mas depois há as idiosincrasias de cada estrutura e, portanto, muitas vezes, o que está previsto é, quando há entropia, quando a coisa encrava, é sinalizada e acionada a hierarquia.

CF - Como se deu a formação dos GABIP? Há a previsão de criação de novos GABIP?

PM – Quando falávamos no conceito, no início, comecei a falar de instrumentos que me possam materializar uma estratégia. O PPL é um, os GABIP são outros, não são subsequentes, são paralelos. A única coisa que é a montante, a *priori*, foi a Carta e o conceito. Depois, em simultâneo, nós criamos o PPL e o conceito da estrutura GABIP, por quê? Quando nós criamos o primeiro GABIP, foi uma coisa muito circunstancial. Nós tínhamos a decorrer na altura, um processo bastante denso e bastante complexo no nosso maior bairro de habitação pública, o bairro Padre Cruz e que tinha a ver com o processo de regeneração total do bairro. É um bairro municipal, que tem duas fases de intervenção, uma fase pós-75, de construção, outra nos anos 1990 através do PER, o Programa Especial de Realojamento, mas subsistia quase um terço do bairro em casas de alvenaria com muito más condições, com telhados de fibrocimento, que já não respondiam às necessidades, às condições de habitabilidade e de mobilidade da população. Tinha havido anteriormente uma tentativa de processo de requalificação que não tinha

corrido bem e nós fomos analisar o porquê. Era um processo *top-down*, hierarquizado, com um confronto muito grande com a JF e com a população, portanto aquele projeto parou. Estava o bairro com uma descrença muito grande do processo de requalificação e começamos a pensar como é que nós montamos uma estrutura que nos permita, não pondo em causa a legitimidade democrática, de quem é eleito, quer nas JF quer nos órgãos do município, como é que nós montamos uma estrutura que possa pôr sentando à mesma mesa a população, governo local, CML, JF. E uma outra questão que para nós tinha sido clara nesse processo, que é como é que nós conseguimos pôr os vários setores da CML a falar uns com os outros sem terem medo de que ‘o meu quintal fosse comido pelo quintal do vizinho’. Também com o lastro que tínhamos da experiência da IBC porque havia uma espécie de estrutura de cogovernança da administração central e local, pensamos: “Por que é que não fazemos uma coisa mais fluida e menos formal em que há um núcleo de trabalho que obriga todos os setores internos da CML ou das empresas municipais a sentarem-se à mesma mesa e a discutirem de forma transversal e holística, se quisermos, a intervenção no bairro? Depois, como é que pegamos nesse núcleo e juntamos o governo local, JF e associações de moradores, como representantes da população, e instituições que trabalham no território, como a Santa Casa de Misericórdia que, digamos, é aquela instituição em Portugal que mais trabalha nos territórios? E como é que nós temos uma espécie de conselho mais alargado, onde cabem os vereadores, onde cabem as outras organizações que fazem parte do bairro, culturais, desportivas, a comunidade académica, que esteja perto do território, como é que nós conseguimos montar isso?” Foi assim que surgiu o GABIP do bairro Padre Cruz que é o primeiro e que tem uma estrutura igual a todas as outras. Tem um núcleo técnico, que é mais um ovo porque tem o núcleo, a parte da gema que agrega a JF, associações de moradores e as instituições dos territórios, e depois a comissão alargada onde tem as outras organizações todas e onde têm informalmente acento os vereadores. Isso é muito fruto da anterior Vereadora e da maneira de nós sermos. O processo bairro Padre Cruz foi um processo muito complexo que continua ainda hoje a funcionar e que tem um projeto gémeo no bairro da Boa Vista. Implicava pelos menos numa primeira abordagem, numa primeira fase, a presença da Vereadora. Portanto, como isso não é estanque, os vasos são comunicantes entre os núcleos, a anterior Vereadora, Helena Roseta, tinha por hábito ir às reuniões da comissão executiva e eu mantive esse hábito. Elas funcionam muito bem, em particular essa do bairro Padre Cruz e o do bairro da Boa Vista funcionam muito bem. Porque de fato a coisa é discutida à exaustão. No início a coisa não foi fácil, porque ter à mesma mesa a técnica de intervenção social, a técnica da GEBALIS, a técnica dos espaços verdes, a técnica da JF, o presidente da JF, eu... A discussão é imensa, como deves imaginar. Mas a verdade é que nós realojamos no bairro Padre Cruz quase duzentas famílias sem uma situação de estresse. Contestação há. “Não quero isso, quero um desdobramento, quero uma casa, não quero esta casa, quero outra”. Isso acontece, faz parte, nós já incorporamos isso. Agora nós conseguirmos chegar à família e a proposta que nós lhe fazemos vir de todo o conhecimento destas pessoas que são diferentes (a JF tem uma, a associação de moradores tem outra, a técnica de intervenção social tem outra), quando nós chegamos à família e levamos a proposta que mais se adequa à família, já depois de termos ouvido, isso só é possível

se tiver uma estrutura dessa. O GABIP criou-se assim e criou-se o GABIP Padre Cruz como experiência e depois nós pensamos: “Ok, vamos olhar para o território e ver em que zonas nós temos processos dessa densidade e dessa complexidade, que faça sentido a criação de um GABIP”. Foi assim que surgiram os outros. Isto implica um trabalho de coordenação muito grande e se me perguntarem se faz sentido ter uma unidade dessas em cada um dos BIP/ZIP, não em cada um deles porque são abordagens diferentes, mas em todos os territórios, ou ter um ou dois em cada umas das zonas da cidade, sim. Mas eu não tenho capacidade, do ponto de vista dos serviços, porque isso tem um coordenador. Não tenho capacidade. Portanto nós preferimos ter esses a funcionar e bem, onde mais precisa, do que ter o instrumento disseminado, mas depois ele ser obsoleto. E lá está, outra vez, gestão de expectativa.

CF - Faz sentido que ele passe a existir onde ele é necessário, onde ele é reivindicado.

PM – Sim. Por exemplo, um que está em *fade out*. Há um processo muito complexo, uma experiência extraordinária, junto aos Sapadores, Torres de Outeira. São duas torres de habitação pública dos anos 1980 e uma das zonas mais interessantes da cidade, uma vista bestial, umas torres que agora estão de amarelo, antes eram cor-de-rosa. Estava a te dar um exemplo de um belíssimo funcionamento do GABIP, agora vou te dar o exemplo de um funcionamento difícil de um GABIP, e a responsabilidade do mal funcionamento aqui é de todas as partes, nomeadamente da associação de moradores, mas isso acontece. Por que é que nós decidimos criar esse GABIP? Também foi reivindicado, já existiam os outros e a população e a associação de moradores disse: “Nós aqui fazemos sentido estar nesse processo”. Porque as Torres de Outeira são 160 famílias, e essas, a quatro pessoas cada família, são mais de 600 pessoas, é significativo. Tudo concentrado. Essas torres estiveram durante muitos anos completamente abandonadas, em termos de reabilitação, porque havia um consenso relativamente alargado, até aqui na CML, das várias forças políticas, de que aquilo era para demolir. Depois tinha um problema: “O que fazer com as pessoas?” Aquelas pessoas viviam ali, é preciso perceber essas coisas. Viviam ali em condições miseráveis e depois foi feito um processo de construção, construção participada, no pós 25 de Abril, construção participada na forma de apresentação do projeto. As mesmas que viviam em más condições continuaram a viver ali. Portanto não era fácil dizer: “Agora vamos disseminar essas pessoas pela habitação municipal à volta ou pela cidade toda e demolimos as torres.” Ainda assim foi feito, para se poder tomar outra decisão, um processo participado de análise multicriterial com o Laboratório de Engenharia Civil (LNEC) por causa das estruturas. E o LNEC podia dizer assim: “Isso é tudo muito bonito, mas essa estrutura tem que vir abaixo porque não tem viabilidade”. Podia acontecer. Nesse processo de análise nós incluímos os moradores, então o GABIP estava constituído. A associação de moradores participou nesse processo de análise multicriterial que foi feita com professores do [Instituto Superior] Técnico, que trabalham com instrumentos de análise multicriterial até no Exército, mas que nos ajuda a ter instrumentos de análise e para decisão. E com a associação de moradores desde o início. E depois nós pensamos: “Ok, a decisão foi tomada, isso é para manter e vamos fazer a reabilitação total das torres”. Para podermos fazer isso, nós precisamos de um GABIP, porque isso não ia ser fácil, porque a reabilitação, por questões estruturais, a reabilitação interna,

de fachadas, cobertura, substituição de janelas, dos poços de elevadores... Eventualmente, até tínhamos de fazer, felizmente não foi necessário, fazer a substituição de todas as redes de eletricidade, de água, de esgotos que, felizmente não tiveram de ser substituídas, se não tínhamos de partir a esquelética e as pessoas tinham que sair todas. Para fazer isso, precisávamos de um GABIP e ele foi constituído. Se no Bairro Padre Cruz a perspectiva de quem está no GABIP é: “Esta é uma estrutura de corresponsabilidade, codecisão, codiscussão.” No GABIP das Torres de Outeira não aconteceu assim. E desde o início houve uma clivagem entre a Associação dos Moradores e os organismos de: “Nós estamos no GABIP, nossa postura é reivindicativa.” E isto contaminou. Conseguiu-se, ainda assim, com muito exercício e com alguns dias de discussão. Eu própria tive situações de discussão nesse GABIP de dizer: “Eu vou me levantar e vou sair. Eu não estou aqui numa parede de fuzilamento, lamento. Das duas uma, ou estamos aqui juntos para fazer a discussão, produtiva, ou isso não vale a pena.” Os técnicos começaram a dizer: “Desculpe lá, mas eu não estou disponível para ser insultado, mal tratado permanentemente. As minhas competências técnicas e a minha idoneidade sendo postas em causa... Gosto do meu trabalho, mas não estou disponível para isso”. A associação de moradores dizia: “Não nos dão informação, não nos respondem.” Se no Bairro Padre Cruz eu consigo ter uma relação com a população através da associação de moradores, aqui eu tenho muitas dificuldades. Porque não sei até que ponto a população se sente mesmo representada pela associação de moradores, mas isso é uma questão que eles têm de resolver. Por exemplo, eu nunca consigo reunir com mais do que dois elementos, e sempre os mesmos ao longo desses dez anos representando os moradores, nunca aparece mais ninguém, o que é estranho. Na associação do Bairro Padre Cruz eu conheço todos os elementos da associação, na Boa Vista também. Eu também procuro me excluir daquilo que é a relação entre a associação e os seus associados. A não ser que me seja sinalizado pela população: “Não me sinto representado”, aí eu devo ir falar com a associação de moradores. Mas isso foi um exemplo de um GABIP que conseguiu chegar a bom porto de seu objetivo inicial que era acompanhar as obras. Houve um momento muito interessante, que eu acho que foi muito produtivo, quando a associação de moradores chegou e disse: “Nós gostávamos de fazer um processo participativo com os moradores para nós definirmos as cores das Torres.” O autor do projeto está vivo, é o arquiteto Silva Graça, eu fui falar com o arquiteto. Esse projeto implicou uma coisa muito interessante, que eu sabia que era sensível, que era: as duas torres tinham um corpo de ligação, que quando foi projetada era uma coisa muito bonita porque era um corpo comum, era o espaço da associação de moradores, comunitário, para as assembleias de moradores. Mas nunca funcionou, portanto era o espaço da discórdia, porque não era ocupado, era vandalizado, fazia com que as torres fossem fechadas e o ideal era partir aquilo e fazer uma praça, que fazia ali a ligação entre as duas zonas e foi logo a primeira abordagem. Porque atenção, independentemente dos GABIP, nós fazemos reunião com os moradores, e assembleias. Nós quando fazemos um projeto de intervenção, nós vamos apresentar aos moradores. A primeira coisa que a população disse foi: “Nós queremos isso aberto, porque isso é muito tráfego, é muito consumo e nós queremos isso aberto, queremos praça, queremos ar aqui.” E o projeto foi feito nesse sentido, eu comecei

a falar com o autor do projeto, Silva Graça, disse: “Passa-se isso assim” e ele disse “Autorizo”. “Mas agora a população quer fazer um processo participativo” e ele disse: “Eu, como sabe, defendo muito os processos participativos, mas tenho um problema. E se eles decidem pintar aquilo de verde fluorescente?” Eu disse: “Não, calma”. A associação de moradores disse: “Nós temos consciência que não podemos pintar aquilo às bolinhas, mas gostávamos de ter uma diversidade de cores que podem ser aceites e nós sobre isso fazemos um processo participativo.” Magnífico! Nenhum de nós se envolveu, a associação de moradores fez sua escolha. Houve um momento muito interessante. Outro momento foi: “O que nós vamos fazer com os espaços não habitacionais em baixo?” Vamos fazer café, um espaço para a associação de moradores, a lavanderia social que tanto é precisa nessas zonas? Isso foi discutido com a associação de moradores. O que é que nós analisamos desse instrumento, o GABIP? Ele cumpriu a sua função, as obras foram feitas, as obras mais dia menos dia estarão implementadas, não nos faz sentido que este GABIP continue com essa função e, portanto, nossa proposta, que ainda não tive resposta dos outros parceiros, é que esse GABIP tem que fazer um *fade out*, não faz sentido ele continuar como está, até pelo historial de confronto e dificuldade que ele foi todos esses anos, já está tudo muito massacrado. Mas há uma coisa muito interessante que sai daqui, as pessoas de Outeira, das duas torres, estão inseridas dentro de uma comunidade que está muito fechada. Isto é, a associação de moradores e as Torres não se abrem muito à comunidade em volta. E nós estamos a falar da vila aqui ao lado, as questões de mobilidade, da gentrificação, são questões que dizem respeito a toda a gente, do tráfico, do consumo, diz respeito à toda aquela comunidade. O que estou a pensar é, este GABIP teve a sua função, não podemos dizer que é um sucesso, porque do ponto de vista do processo relacional, do processo participativo dos moradores não foi como são os outros, mas apesar de tudo cumpriu a função de acompanhar a obras e pelo menos de fazer a circulação da informação, mas deve ser fechado, com esse propósito, e deve ser pensado um grupo comunitário, uma estrutura mais fluida e mais alargada em que se incluam as pessoas, os vizinhos do outro lado do muro, porque tem lá um muro. Que se discuta com os vizinhos do outro lado do muro os problemas do tráfico, do lixo, que foi coisa que nunca foi conseguida neste GABIP, era sempre muito fechado naquelas torres. Portanto, nós fomos aprendendo, dei um exemplo positivo e de outro que não funcionou. Há que fechar e encontrar outra forma de trabalho.

CF - É uma experiência muito contextual, a dos GABIP.

PM – Sim.

CF - Acha que um observatório poderia ser útil para a monitorização dos BIP/ZIP, também para o fortalecimento das redes de colaboração que neles atuam? A CML teria abertura para ser cogestora desse observatório? Quais os principais desafios?

PM – Acho que um observatório, que tenha como objetivo fazer a monitorização crítica do conceito BIP/ZIP, da intervenção que ele produziu na cidade e de seu resultado tem que ter obrigatoriamente a participação dos territórios. Mas como é que essa representatividade é feita? Tem que ter a representatividade dos territórios, de quem está envolvido no processo do ponto de vista da

administração, técnicos locais, técnicos das JF - as JF porque a análise tem de ser multissetorial, de quem está nos territórios. Para mim não pode ser uma coisa constituída só pela comunidade acadêmica ou só pelas comunidades locais, tem que ser uma plataforma ou um organismo que tenha a participação de todos aqueles que ou trabalham no processo ou são objeto do processo. O que eu gostava de ver medido? Eu acho que se há coisa difícil de medir do ponto de vista do impacto, são coisas que não são mensuráveis do ponto de vista estatístico. Eu consigo medir se houve mais número de assembleias com a população ou não, consigo medir se houve mais reuniões ou não, mas isso não diz tudo. O que eu não consigo medir? Como é que esses processos influíram na capacidade de ação reivindicativa ou na capacidade de ação cívica ou de participação cívica, até de outras questões que não tem a ver com esses processos cidadãos? Eu não sei como é que isso se faz, mas acho que é uma das coisas fundamentais. Como o programa BIP/ZIP é um programa de ignição, como falamos no início da conversa, às vezes o que era necessário era pôr as pessoas a discutir. Como é que eu meço isso, não é? Eu posso, por exemplo, medir o número de equipamentos de usufruto público que foram construídos ao abrigo do BIP/ZIP, eu posso medir e acho que é importante porque tem a ver com a qualidade de vida nas comunidades e na cidade - porque quando eu faço um *skate park* eu não quero que só os meninos de lá vão, quero também que os meninos do outro lado da rua lá vão. Eu posso medir, por exemplo, como é que no bairro da PRODAC ou no bairro Horizonte, o processo de ignição deu origem a essas coisas. “Sim, sim, nós agora queremos constituir em organização para irmos à administração central dizer que nós queremos a regularização do nosso bairro”. Isso eu consigo medir, porque aconteceu, agora, como é que eu meço a importância desses instrumentos e desses processos na conscientização individual e coletiva daquela comunidade e do indivíduo no alerta a outras questões como, por exemplo, eu não estava nem aí para as questões da violência doméstica de género e agora passo a estar; eu não estava nem aí para as questões da educação e agora passo a estar? Eu posso medir o número de mulheres que estavam no bairro do Rêgo que estavam em situação de iliteracia ou de quase analfabetismo. Posso medir o número de mulheres que passaram a saber ler e escrever, claro que eu posso, é mensurável. Mas eu não sei como eu meço o alerta que isso fez nas pessoas sobre as questões do racismo, da violência doméstica e da violência de género. Eu acho que isso é um dos maiores desafios que eu tenho, quando eu penso em para quê que serve um observatório. E depois, o que é que eu preciso, como produtora de políticas públicas, é: ok, 10 anos disto é importante, como é que nós potenciamos isso para, se calhar, sedimentar formas de participação e de cogestão no território que eu acho que é o maior objetivo a seguir, como é que nós partilhamos o poder de gestão. Mas também, chamamos as comunidades à responsabilidade de gestão de um território, que não é fácil, muitas vezes, nós já falamos em associação que tem somente uma visão reivindicativa e há muitas nos territórios. Mesmo que seja um processo participado, mas depois quando chega a fase de: “Então vamos lá, como é que nós distribuímos tarefas, responsabilização, responsabilidade de gestão de um território?” Acho que o desafio é montarmos, não digo de forma espalhada por todo o território, mas como experiência quando se tem boas experiências piloto e depois a coisa sedimenta. Como é que nós conseguimos com esse caldo encontrar formas mais estruturadas e

mais distendidas no tempo? Por exemplo, a gestão de processos de intervenção no território diretamente com a população ou com as associações, isto é, eu não consigo montar uma estrutura em que haja uma responsabilidade de gerir um equipamento cultural ou comunitário diretamente com a comunidade? Por acaso na Curraleira estamos a tentar montar isso agora. Mas ir mais além, será que não é possível montar em determinadas comunidades uma estrutura em que as responsabilidades de limpeza, da higiene urbana, espaços verdes... será que eu não posso delegar a uma comissão de moradores a gestão de um jardim? Acho que esse é o maior dos nossos desafios.



## J. ENTREVISTA A MIGUEL BRITO

Entrevista ao Arquiteto Miguel Brito, Diretor Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa (2013-), realizada a 17/01/20, na Câmara Municipal de Lisboa. [1h32min32s]

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

MB- Miguel Brito

CF- Quais outras políticas e programas de desenvolvimento local tinham como referência à época da elaboração da Carta BIP/ZIP e do Programa de Parcerias Locais [PPL]?

MB- De memória, uma das bases de trabalho do conceito e de uma identificação de bairros de intervenção prioritária, com uma carta de territórios prioritários em Lisboa, em termos de processo de trabalho, na matriz da relação de participação, seria de início a questão do processo SAAL [Serviço de Apoio Ambulatorial Local] em Lisboa, na área da habitação; depois a questão do trabalho realizado na Iniciativa Bairros Críticos [IBC], como uma referência, nas suas áreas que se consideravam positivas e noutras em que a experiência não tinha sido tão positiva e queria-se trabalhar com base nessa experiência também; e também a questão do trabalho feito nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal [AUGI]. Portanto a matriz era de processo participativo, envolvimento da comunidade no desenvolvimento do processo, e depois no futuro, na atuação, inspirado naquilo que é o movimento associativo e o processo do SAAL no período pós-revolucionário. Depois, um conjunto de iniciativas que tinham a ver com a dimensão da IBC, ou seja, que já tinham trabalhado as questões da territorialização de algumas vulnerabilidades ou faltas de equidade entre comunidades no mesmo contexto urbano, e o trabalho que se desenvolvia, volto a dizer, na IBC e AUGI, isto num conceito de habitat. Ou seja, ver o território a partir da sua comunidade e da maneira como o habitat dessa comunidade e sua integração numa envolvente urbana, no caso, a cidade de Lisboa, se desenvolvia multidimensionalmente.

CF- É interessante porque são referências locais, nacionais.

MB- Sim, qualquer uma delas tem uma dimensão nacional. O processo SAAL era nacional, com repercussão em Lisboa, cidade em que estávamos e estamos a trabalhar esse conceito dos BIP/ZIP; a IBC também tem essa dimensão nacional e intervenção em várias situações; e a questão das AUGI, é uma questão, do ponto de vista legislativo e de trabalho nacional, que tem também um grande impacto e uma grande dimensão no Conselho de Lisboa. E pronto, na prática, obviamente também, todo o processo de aprendizagem e experiência da habitação municipal pública: dos processos de nova construção e de gestão, do final do Século passado e início deste, os chamados PER [Programa Especial de Realojamento] e PIMP [Plano de Intervenção a Médio Prazo], a construção de gestão municipal, com

os bairros de barracas em Lisboa, com a construção de novos bairros municipais cogерidos pela administração central. Esse, digamos, seria o universo de referência e de base, nessa altura. Só para fazer aqui uma nota: eu chego ao processo [de elaboração da estratégia BIP/ZIP] na conclusão da parte científica, da primeira etapa, que eu acompanhei de fora e foi isso que me fez querer fazer parte e envolver-me nesse processo, mas eu não estava na equipa, no processo inicial.

CF- A parte científica que diz é sobre aquela combinação de indicadores?

MB- Sim. Obviamente que a grande referência do trabalho, o planeamento estratégico de onde ele sai, e que tem essas dimensões todas, e estes conceitos todos bebidos nas várias experiências que eu falei, é a dimensão do Programa Local de Habitação [PLH], que tinha sido desenvolvido antes por essas equipas, e que sinaliza a necessidade de avançar para a identificação e depois trabalho com bairros prioritários. O conceito de bairros prioritários surge do programa estratégico do PLH, elaborado pela equipa municipal, sob a alçada da então Vereadora Helena Roseta.

CF- Os territórios de intervenção prioritária foram identificados a partir da composição de uma série de indicadores que gerou o índice da ‘fratura *socioterritorial*’ da cidade. Quais critérios adotaram para utilizar aquela metodologia, indicadores e não outros?

MB- Para fazer parte da equipa na segunda parte do trabalho, tive que me tornar ‘especialista’ dessas questões, sendo que é sempre uma perspectiva diferente participar ativamente no momento de construção ou analisar o resultado desse momento, que é mais o meu caso. Eu acompanhei os momentos de participação pública da primeira parte, e foi isso que me motivou, atraiu para aquele processo e depois aconteceu de poder participar nele logo a seguir. O PLH faz, nas suas várias etapas, um conjunto de documentos que são definidores e resultados das suas várias etapas, até chegar a um documento e uma matriz estratégica de atuação. Uma das etapas foi a elaboração de um Atlas do PLH, que ia pegando na multidimensionalidade das questões urbanas, ambientais, socioeconómicas na cidade, com a experiência de trabalhos anteriores dessa monitorização, que havia até num Departamento de Monitorização Estratégica, já não me recordo a sigla, mas que faz um Atlas com dados do INE [Instituto Nacional de Estatística] e outros dados, à escala da subsecção estatística, em muitos casos, e noutros à escala da freguesia, e faz um mapeamento e uma análise, pelo menos preliminar, de um conjunto de dados da cidade, nas várias dimensões, correndo indicador a indicador e mapeando. A partir desse Atlas e a partir da matriz estratégica e de proposta de ações concretas para desenvolver a partir do PLH, sai a dimensão de procurar identificar os bairros de intervenção prioritária. A metodologia de trabalho do processo anterior foi embebida do processo seguinte, tanto na dimensão da monitorização, para a primeira fase do processo de identificação, como inclusivamente, na matriz de participação, que já vinha de traz também, na elaboração daquilo que era o PLH e daquilo em termos de participação das forças vivas da cidade, desde a comunidade científica, a comunidade associativa, o poder público, os serviços municipais, os cidadãos massivamente. No fundo, o BIP/ZIP veio aprofundar no seu tema específico e na sua dimensão específica, aquilo que era, digamos, uma matriz de trabalho que já tinha sido desenvolvida, pegando com a experiência anterior, para melhorá-la e aprofundá-la. Na parte científica,

foi fazer isso, olhar para esse Atlas, como ponto de partida na cidade, aprofundá-lo. Depois houve um processo que resulta da dimensão do trabalho da equipa, mais alguns consultores externos e algum trabalho dentro da CML, de por exemplo, numa área urbana, mapear os doze indicadores urbanos, para a cidade inteira, todos às subsecções estatísticas. Porque sabia-se que, enquanto no PLH estamos a falar na escala da cidade, e a tentar sempre a chegar a uma escala mais pequena e rigorosa possível, a escala da freguesia é também uma escala que nos dá informação a um nível muito importante. Quando chegamos à escala dos bairros prioritários, nesse trabalho, eu diria que é importante essa informação, mas eu diria que, sempre que possível, faria sentido ter a informação trabalhada digamos, à sua secção mais pequena. A que se trabalhou foi a subsecção estatística do INE, basicamente frentes de rua, mais pequeno que quarteirões. O que acontece, de 12 indicadores que poderiam existir no Atlas, foi verificado se havia mais indicadores relevantes, que se queria trabalhar e que eram úteis, um trabalho analítico e preparatório dessa equipa. Foi feita essa análise e depois foi feita uma análise que eu considero interessante e que talvez não esteja suficientemente registada, apesar de estar no relatório, que foi tentar perceber, no conjunto de indicadores que existia e que era possível mapear, quais eram os indicadores mais demonstrativos da realidade da dimensão urbana e que podiam muitas vezes, direta ou indiretamente, substituir outros indicadores. Isso para o urbano, para o socioeconómico e para o ambiental, embora este era o que estava menos presente em termos de informação, com menos capacidade de trabalho. Depois houve uma proposta metodológica de, dentro desses, identificar alguns que teriam a capacidade, como indicadores mapeados na cidade, de por si só serem indicativos daquilo que era a escala da dimensão urbana em cada território. Portanto, numa lógica combinatória, que dois ou três desses indicadores, analisados e combinados, eram suficientes para, no fundo, à escala da cidade, se conseguir identificar a gama de diferenças, em termos daquilo a que chamamos de uma escala ou de um índice de performance urbana ou socioeconómica ou ambiental. Foi esse basicamente o processo. A seleção foi feita pela equipa restrita, consultores, equipas municipais, em contato com alguns especialistas da cidade, mas foi uma coisa registada e decidida metodologicamente dessa forma. O processo metodológico onde se consulta uma série de pessoas, depois faz-se um trabalho de equipa, mantém-se a relação com algumas dessas pessoas que continuam interessadas nesse processo e a manutenção de indicadores em processo combinatório e perceber quais eram os índices suficientes para dar resultado e dar informação em termos de performance numa determinada dimensão para criar um índice urbano, socioeconómico e ambiental e depois fazer um processo combinatório para criar uma espécie de índice socioterritorial. E depois ver, dentro desse índice, o que estava abaixo daquilo que considerávamos o nível mínimo que um território devia ter em termos da combinação nas três dimensões. Com uma gama de cores representativa em mapa, os intervalos representavam os territórios com alta probabilidade de estarem com nível de carência e vulnerabilidade abaixo do que se considera o mínimo para a coesão socioterritorial e uma qualidade de vida, a nível médio na cidade.

CF- Posso entender que aqueles indicadores recolhidos para a composição da carta, que são só alguns de todos que vocês trabalharam no atlas, foram escolhidos baseados nessa percepção, que disseste, para identificar aqueles que são mais representativos?

MB- Isso, e para tirar redundâncias. A equipe identificou que esses indicadores traziam dimensões de informação que, direta ou indiretamente, dispensavam o mapeamento de outro indicador porque esses, além da sua dimensão, davam também direta ou indiretamente a informação que outro indicador ia dar. Não era necessário estar a sobrepor informação, sendo que o outro servia, e foi feito na mesma, porque a cidade é muito vasta, essa aplicabilidade nem sempre é em percentil. O indicador não trabalhado no índice combinado, existe para, em qualquer situação, se poder especificamente ir verificar aquele indicador, em qualquer território para tirar qualquer dúvida, qualquer trabalho profundo posterior que se queira aprofundar mais com o indicador que possa ser também relevante. Isso é, nas três etapas: o atlas, um trabalho anterior com um conjunto de um leque muito variado de indicadores; um conjunto de indicadores identificados que são trabalhados no BIP/ZIP; e destes, selecionados alguns que foram combinados em cada dimensão, porque são aqueles que são mais robustos. Isso, numa lógica de eficiência do trabalho, para não trabalhar mais coisas do que aquelas que seriam realmente úteis para o resultado e, portanto, há aqui uma espécie de seleção para chegar àqueles que eram de fato relevantes. Depois podemos abrir, é sempre possível, não é, ter uma discussão a posteriori, sobre se esse processo é o mais indicado, se as escolhas feitas são efetivamente as que fazem mais sentido. Depois é sempre possível verificar isso. Mas a metodologia que eu, não estando na equipa a trabalhá-la e não estando a decidi-la, a propô-la, e fazendo parte desse processo de trabalho, é assim que, de acordo com os relatórios que existem e meu contato posterior com os intervenientes políticos e técnicos desse trabalho, eu a entendo. Pode haver outras percepções, mas acho que é isso.

CF- Atualmente, há alguma monitorização sobre os territórios prioritários e o impacto que recebem dos projetos BIP/ZIP? Vocês monitorizam a evolução desses indicadores, nos territórios, a partir do impacto causado pelos projetos?

MB- A dimensão do trabalho seguinte ao da Carta foi acima de tudo em duas dimensões, mais operativas: um programa de intervenções locais, que é o programa BIP/ZIP de Parcerias Locais [PPL]; e os GABIPS que foram sendo identificados e definidos na cidade, como Gabinetes de Apoio à Bairros de Intervenção Prioritária. E foi criado um grupo de trabalho [GT] BIP/ZIP que tinha como função acompanhar todas as intervenções municipais nesses territórios, o programa BIP/ZIP, apoiar os GABIP e monitorizar esse desenvolvimento. E uma função, salvo erro, específica de monitorização da evolução dos territórios sobre aquilo que era o diagnóstico de partida da Carta BIP/ZIP. Esse GT, como vai fazendo alguns trabalhos nesse sentido, mas em termos de monitorização, esse GT que era pequeno na CML, andou sempre a rondar cinco, seis pessoas, nunca teve a capacidade de arrancar com um verdadeiro processo organizado, metodológico e funcional de monitorização profunda. Não quer dizer isso que não houvesse uma recolha de informação e uma percepção sobre essa evolução, mas ela nunca foi metodológica, por uma questão de capacidade e de prioridade, dada essencialmente ao PPL e ao

acompanhamento de GABIP e de intervenções locais, ou seja, não é necessariamente nem bom nem mau, mas o processo seguinte à Carta, foi sempre um processo de ação, aprendizagem e experiência nos próprios territórios, de ativação dos próprios territórios para mudanças. A monitorização foi sendo feita mais parceladamente em função dos programas e iniciativas que acompanhávamos, foi menos feita de uma forma metodologicamente estrutural, de todos os territórios e cada território por si, mas derivado de uma função estrutural. Essa dimensão, depois podemos falar melhor, aproxima-se e começou a ser trabalhada a partir de 2015, quando o município criou e determinou uma estrutura de Departamento de Desenvolvimento Local com uma divisão que tinha em si esse processo de monitorização, que começa com o processo de atualização da Carta BIP/ZIP, que está, eu diria a 90% neste momento. E que depois gera uma série de processos complementares e articulados, que tem a ver com os vários níveis de monitorização associados, mas numa metodologia de monitorização mais global dos territórios.

CF- Consegues adiantar se é uma monitorização focada naqueles indicadores que geram a Carta ou que olha para outros indicadores também?

MB- Os conceitos aqui são um bocadinho diferentes. Há dimensões de monitorização e depois há indicadores que nos dão informação sobre essas dimensões. A semântica e o léxico são relevantes para não gerar depois confusão. Na prática a Carta está assente em três dimensões que foram monitorizadas com indicadores e que se combinam, com um processo participativo posterior, de participação aberta, digamos assim, sobre esses indicadores e sobre essa informação. Mas que traz uma nova dimensão que é a participação e, portanto, uma dimensão mais perceptiva da própria cidade, através dos diferentes interlocutores, e que é mais subjetiva. Esse processo de participação não é cacofónico, há uma metodologia que foi definida pragmaticamente, para os objetivos e o tempo que se achava que era útil e disponível para se chegar lá. A partir do momento que estamos a discutir de uma forma tão alargada, quando há tantas pessoas com conhecimentos, capacidades e formas de expressão tão distintas, entramos numa lógica muito perceptiva. Ou seja, nós perguntamos à cidade, sobre um trabalho mais científico, com uma determinada metodologia, decidida sobre uma determinada maneira, informamos a cidade e perguntamos aos interlocutores da cidade se concordavam ou não e depois, fosse a uma escala pequena ou a uma escala geral da cidade, que informação eles detinham sobre territórios e comunidades que pudessem, dentro daquela metodologia, com um grau de vulnerabilidade na cidade, naquelas dimensões, que eles consideravam elevada e que podiam ser considerados como bairros de intervenção prioritária e foi isso que aconteceu. Também outro tipo de informação, noutras dimensões. Por exemplo, uma Junta de Freguesia [JF], numa determinada área, olhando para seu território - independentemente dos indicadores estatísticos que foram trabalhados na primeira fase, com indicadores nacionais do INE com indicadores municipais e outros indicadores - recolhe outra informação sobre determinadas zonas da sua freguesia e que nos apresenta, como quem diz: “Está aqui, vejam a nossa análise. Olhando para o vosso trabalho e para aquilo que nós estamos a pôr aqui em cima da mesa, consideramos que aquele território também deve ser considerado, por isso, e por aquilo, como um bairro de intervenção prioritária”. Isso é mais fácil acontecer a uma JF, mas depois acontece, por exemplo, a uma organização coletiva com

informação organizada através de inquérito e de expressão por e-mail, à cidadãos, que conseguimos territorializar e conseguimos saber que de mil inquéritos recolhidos, cinquenta eram de uma determinada área e depois conseguimos fazer a leitura coletiva da informação individual, somá-la à informação que tínhamos, à informação da JF, à informação dos serviços e aí sim tomar uma decisão ponderada e justificada, vendo as várias dimensões da informação e propondo uma decisão final sobre a identificação de um território prioritário ou não. A academia também foi acionada e interveio. Então tivemos JF, associações locais, academia, cidadão individual, grupos de cidadãos com determinado tipo de área temática ou interesse de atuação. A coisa construiu-se assim até chegarmos à identificação e depois à delimitação dos territórios, que depois é uma coisa sempre difícil de fazer.

CF- Em algumas apresentações que já fez, falou sobre a intenção de criar um observatório sobre os BIP/ZIP. Por que acha que ele é necessário? Como acha que ele deveria ser? Como a ideia desse observatório tem evoluído ao longo do tempo? Quais parceiros têm sido envolvidos nessa discussão?

MB- Esse processo sempre foi um processo de pensamento coletivo e, portanto, houve sempre dúvidas naquilo que era o léxico, o que representa e o que é um observatório por si, o que é o conceito de um observatório e como é que esse conceito se relaciona e se aplica ou não, ou se é suficiente ou se é o que é pretendido como a dimensão para o desenvolvimento local, entenda-se para os territórios de intervenção prioritária da cidade em relação com o resto da cidade. Ou seja, para a cidade numa lógica de desenvolvimento local, olhando para os seus territórios de intervenção prioritária, para as comunidades e territórios. É uma discussão que foi aberta em vários momentos diferentes, foi trazida inclusivamente por parceiros locais diferentes, a diferentes momentos e com diferentes escalas de diferentes níveis de envolvimento, mas eu diria que veio um bocadinho no fundo pegar, digamos, na dimensão que no facto, desde o início da Carta e nas ações a seguir, tem ficado um bocadinho mais por trabalhar de forma mais consistente, estruturada, que é a dimensão da monitorização dos territórios da Carta, a partir do momento que se identificou e se começou a saber quais são e ter mais ou menos uma dimensão de partida. Portanto, a dimensão da monitorização, se entendemos a dimensão de monitorização na matriz de trabalho desta área, que é não meramente a produção a partir de uma metodologia e de dados de informação que se põem a disposição, essa é uma parte relevante, mas não é suficiente. Mas tal como aconteceu na Carta original, tal como aconteceu no PHL anterior, essa monitorização teria que ser sempre pela matriz de trabalho do próprio BIP/ZIP que é uma matriz de ativação e envolvimento da participação comunitária, da democracia participativa e chegada a um modelo de cogovernança. Ser o poder público e privado nas várias dimensões a poder trabalhar a dimensão do desenvolvimento local e dos territórios prioritários, a própria monitorização que é fundamental para tomar decisões, para orientar os recursos, sejam eles financeiros, sejam humanos e organizacionais para os territórios, para os canalizar melhor, os disponíveis onde são necessários, o conhecimento é fundamental e, portanto, tem que se manter atualizado. Houve um grande processo no arranque para identificar e conhecer os territórios prioritários. Daí, a dimensão do observatório não ficaria por aí mas, da maneira como eu a perceciono, através das várias conversas - e aí não há uma

única maneira de o ver e a própria palavra observatório eu próprio não tenho certeza se é suficiente para definir aquilo que é pretendido, ou se é certa ou se não nos vai impelir indiretamente na construção de alguma coisa qualquer que não é bem aquilo, porque vai de encontro àquilo que são outros observatórios existentes para outras áreas similares – no fundo, o que se pretende é uma plataforma colaborativa que possibilite a interação tal como aconteceu na Carta mas ainda mais robusta porque o processo melhorou, a relação melhorou nos anos. Uma plataforma que possibilite um envolvimento ainda mais robusto da CML com os restantes poderes públicos, e a autarquia local, e as JF, os parceiros locais e os cidadãos, as organizações e instituições. Uma plataforma que facilite o contato entre essas organizações para conhecer, compartilhar, trocar experiências, que produza conhecimento e para isso é preciso organizá-lo e depois devolvê-lo com chave de leitura para o simples cidadão ou para o acadêmico, que seja fácil de conseguir e obter em tempo útil. É muita informação, são muitos territórios, são muitas dimensões a trabalhar, portanto tinha que ser uma ferramenta que organizasse, por um lado, essa relação entre toda a gente que tem ação e trabalho, experiência e informação sobre o território e o que vai acontecendo, e depois também que fosse, digamos uma plataforma colaborativa, uma ferramenta que permitisse a partilha de ferramentas de trabalho operativas no dia-a-dia, aumentasse a relação através do conhecimento, na relação não só do quê se faz, mas do quem faz e, no fundo, criar um ecossistema mais forte em cima do ecossistema existente de interação entre todos os parceiros, incluindo a CML, para poder agir, planear em prol do desenvolvimento local e dos territórios BIP/ZIP e da cidade de uma forma mais ágil e mais permanente e, portanto, ativar. E as tecnologias aqui também podem ser uma chave para isso, para já. Dando exemplos, partilhando ferramentas não só que a cidade tem, mas que existam noutra áreas, para apoiar diferentes processos participativos locais, para apoiar a partilha de recursos entre parceiros, para apoiar a dimensão da decisão, seja ela do próprio território a uma escala temática, a uma decisão mais estratégica, política, e permita uma comunicação a todas as escalas, à escala global da cidade e à escala de cada intervenção do território, de cada atividade que esteja para acontecer. Essa plataforma vai ter que trabalhar todas essas dimensões; não há envolvimento, não há parceria e não há resultado dessa parceria sem uma boa comunicação entre as partes. Portanto, essa plataforma colaborativa, chamemos de observatório ou outra coisa qualquer, deveria também incluir, de uma forma clara e forte, uma dimensão de comunicação. Daquilo que se quer fazer, daquilo que é preciso fazer, mas também muito daquilo que já está a ser feito ou já foi feito ou já existe em um determinado território ou na cidade, ou fora, uma partilha e uma comunicação dessa partilha. Eu diria que isso é de tal maneira avassalador e, para que seja operacional, tem que ser menos monstruosa possível, muito pragmática. Quando chegar a esse momento em que essa plataforma colaborativa existe e funciona, faz sentido que ela seja evolutiva, por definição; não é uma coisa que possa ser criada e depois seja muito estática, ela tem de ter um núcleo de criação e depois haver muito *add-on*, muita alteração e que possa ser gerida e trabalhada e analisada e criticada pelo mesmo ecossistema. Portanto a questão da gestão futura é importante, sendo que também sabemos que não é fácil haver uma cogestão a nível tão alargado de uma plataforma. Por exemplo, se falamos de uma plataforma que tenha uma grande base digital, com toda a

gente, da cidade inteira, ser uma espécie de *think tank* constante, pode levantar desafios e complexidades e torná-la inoperante. Tem que se fazer esse equilíbrio, mas a construção, o ser de todos e para todos e com todos, tem que ser uma premissa. E depois, tem que haver - e pode ser de uma forma rotativa - a capacidade operativa de a trabalhar, a gerir e a fazer evoluir. A questão importante é que, se calhar, faz sentido ir avançando por componentes e por etapas, até se poder dizer que essa plataforma é um observatório ou outra coisa qualquer que se possa chamar a plataforma e ela ser vista como tal. Na prática, é ir às componentes mais necessárias e mais específicas, de respostas mais autônomas, mas absolutamente essencial, que é por exemplo, as dimensões da monitorização. A primeira questão, em qualquer processo para haver capacidade colaborativa, participativa e cogovernança, é o mesmo acesso à informação, no espaço e no tempo. Ou seja, para eu poder fazer uma chamada a todos, pode haver sentido um acesso à informação do que foi feito, o que está a ser feito, o que não é feito, quem trabalha, enfim, que seja o mais universal possível e que possa chegar a qualquer perspectiva, a qualquer dimensão, de qualquer grupo ou cidadão, seja ele mais interessado e envolvido nessas questões ou não. Se isso estiver disponível, se calhar é um bom começo para depois fazermos uma chamada coletiva. Claro que isso é muito interativo. Às vezes faz-se coisas mais específicas e depois devolve-se e volta-se a trabalhar o que se devolveu anteriormente, não é um processo fechado nem linear, mas em expansão e cíclico. A participação dos cidadãos na cidade e essas dimensões acabam por ser um bocadinho fractal. O observatório ou a plataforma tem que ser uma caminhada para chegar a um processo operativo de organização desta experiência e dessa interação que por definição é muito fractal. Não é uma coisa que com algoritmo que assim investiga e diga que a cidade funcione em rede dessa forma, não é bem assim. Ainda não chegamos lá! Há algoritmos e os próprios fractais, mas não vou entrar por aí, seria uma outra conversa da qual ainda sou meramente um curioso. A relação humana numa rede tão vasta como na cidade, nesta dimensão, se calhar é mais intuitiva e fácil estruturar e partilhar de uma forma organizada, flexível e evolutiva, aquilo que já sabemos e que está a acontecer e permitir que as pessoas retirem de uma maneira muito simples aquilo que precisem e façam novas pesquisas e trabalhem a informação e produzam nova informação acima daquela que nós não trabalhamos porque os dados estão lá disponíveis e organizados de uma maneira que isso possa acontecer. Isso eu acho que pode ser um bom primeiro passo para trabalhar.

CF- Sobre a evolução dessa ideia aqui dentro, disseste que o observatório apareceu primeiro como uma demanda de alguns parceiros, vocês começaram a discutir isso e sei que isso acabou por ser também um objetivo pactuado com o programa Urbact a partir do momento em que vocês colocaram isso como uma meta numa candidatura...

MB- Numa maneira diferente, o que nós dissemos é que íamos, agora não recordo textualmente, mas na prática, daquilo que tem sido realizado nesse projeto baseado na Boa Prática europeia certificada na estratégia de desenvolvimento local em BIP/ZIP, que dá um projeto em rede europeia, o nosso desafio local como *leader partner* e que estamos a partilhar a nossa experiência de Lisboa com mais sete cidades que estão a desenvolver ferramentas similares de territórios de intervenção prioritária e na dimensão

participativa e de cogovernança, dimensionadas ao seu contexto político, urbano, social, cultural, geográfico, financeiro etc., Lisboa, por própria obrigação desse processo de candidatura teria que, na sua boa prática que tá organizada em quatro ferramentas, teria de apresentar o seu processo de melhoria e evolução, a partir daquilo que já era considerado uma coisa ótima, que já era uma boa prática, mas a ideia era não ficar estanque. Isso aplica-se a outras práticas desse programa Urbact, que estão aprovadas e que têm rede, as cidades líderes de uma boa prática teriam que propor um processo de melhoria e de evolução. Depois era aceite ou não aceite. No caso, na quarta ferramenta que é muito sedimentada em rede de cidade, o ecossistema de rede, a questão do desenvolvimento local de base comunitária [DLBC], a cidade como um todo, trabalhar a partir de rede ou redes do DLBC, era trabalhar esse ecossistema, fazê-lo evoluir de onde ele estava naquele momento. Já tínhamos uma Rede DLBC Lisboa, já tínhamos uma percepção, digamos de um ecossistema meio intuitivo e meio informal a partir do PPL e de 400 organizações na altura, e que agora já chega a umas 600. Aquilo que nos propusemos a fazer foi avançar com um processo de plataforma colaborativa, que julgo até que não se use o termo ‘observatório’, salvo erro, numa dimensão de criar uma ferramenta colaborativa que apoie esse ecossistema colaborativo à volta do desenvolvimento local que foi identificado nessa quarta ferramenta que é a ferramenta mais recente. Ou seja, a primeira é a Carta, a segunda, o PPL, terceira ferramenta o GABIP, quarta ferramenta, as redes colaborativas. Isto depois, em termos geométricos, não é uma linha, pode-se pensar a Carta com uma base das outras coisas. Eu vejo mais como um círculo, ou seja, há um ponto que é a Carta, outro que é o PPL, outro o GABIP e as estruturas de cogovernança local e as redes colaborativas, são um quarto ponto que fecha um ciclo e esse ponto, em termos de posicionamento no círculo é o ponto que toca na Carta outra vez. Porque a Carta, por si só, independentemente da dimensão colaborativa, já trouxe, desde o processo original, a necessidade de diagnóstico e monitorização, que em todo o processo temos a questão da participação. Portanto, essa questão da monitorização e dos processos colaborativos são difíceis de desassociar, eles se relacionam. Não sei se fecha um ciclo, que é uma coisa mais fechada, eu vejo mais como uma espiral, uma forma mais aberta, uma espiral no tempo. E vejo também o BIP/ZIP, vejo o processo participativo naquelas questões do *bottom-up* e *top-down*, como uma onda, ou seja, não vejo que o processo participativo esteja identificado a todo o tempo, ou aqui ou aqui, é um processo que podemos tentar identificar onde é que ele começa ou onde é que ele está, mas...

CF- Mas haverá momentos de maior efervescência aqui em baixo e momentos em que aqui em cima deverão ser tomadas decisões importantes...

MB- Sim, se colocarmos uma escala de tempo na questão do BIPZIP e do PLH que dá origem a isso, até onde estamos hoje, é uma escala de tempo que no mínimo, começa em 2007 e antes, com a interação e a formação de um grupo de cidadãos que depois concorre à CML e se elege e inicia, é precursor desse processo. Não tenho nenhuma tensão, tenho contato e considero-me parte desse grupo de cidadãos, não desde o início, mas me sinto muito ligado às pessoas desse grupo e aproximo-me desse processo, mas pelo menos 2007 ou 2006, antes das eleições, quando se forma esse grupo e essa vontade, eu diria que é o ponto de início até chegarmos em 2020 onde estamos.

CF- Atualmente, a CML dispõe de diversas plataformas de dados abertos e aplicações que também propõem a participação e interação entre cidadãos e a governação da cidade. Esses instrumentos também são úteis para os parceiros que colaboram nos projetos BIP/ZIP? Já não seriam suficientes?

MB- Sim, acho que são absolutamente úteis e fundamentais, não quer dizer que esteja tudo lá o que poderia ajudar e que seria útil estar, mas há um caminho gigante que a CML, com seus parceiros, tem feito, a nível global, de organização, partilha de dados da cidade, umas vezes mais em tempo real, outras vezes não, para a própria gestão da cidade, para a própria gestão interna da CML e do município mas também na partilha com a cidade e todos os agentes da cidade. É um processo que eu tenho conhecimento que está em evolução, longe de estar terminado, e que não é de agora. Também tenho acompanhado isso e consigo dizer que tal como todo o resto, para agora se tornar visível e podermos estar a falar sobre isso, visivelmente em termos de coisas que estão a acontecer, em termos de dados e de plataforma de dados abertos e por aí fora, significa que, se calhar, agora há a capacidade de interagir, ou seja, essas plataformas agora começam a dar seus frutos e começam a ter um *front office* que se relaciona e que tornam-se reais em termos de utilização mais organizada. Mas isso também é um processo bastante anterior, que de alguma forma começa com plataformas como o LXi [Lisboa Interativa], com questões de necessidades até internas, muitas vezes, que depois abre-se a possibilidade de partilhar, porque não faz sentido ficar só aqui. E os próprios agentes do exterior, necessidades da academia, dos agentes económicos, dos agentes sociais e restantes, ao dizer que “Nós precisamos de informação, sabemos que vocês têm dados, às vezes têm informação, e quando pedimos demora tempo e a cidade só tem a ganhar com essa disponibilização”. Quanto ao desenvolvimento local, aos BIP/ZIP e tudo o mais, pegando naquela questão anterior, eu não sei se faz sentido ter uma plataforma autónoma, uma plataforma mais global aberta, ou se essa plataforma é uma componente de *plug-in*, um *add-on* a plataformas existentes. Agora, parece-me a mim, trabalhando nessas questões no dia-a-dia, até na relação com outros serviços municipais, ou outra informação municipal, que não conseguimos sequer iniciar um processo real e útil e pragmaticamente uma conversa com qualquer plataforma interna que já esteja a ser trabalhada e com as equipas que estão a trabalhá-las, sem que sejamos nós próprios a definir o que é o caderno de encargos, as necessidades, as potencialidades e as capacidades que temos e queremos para esse instrumento, essa ferramenta. Agora, no momento em que vivemos, temos disponibilidade de dados, mas temos que nos proteger e isso gera sempre um desencontro que tem que ser organizado. Acima de tudo aquilo que é o sentido do nosso trabalho, mesmo nas questões mais práticas do dia-a-dia, é que, para podermos sequer conversar, e essas conversas já existem e vão sendo feitas, mas para poder haver uma conversa e depois um trabalho de cooperação de uma plataforma, isso não envolve só uma equipa da CML a pensá-la e a trabalhá-la, mas envolve interação de trabalho, de início, externa, digamos numa lógica muito aberta e com muitos contributos, inclusive, da cidade inteira e por aí fora - pode haver muitos parceiros que estejam interessados em contribuir para essa plataforma e interagir nessa plataforma - eu acho que tem que ser estruturado e organizado um modelo base de trabalho, com as tais etapas, começando até pelas questões mais simples de monitorização e de produção

de dados para a produção de novos conhecimentos e gerar um novo ciclo, e então, interagir não só em termos de plataforma única e até de um universo de participação, mas também daquilo que é expectável no seu modelo de cooperação e de gestão. Porque não sei mesmo se é possível ou desejável, e como é que faz se o for, ter uma área de desenvolvimento local BIP/ZIP em termos de plataforma colaborativa ou observatório, se assim o quisermos chamar, e uma plataforma mais global, ou relacionar-se dentro necessariamente com as plataformas de dados abertos, e fazendo parte do universo das plataformas de colaboração da própria CML, sendo uma plataforma da cidade, não sendo esta uma plataforma da CML, mas uma plataforma que a CML potencia, utiliza, ajuda a gerir, ajuda a implementar, a evoluir. As outras plataformas, algumas têm essas dimensões, mas não me parecem que estejam assentes nesses princípios de cogovernança para a própria plataforma. Portanto eu acho que é necessário fazer essa discussão, preparação e ideação coletiva, essa cocriação coletiva de processo, não necessariamente do instrumento final, mas do processo, e quando houver já uma capacidade avançada de entender o que ela é e o que ela não é e como ela vai ser utilizada, gerida e melhorada, e a sua evolução, aí, obviamente que as conversas têm de ser em paralelo, mas aí é um momento mais forte para a relacionar e dividir internamente qual é a relação entre elas. Que elas se relacionam, não é uma questão de ser desejável, é obrigatório, não faz sentido, parece-me, serem defasadas, ou paralelas ou comunicarem só pontualmente ou serem mesmo concorrentes. Elas têm que estar embebidas uma na outra. Como isso acontece, para chegar lá, acho que ainda falta algum trabalho de maturação, daquilo que essa parte precisa, nessa plataforma, para depois se conseguir ter uma linguagem e um léxico para interagir com o restante. Pode-se decidir que são duas plataformas distintas mas que se auto alimentam e que comunicam de uma determinada maneira, digitalmente, não digitalmente também; ou podem estar embebidas, digamos, a fusão ser quase total; ou esta estar dentro da outra, não me choca nada, e ser uma componente da outra. O que for mais pragmático e funcionar melhor, mais útil e ter melhor resultado.

CF- A adoção de plataformas de trabalho, digitais ou não, demanda disponibilidade de interação entre as partes envolvidas. O conceito de plataformas e de interfaces é a interação entre pelo menos dois lados...

MB- Vejo essa plataforma como um fluxo bidirecional que se auto alimenta. Há um momento inicial, uma espécie de *big bang* da plataforma, num determinado momento, mas que não é real porque para chegar a esse momento que traz uma série de interações, vai partilhar automaticamente um conjunto de processo, informação, dados, de ligações. E é suposto, na medida em que forem recepcionadas por qualquer entidade ou cidadão, que a interação, que pode ter graus diferentes, possa ser de, para além de dar, receber, e ao receber, organiza e volta a dar. Isso seria um fluxo, ou em espiral, circular, se quiser. Isso em termos de autoalimentação, em termos de processo e de conteúdo. Ou seja, coisas pragmáticas, no início, partilha-se um conjunto de modelos ou de ferramentas para fazer processo, por exemplo para ativação, ou participação local ou atividades comunitárias, o que seja, e depois pode acontecer logo uma coisa interessante que é, alguém que possa ir lá ver isso, utilizar algum e depois pode devolver essa mesma ferramenta com mais qualquer coisa, com melhoria com base na experiência daquilo que fez e a

plataforma, quase que intuitivamente, promover essa ligação e esse retorno, não na lógica obrigatória, mas numa lógica de fomento desse retorno. Ou até alguém que não utilize rigorosamente nenhuma daquelas ferramentas, possa criticá-las no sentido de dizer o que entendeu e a plataforma, como coletivo, tem que ter a capacidade de organizar essa informação e trabalhá-la, ou trazer outra. Dizer: “Isso é espetacular, mas vejam lá essa ferramenta aqui”. Não só a nível de ferramenta, mas a nível da experiência daquilo que acontece, ou seja, alguém que vai lá buscar uma ferramenta e o próprio processo dessa ferramenta vai induzi-lo a dar um retorno sobre a utilização dessa ferramenta e, portanto, ficamos a saber o que aconteceu, por via da ferramenta utilizada. Não é o *phishing* de informação, não na lógica de ‘eu dou-te a ferramenta e fico a saber como a usaste’, mas é, na prática, fomentando os utilizadores. Eu hoje estava a ouvir uma coisa que tem se falado muito sobre as comunidades digitais quando elas arrancaram na internet, as primeiras redes sociais na internet que estão muito longe de ser estas, que eram comunidades mais abertas. Estou a lembrar das lógicas dos MIRC e IRC e dessas coisas todas, eram mais desorganizadas, talvez, menos *corporate*, tinha menos empresas a definir e a transformar o utilizador em um produto, e hoje é diferente. As ferramentas sociais que hoje utilizamos são ferramentas fantásticas para quem gosta delas, mas transformam o utilizador em um produto e a questão dos dados fica altamente comprometida. Esta plataforma tem que ter o cuidado de ser muito *open source*, muito numa versão ou um código, seja digital ou não e, portanto, que possa ser trabalhada por quem de direito. Claro, que tem que haver um processo, diria, coletivo, de autorregulação e de prestação de contas e transparência relativamente àquilo que faz. Ou seja, a autorregulação não é má por si própria, se o processo for coletivo e transparente. Mas também não há nenhum problema em haver bases de regulação definidas, próprias, pactuadas entre os agentes todos e os utilizadores que a utilizarem-na transformam-se em agentes. Essa plataforma, se funcionar bem, deixa de haver utilizador, o utilizador passa de uma escala que pode ser muito pequena ou muito intensa, mas passa a ser não um utilizador, mas um agente, passa a fazer parte daquilo, mesmo tendo uma interação muito curta. A partir do momento que a plataforma tem esse processo bem trabalhado, e as ferramentas façam com que isso aconteça, deixa de haver utilizadores, passa a haver pessoas que são utilizadores agentes da plataforma.

CF- E para isso acontecer, essa plataforma tem que ter uma boa capacidade de resposta. Supondo que a CML avance com a criação dessa plataforma, quais seriam os principais desafios que teriam de superar internamente para o seu funcionamento, na perspectiva de uma cogestão que é algo ainda novo na administração pública?

MB- Na prática, é sempre um desafio constante, em qualquer área, de cogestão, cocriação, cogovernança, até chegar à dimensão de cogovernança, é sempre um desafio. Eu diria que, independentemente do estado de maturidade de qualquer processo tendente a cogovernança, mesmo quando chegamos a um nível que podemos chamar de cogovernança, é sempre um desafio constante. Mesmo em momentos de estarmos a conseguir processos de cooperação e cogovernança para o dia-a-dia do contexto urbano, nas suas várias dimensões, é sempre um desafio. Internamente, eu diria que é um desafio ainda maior, porque o município é uma estrutura de resposta à cidade e que é da cidade e

por isso é que são eleitos democraticamente um conjunto de pessoas, de agentes, para, de acordo com uma ideia de cidade e um programa sufragado, fazer a gestão corrente do funcionamento da cidade, mas também promover a melhoria da qualidade de vida na cidade para todos e responder aos desafios que a cidade e os problemas que as pessoas possam vir a ter. Nesse sentido, dizer que em simultâneo - tanto do ponto de vista logístico quando do ponto de vista técnico e até também político - a esse mandato em termos de um órgão com pessoas técnicas para responder e pessoas eleitas para pilotar, de acordo com a votação dos cidadãos, em simultâneo dizer que essa estrutura está envolvida numa maneira intensa num processo que organiza numa maneira diferente esse processo de gestão; ao invés de ser, digamos, os cidadãos coletivamente, em termos organizacionais, votam para que exista uma estrutura que dê resposta e pessoas que eles escolhem dirijam um programa de resposta, dentro desse programa ter um modelo de cogovernança em que é pedido novamente aos cidadãos para estarem presentes nisso. Portanto é um desafio do lado da comunidade, mas eu diria que é um desafio ainda maior no lado historicamente das estruturas, porque as estruturas estão preparadas para, de acordo com aquilo que são as dimensões e as estratégias definidas, e as direções de trabalho que são definidas, propor e dar respostas técnicas e depois executar o que seja, tanto reparar uma estrada como fazer um planeamento urbano. Agora isso é um bocado abstrato e vago. Para não andar aqui um bocadinho em círculos, é um processo muitíssimo interessante, mas com alto nível de desafio. E que, acho que pode ser e já é, ao longo desses anos já tem alguns traços distintivos de mudança, que até era útil alguém se dedicar a estudar, que é quais é que são as mudanças organizacionais e comportamentais nas diferentes organizações tanto, a CML como nas JF, por exemplo, mesmo nas próprias comunidades, BIP/ZIP ou não - mas os BIP/ZIP seriam um bom caso de estudo porque tem estado mais dentro desse furacão – sobre as mudanças operadas a esse nível. Ou seja, numa lógica mais multidimensional de resposta, porque a questão da cogovernança em si, como conceito, tem subjacente, pelo menos na minha opinião, uma dimensão horizontal e multidimensional a respostas à comunidade, e não problema a problema da comunidade. Acho que historicamente, e não é de Lisboa, não é de Portugal não é da Europa, estamos por uma questão de especialização, também como acontece no processo académico, já não temos o homem ou a mulher ou o ser humano do Renascimento, que é médico, mecânico, artista e filósofo, ou que se anda à procura desse ser humano renascentista. Há uma necessidade, com o nível de conhecimento mais alargado e tecnológico que vamos tendo, e interação que vamos tendo, há uma especialização, não é? Há pessoas que fazem isso, há pessoas que fazem mais aquilo, ou que gostam mais disso e especializam-se. E nas respostas, na gestão urbana, no planeamento e na estratégia urbana e nas organizações, isso acontece a mesma coisa. E a questão é que, as pessoas e as comunidades estão a receber respostas mais fragmentadas, na lógica do tema e não do cliente, que é o cidadão, que é a comunidade. E o cidadão às vezes não quer só o mínimo de organização de uma ação qualquer, por exemplo, não se ir em janeiro arrebeitar a estrada para pôr uma nova conduta de gás e depois em maio ir lá arrebeitar a mesma estrada, no mesmo sítio, para pôr uma nova fibra ótica. Espera-se que haja uma cooperação. Isso já existe, existem até equipas na CML para promoverem essa cooperação. Elas,

porventura, ainda têm uma dimensão a fazer até porque há muita especialização e muita coisa específica a responder, mas do ponto de vista comunitário e territorial, se se conseguisse fazer aqui uma mudança para uma lógica de cooperação mais horizontal, pelo menos em algumas dimensões de trabalho, acho que era um ganho imenso em termos de eficiência, eficácia e evolução, em termos de resposta à cidade e da própria cidade. Isso já acontece, estou a dizer que há um caminho a percorrer. Nos BIP/ZIP e nos territórios, ainda por cima com mais vulnerabilidades, mais dificuldades, muitas vezes menos ligados, digamos, da malha urbana e sociocultural da cidade, é curioso que a resposta da CML com os BIP/ZIP ainda têm de aquilo que pode ser o potencial, já há aqui um caminho melhor, acho eu, necessário ir mais longe, mas acima de tudo, a aprendizagem em momentos de crise e dificuldade e maior vulnerabilidade, o envolvimento das comunidades e das pessoas, até por necessidade, não só por vontade, as pessoas apoiam-se mais umas nas outras e portanto cooperam mais. Ao precisarem mais umas das outras, cooperam mais e ao cooperarem mais relacionam-se de uma maneira positiva umas com as outras. Há sempre um problema, mas há um relacionamento mais positivo que gera um processo de maior relação de identidade. Num bairro municipal, num bairro AUGI, cooperativa ex-SAAL, ou mesmo num bairro histórico com maiores vulnerabilidades, aquele conjunto de comunidade, muitas vezes, e não sempre, está assente em redes. Não foi o BIP/ZIP que criou as redes, são redes comunitárias que se ligam, às vezes, às organizações, ou são das pessoas que lá estão e vivem ou trabalham e que se apoiam e, portanto, são muito mais fortes, já estão muito mais à frente nesse processo coletivo do que as instituições, as organizações, sejam elas CML ou algumas organizações da cidade. Portanto, eu acho que são um bom ponto, curiosamente, de partida, porque o patamar de desenvolvimento a fazer para chegar a um processo de cooperação e de cogovernança, nos BP/ZIP, na maioria dos casos, do lado da organização, já melhorou, e do lado das pessoas e das comunidades, o caminho já estava andado e acho que com as iniciativas BIP/ZIP ainda deu a capacidade de ser reforçado e de estar cada vez mais presente. Há sempre, enfim, perdas de energia no processo, mas eu diria que não estávamos nunca no ponto zero, nem a organização CML, juntas de freguesia ou as instituições públicas, a cidade talvez esteja um bocadinho mais acima, em termos de cooperação, mas não muito. As comunidades BIP/ZIP, relativamente ao resto da cidade e às organizações, estão acima em termos de processos de cooperação e de cooperação entre eles. Portanto, estimular isso para a organização aprender e se posicionar, também nesse processo de cooperação interna, também numa relação de cooperação. Depois não é só responder em cooperação a um território que coopera, é encontrar um terreno de cooperação comum. Mas a organização [CML] começar a fazer processos de cooperação, que começou a fazer, e reforçá-los em territórios onde a comunidade já está organizada, por si só, não temos de falar com mil pessoas diferentes porque eles já se organizam em rede e se representam e já cooperam e já trabalham e se relacionam de uma forma comunitária e em rede mais real, é um bom ponto de arranque para esse processo, para depois ele contaminar positivamente para o resto da cidade, e é um bom sítio para fazer a aprendizagem. Tem é uma coisa complicada que é: esses territórios têm desafios e problemas mais exigentes, portanto, a nível da cooperação estamos melhor, mas a nível do que é o processo relacional com a CML e a

instituição município, no início é mais difícil, mas aí já ganhamos nos dez anos do BIP/ZIP. O BIP/ZIP não muda completamente, mas já cria um canal de comunicação que nós conseguimos...

CF- O BIP/ZIP, por si, já conseguiu estimular essa...

MB- Essa relação. O BIPZIP, o programa, os GABIP, outras iniciativas, dando exemplos simples. O GABIP acelera e constitui logo uma rede de cooperação onde a CML vai lá estar e obriga a CML, que não é perfeita mas permite a CML, multidimensionalmente, estar lá sentada à mesa, e discutir, cada um trazer e decidir coletivamente uma ação, com todas as dimensões de resposta que aquela ação tem, em termos de obra social, habitação, cultura, o que for. Tem que bater certo tudo e a ação de cada um. No programa BIP/ZIP a interação criando redes locais e a relação através da equipa BIP/ZIP com os restantes parceiros, já criou uma relação dentro da CML, com várias áreas e com várias pessoas dessas áreas que, mesmo para lá dos projetos, já faz um *feedback* ao contrário, ou seja, eles já sabem que existe esse processo relacional com aquele bairro, com aquela comunidade, através deste e daquele projeto BIP/ZIP, um deles eles até teve uma intervenção, e quando têm que fazer alguma coisa naquele território, que até consideram o território difícil, desafiante em termos de trabalho, de poder, eles muitas vezes, apoiantes na equipa BIP/ZIP, fazem um processo de organização e preparação desse trabalho para ele ser o mais adequado; de comunicação com a comunidade através das redes BIP/ZIP que já operam e, muitas vezes, nós conseguimos nem ter que mediar, ou seja, muitas vezes, o processo já fica finalmente ligado, aquela pessoa que trabalha no desporto já se consegue relacionar com aquela associação A, B e C, porque esteve no projeto tal. Um dos processos que nós não nos damos conta e que acontece naturalmente já e que não estão escritos, ninguém está a *checar*, mas acontecem, a maioria deles nós vamos tomando o conhecimento ou antes ou no que o processo está a decorrer. Ou seja, as plataformas de cooperação e colaborativas deviam ajudar a potenciar todos esses processos e que também tivesse *feedbacks* desses processos em termos de conhecimento de cidade, o que se fez, como se fez, como aconteceu, que ferramentas foram utilizadas, que boas práticas podem ser tiradas dali ou ferramentas para que isso possa acontecer noutros sítios, onde seja útil.



## K. ENTREVISTA A HELENA ROSETA

Entrevista a Helena Roseta, Vereadora da Habitação à época de criação da estratégia BIP/ZIP, realizada em 21 de janeiro de 2020, na Assembleia da República, Lisboa [1h05min].

[Legendas]

CF – Ana Carolina Carvalho Farias

HR - Helena Roseta

HR- Eu entro para o Pelouro da Habitação de Lisboa em 2009, tive que tentar perceber o que é que podia fazer. Era uma altura em que a Câmara Municipal de Lisboa [CML] estava praticamente falida. Tinha caído a CML, tinha havido eleições, não tinha dinheiro, tinha dívidas. Dívidas que ainda estávamos a pagar do grande programa que Lisboa teve para acabar com as barracas que foi o PER (Programa Especial de Realojamento) que também levantou muitos problemas, mas que não há dúvida nenhuma que aquele programa, junto com o PIMP [Programa de Intervenção a Médio Prazo], permitiu ao município fazer dezassete mil fogos, o que para a escala de Lisboa é muito. Estamos a falar de meio milhão de habitantes na cidade, portanto, é muito.

CF- Isso foi ao longo de duas décadas...

HR- Foi entre 1985 e 2000, praticamente quinze anos. É claro que o PER era um programa *top-down*, não tinha qualquer vertente participativa e, portanto, nuns sítios correu bem, noutras sítios não correu tão bem assim, porque as pessoas foram realojadas, um bocadinho à força. As barracas foram demolidas, foram colocadas em bairros algumas vezes próximos, outras vezes longe, misturados bairros diferentes, pessoas com costumes e hábitos diferentes, e até com etnias diferentes, postas juntas. Talvez o caso mais paradigmático de mau funcionamento dessa solução seja um bairro na Ameixoeira, um território ao norte de Lisboa. Foi um dos últimos e foi mesmo às pressas, faltava enfiar todos ali de qualquer maneira, portanto, o bairro tem muitos problemas. Isso é o contexto. Eu chego, vou falar com a Direção de Habitação da CML e pergunto: ‘Qual é a política de habitação da CML?’ ‘Não temos’. ‘Como, não temos?’ ‘Já não há barracas, acabou-se a política de habitação’. Está tudo doido! ‘Então, não há bairros com problemas?’ ‘Isso há’. ‘Então, onde é que eles estão?’

O BIP/ZIP nasce aí, da procura daquilo que seriam os bairros com dificuldades, com problemas. Nessa altura estava em lançamento uma operação do governo central sobre os bairros críticos, uma operação que envolveu a Cova da Moura e o Vale das Amoreiras, coisas em grande escala, na altura do Secretário de Estado João Ferrão. Um programa muito interessante, muito integrado, muito transversal, mas com uma escala muito grande. E tinha outro problema que era chamar ‘críticos’ aos bairros. Eu acho que nós não podemos chamar ‘críticos’ aos bairros, os bairros são o que são, temos que inventar outros nomes porque ‘bairros críticos’ é um estigma. Uns são bairros sociais, outros não são bairros sociais, isso era

tudo um estigma, vamos lá. O que a gente quer fazer? Quer ajudar com qualquer coisa para melhorar esses bairros, então vamos chamá-los prioritários. É daí que nasce a palavra BIP, ‘bairro de intervenção prioritária’. Toda a metodologia de elaboração desta Carta dos Bairros Prioritários foi muito interessante. Foi importantíssimo termos uma pessoa com conhecimentos tecnológicos porque não tínhamos na equipa gente para fazer cartografia SIG, mas conseguimos criar uma equipa. Fizemos uma metodologia baseada na sobreposição cartográfica de indicadores de vulnerabilidades de natureza demográfica, económica, social e urbanística. Essa sobreposição deu origem no mapa a uma mancha a que nós chamamos a ‘fratura socioterritorial’ de Lisboa.

Havia muitas identificações de territórios vulneráveis, feitas pelos serviços da CML e não só, mas não estavam integradas numa visão global da cidade. Muita gente sabia, nos anos 90 do Século passado, quando foi lançado o PER, onde é que estavam as barracas, que eram a prioridade maior em Lisboa. Acabaram as barracas, deixaram de ser prioridade, deixou-se de produzir esse tipo de levantamentos. É aí aparecem os BIP/ZIP.

Nós queríamos que a própria Carta fosse um modelo participativo. Então o que é que nós fizemos: pegamos no levantamento inicial e pedi aos serviços, com base na mancha da fractura socio-territorial: ‘Vocês agora vão ao terreno identificar os bairros ou territórios onde efetivamente há dificuldades, por razões socioeconômicas ou razões urbanísticas, ou porque estão em ruínas ou o que seja, e vamos transformar esta mancha numa localização concreta de bairros prioritários. E assim se fez. Pusemos o processo à discussão e levamos essa discussão às associações de moradores, às freguesias, à discussão pública. O que é que aconteceu? Como nós chamávamos àqueles bairros ‘prioritários’, apareceram os presidentes de Juntas de Freguesia [JF] e de associações de bairro a dizerem ‘Na minha freguesia há lá um caso que também devia ser considerado, não é um bairro, mas uma rua, por exemplo o Regueirão dos Anjos, uma rua estreita’. Então, decidimos chamar a esses casos ‘zonas’ e assim apareceu o ZIP e o nome ficou BIP-ZIP. O que aconteceu foi muito interessante. Se nós tivéssemos chamado ‘bairros críticos’ isso não tinha acontecido. Como nós chamamos ‘bairros prioritários’ e explicamos que era onde a CML tinha que investir dinheiro porque eram prioritários, tínhamos mais deveres com eles do que com o resto da cidade, e ia haver um programa com dinheiro para se gastar nesses bairros, apareceram mais bairros querendo ser BIP/ZIP.

Isto eu considero que é uma das chaves interessantes do processo. Ao dizer às pessoas ‘Vocês são prioritários. Se acharem que o vosso bairro cumpre as condições, apresentem-se’. ‘E o que é que vai acontecer?’ ‘Ah, nós vamos ter um programa com dinheiro pra distribuir para fazer melhorias nos bairros’. Julgo que eram 61 quando lançámos a consulta pública e passaram a 67. O problema da semântica, de chamar ‘prioritário’ ao invés de chamar ‘crítico’, que era o nome habitual, faz toda a diferença.

Depois tínhamos que montar um programa de distribuição de dinheiro que tivesse a filosofia do Orçamento Participativo [OP], um OP enquanto instrumento em que as pessoas directamente interessadas participam nas decisões. A maioria dos OP funcionam mais no sentido em que as pessoas

dão sugestões que depois são votadas por toda a cidade. Mas nós queríamos que aqui a decisão partisse mesmo dos bairros BIP-ZIP. As pessoas do resto da cidade não conheciam aqueles bairros e, portanto, não fazia sentido elas votarem. Então nós montamos um processo participativo próprio que era assim: a CML atribui uma verba global e define umas regras, anuais e, a princípio de cada ciclo do BIP/ZIP, faz-se uma sessão de capacitação a explicar o que é que as pessoas podem fazer e como é que se faz um projeto, e há um júri independente; o júri pontua as propostas de acordo com os critérios que estão explicitados previamente, as propostas mais pontuadas são financiadas e enquanto houver dotação no Programa vai-se apoiando propostas. Há estatísticas publicadas sobre os BIP/ZIP, todos os anos vão aumentando as propostas, o número de propostas pontuadas anda à volta de trinta, quarenta, não mais do que isso, mas pode haver várias propostas para o mesmo bairro. Outra coisa que nós fizemos e em que eu insisti muito: não queríamos propostas feitas por uma só entidade, tinham que ser pelo menos duas, é uma regra básica. Não sei como é que é no Brasil, mas a experiência que nós temos aqui em Lisboa, quando há dinheiro público para distribuir, é que aparecem as associações que querem dinheiro para o seu bairro e na prática o dinheiro que era para o seu bairro vai para a sua sede. Mas eu não queria distribuir dinheiro para fazer as sedes das associações, eu queria mesmo melhorias para o bairro. Mas que melhorias? O Programa é completamente aberto, outra coisa interessante. Podem ser intervenções físicas, podem ser intervenções sociais, podem ser intervenções na área do emprego, podem ser intervenções lúdicas, desportivas, o que quiserem. Desde que sejam capazes de justificar que isso é importante para o bairro. A apresentação da proposta e a justificação de porque ela é importante, pontua muito na seleção do júri. O júri são entidades independentes. São três pessoas, nós normalmente temos: um funcionário da CML, um dirigente municipal; uma pessoa da academia, da universidade, que nós convidamos, que esteja sensível a esses problemas da intervenção local; e normalmente vamos buscar uma pessoa ativista, ligada a uma associação que não seja candidata. Portanto o júri tem sempre essa diversidade. Depois, outra coisa que a gente fez: parte do dinheiro é passado à partida, antes de começarem a fazer, porque senão não conseguem começar. Muitos dos programas de financiamento só pagam depois de se provar que já se fez e as pessoas não têm capacidade para arrancar. Há uma primeira tranche que levam à cabeça antes de começar e depois vai sendo distribuído o resto enquanto as pessoas vão fazendo. E outra coisa que a gente fez foi: prestação de contas, obrigatória, evidentemente, mas o mais simplificada possível. Eu não queria ver faturas e nem ver os serviços da CML perderem tempo a ver faturas. As pessoas tinham que produzir provas para saber que aquilo que se propuseram fazer, se fez. Propuseram fazer uma obra, vamos lá ver se a obra está feita, queremos fotografias. Se propuseram fazer uma atividade, tem que haver um filme, um vídeo, retratos, um Facebook, um blog, ou entrevista, ou o que quiserem, para mostrar a atividade. Mas desde que mostrem que a atividade foi realizada. Outra questão importante: nós admitimos que as candidaturas BIP/ZIP selecionadas possam ir buscar outros financiamentos. Há muitos financiamentos que excluem, por exemplo, se você tem um financiamento público você já não pode ter um privado, se você tem um financiamento comunitário, já não pode ter público nacional. Nós dissemos: ‘Vão buscar o que quiserem. Nós financiamos com esta valor, se vocês

conseguirem multiplicar, ótimo’. Temos algumas regras de referência para eles fazerem o orçamento do projeto: por exemplo, se é para pagar o trabalho de pessoas, temos uma referência de quanto por dia ou por mês. A verdade é que como quem executa são os próprios, e não os serviços da CML, isso faz toda a diferença. A CML tem o OP anual, para a cidade toda, que tem imensos atrasos porque as pessoas votam e depois são os serviços que têm que executar. E os serviços não dão prioridade àquilo em que as pessoas votaram. É completamente diferente. Aqui, como são as pessoas que propõem e as pessoas que executam, é do interesse delas executar ao máximo para receber o dinheiro todo. O BIP/ZIP tem uma capacidade de execução muito elevada. Quando eu saí da CML (em 2013) só tinha havido um projeto, um único, em que na primeira tranche o candidato recebeu o dinheiro, foi-se embora e não prestou contas. Não tenho conhecimento de mais casos que eventualmente podem ter acontecido – e o programa já conta com centenas de projectos realizados. Alguns casos atrasaram um pouco, mas com o apoio técnico da CML, percebeu-se que fazia sentido dar-lhes mais tempo para acabar, há uma pequena equipa que vai acompanhando a evolução dos projetos.

Como nós permitimos que as entidades que se candidatam sejam não só entidades juridicamente constituídas - associações, JF, o que quiserem – mas também grupos informais, desde que estejam associados a outra entidade formal (porque alguém tem que ter uma conta bancária para movimentação do dinheiro), o que é que aconteceu? Muita gente, sobretudo universitários, começaram a ser chamados ou eles próprios a oferecerem-se, nas sessões de capacitação começaram a aparecer jovens estudantes ou recém-formados dizendo: ‘Alguém precisa do trabalho do arquiteto, do sociólogo...?’ E as equipas que estavam a constituir o programa diziam ‘Ah, nós precisamos’. Portanto, constituiu-se ali uma experiência interessante que permitiu que grupos informais, ou até moradores locais se pudessem associar numa candidatura ao BIP/ZIP. Isso acaba por ser uma experiência muito *bottom-up* e além disso é uma experiência muito barata, em termos globais. Os orçamentos BIP/ZIP têm oscilado entre 1 milhão, 1,5 milhão de euros e o orçamento da CML nesse momento é Mil Milhões. Portanto um milhão em mil é zero! Mas a reprodução que aquilo tem é muito elevada. A CML está agora a tentar fazer uma segunda geração, a tentar ganhar um pouco mais de escala e fazer rede entre os vários projetos, para poderem ter uma intervenção mais encorpada, porque nós temos consciência de que essa é uma intervenção muito pontual, muito pequenina, se quiser, é uma simples acupuntura urbana, não é mais que isso. Mas tem uma capacidade de mobilizar energias e eu acho que a energia social que se mobiliza nisso é muito mais importante que a energia financeira.

Essa energia social é o que a cidade precisa, portanto devíamos ter mais projetos destes e mais programas destes. Eu defendo muito, ainda não consegui convencer muita gente disso, mas eu defendo muito, pelo menos para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, nós devíamos ter um programa destes. Eu estou muito preocupada com a AML, onde foram identificadas pela Faculdade de Arquitetura 1200 AUGI que são Área Urbanas de Génese Ilegal. Entre Brasil e Portugal a língua é a mesma, mas a escala é outra, temos mesmo escalas diferentes, temos que fazer uma tradução da escala. Vossa escala é uma, nossa escala é outra, mas para a nossa escala aquilo é muito relevante. Temos 1200 AUGI que antigamente

chamavam-se bairros clandestinos, são territórios informais, mas, porque é que são AUGI? É o nome criado pelos próprios, um movimento dos bairros que existiu nos anos 1980 e que exigiu que deixassem de chamar 'clandestinos', porque eles não tinham feito nada clandestino. Eles tinham feito sem a licença aprovada da CML, mas com escrituras e impostos pagos, portanto recusavam-se a ser chamados clandestinos. O que é que diferencia essas AUGI dos bairros mais precários e mais informais que nem isso são? Nas AUGI as pessoas compraram os terrenos. O loteador, um intermediário, pegou num terreno rústico e vendeu aos bocadinhos, pegou naquilo e vendeu a um conjunto de pessoas, o nome técnico aqui em Portugal é 'vender em avos'. 'Avos' quer dizer em partes, não sei se vocês têm esse nome no Brasil. As pessoas compraram em avos mas depois não conseguem ter a sua parte identificada porque não conseguem ter o loteamento aprovado em termos municipais. Mas compraram, são donos coletivos do bairro e pagam impostos, pagam IMI, isso tudo. Qual é o problema das AUGI: estudos feitos mostram que só 30% das AUGI existentes vão conseguir regularizar a sua situação, do ponto de vista do ordenamento do território, ter finalmente um loteamento aprovado e ter a escritura da sua parte, cada um a sua, para poder deixá-la aos filhos, etc. Como é tudo muito demorado, é uma complicação, as pessoas iniciais começam a morrer, se numa escritura temos duzentos coproprietários, os filhos dos coproprietários já são mil, nunca mais as pessoas se entendem, nunca mais é possível comparticiparem todos nas despesas coletivas da urbanização. O processo, quanto mais tempo passa, mais complicado é. E eu defendo que para esses processos devia haver um apoio grande do Estado, não necessariamente sob a forma do BIP/ZIP. A maior parte dos proprietários compraram os terrenos e fizeram suas casas com o seu dinheiro. Devia haver um programa do Estado para ajudar a regularizar a posse do terreno, um investimento para se fazer essa regularização. Para além das AUGI temos ainda na AML cerca de duzentos territórios informais, que nem sequer são AUGI, são pessoas que construíram um pouco como nas favelas, só que a uma escala muito mais pequena. Construíram em terrenos que não são deles, que podem ser públicos ou privados, e fizeram autoconstrução. São bairros que podem ser pequeninos com meia dúzia de casas, mas podem ter mais de cinco mil pessoas, como na Cova da Moura. O terreno não lhes pertence e aí a regularização é ainda mais difícil. Se você não consegue que a posse do terreno seja pública, não consegue dialogar com eles para regularizar aquilo, fica como está. À boa maneira portuguesa, não se fala no assunto, o problema não existe. E embora eu tenha defendido a importância de ter um programa prioritário para as AUGI e os territórios informais, zero. Não se fala nele, não há verba no Estado, não há mobilização, o governo responde que os municípios é que devem fazer e os municípios respondem que não têm dinheiro. A única solução que está a ser encarada para estes territórios informais, não as AUGI, é a erradicação, tirar as pessoas dali. Às vezes não pode ser de outra maneira, mas muitas vezes não é a boa solução. Temos aqui um problema: insistir numa solução que é uma má solução ou não é solução nenhuma. Em primeiro lugar é muito lenta, mesmo que haja outras casas para realojar toda aquela gente, vão começando a deitar abaixo uma e outra e vão deixando outras em pé... Eu já escrevi sobre isso e chamei '*urbanicídio*'. Você vai a um desses bairros, por exemplo na Amadora e parece um cenário de guerra: umas quantas casas pobrezinhas e de baixa qualidade no meio

de ruínas, o que é isto? Houve alguma bomba aqui? A imagem visual que têm é de bomba, é de guerra, de explosão, de alguma coisa terrível. Não é uma solução possível as pessoas viverem anos nesses cenários e no medo de que no dia seguinte vão lá os *bulldozers* derrubarem mais uma ou outra casa. Isto é uma má solução, mas é uma má solução ainda por outra razão, ainda mais importante que essa. É uma má solução porque, em muitos desses bairros existem redes entre as pessoas. Agora ‘redes sociais’ quer dizer outra coisa, quer dizer *Facebook*, outras coisas, mas a expressão original diz que ‘redes sociais’ são relações de confiança. É o ‘*social capital*’ na língua inglesa. Eu prefiro chamar de energia social, para não confundir, porque capital social, em português, é o dinheiro com que se faz uma empresa. Existem redes de energia social a funcionar e a erradicação, a primeira coisa que faz, é destruir essas redes, que é o principal capital que eles têm. Porque o capital material é pouco, o capital fundiário é nenhum, o principal capital que eles têm é o capital social, e é a primeira coisa que se destrói? O que eu queria é que houvesse uma espécie de BIP/ZIP para esses territórios precários, porque se você não tiver isso, se não lhes der algum poder, eles não conseguem arrancar e para dar poder tem que lhes dar dinheiro, tem que lhes pôr dinheiro nas mãos num programa público que lhes faça sentido. Isso é urgentíssimo e pode ser muito barato e ninguém faz.

CF- Por que olharam para a Iniciativa Bairros Críticos [IBC]? Tiveram ainda outras referências?

HR- Era paralelo. Eu colaborei muito na altura com o João Ferrão, a IBC era uma tentativa dele de pôr os vários departamentos a trabalharem de uma maneira integrada em situações muito complicadas com uma escala enorme. O BIP/ZIP para nós era uma coisa pequenina, nós não sabíamos o que íamos encontrar, mas era uma tentativa de saber onde estavam os bairros com mais problemas, uma vez que nos tinham dito que não havia problemas com habitação porque já não havia bairros com barracas. E eu dizia ‘Isso é mentira. Vamos à procura’. Até podíamos ter feito uma coisa mais bem feita se tivéssemos mais indicadores, indicadores ambientais, por exemplo, que não tínhamos, mas constatámos que os BIP/ZIP tinham sempre menos contentores de lixo do que os outros, ficavam para traz; quanto aos indicadores, como formação e rendimentos, verificamos que nesses bairros, sobretudo os da periferia, era onde vivia gente com mais baixas qualificações e portanto tinham menos rendimentos. Depois os indicadores urbanísticos, os grandes problemas de má qualidade urbanística estavam sobretudo no centro histórico da cidade, com edifícios mais antigos e degradados. O que é que aconteceu? Algumas coisas sobrepuseram-se: entre os bairros municipais, por exemplo, que são cercade 70, metade são BIP/ZIP. Há vários bairros municipais que estão integrados na cidade, não tem problema nenhum, mas metade virou problema, o que mostra realmente que a erradicação das barracas através de um realojamento forçado não é solução. Quando a gente pensava que estava resolvendo um problema, estava a criar outro.

O BIP/ZIP é inventado para responder à questão: ‘Onde é que estão os problemas em Lisboa?’ A grande inspiração não foi a IBC, foi o SAAL [Serviço de Apoio Ambulatório Local], com que eu também tive bastante contato, lançado pelo Nuno Portas logo a seguir a Revolução de 1974. Não correu muito bem porque foi muito curto e teve muitos problemas políticos. Mas foi altamente participativo e foi muito

pioneiro, estamos em 1974 a falar de um modelo participativo. ‘O povo é quem mais ordena’, era o lema do 25 de Abril, portanto as equipas técnicas iam ajudar o povo a fazer casas. Isso era uma revolução completa em termos de paradigma e o BIP/ZIP vai beber aí, embora seja uma coisa muito mais pequenina. O SAAL queria a produção de casas, mesmo, e o BIP/ZIP não faz construção de casas, é para melhorar o bairro.

CF- A Carta BIPZIP foi criada no contexto de elaboração do PLH e a seguir incorporada também pelo Plano Diretor Municipal como instrumento de regeneração urbana. De que forma a identificação de territórios prioritários pode ser útil numa estratégia de regeneração da cidade?

HR- É muito útil, primeiro porque visualizamos onde é que estão as principais dificuldades, as fraturas e onde é preciso intervir. Depois, na distribuição de investimentos, os BIP/ZIP tem um papel importante, precisamente porque são prioritários. Alguns deles coincidem com grandes bairros municipais e portanto criou-se uma segunda iniciativa que foi, nos maiores BIP/ZIP criou-se uma estrutura chamada GABIP (Gabinetes de Apoio aos BIP/ZIP), nos maiores, onde mobilizamos não só o programa BIP/ZIP mas outros investimentos grandes, como na Mouraria, Bairro Padre Cruz, Bairro da Boa Vista ou as AUGI de Lisboa. Foram criados gabinetes de apoio para o investimento público que fosse para esses bairros maiores, mas sobretudo com a metodologia participativa. Isso fez-se um bocadinho sem a CML dar por isso. Esses gabinetes existem sem estar no organograma da CML. Foi feito um despacho meu a dizer: ‘A vereadora, mais a empresa Gebalis, mais a JF, mais a associação de moradores, passam a se reunir sistematicamente...’ E constituiu-se um gabinete e esse gabinete não é um gabinete formal, é uma mesa de reuniões. Portanto, constitui-se uma rede de entidades que obrigatoriamente são ouvidas e até coordenam a intervenção municipal em alguns desses bairros maiores. Portanto, se não houvesse o conceito de BIP/ZIP não havia GABIP e se não houvesse GABIP não acontecia o que aconteceu na Mouraria, com o Plano de Intervenção Reabilitar a Mouraria, o que aconteceu no Bairro Padre Cruz com a requalificação do bairro e a construção da nova habitação social, uma habitação ecológica, resultado de um concurso público de arquitectura. A mesma coisa na Boa Vista. A primeira vez que fui a Boa Vista fui recebida quase à pedrada, mas depois criou-se ali de fato um GABIP muito forte e que tem acompanhado a vida do bairro e onde as associações de moradores têm sempre papel, sempre. Isso foi uma maneira de introduzir a metodologia participativa em intervenções grandes. O BIP/ZIP é uma pequena intervenção, mas essas já são intervenções grandes. Portanto, há uma meia dúzia de intervenções grandes, que não são anuais, são prolongadas no tempo, mas que incorporaram a metodologia participativa do BIP/ZIP e isso é muito importante. Trabalhar em rede e não em hierarquia.

CF- Como foi e em que momento do processo se deu a discussão popular sobre a Carta BIP/ZIP? Qual terá sido o aprendizado para a CML?

HR- Nós começamos por fazer uma grande reunião sobre o Programa Local de Habitação, que estávamos a elaborar, uma reunião alargada com mais de trezentas pessoas a explicar como é o que queremos fazer. Depois, quando chegamos ao conceito do BIP/ZIP, fizemos o que chamávamos de workshops técnicos, chamamos especialistas, pessoas de quem eu gostava nessas áreas, arquitetos,

sociólogos, geógrafos, um *petit comité*, vinte, trinta pessoas a criticarem o que nós estávamos a fazer. Chamamos a academia para nos dizer o que é que achavam, uns acharam muito bem, outros puseram suas críticas e dificuldades. Depois partimos para bairro a bairro, junto das associações de moradores e junto das JF, sobretudo as JF, a explicar aquilo, como é que ia funcionar. Em alguns bairros nem associação de moradores havia, mas com a ideia de que havia uma possibilidade de financiamento, isso em Portugal é o grande mobilizador para as pessoas se organizarem. Quando há dinheiro as pessoas mobilizam-se.

CF- Disse agora há pouco que isso é o que representa a distribuição de poder e eu concordo plenamente.

HR- É isso, para dar poder tem que partilhar a decisão e o dinheiro. Mas só a decisão não chega, tem que partilhar o dinheiro de qualquer maneira porque se não, não faz sentido. E foi um bocadinho assim.

CF- E aí vocês iam para os bairros para perceber se o que estavam a fazer fazia sentido.

HR- Eu era líder de um movimento que era o Cidadãos por Lisboa, uma rede que está em vários sítios. Como tinha o Pelouro da Habitação, nos bairros sociais facilmente fazia lá reuniões, nos outros bairros apareciam pessoas porque ouviam falar nos jornais, porque sabiam, foi um bocado informal. Nós não tínhamos as redes de contatos, foi um bocado informal e quem aparecia colocava-se à frente. E depois a primeira sessão de capacitação que divulgamos dissemos: ‘Vamos divulgar uma sessão de capacitação para os BIP/ZIP para saber se querem fazer projetos’. Também apareceu gente aí e depois foi o passa-palavra. Nos anos seguintes foi, sobretudo, o passa-palavras. As experiências feitas começavam a perceber que, primeiro, se juntassem mais gente, tinham mais hipótese de ter a candidatura mais bem pontuada, começaram a falar uns com os outros. Depois começaram a ter um efeito de escala, as iniciativas, por exemplo, da Alta de Lisboa se organizaram rapidamente com uma data de entidades para ter mais força. Na zona Oriental também se juntaram não sei quantos a trabalhar vários bairros com outros bairros para ter mais escala e algumas dessas redes começaram a ter alguma força, não é? Depois, as próprias instituições, tipo Igrejas e instituições sem fins lucrativos, as IPSS, perceberam que também se podiam candidatar. A mesma instituição até pode candidatar-se para vários bairros, desde que tenha capacidade para isso. Depois foi a própria dinâmica do processo. Uma das dificuldades que a gente teve ao princípio, foi que numa certa altura, quem tinha mais capacidades e mais chances de ganhar, a certa altura as candidaturas mais bem pontuadas eram todos para um certo tipo de bairro, ou até no ano seguinte para o mesmo bairro. Portanto, o júri também procurava diversificar e procurar puxar candidaturas para zonas onde ainda não tinha havido, isso também ajudou, quer dizer, os júris ajudaram muito a corrigir esse fenómeno. Porque você já tem uma espécie de especialistas no BIP/ZIP que fazem uns projetos fantásticos e o resto da malta fica para traz. Isso é um bocado aleatório, depende da energia das pessoas, depende das lideranças. Esses processos participativos dependem muito das lideranças, não são processos homogêneos, quer dizer, se aparece uma liderança forte, aquilo desenvolve-se. Portanto, cria desigualdades logo por aí, porque nem toda gente tem líderes ou lideranças disponíveis e é preciso calibrar.

CF- O Programa de Parcerias Locais [PPL], cuja necessidade foi debatida nesse processo participativo, abrange um leque muito amplo de atividades financiáveis. Como essa pluralidade de ações se encaixa numa estratégia de desenvolvimento local para a cidade?

HR- É fundamental porque nós temos uma visão da cidade que é integrada e sobretudo temos um conceito que vem do próprio PLH. Para nós, habitação não é só a casa, é o habitat. E faz parte do habitat o contexto urbanístico, o acesso aos transportes, os equipamentos sociais, o espaço público, tudo isso é habitat. E até coisas imateriais, como as relações de vizinhança, o papel das crianças, o papel dos jovens, dos idosos. Isso são problemas que são fundamentais para compreender o habitat e o BIP/ZIP sustentava-se nessa ideia de que habitação é mais do que a casa, habitação é a casa e tudo o que está à volta, mais as pessoas que lá moram. Isso é que é habitação, por isso é que é tão aberta, intencionalmente. E apareciam coisas que a gente nem pensava que pudessem aparecer. Estou a lembrar-me, uma vez, uma proposta que apareceu já não sei em que ano, no Bairro Horizonte, que foi um bairro SAAL e durante quarenta anos tinha estado abandonado. A primeira candidatura que eles ganharam foi para pintar as fachadas todas do bairro. E nós dissemos: 'Não vai ser possível só com esse dinheiro, eles não vão lá chegar'. O bairro ficou espetacular e ganharam uma certa autoridade até na freguesia por terem conseguido aquilo. No ano seguinte eles se candidatam com outros bairros vizinhos, e fazem uma proposta de fazer uma pista de skate. Pensei: 'Uma pista de skate, será que isso é mesmo uma prioridade para o bairro? Bem, o júri é que vai ter de o decidir'. A pista foi genial, porque está localizada num sítio vazio, onde não havia nada, mas que era muito central para vários bairros e eles tinham o problema da miudagem não ter o que fazer e andava um bocado abandonada, sem objetivo, sem equipamento desportivo, sem nada, e a pista de skate era um *upgrade* para o bairro, era um *upgrade* para os jovens e era uma atração de jovens de fora que iam pra lá, porque naquela zona não havia nenhuma outra pista de skate. É um dos casos que eu acho mais interessante. Um arquiteto, um sociólogo que tivesse estudado de fora sobre o que é que aquele bairro precisa, não ia falar nunca numa pista de skate, podia falar vagamente de um equipamento desportivo, um pavilhão, uma coisa assim, mas não ia falar especificamente numa pista de skate. Ou num outro bairro, a Boa Vista, que foi uma pista de BTT, das bicicletas todo-o-terreno, que também foi fundamental porque a pista de BTT está no meio do bairro, com os prédios à volta. As mães podem ver os filhos lá embaixo a andar de bicicleta, direto. E como o bairro é muito marginal na cidade, é encostado no Parque do Monsanto, é um bairro muito fechado, muito endogâmico, aquela BTT é a única de Lisboa e vai lá muita gente de fora, para a pista. Portanto, são soluções que eles inventaram e que se não fosse *bottom-up* nunca teriam aparecido. Nenhum planeador ia propor uma pista de BTT no Bairro da Boa Vista, isso era impossível.

CF- O PPL fomenta a participação dos cidadãos, através da proposição e realização de projetos para o DL e regeneração dos territórios prioritários.

HR- E quando a gente diz proposição e realização isso implica muita coisa porque há pessoas que nunca tiveram a experiência de fazer uma prestação de contas, nunca tiveram a experiência de fazer uma

candidatura, tem muitas dificuldades, como é que faz, como é que a gente contabiliza. Mas depois vão aprendendo. Também aprendem um pouco de gestão.

CF- Sim, foi muito bom para as organizações.

HR- As próprias organizações são uma escola de gestão. Gestão de dinheiros públicos.

CF- Quais os desafios e oportunidades a constituição dessas redes de colaboração traz para a CML? E para a população de Lisboa?

HR- Para a CML o grande desafio é que o paradigma dos BIP/ZIP é um paradigma *bottom-up* e todo o funcionamento camarário é um funcionamento *top-down*, portanto há algum choque. O BIP/ZIP só funciona razoavelmente bem porque é muito minoritário, é uma coisa muito pequenina, lá vai fazendo os seus planos anuais sem mexer muito a estrutura da CML. Mas quando se fala em escalas maiores, quando foi com os GABIP, já tivemos mais choque porque efetivamente o funcionamento administrativo, não só municipal, é muito hierárquico. Você choca um funcionamento em rede emergente com um funcionamento hierárquico piramidal e isso não é fácil. É tudo demorado, é muito interessante apresentar candidaturas a prémios, mas não é propriamente um paradigma que envolva a CML, mesmo a atual liderança da CML não está nada interessada na participação, isso é evidente. Todo o tipo de coisas que se apresentam na área de projetos da cidade pelo atual Presidente da CML, no meu ponto de vista, são interessantes, mas são sempre coisas escaláveis, coisas para grandes escalas, sempre em grande e a palavra ‘participação’ você não ouve. Eu acho que eu nunca ouvi o Fernando Medina a dizer ‘participação’, nunca. Eu continuo a ‘picá-los’ para fazer coisas participativas. Por exemplo, seria interessante, com a crise da habitação sendo aquilo o que é, e sabendo nós que ela afeta os jovens e principalmente os jovens estudantes deslocados, e tendo nós a geração mais qualificada de sempre na juventude portuguesa atual, por que a CML, que tem prédios devolutos disponíveis aos quais não consegue dar destino, por que é que não cria um programa participativo com prédios devolutos, vazios, pedindo a estes jovens: ‘Apresentem propostas, a gente faz um júri e a proposta melhor ganha a possibilidade de utilizar o prédio sem pagar nada por ele’. Por exemplo. E depois as pessoas arranjariam o financiamento etc. Mas isso, ouça, não era preciso fazer à escala da cidade toda. Os programas emergentes podem ser acupunturas, podem ser pequenas coisas, casos piloto, mas as experiências piloto, quando são boas, reproduzem-se. O Nuno Portas dizia sempre: ‘Arquitetura é cópia’. E é verdade. Quando corre bem, outros querem fazer. Faz falta, do meu ponto de vista, outros projetos *bottom-up*, emergentes, experimentais e não encontro essa disponibilidade. Porque a CML tem um pensamento muito baseado, e penso que isso é influência do próprio Presidente da CML actual, em grandes escalas. Quando são coisas pequenas não interessam, não querem saber, querem coisas grandes. Que as coisas pequenas vão para as freguesias, não querem saber, e acho que isso é um erro, porque a rede, a potencialidade que as coisas pequenas têm de desencadear energia é enorme. E a inovação nunca vem do centro, vem sempre das periferias. Portanto, são essas as coisas, diferentes e novas, de que nós precisamos. Inovação social, inovação política, que se não se gera oportunidade, dificilmente aparece, só aparecem na forma de contestação, mas nós devíamos tê-las numa forma de concretização. Aparecem

movimentos de contestação, emergentes, muito interessantes, mas depois é preciso lhes dar poder e não há essas oportunidades.

CF- Essa participação que é estimulada pelos projetos BIP/ZIP mostra para a CML essa possibilidade...

HR- Mostram, mas são uma flor na lapela, uma coisa pequenina e já podia estar a contaminar outras áreas. Por exemplo, o *Programa Uma Praça em Cada Bairro*, que é um programa interessante, descentralizado, é um programa completamente *top-down*. Tem umas discussões públicas, com algumas pessoas, mas na prática é feito todo pelos serviços da CML, não há devolução de poder às pessoas. Não há devolução porque depois dá choques como deu aqui, na Praça do Martim Moniz, dá choques porque o que as pessoas querem não é o que a estrutura municipal pensou, dá choques. Por que não dão mais oportunidades às pessoas de definirem soluções? Acho que há um salto a fazer em termos de inovação política e inovação social na administração municipal em Portugal, há um salto a fazer. Alguns municípios estão a fazer coisas interessantes nessa perspectiva participativa, e muito criativas, mas Lisboa, menos. Embora Lisboa passe a vida a anunciar os prémios que recebe disso e daquilo, porque tem uma capacidade financeira grande e tem técnicos muito bons, tem quadros muito qualificados, recursos humanos até muitíssimo qualificados, mas na parte da inovação, podíamos ir muito mais longe.

CF- E para a iniciativa local? Será que essas redes de participação estimuladas no BIP/ZIP conseguiram levar a iniciativa local, essa sim, para um nível...

HR- Ainda não, porque há aqui um *missing link*. No fundo os quadros comunitários europeus, já o Portugal 2020, previam uma grande possibilidade das chamadas redes de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Para as iniciativas DLBC, previa-se verba para essas iniciativas, mas a forma como a verba que vem da Europa para essas iniciativas é gerida, é extremamente hierárquica e não está a dar frutos. Parece que o próximo quadro de desenvolvimento comunitário vai apostar ainda mais nisso. Era preciso que a gestão dessas verbas comunitárias, do ponto de vista europeu, para as redes DLBC, fosse mais aberta e participativa do que está a ser. É muito hierárquico e isso cria muitas dificuldades. Isso é para todo o país, eu tenho andado a ver o que é que eles já fizeram, mas estão com muito pouco resultados, porque ou encontram umas IPSS que tomam conta daquilo e fazem o processo todo, e a coisa funciona ou então não funciona. Falta integrar esses movimentos mais informais e participativos e essas associações de moradores, não está correto como está a correr. Portanto, há aqui um *missing link*, há verbas comunitárias com intenção política até europeia (eles dizem que não podem investir na habitação, mas investem no desenvolvimento local) e depois elas são geridas de formas absolutamente burocráticas e hierárquicas que não aproveitam nada de experiências como a experiência do BIP/ZIP. Existe até uma associação constituída em Lisboa com as assinaturas de base comunitária em Lisboa, tem umas trezentas ou quatrocentas associadas, mas não têm conseguido ir às verbas, é um *missing link*, falta alguém pegar nisso.

CF- Atualmente, a CML dispõe de diversas plataformas de dados abertos e aplicações que incentivam e facilitam a participação dos cidadãos na governação da cidade. Acha que essas ferramentas contribuem

para uma participação mais qualificada da cidadania? Quais oportunidades apresentam para as redes de colaboração no BIP/ZIP?

HR- Podem contribuir se depois o *output* dessa investigação for compartilhado. Isto é, se for apenas capacidade de, a nível da academia, ter muito mais acesso a informação, é extremamente bom, podemos produzir uma série de conhecimento, mas esse conhecimento precisa ser partilhado outra vez junto de quem está com a mão na massa. Portanto essa interação entre a academia e a estrutura administrativa é uma interação extremamente importante e que devia existir mais. Pela minha experiência, todas as vezes que eu quis fazer coisas novas e diferentes chamei sempre trinta, quarenta universitários para criticarem as nossas propostas. E há pouco dessa experiência na CML. Por exemplo, no Programa Renda Acessível, poderia ter havido. Sei que a CML chamou especialistas um a um, mas, quer dizer, tem que chamar trinta ou quarenta pessoas e fazer um workshop aberto e deixar as pessoas criticarem a ideia ou darem outras pistas. Acho que era uma boa prática, uma aproximação maior. Não só a academia poder ir buscar informação na CML, mas a CML poder ir recolher experiência na academia. Acho que esse cruzamento devia ser muito mais intensificado. Eu própria, nesse momento, estou incluída num centro de investigação da Universidade Nova de Lisboa, de Ciências Sociais e Humanas, para poder fazer essas pontes, estamos a fazer já umas jornadas sobre habitação, que envolvem convidar autarcas, técnicos municipais e académicos, para discutir neste caso a Lei de Base da Habitação, estratégias de habitação, porque precisamos fazer melhor essa articulação. É muito fundamental para quem está nas Câmaras, porque tem informação até dizer basta, mas não tem tempo para as trabalhar, muitas vezes. E é muito importante para quem está na academia, que tem tempo para refletir, mas não tem a mão no terreno. Portanto, há aqui uma necessidade muito grande de fazer através de estágios, através de financiamento de teses, através de distribuição de dados, não só distribuição de dados, mas pagar trabalhos, encomendar trabalhos de análise. Por que a CML não pede à academia para fazer um trabalho de análise não sei de quê, a pagar? Produzir investigação, relatórios de análise, propostas. O trabalho de reflexão sobre a ação que a CML está a fazer é muito feito pelos serviços da CML, dentro do pouco tempo porque estão sempre pressionados pelas urgências, mas podem ser feitos com mais alguma distância pela academia, do meu ponto de vista.

CF- E para a iniciativa local, achas que essas ferramentas, o acesso a esses dados, muda alguma coisa na forma de eles participarem?

HR- Mudam porque a participação hoje é mais informada do que no passado, muda muito. Posso contar histórias, estou a lembrar agora de uma. Minha filha Filipa, que é professora de arquitectura, foi uma vez a uma reunião na Cova da Moura para discutir um programa qualquer, um programa de acesso a energia elétrica da casa e não sei quê, e uma pessoa da assistência começa a falar do *Barefoot College* e da experiência de construção de pequenos equipamentos de energia solar. Uma experiência indiana, que ela desconhecia completamente, que trabalha uma espécie de universidade que trabalha com as mulheres de bairros pobres e as está a ensinar a fazer coisas, como montar uma central de captação de energia solar, uma captação de água ou estação de tratamento de esgoto a pequena escala. A Filipa nunca tinha

ouvido falar no *Barefoot College*, eu também nunca tinha ouvido falar e cá está: a informação que as pessoas hoje têm, nos sítios em que mais precisam de apoio, pode ser superior àquela que os decisores tradicionais têm. A informação hoje não está distribuída hierarquicamente como o poder. Antigamente quem tinha mais poder tinha mais informação, mas agora quem tem mais informação, nem sempre tem mais poder, mas tem mais informação, portanto, é um tempo novo. O acesso dos cidadãos a essas bases de dados, esses recursos, é extremamente importante. Agora é preciso saber depois processar isso e aí são as experiências que contam, quer dizer, as experimentações, os casos piloto é que permitem testar, se funciona ou não funciona e saber o que é que as pessoas estão a fazer nos outros sítios, Portugal não está isolado no mundo. Há outros países na Europa, há outros países na América Latina, em África, que estão a fazer coisas e perceber o que a gente pode colher das experiências dos outros e o que é que a nossa experiência pode servir a eles é muito importante.

CF- Como imaginaram ser possível monitorizar os efeitos dos projetos do PPL, e de outros investimentos, sobre os territórios prioritários?

HR- Isso já é mais desenvolvido depois de eu ter saído da CML, já com alguma experiência acumulada é que se começou a tentar fazer essa monitorização. Penso que o BIP/ZIP, se não houver algum efeito de rede e de acumulação de experiência corre o risco de ser uma coisa que é muito interessante, mas que nunca deixa de ser uma coisinha minoritária de pequena escala. Para aumentar a escala precisa de outro tipo de coisas. Estou à espera que haja uma segunda geração do BIP/ZIP para dar vazão a isso, mas ainda está em fermentação.

CF- Portanto, essa monitorização é importante para que o programa tenha esse salto?

HR- Claro! Existe essa monitorização, faz-se análises, faz-se comparações, faz-se somatórios dos resultados obtidos, mas é uma monitorização difícil de fazer. Nós sabemos quantas entidades participaram cada ano, nos vários projetos, nas várias tipologias, mas o que é que isso representou em termos de autossatisfação para quem participou e, no respectivo bairro, que avaliação que o bairro faz, sobre isso não temos dados. Há os estudos de opinião que ainda não estão feitos e que podiam ser feitos. O BIP/ZIP beneficiou-se sempre de uma boa imprensa, porque as experiências são muito inovadoras, aparecem sempre histórias contadas nos jornais dizendo que o BIP/ZIP é isso ou aquilo, mas acho que não está feito, depois de realizar, ir saber nos bairros, com pequenas sondagens, com amostras. Não precisa entrevistar toda a gente, mas saber o efeito positivo ou negativo ou nenhum, enfim, que resultados é que teve. Eu tenho o *feedback* intuitivo, sem qualquer base de estudo, de que na academia há uma apreciação positiva sobre o BIP/ZIP, que até ganhou um prémio internacional, mas era importante saber o que nos bairros, os destinatários do BIP/ZIP pensam sobre ele, esse trabalho não está feito.

CF- Acha que um observatório poderia cumprir esse papel? Quais seriam os desafios para a CML na criação desse observatório?

HR- Podia. Não era preciso grande coisa, era juntar os envolvidos e juntar um painel crítico. Com isso você já tem a base, digamos, a semente de um observatório. Porque a base de dados, em termos

quantitativos, a CML pode dá-los. As pessoas que fizeram a experiência também podem avaliar as partes positivas, as partes negativas, onde é que houve dificuldades, onde é que gostavam que acontecesse. Todos os anos, aliás, no final de cada ciclo, faz-se uma sessão só com isso, pôr as pessoas a fazer uma avaliação do processo. Agora, não temos é uma análise crítica exterior sobre isso. Se você juntar os próprios que fizeram, com os serviços que apoiaram, com um painel crítico, já pode ter uma semente. Se depois, por iniciativa de uma coisa dessas, se puderem de vez em quando ir fazendo umas sondagens para perceber, em termos de opinião local, o que é que aquilo deu, é melhor ainda. Não é assim tão difícil. Essas coisas não são difíceis. É preciso é querer fazê-las. Tudo que seja juntar gente diferente numa sala é bom. Isso é a base de tudo, misturar as pessoas e juntá-las numa sala, não é preciso grandes estruturas. Um observatório pode ser uma mesa de reuniões, como os GABIP são umas mesas de reuniões. Todos os meses ou de três em três meses juntamos essas pessoas e aquelas pessoas com uns objetivos e depois faz-se relatórios. Muito importantes, relatórios escritos, sempre. O BIPZ/ZIP tem sempre um relatório no fim, as pessoas têm que prestar contas no fim. Relatórios simples porque é assim que você vai acumulando informação, não é só fazer a coisa, é depois relatar a coisa, contar a história. CF- Pensar plataformas que reúnam pessoas e que tenham ferramentas que possibilite uma monitorização... Falou em pesquisas de opinião.

HR- Você conhece o jogo que foi feito pela equipa da Joana Lages e do Gonçalo Folgado? Isso é muito interessante, e é uma experiência que devia ser potenciada. Alguém que pegou na informação toda do BIP-ZIP e com base naquilo criou um jogo de cartas, um jogo estratégico a que chamou “manual de desenvolvimento local”, uma ferramenta que do ponto de vista da inovação social é brutal. Jogando aprende-se a fazer uma estratégia de montagem de processos locais, a ferramenta devia ser mostrada nas escolas. Era preciso dar escala àquilo. Aquilo é uma coisa brilhante, mas ainda não conseguiram passar à fase seguinte que era divulgar e difundir. Aí está um exemplo de um produto, que resultou da monitorização do BIP/ZIP, de inovação da cabeça daquela gente, mas que pode ser utilizada para outras coisas. Por exemplo, para ações de formação, sobre como é que se monta um processo. É uma coisa fácil, divertida, tem um lado lúdico, que é muito importante, o BIP/ZIP sempre tem um lado lúdico, admitimos que as pessoas estarem juntas já é uma festa, tudo tem que ter esse lado, não é só trabalhar. Há um lado festivo, lúdico, de fazer as coisas e se não tiver esse lado lúdico é uma chatice.

CF- Esse jogo faz parte do projeto Fórum Urbano, que tem essa preocupação.

HR- E que também é uma plataforma. Já tem aí um embrião de uma plataforma dessas, e, portanto, é possível a gente já fazer. Vamos ver como é que eles fazem.

## L. ENTREVISTA A RUI FRANCO

Entrevista a Rui Franco, Vice Vereador da Habitação, Presidente da Rede DLBC Lisboa, Coordenador da elaboração da Carta BIP/ZIP, feita em 04 de fevereiro de 2020, na Câmara Municipal de Lisboa [1h29min22s].

[Legendas]

CF – Ana Carolina Carvalho Farias

RF - Rui Franco

CF- Em algumas apresentações que já assisti sobre o BIP/ZIP, foi falado sobre o movimento cívico em torno de sua criação, desde a candidatura de Helena Roseta pelo Cidadãos por Lisboa e as discussões que se seguiram durante a elaboração da Carta BIP/ZIP. Pode falar um pouco sobre o que foi essa articulação da cidadania na criação dessa política pública?

RF- Há uma motivação filosófica clara. O nosso movimento político teve como gênese, obviamente, algumas personalidades, mas muito alicerçada na rede das organizações sociais em Lisboa. Isto estava na nossa gênese e não foi só uma análise científica, técnica, mas foi um ponto de partida ideológico, se quiseres, de que o desenvolvimento social, económico e cultural da cidade de Lisboa se devia alicerçar muito mais nas forças da sociedade civil, reforçar uma lógica participativa de baixo para cima em equilíbrio com as tradicionais políticas de cima para baixo. A Carta BIP/ZIP é um dos muitíssimos produtos do Programa Local de Habitação [PLH] que foi uma primeira missão que o nosso grupo político assumiu, ainda sem Pelouro. Num mandato que foi muito particular, de 2007 a 2009, em que não assumimos nenhum Pelouro, mas numa espécie de pré-acordo coligatório com a maioria que não tinha a maioria absoluta na Câmara Municipal de Lisboa [CML], propusemos e foi-nos confiada a elaboração daquilo que se chama o PLH. Dentro do PLH, que é um documento público, que tem várias fases - diagnóstico, propostas, execução etc., toda essa informação está online - um desses documentos que foi elaborado teve como título o Atlas do PLH, um mapeamento bastante inédito do ponto de vista da política pública, com uma série de informação sobre Lisboa, que tradicionalmente não aparece nem mapeada nem parte do instrumento fundamental dos municípios, que é o Plano Diretor Municipal [PDM]. Entendendo que o mapeamento das realidades económicas, sociais, culturais, financeira etc. deve ser não só compreendido, mas integrado em todo o planeamento municipal, não só no urbanismo. O PLH percebeu desde o início, desde muito cedo, que as políticas de habitação não podem ser setoriais, mas tem de ser transversais, porque são mais uma consequência, um reflexo de todos os fatores económicos e que não se pode, por exemplo, gerir, planear políticas de habitação sem ter em conta outros fatores, porque na realidade, para as pessoas, para os cidadãos, para as famílias, os custos da unidade de habitação aparecem cruzados com os outros custos da vida em Lisboa. Por exemplo, os

equipamentos sociais, culturais, desportivos, os custos com transportes, por exemplo, as oportunidades de emprego, as distâncias, todas essas coisas. Numa análise que também viu, e isto é só para fazer um preâmbulo, em que se analisaram as políticas públicas dos últimos cem anos - e se constatou nesse Atlas, que depois resulta em outras coisas, na Carta dos bairros de intervenção prioritária, no conceito dos bairros de intervenção prioritária - de que, nas grandes cidades e em Lisboa em particular, os fenómenos de carência quase sempre se sobrepõem. Ou seja, a carência económica, a carência habitacional, a carência urbanística, a carência cultural etc., tendem a concentrar-se em partes da cidade e esses fenómenos de pobreza integrada tendem a persistir ao longo do desenvolvimento urbanístico, de geração em geração. Existe um fenómeno de concentração e de prevalência de pobreza que atravessa gerações e que se mantém as mesmas, que são quase genéticas. Portanto a política pública tem que compreender isso para priorizar e foi esse o conceito, a intervenção integrada nas zonas que concentram carências. É o Atlas do PLH, também ele publicado, que nos dá a ideia e a sustentação científica para a necessidade de haver uma Carta integrada na política municipal, nos instrumentos, designadamente no PDM, que conheça no mapa os fenómenos de pobreza, mas também o seu perfil diferente. Ou seja, a Carta dos BIP/ZIP quando é feita, e depois de uma forma muito participativa, mas mesmo na parte mais científica, estatística, demonstra que a pobreza energética, o desemprego, a falta de transportes públicos etc. se concentram nos mesmos territórios e começa a identificar, do ponto de vista estatístico, tipologias de bairros de intervenção prioritária, em que os perfis de pobreza a tendência é muito coerente entre si, mas diferentes entre uns e outros. Por exemplo, os perfis de pobreza em bairros históricos são diferentes dos perfis dos bairros de habitação pública, são diferentes dos bairros de autoconstrução, dos mistos etc. Isto não só é demonstrado do ponto de vista estatístico como na fase participativa de elaboração da Carta, onde se consulta a população de Lisboa, na sua perspectiva, na sua perceção quais são as matérias das áreas da intervenção pública que priorizam. Quando vamos analisar as respostas há uma grande consistência do agrupamento de respostas que são coerentes com o perfil de cada uma dessas tipologias. Portanto, as respostas dos cidadãos no processo participativo de construção da Carta BIP/ZIP consolidam essa ideia de que há uma coerência dos perfis de carência estatísticos com as prioridades que as pessoas reivindicam por essa diferença de origem dos bairros, por assim dizer. 'Os bairros' é uma designação muito perigosa porque não é administrativa, é um conceito cultural. Há um exemplo que nós costumávamos dar que é, enquanto na Rua Maira Pia os residentes vão dizer que moram em Campo de Ourique, os residentes da área do plano urbanístico de Campo de Ourique vão dizer que a fronteira é diferente. Por outro lado, há também aqui uma outra matéria que entendíamos já na altura de que, por exemplo, as zonas de grande concentração da habitação municipal, pública, que tem uma história muito ligada ao Plano Especial de Realojamento, cultural, social etc., com características muito particulares, muito distintas face à média da população, porque tem percentagem de 90% de uma origem concreta, são muito diferentes. É neste contexto que aparece a Carta BIP/ZIP como um dos produtos do PLH, isso já depois do PLH, em 2009 e 2010. Ou seja, a Carta foi elaborada em 2009, tem uma aprovação em

Câmara ainda nesse mandato especial, que é no fundo um meio mandato, e depois volta a ser aprovado em Câmara e aí em Assembleia Municipal já no mandato de 2010 a 2014.

CF- E aí a discussão que vocês provocaram durante a consolidação desse estudo que gerou a Carta, ela por um lado também comprova as conclusões que o estudo científico trouxe para vocês, mas também traz mais insumos, como você disse, sobre a percepção das pessoas sobre os territórios. A discussão que se seguiu modificou a Carta que vocês propuseram?

RF- Muitíssimo e bem, se não, não seria científico, não há um preconceito sobre quais é que seriam as conclusões à partida. Nós tínhamos a sensação e por isso nós investimos nesse trabalho, de que havia um problema de coesão económica, social e urbanística na cidade de Lisboa. Este trabalho não só confirma isso como confirma que há uma sobreposição quase absoluta das carências económicas com as carências ambientais e urbanísticas, e acima de tudo, prevalente ao longo de gerações e com uma incapacidade crónica de as políticas públicas conseguirem com sucesso ultrapassar essa falta de coesão económica, social, ambiental e urbanística. Portanto, justificar que era preciso uma política diferente, de priorização, mas com um mecanismo diferente das políticas tradicionais, para conseguir ter sucesso na integração desses territórios e dessas comunidades na cidade de Lisboa e nos padrões médios de rendimento, inclusão, emprego etc. Isso pode parecer um pouco radical, mas numa grande parte desses territórios, encontramos, e também se percebeu que nos períodos de crise económica esses territórios eram ainda mais prejudicados que a média da cidade de Lisboa, mas por exemplo, encontramos territórios, bairros inteiros bastante grandes (usando uma expressão comum que eu preferiria evitar) onde a taxa de desemprego é dez vezes superior à média da cidade de Lisboa, que os inclui; ou, por exemplo a taxa de qualificações, por exemplo, a percentagem de população, em determinados bairros, com frequência no ensino superior é dez vezes inferior à média da cidade de Lisboa que os inclui. Portanto, a segregação económica, social, cultural, era e ainda é muito mais marcada do que empiricamente poderíamos imaginar.

CF- Quais outras políticas e programas de desenvolvimento local tinham como referência à época da elaboração da carta BIPZIP e do PPL?

RF- Escolheria dois entre muitos. Um que nos inspirou filosoficamente ou ideologicamente que foi o poder transformador como o programa SAAL – Serviços de Apoio Ambulatório Local a seguir o 25 de Abril, conseguiu ter na melhoria das condições de vida de populações que antes estavam excluídas dos planos de intervenção pública. O SAAL é uma referência evidente e assumida. Outros, são, por exemplo, as primeiras experiências de Orçamento Participativo [OP] de Curitiba, que em 2009 já eram conhecidos e explorados. Então o SAAL, experiência portuguesa dos anos 1970 e os OP em Curitiba.

CF- Os territórios de intervenção prioritária foram identificados a partir da composição de uma série de indicadores que gerou o índice da ‘fratura *socioterritorial*’ da cidade. Quais critérios adotaram para utilizar aquela metodologia, indicadores e não outros?

RF- Primeiro quer no Atlas antes, quer no BIP/ZIP, já tínhamos estado a mapear de forma isolada, obviamente com pensamento crítico, mas de uma forma muito neutra, uma bateria de mais de 200

indicadores, quer dos Censos, do Instituto Nacional de Estatística [INE], quer dos muitos dados que o município era detentor, desde, por exemplo, indicadores mapeáveis de rendimento, de dependências de benefícios sociais, de cobertura de transportes públicos... Estou a tentar percorrer de cabeça, mas o que é relevante desse trabalho é que dessa larga centena de indicadores que mapeamos e muitos deles, os mais relevantes publicados no Atlas, percebemos que para poder ter uma Carta muito clara e muito perceptiva de como era construída não era preciso conjugar tantas variáveis nem construir indicadores compostos muito complexos porque, na realidade, por exemplo, do ponto de vista económico e social, quase todos os indicadores económicos e sociais eram coincidentes e coerentes com indicadores seguros e mais universais, com mais segurança das fontes sobre, por exemplo, os graus de qualificações das pessoas. Portanto, o esforço, quando passamos do Atlas para a Carta BIP/ZIP foi como selecionar e construir indicadores compósitos, que pudessem ser mapeáveis e que representassem de uma forma fidedigna toda a centena de indicadores de que dominávamos. Tendo também em conta que os dados do INE já eram apurados de 2001, portanto em 2008 e 2009 havia o risco de já haver uma desatualização enorme desses indicadores, mas também por termos constatado de que entre os dados do INE que são feitos por declaração dos residentes, e outros dados já com vínculo jurídico formal maior havia frequentemente grandes discrepâncias, portanto havia riscos de haver dados que não fossem muito fidedignos. Dando um exemplo: o número de residentes declarados nos Censos de 2001 em vários bairros de habitação municipal onde o município conhece os inquilinos e os agregados e os membros dos agregados autorizados a residir nas moradas municipais, na habitação pública, havia frequentemente discrepâncias bastante relevantes. Ao construir a Carta, tentamos selecionar menos indicadores mais fiáveis e mais representativos da diversidade de indicadores, tentando fazer um equilíbrio, foi esse o objetivo e estamos a falar da escala de 2009. Hoje em dia eu já diria que há outros tipos de indicadores que não são menos relevantes, mas que na altura não só não nos pareceram como de fato não eram relevantes, mas hoje são, depois já indico alguns exemplos. Mas que fossem representativos e demonstrativos dos défices que o município tem responsabilidade de atuação, nas áreas sociais e económicas, nas áreas urbanísticas e nas áreas ambientais. Aquela Carta, afixada na parede, sobrepõe indicadores representativos dessas três áreas, mas o que é verdade é que não há praticamente nenhum ponto, nenhuma localização em Lisboa que tenha défices relevantes de carácter ambiental e que não tenha também de carácter socioeconómico e de carácter urbanístico. Há uma sobreposição quase absoluta desses fatores. Indicadores que na altura não usamos e que hoje seria relevante usar, te dou como exemplo, fenómenos de variação demográfica muito relevante. Que hoje em dia é evidente para mim que devem ser atendidos. Isso é verdade, quer quando os bairros estão em grande crescimento demográfico, tantas vezes por pressões de construção etc. Havia já em 2009 uma grande divergência entre os dados do INE de 2001 e os dados urbanísticos da CML de 2009 sobre zonas que tinham sido construídas entre uma data e outra. Na Alta de Lisboa, por exemplo. Em contrapartida, começaram mais tarde a existir, por exemplo, nas zonas históricas, fenómenos muito fortes de inflação imobiliária e fenómenos de gentrificação económica e de perda de população muito acentuada. Para dar pequenos exemplos muito

concretos. E o Município tem de conhecer isso e tem que atuar em conformidade. Outra ideia muitíssimo importante, quer no Atlas, quer em qualquer instrumento público de conhecimento geográfico para informar política pública, de mapeamento, é que à escala das políticas municipais, não se pode, seria completamente errado e eu demonstro isso cientificamente, trabalhar com áreas geográficas muito grandes. Os valores médios das freguesias são absolutamente inúteis para esse tipo de política pública muito fina. Que aí em grandes médias são tudo muito parecidas, e então na escala municipal muito pior ainda. Dentro das freguesias, quando vamos mais fundo ao detalhe do quarteirão ou do edifício ou da morada, estou a falar pelos escalões estatísticos, é evidente que do ponto de vista da publicação, tivemos que encontrar um limite para não violar e não arriscar a privacidade e a segurança das pessoas. Por exemplo, em matéria de imigração, o Atlas publicou cartas, mas essas foram as únicas que, de propósito não foram publicadas à escala do quarteirão, foram publicadas à escala da freguesia, para não dar demasiado destaque. Atenção, em Portugal felizmente nossa Constituição não permite perguntar a origem étnica das pessoas, é um dado que não existe e não existe porque constitucionalmente nos auto proibimos de fazer essas perguntas, pela privacidade das pessoas e tem de ser indiferente para a política pública. Mas por exemplo, empiricamente temos a noção de que, por exemplo, a residência de imigrantes em Lisboa não acontece de uma forma homogênea, acontece de uma forma com concentração em alguns pontos da cidade. Nós não mapeamos à escala do quarteirão, mapeamos à escala da freguesia de propósito. Essa questão da escala tem sensibilidade de privacidade e segurança, mas trabalhar com escalas demasiado grande torna-se inútil para as políticas públicas porque tudo se torna igual. Do ponto de vista científico, algo que foi muito importante, quer já no Atlas, que no mapeamento da Carta BIP/ZIP, tem a ver com a adoção de um modelo matemático que é trabalhar com desvios padrão. Ou seja, às vezes, não mapeamos valores absolutos, mas o desvio, face à média da cidade para destacar e perceber as diferenças. Quer do ponto de vista do tratamento dos dados estatístico, quer dos dados de opinião das pessoas, de percepção das pessoas nos inquéritos que levaram ao mapeamento. Trabalhar com desvios padrão é algo que torna a informação muito mais clara. Ou seja, não estamos a pôr percentagens absolutas num determinado território, das pessoas, das percepções, opiniões dos residentes a dizerem que lhes falta transportes públicos. Temos a média da cidade de qual é que é a percentagem média da cidade a dizer que a prioridade deveria ser transportes públicos e depois em cada bairro, qual é que é o desvio face à média da cidade. Portanto, estamos a mapear as diferenças de opiniões, estamos a mapear as diferenças de percepção de qualquer fenómeno estatístico. Isto torna a Carta muito mais visível. Estamos a mapear no fundo as diferenças face à média.

CF- A constituição de redes de colaboração é uma aposta importante da estratégia BIP/ZIP. Qual o papel da Rede DLBC Lisboa, junto aos parceiros BIPZIP? Existe alguma interlocução junto às outras Redes DLBC locais?

RF- Não há outras Redes. Outras Redes fora de Lisboa? Em primeiro lugar essa é uma história que começa em 2015 e tem outros fenómenos que precisam ser identificados antes de 2015. O Programa BIP/ZIP em 2011 é lançado num contexto de grande recessão financeira da CML, havia pouco dinheiro.

Por um lado, essa é a versão mais pública, se quiseres, para demonstrar impacto com um sistema de microfinanciamento muito disperso e em que se dá a oportunidade às organizações em parceria nesses territórios de fazer alguma intervenção relevante em resposta às carências identificadas no mapa, os défices estatísticos e as prioridades das pessoas. E estes dois conceitos são muito importantes para tudo o que acontece depois do ponto de vista da criação de confiança e empoderamento das comunidades, por um lado, e de sistemas de confiança entre as comunidades e as autoridades públicas. É fundamental compreender as diferenças entre os défices estatísticos e a percepção das comunidades e das pessoas, porque são diferentes. Posso dar exemplos claros sobre diferenças radicais que existem entre uma abordagem e outra. Mas do ponto de vista estratégico, já se disse isso várias vezes, o PPL tinha um propósito político, que era criar, alavancar, empoderar essas pequenas organizações que estavam muito fragilizadas depois de décadas de políticas neoliberais que fragilizaram muito o tecido associativo, dos anos 1970 até os anos 1990. Por outro lado, promover a criação de novas organizações nesses territórios, numa lógica até de dar um passo à frente e de reforçar a intervenção cívica e política por os desafiar a trabalhar em conjunto, à escala local. Um dos outros propósitos políticos era empoderar as comunidades para que viessem a ter uma capacidade reivindicativa, propositiva e de execução, de construção de participação no desenvolvimento da cidade que até então não tinham. E se alguém pode dizer que não se resolve o problema da pobreza em Lisboa com um programa de 1 milhão ou 1,6 milhão com microfinanciamento de micro projetos locais, seria ilusório querer acreditar que isso poderia acontecer. O que é incontornável, na minha opinião, é que isso correspondeu ao objetivo político de criar força comunitária associativa, cidadã, nesses territórios, que lhes dá a capacidade, experiência, maturidade associativa, organizacional, não só para assumirem responsabilidades diferentes e graus de intervenção diferentes nas políticas públicas, mas também uma capacidade de reivindicação política que antes não tinham. Isso foi um processo de empoderamento e continua a ser, o BIP/ZIP não perdeu pertinência, dez anos depois. Num segundo momento, há uma série de ensaios nos vários territórios BIP/ZIP da cidade de Lisboa, de cogovernança com codesenho e coimplementação de financiamentos públicos europeus, de escala mais pesada em que aí, o município, pela primeira vez, historicamente, usufruindo da maturidade crescente dessas organizações, fruto do PPL, entre outras coisas, desafia as organizações do bairro da Mouraria, do bairro da Boa Vista, das AUGI, dos PRODAC em criar estruturas de cogovernança local, a codesenhar e cogerir investimentos muito mais pesados. Ainda com uma responsabilidade grande do município, mas em que o desenho e a gestão são partilhados com essas organizações à escala local. Não teria sido possível transformar a Mouraria, a Boa Vista, o bairro Padre Cruz, os bairros ex-SAAL etc., sem essa emancipação, por um lado, das organizações locais, e por outro lado, sem a descentralização de poder do município com esses mecanismos de cogovernança local, os GABIP. A Rede DLBC Lisboa, que é a única verdadeira no novo passo de maturidade dessa política, foi como oportunidade de um programa europeu lançado em 2013 – a instituição em Lisboa começa em 2015, mas estou a falar do regulamento europeu dos DLBC urbanos, 1.303/2013 - e depois em 2015 com o concurso para a criação desses organismos de gestão intermédia dos fundos europeus, em que

Lisboa de forma mais fiel que existe à escala europeia de cumprimento de objetivos desse regulamento europeu e aproveitando esse ecossistema BIP/ZIP, na realidade o que faz é, desafiar o ecossistema BIP/ZIP a criar uma federação em que o município já não se quer estar, como estava no GABIP, ter um grau de controle muito grande e diz: “O município desafia-vos a criar com o apoio da CML, e de uma série de instituições, uma associação em que cada organização tenha um voto igual, o município tem um voto igual a associação de moradores do bairro ‘X’...” E propôs-se, coisa que veio a ter sucesso, esta federação a ser um organismo de gestão dos financiamentos europeus para esses territórios. O programa DLBC cria entidades de gestão de fundos europeus, estes Grupos de Ação Local [GAL] com estatuto de organismos médios para o FSE e FEDER, no caso de Lisboa, em que tem uma EDL [Estratégia de Desenvolvimento Local], ou seja, só existe uma em Lisboa, a da Rede, aprovada pelos 200 associados e pela comissão europeia e com financiamento contratualizado para ser gerido em Lisboa, em 2015. A EDL é um documento da Rede, elaborado pela Rede e contratualizada com a Comissão Europeia e com as autoridades de gestão nacionais, regionais, mas no cumprimento desse programa DLBC europeu, do regulamento 1.303/2013. Tem a estratégia, tem esse modelo de governança que é uma federação, com cada associação com voto em pé de igualdade, com limitações legais europeias em que um conjunto das entidades públicas tem que ter menos de metade dos votos, coisa que não acontece, a Rede tem na escala de 6 ou 7% de entidades públicas (município, JF, universidades incluídas), e uma esmagadora maioria das pequenas organizações de base local que são o ecossistema BIP/ZIP, ou seja, a Rede DLBC Lisboa é a federação das entidades BIP/ZIP, ou seja, das organizações que foram aparecendo e crescendo e maturando com o PPL ao longo desses dez anos. E tem orçamento e responsabilidades contratuais com a Comissão Europeia de monitorização, de observação, de atualização das políticas de financiamento europeu etc. Isso existe e não existe de hoje, existe há cinco anos. E tem também uma carta dos territórios elegíveis que adotou a mesmíssima carta dos BIP/ZIP municipal. Um organismo de gestão intermédio DLBC tem um contrato com a Comissão Europeia que nos obriga a um determinado modelo de governança que é definido por um regulamento europeu e que é detalhado pelo conjunto de organizações, submetido, avaliado e contratualizado; tem um modelo de governança; tem uma Estratégia de Desenvolvimento Local que se chama mesmo assim, EDL, que tem um diagnóstico e tem uma estratégia de intervenção nos territórios e tem um território de intervenção, que é o mesmo do município de Lisboa. Portanto, a Rede DLBC Lisboa não é uma das plataformas de participação colaborativas, é “A” formal, legal, entidade representativa e gestora de fundos europeus a reforçar uma política que não é já da CML, a EDL não é da CML, não há EDL nenhuma nos órgãos municipais, existe uma EDL aprovada pelos 200 membros da Rede DLBC Lisboa e contratualizada com a Comissão Europeia.

CF- E a Rede DLBC Lisboa congrega entidades atuantes nos 67 territórios BIP/ZIP?

RF- Sim.

CF- E a Rede também extrapola o BIP/ZIP? Quero dizer, tem ali na Rede entidades que não são atuantes só nos territórios BIP/ZIP, mas também noutros ou não, está mesmo fundada sobre os BIP/ZIP?

RF- Posso te dar números sobre isso. Duas respostas muito importantes à tua pergunta. Primeiro, a Rede tem uma percentagem de organizações que não é irrelevante, mas é minoritária, de ONG de carácter regional, nacional ou até europeias, que também intervêm nesses territórios. Por exemplo, a Universidade de Lisboa, que é membro da Rede, é fundamental para a EDL e sua instrução, também tem vontade de analisar e intervir sobre esses territórios, mas não tem responsabilidade específica sobre o bairro 'A' ou o bairro 'B', seja ele BIP/ZIP ou não. Os financiamentos só podem ser gastos na melhoria das condições dessas comunidades, desses territórios e por elas próprias. Outro caso, a Rede Europeia Anti-Pobreza, a Fundação Aga Khan, entre outras, são organizações de carácter até internacional, são membros até diria de relevo, tem participado nos órgãos sociais em quase todos os mandatos, e tem uma escala superior à dos territórios BIP/ZIP, superior à Lisboa, superior à região e até do país, mas também está a intervir nesses territórios e também tem missões institucionais de empoderamento e capacitação das organizações do terreno por isso é que propuseram e foram aceites a participar na Rede DLBC Lisboa. Mas do total de membros da Rede, mais de 50% são de carácter local, com sede nesses territórios.

CF- A Fundação Aga Khan é uma das entidades mais atuantes no sistema BIP/ZIP, em quantidade de projetos.

RF- Sim, a Fundação Aga Khan na prática é um Estado, é uma monarquia com poder de intervenção financeira muito grande no país inteiro, no mundo inteiro, e aqui também faz algum trabalho. Mas assume-se, e eles dirão melhor que eu, não como uma instituição que pretende intervir diretamente no combate à pobreza, mas, tal como a Rede, no empoderamento das organizações locais, na capacitação das organizações locais.

CF- Atua em apoio às outras organizações.

RF- [mostra material impresso sobre a Rede]. Não estamos a inventar a roda, se fores ler o regulamento europeu vais ver que o alinhamento é absoluto sobre os modelos de governação, sobre as prioridades, as estratégias, a escala de intervenção etc. O observatório já existe desde 2015, com essa estrutura e financiamento. A Rede é também um observatório do impacto dessa política de baixo para cima. Já é participada por universidades, pelas redes europeias e pela Comissão Europeia, não está por ser inventado.

CF- Seria só uma terminologia a mais dizer que é um observatório, quero dizer, o trabalho que vocês fazem já é isso.

RF- Nós temos a responsabilidade formal e somos financiados para fazer essa avaliação e essa monitorização. Temos que demonstrar o impacto do financiamento europeu e temos que dar essa informação com conhecimento europeu e ser melhorado e atualizado, isso é um trabalho constante.

CF- No começo de 2018 a Rede DLBC Lisboa lançou uma plataforma de governação colaborativa, o "Decidimos Lisboa", como resultado do projeto Urbact Interactive Cities. Qual foi, para vocês, a necessidade dessa plataforma, quais eram seus objetivos e como vocês avaliam seu uso?

RF- A plataforma pretende servir a duas coisas, uma participação mais direta e em tempo real dos associados na definição dos instrumentos de financiamento, dos associados e dos seus projetos, por um

lado; por outro lado de dar um passo mais à frente em que nós do GAL urbano em Lisboa em conjunto com outros à escala europeia estamos a dar que é de dar um outro passo na maturidade participativa e democrática que é à escala do financiamento dos projetos num determinado bairro ou conjunto de bairros, pôr à decisão dos projetos financiados à decisão dos residentes. Portanto um dos requisitos era uma plataforma de votação dos projetos. Não sei se isto é claro o suficiente. Não fomos os primeiros a fazê-lo. O DLBC de Haia, capital administrativa dos Países Baixos, tem o mesmo modelo. Agora, tem havido atrasos imensos porque as autoridades nacionais e regionais têm vindo a boicotar, limitar, a protelar a normalidade democrática de aplicação desses princípios, mas lá chegaremos. Do ponto de vista da votação estamos a criar mecanismos mais simples, com uso de SMS que nos assegurem uma espécie de pré-recenseamento ou recenseamento automático para assegurar que um votante, numa escolha de um financiamento para um projeto para determinado bairro, que é mesmo residente naquele bairro ou território de intervenção daquele projeto e que o eleitor, cada pessoa, residente, só vote uma vez, que não haja repetição. O ‘Decidimos’ ainda era bastante limitado.

CF- O que essas redes de colaboração internacionais, nomeadamente o Urbact, tem ensinado para Lisboa? E o que Lisboa tem para ensinar às outras cidades europeias, especificamente através da rede Com.Unity.Lab?

RF- O programa Urbact é um programa de cooperação e de aprendizagem, é um programa europeu com algum apoio financeiro europeu para redes de cooperação e transferência de conhecimentos entre municípios, fundamentalmente. Agora a Rede DLBC Lisboa, como entidade gestora de fundos europeus, tem um estatuto que permite ser parceiro no Urbact e até já aconteceu no passado recente. No programa Interactive Cities nós éramos o parceiro formal, não era a cidade de Lisboa. O Com.Unity.Lab, por uma questão de tesouraria, preferimos colocar o município de Lisboa como líder e a Rede como apoio técnico do município de Lisboa. O Com.Unity.Lab parte de uma primeira classificação que é feita do programa Urbact de Boas Práticas de política urbana integrada e sustentável, desenvolvidas por cidades na Europa em que Lisboa apresentou essa estratégia de empoderamento para aquilo que é mais conhecido em termos de imagem, a Estratégia BIP/ZIP, o nome formal não é esse, e foi classificado com um Selo de Boa Prática Europeia de política pública. O que permitiu à cidade de Lisboa, numa segunda fase, concorrer ao estabelecimento de uma rede de transferência entre cidades e liderada pela cidade de Lisboa, para transferência dessa Boa Prática de Lisboa, que é essa história dessas quatro ferramentas: Carta, PPL, GABIP e Rede. Portanto, o município de Lisboa, apoiado pela Rede, está a ajudar outras sete cidades, do ponto de vista formal a desenvolverem este caminho de empoderamento das organizações locais. Com essas quatro ferramentas que nós chamamos de toolkit. Para ser mais claro, estamos a falar de apoiar cidades a: terem um mapeamento de bairros prioritários; a terem um programa de ignição, como nós chamamos no Com.Unity.Lab, o programa BIP/ZIP é um programa de micro financiamento para alavancar a criação de novas organizações em escala local; um modelo de cogovernança local que são os GABIP; e plataformas de colaboração como o modelo do programa europeu ou outro que se assemelha. No próximo Quadro Comunitário vai haver uma flexibilização em

que possam ser constituídos Redes DLBC com graus de delegação de competências das autoridades gestoras de fundos diferentes, porque há Estados que não querem delegar tanto. Quer Estados de poder historicamente muito central, como a França, quer Estados que já tem programas equivalentes, mas enraizados com histórico nacional, como por exemplo a Alemanha, ou Estados tipicamente das ex-repúblicas de Leste, ainda com uma lógica muito centralizadora e com grandes resistências à descentralização e ao empoderamento, e à compreensão de um Estado como uma organização que inclui a sociedade civil. Que é o que nós estamos a fazer, isto é descentralização, que aliás, vem da Constituição da República Portuguesa. A Helena Roseta não sei se citou estas partes da nossa Constituição, mas é natural que o tenha feito porque o faz muitas vezes, que o último grau de descentralização do Estado, depois da regionalização, da municipalização etc. é delegar competências às associações de moradores etc. O PPL e a EDL da Rede estão a responder a este anseio democrático da República Portuguesa. Que é uma delegação a um expoente máximo. Agora, para além desse programa Urbact, a Rede é entendida pela Comissão Europeia como um modelo mais avançado do ponto de vista democrático do que o programa DLBC. O DLBC não apareceu em 2015 nem em 2013 com o regulamento. Já existe há vinte e tal anos com os GAL rurais, depois piscatórios e depois em 2013 é a criação desse modelo com algumas afinações para os contextos urbanos. Desse modelo de descentralização e gestão de fundos europeus e o financiamento de intervenções de base comunitária, ou seja, desenhadas e geridas de baixo para cima ao invés de ser de cima para baixo, não foram inventadas em 2013, a Europa já tem vinte e tal anos de experiência nessa matéria. Agora, nós estamos com a Comissão Europeia a apoiar outras cidades, outras autoridades regionais, estamos a fazer formação aos próprios quadros de dirigentes da Comissão Europeia sobre a Rede DLBC Lisboa e estamos com uma frequência enorme a convite à despesa da Comissão Europeia a ir explicar e ajudar a montar Redes DLBC urbanas na Europa toda.

CF- Estivemos a falar sobre o que a Rede está a ensinar para o resto da Europa, e o que achas que vocês conseguiram aprender nesse tempo com a Europa, dessa interação em rede com outros países, e conseguiram trazer para cá?

RF- Com muita humildade histórica e democrática, o que nós estamos a fazer aqui em Lisboa não é único. Existem outras cidades que estão a fazer processos parecidos. Agora, o que está a ser mesmo relevante é, do ponto de vista da influência da política europeia e das políticas nacionais, termos começado a trabalhar em conjunto e a existir uma proto-federação europeia para os GAL urbanos, tal como já existia com os GAL rurais e os GAL piscatórios. E é isso que nos permite ter um papel relevante na influência do próximo Quadro Comunitário, de qual é que deve ser a evolução do programa BIP/ZIP à escala europeia, porque já não estamos a agir sozinhos, estamos a construir um bloco de organizações com o mesmo modelo e com os mesmos objetivos históricos e políticos para ter uma influência maior na evolução dos modelos europeus de financiamento. Que haverá sempre muitíssimas resistências. Não estamos também aqui a dourar a pílula, há e muita resistência de muito Estado a querer empoderar tanto a sociedade civil. Não estou a dizer que é um trabalho fácil, é muitíssimo difícil, mas não estamos sozinhos. A maior aprendizagem é perceber que a direção da Rede não está a ser louca quando quer pôr

os projetos à votação popular, porque há já outros DLBC urbanos, muitos que o querem fazer e outros que já o fizeram.

CF- Atualmente, a CML dispõe de diversas plataformas de dados abertos e aplicações que incentivam e facilitam a participação dos cidadãos na governação da cidade. Esses instrumentos são úteis para os parceiros que colaboram nos projetos BIPZIP? De que tipo de instrumentos, ou processos, metodologias, sentem falta?

RF- Essa cultura democrática descentralizadora e de empoderamento da cidadania ativa - mais uma vez, no prosseguimento da Constituição, construiu-se uma democracia cada vez mais participativa e menos representativa - são coerentes do ponto de vista da estratégia municipal. Agora, a Rede tem os seus próprios instrumentos, de outra forma seria a CML a dominá-los e a tomar conta deles e não é o propósito da Rede. A CML, apesar de ter sido eleita para presidir a direção da Rede, tem um voto em 170, portanto, a Rede tem que ter os seus próprios mecanismos de participação, de concertação, de decisão que não se misturam com os da CML. Agora, por exemplo, quando há um bocado dizia que com o “Decidimos” estamos a construir modelos de votação online certificada com registro de recenseamento etc., também aprendemos com os erros e as melhorias e as correções que, por exemplo, a CML fez no sistema de votação do OP. Mas tem que haver uma clareza de que o que é municipal é municipal e o que é da Rede é da Rede. Há uma matéria em que estamos a trabalhar há quase dois anos, já foi apresentada publicamente algumas vezes, mas ainda não está no terreno e que tem muito a ver com as empresas de comunicação, designadamente as de comunicação móvel, dominam o poder dos dados e com um caminho muito perigoso que a Comissão Europeia e o Estado Nacional e o município de Lisboa tentam resistir e opor. Designadamente, desmonetizando os dados, assegurando-os enquanto atividade pública, clarificando ativamente a sua responsabilidade sobre a gestão de dados que são públicos, cuja propriedade é dos cidadãos a quem os dados referem, e não de ninguém, e muito menos de entidades comerciais, assegurando-se confiança, a privacidade etc. e desmonetizando. Quando o município de Lisboa - depois a Rede está a preparar uma coisa parecida - com a sua política de dados abertos que tornam os dados gratuitos, dados tão ou mais interessantes do ponto de vista comercial do que aqueles que as empresas de comunicação tentavam vender, mata o problema na sua génese. E o problema, do ponto de vista filosófico e histórico é que enquanto na Revolução Industrial, do ponto de vista histórico e económico, nós capitalizamos, equiparamos o capital ao trabalho, os riscos de grande monopólio de grandes concentrações de poder foram mitigados pelas organizações dos trabalhadores, sindicatos etc. O trabalho é algo palpável, as pessoas conseguem controlar o que é o trabalho e resistir e impor respeito a seus direitos, com todos os desequilíbrios e lutas históricas que qualquer um de nós consegue ler da história da Revolução Industrial até hoje. O grande risco com a Revolução Digital e com os dados, é que os dados estão a ser capitalizados, estão a ser monetizados sem que exista, por um lado, uma percepção do cidadão da sua exploração, nem existir uma força organizada que consiga moderar e mitigar a concentração de poder que resulta dessa concentração de dados. A melhor resposta que eu conheço até hoje é desmonetizar e haver controle público, designadamente pelo Estado, enquanto

entidade representativa dos cidadãos, desses dados. Uma das formas caricaturalmente de desmonetizar os dados, é explorar a outra fonte tão poderosa de dados que existe, tão poderosa como aqueles que circulam e que são capturadas pelas organizações, que é das transações financeiras. Há pouco eu não expliquei uma coisa, mas gostava de explicar que é a EDL, tendo como objetivo último o combate à falta de coesão socioeconómica e territorial de Lisboa, estando focada naqueles bairros, há uma abordagem que a EDL explica que é nós não conseguimos combater essas assimetrias territoriais, essas diferenças de condições de vida e de bem estar dessas populações face ao resto da cidade sem ter mecanismos de controle político sobre aquilo que eu chamaria de ‘a balança comercial de pequena escala geográfica’. Isto acontece, por um lado, quando favorecemos o financiamento de projetos que capturem receitas e coordenação dum bairro para fora de um bairro comunitário. Dando um exemplo que está citado na EDL e que tem um impacto económico muito mais interessante, num bairro como Padre Cruz, por exemplo, um bairro bastante isolado e com uma população muito velha e muito fechada sobre si mesmo. Esses bairros têm um problema que é, quando atingem uma determinada escala crítica, tornam-se crónicos, como uma glândula entupida, biológica, que é, quando têm uma determinada escala em que todos os filhos das famílias daquele bairro frequentam uma escola que é esmagadoramente composta por pessoas com aquela falta de expectativa de ascensão social, de qualificação etc., a pobreza passa a ser normal e isso mata as aspirações de progredir socialmente, isso já é claro. Agora imagina que tu tens uma série de agricultores urbanos formais no bairro Padre Cruz. É diferente financeiras a criação de uma pequena mercearia para venderem dentro de um bairro a sua pequena produção ou financiar-lhes a criação de uma rede de distribuição que vai levar os seus produtos para fora do bairro, em que eles vão conseguir, por exemplo, ao invés de se criar uma mercearia, criar um pequeno armazém onde eles empacotam as suas produções e depois têm uma rede de distribuição, por exemplo, de uma carrinha que vai todos os dias vender de porta a porta cabazes de legumes da semana, às famílias finas de Telheiras. Isso tem um impacto económico muito maior porque captura receita económica de fora do bairro para dentro do bairro e só assim que se combate a pobreza, é quando se reequilibra a balança comercial. Isto é verdade à escala de um país, de uma região e de um bairro também. Um outro mecanismo, para recuperar a tua pergunta, é que estamos a criar, do ponto de vista técnico e jurídico uma espécie de moeda digital comunitária para tirar proveito das oportunidades de crescimento económico da cidade de Lisboa, da economia da região, fomentando e condicionando o seu proveito para este reequilíbrio da balança comercial desses bairros. Imagina que um dos empregos dessa moeda digital é, contratualizamos as redes de hotéis da cidade de Lisboa para usar um selo de sustentabilidade socioeconómica, eles deixam de vender noites de hotel e passam a vender um pacote a seus clientes que inclui a noite de hotel mais um determinado valor nessa moeda digital. Por exemplo, eu quando pago cem euros para dormir uma noite num hotel Altis em Lisboa, eu turista alemão que no Booking.com quando vejo os hotéis em Lisboa vejo alguns que têm esse selo de sustentabilidade que vão me dizer: “Por cada cem euros que você gastar no hotel, recebe dez euros em moeda digital que pode gastar na cidade de Lisboa nessa lista de atividades, produtos e serviços”. Eu chego ao hotel, o Mundial no Martim Moniz, por exemplo, faço

o check-in e recebo automaticamente no meu telemóvel uma espécie de voucher digital equivalente a dez por cento do que eu paguei pelo hotel. O hotel pagou esses dez por cento, com vantagens fiscais e depositou num fundo da Rede e automaticamente a Rede emitiu uns vouchers ao hotel que os entregou digitalmente, tudo automatizado, ao turista. O turista sai do hotel às dez da noite e automaticamente recebe sugestões, com procura e filtros etc., de vários sítios numa distância a pé onde pode gastar aqueles vouchers da Rede para jantar em projetos comunitários, como a Cozinha Popular da Mouraria. Vai a esses sítios e não outros porque nesses sítios pode gastar o voucher e noutros não poderia, paga com os vouchers, e a Cozinha Popular da Mouraria, não o restaurante no Martim Moniz, pode vir à Rede e trocar o voucher pelo fundo que foi depositado pelo hotel. Respondendo à tua questão dos dados: nós passamos a controlar em tempo real e de forma tão poderosa como conseguir ler os dados das comunicações móveis e os dados das transações financeiras, numa amostra representativa dos dados das transações financeiras que usam a moeda. O que nos permite informar aos nossos associados e não outros, privilegiamos a eles, sobre neste território estar a haver mais procura dos turistas sobre determinados produtos e dizer “Aqui vocês têm um nicho de mercado que podem aproveitar como quiserem”. E vice e versa, tudo isso em tempo real. Portanto, esses dados têm um poder enorme de informar com propriedade e com solidez as organizações desses territórios sobre oportunidades económicas que podem aproveitar e não estão a aproveitar, e por outro lado, induzir. E também nos permite, face às sugestões que fazemos aos turistas na app respectiva, política pública que também interessa ao município e ao Turismo de Lisboa que é influenciá-los face aos descontos e aos vouchers etc. a irem para sítios que têm menos carga turística, a irem menos para sítios que têm mais carga turística e tudo isso com base numa gestão de dados que passam a ser propriedade de uma federação das associações locais. Empoderá-los com dados não só tem vantagem económica como tem vantagem política de gestão da cidade. A captura de dados tão ou mais interessante de forma alternativa permite, por um lado, desmonetizar a exploração comercial dos dados, tal como a CML está a fazer quando torna os dados acessíveis ao público e que permite uma pequena startup competir com uma Vodafone, porque de outra forma não conseguiria, porque seria comida pela Vodafone, a mesma abordagem pode e deve ser feita para alavancar o pequeno comércio, as Lojas com História, os projetos comunitários que criam empregos e integram imigrantes e refugiados... numa forma privilegiada porque são eles que estão na posse dos dados. A política sobre os dados é própria, mas é coerente e concorrente no sentido em que ambas suportam absolutamente a política de dados da CML. E sou, tal como a CML do ponto de vista formal, formalmente contra a exploração de dados e de poder e de monetização dos dados. A única forma de não permitir essa concentração de poder absoluto a esses monopólios é desmonetizar os dados. CF- E criar contra narrativas também, em relação àquela dos dados oficiais, sobre os dados que importam e criar os nossos próprios bancos de dados.

RF- Há um exemplo de Bilbao que era uma loja de sapatos ou coisa do género, que estava a abrir falência e foi pedir ajuda ao município. A loja abria às nove e fechava às cinco da tarde. E o município mostrou-lhe os dados sobre pessoas e com perfil de quem podia lhes comprar os sapatos que andavam naquela

rua e demonstra à pequenina loja, ao pequenino comerciante que estava indo para o desemprego e com dívidas etc.: “Você tem aqui um problema, você tem um horário de abertura diferente dos potenciais clientes que lhe passam na montra. Se alterar o horário das nove às cinco para das onze às sete você vai ter mais hipótese”. Aumentou cinquenta por cento da faturação e sobreviveu a loja, com o uso de um dado tão simples como este. Um pequenino exemplo muito concreto, que as pequeninas empresas, pequenos comércios e organizações terem acesso a esses dados pode fazer toda a diferença muitas vezes. CF- Minha última pergunta era sobre a criação de um observatório, mas o Rui disse anteriormente, nesta entrevista, que considera que o trabalho que a Rede faz já é um Observatório sobre o BIP/ZIP.

RF- Sim, mas também digo que era muito mais interessante ter uma participação mais ativa da comunidade académica neste processo da Rede. Agora, não é preciso inventar uma plataforma onde as organizações participam de forma democrática, tenham acesso à informação, à influência, sobre quais são os mecanismos de financiamento, isso já existe. O que falta é a participação da comunidade académica dentro da Rede, é a minha perspectiva. E com financiamento para fazer. Também já existem observatórios que não podem ser negligenciados, seria tonto serem repetidos. A Rede Europeia Anti-Pobreza já é financiada pela CML e pela Santa Casa de Misericórdia, e é um observatório sobre a evolução dos dados da pobreza em Lisboa. Houve outro que foi criado agora sobre a Santa Casa e uma série de entidades e universidades que também está a funcionar e que também é financiado. E estamos aqui a tropeçar e a repetirmos uns aos outros. Não estamos na estaca zero e temos que nos juntar, e ter a inteligência de partilhar aquilo que é útil ser partilhado e ajudar e não estarmos a repetir e atropelar uns aos outros. Agora em março esperamos ter desbloqueado um modelo de concurso para a gente poder financiar de forma mais eficaz, sem ter que passar pelas autoridades nacionais, que é sempre uma guerra, enfim. E há de conhecer o Gonçalo [Folgado] e a *Locals*, vamos usar o jogo dele para os nossos associados e todos que queiram vir ensaiar a montagem de projetos com aquele mecanismo do jogo dele, tendo em vista o novo concurso de financiamento da Rede. A Rede também está a negociar com a CML e com o Programa operacional Regional de Lisboa, que é presidido em permanência pela CCDR, Comissão de Coordenação Regional de Lisboa, o desenvolvimento regional de Lisboa, uma parte do nosso financiamento, claro, que é FEDER distribuído ao PPL e escalar à escala do PPL em paralelo com os nossos financiamentos FSE que, no fundo, financiam a cem por cento. Isso será nas primeiras semanas de março. Na última semana de março vamos aplicar o mesmo jogo a uma cidade em Sofia, a uma daquelas cidades do Com.Unity.Lab. Vamos levá-lo, e depois no dia 27, traduzido em búlgaro, vamos pôr esse jogo a ser usado a pedido de um município em Sofia, para criar parcerias locais. Eles estão ainda no início, tem de dois a três anos numa espécie de programa BIP/ZIP, para alavancar a criação de organizações em parcerias, em bairros onde elas ainda não existem. Tudo isso pode ser acompanhado por ti, o que eu não tenho é dinheiro para te pagar as viagens etc., mas se tu tiveres e arranjares quem te financie isto, és muito bem-vinda a este trabalho. Isso é uma iniciativa da Rede, mas que também é acompanhada pelo DDL e o Miguel Brito e sua malta. Aliás, se há coisa que houve aqui desperdício de

recurso nos últimos anos que eu estou a tentar corrigir é a falta de colaboração mais direta entre o trabalho do DDL e da Rede, que espero, esteja num caminho mais útil.

CF- Seja criação ou fortalecimento, quais seriam os principais desafios para a Rede DLBC Lisboa e para a CML, na cogestão de um Observatório BIP/ZIP?

RF- Tenho muitas dúvidas e muitas reservas, sou muito sincero. Acho que o DDL não está consolidado o suficiente. O PPL sempre teve uma avaliação externa feita pela In Loco, que continua a ter. A partilha de dados com outras instituições é fácil, desde que sejam asseguradas as condições de segurança e confidencialidade dos dados etc. Acho muito mais interessante, repito, isso acontecer no contexto institucional que já existe que é da Rede. Onde todas as entidades que já o fazem, e que tem dinheiro para continuar a fazer, já fazem parte. Repito, há uma falta de participação da Universidade de Lisboa. Existiu no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em ligação com Lisboa, participou muito na montagem de toda a EDL no início, ainda com o Sr. José Castro Caldas. Com a sua menor disponibilidade temos uma participação deficitária do contexto académico na Rede. Da CML está a criar outro, honestamente acho um disparate, mas não cabe a mim decidir e acho que houve aí umas divergências entre aquilo que estava a ser apalavrado pelo DDL e a posição da Paula, a minha e da Rede etc. e acho que a falta de diálogo está desperdiçar recursos e tirando, enfim, estamos a disparar a vários sítios ao mesmo tempo e isso me parece pouco inteligente.

CF- Isso, do ponto de vista da CML, mas do ponto de vista da Rede?

RF- A Rede tem essa obrigação e tem os recursos para o poder fazer. Repito, tem nesse momento e nos últimos dois anos uma participação menor do que seria desejável da comunidade académica, no sentido lato, e acho que escusamos de estar a inventar a roda. Criam-se expectativas de haver capacidade de pagar e depois objetivamente não existem, e na Rede até existem e não estão a ser rentabilizadas.

CF- Como a academia poderia estar mais próxima, já que identificas a falta de participação da academia?

RF- A primeira coisa muito simples é o centro de estudos do Iscte ou que seja, que esteja interessado, é inscrever-se na Rede. Como outros já fizeram, designadamente o da Universidade de Coimbra. Depois, lá dentro, propor em parceria com outros associados, que já estão a fazer, tipo a Santa Casa, a Rede Europeia Anti-Pobreza etc., uma plataforma interna de monitorização e avaliação de resultados e impactos etc. Parece-me o mecanismo mais simples. E proporem-se a financiamento da Rede para o fazer. E estamos a falar de um financiamento que não é de concursos abertos de financiamento a projetos locais, estamos a falar de financiamento que a Rede já tem contratualizada para assegurar o seu funcionamento, aquilo que se chama assistência técnica, quer na função de custos operacionais, quer na função de animação territorial. Ou seja, sobre as dotações que nós temos contratualizadas dos fundos europeus para atribuir a projetos locais, nós temos grosso modo cerca de 25% em cima disso para atividades de gestão direta que inclui avaliação, monitorização, capacitação etc. Por exemplo, o projeto da Moeda [Digital] é um instrumento de alavancagem do potencial, do alcance, do impacto dos projetos locais, como a Cozinha Popular da Mouraria, se tiver cem turistas a atirar-se a seu lado terá muito mais impacto e criará muito mais emprego do que se não tiver nada. Portanto, esses 25% são para

instrumentos de alavancagem que inclui avaliação e monitorização e a divulgação dos resultados, até para a melhoria das políticas e dos instrumentos concretos, formais de atribuição dos financiamentos que são atribuídos. E não é complicado, é muito simples. Com toda a autonomia, os órgãos da Rede não devem e não querem ter protagonismo nenhum e devem servir de criação de oportunidade para os associados. Por exemplo, não sei se acompanhaste, mas daqui a um ano, angariamos com os associados e a Comissão Europeia, a organização do Festival Urbact aqui em Lisboa, e um contrato com algum orçamento para organizar as atividades e o conteúdo desse Festival Urbact das cidades, aqui em Lisboa. Fizemos isso para depois abrir oportunidades e abrimos, aos associados para apresentarem conteúdos e serem pagos. Ou seja, servimos de interlocutor para atribuir quinze mil euros, desde os associados que fizeram o catering do evento, os associados que fizeram visitas, workshops... Outro exemplo, uma organização de população cigana, que é membro da Rede, que pretendia organizar um trabalho no âmbito da educação pra identificar as causas do insucesso escolar, nomeadamente em determinadas faixas de formação etc. e que se concorresse sozinha aos fundos da Comissão Europeia tinha poucas probabilidades de sucesso, fê-lo utilizando o nome da Rede, teve o financiamento e todo o financiamento atribuído àquele projeto foi gerido diretamente pela organização e teve resultados que são muito interessantes. Acabou por fazer um trabalho académico interessantíssimo do ponto de vista da criação de instrumentos gratuitos, que estão online, de identificação de défice no âmbito da dislexia dos estudantes, nas escolas, e de mecanismos de adaptação dos professores a métodos de ensino para terem sucesso no combate ao insucesso escolar identificada a causa da dislexia. Até o próprio Iscte, sendo membro da Rede, pode ter mais financiamento porque usa o nome de uma organização chapéu que tem muito mais nome lá fora do que um associado isolado. O potencial da Rede não é só a gestão desses fundos, nem a assistência técnica, nem a atribuição dos financiamentos europeus, é todo o resto que se consegue fazer por ser uma federação que tem tantas organizações. Para não falar das cooperações entre associados que muitas vezes, imagina, uma candidatura a financiamento europeu para criares um Observatório em Lisboa, para os BIP/ZIP, se for candidata através da Rede, numa parceria entre Iscte, a Rede Europeia Anti-Pobreza etc. tem muito mais hipótese e tem muito mais força.

## M. ENTREVISTA A ROBERTO FALANGA

Entrevista a Roberto Falanga, Coordenador do trabalho de elaboração do Índice da Participação, do PPL, feita em 24 de janeiro de 2020, no ICS, Lisboa [45min24s].

[Legendas]

CF – Ana Carolina Carvalho Farias

RF - Roberto Falanga

CF - Para o teu trabalho de construção de um instrumento de avaliação da participação no BIP/ZIP, quais outros instrumentos de avaliação de processos participativos tiveste como referência?

RF - Desde 2014, integrei a equipa consultora, aliás o que depois acabou por ser uma equipa, porque inicialmente era apenas um consultor, o Nelson Dias, e por convite do Nelson e acordo com a Câmara de Lisboa fui convidado, portanto, a integrar a tal equipa de consultoria do programa BIP/ZIP. O Nelson já era consultor desde o início do próprio Programa de Parcerias Locais (PPL). A minha relação com o programa começou em 2011, praticamente no início porque na altura, por causa da minha tese de doutoramento, incluí o PPL dentro dos casos de estudo que eu fui pesquisando na cidade de Lisboa e, portanto, já se tinha construído uma relação de confiança, de conhecimento, de curiosidade até mútua e daí, portanto, o meu envolvimento nesta equipa consultora. Dentro da equipa consultora minha ocupação é de suporte ao Nelson. Suporte tanto na concepção do que é possível e expectável fazer dentro do âmbito da consultoria como de suporte metodológico. Em particular em questões que possam requerer uma certa análise mais fina de natureza sociológica ou de políticas públicas em relação ao programa. E neste âmbito, na altura em que a equipa BIP/ZIP propôs à equipa consultora a possibilidade de produzir um primeiro trabalho de monitorização e avaliação do programa, esta proposta chegou juntamente a outra que foi a ideia de rever a Carta dos territórios BIP/ZIP. Portanto, em princípio isto era um trabalho para ser feito em conjunto, por um lado fazer uma revisão dos indicadores que tinham sido calculados em 2010 quando foi a altura da criação da carta dos territórios BIP/ZIP e por outro lado avaliar o impacto que o programa teve ao longo das suas edições no território. Portanto, esta proposta chegou aos finais de 2016, e uma primeira avaliação foi feita, portanto, desde a primeira edição até 2017. Houve depois uma atualização no ano a seguir e foi incluída também a edição 2018. Isto só para introduzir aqui a questão. Qual é que foi o meu trabalho no âmbito desta avaliação?

CF - Não, quais foram as referências para o teu trabalho, quais outros instrumentos de avaliação de processos participativos tens como referência para desenvolver o teu trabalho.

RF - Bom, enquanto investigador as minhas referências são múltiplas, refiro-me tanto a referências científicas como a referências ‘cinzentas’. Portanto, documentos que foram produzidos por instituições, organizações que se ocupam também de avaliação. Há muita documentação sobre avaliação de políticas

públicas, há muita pouca documentação e muito pouca literatura científica sobre avaliação de processos participativos. Este desafio sobre a avaliação dos processos participativos iniciou em 2014 para mim, portanto, logo a seguir ao fim do meu doutoramento, porque na altura o João Ferrão e eu constituímos uma equipa de avaliação de um projeto chamado "Portugal Participa: caminhos para inovação societal" que foi um projeto financiado pelos fundos EEAGrants. São fundos geridos pela Fundação Gulbenkian em Portugal através do programa "Cidadania Ativa", já não sei se continua a chamar-se...?

CF - O programa da Gulbenkian?

RF - Exatamente, na altura era Cidadania Ativa e o próprio Nelson na altura, ganhou este projeto "Portugal Participa" cujo objetivo era basicamente promoção, disseminação dos princípios da democracia participativa e ao mesmo tempo experimentação local de quatro práticas inovadoras de participação e, portanto, nesta proposta havia a possibilidade de contratar uma equipa externa de avaliação do projeto como todo. Portanto o João Ferrão e eu fomos contratados como equipa e foi a primeira vez que me confrontei com a possibilidade de avaliar os processos de participação e a partir daí comecei, portanto, a fazer uma revisão da literatura científica, documentação etc., etc... Foi montada uma metodologia que tentou juntar os, como é que posso dizer? Não seguiu um modelo único, uma metodologia única, também porque na verdade não há uma metodologia clara que tenha sido proposta. Toda a literatura científica é sobre as experiências de avaliação e possibilidade de construir critérios de avaliação, mas não há uma proposta tipo um kit de avaliação. Mas há autores que chegaram muito próximos a fazer esse tipo de proposta, por exemplo Rowe e Frewer (2004), são dois autores que escreveram muito sobre avaliação e participação, Webler et al. (2001). Portanto, diria que talvez estes autores tenham sido referências importantes para mim. Depois há documentos muito interessantes sobre a avaliação de processos participativos. Um é um documento da OECD de 2005 e um é o documento do Observatório Internacional da Democracia Participativa, de 2006, se não estou em erro. Pronto, portanto, diria que a referência pessoal foi certamente esta experiência que tive com o projeto "Portugal Participa" o que significou também referências internacionais através de literatura científica e não científica. A partir desta experiência também foi escrito um texto que é uma revisão da literatura sobre avaliação de processos participativos que consta num "Manual de metodologias de avaliação de políticas públicas" da Universidade de Lisboa.

CF – Para medir o sucesso do PPL, estás a articular dados quantitativos e qualitativos sobre os seus três pilares. Dos dados dos teus textos que eu li, os três pilares são: a rede de agentes envolvidos, as iniciativas implementadas e os fundos fornecidos a cada um dos 67 territórios prioritários. De que forma esse modelo nos poderá dar pistas sobre a melhoria da qualidade de vida urbana e a coesão social nesses territórios? Esses são termos que são dados como objetivo geral da política BIP/ZIP.

RF - Bom, a escolha deste tipo de informação foi, digamos, um compromisso, uma negociação que foi feita internamente à Câmara tentando, por um lado, responder a critérios de qualidade da metodologia, de robustez da própria metodologia, e por outro, a possibilidade concreta de ter informação disponível para fazer a tal avaliação. Portanto dos vários encontros, das várias reuniões e negociações resultou que

os três pilares fundamentais sobre os quais o PPL tinha sido construído e desenvolvido, e também pilares que tinham informação disponível que podia ser utilizada para fazer avaliação, referiam-se às parcerias, portanto, aos atores no território, aos projetos e às atividades de cada projeto e ao financiamento. Ora, esta informação tinha de ser elaborada, não podia ser utilizada assim como ela é por uma questão muito simples: estes dados são de natureza muito diferente, falamos de dinheiro, falamos de número de pessoas e falamos de número de projetos, ou seja, cada número faz referência a coisas muito diferentes. Portanto, precisamos como primeiro passo ter um critério comum de ponderação destes valores. O que nós decidimos fazer para a avaliação foi primeiro trabalhar sobre a ponderação destes valores e na verdade o que foi feito não foi pegar nestes valores como são apresentados no artigo, mas houve uma elaboração a seguir com as médias destes valores pelos 67 territórios. Se calhar dando um exemplo é mais fácil: por exemplo, o primeiro indicador é rede líquida por BIP/ZIP vezes o número de projetos por BIP/ZIP dividido pelo valor médio de projetos no total. Para já, redes líquidas são as redes que não são repetidas no mesmo território, portanto, foi feita uma limpeza das entidades que se repetiam no território. Portanto, é este cálculo do indicador que foi utilizado, não é apenas um número de parceiros, por quê? Por que o que nos interessa era perceber quantas redes foram constituídas por projetos e ter uma média nos 67 territórios. Isto foi calculado depois por cada território. O indicador número dois é o número de projetos multiplicado pelo número de atividades dividido pela média dos projetos e pela média das atividades por cada território; e o três é o financiamento vezes a população para perceber como é que o dinheiro chegou, dividido pela média do financiamento e pela média da população. Portanto, foi com base nestes três indicadores que depois foi construído o Índice de Participação que era o objetivo final da avaliação do programa, não da avaliação no seu todo, porque a avaliação no seu todo compreendia também a revisão da Carta. Portanto, o Índice da Participação é um índice composto, basicamente por estes três indicadores. Como é que isto pode informar ou pode ajudar a aumentar a qualidade de vida urbana, quer dizer, é uma boa pergunta. A primeira pergunta que me fiz e que coloquei também ao Nelson e à equipa BIP/ZIP foi: qualquer avaliação é uma avaliação sobre o sucesso ou o insucesso duma política pública, ou seja, o que resulta duma avaliação é uma informação sobre se a política pública funcionou ou a política pública não funcionou e porquê. No caso do BIP/ZIP esta pergunta é uma pergunta muito complicada de responder, porque se olharmos para a natureza do programa, o sucesso do programa paradoxalmente é o seu desaparecimento. Portanto, tendo em conta isto, se eu pensar o que é que é o sucesso nos territórios e se eu tentar operacionalizar o que que é o sucesso eu não sei se, por exemplo, o fato de um território ter tido muitas parcerias, muito dinheiro e muitos projetos equivale ao sucesso ou insucesso. Por um lado, é sucesso porque há um aproveitamento muito elevado do programa, por outro lado poderia ser lido como um insucesso porque significa que o território continua a ser um território carente porque precisa do próprio programa. Portanto é uma pergunta muito complicada de se responder. Eu acho que este trabalho que foi entregue mostra a complexidade que existe dentro deste programa e no esforço que se tem que fazer, para fazer a avaliação e depois há obviamente uma componente que eu fiz questão que ficasse muito clara que é: qualquer tipo de avaliação que não tenha em conta tudo aquilo

que se passa num contexto urbano e mais ainda num contexto como o contexto de Lisboa que nos últimos dez anos teve uma transformação radical que em alguns casos impactou em muito os territórios BIP/ZIP, será sempre uma avaliação muito limitada. Dou um exemplo, o exemplo da Alfama. Alfama é um território BIP/ZIP, mas Alfama nos últimos cinco, seis anos mudou radicalmente a sua, não gosto dizer, a identidade, mas...

CF – A sua estrutura social.

RF – Exato, e ao mesmo tempo é um território que, por exemplo, nos cálculos que fizemos tinha indicadores muito elevados de parcerias, projetos e financiamento. Como é que interpretamos isto? E que decisão é que se pode tomar a seguir? Porque avaliação é feita também para eventualmente ajustar alguma coisa do programa. Por exemplo, a dúvida é: tira-se ou não se tira o território da Alfama da Carta? Se se tira, corres o risco de tirar a última oportunidade de financiamento público para as associações fazerem qualquer coisa que, esperamos, não vá ao encontro da especulação pura e dura dos privados. Se não se tira, temos que ter uma justificação para não tirar, porque ao mesmo tempo, se fizéssemos hoje a Carta dos BIP/ZIP, Alfama não entraria nesta carta porque dificilmente se poderia definir como um território carente. É difícil responder à tua pergunta: como é que isto poderia ajudar a qualidade da vida urbana. Esta avaliação é uma primeira tentativa de sistematizar e organizar informação. Eu, enquanto autor, posso dizer que sei perfeitamente que é uma tentativa limitada, é uma tentativa que poderia crescer, poderia ser mais bem articulada, poderia aproveitar de muito mais informação, mas reconheço que é uma primeira tentativa e acho que se se fizesse uma primeira tentativa em todas as políticas urbanas que atuam na cidade seria uma mais-valia para todos e não só para o programa BIP/ZIP ou para os territórios BIP/ZIP.

CF - Como medir o impacto isolado de um programa que acontece, na prática, muitas vezes, de forma combinada com tantos outros programas e financiamentos?

RF - É uma das questões, naquele artigo que leste, que eu ponho. “Como é que se faz?” É o desafio avaliador, quer dizer, a avaliação que se pretenda de última geração tem que se colocar esta pergunta. Não é que não haja avaliação de políticas públicas, há, pouca, mas há. Há uma cultura da avaliação que é muito polarizada: ou é uma avaliação dos custos, ou é uma avaliação baseada na satisfação dos utentes, mas na verdade uma avaliação é tudo o que está no meio destes dois polos. É tanto uma avaliação dos dados mais quantitativos, como uma apreciação séria dos dados qualitativos e tem que caber uma combinação equilibrada dos dois porque os dois são necessários. Não digo isto por retórica, é que realmente são necessários. Tu não consegues ler os dados quantitativos sem ter informação qualitativa, e vice-versa, apenas informação qualitativa poderá não ter substância suficiente sem os dados quantitativos. Dito isto, claramente, por exemplo, um programa como o BIP/ZIP, mas isto desde a sua origem, sempre teve à volta outras formas de financiamento, desde os programas mais participativos, penso no OP, passando pelos programas dos Quadros da União Europeia, passando por financiamentos de outras fundações, organizações, fundos privados, fundos públicos. Claramente, o impacto no desenvolvimento local, na regeneração urbana que é o objetivo do programa BIP/ZIP, não pode ser

medido sem ter em conta o ecossistema de financiamentos. Agora, neste caso, foi feita uma avaliação do PPL só, não foi feita uma avaliação da regeneração urbana em Lisboa.

CF - Pois, acho que é isso também né? Talvez, seria uma tarefa para ver a regeneração urbana em Lisboa...

RF - Claro, sim, sem dúvida. Imagina: a Câmara de Lisboa para o próximo mandato quer rever as suas políticas de regeneração urbana e então pede a uma equipa de avaliação externa para fazer uma avaliação de tudo aquilo que foi feito em termos de regeneração urbana. Então, sim, claramente o BIP/ZIP era apenas uma peça dum *puzzle* muito mais complexo. No nosso caso a encomenda chegou para fazer uma avaliação do PPL, mesmo assim eu acredito que esta avaliação poderia ter tido um benefício se tivesse aproveitado de mais informação oriunda dos outros Pelouros, dos outros departamentos.

CF - No teu trabalho, identificas uma agenda alternativa para a formulação do sucesso no BIP/ZIP, constituída de três *layers* de contexto: o contexto sociopolítico (macro contexto); as políticas urbanas e iniciativas locais (meso contexto); e a provisão de conhecimento e ferramentas pela administração pública (micro contexto). O que podes destacar de cada um desses *layers*, como fatores de influência importantes no BIP/ZIP?

RF – Bom, o macro contexto é o que referimos há pouco quando falamos da transformação de Lisboa. A transformação em curso, uma transformação que não depende, claramente, só da economia local e interna de Portugal, mas depende de contingências internacionais e, claramente, isto dá impacto nas performances do programa BIP/ZIP porque transforma territórios onde o programa atua. O nível meso é um nível de interação com outros programas, eu falo aqui de programas tanto que atuam para regeneração urbana quanto programas que atuam de forma participativa, porque o BIP/ZIP tem esta dúplice natureza: não é um programa só de regeneração urbana e desenvolvimento local, não é apenas um programa de participação por si só, como poderia ser o orçamento participativo, mas é a combinação das duas coisas. Portanto, este nível meso atinge a este tipo, digamos, de ecossistema, não é de outros programas. O nível micro é o nível menos estudado que, aliás, foi o nível que, na altura do meu doutoramento, mais me despertou curiosidade: a minha tese é sobre os técnicos da Câmara por que há muita literatura, por exemplo, sobre o papel dos políticos na promoção dos processos participativos, mas fala-se muito pouco das equipas técnicas ainda, da importância que elas têm, não apenas por questões de gestão, mas também por questões de decisão. Muitas vezes, as decisões que são tomadas dentro dos processos participativos são decisões do dia a dia, mas que têm impacto fundamental depois nos efeitos e nos resultados e esta parte é muito pouco estudada. Há literatura sobre o poder dos técnicos na Câmara, mas há muita pouca literatura sobre o poder dos técnicos nos processos participativos, que eu tentei colmatar com a tese. Portanto, neste nível micro combina tanto a parte política como técnica. Agora, estive a falar mais da parte técnica porque eu acho que se reconhece como importante. A parte política é claramente importante, quer dizer...

CF - Claro, mais visivelmente importante.

RF - Sim.

CF - Como poderíamos medir o sucesso, não do PPL, mas dos projetos realizados, ou seja, a capacidade deles em conseguir resolver os problemas identificados nos territórios? E a percepção dos moradores?

RF - Lembro-me ainda quando fui fazer uma entrevista a Helena Roseta, no início da minha tese. Ela disse várias coisas que ficaram coladas na minha mente. Uma delas foi quando falou da ideia de repensar o desenvolvimento local como uma pasta política mais abrangente do que apenas intervenção pura e dura, física. Daí, portanto, a ideia de fazer do BIP/ZIP um programa que fosse muito mais abrangente do que apenas regeneração, no sentido de requalificação do parque habitacional ou reabilitação dum edifício, e daí, portanto, esta grande variedade de projetos que o programa financia. Medir o sucesso dos projetos já, por si só, é um desafio por causa desta variedade. Porque há projetos que são eventos culturais, há projetos que são mais virados para a intervenção física, há projetos que são atividades educativas...

CF - De formação...

RF - Exato, de formação. Portanto, a natureza é tão complexa que não pode haver um indicador ou uma bateria de indicadores únicos. É um verdadeiro desafio, não sei se poderá haver, provavelmente poderá haver, mas.... Há uma informação recolhida sobre o sucesso de todos os projetos feita pela Câmara, porque a própria equipa pede às parcerias locais para produzir relatórios de autoavaliação. Há uma monitorização interna que é feita pelas próprias parcerias locais sobre os projetos. Neste trabalho, nós não entramos em pormenor nos projetos, apesar, na verdade, de haver uma bateria de casos de estudo que, se não me engano, foram seis, que tentou mostrar como é que se poderia ir mais a fundo num estudo de cada projeto e não só do programa.

CF - A próxima pergunta pode ter a ver com essa tua resposta que é, baseado nas tuas experiências de trabalho na construção de um instrumento de avaliação para o BIP/ZIP, que tipo de dados sobre o programa sente falta?

RF - Vamos lá ver, por indicador. Por exemplo, no primeiro indicador que fala das parcerias eu acho que um dado que teria sido muito interessante, que eu espero que tu e o vosso trabalho no ISCTE consigam captar, é a mobilidade dos atores dentro das parcerias porque claramente há uma transferência de atores, entidades entre as parcerias. Um outro dado que eu acho que é super importante, que por acaso nós conseguimos recolher na parte qualitativa dos inquéritos feitos às entidades, é a coincidência que existe entre a criação das entidades numa associação, por exemplo, e o programa, ou seja, perceber se o programa foi um driver da criação de novas associações e, portanto, ver o tempo, digamos, de vida das associações ligado ao tempo do programa. Relativamente aos projetos e às atividades há muita informação que acaba por se perder. Sobretudo qualitativa porque, outra vez, por causa da variedade dos projetos. Os efeitos que cada projeto tem no território são muito diversos. Nem sempre são mensuráveis de forma quantitativa, o número de participantes, o número das atividades etc. Mas nós sabemos, quem tem um olhar mais fino sobre o território sabe, perfeitamente, que um projeto tem uma multiplicidade de efeitos às vezes secundários, às vezes inesperados, que também seria interessante incluir na avaliação. Reconheço a dificuldade de os ter, mas seria importante. Sobre o último indicador

do financiamento e da população bem, este é um indicador interessante porque eu acho que é um indicador quase de equidade, de justiça, saber quanto dinheiro público está a ser distribuído no território com base no número de pessoas. Mas, claramente é limitado porque nós sabemos o número de pessoas, mas não temos um perfil sociodemográfico das pessoas que lá vivem. Vou dar um exemplo, numa *gated community*, poderá ter, por exemplo, muito menos pessoas a habitar um território, mas serão pessoas com um nível socioeconômico hiper elevado. Claro, eu sei perfeitamente que os territórios BIP/ZIP foram escolhidos porque são territórios carenciados, mas também nós sabemos que a Carta BIP/ZIP foi criada a partir de três indicadores - socioeconômico, urbanístico, ambiental - e, portanto, nem todos os territórios terão carências socioeconômicas. Voltamos ao exemplo da Alfama. Hoje, Alfama pode ser um território considerado BIP/ZIP, mas claramente não é um território cuja média, no critério socioeconômico, seja tão baixa e, portanto, é questionável, não é?

CF - Esse critério que colocaste, da equidade, independentemente da quantidade de pessoas que habitam determinado território, há pessoas que precisam mais que outras. Mesmo na lógica da composição da Carta, lá dentro tem territórios mais prioritários que outros.

RF - Sim, quer dizer. Tudo começou na altura quando se decidiu, a partir do exemplo da IBC, a Iniciativa Bairros Críticos, pensar como é que no município de Lisboa se poderia intervir em territórios carenciados. E daí, o que é que significa ‘carenciados’: é porque a dimensão física está decadente? É porque há muitas pessoas pobres a viverem lá? Ou é por outras razões? Claramente, em muitos casos há uma combinação das duas. Mas, por exemplo, hoje Lisboa demonstra como nem sempre essa combinação é verdadeira: o centro histórico que há dez anos era abandonado e habitado por pessoas com um nível socioeconômico muito baixo, hoje é um território que, mesmo que em alguma zonas continue abandonado, tem um nível socioeconômico que já disparou para níveis mais altos. Portanto, conseguir captar estas dinâmicas e conseguir fazer com que estas dinâmicas estejam presentes numa avaliação é muito complicado. O que se pode fazer, talvez, é uma monitorização contínua destas dinâmicas e daí por exemplo, eu devo dizer que penso que uma complicação deste trabalho tem a ver com o fato também ter sido uma avaliação de mais edições. Provavelmente uma avaliação por edição permitiria aprofundar mais estas dinâmicas, porque tu tens um prazo mais curto, mais concentrado, não há tanta variação, não é? Claro que o território pode variar, mas num ano varia menos que em sete anos, certeza.

CF - Considerando que a política BIP/ZIP foi criada a partir da identificação de territórios de intervenção prioritária, assim identificados a partir da combinação de indicadores sócio económicos e urbanísticos e ambientais, a criação de um instrumento de avaliação do programa não deveria ter em conta esse ponto de partida? Como poderíamos imaginar uma forma de verificar se os projetos do programa estão influenciando esses fenômenos medidos por esses indicadores?

RF - Acho que também são dois níveis diferentes, porque os indicadores da Carta são uma coisa, o programa é outra coisa. A avaliação foi feita sobre o programa, não sobre a Carta.

CF - Sim, a pergunta é se a avaliação sobre o programa também não teria que ter como ponto de partida a Carta que foi o ponto de partida de tudo, da política BIP/ZIP?

RF - Sim, mas como disse logo no início, a ideia foi de rever a Carta e avaliar o PPL porque a ideia era fazer as duas coisas em paralelo: uma revisão, portanto, da Carta, e que desta revisão da Carta houvesse também inputs para avaliar o PPL. Por isto que o trabalho que foi feito sobre o PPL é um trabalho que tinha de ser compensado também pela revisão da Carta.

CF - É isso, se uma coisa não deveria impactar a outra, a pergunta é essa, sim.

RF - Claro, as duas coisas comunicam, mas se tu olhares para as duas coisas, uma não completa a outra. Por exemplo, eu não posso avaliar o programa fazendo apenas uma revisão da Carta, porque é verdade que a revisão da Carta me diz se alguns territórios mudaram, ao longo dos últimos dez anos. Mas nós sabemos também que as mudanças poderão ter ocorrido não apenas pelo PPL, mas poderão ter ocorrido por mil outras coisas, portanto não me informa suficientemente sobre o PPL. Uma avaliação do PPL também não me informa sobre a Carta, até por um dado muito simples de se entender: se é para incluir novos territórios na Carta BIP/ZIP, eu não posso fazer apenas uma avaliação do PPL, que é sobre os 67 territórios existentes. Preciso da revisão da Carta para entender se é preciso tirar territórios, incluir novos territórios e como é que o PPL novo poderá atuar. Eu acho que as duas coisas têm que comunicar e complementam-se. Mas uma não substitui a outra, claramente, têm dois objetivos diferentes.

CF - Por fim, como você avalia as capacidades de resposta e inovação da CML no atendimento às novas demandas trazidas pelo programa e o BIP/ZIP? Se você acha que tem chegado novos desafios para a Câmara e ela tem conseguido atender a esses desafios?

RF - Eu acho que o BIP/ZIP é um programa que, desde o início, sempre teve uma missão, diria, quase humilde. Nunca se apresentou como uma solução dos grandes problemas, da carência multidimensional que alguns territórios podem ter. E, mesmo assim, conseguiu atrair um certo número de pessoas, de entidades que eu acho que mostraram, ao longo destas edições, que existe um potencial que pode ser aproveitado para fazer coisas. Mesmo tendo a consciência de que são pequenas ações que não se estão a mudar o mundo, eu acho que, neste sentido, o programa foi extremamente receptivo às propostas inovadoras e o próprio fato de ter financiado projetos muito diversos é uma demonstração de que foi receptivo, neste sentido. Volto a recordar a entrevista com a Helena Roseta, que dizia: "Nós sabemos perfeitamente que corremos sempre o risco de que uma taxa destes projetos não seja considerada de sucesso, mas é um risco que queremos correr porque achamos que na balança..."

CF - Compensa o risco.

RF - Compensa, compensa o risco fazer um programa que agiliza muito mais este tipo de ações, simplificando, também, toda a parte burocrática de autorizações, e acredita que é mesmo assim. Qualquer pequena coisa que se quer fazer em Lisboa, eu vejo isso, por exemplo, com o ROCK, até a própria Câmara não consegue autorizações para intervir no território. Portanto, neste sentido, o BIP/ZIP fez um pequeno milagre que foi saltar a cadeia burocrática interna para agilizar a implementação de projetos, mesmo que sejam projetos micro. Agora, ultimamente também porque o BIP/ZIP, entretanto,

cresceu, entretanto, ficou conhecido nacionalmente e internacionalmente e, portanto, claramente, foi recebendo propostas. Penso, por exemplo, a Urbact, que é um claro exemplo de como o BIP/ZIP está a criar aqui redes e quer aprender também de outras cidades. Penso nós, penso na tua proposta do observatório, do *hackathon*, destas atividades. Eu acho que a receptividade do BIP/ZIP, pensando no BIP/ZIP como um objeto abstrato, está fora de questão. Eu acho que, por sua natureza, é receptivo a estas propostas. O problema é a burocracia, o problema é que a administração pública é uma máquina pesada que demora algum tempo a digerir, a metabolizar novas linguagens e, portanto, o tempo de inovação pode ser mais lento, mais demorado. Mas não acho que no caso específico do BIP/ZIP pelo menos, não estou a falar pela Câmara, não penso que seja por má intenção, acho que é mesmo um problema de *skills*. Uma questão também de cadeia burocrática e política, não é? Qualquer ação tem que ser autorizada, qualquer iniciativa tem que ter o aval de outros departamentos e coisas.

CF - Não é o problema só de Lisboa, né?

RF - Sim, sim, mas a burocracia portuguesa é particularmente desafiante.



## N. ENTREVISTA A ROGÉRIO ROQUE AMARO

Entrevista ao Prof. Rogério Roque Amaro, que coordena os Grupos Comunitários em Lisboa, feita em 22 de outubro de 2020, por videoconferência [1h27min10s].

[Legendas]

CF – Ana Carolina Carvalho Farias

RA - Rogério Roque Amaro

CF- O que são os Grupos Comunitários [GC] e o que motivou a sua criação?

RA- É uma questão interessante porque há diferentes períodos de afirmação dos GC, com várias razões e vários protagonistas. Eu costumo dividir as fases dos GC em quatro. A primeira é a de meados dos anos 90 onde se criaram cinco GC e eu tive o privilégio e a sorte de estar ligado a todos eles e de estar na origem, porque me foi solicitado. O primeiro GC foi criado em 1993, e é o GC de Padre Cruz, na freguesia de Carnide. Foi criado onde já havia, digamos, um proto GC. Ou seja, havia já algum hábito de a Associação de Moradores, a Junta de Freguesia [JF] e algumas Associações como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [SCML], de se reunirem para discutir os problemas no bairro, que nessa altura estava em grande mudança. Não sei se conheces, o Bairro Padre Cruz [BPC] era um bairro quase aldeia, de moradias que tinham sido destinadas a pessoas da função pública, a diversos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa [CML], polícias, nos anos 50 e 60, e era, por outro lado, um bairro que ficava num sítio praticamente isolado, que tinha um sentimento de bairro fechado sobre si mesmo. De tal maneira que as pessoas dizem, ainda hoje, que nessa altura as portas ficavam abertas, as chaves ficavam nas portas porque ninguém tinha medo de assaltos nem de nada disso. Só que, nessa altura, foi o grande movimento das vias de comunicação que se desenvolveram na cidade de Lisboa, o eixo Norte Sul, a CRIL, a CREL, e isso obrigou a um programa de realojamento, o PER, o Programa Especial de Realojamento. Portanto, de repente o BPC recebeu centenas de novas pessoas, milhares, aliás. Passou, se não me engano, de 2000 para cerca de 10000 moradores e, portanto, isso assustou os seus moradores, que viram o seu pequeno universo, a sua pequena aldeia a ser invadida. Portanto, havia já reuniões para debater isso e para reivindicar, ou para tentar parar, o que era impossível, mas para tentar reivindicar soluções para isso. Mas isso é aquilo a que poderíamos chamar a pré-história do que é o GC, pois já havia reuniões, de vez em quando, dispersas. Também é importante dizer que a JF desempenhou aí um papel importante porque era, e é ainda hoje, uma freguesia liderada pela CDU, com o Partido Comunista, portanto, a pessoa que estava à frente era uma mulher muito ativa e muito popular junto das comunidades e isso ajudou muito ao processo. Mas, o motivo que fez passar desta pré-história dispersa e, digamos, pontual, foi a existência de um projeto de luta contra a pobreza liderado pela SCML. E aí é que foi o clique, porque no âmbito desse projeto, a técnica responsável à frente tinha sensibilidade para estes

temas. Pediu-me para eu organizar momentos de reflexão com os moradores com organizações, escola, a paróquia, os departamentos da CML, a JF, o Centro de Saúde, a Associação de Moradores, a Associação de Pais, as coletividades locais, e durante uma série de semanas eu animei várias sessões discutindo a questão do desenvolvimento a partir das comunidades e dos bairros. E, naturalmente, na sequência disso, no fim dessas sessões que eram, digamos, formativas, todos em conjunto decidiram continuar a reunir-se e constituir um GC. Portanto, havia já essa apetência anterior, e depois essa formação deu consolidação e lógica ao processo. Isto, tendo em conta que havia problemas que as pessoas sentiam como ameaças ao seu bem-estar, à sua tranquilidade, e lembro, por exemplo, que uma das propostas do GC, para tentar ultrapassar esta dificuldade de tranquilidade, foi organizar um picnicão, ou seja, um grande picnic, em que os velhos moradores acolhiam os novos moradores, para tentar dar a volta à questão. Estou-me a lembrar desta proposta, que surgiu no GC e que foi o GC que organizou, portanto, não foi algo que alguém organizasse, foi o GC, esse conjunto informal de pessoas e instituições que organizou e foi aí que nasceu o primeiro GC de Lisboa. Foi exatamente nessa lógica de pessoas que se juntam, instituições que se juntam, sempre de uma maneira informal, periodicamente. As reuniões eram uma vez por mês nessa fase. E como o processo era muito interessante e, digamos, revelou-se muito positivo para a discussão dos problemas e para o envolvimento e participação da comunidade, a mesma equipa, na mesma freguesia, resolveu replicar o processo no outro bairro também de habitação social que era o Bairro da Horta Nova. E aí nasceu o segundo GC, no dia 14 de Fevereiro de 1994. Eu também estive associado a esse processo. Na altura foi-me pedido isso porque eu era considerado um elemento neutro e estando dentro destas temáticas, sendo aceite como árbitro e como formador e, portanto, também eu passei lá para o segundo bairro, o Bairro da Horta Nova, onde a dinâmica foi ainda muito mais interessante, porque inicialmente nós começamos só com moradores e os moradores, a certa altura, na segunda reunião, disseram: “Nós até gostamos de vir a estas reuniões, mas só se isto for útil para nós”. E o ser útil para eles era construir uma nova escola porque a antiga escola estava no meio do bairro antigo, no meio dos escombros, e era uma escola pré-fabricada. Há uma célebre reunião no tal dia 14 de Fevereiro de 1994, em que cerca de cem moradores, com a ajuda da JF conseguem trazer para a reunião, noturna, dois vereadores - o vereador da educação e o outro das infra-estruturas - a empresa de electricidade. Havia o problema da iluminação no espaço público – as pessoas tinham se mudado do bairro velho para o bairro novo, e o bairro velho onde ficava a escola não tinha luz no espaço público, portanto de noite, no inverno, as crianças saíam às escuras da escola. E há essa célebre reunião, que eu tive de gerir, em que as pessoas estavam muito exaltadas, agressivas, com pessoas. Foi um momento histórico nesse processo. À uma da manhã eu consigo gerir a situação com as pessoas e com o presidente da JF e, ali mesmo, com uma folha que eu arranquei do caderno, fizemos um compromisso, que não valia nada juridicamente, mas em que o Vereador se comprometia a criar uma escola no prazo máximo de três anos. E assim foi. Ou seja, aquele compromisso foi cumprido. Ele foi assinado pelo vereador, por mim, e pelos moradores presentes, agora não me lembro se pelos cem. E isso entusiasmou as pessoas, de tal maneira que esse segundo GC passou a se reunir todas as semanas, todas as quintas-feiras

à noite, enquanto o outro reunia às quartas. E semanalmente, durante três anos foi assim. Depois o cansaço dos técnicos é que levou a que passassem a reunir quinzenalmente e depois mensalmente, como o outro. Mas durante três anos, rigorosamente todas as quintas-feiras havia reunião à noite, e reuniões muito ativas, muito participadas com a população a aparecer, quem quisesse aparecia. Esse foi o segundo GC, ambos em Carnide. Esses dois grupos ainda existem, tal e qual. O primeiro continua a funcionar à noite, esse segundo, passou mais tarde para as 19h, mas continua a reunir. Depois disto, mesmo no ano de 1994, uma outra equipa, da mesma instituição - a SCML, quem esteve na dinamização destes processos - pediu-me ajuda para isso. Eu não era da SCML, era professor universitário, sou professor, pediram-me esse papel a título de dinamizador neutro. Uma outra equipa do outro projeto da Luta Contra a Pobreza, na zona da Ameixoeira e da Charneca - já agora, o primeiro projeto chamava-se Projeto Integrado de Carnide, sigla PIC, o segundo projeto, Projeto Integrado da Ameixoeira e da Charneca, sigla PIAC - resolveu exatamente fazer a mesma coisa nos dois bairros com problemas sociais que o projeto acolhia: um que era um bairro de barracas, o Bairro da Quinta Grande, e um bairro de construção ilegal que era o Bairro das Galinheiras. Esses foram o terceiro e o quarto GC que surgiram em Lisboa, ambos em 1994. E segundo a mesma lógica de envolvimento das comunidades, das instituições locais e das instituições que trabalhavam nos bairros. A lógica foi sempre, no quadro da luta contra a pobreza, organizar processos de discussão coletiva, para identificar problemas e construir soluções para situações de mal-estar, situações que tinham a ver com habitação, com questões do espaço público, com questões do desemprego, do baixo nível de rendimento etc. Tudo o que viesse à rede, era para discutir e era para trabalhar para encontrar soluções, ou reivindicando soluções, no caso de não ser possível de as construir coletivamente, ou construindo-as coletivamente. Dois anos depois, em 1996, uma outra equipa da SCML, por imitação, resolveu também pedir para iniciar um GC na Freguesia de Marvila. Estes são os primeiros cinco. Portanto, o terceiro e o quarto GC, um era na Freguesia da Charneca e o outro era na Freguesia da Ameixoeira, que já não existe, agora é Freguesia de Santa Clara. Os primeiros GC mantêm-se tal e qual. O terceiro grupo, da Quinta Grande, já não existe - o bairro foi realojado - mas o GC existe na nova zona e chama-se GC da Alta de Lisboa, sucessor do terceiro GC. E o GC das Galinheiras existe ainda, passando a ter também a zona da Ameixoeira, agora chama-se GC das Galinheiras e Ameixoeira. Portanto, esses GC existem todos, embora nestes últimos dois casos reformulados no seu território. O quinto, também de uma equipa da SCM, do Centro de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Lóios, em Marvila, deu origem ao GC do Bairro dos Lóios, também existe. É um GC que está fragilizado atualmente, mas que continua a existir e é, portanto, o quinto grupo. São esses cinco grupos que são os primeiros a serem criados, e são criados todos eles no quadro da luta contra a pobreza, pelas equipas da SCML. Embora nos dois primeiros de Carnide, com muito envolvimento da JF, e no caso do BPC, com esta pré-história já de reuniões soltas, pontuais para se resolver problemas, para discutir problemas entre os moradores e instituições. Bom, isto é a fase pioneira. Todos eles de luta contra a pobreza, todos eles animados pela SCML. Há depois uma segunda fase que é na parte final, repare, isto é, de 1993 a 1996. Depois há uma segunda fase que é de 1996 a 2000, no final da década de 90, que é uma fase de

replicação, com várias correntes, digamos assim. Nalguns casos a própria SCML vai replicar, já sem ser no âmbito da luta contra a pobreza. É essencialmente aí nessa fase, que três GC nascem, os três em Marvila, curiosamente. No Bairro da Flamenga primeiro, depois no Bairro do Armador, depois no Bairro do Condado. Esses Grupos existem todos ainda. Tiveram crises, pararam, mas retomaram todos recentemente. O da Flamenga e o do Armador, foram pelas equipas da SCML também, embora sem ser no âmbito da luta contra a pobreza. O do Condado foi essencialmente pelo Centro de Saúde. Havia uma equipa do Centro de Saúde que era muito ativa, e esses grupos eu já não acompanhei tão de perto, acompanhei mais à distância. Enquanto os outros eu acompanhei todas as reuniões, nestes dois já não acompanhei tão de perto. Isto é uma segunda fase, uma fase de replicação já fora da luta contra a pobreza. Depois, há uma terceira fase que é já por volta de meados da primeira década do Séc. XXI, por volta de 2006, 2007, em que entra em jogo um novo protagonista que é a Fundação Aga Khan [FAK]. A FAK que já trazia de fora, de outros países, a ideia do desenvolvimento comunitário urbano, criou uma equipa para esse efeito, roubando, entre aspas, técnicos aos GC. Que é uma das coisas que eu me queixo da FAK, como tem maior poder financeiro, é essa capacidade de roubar os bons técnicos das outras instituições. Por exemplo, foi roubar uma técnica à SCML, dois ou três ao ISU, que era uma ONG que tinha trabalhado comigo no GC da Quinta Grande, depois mais tarde roubou uma técnica de Carnide e depois outros. Eu nessa altura acompanhei essa primeira parte da Fundação, depois deixei de acompanhar, como membro do conselho consultivo da Fundação para o Desenvolvimento Local. Eles criaram um conselho consultivo [inaudível] e foram buscar-me a mim, e eu no início entrei no projeto - aliás, continuo ligado a eles. Houve uma fase em que os GC foram criados por dinamização da FAK, que teve uma vantagem em relação à SCML, tinha a capacidade de esquematizar e priorizar aquilo que iam fazer. Coisa que a SCML nunca fez. Ou seja, a FAK foi capaz de definir metodologias, de as escrever e, portanto, de sistematizar as aprendizagens por parte dos técnicos. Neste quadro, só um grupo novo é que foi criado. O que eles fazem é passar os GC antigos para os novos, como o caso da Alta de Lisboa, que é um GC novo, mas que a bem dizer vem de trás, vem da Quinta Grande. E o GC das Galinheira-Ameixoeira que vinha das Galinheiras, a que eles acrescentaram a Ameixoeira. Novo novo, também desta altura, é o da Quinta do Lavrado, que não é bem um GC, é uma Assembleia Comunitária, como eles dizem, já vou fazer a distinção, mas que continua a funcionar com a FAK numa parceria com a SCML, e o protagonista central é a FAK, nesta terceira fase.

CF- Desculpa, pode repetir o nome desse último GC?

RA- Quinta do Lavrado, tem uma parte da Freguesia da Penha de França e outra parte na Freguesia do Beato. Tem ali uns bairros que também fazem parte da Assembleia Comunitária, na Rua João Nascimento Costa, Rua Carlos Botelho e Quinta do Lavrado. E finalmente, a quarta fase é aquela que junta mais GC e é mais ou menos por volta de 2010, nos últimos dez anos. E aí há, de fato, uma multiplicação dos GC. Repare, nós até aqui estávamos a falar de cinco, com a Quinta do Lavrado seis, e surgem nove só na zona de Lisboa. É, portanto, um grande número de GC que surgem, e sendo que alguns dos antigos são retomados nesta fase. E, portanto, neste momento nós temos quinze GC em

bairros de habitação municipal, mais um numa zona antiga que é [inaudível], mais outro em Telheiras, que é o dezassete e há o décimo oitavo que se tentou criar recentemente, mas que não teve para já continuidade, e não sei se vai reanimar-se ou não, que é na Freguesia de Santo António de Lisboa, na zona ali da Avenida da Liberdade. Ativos, neste momento, estão dezassete GC, dos quais quinze são em Bairros de Habitação Social, e a maioria foram criados nos últimos dez anos. Por quem é que foram criados e por que, nestes últimos dez anos? Há uma variedade de situações. Nalguns casos foi a Gebalis, que com a experiência dos GC anteriores, achou que, juntando as instituições conseguiria melhor gerir os problemas que eles têm de gerir nos bairros, do ponto de vista habitacional. Noutros casos foi a própria Santa Casa que retomou esse processo, alguns dos seus técnicos, nalgumas das suas zonas. E noutros casos ainda foi a FAK que ajudou, nesta fase mais recente, como é o caso da Liberdade-Serafina. Penso que isto tem a ver com várias questões: em parte, tem a ver com o agravamento das questões sociais provocados pela crise financeira de 2008-2013; tem a ver com as possibilidades e incentivos que o programa BIPZIP deu a algumas destas instituições, destas organizações locais e às dinâmicas territoriais, portanto, o programa BIPZIP teve aqui, também, alguma influência. Há depois aqui, situações que fogem deste modelo que eu acabei de dizer. Por exemplo, o GC Fonseca e Calçada, que é um dos mais recentes, na Freguesia de Alvalade, é uma congregação religiosa que, tendo ouvido falar nos GC foi à procura de quem é que os poderia ajudar e, portanto, veio bater à minha porta. Alguém indicou o meu nome e acabámos a ser nós, eu e a congregação a avançar com este GC, e as instituições da comunidade. Por exemplo, a Liberdade-Serafina foi um grupo de trabalho da Comissão Social da Freguesia que ficou a trabalhar no terreno e autonomizou-se da Comissão Social da Freguesia e resolveu criar o GC. Mas aí teve o dedo da FAK, com o apoio de uma ONG que estava ligada ao desenvolvimento local, mas na zona interior do país, mas que tinha uma delegação em Lisboa, que avançou, que é a ADM Estrela. Pronto, o processo é mais diversificado nesta quarta fase, por motivos vários que tem a ver com problemas que surgiram para resolver dentro da Fundação, tem a ver com problemas da crise, e num caso ou noutro tem a ver com retomar grupos que tinham parado, como é o caso do Grupo do Condado, em Marvila, ou o Grupo da ... E no caso, é interessante ver, Marvila neste momento é a freguesia que tem mais GC. Tem seis. E isso tem a ver um bocadinho com a mudança de atitude política do atual presidente da Junta, por comparação com o anterior. Embora sejam do mesmo Partido, o PS, o anterior Presidente da Junta era contra os GC, porque considerava que eles eram desnecessários uma vez que havia a Comissão Social de JF. E, portanto, ele desinvestiu nos GC e alguns pararam, outros continuaram a trabalhar, mas por acção de outras instituições, e até começou a desincentivar os seus técnicos e técnicas de irem às reuniões dos GC. Mas este Presidente da Junta que foi eleito agora no último mandato tem uma atitude totalmente oposta. Ou seja, ele entende que os GC são fundamentais, que são um complemento às Comissões Sociais de Freguesia porque têm um nível de intervenção mais micro, que é o bairro - a Comissão Social de Freguesia é a Freguesia - e nomeou técnicos, um por um, para irem aos grupos comunitários. E no caso, inclusive, foi a JF que incentivou a criação do GC de Marvila Antiga, por exemplo. E, portanto, há aqui vários protagonistas nesta última fase - Gebalis, Santa Casa,

Junta de Freguesia, congregação religiosa, Fundação Aga Khan - é mais variada esta última fase, por múltiplas razões, entre as quais, o programa BIPZIP, na minha opinião. Agora, esses GC não são todos iguais, correspondem a tipos diferentes. A tipologia é bastante variada. Embora em princípio nós possamos dizer, se quisermos dar uma definição, que um GC é uma plataforma informal que reúne moradores e moradoras, as suas associações e instituições com intervenção no território, públicas e privadas, para: 1) identificar e discutir problemas do território; 2) reivindicar soluções junto das instituições e organismos que as podem organizar; 3) construir, ele próprio, soluções que consegue pôr em prática. Portanto, identificar problemas, reivindicar e construir soluções. No fundo, um GC é a conjugação de duas dinâmicas: a participação da comunidade e a parceria das instituições, portanto é uma conjugação de participação com parceria. Isso é uma forma de definir o que é um GC. Contudo, nós vemos que esses GC têm uma tipologia que podemos identificar da seguinte forma: há GC plenos, como eu lhe chamo - eu depois posso-te mandar um manual do GC que eu escrevi, onde essas coisas estão mais ou menos organizadas, embora tenha sido escrito para levar essa ideia de GC para África, mas parte muito das experiências na Europa. O primeiro tipo é o GC pleno, ou seja, aquele em que as reuniões são completamente abertas e incentivam à participação dos moradores, como uma das suas lógicas fundamentais, que é o que chamo GC Pleno. Não há muitos, destes dezassete da cidade de Lisboa há basicamente quatro, cinco que cumprem esta condição. Ou seja, as reuniões são completamente abertas, pode ir quem quiser, inclusive se estimula e incentiva, e se definem estratégias para o Grupo apresentar à comunidade. É o caso, sempre foi, dos dois Grupos de Carnide, os dois históricos, e por isso são muito animados; é o caso do GC de 4 Crescente, de Marvila, que compreende quatro bairros - Alfinetes, Salgadas, Marquês de Abrantes e Quinta do Challet - não sei se conhece estes bairros, mas eu vou dizendo quais são. É o caso do GC de Fonecas e Calçada, também tem esta mesma dinâmica criada desde o início. Estes são os quatro GC onde esta lógica sempre funcionou desde o princípio. Neste momento há dois GC que se converteram neste modelo, das mais recentes. É o caso da Ameixoeira Galinheiras e o caso da Liberdade Sarafina, que se converteram neste modelo também, de serem abertos, portanto em rigor neste momento há seis GC. Normalmente reúnem-se ao fim da tarde ou à noite que é a hora que a comunidade pode ir. É a hora a que os Técnicos não gostam de reunir porque já é fora do seu horário de trabalho. O que é que nós privilegiamos, os Técnicos ou a comunidade? Num GC, a comunidade é que deve ser privilegiada, os seus horários devem ser sempre a horas que sirvam para a comunidade. Os Técnicos é que se têm de sacrificar e não a comunidade. Isto é a filosofia do GC Pleno. Depois, há os GC que se abrem à comunidade, mas só à comunidade organizada, ou seja, Associações de Moradores e de Pais, por exemplo, ou coletividades. Portanto, não se abre, nas suas reuniões a pessoas isoladas, só aos representantes das Associações de Moradores, de Pais, se houver, e de coletividades. Era exatamente este o modelo das Galinheiras Ameixoeira, até se ter, recentemente, aberto à comunidade. Mas há grupos que ainda são assim, é o caso do Grupo dos Lóios, que é um dos históricos, e neste momento é assim que funciona, só as associações locais é que podem ir, não podem ir pessoas individuais; é o caso do Condado, embora esteja a tentar alterar, mas é o caso do Condado, e

penso que pouco mais, dos que me lembro, o Armador também, um pouco nesta lógica. Isto é o segundo tipo. O terceiro tipo, é os GC em que os Técnicos convidam alguns moradores da sua confiança para irem às reuniões. Só podem ir os moradores que são convidados, e aí, há moradores individuais. É o caso da Flamengo, é o caso do Armador está aqui um bocado em fase de transição, é o caso de Marvila Antiga. Basicamente são estes que funcionam desta maneira. Depois há o quarto tipo, que é o GC que não é comunitário, é só técnicos, que é o caso da Rede LM, da Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados, Freguesia Parque das Nações - que agora está a tentar mudar porque os processos coletivos que temos tido estão a mexer com os GC, mas sobre isso eu já vou falar depois, tem a ver com a PIC, tem a ver com o encontro dos GC na Área Metropolitana de Lisboa - é o caso do GC de Alfredo Bensaúde, que só tem instituições, é o caso do GC da Alta de Lisboa que também só tem instituições. Mas estes GC estão a começar a ficar abalados, eu acho que mais cedo ou mais tarde eles vão evoluir para grupos mais abertos. Mas nós atualmente temos estes quatro tipos de grupos. Os grupos com instituições e associações locais, o grupo com moradores convidados e os grupos só com técnicos, que a bem dizer não é um GC. Pronto, isto é um bocadinho a história dos GC, que nasceram em períodos diferentes, com motivações diferentes, com protagonistas diferentes. Têm como traço comum esta ideia de discutir na proximidade os problemas da comunidade, diria assim, de forma sintética, discutir na proximidade, ou seja, no bairro, os problemas dessa comunidade, seja só técnicos, seja técnicos e moradores.

CF- O que é a PIC e como tem funcionado?

RA- Como te contei, estive na origem dos GC e estou na origem de alguns dos mais recentes. Entretanto, no meio desta história toda, que já tem 26 anos, eu tive sempre ligação aos GC, mais ativa ou menos ativa, mas tive sempre. E, a certa altura, entrou neste processo, por várias razões, uma pessoa que começou a trabalhar comigo que é a Bárbara Ferreira, não sei se já ouviste falar, está a fazer um Doutoramento em Sociologia Económica sobre GC no ISEG, e tem me acompanhado. Tornou-se minha companheira de trabalho, ativa, muito permanente e passei a levá-la comigo às reuniões dos GC. Há aqui uma coisa, que também é interessante, que é, para além do convite que eu recebi na altura e que em grande parte foi um trabalho voluntário - eu digo em grande parte porque os dois projetos iniciais, em Carnide, o projeto remunerou-me por aquilo que eu comecei a fazer. O que eu fiz foi, com o dinheiro que ganhei, que não foi muito, mas não interessa, entreguei-o às organizações locais, a uma associação de jovens e a uma associação de pais, para se dinamizarem. Os outros GC a seguir, foi completamente a título voluntário, não teve pagamento algum, para além de que, tirando essa fase inicial, que foram algumas semanas, nos anos a seguir eu continuei a ir aos GC a título meramente voluntário. Pronto, isso é para dizer que tenho verdadeiramente uma militância do desenvolvimento local e nos GC. Sinto-me muito identificado com esses processos, estive neles desde o princípio. Há uns seis anos a Santa Casa da Misericórdia finalmente resolveu tentar sistematizar este processo, e então convidou-me para integrar uma equipa para escrever esta história em dois livros. Um livro já está publicado, é este [Intervenção Comunitária], de 2016, 2017, além daquele manual de que te falei há um bocadinho, que é mais recente,

é de 2018. Portanto, aqui já está uma parte da história, mas estamos agora a escrever o segundo volume, e é para o segundo volume que eu decidi, sem que ninguém me tenha pedido isso, percorrer todos os GC em várias reuniões, para me atualizar sobre a situação que estão a viver, uma vez que havia alguns que conhecia, que nunca abandonei, outros que ia lá só de vez em quando, e então passei a ir sistematicamente nos últimos dois, três anos a todos os GC. Acontece exatamente que a Bárbara está a fazer um Doutoramento sobre isto e, portanto, começou a acompanhar-me nestas reuniões. E constatámos que os GC tinham temas comuns, mas não se davam uns com os outros, não se contactavam, não combinavam estratégias, cada um estava no seu lado. Um exemplo disso é que todos estavam a falar da questão do lixo, numa altura em que houve problemas na recolha do lixo, quando a Câmara teve falta de recursos humanos, e por outro lado concentrou-se muito na recolha do lixo nas zonas turísticas, porque foi na altura forte do turismo e descuroou os bairros sociais. E os GC reagiram a isso, todos. E a certa altura, até foi numa reunião do GC do Bairro da Liberdade Serafina, a Bárbara e eu dissemos assim: “Então, mas vocês estão todos a falar da mesma coisa, estão todos a pensar fazer exatamente a mesma coisa, que é pedir uma reunião com o Vereador para lhe colocar esse problema, vão fazer quinze reuniões? Isso faz algum sentido?” E propusemos, nós dois - a ideia inicial até foi da Bárbara, a bem dizer - criarmos uma plataforma que juntasse os vários GC. A bem dizer, propusemos duas coisas. Uma foi isso, com moradores, só com moradores, para exatamente eles estarem mais disponíveis e à vontade para reclamar aquilo que era o seu bem-estar como moradores, uma vez que se fossem técnicos, sobretudo instituições públicas, podia ser sensível, estar a entrar no processo de luta e depois ficarem arredados nas suas cumplicidades institucionais e coisas do género. Portanto, o desafio foi criar uma plataforma só de moradores, e foi aí que nasceu a PIC: Plataforma Inter-Comunitária. Isso foi muito bem aceite pelos moradores dos grupos, e foi interessante, porque como havia grupos que não tinham moradores, isto fez com que os grupos passassem a ir à procura de moradores. Abanou a lógica dos grupos, e hoje em dia todos estão a falar da necessidade de ter moradores, é muito interessante. Embora nem todos o tenham ainda conseguido. Mas acabámos por conseguir ter um ou dois moradores de cada GC e, portanto, os quinze - centrámo-nos nos bairros de habitação social - e passámos a reunir nas segundas-feiras à noite para discutir o que fazer para melhorar a questão do lixo. E foi muito interessante, nós começamos em dezembro de 2018 e até fevereiro de 2020 nós fizemos vinte duas reuniões, o que significa que é muito mais do que uma por mês, e as pessoas estiveram sempre muito entusiasmadas. Agora com a pandemia interrompemos, temos estado sempre em contato uns com os outros, mas sem reuniões presenciais. E conseguimos fazer uma série de coisas já, desde atividades de sensibilização e de limpeza nos bairros, ao ponto de – e esta é a grande vitória da PIC - ao ponto de o Departamento de Limpeza e Higiene Urbana, ter reconhecido a PIC como parceira, como entidade com a qual trabalha. E designou uma técnica para trabalhar connosco. A própria Diretora Municipal recebeu-nos já, três vezes, para discutir conosco estratégias, pediu-nos conselhos e propostas. Portanto, nós, neste momento, estamos de facto a contribuir para cogestão do lixo na cidade de Lisboa, através deste processo. E estão, neste momento, a estudar - é um desafio interessante - a criação de um protocolo a

estabelecer com a PIC. Só que a PIC é uma entidade informal, os GC são uma entidade informal, e não se querem formalizar. Portanto, tivemos recentemente uma reunião com a jurista da Câmara para tentar encontrar que protocolo com uma entidade informal. Neste momento, na lei não há nada que preveja isto, tem que passar por uma entidade formal, é uma solução, usar uma entidade que seja uma espécie de ponte, uma entidade intermediária. Mas o que eu gostaria de ver, era uma aplicação de uma lógica que existe em Portugal, que é a Lei dos Baldios. Os baldios são terrenos comunitários, que vêm de muito longe na história de Portugal, são terrenos que pertencem às comunidades. A lei prevê a possibilidade de haver associações locais não formais, não constituídas juridicamente, são o que eles chamam de Assembleias de Compartes, para gerir os baldios em nome da comunidade. Isto está previsto na lei. Portanto, neste momento o grande objetivo é tentar que esta lei que existe para gerir terrenos nas zonas rurais possa ser transferida para gerir pontos comuns, ou aquilo que nós chamamos bens comuns ou serviços comuns nas zonas urbanas.

CF - Há agora umas experiências interessante em Itália sobre isso, com os comuns urbanos nessa lógica de informalidade.

RA - Pronto, eu estou também muito ligado, pela minha formação e leccionação, à economia solidária e à questão dos comuns ligado à economia solidária. É uma coisa que me interessa muito, e que eu estou exatamente a tentar batalhar por ela. Portanto, a questão da PIC é uma experiência muito interessante, que nos últimos meses tem estado menos ativa, mas que abriu estas portas, esta possibilidade de cogestão de um problema, pensando o problema dos dois lados, ou seja: exigir à Câmara comportamentos e recursos mais adaptados ao problema do lixo, mas também exigindo às pessoas melhores comportamentos e uma sensibilização melhor à questão dos lixos, e então aos dois níveis. Ou melhor, atuar a mais níveis, atuar também ao nível da prevenção, com as crianças, com as escolas etc. Portanto, neste momento é tudo isto que está a ser desenvolvido no âmbito da PIC, neste processo, para já, da questão da gestão do lixo. Mas a PIC vai mais longe do que isto porque já começámos a discutir que é preciso que essa PIC se funcione também para outros temas e outros problemas. Já temos em vista passar para o problema da segurança, não no sentido securitário e policial, mas no sentido integrado e sistêmico do conceito de segurança, que abrange muitas outras coisas, e sobretudo a acção das comunidades e não tanto da polícia. É o próximo tema que vamos discutir na PIC. A PIC foi uma ideia muito válida, muito interessante e que está, na minha ideia, a ter resultados muito positivos no envolvimento dos moradores, só moradores, e deste reconhecimento por parte das instituições da sua existência e da sua importância. A tal ponto que a própria Vereadora Paula Marques, da Habitação e do Desenvolvimento Local, mostrou já interesse em estabelecer contato com a PIC e desenvolver trabalho com ela. E por isso, nos últimos tempos, nós passámos a falar de outra coisa, que é uma estratégia de governança local partilhada e participativa, que nós chamamos GLPP, que é no fundo, retirar da esfera do Estado a gestão dos problemas da cidade e trazê-lo para uma cogestão. Por isso a palavra governança é para não usar a palavra governação, porque busca a cogestão. Local, porque parte do bairro para a cidade, mas pretende ir até à cidade. Partilhada porque é em parceria, envolvendo as instituições que estão nos GC. E

participativa, porque é para envolver a comunidade que está nos GC. Neste momento, a própria experiência da PIC está a saltar para um patamar mais avançado, digamos assim.

CF - E isso, desculpa, por uma provocação da Vereadora Paula Marques? Foi ela quem sugeriu isso?

RA - A bem dizer fomos nós que sugerimos à Paula Marques, mas ela mostrou-se muito receptiva e inclusive ela própria terá falado de ‘parcerias público-comuns’. Portanto, não é para os GC substituírem a CML, é para os GC trabalharem com a CML e serem cogestores dos problemas. E aqui já é mais abrangente, não é só os moradores é também as instituições. Já fizemos algumas reuniões para este efeito e já elegemos alguns temas para trabalhar em conjunto. Um exemplo típico: a gestão e o destino das lojas que existem nos bairros vai passar a ser cogerido pelos GC, é uma das propostas da vereadora e uma das reivindicações dos GC. Muitas destas lojas estão abandonadas, ou estão ocupadas e, portanto, a sua gestão vai passar a ser um processo de cogestão, de governança partilhada e participativa, em que os GC também decidem, fazem parte do júri e decidem a atribuição das lojas e para o que servem etc. Isso é um processo que eu acho que pode ser muito interessante. Da mesma forma, nesta perspectiva a Vereadora tem colocado a hipótese de cada GC ter um espaço próprio, um espaço comunitário. Porque, normalmente, o grupo se reúne nos locais disponíveis que existem no território, uma biblioteca, uma escola, a sala de uma Santa Casa ou de uma Junta de Freguesia, depende. E funciona bem, a bem dizer a existência de um espaço próprio é mais simbólica do que outra coisa. Mas enfim, pode ter outras dinâmicas, e é uma das coisas que também está em vista.

CF - Essa conversa sobre o GLPP começou recentemente, 2019-2020?

RA - As conversas do GLPP tiveram a primeira reunião no dia 13 de Maio de 2020. As conversas começaram antes, em Fevereiro, Março, mas depois a primeira reunião, onde estiveram todos os GC representados, de forma limitada a um técnico e um morador por cada GC - e conseguimos cumprir isso: um técnico e um morador, a vereadora, e a Bárbara e eu, que estamos transversais a todos os GC e temos acompanhado o processo. E foi criada uma comissão para gerir isto, com dois moradores, a Vereadora, nós dois e uma técnica da Câmara. Aqui pelo meio houve uma coisa muito interessante que foi, além da PIC, que é uma dinâmica dos moradores que nós apoiamos, também conseguimos – e que depois deu origem a este GLPP, onde também entram técnicos - uma coisa que foi, realizar pela primeira vez encontros, digamos, regionais, entre GC. Ou seja, GC de proximidade. Foram organizados quatro: um só para Marvila, porque Marvila tem seis grupos; outro foi para a zona Norte; outro para a zona Oeste; e outro foi para a zona Norte-Centro mais ou menos. E foi muito interessante. Repara numa coisa, em Marvila há seis GC, há uns que são vizinhos, que é só atravessar a rua, sei lá, a Flamengo e os Lóios, estão ali ao lado um do outro. Ou os Lóios e o Armador. E no entanto, cada um fazia as suas actividades e os seus planos sem sequer consultar ou convidar os outros. Não tinha sentido nenhum. Agora as coisas estão a funcionar de forma diferente, os GC já se comunicam, já partilham informações. E essas reuniões foram muito interessantes porque permitiram ficar-se a conhecer, e depois desaguaram na primeira reunião de GC da Área Metropolitana de Lisboa - aí alargamos a AML porque existem também em Cascais, Sintra, Loures e Almada, existem mais seis, portanto são vinte e três ao todo - e reuniram-se no

dia 7 de Dezembro de 2019, pela primeira vez, na Biblioteca de Marvila, todos estes GC, cerca de cem pessoas estiveram nesse encontro, foi muito importante. Desde logo houve a vontade de ter acções conjuntas e neste momento existe um grupo de trabalho que está a fazer um site, um blog, para todos os GC partilharem as suas informações e atividades. Isso é um trabalho que tem estado a funcionar. A pandemia arrefeceu um pouco as coisas, mas esse grupo de trabalho, por exemplo, tem continuado a funcionar. E os GC têm continuado a reunir também, embora agora por videoconferência, o que às vezes inibe a participação dos moradores.

CF- O Professor falou, numa videoconferência do Café com Luta, de 28/05/20, que eu assisti, que parte do trabalho nos GC consiste na articulação de informação. Como vocês organizam o levantamento, sistematização e distribuição da informação sobre os territórios e as comunidades? E como se dá a comunicação entre os vários GC?

RA - Tendencialmente, havia uma lógica que era essencialmente as instituições e os técnicos e as técnicas trocavam informações a que acedem pelas suas atividades no território, organização de atividades etc., para as partilharem entre si, nas reuniões, e muitas vezes por email. Sendo que poucos GC tinham algumas formas de junção de informação mais organizada como o *GoogleGroups*, mas pouco mais do que isso. O que fazia com que qualquer informação, circulava sempre por todos, portanto, é de certa maneira uma partilha de informação, interessante sem dúvida, mas essencialmente tecnocrata. Até porque muitos dos moradores não têm acesso.

CF – E não é só o problema do acesso, mas de saber utilizar, não é? Ter literacia.

RA - Por isso é que eu tenho defendido muito a variedade de formas de comunicação, ou seja, utilizar com certeza as novas tecnologias, e avançar mais nisso, mas também continuar a utilizar as formas tradicionais do boca a boca, da oralidade, nalguns casos, dos folhetos. Portanto, os GC mais abertos normalmente conseguem exatamente gerir essa diversidade, essa pluralidade de meios de comunicação. Eu vou-te dar um exemplo. Nós agora no GC FONSECAS e CALÇADA, estamos a preparar uma candidatura ao programa Bairros Saudáveis, mas queremos fazê-la comunitariamente e antes de se avançar para a candidatura, vai-se dinamizar um processo de diagnóstico participativo. O que é que está a ser feito enquanto metodologia? Estão a ser distribuídos panfletos com uma pergunta só, que é, o que é que propõe para melhorar o seu bairro? A questão é mais ou menos esta. Isto já foi colocado no clube, vai ser colocado na farmácia, vai ser colocado na mercearia, vai ser colocado na papelaria e vai ser colocado no local de ATL. Os protagonistas de todos estes sítios já estão ligados aos GC e eles próprios é que vão estimular. Já temos algumas dezenas de respostas, de pessoas que no seu papel escreveram aquilo que acharam. Há este levantamento mais aberto, mais livre, deixando as pessoas à vontade para responderem o que quiserem, sendo incentivadas pelos protagonistas locais destes espaços comerciais e serviços. Depois, vai-se mobilizar os prestadores desses serviços, que são mais ativos no GC, por exemplo o ATL, a escola, o atendimento da Junta, a Santa Casa, para tentarem, sempre que possível, terem conversas individualizadas sobre o tema. O papel é para conversarem sobre o tema e registarem, entrar num diálogo mais personalizado para a troca de informações sobre este assunto. A terceira metodologia vai ser

organizar *focus* grupos mistos, presenciais e à distância, a duas horas diferentes e em dias diferentes que sejam compatíveis com a disponibilidade da comunidade. Um vai ter lugar hoje à noite às 21:30 e o outro vai ter lugar no sábado às 17:00. Estes são os *focus* grupos em que as pessoas estarão presenciais com o apoio de computadores, pessoas para dar esse apoio para que duas ou três pessoas possam estar ao mesmo computador com distância, mas em que aqueles que possam estar à distância, o farão também. Isto são *focus* grupos para a população, para a comunidade, não é para os técnicos. Na quarta metodologia, as crianças das escolas em que os professores aderiram a isto, e os ATL, vão levar uma folhinha para casa, com uma pergunta só, que é a mesma que eu referi há bocadinho, com a incumbência de nesse dia, ou no dia a seguir, ao jantar, chatearem os pais para conversar sobre aquilo. Uma espécie de *focus* grupos familiares, e depois terem de fazer uma redação sobre isso como trabalho de casa para o dia a seguir. Portanto, várias crianças integradas no processo. Ou seja, neste caso, estou-te a dar este exemplo que é um exemplo muito recente, está a decorrer agora, esta semana, para exatamente mostrar a importância da pluralidade de formas de comunicação, e de formas de auscultação. Portanto, há papéis que são afixar, conversas que são orais, há recurso à tecnologia de videoconferência, há o tradicional trabalho de casa, digamos assim. Até agora, retomando o que estava a dizer, a informação tinha sido essencialmente captada pelos técnicos e transmitida pelas suas vias de comunicação normais, enfim, sem inovarem muito: e-mails, coisas coletivas como o WhatsApp nalguns casos, Google Groups, desse género. Neste momento a nossa tentativa nalguns GC que estão a ir mais longe nisto, é a de conjugar isto com o envolvimento mais ativo dos moradores neste processo. E isto implica procurar instrumentos que sejam compatíveis, com o uso do telemóvel, nem todas têm computador, mas praticamente todas têm smartphones. O grupo de WhatsApp ou mesmo a utilização de sites simples para as pessoas serem capazes de ler, mas sem descurar as formas tradicionais da partilha em reunião e da partilha em cartazes ou folhetos que possam chegar às pessoas. Embora aí a tendência neste momento é cortar em tudo o que é gastar papel e tenha efeitos ambientais negativos. Portanto já não vamos para a distribuição pelas caixas de correio, que normalmente iam parar ao lixo, aliás. Portanto, também não eram muito eficazes. Preferimos quando muito, colocá-los em sítios chave, um cartaz ou outro em sítios chave, poupa-nos cartazes. Mas a grande aposta neste momento é a criação do site-blog pelo grupo de trabalho para todos os GC e está a ser testado em formato para smartphone, exatamente pela razão que disse anteriormente. E com a própria acção de envolver o máximo de pessoas no processo, por exemplo, o próprio nome foi votado pelos moradores, chama-se “partilhacomunitária.pt.” Está neste momento em teste, ainda não está disponível, mas vai ser muito interessante nessa partilha de informação. Portanto, o que é que há aqui de novo? Primeiro, acrescentar moradores ao levantamento de informação, não ser apenas informação técnica, ser informação popular também. É a primeira novidade. Segunda novidade, tentar criar um instrumento tecnológico que possa ser acessível à maior parte das pessoas e que esteja disponível para todos os GC. Mas o importante é dialogar, mesmo utilizando formas de comunicação tradicionais, porque para muita gente é essa que conta. São pessoas com pouca literacia, portanto não abdicamos disso.

CF- Como tem sido a atuação dos GC na estratégia BIP/ZIP? Vocês têm tido cruzamentos com o trabalho da Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa?

RA- Olha, são duas boas questões. A relação com o BIPZIP é uma relação que eu diria paradoxal, tem efeitos positivos e efeitos negativos. Ou seja, se é verdade que a existência dos projetos BIPZIP animou os territórios, trouxe os novos protagonistas, nalguns casos ajudou a resolver problemas, e é verdade que foi um dos fatores que, a meu ver, contribuiu para que mais GC surgissem nos últimos tempos; por outro lado surgiu uma nova espécie de organizações que são as organizações BIPZIP ou seja, aquelas que sobrevivem com fundos BIPZIP, e que acabam por perverter o processo, são aquilo a que eu podia chamar "organizações fósforo" - a expressão não é minha mas eu achei-a boa, ou seja, acendem e ardem enquanto dura o projeto e depois apagam-se, e muitas vezes acabam por ter uma postura um bocado oportunista, ou seja, estão naquele território porque foi ali que lhes deram possibilidades de ter um projeto. Nalguns casos não chegam propriamente a enraizar no território. Há exceções, e há bons exemplos que, graças ao BIP/ZIP se enraizaram e passaram a ter um papel ativo nos territórios para onde foram, mas há outros que só lá estão por conveniência, ou seja, enquanto houver financiamento BIP/ZIP, e vão pensando não tanto no território, mas na sua sobrevivência com projetos BIP/ZIP. E acaba por haver uma mistura de situações de oportunismo e de situações de boas práticas. E é verdade que muitas comunidades estão já a entender isto e a reagir a isto, e a dizer com alguma frequência que já tiveram muitos projetos com BIP/ZIP, mas que a comunidade não beneficiava com isso, quem beneficiava eram as organizações. Até porque, muitas vezes, acontece uma coisa que é um completo disparate que é, no mesmo bairro, duas ou três instituições que pertencem ao GC, cada uma fez a sua candidatura, e não se cruzaram no GC. Isto é inconcebível, houve territórios em que houve três ou quatro candidaturas apresentadas no mesmo ano, por instituições que fazem parte do GC e que nem sequer discutiram isso no GC. Foram ter bilateralmente com parceiros, para terem parcerias, pois isso é um critério para ser aprovado. E portanto, há aqui efeitos perversos. O BIP/ZIP faz despertar, nalguns casos, o tal efeito fósforo: dá um lume muito bonito durante a vigência do projeto, mas depois apaga-se, não tem continuidade, não está enraizado no território. Nalguns casos sim, contribuiu para o desenvolvimento do território, noutros casos serviu para a sobrevivência das organizações. Mas eu acho que, apesar de tudo, ainda assim é um programa com piada. Outra coisa que eu acho que também não correu muito bem nalguns casos, é que era suposto, ou pelo menos os critérios assim indicavam, que a própria participação e a componente de parceria fossem critérios de avaliação do júri. Eu sei de algumas candidaturas que foram feitas completamente sozinhas, sem nunca terem discutido com ninguém, nem ter posto à participação da comunidade, mas, pronto, pôs lá a palavra participação, às vezes a participação era só as pessoas responderem a um inquérito que a organização fazia, e não sei. Ou o júri está mal informado, ou não analisou estes casos, porque houve situações em que algumas propostas tiveram alta qualificação nestes critérios quando, conhecendo-as bem, não deviam ter tido, não percebo o que é que se passou. Usou-se e abusou-se das palavras participação e parceria e sobretudo da palavra que está na moda que é "colaborativo". E isso pelos vistos fascinou o júri, foram atrás das palavras. Se

calhar também não conseguem, são tantas candidaturas, eu percebo isso. Por exemplo, houve assim muita perversão, muito oportunismo neste processo, muita má utilização das lógicas, não é? E acho que era bom repensar o BIPZIP nalguns destes aspectos. Quanto à Rede DLBC, neste momento não tem nenhum contacto com os GC, a não ser através de uma instituição ou outra, mas a Rede em si, não. Aliás, esta semana, no sábado, fui contactado pelo Rui Franco para nos reunirmos no dia 10 para tentarmos fazer essa ponte. Exatamente pelo reconhecimento que existe que essa ponte não está suficientemente feita. Nesse ponto de vista a Rede DLBC não conseguiu ir tão longe nos aspetos positivos quanto foi o BIP/ZIP, na minha opinião. É claro que há instituições que estão nos GC e que pertencem à Rede DLBC, mas isso não se traduz muito no GC, quase que não se fala disso. Eu lembro-me apenas de um GC onde se falou disso, que foi no GC Liberdade Serafina, e foi na preparação da candidatura, nem sei se depois vai ter efetivação quando, se o projeto for aprovado. Essa ponte é muito ténue, mas eu acho que deve ser trabalhada e penso que há vontade de o fazer.

CF- Por fim, queria que falasse da sua experiência enquanto Professor, investigador, uma pessoa da academia, que está na ação social, urbana, no terreno. O que acha que as práticas comunitárias podem ganhar com a participação da academia e o que a academia pode aprender com esse envolvimento?

RA - Imenso, imenso, imenso. Eu acho que a academia tem de sair, sobretudo no momento em que estamos a viver, com tantos problemas que nós temos para resolver na sociedade, pelo menos na área das ciências sociais a academia tem de sair das suas torres, tem de sair dos seus gabinetes, tem de sair de frente dos seus computadores e ir para o terreno e aprender no terreno. Tem que fazer investigação-ação, claramente, ou investigação, como eu digo. Felizmente há já um número importante de académicos que perceberam isso e que estão no terreno, as pessoas como tu, como a equipa do ICS, por exemplo, a Bárbara, já estão a aparecer nas reuniões e nos GC e a ter essa ligação ao terreno. Eu só posso dizer que, no meu caso, a minha grande experiência deste ponto de vista foi com os GC. Aprendi muito mais do que lendo livros ou consultando autores, portanto obviamente isso tem-me permitido levar para as aulas que, felizmente, as minhas aulas são sobre estes temas. E o Mestrado que eu próprio criei, que inicialmente chamava-se 'Desenvolvimento - Adversidades Locais e Desafios Mundiais', era para ser Desenvolvimento Local e Globalização, mas os meus colegas da Sociologia não aceitaram esta designação, porque queriam ser eles a criar o Mestrado com este nome. O departamento de Economia Política não devia ter essa pretensão, mas pronto, nós demos a volta e agora chama-se 'Estudos de Desenvolvimento'. Eu tive a sorte e o privilégio de poder criar um mestrado exatamente sobre isto, em 2002, e de conseguir, nesse mestrado, transmitir aos meus alunos essas experiências, essas aprendizagens, que eu levo do terreno, e tentar que isso se traduza nas reflexões que eu partilho com os alunos, essa experiência de base. E eu acho isso extremamente fantástico, tem sido uma experiência excepcional, absolutamente extraordinária que me tem permitido encarar as questões do desenvolvimento muito na prática e para responder a problemas concretos e muito aprendendo com os atores e não apenas com os autores. E eu acho que sem isso, não conseguiria de maneira nenhuma, não seria capaz de estar a dar as aulas que estou a dar, quer n Licenciatura, quer no Mestrado, e no outro

Mestrado que é 'Economia Social e Solidária' que eu também criei, se não fosse esta experiência profundamente enraizada nas práticas, nas vivências, na resolução de problemas, no ter que encontrar respostas e ajudar nas respostas, e ter que responder aos problemas das pessoas, no ouvi-las e aprender com elas. Isso é absolutamente fantástico. Não creio que pudesse fazer o que faço como Professor e como Investigador se não tivesse esta ligação ao terreno. Não estou a ver como é que eu poderia nas aulas contar aos meus alunos e partilhar aquilo com emoção, com sentimento e não com frieza. E fazer investigação e escrever o pouco que eu escrevo, porque isto de andar no terreno depois não dá muito tempo para escrever. Mas escrever o que tenho escrito, se não fosse esta experiência extraordinária no terreno constantemente. É um desafio permanente porque nós temos de estar sempre a inventar coisas, não é 'pronto a vestir', é mesmo feito à medida, caso a caso, situação a situação. Eu agora, com a pandemia, já tive de ir várias vezes para o terreno, com o problema dos despejos das famílias ciganas, tive de ir para o terreno e encontrar respostas. Não foi apenas ficar a fazer abaixo-assinados, que também fiz, mas tive que ir para o terreno encontrar respostas para a questão dos despejos. Ou nas Galinheiras, que houve uma série de casos de infectados, fomos para lá fazer testes, que o Ministério da Saúde pediu aos GC para irem fazer os testes. Eu andei lá no terreno no sábado, no domingo, no feriado, sem horários, e sem remuneração, porque não é isso que está em causa, e isso é uma aprendizagem. Só para te dar esses dois exemplos recentes. Esta necessidade de ter que encontrar respostas, para as treze famílias jovens que ficaram na rua, despejadas numa altura má, porque foi exatamente antes da pandemia, do confinamento, houve depois de ter de encontrar respostas para as famílias infectadas com o Covid-19 no Grupo da Galinheiras, e ter de ir para lá, e fazer o levantamento, e andar de casa em casa, e correr riscos - foi quase um milagre eu não ter sido infectado até agora ainda, porque eu andei lá, com as pessoas infetadas. Isto é, não sei, acho que não consigo classificar, mas é muito fantástico, excepcional, e de uma aprendizagem que eu não conseguiria de outra maneira. E eu tento levar isso para as minhas aulas e para a minha investigação. É ao contrário: da prática para a teoria e não da teoria para a prática. CF - Com certeza deves inspirar os alunos, mas, e a instituição? Ou, as instituições? Achas que o caminho ainda é muito longo para sensibilizá-las para essa abertura?

RA - Eu sou um grande optimista. Sobretudo porque tenho estado em situações em que não há nada, onde as coisas são muito piores, como a Guiné-Bissau, como São Tomé, Angola. Quando estás nesses sítios e depois tu vives na Europa, tu pensas "Eu não posso ser pessimista", porque lá as condições são muito mais privadas e fazem autênticos milagres de luta, de crença, de resistência. Portanto, tens de ser optimista, eu tenho essa natureza. Bom, mas, de fato, a academia não é muito entusiasmante, porque continua a ser fechada nos seus círculos, continua a ser arrogante, convencida, depois tem aquela pretensão da extensão universitária, que é uma expressão que eu não gosto. É bem intencionada, é verdade, mas não é a universidade que vai estender-se a. O Paulo Freire também reagia a isto e dizia que não devia ser a extensão da universidade, mas a comunicação entre a universidade e a sociedade. Comunicação, porque é nos dois sentidos. A extensão fala só de um sentido. Mas a bem dizer, dantes nem isso se fazia, nem extensão universitária havia, e mesmo em Portugal há muito pouca extensão da

universidade, ao contrário do Brasil. Mas agora começa a haver, não necessariamente com esse nome, mas começa a haver, por exemplo, todos os anos eu tenho alunos, se calhar porque eu os entusiasmo, a pedir-me para trabalhar em projetos, e vão voluntariamente trabalhar em projetos. E já há colegas meus a fazerem isso. Mas por exemplo, no meu Departamento de Economia Política, eu sou o único. Tenho mais convívios e cumplicidades com colegas meus do Departamento de Psicologia Comunitária, por exemplo, ou de Antropologia ou Psicologia, do que de Economia Política, porque continuam a estar centrados nas estatísticas, nas pesquisas na internet e coisas desse género. Também são importantes, eu também faço. Agora, apesar de tudo eu acho que algumas coisas já mudaram e já há mais gente da universidade a estar no terreno e é nesse sentido que, embora seja muito pouco, seja apenas uma gota d'água no oceano - apesar de a gota d'água já lá está, portanto, o meu otimismo, é pela gota d'água, não é pelo oceano - e portanto, já alguma coisa mudou e penso que já há mais gente no terreno, com sensibilidade para isto, e com vontade de fazer isto. Agora, a academia não estimula muito isto, isto não é valorizado. Por exemplo, se eu fizer um projeto sobre o sexo dos anjos que dê muito dinheiro ao ISCTE, tenho para aí vinte pontos. Estar em quinze GC, no melhor das hipóteses, tenho para aí 0,5 pontos no total. Isto não faz sentido, a universidade não premeia a atividade social, premeia a discussão teoricista. Publicar um artigo numa revista inglesa que ninguém lê, além uns meus pares, tenho para aí vinte pontos na avaliação do meu desempenho. Escrever uma coisa mais simples que muda a vida das pessoas no bairro, em linguagem simples, não conta nada porque não é um artigo científico.

CF -Essas métricas têm de ser revistas, não é?

RA – Claro! Esta é a parte que não é muito interessante nas universidades. A parte mais interessante na universidade são as conversas com os alunos.

## O. ENTREVISTA A GIOVANI ALLEGRETTI E MICHELANGELO SCHEPE

Entrevista a Giovanni Allegretti, coordenador do projeto Empatia, e Michelangelo Secchi, investigador do projeto Empatia, realizada em 14/12/2020, na Praça das Flores, Lisboa [1h16min].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

GA- Giovanni Allegreti

MS- Michelangelo Secchi

GA: Tu em que fase estás? [na investigação de doutoramento].

CF: Eu estou entrando no terceiro ano de doutoramento. Minha pesquisa nasceu no contexto duma série de encontros que eu estava a ter com a Câmara Municipal de Lisboa [CML], com o Miguel Brito e a equipa responsável pela operacionalização do Programa de Parcerias Locais – BIP/ZIP [PPL], a propósito de vários projetos que o ISCTE e a Prof. Alexandra Paio estavam a desenvolver em parceria com eles. Na altura falava-se da ideia de ter um observatório sobre o BIP/ZIP.

GA: Um observatório temático. Porque é estranho, para mim, um observatório é um corpo abrangente. A ideia de construir um observatório para um programa eu acho que é uma coisa meio perversa. Se eu construísse um observatório, construiria um observatório para os projetos de participação ou sobre os processos participativos de Lisboa, mas algo que fosse abrangente e que permitisse a cada processo de crescer com os outros. A questão de criar um observatório para um programa único me parece um pouco como um desperdício de energias humanas, ou seja, impede de superar aquela lógica de feudos que, infelizmente, é uma lógica típica das administrações públicas. Ou seja, o observatório é um corpo integrado, eu só consigo ver o observatório como um corpo integrado. Não sei se tu chegaste a ler a tese da Neira [de Morais Bezerra]?

CF: Sim

GA: Então, [um observatório] como um corpo integrado, para construir sabedoria em conjunto e como um corpo que necessariamente deve se alimentar de linhas verticais diferentes. É um espaço horizontal, para mim, por isso que não consigo vê-lo ligado apenas a uma política. A não ser que seja uma política de escala tão grande como uma política nacional que justifique ter um observatório mais focado, mas parece-me que, para uma política local, embora uma política de dez anos que, eu entendo, precise de saber o que é que produziu ao meio e longo prazo... Porque também tem esse problema: é uma política de curto prazo que produz, provavelmente, resultados de médio e longo prazo que não foram nunca avaliados e que não tem energia para avaliar. Eu entendo, mas não sei, é que me parece muito na lógica da divisão de feudos.

CF: Eu tive essa questão também no início da pesquisa e passei a pensar que o BIP/ZIP poderia ser um interessante case para eu pensar um observatório para o desenvolvimento local em Lisboa. Processos participativos, mas na lógica do desenvolvimento local, das sinergias, das parcerias dos territórios, no contexto de uma cidade que tem uma política como essa.

GA: Isso é outra coisa. Para mim, um observatório que se limita a um ponto de partida, ou seja, quer seja institucional, quer seja cidadão, é errado porque as políticas, especialmente do desenvolvimento local e tudo que tem a ver com participação, são primariamente, para mim, um ponto de encontro de lógicas diferentes. Ou seja, é verdade que o BIP/ZIP intenta capturar para a instituição, processos que vêm de baixo: por um lado, estimula a construção de novas parcerias, por outro, consolida parcerias sociais existentes. Então, neste sentido, já é um ponto de observação sobre lógicas que se encontram. Mas, existem lógicas que não conseguem interceptar o diálogo com a instituição e essas lógicas são altamente importantes. No México tem esse programa que se chama *Mejoramiento Barrial*, que matou inteiras auto-organizações populares, chegando com seus pilares, já tudo organizado e matando-as! Outro dia, estava pesquisando artigos de jornal de revoltas contra os pilares do *Mejoramiento Barrial*. E é interessante porque estou a te dizer, temos uma sociedade organizada aqui que construiu formas de diálogo interno, poderiam dialogar com o estado em pé de igualdade em vez de o estado chegar lá e impor suas lógicas. Nós queremos negociar essas lógicas, não podem chegar com lógica fechada. Acho que tem bairros com auto-organização que não chegaram ainda a interceptar a instituição. Por isso que é mais interessante ter um observatório onde tu possas descobrir as duas lógicas, um observatório que contribua a pôr em contato duas lógicas que até agora não se falaram. Se não, a instituição tem regras, normalmente, quando entra. Pensas no Favela Bairro, a projetos desse tipo. A lógica existia da instituição, a lógica era entrar em favelas consolidadas, ou seja, tu já entravas com um viés que era: ‘Eu quero que seja já consolidada para consolidá-la melhor’. Aquelas que não são consolidadas não importam? Eu estou a pensar que o risco da instituição é sempre de introduzir uma lógica alheia que não é a lógica social e não digo que uma seja melhor que a outra, mas elas têm que, em algum momento, negociar. Depois de 4 anos trabalhando com a Neirara, acabei terminando de pensar que a mais-valia de um observatório é a sua capacidade de produzir aprendizagem em conjunto, então, sinto que quando as coisas são muito ligadas a algo limitado, que tem muros de contenção muito claros, perde-se alguma possibilidade de aprendizagem.

CF: Eu já havia sido confrontada com essa questão ao longo da pesquisa e já pensei nela algumas vezes.

GA: Também, sabe porquê? No caso do Bip/Zip, não, mas, por exemplo, a participação [na CML] passou de um departamento especializado que se ocupava de tecnologia e dados abertos, ao [Departamento de] Urbanismo, agora. Ou seja, você cambia a lógica do programa de um projeto, entra na outra instituição política, e o Observatório faz o quê, nesse caso? Ou seja, quando não tem contaminações de fora, de outras coisas, acaba tendo que atrelar-se à lógica da instituição. É algo que não me convence. É como se a instituição acabasse por guiar a coisa, para depois, no momento em que ela decide que é uma coisa, passa de um setor ao outro e você fica com um observatório que tem que

mudar de corte. Se o observatório já é mais abrangente do que a lógica, ele vai reabsorver a lógica da instituição. Se não, é a instituição que dita a agenda. Outros processos de participação [na CML] mudaram de lógica, agora que entraram no [Departamento de] Urbanismo, provavelmente todos eles mudarão.

CF: Na pesquisa que fiz sobre o projeto Empatia, parece que houve, na aplicação do piloto em Lisboa, mais ou menos isso: um conflito entre as várias plataformas de participação que o Lisboa Participa absorveu?

GA: A lógica de introduzir Lisboa como piloto no Empatia não foi apenas uma lógica de ter um piloto grande e visível, para nós. Foi, que já tendo colaborado com a CML anteriormente, tínhamos a clareza que tinha algo que não estava a funcionar nessa compartimentação dos processos participativos. Então, a nossa proposta foi para obrigar a CML a ter uma lógica de sistema, tendo em conta que os anos de, digamos, em que a Graça Fonseca foi vereadora, a lógica foi de uma autorreferencialidade total. Ela não dialogou com quase ninguém. Construiu as suas coisas. É o contrário do que Miguel Graça esteve a fazer nestes anos com o vereador Saraiva, da Tecnologia. Primeiro era um da Juventude, depois era outro. Tivemos três diferentes para a participação em cinco anos. É muito! Porque é um câmbio de lógica, em que cada vez que muda de pessoa, muda de memória histórica. Então eu percebi essa falta sistémica. Essa questão dos feudos paralelos, a mim me incomoda muito, porque acho que ela é desrespeitosa com o cidadão. O tempo do cidadão é fundamental na participação. O mais que você perde na burocratização, o mais você perde o cidadão. Tem um escritor inglês que vive na Itália, que se chama Paul Ginsburg [?] que definiu, num texto, como ‘jacobinismo participativo’ o hábito das instituições de não pensar nunca na lógica daqueles que vão participar, e então de construir coisas que tem um volume de tempo de pedidos para a população muito alto. Eu acho que até a burocratização do próprio BIP/ZIP no último tempo está entrando nessa lógica. Está a perder aquele aspecto mais informal. Está a consolidar uma certa burocratização que é um peso muito grande para as associações. Também aumenta o número de competidores e então a lógica deveria, de alguma forma, não os excluir por capacidade de auto-organização. Então, agora, os que têm mais possibilidades são aqueles que já fizeram várias vezes o BIP/ZIP. Então, tu tinhas associações que propunham o BIP/ZIP antes e agora se reúnem entre elas e são fortes por isso. Organizações que agora estão espalhadas pelos projetos de toda a cidade, são capazes de organizar, já ganharam muito, então são mais-valia. O risco é que os novos que surgem em bairros diferentes, mais tímidos anteriormente, no final, percam na lógica de capacidade de fazer projetos maiores dessas. Quanto mais se fecha nas malhas, mais os atores mais fracos e mais novos vão ser excluídos de alguma forma. Ou só nascem atores competidores. Então, a lógica de inserir Lisboa foi mesmo essa, de obrigá-la a entrar numa lógica sistémica e de pensar sistémico. Eu diria, à distância de 3 anos de quando começamos, que foi extremamente difícil e que não logamos totalmente.

MS: Foi mínimo o êxito disso.

GA: O êxito foi mínimo, embora ele pesou singularmente em algumas pessoas em termos de concepção, de visão. Eu te diria: as pessoas de Lisboa já queriam uma visão diferente. Ou seja, eu diria hoje que a

visão das pessoas que trabalham com a participação em Lisboa é muito maior. Eles até pensam integrado com o Estado, começam a ter visões diferentes. Agora, as capacidades de atuar em cima de processos que às vezes se referem a diferentes departamentos, isso não mudou quase nada. O que é que queríamos nós? Fazer com que Lisboa respeitasse os cidadãos que participavam e então construísse uma plataforma com uma entrada única que permitisse construir processos úteis para eles e otimizar o dinheiro de *cross selling*. Ou seja, um processo que pudesse falar do outro e que as pessoas fluíssem, de um ao outro, e então, melhorando a sua capacidade de pôr-se transversalmente entre um *Fix my street*, que é um espaço de crítica sobre as falhas do Estado na manutenção, e outros processos que são mais criativos, de proposição de ideias e tal. Queríamos poder estudar também isso, porque eu acho que Lisboa nunca entrou numa lógica de estudar os seus utilizadores. E por isso que, nesse sentido, o Observatório fazia sentido: para construir uma capacidade de análise e também de como ela constrói o capital social, porque esse aspecto eu acho que está absolutamente subvalorizado. Lisboa está concentrada, na minha visão, em atuar no território de forma participativa - porque essa participação lhe garante uma poupança de dinheiro e uma racionalização da construção e da decisão sobre o que fazer mais urgente na cidade - mas não entrou numa lógica de verdadeira construção e manutenção do capital social. O capital social necessita ser mimado para ele continuar a crescer. E então se você faz um processo que é altamente competitivo, mais colaborativo, como acaba sendo, às vezes, o BIP/ZIP, você perde alguma construção do capital social. Pode até declará-lo, porque a declaração é também, que esse processo é um processo de construção de capital social. Mas parece que o capital social não seja valorizado enquanto tal, mas seja valorizado enquanto instrumento para racionalizar a atuação do município. É como uma falta de uma ética maior que saia das competências mínimas do município.

MS: Eu tenho uma visão um pouco mais cínica das coisas. Eu acho que a questão do consenso específico entre o vereador, o seu programa e o público que está sendo interceptado, é também uma das razões da falta dessa integração. Você está referindo uma visão administrativa, mas na visão política, é claramente uma competição interna entre os processos de participação que, muitas vezes, são composições de públicos que são parecidos. Em geral, eu acho uma grande tensão, pelo menos, no Orçamento Participativo [OP] que é o processo carro-chefe, tem essa tendência, de dar um papel, um peso aos números dos participantes, aos números dos votantes, como se fosse o maior intrínseco valor do processo: 'ele envolve muitas pessoas'.

GA: Até um erro grande: o número das propostas. É como se não tivessem entendido que em toda a história da literatura a redução do número da proposta é uma garantia, muitas vezes, da construção de processos de coordenação social. Então, se decrescem o número das propostas é melhor! É melhor para todos, é melhor para o técnico, para os funcionários da Câmara Municipal. Quer dizer que a sociedade se organiza em torno de propostas. Mas a CML continua sempre a pensar que se tem menos proposta tem alguma falha. Não tem falha, tem crescimento, tem amadurecimento.

MS: É um pouco uma visão que acaba por apostar muito peso na quantificação, na mensuração da participação, que é mesmo *compliant*, como se diz. Que responde à visão, eu diria, típica da gestão pública na época neoliberal.

GA: Sim. É incongruente.

MS: Qualquer coisa que seja mensurada, avaliada e proporcione dados de mensuração. Também tenho um pouco a ideia de que esses números são, possivelmente, gastáveis num plano político. E se traduzem num consenso político para o vereador.

GA: Isso não sei. Mas que se possa traduzir em carreira.

MS: Mas é muito usado nesse tipo de dinâmicas. Ou então, por exemplo, outra coisa: se publicizar o número de votos e não o número de participantes, quando você pode dar mais do que um voto. É claramente um jeito um pouco...

GA: É um espertinho-estúpido porque os jornalistas sabem.

CF: No BIP/ZIP mensura-se a quantidade de entidades que participam, ao longo dos anos, desconsiderando as repetições. Então, por exemplo, a Santa Casa está, grosso modo, em 40 projetos, então ela entra 40 vezes na conta.

GA: Se você conseguisse fazer, imagino que esteja a fazer, essa tabela, para ver as repetições, provavelmente viria uma caída do número na aparição de muito pouco sujeitos novos.

MS: São tipos de estatística clássica, daquelas feitas para os setores de dados do setor público que não tem valor científico.

GA: Nisto a tecnologia seria particularmente útil, habituando-nos à ideia do utilizador único. Utilizador único é aquele número que representa uma pessoa que, quando se repete, ele é contabilizado como repetição e permite calcular outras coisas, por exemplo: a presença constante, o aumento, a permanência. Quando você não tem utilizador único registrado, porque tem medo do GDPR [*General Data Protection Regulation*], por exemplo, você acaba perdendo imensos dados. Para redirecionar a própria política.

MS: No sentido tecnológico, eu diria, no geral, que o limite que tem a visão e estratégia tecnológica da participação do município de Lisboa reflete, mais ou menos, o mesmo problema político e administrativo que a gente estava falando agora, de não ser um sistema integrado. Tem lá uma escolha que solidifica, nas escolhas tecnológicas, esse tipo de visão: diferentes processos que usam diferentes plataformas, cada um com seu fornecedor de serviços. Era para ter que estar envolvido. É uma relação tecnopolítica que a administração tem com servidores e serviços tecnológicos, tem a sua base de dados num determinado formato, tem dados sobre os usuários e usa esses dados num determinado formato, e toda essa...

GA: Não usa os dados!

MS: ... essa falta de integração, essa falta de uma visão integrada das estratégias de tecnologia municipal de Lisboa, para não falar da integração com os serviços de *e-government* mais gerais feitos para a administração. Então, eu acho que tudo isso reflete essa falta de uma estratégia. Mas falta, também, uma percepção do *bottom-up*, uma pressão social para que isso aconteça. Por várias razões, não existe aqui um movimento capaz de desenvolver um discurso tão complexo sobre a participação sistêmica que

chega a contestar as escolhas tecnológicas digitais da administração e propor uma alternativa. Eu penso no caso de Barcelona e de outras cidades...

CF: Madrid...

MS: Madrid, mesmo...

GA: É uma questão da soberania dos dados, tudo. Falta um debate aqui só para isso. Não tem uma riqueza, uma pressão social.

MS: Há uma visão muito instrumentada. Então, é uma ferramenta, uma extensão da escolha política e no final acaba por solidificar esse tipo de feudos de participação nas escolhas tecnológicas. Porque a tecnologia precisa de específico conhecimento para ser usado, então a interoperabilidade entre diferentes plataformas é uma coisa complexa, que custa, se não é pensada desde o começo.

GA: Nós tínhamos encontrado uma maneira para tentar integrar as diferentes bases de dados das inscrições das pessoas, para não ter que recomeçar do zero em cada programa. A ideia era: tem alguns elementos em comum, precisamos de mais três elementos para todos. No momento que você entra num processo participativo e faz uma escolha dura que pode ser a proposta ou a votação, ou seja, os dois momentos importantes de um processo participativo, nesse momento, você tem obrigação de inserir aqueles mais dois, três dados que permitem transformar todas essas diferentes bases de dados em uma só transversal que tem os mesmos dados básicos para todos. Era uma coisa muito simples, quer dizer, não conseguiram nem fazer isso. Em 3 anos, com um projeto que tinha dinheiro para fazer.

MS: No final, a razão principal é que não é percebido pela administração a importância disso.

GA: Embora nós tenhamos tentado mostrar que era. Porque, quando criaram um processo novo que era o *Lisboa Ideia* nós mostrámos que 43% das pessoas que entraram nesse processo, entraram por erro, porque procuravam outra coisa. Então quando tu tens um dado assim, que quase 50% dos participantes vêm de erros, tu entendes o que é que quer dizer integração. No momento que tu fazes a integração, tu vais ganhar. Podes apresentar um projeto novo e ter logo um grande público. Nem isso serviu, entendes? Isso é estupidez política, para mim.

MS: Não é só estupidez política da administração.

GA: Uma incapacidade de visão.

MS: Também, mas refletida nos processos de auto-organização da sociedade, porque não é que aqui existe...

GA: Sim, claro.

CF: Não houve uma reivindicação pelo contrário.

GA: Não existe, assim, um grupo como o que está à base do *Decidim*.

MS: Aqui existem as pessoas que se organizam no online, que se organizam usando o Facebook ou plataformas sociais. Não diria que é simplesmente um problema da falta de visão da administração, que a administração não perceba que tem alternativa, outros canais de interação digital, que no final funcionam melhor, não são pagos, são de graça e que são aqueles mesmos que as pessoas usam. Você observa, de um ponto de vista político: usar o Facebook para fazer comunicação pública para um uso de

qualidade, significa produzir valor econômico para uma multinacional, estrangeira, que fica nos Estados Unidos.

GA: De fato, Lisboa hospeda o *Web Summit*, que paga milhões para a administração local, e não um Fórum de software livre. Ou seja, vê-se depois que existe uma incongruência entre o marketing feito em cima dessas coisas e as escolhas.

CF: O que se vende aqui é a *smart city*.

MS: Exatamente. Tem uma visão forte sobre essa narração da *smart city*, compartilhada com uma parte importante da cidade, e ainda falta um pouco do pensamento crítico sobre isso, não só na administração, não só na parte política, mas também, no discurso dos movimentos sociais em Lisboa. Eu acho que é isso que falta para criar as condições do avanço para um ecossistema um pouco mais eticamente coerente entre os discursos de participação e as escolhas tecnológicas que se fazem. É um pouco estranho, que esse tipo de postura é típico de cidades que têm pouca prática de participação, mas por enquanto, Lisboa faz muitas práticas. A contradição aqui é que o tema é muito forte no discurso político, esse assunto da participação, muito presente, particularmente na dimensão municipal, não só em Lisboa, mas...

MS: No renascimento de uma classe política municipal...

CF: De diferentes partidos...

MS: De diferentes partidos, isso. O que é um pouco mais estranho é essa assimetria entre como é importante a participação no discurso público e como é atrasado o discurso sobre tecnologia de participação, nesse tipo de contexto. O que é mais comum é o inverso, como na Itália...

GA: [Na Itália] Tem algumas cidades onde existe um pouco mais de equilíbrio. Por exemplo, em Bolonha existe, como dizer, um discurso sobre a participação oficial, digamos, institucionalizada, forte, mas ao mesmo tempo, existiram trinta anos de uma rede cívica, a *Hiperbole Municipal* que, de alguma forma, tem suportado gradualmente essa evolução, como um debate na sociedade. Sinto que, na Itália, tem menos ênfase, mas onde tem é mais equilibrada, sem grandes pontas extremas, como na Espanha ou na Islândia e outros países onde o discurso tecnológico radical tem, digamos, cidadania.

CF: E por que a escolha das outras duas cidades piloto no projeto Empatia? Em Lisboa percebi que o interesse era pensar a possibilidade dessa plataforma única para os processos que já existiam e eram atomizados. E nas outras cidades?

GA: A segunda cidade, que é Wuppertal, chegou por acaso. Deveria ser Bonn, originariamente. O que nós escolhemos foi o parceiro que, na Alemanha, estava a cuidar da Rede dos Orçamentos Participativos Alemães, que são quase 100 experiências - nós achávamos fraca porque muito centrada no consultivo. Nós achávamos que esse projeto [Empatia], trazendo-lhe dentro e obrigando a confrontar-se com uma lógica, aquela portuguesa, muito mais forte em termos de deliberação e de escolha, iria, provavelmente, poder melhorar, e é verdade que isso foi um ganho. Essa coisa foi ganha. Porque o modelo alemão está mudando e não é só graças a nós. Nós construímos uma alternativa e essa alternativa está funcionando. Mas a situação da Alemanha mudou e agora tem um país onde tinha grande confiança na política, que mostra, nas eleições desses neonazistas, cada vez mais forte, que não tem tanta confiança nos atores

tradicionais; tem confiança no ator partido, mas não no ator partido tradicional. Então os municípios precisam de uma lógica de aproximação ao cidadão muito mais forte e isso requer processos participativos mais substantivos. O modelo de Wuppertal [no projeto Empatia] está tem uma forma de *codesign* muito avançada, eu diria. O *codesign* de Wuppertal chegou até a escolher até onde a tecnologia tinha que chegar, e essa é uma coisa muito rara. Normalmente tem uma lógica da instituição a dizer onde queremos a tecnologia. Mas lá foi construído: ‘O voto tem que ser por paper ballot’, por exemplo. Essas coisas foram postas em discussão e isto é muito novo. E a cidade recomeçava um processo de participação ao orçamento depois de anos muito fracos que não tinham funcionado. O fato de introduzir um orçamento co-decisório mudou a perspectiva, mudou a reação da população e mudou a própria maneira de pensar do Zebralog. Embora aparentemente foi um parceiro não muito criativo, o Zebralog, acho que aprendeu. Essa é a segunda [cidade-piloto do Empatia]. A terceira cidade foi ainda mais estranha porque nasceu de um conhecimento por acaso, que é uma pessoa que trabalhava nessa [plataforma] D21, que era uma espécie de fundação criada por um milionário que lutava contra a corrupção nos países do leste europeu, bem corruptos. A ideia foi que, provavelmente, essa cidade poderia trazer alguma coisa interessante em termos de diferente lógica política. Foi uma aposta perdida, porque a empresa que fez a mediação entre nós e a cidade era uma empresa incapaz de conceber as coisas numa lógica de uso, compartilhada, digamos, de comunidade. Era mais empresa do que as empresas, embora sendo uma fundação do terceiro setor. Por isso, na verdade, as cidades que se introduziram no projeto ao longo do tempo foram muito melhores, foram oportunidade melhores daquelas originárias, a exemplo de Milão, embora com todas as dificuldades, e outras pequenas cidades que foram aparecendo, entrando, usando o sistema do Empatia. Eu diria que a coisa aqui, que eu, à posteriori, valoro mais é que o Empatia construiu um debate crítico que afetou as empresas produtoras de plataformas de participação em Portugal. Então, as duas empresas principais, que são a Libertum e a Wiremaze, evoluíram bastante durante esse debate. Elas mesmo se deram conta que não podiam continuar a poupar produzindo, digamos, propostas de custo baixo, porque já o custo da produção tinha sido reabsorvido no passado, e que não estavam a oferecer nada que respondia aos anseios desse momento histórico, e eles entenderam que tinham que trabalhar mais e produzir produtos melhores. Embora eles iriam ganhar um pouco menos, provavelmente, ter que lutar pela customização um pouco mais, mas isso, acho eu, nem foi pensado com uma aposta, mas foi uma das apostas ganhas no processo. Ou seja, um valor agregado que tem uma vertente cultural importante. Eu te digo isso porque eu estou a trabalhar, com a Wiremaze em dois processos participativos em Figueira da Foz e em Condeixa, agora, onde o produto da Wiremaze que hoje temos é toda outra coisa em relação ao que tínhamos antes do início do Empatia. Vejo isso, e a capacidade de produzir dados, de refletir, de negociar, as customizações, é outra coisa. Nesse sentido, estou contente que o que fizemos não deu em nada. Pelo mundo, por exemplo, no OIDP, o Observatório Internacional da Democracia Participativa, hoje se discute temas sobre sistemas participativos como se fossem um elemento fundamental, por exemplo, para a mudança climática. Então, é como um valor político importante, centrado num tema

[sistema participativo]. Eu acho que isso deve-se muito ao empenho que o Empatia pôs em bater muito sobre essa terminologia, criar uma terminologia para isso, que não existia, do *multi-channel*. O *multi-channel* como condição não suficiente da criação do sistema. O *multi-channel* pode ser errado se concebido apenas como canais paralelos. Se tu tens canais paralelos que não produzem um efeito interação, obviamente, o *multi-channel* é negativo. Começou-se a discutir cidades que não se davam conta embora tendo muitos processos participativos e de ter um sistema *multi-channel* ou um potencial sistema *multi-channel*, começam a refletir sobre isso como um objetivo da sua organização...

MS: Tenho uma visão um pouco diferente sobre o limite que teve esse tipo de transferência de conhecimento, porque não chegou a desenvolver uma estratégia totalmente coerente. Portugal tem mais orçamento participativo, mas usando tecnologia proprietária.

GA: Nesse sentido, absolutamente.

MS: E os dados usados nesses processos são muitas vezes de propriedades das mesmas empresas que fazem isso. Este é um ponto de vista de quem trabalha em tecnologia, software livre, open data, esse tipo de movimento. Claro que essas empresas perceberam a necessidade de saber responder às municipalidades que precisam desses serviços. Eu acho que eles foram mais capazes de desenvolver dados que são pedidos pelas municipalidades, desenvolver formas de interpretação dos dados...

GA: Até automáticas...

MS: ... mas não de transferir as ferramentas e as competências para que as municipalidades e o público do processo, consigam fazer a sua análise autónoma. Então, praticamente não podes analisar autonomamente os dados dum processo, vais ter melhor qualidade da análise se providenciada pela empresa, para a municipalidade. É um pacote fechado. O que é que mudou nisso? Também, claro, mudou muito nas interfaces, nas funções, a nível metodológico. O que foi mais entendido foi a importância da fase do *codesign*, das interações digitais em pessoa no começo do processo. Por enquanto, a primeira fase de multiplicação de tecnologia era baseada na ideia da facilidade de replicar o modelo de participação através de uma transferência tecnológica. Eu tenho um modelo que está instrumentalizado numa tecnologia, replico esta instalação num servidor para outro município, muito fácil de replicar exatamente o modelo que tem. Claro que toda essa possibilidade de customizar o modelo pode ser feito de muitas maneiras. A ideia do Empatia era chegar a desenvolver um nível de customização, mais como interface, aquela interface de qualquer maneira gráfica que significaria, deixar também a quem não tem um conhecimento tecnológico profundo, ferramenta para poder configurar o seu processo através de uma interface gráfica, de escolhas, feita através de *wizards*, *down* menus...

GA: *On/Off*...

MS: Essa plataforma, claramente, é uma plataforma que irá discutir com a municipalidade e providenciar o formato que eles querem, mas são eles que mantêm o controle do *backoffice* e, no final, determina mesmo qual a possibilidade da plataforma. Então, a adaptação e a configuração não são transferíveis, nesse sentido. E não cria, por exemplo, o que é que poderia ser um dos objetivos do Empatia, a ideia de que cada processo pode virar modelo, pode ser a base de um novo processo e cada

processo cria um elemento de um repertório, um catálogo de modelos de processos de participação facilmente replicáveis através da plataforma.

GA: Uma outra coisa que eu acho que ganhamos no Empatia foi o debate e aqui, quem sabe, foi a única coisa em que foram provavelmente um pouco mais úteis os parceiros da República Checa do que no resto do projeto: o debate sobre a forma de voto. Porque essa forma de votação mudou muito nos últimos anos e no Empatia se experimentaram em várias cidades a ideia do voto negativo, voto múltiplo, voto pesado. Esse debate cresceu muito nesse período e até foi transformando alguns prêmios, por exemplo, o Prêmio de Boas Práticas da Rede e dos Municípios Participativos, das autarquias participativas, e o prêmio do OIDP decidiram de mudar de aplicar plataformas para mediar entre o voto qualificado e a votação pública. Esta é uma mudança que eu acho que ainda não chegou ao BIP/ZIP, mas poderá chegar daqui a pouco, ou seja, o fato que exista uma Comissão de qualidade que pode ter um peso maior, o que quiser, mas que uma parte do voto acabe sendo como no... Porque o BIP/ZIP acaba sendo meio processo participativo, no final. É participativo na organização das atividades, mas depois tem um *gatekeeper*, a tampa da comissão de qualidade.

CF: Já participaste dessa comissão de júri?

GA: Não. Me convidaram, mas tinham regras que eu não podia atender, pelo tempo que me convidaram, eu não tinha a capacidade de responder. Porque eles queriam que eu estivesse em Lisboa para encontros presenciais, que é uma coisa totalmente idiota, porque não precisa de encontros presenciais. Se falta um membro? Eu já fiz para dezenas de outras coisas, eu por Skype e os outros estão fisicamente. Eles queriam que todos os membros fisicamente estivessem lá. É velho dentro, o BIP/ZIP. Não consegue evoluir, é como um velho elefante que fica. Eu acho que deveria entrar numa lógica também que, não sei, 30% do resultado é devido à mobilização pública. Isso criaria uma ampliação do capital social dos coletivos no âmbito dos territórios. Obrigaria os territórios se dar conta do potencial que eles têm. Tudo isso falta, isso é um [imperceptível] do processo. Um processo que depois de tantos anos não tenha entendido que ele não consegue desenvolver todos os potenciais que ele tem, é triste, honestamente. Era um bom programa quando nasceu. Se hoje olhas para ele, é um programa velho. Não sei. Isso é um pouco a sensação que me dá, porque é incapaz de potenciar e otimizar a construção do capital social nos territórios em que ele atua. E o sistema de voto é parte disso, porque a questão de júri de qualidade é uma coisa medieval. Ninguém usa mais isso nem na televisão, onde o júri de qualidade continua a permanecer, mas é misturado com outras formas de convergência em torno das propostas. Isso é uma coisa que não entendo...

CF: E porque é que acharam que era o momento de fazer essa reflexão sobre as plataformas digitais?

GA: Porque eu acho que era o ponto menos discutido criticamente. Elas eram vistas como um instrumento, como um apoio técnico e sem nenhum tipo de reflexão crítica sobre os riscos que elas traziam, com pouca reflexão sobre o potencial. Elas eram vistas de forma muito banal como uma otimização da relação entre custo do processo e número de participantes, sempre naquela lógica que o Michelangelo disse. Era totalmente instrumental. E nós já vínhamos com a visão crítica. Eu sempre fui

um tecnocético, sou menos hoje do que era e seria estúpido em não o ser, se eu não tivesse crescido nesse processo. Mas, eu era um tecnocético sobre a questão da qualidade que o uso da tecnologia pode acrescentar ao processo. Por isso que continuamos a trabalhar em projetos agora na vertente da contribuição em qualidade, que a tecnologia pode trazer. Embora seja importante a dimensão dos números que a tecnologia acrescenta, porque os processos participativos necessitam, não apenas de uma vertente de legitimação qualitativa, mas também quantitativas. Se o processo não tem uma boa escala, ele é facilmente destrutível pela oposição, pela mídia e a própria administração não vai investir nele muito, então uma dimensão de escala deve existir. E isso tecnologia ajuda, só que essa tecnologia depois muda a filosofia do processo e então transforma um processo que é de construção de comunidade num processo apenas de somatória de preferências individuais que era o que acontecia tradicionalmente na primeira introdução da tecnologia nesses processos. Isso desperdiça completamente todo o potencial e até pode matar o processo por excesso de simplificação. Então a nossa proposta foi uma tentativa, de um lado, de propor uma visão sistêmica que tínhamos na cabeça, que era, que vinha das nossas experiências pessoais. Eu passei muito tempo no Rio Grande do Sul [Estado brasileiro onde surgiu o OP], e quando eu comecei a ser chamado pelo Estado a ver os processos participativos, quando eles intentaram construir um sistema, me dei conta do potencial que o sistema tinha. Então eu aprendi no Rio Grande do Sul, em [cidade] Canoas, e pensei que era hora de trazer essa experiência. Também existia a possibilidade de, financiando-nos com tecnologia, trabalhar com participação. Não existem tantas *calls* na União Europeia, onde tu possas pôr a participação. Então era uma justificativa a usar a tecnologia para falar de participação.

CF: Curioso não haver muitas *calls* sobre participação, pois a União Europeia fala muito de participação.

GA: Sim, mas de uma participação muito consultiva e submetida a instituições, à centralidade das instituições representativas. Não conseguimos nunca espaços que verdadeiramente lessem na participação como nós estávamos interessados. E essa neutralidade um pouco do edital tecnológico nos permitiu de fazer essa operação também, de reler a participação de uma forma mais radical, digamos, embora a partir do filtro de leitura da tecnologia.

MS: Há um outro resultado que, não sei, no mundo dos *partitians*, das empresas, das consultorias que trabalham com participação, que agora também envolvem muitas universidades, mas, [imperceptível] setor privado, terceiro setor, ONG etc., a maioria das pessoas que historicamente trabalham sobre a participação tem um background de Ciência Social, de facilitação, de Ciência Política, então tem um cuidado, para alguns parâmetros, de variáveis, da participação, especificamente. Eu diria, por um lado toda a questão da inclusão nos processos de participação, por outro lado, a atenção a como o conhecimento se gera e se troca através do processo, como se criam as propostas, como as propostas são filtradas e toda essa parte. A nossa impressão, acho que isso confirmada, é que contribuiu para uma nova geração de processos liderados por plataformas digitais, teoricamente, antes concebidas e desenvolvidas por sujeitos que tinham um background totalmente de Engenharia Informática. Houve um processo de contaminação, entre áreas disciplinares, como o Giovanni está dizendo. Chegar a ver que o professor de

informática lida com mais alguns detalhes no desenho do seu processo, nesse sentido, já é uma forma que se reflete esse tipo de contaminação. Claro que, nas escalas maiores [inaudível] essa sobreposição é uma sobreposição forte, a ideia da participação, que tem uma participação muito centrada nas mediações das tecnologias digitais que, claramente, criam um tipo de espaço participativo, que é um espaço muito controlado de cima para baixo, onde a possibilidade para quem é de baixo ter significado e modificar as tipologias de processos é, não impossível, mas menor e precisa de várias condições de conhecimento distribuído de base tecnológica, de espaços vazios para conceptualizar e repensar o uso de determinadas tecnologias...

CF: Mais complexo, né?

MS: Não é impossível, mas é mais complexo. Não é impossível porque há dentro um fórum criado para discutir uma proposta de opções participativas, que vai criar relações que ele depois alimenta, um processo de mudança social num determinado bairro. Mas, no final, é mais fácil que isso aconteça numa assembleia mais tradicional, para fazer uma simplificação muito forte. Todas essas *spinoff* dos processos participativos que muitas vezes são a maior mais valia do processo, todos aqueles resultados inesperados, são muito mais controlados dentro de um processo totalmente digitalizado e isso é também um dos limites que tem esse tipo de visão.

CF: E da experiência de vocês, onde vocês acham que podem ter estado mais perto de um equilíbrio entre procedimentos de participação presenciais e procedimentos de participação digitais?

GA: O nosso objetivo sempre foi, reconfirmamos a utilidade no final, o triunfo do híbrido. Eu acho que é mesmo por essa necessidade de balançar uma legitimação quantitativa e uma qualitativa dos processos. O digital é a solução, realmente, mas a solução sobretudo da parte quantitativa. E então ele necessita de ser integrado, também porque ele lhe faltaria uma perna, que é aquela da construção de comunidades. Nós estamos a ver que as comunidades que se constroem no digital, a não ser que tenham um interesse... são muito efémeras e frágeis e então, o encontrar-se. No tecnológico existem os *meetups* como uma fase, mas ainda não se criam verdadeiras comunidades. Ou se conseguem criar, sim, um amigo transnacional, mas nós estamos a falar de processos locais onde estamos interessados em haver uma comunidade, que cresça, e floresça, que se encontra. É este o nosso viés, querer que as comunidades possam usar esses processos para se reforçarem no mundo individualista. Então, não tinha como ir para o outro lado que não o triunfo do híbrido. Por exemplo, Lisboa eliminou, num certo momento, as reuniões do OP achando-as um peso. Foi no último período da Graça Fonseca. Hoje, ele recuperou, entendeu que não tinha como, que o público ainda não é preparado, que os idosos não são alfabetizados suficientes ou que eles precisam de usar o tempo livre para ter utilidade social, eles querem se encontrar. Então não faz sentido eliminar, podem ser melhor direcionadas. Eu acho que o que Lisboa fez nos últimos anos foi direcionar melhor os encontros cara a cara. Para os estrangeiros, para os profissionais de uma certa área, para as escolas, para os idosos... Direciona melhor e não faz aquelas reuniões nos bairros em que no final acabavam tendo 80 velinhos e nada mais ou até ninguém. Direcionou melhor, recuperou e isso para mim é fundamental, porque sem aquela componente, o OP digital de Lisboa teve alguns anos de

empobrecimento muito grande. Lembramos sempre que o OP de Lisboa tem um volume para mim bastante evidente em relação a outros. Ele é muito burocrático na fase da fusão e transformação de propostas em projetos, todo filtro que existe entre as primeiras propostas do cidadão e o momento da votação. Lisboa é a única cidade, nesse momento, em Portugal, realmente tecno-burocrática, nesse sentido. Tem um grupo de burocratas que se juntam, que fazem fusões às vezes muito discutíveis. Eu olhei os projetos originais e, nalguns casos, as fusões não respeitam a riqueza do projeto. O próprio cidadão se sente frustrado de ver como as coisas que propôs para uma praça foram interpretadas e no final virou uma praça que tem *wi-fi* verde, área para cães e depois você encontra o título ‘Recuperação da Praça X’. Não é isso que o cidadão tem dito! Ele tem proposto uma ideia de como recuperar a Praça X, não apenas de recuperar a Praça X. E isto desaparece na passagem. Paradoxalmente, os projetos que saem das propostas, às vezes, são menos ricos do que a proposta originária. E não deveria ser assim. Deveria ser: a proposta é uma ideia e o projeto é uma quase concretização visual. Não é, e acaba o contrário. Então, num percurso desse tipo, as outras cidades já fazem diferente. Aceitam as propostas, se tiver dúvidas ou falta de detalhamento ou elementos que vão contra a lei ou contra o Plano Diretor. Eles chamam o cidadão e discutem diretamente, burocratas e cidadão, até a proposta ter condições de ser votada. Este mecanismo falta em Lisboa, provavelmente pela escala, mas não resolve o problema burocrático. Não resolve o problema, porque quando tu tens 1000 ideias que transformas em 200 projetos, ninguém vai ler 200 projetos igualmente. Então, não resolve o problema e insere um *gatekeeper* no meio. Isso não funciona. Ainda não conseguimos chegar a um debate que permita ultrapassar esses elementos. Sobre isto se fecham muito os da Administração de Lisboa, e dizem: “Não, não tem de ser assim porque não tem outra maneira de lidar com essa redundância”. Esta situação não pode ser considerada secundariamente. Ela é um elemento estrutural de debilidade, eu acho, do processo do OP. Agora, não sei se este novo OP Verde e essa parte muito bonita que foi construída para as escolas com o manual do que é que é mudança climática, com todas as diferentes áreas de ação, energia, água, o reciclo, o fecho dos ciclos... Isso pode criar uma qualidade verdadeiramente diferente para o futuro. Eu estou à espera e com desejo que isso aconteça, mas esse crescimento acontece de forma... o ‘Na Minha Rua’ fica...

CF: Fica lá jogado.

GA: Fica jogado ali, de pobre. O OP pode crescer, mas o Lisboa Ideia ainda não toma força, não sei, falta um debate sistémico sobre essas coisas.

CF: E a experiência do EmpaVille?

GA: Então, a experiência do Empaville foi uma surpresa enorme e muito satisfatória porque foi verdadeiramente a nossa criatura, que nos permitiu notas máximas no projeto e tudo. Frustrante, porque não tendo sido previsto, não tínhamos o dinheiro suficiente para desenvolvê-lo até onde queríamos. E quando descobrimos a mina de ouro que tínhamos, teríamos gostado de poder investir nela mais dinheiro para produzir um produto eletrônico que servisse a todos. Pelo contrário, nos encontramos com a

empresa que nos fez o serviço, que tem uma lógica que não consegue entender o software livre, então quer cuidar da menina dos seus olhos, digamos assim.

CF: Que é aquela mesma empresa...

GA: Sim, a OneSource. Que na verdade nasceu como uma startup de uma universidade e então para nós deveria ter essa curiosidade de pesquisa, mas que não demonstrou de ter. Por um lado...

CF: Depende da formação que recebe da universidade e as universidades aqui são muito mais voltadas para o empreendedorismo.

GA: Sem dúvida. Não, nós não encontramos nenhum sujeito em Portugal, realmente, até agora. Pode ser nossa falha, mas não encontramos um sujeito que soubesse conjugar a evolução tecnológica com uma visão de ativismo cívico, digamos. Isto nos faltou. É por isso que tivemos que pegar os nossos parceiros nessa área noutros países, na Itália, na Suíça, onde encontramos pessoas que já desenvolvem um pensamento crítico evoluído, de nível alto, sobre essas questões. A coisa boa é que a União Europeia ajuda muito nesse sentido, embora seja ambígua porque sempre querem balançar, tudo tem que ser um produto livre, posto num *GitHub*, mas, no final, ela quer sempre balançar como um plano de negócios. Mas a força de forçar pessoas a fazer produtos livres deveria ser algo que potencia, pelo menos nos projetos da União Europeia, e essa coisa não me parece que aconteça, honestamente. Mas nalguns casos acontece e nós fizemos muitos amigos nessa experiência do Empatia, desse tipo, Decidim, Consul, são grupos que claramente hoje enriquecem a nossa vida pessoal, inclusive, amizades da vida, para a vida toda. E nos encontramos no mundo, organizamos coisas pelo planeta inteiro. Ao mesmo tempo, o EmpaVille ainda tem possibilidade de ser desenvolvido. O princípio fractal do EmpaVille continua a ser, na nossa cabeça, a ideia que é só um jogo de breve duração que permite realmente a uma classe de burocratas, de políticos incapazes de entrar na roupa do cidadão mais pobre e sobretudo de começar a desenvolver um pensamento crítico sobre os instrumentos usados na arquitetura participativa. Que quer dizer que só experimentando é que você começa e nós fizemos um jogo que era baseado em cartas que representavam personagens. A ideia era forçar a pessoa entrar num travesti de 60 anos, num militar fascista, numa qualquer coisa que seja, mas, como dizer, tu tens que entrar nos imigrantes e ter a obrigação de tentar pensar como eles. Nem sempre consegues. Às vezes, pensa o imigrante como a projeção de ti, se fosses imigrante. Mas, seguramente abre um espaço muito grande de negociação entre o eu e um possível outro. Então, já move a barra para a frente e essa ideia era a ideia central do Empaville. Era um jogo que obrigava a pensar. Nasceu, o Empaville, só para testar componentes do software no início, e quando lhe demos forma para torná-lo mais divertido nós demos conta que isso era um espaço fantástico de reflexão sobre alguns componentes das fases de participação. Por exemplo, permitir de experimentar diferentes maneiras de voto e ver que resultados ela tinha no debate, permitir de discutir sobre a questão da exposição dos dados. Sempre pomos um intersexo ou, quando trabalhamos nos países árabes, uma pessoa de 104 anos porque não posso usar questões sexuais, mas, seja como for, alguém que seja tão fora da média dos outros participantes, que os seus votos sejam visíveis quando se abre de forma mecânica. Essa era uma reflexão sobre o relação entre participação e dados abertos, participação

em espaço de construção de confiança, que tenho que proteger, e todo discurso que começamos a fazer e agora levamos à frente sobre anonimato dinâmico, a representação temporária e esse tipo de coisas, fazem parte dessa necessidade de adaptar os instrumentos tecnológicos à necessidade da limpeza do processo de construção de confiança, sem projetar obrigações em cima das pessoas, mas obrigando lentamente a abrir a sua vontade de dar o próprio nome às próprias posições. Muitas vezes, as pessoas usam o anonimato porque têm medo de fazer uma proposta. Pense em todo o processo que foi feito no Brasil para a discussão sobre uma possível nova lei sobre as polícias e as forças armadas; há um medo enorme dos policiais e dos militares, medo de fazer proposta frente às hierarquias, não? Então, o anonimato às vezes é um elemento fundamental até da qualidade das propostas que podem emergir. Eu usei um anonimato dinâmico em Toscana, num processo sobre avaliação de professores, quando eu não queria que os alunos pudessem ser constrangidos por propor critérios de avaliação dos professores que eram julgados, pois poderia criar retaliações por parte dos professores, então eu construí um processo baseado no anonimato dinâmico. Como poder usar esse elemento como espaço de construção de qualidade das propostas? O Empaville ainda tem muitas possibilidades de se desenvolver. Alguém tem que começar a fazê-lo. Em Itália existe o Empaville como instrumento online, que foi reorganizado e simplificado por parte de uma empresa do terceiro setor que trabalha com processos participativos, então eu estou contente de ver que ele tem uma vida própria, que é um filho desses com as suas especificidades. Para nós é um objeto de reflexão sobre o qual queremos avançar porque achamos que ele serve para adultos e para crianças, para dar conta da riqueza. E na hora te dá vontade de participar porque tu dás conta da riqueza que tem por trás. Agora, lá descobrimos algumas coisas interessantes, por exemplo, ao trabalhar com crianças, descobrimos que se nós não fizéssemos o *upload* dos projetos que eles faziam com colagem, eles não acreditavam que eram verdadeiros, porque é como se as coisas que não existem na internet, para as novas gerações, não existissem. Não tivesse ontologia. A Ontologia é estritamente ligada a uma presença na *web*. Então, aprendemos coisas, aprendemos que nem sempre é verdadeiro que as novas gerações querem usar as tecnologias. Por exemplo, em Cascais foi feito por Nelson Dias um projeto de construção das regras do OP jovem com os estudantes através de um jogo 3D, não era eletrônico, era uma maquete, é o Plano C. No jogo as crianças se recusaram de usar o voto eletrônico que tínhamos preparado, dizendo “Não, porque o objetivo dessa coisa é de ter uma simulação de um voto e os nossos pais voltam por *paper ballot*, nós queremos votar por *paper ballot*. Ou seja, sem isso é uma simulação da realidade e a realidade é ainda lá e nós não queremos ir para a frente dela. Queremos exatamente simulá-la como ela é exatamente para os nossos pais.” Por isso, sabe, o Empaville é um espaço criativo onde se podem interceptar muitas coisas. Eu nunca me esqueço que fizemos um jogo no município de Lisboa, no espaço do *Sharing Cities*, com uma escola, o Instituto Técnico, cheio de jovens brasileiros, cabo-verdianos e angolanos e uma delegação de autarcas da Suécia, diretores municipais, Presidentes de Câmara, e que eles ficaram traumatizados pelo jogo dizendo: “Nós sempre fizemos coisas com os jovens de uma forma consensual, diziam sempre ‘tudo bom’ e depois não faziam nunca nada. E aqui nós demos conta que a coisa melhor de trabalhar com eles, é trabalhar o conflito e as soluções que

o conflito pode ter”. Então, ter construído um jogo que é em si conflituoso, que acontece dentro de um espaço competitivo, como é o espaço participativo, é muito bom. É o que eu acho que falta ao BIP/ZIP. Exatamente isso. O BIP/ZIP acaba sendo um espaço competitivo, porque tem recursos, as pessoas fazem os projetos e o projeto melhor ganha por um júri de qualidade. Ok, isso é um espaço que tem um nível de competição, onde a única coisa permitida é querer fazer um projeto de qualidade para poder ser julgado bem, não tem outra estratégia. Se uma parte do voto do BIP/ZIP fosse pela população, ele obrigaria a construir uma série de alianças e de relações de solidariedade com os bairros menores, com quem não poderia ter votos, obviamente, deveria problematizar esse aspecto no momento do voto. E então, não construir um voto simples, mas um voto múltiplo ou um voto pesado, deveria poder usar um filtro de alianças, alguma coisa que todos os sistemas automáticos hoje providenciam, não? Mas isso potencializaria muito a relação com os territórios e obrigaria as pessoas a pensarem solidariedade e não apenas na dimensão competitiva, que aqui é decidida por terceiros, acaba sendo pouco motivadora. A única motivação é construir um bom projeto, pronto.

CF: Uma fragilidade que eu vejo nos projetos BIP/ZIP é que eu não sei se muitos deles são construídos de forma participada nos territórios...

GA: Tenho muita dúvida. Eles são feitos por peritos de projeção, hoje.

CF: E observam a oportunidade de atuação profissional, muitas vezes também.

GA: É a dúvida, e é uma dúvida forte.

CF: Não foi possível, até agora, em muitos lugares, construir essa visão...

GA: Pode ser que nos primeiros anos tenha sido assim. Nos primeiros um, dois anos, quando se começou a entender a lógica... Essa é uma coisa que eu acho que é verdadeiramente o que se pode criticar mais o BIP/ZIP. Ele não mudou muito de lógica do primeiro ao último ano e tu olhas o OP e tu olhas as mudanças que obteve de um ano a outro, tu te dá conta duma coisa que, se o BIP/ZIP mudasse de lógica obrigaria as pessoas a repensarem-se constantemente e provavelmente criaria menos aquilo que tu dizias antes que é uma certa estanqueidade das figuras que hoje, como peritos de área, participam anualmente no BIP/ZIP. E obrigaria a mudar um pouco mais as lógicas, introduziria novos sujeitos, pelo menos poderia fazê-lo, acredito que o consiga. Mas isso de mudar a regra, um pouco, obriga as pessoas a repensar-se, a repensar as estratégias.

## P. ENTREVISTA A JOÃO TREMOCEIRO

Entrevista a João Tremoceiro, coordenador do Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa, feita em 02 de novembro, de 2020, por videoconferência [43min].

[Legendas]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

JT- João Tremoceiro

CF- Qual é a missão do Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa, e quais os principais projetos atualmente sob sua alçada?

JT- De um ponto de vista muito genérico, a nossa principal missão é criar valor com os dados da Câmara Municipal de Lisboa [CML], sejam eles quais forem. Portanto, quando falo de dados estou a falar de todo o tipo de dados, estamos a falar de dados de sistemas que já existem no Município, sistemas que vêm de sensores, todo o tipo de dados. O importante é criar valor com esses dados. Criar valor para quem? Para o cidadão, tornar esses dados acessíveis, e por isso a política de dados abertos é uma parte importante. Também para ajudar o município a tomar decisões baseadas em dados, a ser mais eficaz e eficiente na gestão das suas atividades e, sobretudo, a ser proativo, isto é, não ser só reativo. Ou seja, o município com os dados que já tem, com muitos dos dados que já estão neste momento disponíveis, pode apoiar a sua decisão e em vez de limitar a reagir, conseguir tomar medidas para que as coisas [inaudível]. E duas componentes, uma que é externa, para o cidadão, que tem a ver com os dados abertos, tem a ver com analítica de dados, protocolos [queda da ligação de internet] cada vez mais criar essa sensibilidade para a importância dos dados e criar valor com os dados, externo. E depois temos a componente de, internamente, utilizar esses dados e cada vez mais criar essa consciência nos serviços de que os dados podem ser úteis, que os dados podem ser importantes. Portanto, sensibilizar os serviços para a importância dos dados. Nós temos uma coisa que é a Oficina de Dados, para ajudar os serviços a produzirem, a começarem a dar valor aos seus dados e a suportar as suas decisões em cima de dados. O que, muitas das vezes, é ajudá-los a criar dados: colocar sensores, integrar os dados etc. Porque nós temos a capacidade de integrar os dados numa plataforma que nós chamamos a Plataforma de Gestão Inteligente de Lisboa. É uma plataforma que integra diversas fontes de dados e os tornam disponíveis para os utilizadores. Nosso trabalho passa por aí, partimos de dentro para as necessidades do Município, para as necessidades do cidadão, a utilizar os dados para responder a estas necessidades.

CF - Eu estive a navegar na plataforma Lisboa Inteligente e queria...

JT - Não deve ter sido, deve ter estado noutra sítio, porque na Plataforma não consegue entrar. Onde é que andou?

CF - Na plataforma Lisboa Inteligente tem várias iniciativas, na navegação para o usuário comum.

JT- Ah isso aí é o site, o site Lisboa Inteligente, e depois há a Plataforma, que nós chamamos a Plataforma de Gestão Inteligente de Lisboa que é onde nós integramos dados. Eu posso partilhar para lhe mostrar o que é. [patilha de ecrã]. Isto é a Plataforma. É um portal que é só acessível internamente onde eu posso gerir e posso ter dados sobre a atividade da Câmara sobre tudo o que aqui está. Isto aqui são ocorrências em tempo real dos bombeiros ou da polícia municipal, portanto eu posso abrir e ter informação sobre essas ocorrências, e a informação está a ser carregada em tempo real. Por exemplo, sobre mobilidade, temos aqui as estações das Giras [bicicletas municipais] e sabemos a situação de cada uma das estações. Portanto, esta plataforma permite integrar dados que existem espalhados pela cidade. Parques de estacionamento, pontos de carregamento eléctrico, os dados da Waze, como é que está o trânsito neste momento na cidade, quais são as zonas mais complicadas em termos de trânsito ou, por exemplo, condicionamentos de trânsito, estradas cortadas ou obras... os mais diversos tipos de coisas que acontecem na cidade. Por exemplo, aqui no Jardim do Torel, eu posso ver que aqui nesta rua há um condicionamento que é relevante, uma reparação de um coletor na rua tal e é entre os dias 20 e 21 das 8:00 às 20:00. Toda esta informação está disponível na plataforma. Podemos tirar informação sobre cortes de água, a higiene urbana, por exemplo, todos os contentores de resíduos sólidos de Lisboa, os enterrados e os de superfície, nós temos cerca de 2000 contentores de resíduos sólidos em Lisboa. Toda essa informação é carregada e pode estar disponível na Plataforma. A ideia da Plataforma é ligar todos os sistemas de gestão de dados que existem na cidade, todos aqueles que possam ser relevantes, integrá-los e torná-los disponíveis. Por exemplo, aqui estão os contentores, eu posso ir a um contentor qualquer e saber quando foi a data da última recolha, qual é a temperatura lá dentro, qual é a percentagem de enchimento, qual foi a data da última medição, essa informação está toda disponível. O que é que é aqui importante, é que nós estamos sempre a arquivar esta informação, estamos sempre a guardar estes dados. Portanto, nós podemos depois relacioná-los, dizer então se no dia assim da semana, a estas horas, com esta precipitação, com esta temperatura, as coisas ocorreram de determinada forma, ou os condicionamentos de trânsito com estas condições todas, com estes eventos, se com estas ocorrências aconteceu isto, em circunstâncias idênticas pode acontecer isto ou aquilo. O que isto nos permite é arquivar grandes volumes dos dados, *big data* como se diz agora, aprender com este grande volume de dados para tomar melhores decisões futuras. É o que eu lhe dizia há bocado, utilizar os dados para ser mais eficiente na gestão dos nossos recursos e para sermos proativos, para conseguirmos atuar antes das coisas acontecerem. São estas camadas e camadas de informação que estão na plataforma, estão neste momento mais de duzentas camadas de informação, sobre obras, sobre monitorização de meios operacionais eu posso dizer onde estão os carros da PM. Depois tem informação mais táticas sobre administração pública, ambiente, espaços verdes. Posso carregar para aqui todos os parques e os jardins. Depois, há camadas e camadas que têm a ver com a cultura, com o património, educação, enfim, as mais diversas camadas de informação que eu posso carregar para aqui. A plataforma é isto, é nós coligirmos a informação dos mais diversos sítios, e depois alguma desta informação é partilhada nos dados abertos. E isto é uma ferramenta muito importante para nós porque é esta reposição, a informação

que está na plataforma, que está estruturada, organizada, que pode depois ser partilhada no âmbito da tal iniciativa que eu estava a dizer há bocado que era por exemplo o Laboratório de Dados Urbanos de Lisboa. Criar dados com as universidades para resolver problemas de analítica, até prever, por exemplo, como vai estar o trânsito amanhã, ou para fazer uma ampliação da minha rede de vias cicláveis, saber onde é que as devo colocar. Eu tenho dados que nos permitem responder a essas questões.

CF - E esses dados são produzidos por quem?

JT - Pode ser pelo cidadão, nós temos aqui por exemplo dados que são carregados pelos municípios naquela aplicação *Na Minha Rua*, onde as pessoas se queixam, nós trabalhamos esses dados. As pessoas queixam-se de limpeza, de ruído, das mais diversas coisas, e nós, todos os dias, estamos a receber essas queixas e sabemos o que está resolvido, podemos trabalhar isso por zonas e fazer os mais diversos tipos de análises com esses dados. Por exemplo, podemos trabalhar as queixas das pessoas - queremos fazer esse trabalho, não fizemos ainda mas é um desafio que já propusemos ao Orçamento Participativo - queremos saber como é que se cruza as queixas do *Na Minha Rua* com os projetos que aparecem no Orçamento Participativo. Tudo isto é a nossa principal função, é trabalhar com dados. Como é que isto liga com o BIPZIP? Pois, não sei.

CF - São dados muito úteis, essa leitura do território. Os BIPZIP, eles partem de uma leitura do território feita pelo lançamento do Programa em 2009, 2010, e para já uma Plataforma como essa tem muito informação mais atualizada, e muitas outras camadas de informação.

JT - Sim, sim. As camadas de informação estão aqui, mas estão disponíveis a qualquer serviço municipal. Por exemplo, mobilidade - há camadas e camadas de informação, ou equipamentos e serviços. Tudo pode ser carregado para aqui e depois eu posso cruzar a informação e depois posso fazer uma analítica sobre ela. Há uma série de coisas que se podem fazer depois com os dados. Aquilo que se reparou no Lisboa Inteligente, algumas das coisas que estão lá têm a ver precisamente com o Laboratório de Dados de Lisboa e tem a ver com desafios de analítica que são carregados no Laboratório. Por exemplo, isto são tudo desafios de analítica que estão disponíveis aos parceiros. Por exemplo, eu quero tomar uma decisão com base nas medições obtidas nos contentores da rede de resíduos sólidos urbanos, avaliação da regularidade longitudinal dos pavimentos através de levantamento por telemóvel, cadastro de sinalização viária, determinação do estado de conservação do edificado particular, determinação do impacto COVID na mobilidade urbana, enfim, há uma série de desafios de analítica que são pegar nos dados e tentar aprender com eles.

CF - E esses desafios são propostos por vocês, ou vocês recebem também eventualmente algum desafio proposto pela cidadania ou por alguma outra instituição?

JT - Normalmente nós falamos com os Serviços que recebem esses *inputs*. Qualquer Serviço, seja um Serviço mais interno, seja um Serviço de contacto com o cidadão, pode nos propor um desafio. Dizer "Temos muita procura sobre isto. Vocês conseguem-nos ajudar?". Nós pegamos naqueles desafios e trabalhamos esses desafios. Podemos trabalhar com analítica muito avançada e podemos trabalhar com analítica mais simples. Por exemplo, isto é, analítica da *Na Minha Rua*, das reclamações das pessoas, e

isto está tudo disponível, em tempo real. Isto é desenvolvido em *Power BI*, e está disponível aos serviços, com informação sobre quantas ocorrências estão ativas, ocorrências por freguesia, temos ocorrências por tipologia, podemos analisar por tudo. Isto são os acidentes rodoviários, são acidentes com pessoas. Eu posso escolher por exemplo, atropelamentos, e aqui tenho os atropelamentos na cidade, as zonas onde existiu um atropelamento. Nós podemos trabalhar todo o tipo de informação, todo o tipo de dados. A nossa função é essa.

CF - Essa Plataforma que me mostraste há pouco, é a Plataforma base do Centro Operacional Integrado de Lisboa?

JT - É.

CF - Que é um espaço, uma estrutura física.

JT - É uma estrutura física que existe provisoriamente na Rua Alexandre Herculano, mas esta é a plataforma base que eles utilizam, para carregar dados, as ocorrências etc. É a Plataforma que eles utilizam para a gestão diária. Portanto, a Polícia e o Departamento de Bombeiros e a Proteção Civil etc. e depois todos os outros serviços podem utilizar a Plataforma. Nós temos mais de oitocentos utilizadores registados na Plataforma.

CF - Olhando para o Site do Lisboa Inteligente, algumas iniciativas parecem ter objetivos muito próximos uns dos outros. Por exemplo, qual a diferença entre o Lisboa Aberta e *Smart Open* Lisboa? Porque é que as duas são necessárias?

JT - São totalmente diferentes. Enquanto os Dados Abertos [Lisboa Aberta] é uma iniciativa que tem um Portal, com mais de trezentos conjuntos de dados, que são abertos ao cidadão, que o cidadão pode utilizar para os fins que bem entender, o *Smart Open Lisboa* é o que nós chamamos Iniciativa SOL, é uma iniciativa virada para as *start-ups*, em que o município e diversos parceiros apoiam as *start-ups* com algum potencial e que utilizam a cidade de Lisboa como o local de testes. É uma iniciativa virada para *start-ups*, para apoio a *start-ups*, enquanto o Portal de Dados Abertos é um portal de dados abertos que essas *start-ups* podem utilizar, mas o Portal pode ser utilizado por jornalistas, historiadores, estudantes, pessoas individuais, quem quiser. São coisas diferentes. O outro é uma iniciativa com *hackathons*, aquelas coisas normais do ciclo de vida das *start-ups* em que as *start-ups* são convidadas a responder a problemas da cidade. Pode ser problemas de mobilidade, de tráfego, de energia, de água. É uma iniciativa completamente diferente: um é um Portal e o outro é uma iniciativa onde são selecionadas *start-ups* e as *start-ups* são acompanhadas e testam coisas na cidade.

CF - E têm acesso a outros dados também, não disponíveis no Lisboa Aberta?

JT - Sim, podem ter acesso a outros dados, sim.

CF - João, como tem sido no LxDataLab a experiência de envolvimento das várias Universidades? Eu vi no site que envolve universidades e o ecossistema de inovação de Lisboa, nos desafios para o desenvolvimento de soluções para a CML. Como tem sido essa experiência de envolvimento desses parceiros, e se há outros tipos de parceiros e o que é que vocês pensam que esses parceiros ganham com essa parceria? A Câmara ganha novos dados e novos serviços de dados. O que é que eles ganham?

JT - Todos estes parceiros assinam um protocolo conosco. O que é que é as duas vantagens que existem para ambas as partes? Nós temos a vantagem de poder experimentar coisas, ensaiar soluções de analítica recorrendo ao conhecimento que as universidades têm. A analítica de dados neste momento é algo muito procurado, é muito caro, e nós temos a hipótese de testar soluções de analítica e de experimentar soluções de analítica. As faculdades, a grande vantagem que têm, é ter acesso aos dados. Porque na realidade a coisa mais difícil, às vezes para as Universidades, é poder testar os seus modelos, testarem aquilo que fazem, em Mestrados e Doutoramentos, os Professores etc., testarem em cima de dados reais, em cima de dados de uma cidade. E nós, neste momento, temos uma riqueza muito grande, porque já temos alguma quantidade de dados bastante significativa, bastante variada, e essa riqueza permite às Universidades trabalhar em cima de dados reais, para responder a problemas concretos da cidade, e isso para elas é inestimável neste momento. Tem um valor muito grande. Portanto, há estas duas vantagens, por isso é que nós temos candidatos de parcerias com Universidades Internacionais também, porque tem uma grande procura por causa da diversidade e quantidade de dados que temos disponíveis para fazer a analítica.

CF - E dentro da CML, quais seriam assim os departamentos que mais propõem desafios para vocês, ou que mais têm buscado o serviço de vocês, de produção de dados e de serviço de dados?

JT - A mobilidade, as finanças também, no último ciclo até as infraestruturas, até os cemitérios, portanto é muito variável. Neste momento temos muitas áreas que estão interessadas em trabalhar os seus dados. E outras não tanto, a começar a trabalhar os seus dados. Não tão ligado ao Laboratório, mas em começarem a ligar os seus dados, a criar fontes de dados e a ligar essas fontes de dados à Plataforma no sentido de poder trabalhar depois os dados. E isso é muito importante também. Temos gente, neste momento, de muitas áreas interessadas, mesmo empresas municipais.

CF- A Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local não tem nenhum projeto com vocês?

JT - Não. Mas nós, o que fazemos sempre, é - como naquela iniciativa que eu, há bocado, mostrei para você, que é a Oficina de Dados - nós realizamos diversos eventos durante o ano para, no fim, namorar um bocadinho os serviços, para virem ter conosco se precisam de ajudam. Porque nós não utilizamos os dados para nada, nós somos um prestador de serviços. Precisamos sempre de clientes internos para fazer as coisas. Mas por acaso nada temos com a habitação neste momento.

CF - Mudando um bocadinho o nosso assunto, quais são as questões mais sensíveis no vosso trabalho sobre a proteção de dados dos cidadãos e quais têm sido as opções tecnológicas adotadas para garanti-las?

JT - Neste momento, tudo o que mete privacidade nós não utilizamos. Ou seja, de todos os dados que utilizamos, nenhum deles tem dados pessoais. E fugimos disso a sete pés, não queremos ter esse tipo de problemas. Todos os tipos de dados que utilizamos são sempre dados completamente anonimizados. São dados de temperatura, são dados de trânsito, são dados disto e daquilo e não tem dados pessoais. Quando há alguma coisa que possa ter minimamente alguma hipótese de ter dados pessoais, ou não utilizamos ou conseguimos anonimizar. Portanto, os dados em si que têm dados pessoais, nunca

utilizamos, nunca. Nunca os partilhamos, nada. Vamos sempre pela segurança máxima, não o fazemos, não o utilizamos, não queremos nada com dados pessoais.

CF - Sobre as questões da participação, percebe-se que a participação é bastante estimulada pela CML, tem sido nos últimos tempos, e aqui também, na vossa Plataforma Lisboa Inteligente, ainda que através de determinados atores chave, como a Academia, os Inovadores Sociais, mas estimula-se essa participação no sentido do desenho de ferramentas para a inteligência de dados de Lisboa. E no desenho do próprio Centro de Gestão de Inteligência Urbana de Lisboa, ou no desenho do próprio Centro de Operações. Houve ou haverá alguma discussão que vocês acham que faz sentido haver, alguma discussão mais alargada com a Sociedade Civil para definir linhas de ação, opções tecnológicas, níveis de participação? Como tem acontecido noutras cidades essas discussões.

JT - Quer dizer, dentro daquilo que são as opções internas do próprio município, em termos tecnológicos etc., isso é feito, por exemplo quando a CML, como agora, está a tentar preparar um investimento para discutir a sua estratégia de transformação digital. E essa estratégia já tem uma discussão pública, e é nesse momento que essas coisas são feitas. Depois quando vai para a implementação, são concursos públicos ou abertos às diversas empresas. A nossa plataforma é totalmente aberta, com open standards, portanto permite receber soluções de diversas empresas e é bastante transparente nesse ponto de vista. Agora, no Centro Operacional Integrado, aquilo é uma coisa de tal maneira técnica, não tem grande sentido poder-se abrir a discussão, quer dizer, porque essa discussão seria sempre a montante do que ia ser feito, ia ser feita sempre muito antes, a um nível muito mais alto do que a um nível tão operacional como é aquele.

CF - E o vosso sistema, acabaste de dizer que conseguem receber e incorporar outros códigos. É possível também, no caso de alguma *start-up*, ou alguma universidade, requisitar os códigos de algumas das ferramentas desenvolvidas por vocês? É possível haver esse compartilhamento?

JT - Sim, por nós não tem grande problema. Aliás, até já discutimos isso com o Porto. E toda a base da nossa plataforma é software aberto, é *fiware*, um protocolo aberto europeu e, em teoria, qualquer empresa pode ir à *Fiware Foundation* e tirar as peças e montar uma plataforma igual à nossa. É tudo software aberto, é importante, tem sido uma preocupação desde o início, no sentido de criarmos uma plataforma que possa receber módulo de diversos fabricantes.

CF - Sobre aquilo que, na minha perspectiva, são as iniciativas mais robustas que estão no Lisboa Inteligente – o Centro Operacional, a Plataforma Gestão Inteligente e o Laboratório de Dados - qual é a perspectiva de complementaridade que vocês têm para essas ferramentas?

JT - Eles são muito complementares. A plataforma é, digamos assim, o ponto principal, é a ferramenta principal porque é ela que permite fazer tudo. Eu posso partilhar aqui um slide que clarifica o que é a plataforma. [partilha de ecrã]. Isto explica um bocadinho o que é a plataforma. A plataforma é o quê? Nós temos dados que entram de diversas zonas, e esses dados podem ser dados de parceiros, podem ser dados municipais, podem ser dados da internet diretamente, vão todos para a plataforma. E a plataforma integra esses dados ao Centro Operacional Integrado, partilha esses dados com o cidadão, nós temos

uma *app* que é a Lisboa 24, que está disponível em OS Android, onde se partilham dados pelo telefone. A plataforma é utilizada pelos serviços municipais. E depois há outra coisa muito importante que é: cada vez que os serviços municipais querem montar um projeto de *smart city*, antigamente o que é que teriam de fazer? Teriam de montar os sensores, tinham que montar os equipamentos, fosse lá o que fosse, e depois tinham de ter uma plataforma para poder mostrar os dados e poder gerir o projeto. Neste momento, a Câmara já tem essa plataforma. Por exemplo, nós agora estamos a construir uma rede, quisemos e lançamos o concurso, para ter os dados sobre temperatura, precipitação, dados atmosféricos de poluição do ar, ruído, de quase cem pontos da cidade de Lisboa. O que é que nós fizemos? O habitual seria o quê? Lançar um concurso, comprar os sensores, comprar essas coisas todas, comprar uma plataforma para receber os dados, fazer isso tudo. Nós agora quando lançamos o concurso, só queremos comprar os dados, nem sequer os sensores compramos. Porque compramos um serviço de dados, só queremos os dados em bruto, porque os dados depois vão ser integrados na plataforma e nós queremos os *dashboards* para os dados aparecerem para os diversos tipos de utilizadores. Isso facilita muito o desenvolvimento de projeto de *smart cities*. Ao mesmo tempo a plataforma alimenta o nosso portal de dados abertos, portanto a plataforma é o centro disto tudo, do Centro Operacional Integrado, todas essas coisas funcionam à volta da Plataforma, e depois todos os dados que isto produz, que estão aqui, ou na plataforma, o no portal de dados abertos, ou outros dados que vêm de fora, alimentam o Laboratório de Dados Urbanos de Lisboa. Todas essas coisas estão realmente ligadas. Sendo que a plataforma é realmente uma ferramenta muito importante para nós podermos integrar os dados, até porque nós próprios temos uma plataforma de ferramentas que nos permitem fazer analítica aos próprios dados, logo em cima da plataforma, e isso é uma grande vantagem e dá-nos uma capacidade e uma autonomia que é muito importante.

CF - Quais outras iniciativas que gostavas de destacar, dentro do Lisboa Inteligente, que consideras especial ou de maior relevância dentro das várias em desenvolvimento? Falamos aqui no Centro Operacional...

JT - Sim, acho que há várias coisas que são importantes para nós. Uma importante é, para já, consolidar aquilo que estamos a fazer, consolidar e levar até ao fim aquilo que estamos a fazer e potenciar a plataforma, com todas as áreas que ela neste momento já tem, e isso é muito importante. Outra área importante é a capacitação dos recursos municipais, porque ao trabalhar com estas ferramentas é um dos maiores desafios é que não se pode ter um carro se não se souber conduzir. E isso é um dos maiores desafios que nós temos, é qualificar os recursos municipais e, isso em termos mesmo da nossa equipa, continuar este esforço de envolvimento dos serviços municipais, para cada vez mais se passarem a basear as suas decisões, fundamentadas e baseadas em dados, e isso é um trabalho muito importante. E isso às vezes não é o trabalho mais fácil, ou seja, o grande desafio é um desafio interno, no sentido de mudar a forma como nós trabalhamos. Implementar tecnologia é fácil, mudar as organizações é muito mais difícil. O grande desafio que nós temos neste momento é a Câmara habituar-se e mudar os seus processos de trabalho para poder começar a prestar serviços digitais de uma forma completamente diferente e

passar a utilizar os dados. Eu costumo dar o exemplo sempre dos bancos: eu já não sei há quantos anos é que não vou ao meu banco físico, já não faço ideia. Não em lembro de ir ao meu banco físico, mas consigo tratar de tudo ao telemóvel ou no site do banco. Para os bancos poderem fazer isso eles tiveram de mudar toda a forma como trabalhavam internamente, passar a trabalhar por processos ao invés daquelas hierarquias do chefe para baixo e para cima, é impossível trabalhar assim. Tiveram de passar a trabalhar de uma forma completamente diferente. E esse trabalhar diferente é que permite a produção de dados, e permite trabalhar com muito mais eficiência, e permite entregar serviços digitais ao cidadão. Permite que o cidadão tenha uma resposta muito mais rápida e essa mudança é a mais difícil. A mais difícil não é a tecnológica, a mais difícil é internamente nós mudarmos a forma como trabalhamos e fazemos as coisas. Esse é sempre o grande desafio, é um desafio interno. Externamente, uma iniciativa que é muito importante para nós, além de potenciarmos aquelas que já temos, é uma que já temos adjudicada e que vamos lançar para o ano no terreno que é a criação de uma rede Lora em Lisboa, uma rede pública e gratuita. Não sei se sabes o que é uma rede Lora, possivelmente não. É uma rede de comunicação wireless a sensores. O que é que ela permite? Permite que se consiga montar sensores no terreno sem precisarem de energia e sem precisarem de cartão de dados ou outra coisa qualquer. Porquê? Porque a rede Lora consome muito pouca energia, um sensor com uma bateria pode durar, seis, sete, oito, nove, dez anos no terreno e esses sensores comunicam os dados via wireless, não precisam de fios nem nada. São fáceis de colocar, são baratos, e o que nós estamos a fazer é a colocar uma rede dessas, Lora, em toda a cidade de Lisboa e aberta ao público. Eu acho que vai ser uma grande iniciativa, pensamos nós, no sentido de Lisboa se tornar uma cidade realmente inovadora, para que as universidades, os cidadãos individuais, possam utilizar esta rede, sei lá, para controlar a rede de rega que têm em casa, para controlar seja o que for. Ou as Universidades fazerem investigação, ou o Município de Lisboa instalar sensores, por exemplo, aqueles sensores de contentores de resíduos sólidos que eu mostrei há bocadinho, são sensores que cada um deles tem o sensor e depois precisa de um cartão de dados, para comunicar. Esses cartões de dados, como trabalham em cima de uma rede GSM consomem muita energia, as baterias vão-se abaixo muito rapidamente. O cartão tem custos, como nós sabemos os cartões de dados têm custos, portanto, nós queremos substituir isso por Lora, e aí eu não tinha o custo nem do cartão de dados, as baterias durariam muitos mais anos e são mais fiáveis. Nós achamos que este tipo de democratização da rede e da possibilidade de as pessoas poderem comunicar em cima de uma rede Lora pública, gratuita, aberta a todos, vai promover muito a inovação e a criação de dados. Sejam municipais, sejam particulares. Acho que é uma iniciativa muito relevante que nós vamos lançar para o ano. Já está adjudicado. A empresa já está a trabalhar, por isso, em princípio, no segundo trimestre já estará a funcionar.

## Q. ENTREVISTA A JOÃO CARLOS FERREIRA

Entrevista a João Carlos Ferreira, coordenador da participação do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa no *LXDataLab*, feita em 03 de novembro de 2020, por videoconferência [21min11s]

[Legendas]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

JCF- João C. Ferreira

CF- O que é e o que pretende o LXDataLab?

JCF- Essencialmente é poder-se partilhar dados para resolver desafios que sejam do interesse da Câmara Municipal de Lisboa [CML] e servem ambas as partes. A CML tem resolução de problemas, através de projectos e trabalhos, e nós temos acesso a dados de zonas mais próximas de nós. Essas iniciativas já existem em vários países, portanto em Portugal é das primeiras a aparecer. É mais agradável trabalhar com dados mais locais, ou a nível nacional, do que estar a trabalhar com dados de outros países, e poder criar um fator de comparação.

CF- Como se deu a associação do ISTAR-Iscte no LxDataLab?

JCF- O protocolo foi feito com o ISCTE em geral. Fui eu que estive à frente da iniciativa, sou eu que faço a interface e o Istar aparece um bocado porque eu pertença ao Istar, mas a iniciativa está aberta a todos os investigadores do ISCTE.

CF- Em quais desafios o ISTAR-Iscte está envolvido, como são formadas as equipas e quais são os resultados esperados?

JCF- Os desafios são disponibilizados pela CML. O que acontece, muitas vezes, enviam-nos e-mails internos, para divulgar e essencialmente divulgo. Uso muito os temas para teses do mestrado em que eu sou director, em Business Intelligence [Mestrado de Sistemas de Apoio à Decisão], e também para trabalhos de disciplinas. Neste momento temos seis teses de mestrado com desafios da CML, já tivemos duas que terminaram. E uma disciplina, também deste mestrado, que era 'Aplicação de [inaudível]', no semestre passado, em que fizemos a resolução de três problemas da CML no âmbito desta disciplina. Portanto, basicamente é isso que tem sido feito com teses e trabalhos de disciplinas.

CF- Há informação disponível sobre essas teses?

JCF- Sim. Embora a informação nem sempre seja fácil de aceder. Elas estão públicas, estão a ser entregues agora, algumas, e vão estar disponíveis. Se tu quiseres pesquisa na base de dados do ISCTE de teses concluídas, mas se calhar o mais simples é eu mandar-te uma lista, se não vais te perder à procura da informação.

CF- Quais as principais diretrizes tecnológicas vocês têm adotado na solução dos desafios em que estão envolvidos?

JCF- Essencialmente o que fazemos é uma componente de análise de dados. Fazemos o típico, é tentar perceber os dados, o problema, fazemos a limpeza dos dados, carregamos, fazemos visualização e depois muitas vezes criamos o chamado big picture e aplicamos algoritmos preditivos ou de clustering para tentar perceber, um bocado em função do problema, onde está o desafio. Por exemplo, tivemos já dois ou três casos que fizemos da idade dos edifícios de Lisboa. O que fizemos foi sempre uma análise muito descritiva de quando havia mais problemas, zonas da cidade, a janela espacial e temporal, trabalhamos muito isso. A parte preditiva aí não foi tão forte, porque é mais complicado, porque não temos dados suficientes. No caso das bicicletas partilhadas também fizemos uma componente de análise, de perceber para onde é que as pessoas usam, movem-se e perceber um bocado o balanceamento de cargas nas estações. Basicamente é isso que temos estado a fazer.

CF- Na Plataforma Lisboa Inteligente, na descrição dos desafios há sempre um gestor do desafio. A minha pergunta é, como é definida essa pessoa e qual o seu papel?

JCF- Até agora não tive mais colegas. Tive uma ou duas colegas que mostraram interesse, como a Sara, mas ainda não se concretizou. Neste momento, no ISCTE, maioritariamente sou eu, mas isso está aberto a qualquer docente e era bom que aparecessem mais casos porque, se formos ver, a comparação da participação do ISCTE comparado com a Nova é muito inferior. Porque a Nova está com uma equipa muito grande.

CF- A Nova que tem um Centro mais focado em dados, não tem?

JCF- Eles estão a usar os Desafios também no Mestrado que criaram do Data Science, e também usam muito aquilo para incentivar os alunos com casos reais.

CF- A descrição dos desafios, na plataforma Lisboa Inteligente, sempre traz destacados os 'Beneficiários' dos desafios que, invariavelmente, são departamentos da CML. Mas é possível também pensarmos em beneficiários externos à CML? De que modo achas que o trabalho desenvolvido nesse Lab beneficia também os cidadãos e as universidades?

JCF- Maioritariamente o beneficiário é a CML, mas a iniciativa está aberta a empresas que partilhem dados. Por exemplo, no caso das bicicletas partilhadas, não era só a CML, a EMEL também era beneficiária. As Universidades, o que ganham é, essencialmente: precisamos de problemas reais nestes mestrados de Data Science e muitas vezes os acessos aos dados são um problema. Com o problema da privacidade e da protecção de dados, é sempre um problema ter dados reais. E isso permite trabalhar em situações reais, em que há interação do aluno com o gestor da CML. Vez em quando faz-se reuniões, apresenta-se, num ambiente académico em que estamos ligados à realidade. Também, de vez em quando, consigo esses problemas com empresas, mas o problema com as empresas é que muitas vezes tem de se fazer um acordo, um NDA, e isso demora algum tempo e muitas vezes não é compatível com as janelas temporais dos mestrados.

CF- Os produtos desses desafios são aplicações que são disponibilizadas para Câmara?

JCF- Ao fim e ao cabo o output às vezes pode ser uma plataforma em código aberto que pega nos dados e faz análises pré-definidas e dá outputs. Mas, maioritariamente, o que temos feito são apresentações,

não temos estado a entregar, embora esteja disponível o código. Mas o que a gente tem feito é apresentar os resultados e criar alguma interação com base nisso.

CF- São sites que a Câmara decide depois o que fazer com aquilo?

JCF- Sim, do trabalho que se fez ano passado, o output foi tentar explorá-lo de forma mais profunda este ano. Agora, os resultados, a CML depois também os vai utilizar e usar isso para melhorar internamente os processos. O cidadão beneficia a seguir. A CML, ao melhorar processos ou perceber melhor, por exemplo, no caso das bicicletas, como é que é o balanceamento... Se agir, e tem informação para agir, e em consequência disso prestar um serviço melhor ao cidadão. Essa é a vantagem, portanto, os dados, quando trabalhados, criar conhecimento e esse conhecimento poder ser usado. Por exemplo, estamos a fazer análise de trânsito, vamos identificar fatores de congestionamento, e isso pode ser importante para tentar libertar um bocado as vias. Depois, as ações é que estão do lado da CML.

CF- Achas que há oportunidades para partilha entre as várias universidades envolvidas nos vários desafios, para que vocês aprendam uns com os outros e otimizem recursos?

JCF- Há, isso está a acontecer. Este ano tivemos uma iniciativa em que juntámos a Faculdade de Arquitetura, o ISCTE e a Nova, e estamos a resolver problemas em conjunto, ou a começar a resolver problemas em conjunto. Foi iniciado este ano, e vamos ver depois os resultados, daqui a seis meses ou coisa assim, mas estamos a trabalhar em equipas, inter universidades.

CF- Esses protocolos se deram o ano passado?

JCF- Acho que foi há dois anos, 2018, foi um protocolo. Se fizeres uma pesquisa na internet talvez encontres a data. Houve um evento na CML, onde estiveram presentes os representantes das várias universidades. És capaz de retirar essa informação do site do laboratório.

CF- Nessa interação entre academia e governo local, quais são os principais desafios e oportunidades?

JCF- Acabei há um bocado a dizer isso indiretamente. As oportunidades é estarmos a trabalhar em casos reais, com dados reais, e poder ter no nosso ensino, um ensino mais aplicado, em que os alunos também beneficiam de problemas reais. E isso é importante para os mestrados muito relacionados com *Data Science*, porque grande parte dos problemas académicos são muito formatados e a realidade depois é completamente diferente. Isto cria uma perspetiva mais real aos alunos, de onde é que existem os problemas. As coisas não são bem formatadas, não é tudo ali a bater certinho. Isso fá-los crescer e é positivo para ambos os lados. Em vez de estarmos a resolver problemas que nós inventamos, estamos a resolver problemas que possam interessar a terceiros.

CF- Isso é como oportunidade. E como desafio?

JCF- Desta colaboração também saem resultados interessantes e temos estado a publicar, que é outro interesse nosso, a publicação científica. O caso real da análise e a riqueza que os dados têm permitem esses desafios da publicação e comparar com outros casos, noutras cidades, etc. E isso permite abrir outras oportunidades de investigação mais aplicada e é positivo para ambas as partes.



## R. ENTREVISTA A NUNO WEMANS

Entrevista a Nuno Wemans, representante do Clube Intercultural Europeu, responsável pelo projeto Espaço C3, realizada em 21/06/18, no Espaço C3, Lisboa [19m55s].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

NW- Nuno Wemans

CF- Por que vocês optaram por fazer um financiamento coletivo? Eu sei, claro, que o BIP/ZIP tem um limite de 50.000 para o financiamento e as necessidades das associações são sempre maiores, mas há outras possibilidades de de financiamento, por que vocês pensaram no crowdfunding?

NW- Duas razões principais, penso eu. No início, só para explicar, houve algumas razões que provocaram a necessidade de maior financiamento: aqui, o espaço estava bem pior do que nos tinham informado, houve necessidade, por exemplo, de instalar janelas, estava tudo bem aberto. Era um espaço muito agradável e, portanto, para corresponder às expectativas da população, que era a renovação de espaços para um uso melhor do que era antes, foi preciso um investimento muito superior ao que estava previsto em BIP/ZIP. Depois, por que crowdfunding? A primeira razão parece que é simples, acho que se aplica aos outros projetos, que é: parece-nos uma causa que faz sentido sermos todos a andar um pouco, ou seja, há uma causa interessante em que as pessoas se podem aliar e, portanto, neste sentido, fez sentido que fez sentido o financiamento colaborativo, porque cada pessoa contribui um pouco para o montante, fica um pedacinho de si nesse projeto. E as exigências não são assim muitas em nível financeiro, portanto são 5, 10, 20, se possível, mas foi uma dinâmica assim de contribuir com um pouco ao qual se associaram, e esta é a segunda razão por que nós optamos pelo crowdfunding ao qual se associou a comunidade. Ou seja, não éramos nós a pedir só, não era o clube, como associação, a pedir, era toda uma comunidade que pedia. E foram feitos, na preparação do crowdfunding, foram feitos jantares solidários, foram feitas festas, aqui, na comunidade, os jovens envolveram-se muito, portanto, no vídeo como nas fotos que iam enviando para a campanha, portanto sentimos que não só a questão do financiamento que veio de cada pessoa que contribuiu, mas também é uma boa maneira de envolver a comunidade, aprender mais e sentir que o projeto deles e esse sentimento continua até hoje.

CF- Fixe, você já está respondendo, aqui, minha terceira pergunta que era sobre como foi a campanha, a mobilização, se vocês tiveram um público-alvo e se vocês fizeram ações fora do que pode ser feito dentro da plataforma. Então, sim, vocês optaram pelo crowdfunding como uma possibilidade de envolver já a comunidade e, para isso promoveram uma série de atividades no bairro, para divulgar a campanha, para envolver as pessoas no todo que é o projeto? Porque o projeto, eu sei também que não era só a reforma do espaço.

NW- Não, até porque o crowdfunding foi especialmente dirigido a dois dos espaços que eram direcionados exclusivamente à comunidade, que é o espaço jovem, que esse fica no rés-do-chão, que é um espaço que o grupo de jovens informal, um grupo de jovens que se formou do nosso outro projeto, que é do Programa Escolhas, que pediu porque queria ter o seu espaço. E o estúdio de multimédia que situa cá em baixo, mas que também é para o grupo de jovens, neste momento também vai ser utilizado pelo *coworking*, mas sobretudo pelo Grupo de jovens, por exemplo, para a continuação das *web* rádios que eles têm e outras dinâmicas audiovisuais que eles gostam de fazer, que se sentem interessados. E realmente foi também com o peso das duas atividades que têm tudo a ver com a comunidade que nós procuramos o crowdfunding e, como é uma dinâmica interna, fez todo o sentido para a comunidade participar.

CF- E vocês observaram, de fato, o envolvimento da comunidade no financiamento?

NW- Sim

CF- Na plataforma dá para a gente ver quem faz as doações?

NW- Não, no financiamento, não temos. No financiamento, foi mais pessoas ou associadas ao Clube ou a contactos que o Clube tinha fora do bairro, ou seja, a comunidade pediu, mas atendendo à realidade, não é? São pessoas cujo rendimento não permite. O que nós fizemos foi uma pequena recolha durante esse jantar solidário e durante a outra festa que houve, mas considerando a realidade das pessoas, porque o nosso intuito também era mais apelar para a restante parte de Lisboa que contribuisse, sobretudo através dos contactos. O Clube Intercultural atuou muito na área das mobilidades europeias e houve muitas contribuições de fora, de pessoas que estão a viver fora que, puxados pelos amigos, então, houve várias contribuições da Bélgica, por exemplo, da parte de uma pessoa que faz parte dos órgãos sociais do Clube, da França, também, alguns parceiros contribuíram, como disse, os novos órgãos sociais ou as famílias e amigos deles. Foi mais através de contactos pessoais, sabes? E até, a uma altura, nós sentimos alguma dificuldade em atingir... houve ali um período que, isto é, Portugal, os portugueses costumam esperar até à última, mas houve ali um período, quando atingimos um último mês do prazo, em que estava bastante difícil de arranjar, e o que aconteceu foi que, no final do prazo, tínhamos bastante mais do que o limite. Então tínhamos ali ultrapassado o limite, mas houve ali um período de tensão, em que passamos semanas a telefonar, a ligar e mandar mensagens, chatear, mas passava sempre muito pela rede de contactos nossa.

CF- Sim, e tendo as pessoas do bairro como importantes na campanha, em formas de divulgar e ampliar assim o *buzz*, legal. E como foi a escolha da plataforma? Também existem algumas plataformas de crowdfunding, por que vocês escolheram a que vocês escolheram?

NW- O Novo Banco é nosso banco, do Clube. Não só isso, mas também o facto de, em termos muito práticos, fazerem a contribuição de 10%, isso, para nós, foi determinante.

CF- Se a campanha não consegue, sozinha, atingir, o Banco entra com uma parte, é isso?

NW- Não, é: atingido o objetivo, eles entram com uma parte.

CF- Ah, no Brasil, eu conheço plataformas assim: até a deadline, se não consegue atingir o objetivo, a plataforma entra com uma parte para ajudar. Mas, aqui, não é o caso, precisas mesmo atingir o objetivo e, aí, tem algo a mais.

NW- É, eles comprometem-se a dar. Também tem a ver com a dinâmica do crowdfunding, ou seja, não se pode recomeçar tudo, por exemplo, se tiveres só 20 euros, o banco não vai contribuir com 200. Mas foi uma opção bastante boa para nós, porque, como podes saber, estes projetos precisam que seja 1% a 10% do financiamento que conseguimos. Mas, sim, neste momento estamos a pensar em renovar, em fazer outra campanha de crowdfunding.

CF- E essa seria minha próxima pergunta, se vocês já utilizaram outros dispositivos tecnológicos em outros projetos e se pretendem usar para novos.

NW- Temos utilizados essencialmente para o mesmo, neste momento, as obras estão a terminar, a aquilo que falta, neste momento, nas obras é a parte de cima, como eu disse, o espaço jovem. Mas, por exemplo, para o estúdio de multimédia, nós, neste momento, não temos todo o equipamento que gostávamos de ter, que envolvia dispositivos de reprodução e edição de áudio e vídeo, e gravação também, portanto, é um próximo passo: não apontaram para tanto, como nós apontamos. Nós apontamos para 5.000, talvez não seja necessário. Mas isso continua a fazer sentido para nós e, em princípio, estaríamos a pensar através de um Novo Banco para fazer para fazer. Embora estejamos, neste momento, a pesquisar outras plataformas também, são só para saber também o que...

CN- Vantagens e desvantagens, não é?

NW- Sim.

CF- Pode me falar mais sobre o Clube Intercultural Europeu, o que são os objetivos? Eu sei que vocês já tiveram vários outros projetos BIP/ZIP também.

NW- Sim. E, em relação à questão da mudança que os BIP provocam, nós, na nossa experiência do BIP/ZIP e também do Programa Partes da Gulbenkian, do projeto sementes que é do Programa Escolhas, nós sentimos que, sinceramente, a principal diferença que nós tínhamos notado é a capacitação da comunidade. Ou seja, uma coisa é tu fazeres um projeto para um centro comunitário ou para pintar os muros, fazer arte urbana etc., mas, ao longo disso, ou por trás disso, existe toda uma capacitação da comunidade. Ou seja, a comunidade começar a conhecer este tipo de processos, começar a perceber possibilidades de financiamento aos projetos que interessam, perceber e responder aos problemas que o território tem. E, como resultado disso, por exemplo, agora nesta candidatura BIP/ZIP, o Clube mais a Santa Casa, que são nossos parceiros habituais aqui no território, conseguimos apresentar, em conjunto com a associação de moradores da Quinta do Lavrado, um projeto BIP/ZIP em que eles são os promotores. Ou seja, é um grande passo, eles já não são o recetáculo do projeto BIP/ZIP, mas são os próprios a promover, obviamente que sempre com nosso apoio.

CF- E esse projeto é agora, no ciclo de 2018?

NW- Sim, foi aprovado. E envolve especialmente a reabilitação do espaço lá em baixo, porque, lá em baixo, não sei se conhece, mas a nível de respostas sociais, são muito poucas, pelo menos as que estão

sempre disponíveis para a população. Portanto, eles pensaram em usar a sede da associação deles, que estão agora reabilitar, portanto já está quase concluída a obra. Também para ter, por exemplo, apoio a estudos, a desporto e inclusão social, também, eventualmente, uma sala de inclusão digital, em que a proximidade é chave. E em que são os próprios a gerir essas atividades. Em relação também à questão das tecnologias digitais, RECOV, *Rethinking Collaborative Values for public services*, é de 2020, em que a primeira fase do projeto é sobre isso. E, agora, vamos estar em um encontro internacional sobre isso que é como é que as ferramentas tecnológicas podem ajudar a aproximar as diferentes culturas no território local. Neste caso, um projeto nós estamos com instâncias administrativas, mas a maior parte são municípios, câmaras municipais. Mas, nós, aqui, faz sentido mais pensar no território, Penha de França, Beato, Olaias, e pensar na forma como certas ferramentas digitais que podem ajudar, ou não, a aproximar a população do dos servidores políticos. Portanto, continuamos a sentir muito esse problema de comunicação aqui neste território. Há uma do sentimento dos habitantes deste território de que são um bocado ignorados, são as opções políticas nunca estão a pensar neste território, que as respostas sociais atingem outras partes das freguesias, mas não a deles, portanto que não usam as ferramentas que já existem, ou nem as conhecem, e, portanto, só para dizer que nós também estamos bastante envolvidos.

CF- Como que eu consigo acompanhar isso: Tem um site, uma página, algum sítio?

NW- Sim, eu posso te encaminhar através do e-mail que me enviaste, e também um descritivo do projeto.

CF- Está bem, obrigada.

NW- O projeto também pressupõe não só eventos internacionais, mas também caminhos locais, em que nós, em princípio, nestes próximos seis meses, vamos organizar um ou vários eventos sobre este tema.

CF- Aqui?

NW- Sim.

CF- O meu doutoramento lá no ISCTE é na arquitetura, o nome do programa é Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, assim grande, mas tem dois ramos, eu estou no ramo da arquitetura digital. Para mim, é algo relativamente novo. Na minha atuação profissional, eu trabalhei, no Brasil, na Caixa Econômica, que é um banco público que opera políticas pública, eu atuei nisso lá e, depois, eu montei um estúdio de intervenções urbanas. Saí do top-down para o bottom-up radicalmente, estou alguns anos já com esse tipo de trabalho com projetos participativos junto às comunidades e, lá, é sempre muito low-tech. Mas estou, aqui, entrando nessa área que, para mim, é nova e não vejo as tecnologias digitais com o deslumbramento que eu vejo muitas pessoas tendo. Eu acho que é mais uma ferramenta que pode ser muito útil nisso que você falou, em aproximar a população dos gestores, por exemplo. Existem muitas ferramentas que não funcionam, que são feitas também para enganar o povo de que há uma participação, de que há uma deliberação que não há. Mas existem alguns casos de sucesso que eu acho que vale a pena a gente estudar. Há uns gaps também, a população mais jovem é muito ativa nessas plataformas, mas a população mais idosa, não. Então, há desafios ainda a superar

NW- Claro, e uma coisa também falamos no âmbito deste projeto RECOV é que, às vezes, também estamos sempre a querer inventar novas coisas e depois a não utilizar aquilo que nós inventamos, ou

seja, querer sempre partir para outra coisa nova, experimentar, mas não experimentar, não atualizar, não melhorar as que já existem. Porque, às vezes, é preciso só uma afinação pequena para aquilo começar a funcionar, ou uma pequena comunicação à população. Mas, pronto, queremos sempre inventar uma coisa nova e já existem tantas coisas. Mas, em relação ao Clube, é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 98 com os objetivos da democracia e do diálogo intercultural, e de educação intercultural, sobretudo. Nós começámos a agir, sobretudo, na área da mobilidade europeia, como disse. Portanto, somos organização de acolhimento, envio e coordenação de tanto do serviço de material europeu, como mobilidades mais curtas como estágios, ou intercâmbios de curta duração, especialmente com parceiros franceses e espanhóis. Mas, depois, em 2014 e 2015, começamos então nesta dinâmica de ação social, quando o projeto sementes, que eu já falei, que é do Programa Escolhas, convidou-nos a assumir a gestão do projeto, na altura houve um problema com o antigo gestor e convidou a associação. E foi nesse momento em que nós entramos neste território. Como se disseste, já fizemos vários BIP aqui, o HIT, que tinha mais a ver com formação e empregabilidade, depois, outro projeto de empregabilidade do Roteiro Emprega, o C3, o centro comunitário da Curraleira e, depois, também o Projeto Paredes a partir do Programa Parte da Gulbenkian, em que esse foi um projeto de recolha de memórias e ia a reabilitar várias murais através da arte urbana, mas, sobretudo, utilizando as memórias que as pessoas tinham da antiga Curraleira e fazendo ações documentárias por processos participativos, escolhendo padrinhos para cada mural, para fazer ligação direta entre população e artista. É todo um trabalho que nós estamos vindo a fazer sempre com a qualidade, sempre a escutar primeiro, antes de fazer o projeto, e sempre tentando ao máximo responder às necessidades.

CF- E é uma associação daqui ou uma associação mesmo europeia? Assim, vocês têm representações em outros países europeus?

NW- Nós pertencemos a duas redes internacionais, mas não temos representação. Ou seja, nós, enquanto associação, estamos representados na rede ALDA, que é para a democracia local, e nos FICME, que são uma federação internacional de educação e formação, na área sociocultural.

CF- OK, o europeu entra nessa articulação em rede com outras associações.

NW- Sim, e depois através do *Eramus+*, que nós somos acreditados. Temos vários parceiros dependendo dos projetos que fazemos. Mas aí é mais por projeto, porque temos o FICME e a ALDA, que somos membros dessas representações.



## S. ENTREVISTA A JOANA PESTANA LAGES

Entrevista à Arquiteta Joana Pestana Lages, da equipe do projeto Fórum Urbano, realizada no dia 14 de junho de 2018, em Campo de Ourique, Lisboa [56m24s].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

JP- Joana Pestana Lages

JP- Vou te mostrar o *mockup* da nossa plataforma. Tem uma dinâmica de arquivo, de listagem dos próprios projetos no mapa, uma pesquisa com mapa. Nossa atividade final é um manual, portanto é um manual de desenvolvimento local que parte dos projetos BIP/ZIP.

CF- Da experiência dos projetos?

JP- Sim, depois, isto é só o *scroll*, só a página. Indo para um sítio, nós temos um mapa com as freguesias, este, ainda existem as freguesias antigas, e com os projetos e com os territórios. E depois há uma pesquisa por tema. Nós mudamos os agentes para parceiros, que agentes, percebemos que não funcionava, as pessoas não...

CF- A palavra agência.

JP- A palavra agência não era clara. Como nisto o intuito é ser o mais... é isto, os signatários, portanto. E, depois, a parte do arquivo, portanto, assim que temos. Cada arquivo, cada tema tem uma cor. E, depois isto é o resto.

CF- Aquilo são as fichas dos projetos?

JP- Ali é só a listagem, depois a ficha do projeto. O Fórum tem uma limitação, eu já aceitei, portanto, que é: grande parte do fórum é feito com base, ou seja, as listagens, é feito com base nas candidaturas. Porquê? Porque nós não temos, hoje, o que está disponível são as candidaturas.

CF- E são uma intenção.

JP- São uma intenção. Portanto, isso é uma fragilidade que nós sabemos que existe, portanto também fazemos fé que os projetos nunca são completamente opostos ao que foi proposto, porque há, ou seja, isto é protocolado.

CF- Há um compromisso de realizar aquilo, né?

JP- Há um compromisso, mas o que acontece, o que nós já vimos acontecer nos contactos que vamos fazendo é, por exemplo, tivemos isso com a questão da exposição itinerante, que era nós queremos uma aula aberta sobre um projeto que tivesse uma exposição itinerante, mas, quando contratámos, no final, a exposição não tinha sido itinerante, tinha sido uma exposição, mas que não tinha sido itinerante, portanto há estas pequenas...

CF- Esse tipo de dado é um dado que você tem acesso mais fácil no Brasil, sobre projetos realizados, mas, aqui, a coisa é mais guardada.

JP- Sim. Eu penso que isso agora vai mudar, o que nos foi indicado é que, a partir de agora, neste ano, o que vai ficar disponível são, obviamente, os relatórios de atividade. Portanto, o relatório de atividade são três relatórios entregues, é o que fica disponível, porque o relatório de atividades e o relatório de atividades final é aquele que relata o que é que aconteceu, quando é que aconteceu, como é que se gastou, o que é que se fez.

CF- Será legal se entrar essa informação. Não sei se teremos acesso a uma informação talvez mais próxima do real ao ver os relatórios de prestação de contas e tal, que eu acho que no fundo não são assim tão reais.

JP- Não, não são, porque as dinâmicas, ou seja, isso agora eu sinto enquanto alguém que está dentro de um projeto BIP/ZIP, independentemente de ele ser o Fórum ou outro. Até porque eu tenho outro para fazer para o ano, em princípio, esse foi aprovado, com a minha Associação de Mulheres na Arquitetura, um projeto sobre escolas. Mas, portanto, dentro de qualquer projeto, os relatórios são muito sintéticos e são muito quantitativos. Quantas pessoas é que foram mobilizadas? 342, 273, ou seja, o que nós temos feito é temos feito uma pequena síntese em PDF, por exemplo, concurso é um bom exemplo: fizemos o concurso, concurso é uma atividade. Atividade 3, concurso: foi realizado um concurso, mobilizamos 45 estudantes e não sei quantos professores e foi feito assim, assim, assim, ponto. Portanto, isto está... fora do âmbito, ou seja, o próprio programa tem que ter mecanismos de avaliação e de monitorização.

CF- Acho que já está para entregar, na verdade.

JP- O que me apercebi foi que há componentes ali, eles vão entregar a Carta atualizada. Eu acho que para qualquer revisão da carta tem que haver um componente de qualquer de análise, nem sei se é de avaliação, mas é de análise. Portanto, a partir daí, e essa análise deve obviamente cruzar indicadores que vem dos próprios projetos, por exemplo, Mouraria tem...

CF- Mudou muito nesses últimos 7 anos.

JP- Mudou completamente e tem um sem número de projetos enorme, portanto faz sentido que a maioria continua, por outras razões, mas as razões não são as mesmas. Então, a questão... obviamente, há sempre que haver um componente de avaliação daquilo que eles estão a fazer agora para a revisão da própria carta. Agora, se é uma avaliação do programa, não sei, mas se esta avaliação tem que ser feita, tem. E não pode ser só indicadores quantitativos.

CF- Não, tem que haver um cruzamento, o que pode ser um contributo do Observatório. Eu acho que um grande contributo que o Observatório poderia dar é conseguir fazer uma avaliação mais em tempo real, porque, ok, foi feito todo aquele trabalho que eu acho espetacular, que resultou na carta BIP/ZIP de composição de índices, acho que foi um trabalho bem sério. Sete anos depois, faz-se uma revisão da Carta, mas, novamente, o que a gente vai ter vai ser um retrato da cidade que, daqui um ou dois anos já vai estar desatualizado.

JP- Sim, sim.

CF- Mas, enfim, sobre o Fórum Urbano, me fale o objetivo, o que o Fórum Urbano pretende fazer?

JP- O objetivo, eu acho que se liga muito com o próprio diagnóstico, que é, 7 anos depois, na altura, quando nós fizemos a candidatura, tinham sido feitos 232 projetos e nós percebemos duas coisas: primeiro, que era muito difícil ter acesso à informação sobre os projetos que tinham sido feitos e, depois, embora fosse um programa de parcerias, e isso é uma análise interessante que agora já podemos fazer com mais substância, que embora seja um projeto de parcerias, o que acontece é que não não é possível exponenciar novas parcerias, ou melhores parcerias, ou parcerias diferentes se nós não conhecemos, se não há um sítio, seja ele físico ou digital, onde se possa perceber, por exemplo, quem é que trabalha uma dimensão específica que eu quero trabalhar ou que eu gostava de trabalhar. É um projeto de parcerias, as parcerias funcionam bem, mas também funcionam limitadas àquilo que é muitas vezes as redes que já estão construídas. Portanto, isso é até interessante ver nas parcerias que se repetem e repetem isso às vezes, não é mau repetirem-se, é sinal de que a parceria é forte, sólida e que deu certo, portanto não quisemos nos divorciar. Mas, ao mesmo tempo, também pode indicar que uma outra forma de encontrar novos parceiros, e o e o BIP/ZIP é um programa, que eu acho que o mais interessante do programa é esta obrigatoriedade das parcerias, portanto é obrigatório, pode ser a melhor ideia do mundo, num território que precisa muito, para destinatários que precisam muito, mas ninguém consegue fazer sozinho. Portanto, é esta dinâmica de sempre trazer pessoas, que podem ser de fora, podem ser dentro, podem ser grupos informais, o programa é muito elástico. Portanto, era partir exatamente desse diagnóstico, perceber que não havia, que era muito difícil encontrar a informação sobre o que é que já tinha sido feito para potenciar melhores projetos no futuro. Não era tanto sequer numa dinâmica de funcionou ou não funcionou, era muito também numa dinâmica perspetiva. A partir da experiência, quem é que está a trabalhar? E não era só nos parceiros, era nas temáticas, e depois, num segundo *layer*, já mais muito ligada àquilo que são as políticas urbanas para a cidade, também perceber, nós não conseguimos bem perceber se essa informação não está sistematizada, se nós não estamos a insistir, e por isso é que a questão do Observatório é tão interessante, se nós não estamos a propor projetos de envelhecimento ativo num sítio onde há crianças e projetos para crianças num sítio onde não há crianças. Portanto, como é que nós podemos potenciar daquilo que são as necessidades efetivas de cada um dos sítios? E os retratos muito fixos não acompanham essas...

CF- Sim, e, sobre essa coisa das parcerias, eu ouvi muito, porque tenho feito algumas entrevistas com entidades de finalidades diferentes dentro do BIP/ZIP, e eu ouvi muito isso de que eles sentem essa necessidade de aprender uns com os outros e que o que é exposto como boas práticas, do BIP/ZIP, se são sempre as mesmas boas práticas e que era interessante ouvir outras experiências.

E eu achei interessante ouvir isso, gostavam de conhecer outras experiências para coisas mais práticas, tipo, eu tenho um problema no meu bairro que é, sei lá, muitos cães e eu não sabia que foi realizado um projeto lá noutra parte de Lisboa que tratava dessa questão.

JP- Sim, é exatamente isso, é a ideia de que... a questão da procura, não só de quem é que fez o quê, onde e quando, como também a questão da visualização de alguns projetos, que são projetos que não têm...

CF- Que não têm o apoio mediático que outros têm, mas que também são bons.

JP- Sim, e eu concordo em absoluto que o que é indicado como boas práticas são quase sempre os mesmos projetos, que são boas práticas, mas é muito difícil depois sair daquilo que são... mas isso são as redes, nós vemos muito isso, a academia é um ótimo sítio onde isso também acontece. Há um que fala sobre participação e...

CF- E é sempre esse. Acho que terá a ver também com o processo de amadurecimento da própria Câmara, da equipe do BIP/ZIP de perceber essas coisas ao longo do tempo.

JP- Amadurecimento e estou convencida que, como é um programa muito rápido, é muito intenso, portanto nunca há grande tempo para, ok, agora nós não temos nenhum projeto BIP/ZIP e agora nós não temos, vamos parar e vamos pensar sobre. Então, são 12 meses, mas, na semana passada, ainda tiveram estes a decorrer, e já foram as candidaturas, já foi o júri, já foi lançamento, agora deve estar tudo a preparar os protocolos para a lista final, os protocolos para setembro e, em setembro, começam outros. Portanto, é realmente intenso. Então, penso que isso também não favoreça que, sei lá, é mais fácil pensar naqueles que já se tem o *PowerPoint*, que já se tem não sei o quê, que já se tem telefone, que já se tem... No entanto, acho que a equipa conhece muita coisa.

CF- Conhece muita coisa, do pouco que eu andei conversando com eles, eu tenho essa percepção.

JP- Muita coisa, e é uma relação muito próxima.

CF- É, acho que eles estão no campo, fazem esse esforço para estar.

JP- Sim, acho que é uma relação muito próxima.

CF- Me fale sobre as redes que o Fórum Urbano pretende contruir para além, eu sei que tem uma entidade promotora e várias entidades parceiras, as universidades com que vocês estão a trabalhar, mas a plataforma não é para essas entidades, é para a construção de uma rede em torno dos projetos BIP/ZIP.

JP- Sim, a plataforma é construída... eu posso mostrar a plataforma [...]. Cada ficha tem a síntese do projeto, não tem os resultados, porque os resultados esperados no BIP/ZIP são a sustentabilidade, e sustentabilidade é outra coisa, portanto e os resultados, depois, são feitos atividade a atividade. Portanto, tem a descrição e, depois, tem a temática, a temática aprofundada, que é, por exemplo, o projeto de... isto aqui é só um exemplo... melhorar a vida no bairro, a temática aprofundada seria, melhorar a vida no bairro é tudo, portanto pode ser ações de limpeza da praça e criação de um grupo de trabalho sobre reciclagem de resíduos, ou seja, dentro do melhorar a vida no bairro, o que é? E, depois, são os dados do BIP/ZIP das freguesias, da OIT, dos destinatários, é para quem? Crianças, desempregados, 80% dos projetos são para a comunidade, comunidade é demasiado vago. E, depois, as atividades: sessões com crianças, audioguia, rede de mediadores e, depois, as metodologias. Neste caso, foi feito um caderno pedagógico, um jogo didático com audioguia, uma plataforma digital e foi construída uma rede de mediadores. E nós percebemos que também não é só conhecer o próprio projeto, que projeto é que existe

na Ajuda, feito no 2 de maio e com quem, mas principalmente o que percebemos foi que há uma lacuna, muitas vezes, em modos de fazer. Nós, arquitetas, para nós é mais fácil de repente inventar um esquema, uma coisa, nós estamos mais ligadas também a contextos que são contexto de participação, portanto vamos buscar ferramentas. Agora, uma associação que trabalha com idosos e com saúde, muitas vezes, muito logicamente, para realizar atividades de engajamento, não tem essas ferramentas, é difícil, está muito longe de um universo. Portanto, se calhar, sei lá. Promove uma conversa. Enquanto se houvesse um sítio, um modo de fazer, que fosse fácil de procurar, vamos fazer um percurso e os seniores dizem não sei o quê, vamos fazer através de um jogo de reforçar a questão da ajuda para qualquer coisa. Portanto, a questão metodológica do que fazer também é muito relevante.

CF- É uma partilha importante, acho que sim

JP- É, então, aqui, ela é colocada mais enquanto uma *tag*. Caderno pedagógico, depois aparece o que teve caderno pedagógico agora. Depois nós não temos mais informação de que isto, mas este é um ponto de partida. Depois, quem quiser mesmo saber como é que aquela associação fez o caderno pedagógico, não é dentro deste ano que nós conseguimos a fazer isso aos 230. Portanto, a nossa ideia foi fazer estas fichas para todos. A ficha não tem imagens, nós ponderamos muito, mas é muito difícil ter imagens de todos, há imagens que não são boas, há imagens que são muito boas, portanto percebemos que o site ficar muito mais pesado. Percebemos que havia também um certo favorecimento se nós, de repente, fôssemos àqueles projetos. E, normalmente, o que é que acontece, os projetos bem documentados já são aqueles que têm muita relevância mediática, portanto também percebemos isso. Existem muitas imagens bonitas da cozinha comunitária da Mouraria, das residências da Associação Renovar a Mouraria, e isto só para focar naquela região. Portanto, poderia parecer também que própria equipa estava a favorecer determinado tipo de projetos.

CF- Sim, para nivelar.

JP- Isto é, a ficha, tem as categorias, tem os destinatários, todos os parceiros, tem onde é que é, o que é que é, remete para o mapa e, depois, quem quiser saber mais faz um Google, entra em contato.

CF- Haverá algum link, alguma coisa nessa ficha para isso?

JP- Não, porque nem todos tem.

CF- E mesmo os que tem, eu tenho tido dificuldade de encontrar.

JP- Sim, imensa dificuldade, principalmente com os primeiros projetos, com os projetos mais antigos.

CF- Sim, os *sites* já não têm alguém para mantê-los.

JP- Sim, há associações que já acabaram, que já não se mantêm, e há projetos, o que também não é mau, ou seja, eu tive essa discussão com Irina, que era a questão das continuidades, ou seja, há projetos que se mantêm e isso também é uma boa justificação para a Câmara os acarinhar, porque eles ou se mantêm ou resolvem um problema cabuloso. O Centro comunitário de moradia continua, iniciou-se ali, continua e tornou-se autossustentável etc. Ou, por exemplo, o projeto de regularização do PRODAC, aquele era um problema para resolver em 30 anos e foi resolvido. Agora, há projetos que têm outros âmbitos. E cujo âmbito, por exemplo, um projeto que seja de formação em carpintaria pode só durar um ano, não

tenho que, obrigatoriamente, continuar a fazer formação em carpintaria para todo o sempre. Portanto, se calhar, tens formação em carpintaria que seria interessante e por isso é que a dinâmica de avaliação é muito importante, é perceber se quem fez a formação de carpintaria, se aquilo serviu para alguma coisa, se é carpinteiro ou se ganha mais fazendo trabalhos em carpintaria. Portanto, há projetos que têm um princípio, meio e um fim, e há projetos que foram um ponto de partida para uma coisa que continua e não são necessariamente... o processo não pode ser uma coisa...

CF- Medida pela continuidade.

JP- Medida pela continuidade, não pode. Por isso é que a dinâmica de avaliação não dá para ser entre preto e branco, continuou é bom, não continuou, falhou. Ou então, não, é só muito curto e nem precisava. Daí a ideia ser um arquivo que é uma procura livre. Por exemplo, cães, escreve cão, e o que é que aparece com cães, pouca coisa. Nós não estamos a fazer 2017, só a fazer até 2016.

CF- O Festival é junto com qual projeto?

JP- O festival é coorganizado com o projeto Transformar Talentos. O projeto Transformar Talentos é um projeto que é lá, é num sítio que é uma intervenção BIP/ZIP que está em fase de sustentabilidade, portanto também é usar a praça porque a praça foi um projeto BIP/ZIP, portanto há ali muito universo BIP/ZIP a volta. Acho que o programa vai estar fechado na segunda-feira, mas já tem muita coisa, vão estar projetos BIP/ZIP em venda de produtos que produzem no âmbito dos seus projetos, em workshop. E projeto Transformar Talentos tem muito a dimensão da descoberta de talentos daquele sítio, é um festival também de com grande foco na música, na dança, é mesmo um festival, tem tudo, comes e bebes, eu acho que vai ocupar uma distância enorme. Portanto, a questão do site, é uma pesquisa livre, eu quero uma coisa que tenha a ver, sei lá, com jardins e aparece aquilo que foi categorizado como jardim. Depois a localização, dá para procurar por ano, por tema, por destinatário, por parceiro, por localização. Depois aparecem listados, podem ser listados por freguesia e, depois, clicando no projeto, vamos para a ficha.

CF- Como se deu a escolha da tecnologia utilizada, é um *site* com todas essas funcionalidades de busca e registo dos projetos?

JP- É um *site*, portanto é uma plataforma digital que tem esse componente de pesquisa por critérios múltiplos, que nós tentámos que fosse o mais...

CF- Acessível, intuitivo?

JP- Mais acessível, sim, o mais intuitivo possível.

CF- Acho que está num bom caminho, está bonito o site.

JP- Sim, está simples. E é, sobretudo, uma questão de arquivo e de listagem. E, depois, temos 20 projetos específicos. Eu até acho que os tenho listados aqui, talvez tu já os conheces, temos 20 projetos específicos, que são projetos que não têm uma grande visibilidade, ou seja, não são os 20 das boas práticas, mas que teremos um sítio, dentro desta plataforma, onde é possível olhar, na impossibilidade de olhar de forma profunda para 232 num ano, é impossível.

CF- Mas vocês vão oferecer essa olhada mais profunda para os 20, é isso?

JP- Para 20, sim. Com um podcast só com vídeos, com podcast de entrevistas com vídeos e vamos fazer uma recolha dos vídeos e da informação, neste tipo de formato, do que já existe. Portanto, significa que já há um vídeo, por exemplo, para aquele vídeo muito bonito do mundo António Jorge Gonçalves. Tem esses 5 ou 6 projetos que ele foca e o vídeo, obviamente, pode estar lá, até porque como são todos os vídeos carregados. Outra questão também é usabilidade da plataforma, ou seja, não ser uma coisa que demora horas a carregar, pois as pessoas perdem o interesse, portanto a nossa ideia é não carregar muito site, portanto os vídeos estão todos no *Vimeo* ou no *YouTube*, e fazer a referência aos vídeos que já existem sobre determinados projetos. E já existem muitos vídeos, já existem vídeos de uns 30 projetos, até vídeos mais do canal da Câmara, não sei se já vistes. Por exemplo, um projeto de 2011 que é o do reforço da segurança nas Torres da Eira, fizeram um pequeno vídeo, foram lá falar com o senhor “ah, isto é importante, a segurança...” Portanto fazer uma coisa mais tipo blog, de um conjunto de *posts* que tem esses que têm vídeos e disponibilizar essa informação sobre outros, que são cerca de 20, que ainda não tem essa atenção e nós achamos que é interessante.

CF- Como vocês imaginam a interseção entre esse dispositivo tecnológico, que é a plataforma, e as ruas, o ambiente físico onde acontecem os projetos, porque essa plataforma, no fundo, ela pretende não só registrar os projetos, mas fortalecer as redes que vão sendo construídas em torno dele, não é isso?

JP- Sim.

CF- E eu sei que vocês têm previsto para realizar, no Fórum Urbano, além dessa plataforma, a exposição itinerante, as assembleias, as discussões. Me fala um pouquinho dessa interseção.

JP- Sim, o projeto tem dois fóruns locais, tem 2 fóruns urbanos, portanto tem este que é uma grande festa comunitária, que é pensado enquanto momento de festa, e temos outro que estamos a desenhar para o fim de setembro.

CF- Então esse evento agora de julho já é esse primeiro momento de fórum:

JP- É este primeiro momento de fórum, onde, na candidatura nós achávamos que íamos lançar a plataforma agora, mas vamos lançar plataforma no fim.

CF- É a última coisa, é o maior trabalho, não o desenho do site, mas o conteúdo.

JP- Exatamente, portanto vamos lançar a plataforma no último. O último, nós ainda estamos a pensar como é que ele é feito, não terá esta dimensão gigante de festival de fechar ruas, palco gigante, não. Não tem essa dimensão porque nós não temos recursos para isso. E porque a ideia era fazer uma coisa diferente, até pensando que a nossa plataforma, o nosso projeto tem como parceiras duas universidades, portanto é um projeto que é também da ligação entre aquilo que é a academia, a aprendizagem com a cidade e com a participação. Portanto é uma coisa mais do outro âmbito, também do âmbito de discussão e também do âmbito de trazer projetos, mas de uma outra... achamos que o faremos na faculdade de arquitetura, também faz sentido fechar lá, ter esse fechamento e chamar as pessoas de lá, mas isso ainda está em discussão, em discussão de onde fazemos

CF- Isso são os fóruns, e tem também a exposição?

JP- Tem, a exposição é sobre o BIP/ZIP, portanto é sobre o universo BIP/ZIP em grandes números, é um olhar que é feito e que descasca o programa e o que foi feito até agora em grandes números. Portanto, foram feitos 270 projetos, não sei quantos desta temática, não sei quantos desta, no mapa de freguesias, estas têm não sei quantos projetos, estas só têm um. Portanto, tem a ver com uma espacialização maior, tem a ver com uma quantificação grosso modo, não é uma análise...

CF- Nessa exposição, não terá essas fichas dos projetos, por exemplo?

JP- Não, porque a ideia da exposição é dar a a conhecer o programa, mais do que dar a conhecer os projetos, portanto o foco é no programa. A exposição depois terá itinerâncias e nós acabamos com um projeto muito maior do que nós achávamos, nós achamos que era um pequeno, assim, pequenino, muito portátil e acabou por ser uma coisa maior, portanto não é uma coisa que permita meter assim rapidamente e chegar, montar e a coisa ficar. Também ainda estamos a readaptar aquilo que é a nossa exposição itinerante, como é que essas itinerâncias podem ser feitas. Se calhar, vamos deixar algumas itinerâncias para a fase sustentabilidade do projeto, que faz sentido. Mas, a ideia é criar esses momentos de rede, muitas vezes eles são feitos pelos workshops, portanto esses momentos onde se encontram, por exemplo, projetos que têm, por exemplo, uma natureza idêntica ou que trabalham uma temática, ou trabalham, por exemplo, fazer produtos e o que eles têm em comum, qual é que são as dificuldades, como é que eles podem potenciar, um faz embalagens, outro faz compotas, assim, nessa dinâmica.

CF- Vocês fizeram um *workshop* junto com a Rede DLBC Lx, aquilo era previsto no projeto?

JP- A Rede DLBC Lx é uma rede muito importante e, na altura, achávamos que fazia sentido fazer um *workshop* de capacitação de agentes para o próprio programa do nosso projeto, que é um projeto sobre o programa também, porque muitas pessoas disseram que tinham muita dificuldade com as candidaturas e, então, o que nós fizemos um dia inteiro, onde não só explicávamos o programa, mas explicámos o programa através do próprio preenchimento da candidatura, como é que se fazia, o que é que se falava quando se falava em sustentabilidade, o que é que podiam ser atividades. Tivemos técnicos das juntas de freguesia, técnicos das instituições e Rede DLBC Lx deu, sobretudo, apoio na questão das parcerias, fez uma umas parcerias, e de instrumentos de gestão dentro do próprio projeto.

CF- E haverá outros *workshops* dentro do Fórum Urbano?

JP- Sim, nós, agora, vamos ter, na semana que antecede a feira, e esse workshop é feito muito a partir do sítio onde ocorre a feira, a partir da Curraleira, temos, salvo erro... porque estamos também a trabalhar com um projeto que é muito giro, que são as Costas da Cidade, não sei se já o conheceste. Eles fizeram uma série de pequenos documentários de registo de memórias daquele sítio, aquele é um sítio de realojamento, portanto muito das memórias...

CF- Acho que eu ouvi o António falar disso.

JP- Sim, o António faz parte do Costas da Cidade, tanto que o nosso festival se chama Festival As Costas da Cidades, porque foi perguntado à população qual seria o nome para o festival e entre... ou seja, o Fórum Urbano é uma coisa que é, anda numa outra escala, portanto eles não... e, para nós, não era necessário que se chamasse Fórum Urbano. Então, o Fórum Urbano, o Transformar Talentos, um projeto

que é o Paredes que é um Projeto Partis que também está lá, portanto estes estão todos sentados à mesma mesa... são 30 parceiros, aliás, mais de 30, nesse momento. Portanto, foi perguntado e o que eles disseram mesmo foi As Costas da Cidade, “achamos que é o que nos representa”, então chama-se Festival As Costas da Cidade. Nessa semana, haverá dois que têm a ver com esses documentários que já foram feitos e, depois, a discussão é feita a partir desse reforço de identidade, dessa noção de identidade, a partir das recolhas que eles fizeram quando eles filmaram, e, em princípio, ali a dinâmica das hortas urbanas é muito forte, em princípio, também estamos a programar outra coisa que ainda com visionamento do filme e depois partir das hortas urbanas e pensar novos modos de produção de cidade, o que passa por outras questões, como as questões da sustentabilidade. Esse mais ligado às artes urbanas que estão ali em força, são muito importantes ali.

CF- E onde vocês divulgam essa informação?

JP- Sim, vamos divulgando no *Facebook* e agora está tudo no... este último mês foi um mês de concorrer ao BIP/ZIP, foi o mês que nós concorremos com dois projetos, eles não estão na lista provisória [...]. O problema disto tudo é que tem que estar sempre à procura de financiamento, é muito duro nesse aspecto.



## T. ENTREVISTA A ANA JARA

Entrevista à Arquiteta Ana Jara, do Atelier Artéria, feita na sede do ateliê, na Rua da Madalena, em Lisboa, no dia 23 de junho de 2018 [47m28s].

[Legenda]

CF- Ana Carolina Carvalho Farias

AJ- Ana Jara

CF- Por que vocês sentiram necessidade de estimular essa redes? Existe já uma atuação de vocês aqui na cidade, nesses territórios e nesses projetos e a certa altura vocês sentem necessidade de construir uma Rede de Carpintarias, por exemplo.

AJ- Sim. Bom, primeiro explicar que Arteria é um atelier que nasce num ano de crise brutal, que é 2011, e nasce logo com uma ideia muito crítica em relação à questão do estado de coisas. Nós começamos precisamente neste espaço, neste atelier, viemos para aqui e deparamo-nos com uma cidade onde havia muito por fazer, paradoxalmente muitos ateliês de arquitetura a fechar.

CF- Muitos foram para o Brasil.

AJ- Pois então, muitos foram para o Brasil, e a ideia foi começar a fazer um atelier... não tínhamos trabalho, não é? Um bocadinho com essa base de trabalhar, no centro da cidade, as questões da reabilitação urbana que eram trabalhadas na altura muito com alta arquitetura ou com ideias muito “isto é que é bom, este é um bom material”. Nós achávamos que que não era isso, não era necessário, começamos muito criticamente. O nosso primeiro trabalho foi o Edifício Manifesto, portanto era um manifesto sobre reabilitação urbana, tentávamos contrapor ideias que estavam muito consolidadas, como, por exemplo, a reabilitação é mais cara do que a construção nova e nós achamos que estar a dizer isso é de uma falta de critério incrível, porque a reabilitação pode ser tanta coisa. Pode ser desde eu reabilitar um edifício na questão das infraestruturas até reabilitar um interior de um Palácio muito classificado, portanto há um...

CF- Sim, não fazer a opção também tão somente pelo discurso econômico, só a opção do que parece mais barato para executar uma obra.

AJ- Sim, então nós, com o nosso atelier, vamos acompanhando muito das questões da cidade. O atelier começou nesse registo de reabilitação urbana no momento em que era, de facto, fundamental começar a fazer reabilitação urbana e não só falar dela ou fazê-la para elites, e nós quisemos fazer reabilitação urbana, em geral pensar sobre a reabilitação urbana e começar a fazer experiências de reabilitar edifícios com outro tipo de meios e de modos de operar mesmo construtivamente. E essas duas linhas aparecem logo no início do atelier, o nosso primeiro trabalho foi o edifício manifesto, mas, depois, fizemos uma coisa que era Agulha num Palheiro, que era um banco de casas para reabilitar de Lisboa, assim que a

gente chamava. Então, começa logo em paralelo essa ideia de plataforma. E então, isso nasce logo aí, a experiência na questão do construído com relação muito com os bairros e com questões sociais, porque começamos logo a fazer um trabalho para renovar a Mouraria, e, por outro, a questão das plataformas digitais que nos permitiam, no fundo, ter acessível ou começar a compreender um determinado território, uma determinada matéria, estudá-la, agarrá-la, classificá-la com critérios. Nessa plataforma, Agulha num Palheiro, numa altura em que havia um grande horror a casas... agora não, mas havia: aí, tudo velho, tudo podre. Havia imobiliárias que me mostravam as casas e só mostravam as casas por fora, não havia imagem das casas, até sem qualquer tipo de pudor, mostrar essa degradação porque era necessário atacá-la. Então, nós criamos isso. Foi engraçado, fizemos critérios específicos para aquelas casas como: pé direito, se tinham as épocas de construção, depois tipologias muito específicas dos últimos pisos, mansardas, sótãos, coberturas planas, com terraço, sem terraço, com janelas de sacada. Foi um foi um trabalho muito de criar essa classificação para casas muito específicas e começámos a ver as especificidades dos tempos da cidade etc. O ateliê começa assim e depois vai sempre desenvolvendo refletindo sobre.. Depois isso mudou, essa base de dados já ficou, já não tem utilidade nenhuma porque agora, quer dizer, passámos anos a não querer olhar para os edifícios degradados, vazios, devolutos e agora toda a gente quer, e é caríssimo, não há e até há edifícios que são habitados e que são esventrados para serem transformados em hotéis, portanto tem esta questão da cidade não ser, de ser, de facto, um espaço de promoção imobiliária que os valores imobiliários são...

CF- Tensionados. E como foi rápida essa transformação.

AJ- Foi muito rápida, foi. Não sei se respondi.

CF- Sim.

AJ- Depois, a seguir, fomos fazendo a questão das plataformas seguintes tiveram muito que ver com a relação que nós temos com o nosso trabalho. O nosso trabalho não é só projetar ou estar a fazer projeto de arquitetura, mas é executar obras e, para executar qualquer obra de reabilitação, nós precisamos ter profissionais da carpintaria, da serralharia, estuques, boa mão de obra, construção civil, portanto ficamos, de repente, muito interessados nisso porque percebemos que isso ia desaparecer. Na questão da rede de carpintarias, ela surgiu com, 2012 saiu o novo PDM, nós lemos o novo PDM e percebemos que havia ali umas linhas um pouco estranhas, porque dizia, por exemplo, no centro de Lisboa, não se vai dar ao lugar novas pequenas indústrias, portanto licenciamento de pequenas indústrias não, porque não queremos esses usos, já está a preparar aquilo que é hoje. E nós achámos, identificámos aquilo, então pequenas indústrias, ok, então os nossos ateliês serralheria que estão a ter cada vez mais dificuldade em encontrar lugar porque as rendas estão a subir, as pessoas que estão aqui a trabalhar são pessoas talvez idosas que não têm depois continuidade, e os ateliers vão desaparecer, as oficinas vão desaparecer, e começamos interessados em mapear esta realidade. E propusemos isto ao BIP/ZIP: mapear as carpintarias do centro de Lisboa, estávamos a trabalhar, na altura, até com um... nosso parceiro foi a garagem dos ofícios, que era uma espécie de *coworking* de pessoas para trabalhos de ofícios, depois desapareceram, não conseguiram pagar a renda.

CF- E como foi articular a Rede de Carpintarias, depois Artes e Ofícios? Vocês, para o projeto BIP/ZIP, têm sempre um parceiro, mas depois vocês vão mapear e vão conhecer o trabalho dos vários mapeados?

AJ- Sim, nós usamos, na primeira rede, a rede de carpintarias, trabalhamos com uma antropóloga e foi muito interessante fazer aquelas entrevistas todas com método com, em termos de material, incrível. Depois, aquilo para publicação online não serviu para nada, mas, de qualquer maneira, ficou um registo. Então, a ideia foi ir ter com essas pessoas, perceber qual era o percurso individual de cada um, o percurso profissional, resgatar isso. Foi uma coisa muito minuciosa e até muito centrada na pessoa, depois percebemos que isso era muito trabalho e, para próxima rede, que já tínhamos na cabeça quando terminamos, tínhamos determinada rede carpintarias, que era fazer isto para todos, para todas as artes e os ofícios, já tínhamos descoberto que, para além do parceiro ser um bocadinho óbvio, porque a fundação Ricardo Espírito Santo, que foi nosso parceiro na segunda, era um grande formador de pessoas, que fomos encontrando ao longo do caminho. Portanto era a maior escola ou o sítio de formação mais, pelo menos em Lisboa, então achámos que era interessante. Eles estavam com muitas dificuldades também em manter o espaço que tinham ali por causa da falência do BES, foi nessa conjuntura, porque eles estão ligados ao Banco, a fundação do Banco. Portanto, aliámos, ali, um pouco até insolitamente a escola e a escola de artes e ofícios deles, mas fomos encontrando isso. E, depois, a rede de artes e ofícios já foi feita com base numa metodologia mais simplificada, mas, novamente, orientada para a questão das pessoas e de mostrar esses interiores de oficinas, um olhar sobre isso, que era um espaço um bocadinho vedado, mais sobre o teu próprio espaço da cidade, mais explicitamente. A outra era um pouco mais sobre, talvez, práticas de trabalho, categorias de trabalho, aquela é muito mais orientada para o espaço das oficinas na cidade, já também com uma consciência nossa deste afastar das oficinas ou destas profissões e desta maneira de trabalhar da cidade, portanto foi muito explicitamente mostrar o espaço que eles ocupam e o mapa dessas...

CF- E, agora, a Rede dos Construtores.

AJ- E, agora, a rede dos construtores, que é mais relacionada com a nossa prática, sem dúvida. É mais difícil de fazer para nós, porque tem uma carga muito crítica, já tinha no início e, agora que estamos a ver e a fazer trabalho no terreno, então temos muito mais essa noção. Ela começou com uma ideia de que, ok, começando nas empresas de construção, apanhar as redes de de trabalho com os arquitetos, com quem estas pessoas trabalham, os engenheiros etc., nós começamos os construtores, na construção civil, e, agora, para isso, fizemos várias coisas. Aqui, está o mapa em que a gente foi encontrar as obras de reabilitação de edificadas em Lisboa, estamos há vários meses a mapear

CF- Nossa, mas é muita obra. E qual é o recorte temporal que vocês estão trabalhando?

AJ- Estamos a trabalhar precisamente 2017, 2018. E site vai ser muito centrado, de facto, nessa época de um ano. É um recorte fixo, até porque todos os dados que a gente tem, uns dados que a gente conseguiu encontrar no INE, etc., que são de 2013, estamos interessados em dados de 2013 até 2017, que são os que existem e que são os que corporizam a maior transformação. Portanto, o site vai ter muitos dados estatísticos, dados do terreno, e depois, vai mostrar, no fundo, o universo da reabilitação

como muita gente não vê. E com profissionais como arqueólogos, engenheiros, arquitetos, construtores, são todas as profissões fiscais da obra, todas as profissões que estão associadas à realização. Pouco personalizado, porque era muito difícil nós começarmos a fazer entrevistas a construtores e acabamos a perceber que as entrevistas eram quase todas muito parecidas, porque as pessoas diziam muito pouco, é uma área de trabalho muito secreta

CF- Uma concorrência...

AJ- E não querem dizer, porque a maior parte das empresas trabalha em subempreitada, há uns chapéus, umas empresas são chapéus que têm os engenheiros técnicos e depois contratam subempreiteiros, são esses que fazem as obras. Práticas laborais muito precárias, talvez a área onde haja mais.

CF- Sim, no Brasil, com certeza.

AJ- Aqui também, portanto apesar de todo este balão enorme de coisas fantásticas que veem muito dinheiro, as pessoas continuam a trabalhar e a ganhar mal e a não ter contratos de trabalho. E as pessoas não querem falar, portanto não falam. Não querem falar, a gente ia falar com eles, na entrevista, havia um tipo de perguntas que não passava, portanto só passam um bocado as questões muito da empresa, questões pessoais não. Então, vamos transformar esta rede numa coisa mais crítica, com recorte temporal muito...

CF- Presente, não é? O trabalho presente.

AJ- E depois, a reflexão será o futuro a fazer, e esperamos contribuir, mas não é aquilo que, inicialmente, pudemos fazer, por exemplo, com os artífices, que são pessoas...

CF- Que que dá para ir atrás do mundo.

AJ- Sim. Tenho prazer mesmo em explicar o que é que faço.

CF- E, nisso tudo, a ideia de usar uma plataforma e ter um site, ter um mapeamento, recolher essa informação toda, como vocês enxergam a contribuição dessa ferramenta para o trabalho de vocês?

AJ- É assim: para nós, bom, agora nós somos um atelier de arquitetura, um atelier de arquitetura que tem vindo consecutivamente a ter cada vez mais uma vontade de a olhar para a cidade inteira, não só fazer as obras, que continuamos a fazer obras muito localizadas, edifícios, reabilitar, mas queremos olhar para a cidade inteira e contribuir para um olhar diferente, um olhar talvez mais micro, não é? Micro-macro, tornar um micro olhar no macro olhar. Talvez esse desejo tem vindo a construir ou aproveitar esta questão do digital, equipa adentro. A ideia, por exemplo, deste projeto tem a ver com isso, ele é uma plataforma, mas não era inicialmente. Inicialmente era, ok, os condomínios, nós estávamos na questão dos condomínios, porque achámos que ninguém estava a olhar para isto, isto faz cidade. Isto é, nós chegarmos até a unidade mínima da organização social da cidade, era a nossa ideia. Eu era administradora de um condomínio, nesses anos, foi um horror, porque as pessoas não pagavam condomínio, eram os nossos vizinhos.

CF- Imagino. E, mesmo em bons tempos, ser administradora de condomínio não deve ser fácil

AJ- Era horrível, eram os nossos vizinhos, perderam o emprego, filho precisou, ficou desempregado. Portanto, não se pagava condomínio, os prédios estavam completamente descapitalizados, as obras de

manutenção não existiam, isto foi 2013, 2014. Saída da crise, mas anos muito mal, os anos da troika etc. E, então, lembramo-nos disto e lembramo-nos que, de repente, o último piso destes condomínios era uma área comum, questão legal de organização legal de uma propriedade horizontal. Então, surgiu esta ideia de uma operação para os condomínios que olhasse para esta último piso e transformasse este último piso numa coisa com um valor social para a cidade. Uma coisa um bocadinho paradoxal tendo em conta que há muito interesse imobiliário até nesta questão dos últimos pisos. Isto em Lisboa é uma área comum. Então foi surgindo daí e nós, neste momento do atelier, estamos a olhar muito para estas questões de como é que o micro se faz macro, como é que podes construir outra visão de cidade a partir de uma micro realidade. E o BIP/ZIP é muito isto, eu acho. Nós surgimos em 2011 quando o BIP/ZIP surge por mera casualidade, nós não surgimos porque o BIP/ZIP surgiu. Eu já trabalhava com Lucinda, fazíamos trabalhos de arquitetura em conjunto, fomos colegas da faculdade, trabalhávamos juntas e, em 2011, decidimos formar um atelier. Não há trabalho, mas isto é uma última oportunidade, se não tentamos, também nunca vai haver condições, pronto, aqui um bocadinho a nossa geração.

CF- A gente também inventou a Sobreurbana no momento em que não havia trabalho. Aí vai inventando também, uma forma, como você falou, sobre conhecer a matéria de trabalho minuciosamente e olhar para ela e classificar, enxergar possibilidades. Uma das primeiras coisas que a gente fez na Sobreurbana também foi nesse sentido de conhecer a cidade. Mas, em relação à plataforma do Operação *Skyline*, houve uma utilização? Vocês conhecem desdobramentos de utilização das coberturas?

AJ- Sim, nós temos dois projetos em curso desde essa altura, que ainda não deram nenhuma coisa real, mas que, eventualmente, sim, darão, que é parte do trabalho, quando ele estiver concluído, será uma grande vitória para nós. Eu acho que um deles vai proximamente arrancar, mas é complexo porque trabalhamos com condomínios. Esta coisa é um material humano muito frágil. As pessoas mudam de opinião, mudam de vida. A ideia que nós tivemos, depois de trabalharmos com advogado também, era, através do direito de superfície, que o condomínio recebesse o valor desse direito de superfície para reverter para obras etc., na altura era interessante porque estávamos numa cidade... Para baixar o condomínio. E podia-se fazer grandes obras de requalificação e isso, em toda a cidade, reverteria para uma cidade, porque há muitos edifícios habitados que estão em más condições, as pessoas não têm dinheiro para fazer uma obra de uma fachada, uma coisa, até mesmo da cobertura, na questão da cobertura... isto foi porque eu fui administradora de um condomínio que tinha último piso em que estava a entrar água e não havia dinheiro, as pessoas deixaram de pagar o condomínio. Mas, ao mesmo tempo, era interessante porque aquilo era um era um valor que se tinha ali, uma antiga casa de porteira e a ideia de, ok, isto é um valor, nós não temos dinheiro, então o que é que a gente pode fazer com isto? Alugar, não sei, “ai, alugar não”, pois não pagam. Então, a questão do direito de superfície era interessante porque o condomínio receberia, por exemplo, um direito de superfície de 30 anos, quem fosse para lá fazia obras e, 30 anos depois, reverte para o condomínio. O espaço nunca deixa de ser do condomínio, fica cedido temporariamente, portanto era um novo vizinho que poderia fazer obras, mas saberia que aquilo não pode ser desanexado dessa propriedade comum. Era essa a ideia que estava aí plasmada.

Agora, o valor de propriedade, de facto, é o valor que rege neste momento a cidade. É muito complicado desmontar este paradigma nas pessoas: “mas vou investir, pois não é meu, então para que vou investir?”.

CF- Nós passamos por uma situação dessa no nosso condomínio. Eu queria fazer uma proposta, não era o apartamento da porteira, mas era um espaço que era para ser um salão de festas, que não era, porque mínimo, era onde aconteciam as reuniões do condomínio. E eu cheguei a propor transformar num apartamento para alugar para o condomínio, ou para vender também. Colocamos essa proposta na mesa, mas é super complicado, porque “ah, alugar, vender”. Em relação às redes, de construtores, agora, as de ofícios e carpintaria, na rede de capintaria, a plataforma tinha um mapeamento que era estático, vocês fizeram um mapeamento e eu posso entrar lá e ver?

AJ- É.

CF- O de artes e ofícios eu posso entrar lá e me cadastrar?

AJ- Sim, pode. Nós temos agora uma nova modalidade disso, porque tivemos tanta procura. O projeto durou um ano, andámos durante um ano à procura das oficinas e à procura das pessoas que estavam nas condições que... nós tínhamos critérios, não valia toda a gente, as pessoas tinham que ter formação, tinham que ter um trabalho que tivesse... porque há muita gente que acha que é artífice, portanto é complicado, faz bonecas e acha... nós não queríamos, quer dizer, a rede poderia ter sido outra coisa completamente, mas nós queríamos aqueles ofícios tradicionais, com formação que tivesse muito explicada que houvesse técnicas que tivessem que dominar. A nossa base foi o *Institut National des Métiers* em França, que é a maior instituição ligada às artes e ofícios e que tem as profissões todas associadas a isso, define as profissões, que conhecimento é cada profissão tem que ter. Nós tínhamos isso por base, perceber que as pessoas, porque há muita gente...

CF- Portugal não tem uma organização dessa?

AJ- Não, não tem. As pessoas de artes e ofícios, que acham-se imenso, não existem as profissões deles. Não existem, é uma coisa um bocado... Apesar de haver formações cá, depois não há profissão, mas é um pouco estranho, porque se abrem licenciaturas ou cursos, não faz sentido.

CF- Estávamos a falar das plataformas, que eu falei que essa das artes e ofícios permite a inserção, portanto, mapearam um monte e muitos outros foram aparecendo. Na rede dos construtores, vocês já sabem alguma coisa sobre a plataforma? Haverá algum tipo de interação com a plataforma?

AJ- Sim, pode-se buscar por disciplina, de atuação. Tem todas as profissões de que estão envolvidas numa obra de reabilitação e essa complexidade está lá. Porque as pessoas acham, a maioria das pessoas acha que fazer uma obra é contratar um empreiteiro, nem sequer passa por mais filtro nenhum. Nós tentamos dar isso, mas depois tentamos dar outra parte, que é esse caldo crítico sobre o momento atual com dados sobre o que é que está a ser feito. Por exemplo, a questão das demolições, a quantidade de demolições hoje a serem feitas, nós vemos as fichas do INE, licenças de demolição, quer dizer, aumentou 200%. Então, isto é reabilitação, mas a demolição está a aumentar, então que raio de reabilitação é? E tem que haver massa crítica em relação a isso, a massa crítica pode mudar muita coisa, pode abrir outras possibilidades, é um trabalho muito dentro do nosso setor, que, neste momento, está a contribuir para

uma transformação brutal da cidade, mas é muito para as pessoas destas profissões pensarmos em conjunto, olhamos, termos uma base que diz isto, não sei quantas obras de reabilitação. Depois, também, é outra parte importante que é quem é que faz estas obras? A maior parte são empresas de construção estrangeiras, promotores estrangeiros, a conclusão que a gente chega. Ou seja, isto, em termos económicos, diz muito pouco depois aqui, diz pra quem vai fazer a atividade lucrativa a partir do terreno que nós temos, porque que é uma cidade e uma cidade se transforma com operações de fora para dentro. Estas conclusões nós não vamos procurar, quer dizer, estamos sempre a tentar afinar qual é o tom, porque é difícil, por um lado, “ah, isto apetece-me dizer, mandar”, mas depois tem que ser também muito científico, muito cuidadoso no sentido de... Provar aquilo que se tem.

CF- No projeto da Rede de Carpintarias, vocês fizeram uma chamada de ideias? Ou foi da Rede de Artes e Ofícios? Foi na Carpintaria, não foi?

AJ- Eu acho que sim. Não estou muito lembrada disso, porque nós tínhamos uma ideia inicial. A ideia inicial era poder... ter porque a ideia inicial também era cruzar estas áreas com designers, com arquitetos, com as profissões do projeto e a questão do manual. Achávamos nós que isto não estava suficientemente entrosado e chegamos a essa conclusão por via da nossa prática, que era: nós fazíamos desenhos muito interessantes, chegávamos um carpinteiro e ele dizia: “isso não é nada disso e, se for assim, vai cair tudo”. E nós... e isto, pois, realmente, isto é outra coisa. Então, esta relação entre as pessoas que trabalham nesta área e os que projetam era uma coisa que nos interessava imenso e começamos por sugerir que houvesse projetos que fossem ligados e que a rede pudesse também proporcionar esse tipo de workshops, projetos conjuntos. Isso, depois, não foi para a frente porque o fim do financiamento, depois é muito difícil também de ter a capacidade de investimento que se tem durante o projeto.

CF- Isso, então, estava naquela parte do projeto que prevê uma sustentabilidade para depois do primeiro ano de realização, seria isso?

AJ- Era isso. Mas, no último ano, houve uma coisa interessante, que é: houve um trabalho dos estudantes de design da faculdade de arquitetura. Nós fomos lá apresentar a rede e ainda vindos vimos o início dos projetos e não vimos o fim, não conseguimos ir lá, mas eles usaram os os artífices da rede, escolheram pessoas específicas, foram às oficinas, conheceram os processos etc. e fizeram pequenos projetos que têm muito de junção, tradição ou técnicas tradicionais e objetos de 10 anos da cultura portuguesa, a colher de pau ou desenhar a colher de pau. E há uns projetos que eu ainda não vi, mas que já foram feitos por eles, pois, portanto, há coisas que estão a continuar a ser muito usadas e nós não temos um controle sobre elas, nem sabemos, que as pessoas contactem através da rede e se contactem umas às outras, de vez em quando passam-nos isso, mas não...

CF- Pois, mas é fixe, vocês criaram a rede e agora ela está a funcionar. Na rede de artes e ofícios, vocês propuseram também umas chamadas para estágio?

AJ- Ah, sim. Na realidade, eu fiz, porque era outra das coisas importantes que nós tínhamos para resolver, que era essa ideia de que estas profissões tinham muita gente que estava em fim de carreira e que não tinha inclusivamente aprendizes e queixavam-se, “não tenho agora ninguém que queira vir para

aqui”, e nós achávamos, “então, mas há tantas escolas de formação, porque é que as pessoas não vão fazer estágios de artifícios para as oficinas? Está tudo a queixar-se”. Pois começámos a ir às escolas e as escolas diziam que não conseguiam, pois eles não conseguiam entrar no mercado de trabalho. Então, aí, a ideia de, ok, então pelo menos isto vai servir para as pessoas terem conhecimento de que há oficinas, de que tem estas pessoas, portanto já vão percebendo o que é que cada mestre ou cada artífice tem para ensinar e qual é a especificidade do seu trabalho e podem contactar livremente e aceder. E a verdade é que já se proporcionaram, mesmo durante o ano em que estivemos a fazer isso, já se proporcionaram muitos encontros de pessoas que conseguiram estágio, basta ter uma página online hoje em dia, que era uma coisa que as oficinas...

CF- Sim, que é uma dificuldade para esses profissionais, com certeza.

AJ- É, e depois, há as que são muito só na base de negócio, não mostram a pessoa. E isto já desenvolve toda uma... são 150, acho eu, oficinas, portanto há muitas e estão a entrar mais.

CF- O mapeamento de carpintarias que vocês fizeram também está muito centrado naquela região central da cidade porque vocês têm o foco do centro ou porque é onde elas estão?

AJ- Inicialmente, a rede de carpintarias foi no centro e a rede de artes e ofícios, não. Porque, com a rede de carpintarias, nós sentimos que eles estavam a ir embora do centro e focamos muito a nossa atenção em descobrir todos os que estavam no centro, portanto varremos tudo, nós temos a metodologia de varrer as ruas todas. Foi a descoberta, descobrimos pessoas que não tinham nada, nem *lettering* nem nada, e só sabes porque, de repente, vai alguém atento ou alguém diz “entra no café, olhe, sobe aqui, há algum senhor que faça...” e descobriu-se. Até descobriu-se coisas que estavam em pátios, surpresas de encontro com outras realidades, depois houve muita coisa, pois não podíamos pôr tudo porque entrevistar é muito tempo e tinha que sair, depois vir aqui na fotografia, depois não sei quê. Ao início, eu lembro que tínhamos sapateiros, por exemplo, depois deixámos de ter sapateiros, porque há tantos sapateiros que, se tivéssemos que escolher, estávamos a ser injustas. Portanto, era só mais aquelas muito específicas, muito em vias de desaparecimento. E o último gravador de Lisboa está aqui, uma ruazinha abaixo. Ele próprio diz que é o último gravador de Lisboa.

CF- E já é um senhor de idade?

AJ- É, é um senhor de idade.

CF- Pois a cidade está a mudar

AJ- Está a mudar. Mas, a rede de artes e ofícios foi toda a Lisboa.

CF- E a de Construtores também será?

AJ- A de construtores é com foco no centro, porque é onde as práticas que nós sentimos que tem que...

CF- Que a questão da reabilitação faz mais sentido, né?

AJ- Sim, embora os dados sejam de toda a Lisboa, mas as obras e as ruas que há são aqui. Vai daqui até Campo de Ourique, Campo de Ourique também está top. Mas para Benfica, as zonas mais que começaram a ser desenvolvidas já no pós-anos 80, 90, isso já não nos interessa tanto.

CF- Bom, ok, é isso. Vocês ainda estão começando essa última rede, não sei se já pensaram numa próxima ou se não fazem esse planejamento.

AJ- Não, agora estamos outra vez com esta questão dos últimos pisos, voltámos um bocado a essa.

CF- É o projeto que vão inscrever agora?

AJ- É, mas é uma coisa mais de exploração artística. Estamos a tentar dar a volta por outro lado, não ser tanto... porque é assim: este projeto foi interessante, o BIP/ZIP, mas o BIP/ZIP nós achámos que foi, dos BIP/ZIP que fizemos, o mais malsucedido, na verdade, porque devia ter sido uma entidade mais... não podia nunca ter sido feito só por nós, tínhamos que ter parcerias que não foram possíveis, e também não tivemos a consciência de que seriam necessárias. Isto era mesmo para abrir quase um programa camarário questão de condomínio, não sei quê, o que é que um pequeno atelier pode fazer? Chegamos aos sítios, conversamos com pessoas e elas aderem. Não aderem. Aderem aquelas que ficaram, de repente, não sei quê, mas depois demora tempo, depois há o medo, é difícil. Isto tem potencial para ser uma coisa que nunca podia ser connosco. Mas agora voltamos um bocado em outro tipo de exploração.

CF- E a integração desse projeto lá na bienal de Veneza foi bem ao mesmo tempo do projeto BIP/ZIP?

AJ- Foi. Nós estávamos a escrever estes textos para o jornal e estávamos a candidatar-mos ao BIP/ZIP.

Foi feito tudo ao mesmo tempo, um bocado de reflexão

CF- Aproveitar a energia e desdobrar em dois projetos.

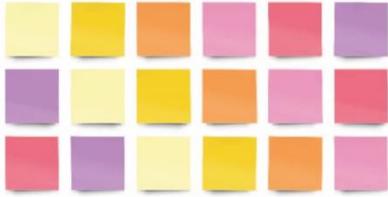
AJ- Sim.



## U. HACKABIP – QUADROS PARA TRABALHO COLABORATIVO NA PLATAFORMA MIRO

**\_hackaBIP**  
**< Dia 1 >**

**BRAINSTORMING**  
 A partir da questão desafio, identifique possíveis soluções:



**PRIORIZAÇÃO DE IDEIAS**

USAR DEREJ DATA ← → DEREJ DATA NÃO USAR DEREJ DATA

FÁCIL ↑ ↓ DESAFIANTE

FAÇA AGORA (top-left quadrant)  
 FAÇA A SEGUIR (top-right quadrant)  
 FAÇA SE/QUANDO POSSÍVEL (bottom-left quadrant)  
 NÃO FAÇA (bottom-right quadrant)

Formule a questão e parta da comunidade que está a ser trabalhada:

Indique a ideia prioritizada:

DE UM TÍTULO À IDEIA:  
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 O TÍTULO À IDEIA:  
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

miro

**Necessidade**  
 Descreva concisamente a necessidade que será trabalhada, o tema, a possibilidade de inovação (solução), problema, desafio, barreiras...

**Público-alvo - principal**  
 Defina de quem é a necessidade que o seu projeto procura satisfazer (público principal - cidadãos, setor público, organizações da sociedade civil, setor privado, outros)

**Oportunidade**  
 Formule a necessidade não atendida como uma questão de oportunidade, transformando assim esse desafio do problema em uma oportunidade para novas soluções. Sugestões para iniciar sua pergunta: Como podemos desenvolver ...? Como podemos tornar possível ...? Como nós ...? Como podemos usar dados abertos para ...?

**Público-alvo - secundário**  
 Descrever de quem é a necessidade que o seu projeto procura satisfazer (público principal - cidadãos, setor público, organizações da sociedade civil, setor privado, outros)

Dê um título ao seu projeto:

miro

**PLANO**  
 O que se pretende fazer, qual o objetivo, como a equipe vai se organizar...?

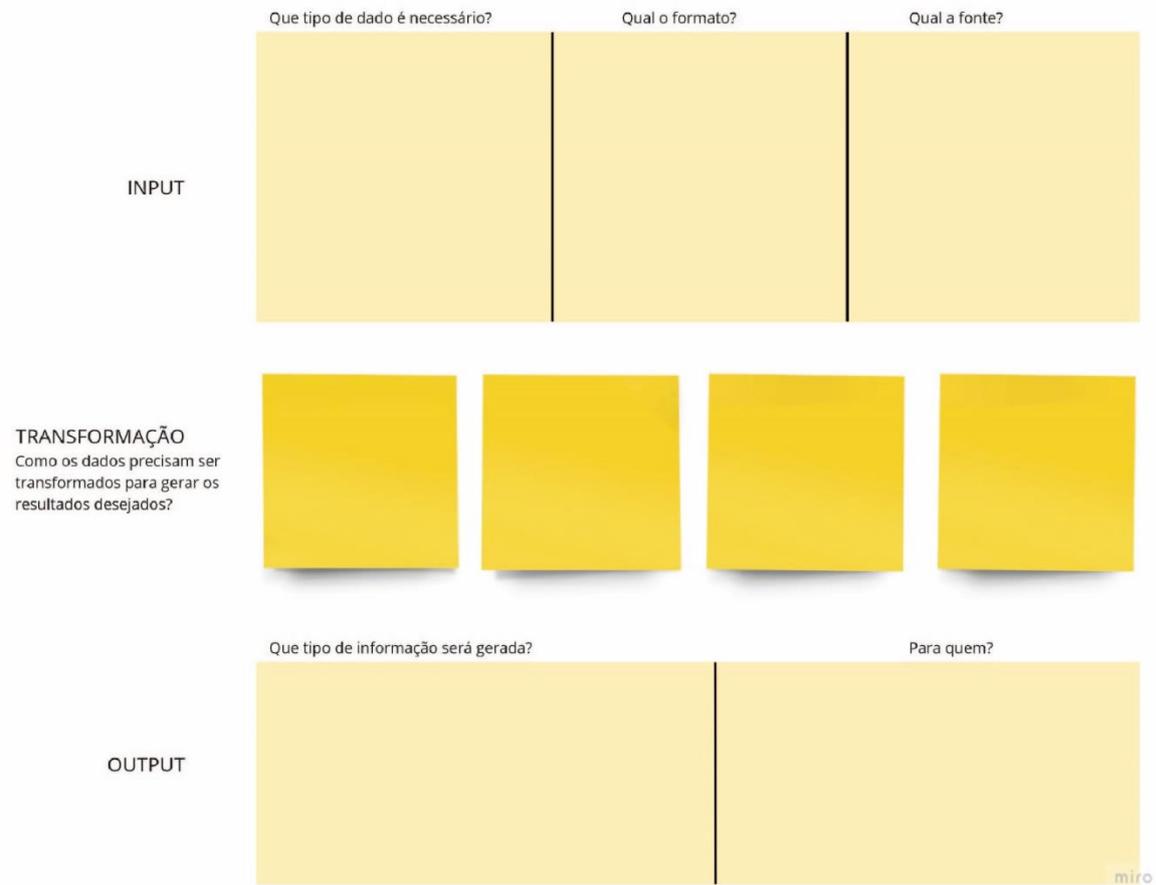
**PROGRESSO**  
 Como faremos para atingir os objetivos e realizar os trabalhos definidos para o hackaBIP?

**PROBLEMAS**  
 Quais as possíveis dificuldades teremos?

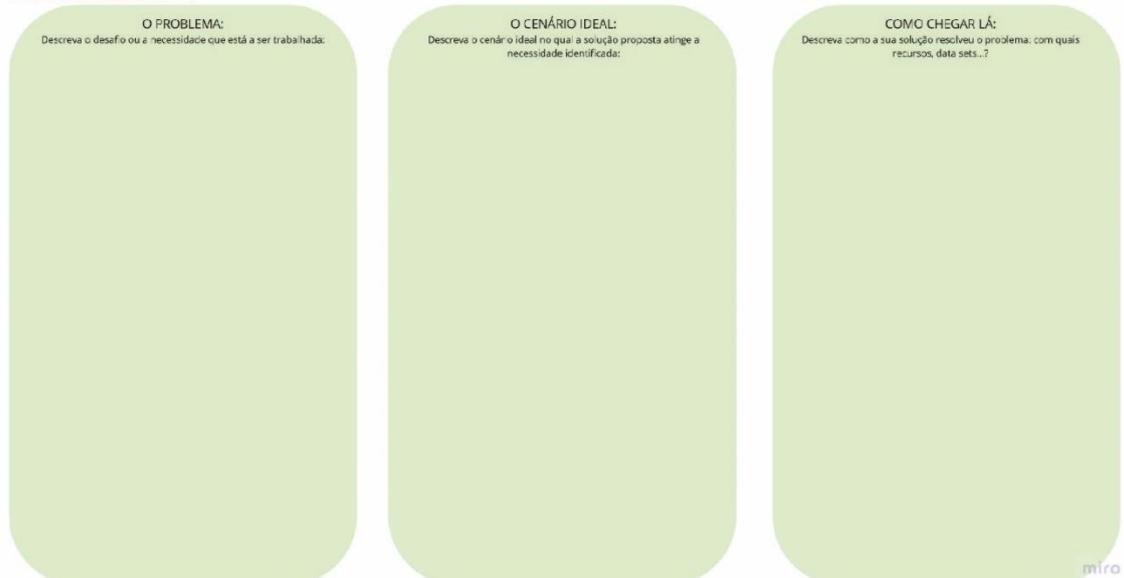
miro

**\_hackaBIP**  
**< Dia 2 >**

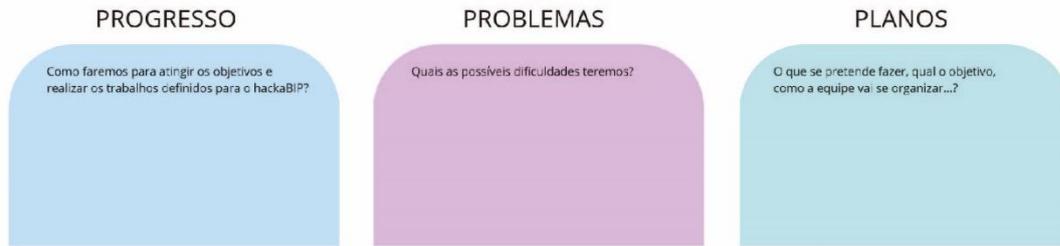
**DESAFIO SOBRE DADOS ABERTOS**



**DESENHO DE CENÁRIO**



**hackaBIP**  
**< Dia 3 >**



**Canvas para protótipo**



**hackaBIP**  
**< Dia 4 >**



**Pitch**

Preparar um vídeo, com imagens e voz, de 3 a 5 minutos, a defender o projeto. Entender em que os projetos serão avaliados pelo júri técnico segundo os seguintes critérios:

1. Atratividade do desafio e engajamento nos valores (colaboração, inovação, sustentabilidade, partilha);
2. Facilidade de adoção da solução inicialmente pelas organizações da iniciativa local, e pela população (exigência de recursos);
3. Viabilidade de implementação e gestão futura com recursos próprios ou com baixo nível de investimento externo (sustentabilidade);
4. Viabilidade de replicação em outros territórios e contextos;
5. Potencial de criação de sistema de aprendizagem entre a comunidade.

**1- Propósito do Projecto - categoria do desafio**

**2- O Problema, sua importância e a oportunidade que ele traz**

**3- Solução - cenário ideal e utilizadores**

**4- O papel dos dados abertos**

**5- Como se tornará viável e quais os próximos passos para isso?**

miro

